ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 145

Brasília - DF, segunda-feira, 30 de julho de 2018

Sumário

PÁGINA
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 8
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 11
Ministério da Cultura 13
Ministério da Educação 19
Ministério da Fazenda 21
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 53
Ministério da Justiça 53
Ministério da Saúde 54
Ministério das Cidades 129
Ministério de Minas e Energia 131
Ministério do Desenvolvimento Social 139
Ministério do Meio Ambiente 144
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 145
Ministério do Trabalho 150
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 154
Ministério da Segurança Pública 156
Ministério Público da União 160
Tribunal de Contas da União 160
Defensoria Pública da União 164
Poder Legislativo 164
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 165

Total de páginas desta edição: 165

Presidência da República

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

Processo nº 00100.009350/2018-41
Interessado: AR GARRIDO CORP

DEFIRO o pedido de descredenciamento da AR GARRIDO CORP, localizada na Av. das Nações, nº 61, Lava Pes, Paraiba do Sul, Rio de Janeiro/RJ, vinculada às ACs CERTISIGN MÚLTIPLA, SSL, CERTISIGN CODESIGNING, CERTISIGN RFB, CERTISIGN JUS, CERTISIGN JUS SSL e CERTISIGN JUS CODESIGNING.

Processo nº 00100.001282/2018-71
Interessado: AR CERTIFICAMINAS BH

DEFIRO o pedido de credenciamento da empresa CERTIFICAMINAS BH LTDA - ME, CNPJ 27.808.144/0001-25 (AR CERTIFICAMINAS BH), vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com funcionamento no endereço: Rua Ministro Orozimbo Nonato, 215, loja 38, Bairro Vila da Serra, Nova Lima /MG.

Processo nº 00100.008949/2018-67
Interessado: AR NOLASCO

DEFIRO o pedido de credenciamento da empresa NOLASCO REPRESENTAÇÕES LTDA., CNPJ 08.598.360/0001-49 (AR NOLASCO REPRESENTAÇÕES LTDA), vinculada às AC SERASA CD SSL V5 e AC SERASA RFB, com funcionamento no endereço: Av. Armando Duarte Rabello Nº 280, Sala 101 , Jardim Camburi - Vitória / ES.

Processo nº 00100.009354/2018-29
Interessado: AR RENOVEBENS

DEFIRO o pedido de descredenciamento da AR RENOVEBENS, localizada na Rua Pedreira, nº 134, Vila Antonina, São Paulo/SP, vinculada às ACs CERTISIGN MÚLTIPLA, CERTISIGN SSL, CERTISIGN CODESIGNING, CERTISIGN RFB, CERTISIGN JUS, CERTISIGN JUS SSL, CERTISIGN JUS CODESIGNING e SINCOR.

Processo nº 00100.009351/2018-95
Interessado: AR LEONI E SEVERI

DEFIRO o pedido de descredenciamento da AR LEONI E SEVERI, localizada na Rua Cap. João Pereira Ramosm, nº 170, Vila Cristal, Brodowski, São Paulo/SP, vinculada às ACs CERTISIGN MÚLTIPLA, CERTISIGN SSL, CERTISIGN CODESIGNING, CERTISIGN RFB, CERTISIGN JUS, CERTISIGN JUS SSL, CERTISIGN JUS CODESIGNING e SINCOR.

Processo nº 00100.009353/2018-84
Interessado: AR Sekurit

DEFIRO o pedido de descredenciamento da AR SEKURIT, localizada na Rua Teodoro Sampaio, nº 352, conjunto 145 e 146, Pinheiros, São Paulo/SP, vinculada às ACs CERTISIGN MÚLTIPLA, CERTISIGN SSL, CERTISIGN CODESIGNING, CERTISIGN RFB, CERTISIGN JUS, CERTISIGN JUS SSL, CERTISIGN JUS CODESIGNING e SINCOR.

Processo nº 00100.009191/2018-84
Interessado: AR DANCOR

DEFIRO o pedido de alteração de endereço da IT da AR DANCOR vinculada à AC SINCOR RFB e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:

Nome da AR: DANCOR

Endereço Anterior: ESTRADA DE JACAREPAGUÁ, Nº 7655 SALA 1005, FREGUESIA, JACAREPAGUÁ, RIO DE JANEIRO/RJ

Endereço Atual: ESTRADA DOS TRÊS RIOS, Nº 1200 SALAS 629, 630, 631 e 632, FREGUESIA, JACAREPAGUÁ, RIO DE JANEIRO/RJ

Processo nº 00100.007806/2018-38
Interessado: AR FACILITE TECNOLOGIA

DEFIRO o pedido de credenciamento da empresa FACILITE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI, CNPJ 15.062.172/0001-67 (AR XIQUE XIQUE FACILITE TECNOLOGIA), vinculada à AC DOCCLOUD RFB, com funcionamento no endereço: R RUI BARBOSA, N°330, CASA, CENTRO, XIQUE-XIQUE/BA.

Processo nº 00100.007807/2018-82
Interessado: AR OPEN PLACE

DEFIRO o pedido de credenciamento da empresa OPEN PLACE - ESCRITÓRIOS COMPARTILHADOS LTDA, CNPJ 25.332.662/0001-90 (AR OPEN PLACE), vinculada à AC DIGITALSIGN RFB, com funcionamento no endereço: Rua Padre Pedro Pinto Nº 422 , Sala 601 , Venda Nova - Belo Horizonte/MG.

RETIFICAÇÃO

Processo nº 00100.010494/2018-40
Interessado: AR LIFE SANTOS

No despacho publicado no DOU, em 26-7-2018, por erro material.

Onde se lê: "DEFIRO o pedido de alteração de endereço da ITS SÃO VICENTE da AR LIFE SANTOS vinculada à AC SINCOR RFB e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, por não apresentar a documentação necessária para o atendimento do pedido."

Leia-se: "INDEFIRO o pedido de alteração de endereço da ITS SÃO VICENTE da AR LIFE SANTOS vinculada à AC SINCOR RFB e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, por não apresentar a documentação necessária para o atendimento do pedido."

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

DESPACHO

Processo nº 00100.009749/2018-21
Interessado: AR NEO SIGN DIGITAL SERVICE

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da IT da AR NEO SIGN DIGITAL SERVICE, vinculada a AC CERTISIGN JUS, com instalação técnica localizada na Av. NOSSA SENHORA APARECIDA, Nº 305 LOJA 10, SEMINÁRIO, CURITIBA/PR.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS

RESOLUÇÃO Nº 139, DE 3 DE JULHO DE 2018

APROVA A CRIAÇÃO DA POLÍTICA DE CERTIFICADO PARA OBJETOS METROLÓGICOS - OM-BR NO ÂMBITO DA ICP-BRASIL,

O COORDENADOR DO COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6°, §1°, inc. IV, do Regimento Interno, torna público que o **COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA**, no exercício das competências previstas no art. 4°, da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária realizada em 03 de julho de 2018, e

Considerando a alteração na Portaria Inmetro n° 559/2016 que, entre outras motivações, visa robustecer o controle metrológico legal das bombas medidoras de combustíveis líquidos com a adoção de certificação digital ICP-Brasil,e

Considerando a necessidade da ICP-Brasil avançar em tipos de certificados digitais a fim de fomentar a utilização, em detrimento dos outros, que não possuem validade jurídica, conforme MP nº 2.200-2/2001, resolveu:

Art. 1º O item 1.1.3, do DOC-ICP-04, versão 6.5, passa a vigorar com a seguinte redação:

"1.1.3. São 12 (doze) os tipos de certificados digitais para usuários finais da ICP-Brasil, sendo 8 (oito) relacionados com assinatura digital e 4 (quatro) com sigilo, conforme o descrito a seguir:

a) Tipos de Certificados de Assinatura Digital:

i. A1

ii. A2

iii. A3

iv. A4

v. T3

vi. T4

vii. ACF-e-SAT

viii. OM-BR

b) Tipos de Certificados de Sigilo:

i. S1

ii. S2

iii. S3

iv. S4

" (NR)

Art. 2º O DOC-ICP-04, versão 6.5, passa a vigorar acrescido do item 1.1.7A:

1.1.7A. Certificados do tipo Objeto Metrológico - OM-BR só podem ser emitidos para equipamentos metrológicos regulados pelo Inmetro.

Art. 3º O item 1.1.8, do DOC-ICP-04, versão 6.5, passa a vigorar com a seguinte redação:

"1.1.8. Outros tipos de certificado, além dos doze anteriormente relacionados, podem ser propostos para a apreciação do Comitê Gestor da ICP-Brasil - CG da ICP-Brasil. As propostas serão analisadas quanto à conformidade com as normas específicas da ICP- Brasil e, quando aprovadas, serão acrescidas aos tipos de certificados aceitos pela ICP- Brasil." (NR)

Art. 4º A Tabela do item 1.2.2, do DOC-ICP-04, versão 6.5, passa a vigorar acrescida da seguinte linha:

"1.2.2 .....

Tipo de Certificado	OID
.....	.....
OM-BR	2.16.76.1.2.550.n

"(NR)

Art. 5º O DOC-ICP-04, versão 6.5, passa a vigorar acrescido do item 1.3.5.8:

1.3.5.8 Certificados do tipo OM-BR serão utilizados exclusivamente em equipamentos metrológicos regulamentados pelo Inmetro.

Art. 6º O DOC-ICP-04, versão 6.5, passa a vigorar acrescido do item 6.1.1.1.2:

6.1.1.1.2 Para certificados do tipo OM-BR, o titular do certificado será o fabricante, que fará a solicitação do certificado OM-BR com uso de certificado digital ICP-Brasil de pessoa jurídica válido, do fabricante autorizado pelo Inmetro.

Art. 7º A Tabela do item 6.1.1.7, do DOC-ICP-04, versão 6.5, passa a vigorar acrescida da seguinte linha:

"6.1.1.7 .....

Tipo de Certificado	Mídia Armazenadora de Chave Criptográfica (Requisitos Mínimos)
.....	.....
OM-BR	Hardware criptográfico, homologado junto à ICP-Brasil ou com certificação INMETRO.

"(NR)

Art. 8º A Tabela do item 6.1.8, do DOC-ICP-04, versão 6.5, passa a vigorar acrescida da seguinte linha:

"6.1.8 .....

Tipo de Certificado	Processo de Geração de Chave Criptográfica
.....	.....
OM-BR	Hardware

"(NR)

Art. 9º O item 6.2.4.1, do DOC-ICP-04, versão 6.5, passa a vigorar com a seguinte redação:

"6.2.4.1. Com exceção das chaves privadas vinculadas a certificados do tipo ACF-e-SAT,OM-BR, T3 e T4, que não podem possuir cópia de segurança, qualquer titular de certificado dos demais tipos poderá, a seu critério, manter cópia de segurança de sua própria chave privada." (NR)

Art. 10**.** A Tabela do item 6.3.2.3, do DOC-ICP-04, versão 6.5, passa a vigorar acrescida da seguinte linha:

"6.3.2.3. .....

Tipo de Certificado	Período Máximo de Validade do Certificado (em anos)
.....	.....
OM-BR	*10*

" (NR)

Art. 11. O item 7.1.2.3, do DOC-ICP-04, versão 6.5, passa a vigorar acrescido da alínea "e":

"7.1.2.3 .....

.....

e) Para certificado de equipamento OM-BR, 3 (três) campos otherName, obrigatórios, contendo, nestaordem:

i. OID = 2.16.76.1.3.8 e conteúdo= nome empresarial constante do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), sem abreviações, idêntico ao constante no certificado digital de pessoa jurídica requisitantedeste;

ii. OID = 2.16.76.1.3.3 e conteúdo= nas 14 (quatorze) posições o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), idêntico ao constante no certificado digital de pessoa jurídica requisitantedeste;

iii. OID = 2.16.76.1.3.12 e conteúdo= nas primeiras 8 (oito) posições, a data de fabricação do equipamento, no formato ddmmaaaa; nas posições subsequentes, os dados de identificação do equipamento."(NR)

Art. 12. A Tabela do Anexo I, do DOC-ICP-04, versão 6.5, passa a vigorar acrescida da seguinte linha e da Nota 2:

"

ANEXO I

.....

Tipo de Certificado	Chave Criptográfica			Validade máxima do certificado (anos)	Frequência de emissão de LCR (horas)	Tempo limite para revogação (horas)
	Tamanho (bits)	Processo de Geração	Mídia Armazenadora			
OM-BR	ECDSA (Ver Nota 2)	Hardware	Hardware criptográfico, homologado junto à ICP-Brasil ou com certificação INMETRO	10	6	12

NOTA 1: .....

NOTA 2: Caberá à AC Raiz, por meio de Instrução Normativa, regulamentar a Curva Elíptica e o tamanho das chaves a serem implementadas no âmbito da ICP-Brasil (DOC-ICP-01.01)."(NR)

Art. 13**.** O item 3.1.1.4.1, do DOC-ICP-05, versão 4.5, passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.1.1.4.1. No caso de certificado A CF-e-SAT ou OM-BR deve ser mantida toda a documentação eletrônica utilizada no processo de validação e confirmação da identificação do requisitante e do equipamento SAT ou OM-BR, observadas as condições definidas no documento CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DE SEGURANÇA PARA AS ARs DA ICP-BRASIL [1]." (NR)

Art. 14**.** O DOC-ICP-05, versão 4.5, passa a vigorar acrescido do item 3.1.1.11:

3.1.1.11. Disposições para a Validação de Solicitação de Certificados do Tipo OM-BR:

A validação da solicitação de certificado do tipo OM-BR compreende:

a) validar o registro inicial por meio de verificação da assinatura digital do fabricante do equipamento metrológico realizada sobre a solicitação do certificado OM-BR e sobre o TERMO DE TITULARIDADE [4] específico de que trata o item 4.1.1. O certificado digital do fabricante que assina a solicitação e o termo de titularidade aqui referidos deve ser um certificado digital ICP-Brasil de pessoa jurídica válido;

b) realizar a verificação da solicitação, assinada digitalmente, contendo a requisição em conformidade com o formato estabelecido no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL [9] e confrontando com as informações de controle do órgão regulador e do certificado digital que assinou a requisição;

c) emissão do certificado digital sem que haja possibilidade de alteração dos dados constantes na requisição e disponibilização ao solicitante para instalação no equipamento OM-BR.

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 15. O DOC-ICP-05, versão 4.5, passa a vigorar acrescido do item 3.1.13:

3.1.13.Autenticação de identificação de equipamento para certificado OM-BR.

3.1.13.1. Disposições Gerais

3.1.13.1.1.Em se tratando de certificado emitido para equipamento OM-BR, o titular será representado pelo fabricante identificado no certificado digital ICP-Brasil de pessoa jurídica que assina a solicitação, associada ao número de identificação do equipamento detentor da chave privada.

3.1.13.1.2. Para certificados do tipo OM-BR, a confirmação da identidade do fabricante se dará conforme disposto no item 3.1.1.11 e com a assinatura do TERMO DE TITULARIDADE [4] específico de que trata o item4.1.1.

3.1.13.1.3. Para certificados do tipo OM-BR, por se tratar de certificado para equipamento metrológico específico de fabricante autorizado já identificado presencialmente quando da emissão do certificado digital ICP-Brasil de pessoa jurídica válido que assina a requisição do certificado OM-BR, a confirmação da identidade se dará exclusivamente na forma do disposto no item 3.1.1.11 e com a assinatura do TERMO DE TITULARIDADE [4] específico de que trata o item4.1.1.

3.1.13.2. Procedimentos para efeitos de identificação de um equipamento metrológico.

3.1.13.2.1. Para certificados de equipamento metrológico, deve ser verificado se o CNPJ do fabricante que assina digitalmente a solicitação desse certificado está vinculado aos controles regulatórios do referido equipamento, o qual deve estar registrado e autorizado pelo Inmetro. Essas informações devem ser obtidas e confirmadas pela AC emissora do certificado.

3.1.13.3. Informações contidas no certificado emitido para um equipamento metrológico

3.1.13.3.1 É obrigatório o preenchimento dos seguintes campos do certificado com as informações constantes nas solicitações apresentadas:

a) data de fabricação do equipamento metrológico;

b) número de identificação do equipamento metrológico;

c) nome empresarial constante do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), sem abreviações;

d) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica(CNPJ).

3.1.13.3.2. Cada PC pode definir como obrigatório o preenchimento de outros campos em conformidade com a RFC 5280 e com as normas do órgão regulador do equipamento.

Art. 16. O item 4.4.2, do DOC-ICP-05, versão 4.5, passa a vigorar com a seguinte redação:

"4.4.2 .....

f) Por determinação do CG da ICP-Brasil ou da AC Raiz;

.....

i) Por servidores públicos da ativa e militares da União autorizados pelos respectivos órgãos competentes pela identificação desses;

j) Pelo Inmetro, quando se tratar de certificado do tipo OM-BR." (NR)

Art. 17. A alínea "c", do item 6.2.3, do DOC-ICP-03.01, versão 2.4, passa a vigorar com a seguinte redação:

"6.2.3 .....

.....

c) na AC emissora para os casos de certificados A CF-e-SAT ou OM-BR (dossiês eletrônicos)." (NR)

Art. 18. O item 6.2.12, do DOC-ICP-03.01, versão 2.4, passa a vigorar com a seguinte redação:

"6.2.12. O dossiê do titular do certificado A CF-e-SAT ou OM-BR deve conter toda a documentação eletrônica utilizada no processo de validação da solicitação e o termo de titularidade específico assinado digitalmente com um certificado digital ICP-Brasil de pessoa jurídica, conforme regulamentado na PC do A CF-e-SAT e do OM-BR." (NR)

Art. 19. A tabela do item 2.5, do DOC-ICP-04.01, versão 3.3, passa a vigorar acrescida da seguinte linha:

"2.5. .....

.....

OID	Utilização
.....	.....
2.16.76.1.2.550.n	Identificação de Políticas de Certificados do tipo OM-BR
.....	.....

....." (NR)

Art. 20. Aprovar a versão 1.0 do TERMO DE TITULARIDADE DE CERTIFICADO DIGITAL DE EQUIPAMENTO OM-BR (ADE-ICP-05.B-OM).

Art. 21. Ficam aprovadas as novas versões dos Documentos:

I. DOC-ICP-04 - REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS POLÍTICAS DE CERTIFICADO NA ICP-BRASIL (versão 6..6);

II. DOC-ICP-05 - REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS DECLARAÇÕES DE PRÁTICAS DE CERTIFICAÇÃO DAS AUTORIDADES CERTIFICADORAS DA ICP-BRASIL (versão4.6);

III. DOC-ICP-03.01 - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DE SEGURANÇA PARA AS AR DA ICP-BRASIL (versão 2.5) e

IV. DOC-ICP-04.01 -ATRIBUIÇÃO DE OID NA ICP-BRASIL (versão3.4).

§ 1º Todas as demais cláusulas dos referidos documentos, nas suas versões imediatamente anteriores, em sua ordem originária, integram as presentes versões e mantêm-se válidas.

§ 2º Os documentos referidos no caput encontram-se disponibilizados, em suas totalidades, no sítio http://www.iti.gov.br.

Art. 22. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO JOSÉ BARRETO DE ARAÚJO JUNIOR

RESOLUÇÃO Nº 140, DE 3 DE JULHO DE 2018

ALTERA O DOC-ICP-10 E O DOCICP- 10.01, QUE CONCEITUAM LABORATÓRIO DE ENSAIOS E AUDITORIA - LEA.

O COORDENADOR DO COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, §1º, inc. IV, do Regimento Interno, torna público que o **COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA**, no exercício das competências previstas no art. 4 , da Medida Provisória n 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária realizada em 03 de julho de 2018, e

Considerando a necessidade de aprimoramento e atualização do processo de homologação de equipamentos de certificação digital no âmbito da ICP Brasil, resolveu:

Art. 1º O item 1.3.13, do DOC-ICP-10, versão 3.1, passa a vigorar com a seguinte redação:

"1.3.13. Laboratório de Ensaios e Auditoria - LEA: são entidades, credenciadas pelo ITI, bem como instituições previamente designadas ou acreditadas pelo Inmetro a operar no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade - SBAC, aptas a realizar os ensaios exigidos nas avaliações de conformidade e a emitir os correspondentes laudos de conformidade;" (NR)

Art. 2º O item 2.3.2, do DOC-ICP-10, versão 3.1, passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.3.2. Laboratórios de Ensaios e Auditoria - LEA

Os Laboratórios de Ensaios e Auditoria são entidades, credenciadas pelo ITI, bem como instituições previamente designadas ou acreditadas pelo Inmetro a operar no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade - SBAC, aptas a realizar os ensaios exigidos nas avaliações de conformidade e a emitir os correspondentes laudos de conformidade, na forma prevista neste Regulamento, que embasarão a tomada de decisão por parte do ITI quanto à homologação ou não de um sistema." (NR)

Art. 3º O item 2.3.2.2, do DOC-ICP-10, versão 3.1, passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.3.2.2. Obrigações dos LEA credenciados pelo ITI

Os processos de credenciamento dos LEA pelo ITI deverão conter termo de responsabilidade e de compromisso, por parte dos LEA, de que estes desempenharão suas funções de acordo com padrões de idoneidade que assegurem a independência e neutralidade de suas avaliações, bem como com o devido rigor técnico e procedimental.

Os LEA credenciados deverão, ainda, comprometer-se a:

....."(NR)

Art. 4º O item 2.3.2.3, do DOC-ICP-10, versão 3.1, passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.3.2.3. Auditoria dos LEA credenciados pelo ITI

Os LEA credenciados deverão apresentar anualmente relatório de conformidade de empresa de auditoria independente, que ateste plena aderência ao disposto neste Regulamento, e demais normas suplementares aplicáveis à homologação de sistemas no âmbito da ICP Brasil.

....."(NR)

Art. 5º O item 3.1.4, do DOC-ICP-10, versão 3.1, passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.1.4. Laudo ou Certificado de Conformidade obtido junto a LEA ou OCP acreditado, respectivamente; " (NR)

Art. 6º O item 3.2.1, do DOC-ICP-10, versão 3.1, passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.2.1. Avaliação da Conformidade pelo LEA

A parte interessada deverá obter o Laudo de Conformidade junto a um dos LEA no âmbito da ICP Brasil." (NR)

Art. 7º A alínea "b", do item 1.2, do DOC-ICP-10.01, versão 3.3, passa a vigorar com a seguinte redação:

"1.2. .....

.....

b) Os Laboratórios de Ensaios e Auditoria - LEA - são entidades, credenciadas pelo ITI, bem como instituições previamente designadas ou acreditadas pelo Inmetro a operar no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade - SBAC, aptas a realizar os ensaios exigidos nas avaliações de conformidade e a emitir o Laudo de Conformidade, que embasará a tomada de decisão por parte do ITI quanto à homologação ou não de um dado sistema avaliado;" (NR)

Art. 8º Ficam aprovadas as novas versões dos Documentos:

I - DOC-ICP-10 - REGULAMENTO PARA HOMOLOGAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL NO ÂMBITO DA ICP-BRASIL (versão 3.2) e

II - DOC-ICP-10.01 - PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA HOMOLOGAÇÃO NA ICP-BRASIL (versão 3.4).

§ 1º As demais cláusulas dos referidos documentos, nas suas versões imediatamente anteriores, em sua ordem originária, integram as presentes versões e mantêm-se válidas.

§ 2º Os documentos referidos no caput encontram-se disponibilizados, em suas totalidades, no sítio http://www.iti.gov.br.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

ANTÔNIO JOSÉ BARRETO DE ARAÚJO JUNIOR

RESOLUÇÃO Nº 141, DE 3 DE JULHO DE 2018

ALTERA O DOC-ICP-04 E DOC-ICP- 05.02 PARA CONTEMPLAR OS SERVIDORES PÚBLICOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NOS PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS DE EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS.

O COORDENADOR DO COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, §1º, inc. IV, do Regimento Interno, torna público que o **COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA**, no exercício das competências previstas no art. 4 , da Medida Provisória n 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária realizada em 03 de julho de 2018, e

Considerando a atribuição e a responsabilidade dos órgãos competentes em gerir o cadastro estadual e do Distrito Federal de servidores públicos por intermédio de um sistema de gestão de pessoas,

Considerando que compete aos órgãos competentes a identificação presencial e manutenção do cadastro do servidor público, com todos os documentos e assentamentos funcionais,

Considerando que a emissão de certificados digitais ICP-Brasil que trata esta Resolução é para atender exclusivamente servidores públicos que são empossados e/ou concursados e já se submeteram a processo de identificação presencial junto aos órgãos descentralizados de Recursos Humanos - RH e estão devidamente cadastrados nos sistemas de gestão de pessoas dos respectivos estados e do Distrito Federal e no sistema biométrico do Tribunal Superior Eleitoral ou no sistema biométrico da ICP-Brasil, e

Considerando que os servidores públicos estaduais e do Distrito Federal são identificados e empossados por autoridade competente e alocado em unidade funcional, resolveu:

Art. 1º A alínea "a.4", do item 7.1.2.3-a do DOC-ICP-04, versão 6.5, passa a vigorar com a seguinte redação:

"7.1.2.3. .....

a) .....

.....

a.4) 1 (um) campo otherName, obrigatório para certificados digitais emitidos para servidor público e militar, contendo:

OID = 2.16.76.1.3.11 e conteúdo = nas primeiras 10 (dez) posições, o cadastro único do servidor público da ativa e militares da União constante no Sistema de Gestão de Pessoal (SIGEPE) mantido pelo Ministério do Planejamento ou nos sistemas correlatos, no âmbito da esfera estadual e do Distrito Federal, e nos Sistemas de Gestão de Pessoal das Forças Armadas." (NR)

Art. 2º O DOC-ICP-05.02, versão 1.6, passa a vigorar acrescido do seguinte item:

2.2.6.2. Aplica-se o disposto no item 2.2.6 aos servidores públicos estaduais e do Distrito Federal desde que as Unidades da Federação as quais estejam vinculados:

a) possuam Sistema de Gestão de Pessoal equivalente ao SIGEPE, utilizado na esfera Federal, capaz de realizar a validação do registro por meio de processo de individualização inequívoca e eletrônica do servidor público da ativa;

b) identifiquem biometricamente os servidores públicos pela base biométrica oficial do TSE, pelos PSBios credenciados da ICP-Brasil ou base oficial equivalente, com comprovação auditável desses cadastros;

c) possuam uma AR credenciada junto a ICP-Brasil e que disponibilize um módulo de AR que atenda aos requisitos previstos no item 2.2.6.1.

Art. 3º Para a vigência desta Resolução, os órgãos competentes pela identificação do servidor público estadual e do Distrito Federal emitirão instrumentos normativos que regulamentarão o processo de requisição de certificados digitais ICP-Brasil.

Art. 4º Apenas as Autoridades Certificadoras autorizadas a emitirem certificados para servidores públicos da ativa e militares da União estão obrigadas a alterar suas DPC e PC, submetendo-as à aprovação do ITI.

Art. 5º As AC não estão obrigadas a aderir ao modelo de emissão de certificado definido nesta Resolução, assim como os certificados digitais emitidos anteriormente continuam válidos.

Art. 6º Ficam aprovadas as novas versões dos Documentos:

I - DOC-ICP-04 - REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS POLÍTICAS DE CERTIFICADO NA ICP-BRASIL (versão 6.6) e

II - DOC-ICP-05.02 - PROCEDIMENTOS PARA IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE E COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES NO PROCESSO DE EMISSÃO DE UM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL (versão 1.7).

§ 1º As demais cláusulas dos referidos documentos, nas suas versões imediatamente anteriores, em sua ordem originária, integram as presentes versões e mantêm-se válidas.

§ 2º Os documentos referidos no caput encontram-se disponibilizados, em suas totalidades, no sítio http://www.iti.gov.br.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO JOSÉ BARRETO DE ARAÚJO JUNIOR

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 40, DE 27 DE JULHO DE 2018

Define regras para o uso sustentável e recuperação dos estoques das espécies **Hyporthodus niveatus**, conhecido popularmente por Cherne-Verdadeiro, e **Lopholatilus villarii**, conhecido popularmente por Peixe-Batata.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições de que trata o art. 87, p. único, II, da Constituição Federal e o art. 43, §2º, I, do inciso I do §2º do art. 12 da Lei nº 13.502/2017, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 e no Decreto nº 6.981, de 13 de outubro de 2009; e considerando o que consta no Processo nº 02000.008550/2018-30 resolvem:

Art. 1º Estabelecer medidas, critérios e padrões para o ordenamento da pesca do Cherne-Verdadeiro (**Hyporthodus niveatus**) e do Peixe-Batata (**Lopholatilus villarii**) nas águas jurisdicionais brasileiras, observando-se as medidas previstas no seu plano de recuperação nacional e definidas nesta norma.

Parágrafo único. Enquanto vigorarem as classificações oficiais Cherne-Verdadeiro e do Peixe-Batata como espécies ameaçadas de extinção em nível nacional, a vigência desta Portaria Interministerial está diretamente vinculada à vigência da Portaria MMA nº 227, de 14 de junho de 2018 ou outra norma que vier a substituí-la, oficializando um Plano de Recuperação Nacional e declarando a espécie passível de uso.

Art. 2º Ficam proibidos a pesca direcionada, o transporte, o desembarque e a comercialização de qualquer indivíduo das espécies Cherne-Verdadeiro (**Hyporthodus niveatus**) e Peixe-Batata (**Lopholatilus villarii**) nas águas jurisdicionais brasileiras, fora dos limites dispostos nesta Portaria Interministerial.

Parágrafo único. Os exemplares de Cherne-Verdadeiro (**Hyporthodus niveatus**) e Peixe-Batata (**Lopholatilus villarii**) capturados incidentalmente, em desacordo com o estabelecido nesta norma, deverão ser liberados vivos ou descartados no ato da captura, devendo ser registradas a captura e a liberação ou o descarte, conforme disposto para as espécies de captura incidental, assim definidas pela Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA n° 10, de 10 de junho de 2011, ou em atendimento a normas específicas futuras que venham a dispor sobre o tema.

Art. 3º As seguintes limitações deverão ser aplicadas sobre a frota pesqueira que captura direta ou indiretamente as espécies Cherne-Verdadeiro (**Hyporthodus niveatus**) e Peixe-Batata (**Lopholatilus villarii**):

I - A frota pesqueira de espinhel de fundo, registrada nas regiões Sudeste e Sul do país, para captura das espécies discriminadas no **caput**, fica limitada ao número de embarcações hoje registrada, não sendo permitidas novas autorizações.

II - Embarcações enquadradas nas modalidades abaixo, em conformidade com a INI MPA/MMA nº 10/2011, ficam permitidas a pescar apenas em profundidades menores ou iguais a cem metros:

a) 3.6. Modalidades e/ou petrechos: Arrasto (fundo) - duplo.

b) 3.9. Modalidades e/ou petrechos: Arrasto (fundo) - duplo ou simples

Parágrafo único. A restrição geográfica de captura estabelecida poderá ser revisada mediante o aporte e análise de novos dados de monitoramento da espécie, considerando as recomendações do respectivo Plano de Recuperação Nacional.

Art. 4º Ficam permitidos a captura, retenção, transporte, beneficiamento e comercialização apenas para indivíduos capturados com o comprimento total (CT) maior ou igual a:

a) quarenta e cinco centímetros para Cherne-verdadeiro (**Hyporthodus niveatus**);

b) quarenta centímetros para Peixe-batata (**Lopholatilus villarii**).

Art. 5º Todas as embarcações inscritas nas modalidades 1.6, 1.7, 3.10, 3.11 e 3.12 da Instrução Normativa Interministerial MPA-MMA nº 10, de 10 de junho de 2011, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação, nos moldes do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS durante as operações de pesca, e entregar os mapas de bordo.

§ 1º A adesão ao sistema de rastreamento descrito no caput deverá ser feita no prazo de:

I - 1º de agosto de 2019, para as embarcações com comprimento menor que quinze metros e maior ou igual a doze metros e que tenham Arqueação Bruta (AB) menor que cinquenta;

II - 1º de agosto de 2020, para as embarcações com comprimento maior ou igual a dez metros; e

III - 1º de agosto de 2021, para as embarcações com comprimento maior ou igual a oito metros.

§ 2º As embarcações ficam obrigadas a garantir, sempre que solicitadas, o embarque de observador científico indicado pela SEAP ou IBAMA e ICMBio, para o monitoramento contínuo da pesca, devendo os proprietários, armadores ou arrendatários das embarcações pesqueiras arcar unicamente com os custos de alimentação e acomodação a bordo do observador científico.

Art. 6º Fica estabelecido, a partir de 2019, período de defeso entre 1º de setembro e 31 de outubro para a pesca realizada entre cem e seiscentos metros de profundidade, para o litoral Sudeste e Sul do país, para as modalidades 1.6, 1.7, 3.10, 3.11 e 3.12, conforme Instrução Normativa Interministerial MPA-MMA nº 10, de 10 de junho de 2011.

§ 1° As pessoas físicas ou jurídicas que atuam no armazenamento, transporte, beneficiamento, industrialização ou comercialização das espécies cherne-verdadeiro (**Hyporthodus niveatus**) e peixe-batata (**Lopholatilus villarii**) poderão realizar essas atividades durante o período estabelecido no caput, exclusivamente, quando fornecerem, até o dia 10 de setembro de cada ano, a declaração de estoques preenchida conforme consta no Anexo I desta Instrução Normativa Interministerial, a ser entregue nas Superintendências do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.

§ 2° Durante o período estabelecido no **caput**, o transporte, a estocagem, a conservação, o beneficiamento, a industrialização e a comercialização de qualquer volume de Cherne-Verdadeiro (**Hyporthodus niveatus**) e de Peixe-Batata (**Lopholatilus villarii**) ou seus subprodutos somente serão permitidos se originários de estoque declarado ao Ibama e se estiverem acompanhados de cópia da respectiva declaração, nos moldes do Anexo I desta Instrução Normativa.

§ 3º A retenção a bordo e o desembarque de Cherne-Verdadeiro (**Hyporthodus niveatus**) e Peixe-Batata (**Lopholatilus villarii**), por qualquer embarcação, serão tolerados até o dia 5 de setembro de cada ano.

Art. 7º Aos infratores desta Portaria Interministerial serão aplicadas as penalidades e as sanções, respectivamente, previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e no Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

§ 1º As embarcações que atuarem em desacordo com as medidas estabelecidas nesta Portaria Interministerial, independentemente de outras sanções, terão suas autorizações de pesca canceladas ou suspensas por prazo definido pelo órgão competente, não podendo ser inferior a seis meses.

§ 2º As autorizações de pesca canceladas não serão redistribuídas pelo órgão competente para outras embarcações.

§ 3º Fica a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca responsável por repassar à autoridade marítima e ao órgão ambiental competente a relação de embarcações pesqueiras com autorização de pesca cancelada, para análise de possível embargo de suas atividades.

Art. 8º Esta Portaria Interministerial entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO FONSECA DE SOUZA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

EDSON DUARTE
Ministro de Estado do Meio Ambiente

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE ESTOQUE

DECLARAÇÃO DE ESTOQUE PARA CHERNE-VERDADEIRO E PEIXE-BATATA NO PERÍODO DE PROIBIÇÃO DA PESCA*

1 - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA:

NOME/EMPRESA:
ENDEREÇO:
CNPJ/CPF:
TELEFONE:
MUNICÍPIO/ ESTADO:

2 - FORMA DO PRODUTO ESTOCADO

DESCRIÇÃO DO PRODUTO QUANTIDADE (KG)

Peixe inteiro com cabeça:
Peixe inteiro sem cabeça:
Postas:
Filé sem pele:
Bexiga natatória ("grude"):
Outros subprodutos (descrever quais):

3 - LOCAL DE ARMAZENAMENTO

ENDEREÇO:

*Preencher uma declaração para cada local de armazenamento.
Ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama, declaro serem verídicas as informações constantes deste documento e estar sujeito às penalidades previstas na Lei Crimes Ambientais nº 9.605, de 1998.

LOCAL:

DATA DE EMISSÃO: _____

_____
ASSINATURA DO DECLARANTE

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 41, DE 27 DE JULHO DE 2018

Regulamenta a pesca da garoupa-verdadeira (**Epinephelus marginatus)** nas águas jurisdicionais brasileiras.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições de que trata o art. 87, parágrafo único, II, da Constituição Federal e o inciso I do § 2º do art. 12 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009; no Decreto nº 6.981, de 13 de outubro de 2009; na Portaria Interministerial MPA-MMA nº 5, de 1º de setembro de 2015; na Portaria MMA nº 129, de 27 de abril de 2018, e considerando o que consta nos Processos MMA nº 02000.002782/2014-51, 02000.008614/2018-01 e o constante dos autos do Processo SEAP-PR nº 00350.001679/2018-11, resolvem:

Art. 1º Estabelecer medidas, critérios e padrões para o ordenamento da pesca da garoupa-verdadeira (**Epinephelus marginatus**) nas águas jurisdicionais brasileiras, observando-se as medidas previstas no seu Plano de Recuperação Nacional e definidas nesta norma.

§ 1º Enquanto vigorar a classificação oficial da garoupa-verdadeira como espécie ameaçada de extinção em nível nacional, a vigência dessa Portaria Interministerial está diretamente vinculada à vigência da Portaria MMA nº 229 de 2018 ou outra norma que vier a substituí-la, oficializando um Plano de Recuperação Nacional e declarando a espécie passível de uso.

§ 2º Os exemplares de garoupa-verdadeira capturados incidentalmente, em desacordo com o estabelecido nesta norma, deverão ser liberados vivos ou descartados no ato da captura, devendo ser registradas a captura e a liberação ou o descarte, conforme disposto para as espécies de captura incidental, assim definidas pela Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA n° 10, de 10 de junho de 2011, ou em atendimento as normas específicas futuras que venham a dispor sobre o tema.

Art. 2º Proibir a pesca direcionada, o transporte, o desembarque e a comercialização da espécie garoupa-verdadeira (**Epinephelus marginatus**) e seus subprodutos anualmente, durante o período de 1º de novembro a 28 de fevereiro, para todos os métodos de captura e para todas as embarcações.

§ 1º As pessoas físicas ou jurídicas que atuam no armazenamento, transporte, beneficiamento, industrialização ou comercialização da espécie **Epinephelus marginatus** poderão realizar essas atividades durante o período estabelecido no **caput**, exclusivamente, quando fornecerem, até o dia 10 de novembro de cada ano, a declaração de estoques preenchida conforme consta no Anexo I desta Portaria Interministerial, a ser entregue nas Superintendências do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -IBAMA.

§ 2º Durante o período estabelecido no **caput**, o transporte, a estocagem, a conservação, o beneficiamento, a industrialização e a comercialização de qualquer volume de garoupa-verdadeira ou seus subprodutos somente serão permitidos se originários de estoque declarado ao IBAMA e se estiverem acompanhados de cópia da respectiva declaração, nos moldes do Anexo I desta Instrução Normativa.

§ 3º A retenção a bordo e o desembarque da garoupa-verdadeira, por qualquer embarcação, serão tolerados até o dia 5 de novembro de cada ano.

Art. 3º Permitir a captura, retenção, transporte, beneficiamento e comercialização da garoupa-verdadeira apenas para indivíduos capturados com o comprimento total (CT) maior ou igual a quarenta e sete centímetros e menor ou igual a setenta e três centímetros.

Parágrafo único. Os indivíduos de garoupa-verdadeira capturados deverão ser desembarcados inteiros, podendo ser eviscerados, respeitando-se as normas fitossanitárias vigentes.

Art. 4º A partir de 1º de março de 2019, a captura direcionada, transporte, armazenamento a bordo e desembarque da garoupa-verdadeira pela pesca comercial fica permitida apenas quando realizada por embarcações de pequeno porte, com arqueação bruta (AB) menor ou igual a vinte, permissionadas às pescarias de espinhel de fundo horizontal e linha de mão de fundo, conforme disposto na Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA n° 10, de 10 de junho de 2011 ou em normas que venham a substituí-la.

Art. 5º Todas as embarcações com comprimento maior ou igual a oito metros, inscritas na modalidade 1.7 (espinhel horizontal de fundo) do Anexo I da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 10, de 10 de junho de 2011, ficam obrigadas a usar e manter em funcionamento equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação, nos moldes do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras-PREPS durante as operações de pesca, e entregar os mapas de bordo.

§ 1º A adesão ao sistema de rastreamento descrito no **caput** deverá ser feita no prazo de:

I - 1º de agosto de 2019, para as embarcações com comprimento menor ou igual a quinze metros e maior ou igual a doze metros e que tenham Arqueação Bruta (AB) menor ou igual a vinte;

II - 1º de agosto de 2020, para as embarcações com comprimento maior ou igual a dez metros;

III - 1º de agosto de 2021, para as embarcações com comprimento maior ou igual a oito metros.

§ 2º As embarcações ficam obrigadas a garantir, sempre que solicitadas, o embarque de observador científico indicado pela Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca - SEAP/PR ou IBAMA e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, para o monitoramento contínuo da pesca, devendo os proprietários, armadores ou arrendatários das embarcações pesqueiras arcar unicamente com os custos de alimentação e acomodação a bordo do observador científico.

Art. 6º Os órgãos competentes deverão promover a publicidade e divulgação das medidas definidas no Plano de Recuperação da garoupa-verdadeira e da sua implementação, especialmente junto às comunidades tradicionais e demais usuários, considerando os meios de comunicação mais apropriados.

Art. 7º No prazo de doze meses a partir da publicação desta Portaria Interministerial deverão ser produzidas, no âmbito do Sistema de Gestão Compartilhada do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros, medidas complementares para promover a conservação e recuperação da garoupa-verdadeira, podendo abranger:

I - A proteção de áreas, ecossistemas e/ou períodos críticos para o ciclo de vida da espécie;

II - Aquisição e consolidação de informações sobre o esforço de pesca empregado sobre a garoupa-verdadeira;

III - Medidas de monitoramento da atividade pesqueira, incluindo a expansão do rastreamento por satélite para todas as frotas que capturam a espécie;

IV - Outros aspectos relevantes para a conservação e gestão da espécie.

Art. 8º Aos infratores desta Portaria Interministerial, serão aplicadas as penalidades e as sanções, respectivamente, previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e no Decreto nº 6.514, de 2008.

§ 1º As embarcações que atuarem em desacordo com as medidas estabelecidas nesta Portaria Interministerial, independentemente de outras sanções, terão suas autorizações de pesca canceladas ou suspensas por prazo definido pelo órgão competente, não podendo ser inferior a seis meses.

Art. 9º Esta Portaria Interministerial entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO FONSECA DE SOUZA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

EDSON DUARTE
Ministro de Estado do Meio Ambiente

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE ESTOQUE

DECLARAÇÃO DE ESTOQUE PARA GAROUPA-VERDADEIRA NO PERÍODO DE PROIBIÇÃO DA PESCA*

1 - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA:

NOME/EMPRESA:	
ENDEREÇO:	
CNPJ/CPF:	
TELEFONE:	
MUNICÍPIO/ ESTADO:	

2 - FORMA DO PRODUTO ESTOCADO

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE (KG)
Peixe inteiro com cabeça:	
Peixe inteiro sem cabeça:	
Postas:	
Filé sem pele:	
Bexiga natatória ("grude"):	
Outros subprodutos (descrever quais):	

3 - LOCAL DE ARMAZENAMENTO

ENDEREÇO:

*Preencher uma declaração para cada local de armazenamento.

Ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama, declaro serem verídicas as informações constantes deste documento e estar sujeito às penalidades previstas na Lei Crimes Ambientais nº 9.605, de 1998.

LOCAL: _____

DATA DE EMISSÃO: _____

_____
ASSINATURA DO DECLARANTE

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 42, DE 27 DE JULHO DE 2018

Define regras para o uso sustentável e a recuperação dos estoques da espécie **Lutjanus purpureus** (pargo).

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso da atribuição que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, o art. 12, § 2º, inciso I, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, e o Decreto 9.330, de 5 de abril de 2018, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, no Decreto nº 6.981, de 13 de outubro de 2009, na Portaria Interministerial nº 5, de 1º de setembro de 2015, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, e na Portaria nº 228, de 14 de junho de 2018, do Ministério do Meio Ambiente, e de acordo com o que consta do Processo nº 02001.009289/2002-18 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, nos Processos nº 02000.002782/2014-51 e nº 02000.008496/2018-225 do Ministério do Meio Ambiente e no Processo nº 00350.001754/2018-44 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Secretaria-Geral da Presidência da República, resolve:

Art. 1º Estabelecer medidas, critérios e padrões para o ordenamento da pesca da espécie **Lutujanus purpureus** (pargo), nas águas jurisdicionais brasileiras, observadas as regras estabelecidas no plano de recuperação nacional e nesta Portaria Interministerial.

§ 1º A vigência desta Portaria está diretamente vinculada à vigência da Portaria nº 228, de 14 de junho de 2018, do Ministério do Meio Ambiente, ou à vigência de outra norma que vier a substituí-la, que oficializar o plano de recuperação nacional e declarar a espécie passível de uso.

§ 2º Os exemplares de **Lutujanus purpureus** (pargo) capturados incidentalmente, em desacordo com o estabelecido nesta norma, deverão ser liberados vivos ou descartados no ato da captura, devendo ser registradas a captura e a liberação ou o descarte, conforme disposto para as espécies de captura incidental, assim definidas pela Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente ou em atendimento a normas específicas futuras que venham a dispor sobre o tema.

Art. 2º Fica permitida a operação de pesca das embarcações autorizadas a capturar o **Lutujanus purpureus** (pargo), na área compreendida entre o limite norte do Estado do Amapá até a divisa dos Estados de Alagoas e Sergipe (Foz do Rio São Francisco), em águas mais profundas que cinquenta metros de profundidade.

Parágrafo único. Para as embarcações autorizadas a operar nas modalidades de pesca 1.8, 1.9 e 1.10, de acordo com o Anexo I da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, a área de pesca permitida fica compreendida entre o limite norte do estado do Amapá até a divisa dos Estados do Maranhão com o Piauí.

Art. 3º Todas as embarcações autorizadas a capturar o pargo na área de que trata o art. 2º desta Portaria Interministerial, observadas as legislações específicas sobre cada tema, ficam obrigadas a:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação, nos termos do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite-PREPS; e

II - entregar os mapas de bordo.

Parágrafo único. As embarcações ficam obrigadas a garantir, sempre que solicitadas, o embarque de observador científico indicado pela Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Secretaria-Geral da Presidência da República ou Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, para o monitoramento contínuo da pesca, devendo os proprietários, armadores ou arrendatários das embarcações pesqueiras arcar unicamente com os custos de alimentação e acomodação a bordo do observador científico.

Art. 4º Fica proibida a pesca do pargo durante o período de 15 de dezembro a 30 de abril, anualmente.

§ 1º A retenção a bordo e o desembarque da espécie mencionada no **caput** deste artigo, será tolerado somente até o dia 18 de dezembro de cada ano.

§ 2º A largada das embarcações que operam na pesca de **Lutujanus purpureus** (pargo), devidamente permissionadas, será permitida a partir de zero hora do dia 1º de maio de cada ano.

Art. 5º As pessoas físicas ou jurídicas que atuam na captura de **Lutujanus purpureus** (pargo), bem como na conservação, beneficiamento, industrialização ou comercialização da espécie, deverão fornecer às Superintendências do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, até o dia 22 de dezembro de cada ano, a relação detalhada do estoque desta espécie, existente até o dia 18 de dezembro de cada ano, nos moldes do Anexo I desta Portaria Interministerial.

§ 1º Durante o período de defeso estabelecido no **caput** do art. 4º desta Portaria Interministerial, o transporte, a estocagem, o beneficiamento, a industrialização e a comercialização de qualquer volume de **Lutujanus purpureus** (pargo), só serão permitidos se originários do estoque declarado na forma deste artigo.

§ 2º O transporte, a estocagem, o beneficiamento, a industrialização e a comercialização de qualquer volume de **Lutujanus purpureus** (pargo), fica proibido de 16 de fevereiro a 30 de abril de cada ano.

Art. 6º A captura de **Lutujanus purpureus** (pargo), do limite norte do Estado do Amapá até a divisa do Estado do Maranhão com o Estado do Piauí, somente será permitida com o emprego dos seguintes métodos e petrechos de pesca:

I - espinhel vertical tipo pargueira, com a utilização de anzóis de números seis, cinco e quatro com aberturas igual ou superior a um centímetro e seis milímetros; e

II - armadilha do tipo covo ou manzuá, com malha fixa em forma de losango, hexágono, ou outra qualquer, cuja diagonal de menor comprimento entre nós opostos (losango) ou mediana de menor comprimento entre nós opostos (hexágono), seja igual ou superior a treze centímetros, em todas as seções do covo.

Art. 7º Limitar a frota que opera na captura de **Lutujanus purpureus** (pargo) nas modalidades de pesca 1.8, 1.9 e 1.10, do Anexo I da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, a cento e cinquenta embarcações, devidamente autorizadas.

Parágrafo único. Do total definido no **caput**, poderão ser autorizadas até vinte e cinco embarcações com o comprimento superior a quinze metros de comprimento.

Art. 8º A emissão da autorização de pesca no ano de 2018 e anos subsequentes, fica condicionada à vistoria prévia e presencial das embarcações de que trata o art. 7º e dos seus petrechos de pesca, quando deve ser comprovado:

I - comprimento total conforme o Título de Inscrição de Embarcação junto a marinha (TIE);

II - atendimento às especificações definidas para os petrechos de pesca; e

III - adesão da embarcação ao PREPS e o cumprimento da legislação específica sobre as normas do Programa;

Parágrafo único. Até 30 de abril de 2019 todas as embarcações com autorizações de pesca vigentes deverão ter sido vistoriadas de acordo com os incisos I a III do **caput** deste artigo.

Art. 9º As embarcações de que trata o artigo 7º desta Portaria Interministerial poderão ser substituídas somente em caso de naufrágio, destruição ou desativação.

§ 1º As substituições por desativação poderão ser efetivadas desde que o interessado apresente, por ocasião do pedido de Permissão Prévia de Pesca para embarcação a ser construída, o Termo de Compromisso de Desativação da embarcação a ser substituída.

§ 2º O registro e a Permissão Prévia de Pesca da nova embarcação ficam condicionados ao cancelamento do registro anterior e da respectiva permissão da embarcação desativada, naufragada ou destruída.

Art. 10. Periodicamente, as medidas estabelecidas serão avaliadas e revisadas de acordo com os dados de monitoramento, considerando sua efetividade para assegurar a sustentabilidade no uso e recuperação da espécie e as recomendações definidas no plano de recuperação nacional do **Lutujanus purpureus** (pargo).

Art. 11. O órgão competente deverá, até o dia 31 de março de cada ano, dar publicidade aos dados dos mapas de bordo referentes às pescarias efetuadas no ano anterior, resguardadas as informações pessoais, conforme previsto na legislação vigente.

Art. 12. A não entrega de mapas de bordo, nos prazos previstos na legislação vigente, resultará na suspensão das atividades pesqueiras, pelo período de noventa dias, a serem aplicados durante os meses de pesca permitida, sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação.

Parágrafo único. A reincidência do previsto no **caput** resultará na suspensão da autorização de pesca pelo período de cento e oitenta dias, a serem aplicados durante os meses de pesca permitida.

Art. 13. O descumprimento das normas do PREPS acarretará nas sanções previstas na legislação vigente.

Art. 14. Os responsáveis por embarcações que forem autuadas praticando pesca em desacordo com as medidas estabelecidas nesta Portaria Interministerial, independente de outras sanções, perderão a permissão de pesca da embarcação, na forma prevista na legislação vigente.

Art. 15. Aos infratores das regras previstas na presente Portaria Interministerial serão aplicadas as penalidades e as sanções previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 16. Ficam revogados:

I - a Instrução Normativa nº 04, de 11 de março de 2004, do Ministério do Meio Ambiente;

II - a Instrução Normativa nº 22, de 18 de outubro de 2007, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Secretaria-Geral da Presidência da República;

III - a Instrução Normativa nº 26, de 26 de novembro de 2007, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Secretaria-Geral da Presidência da República;

IV - o parágrafo único do artigo 1º da Instrução Normativa SEAP nº 001, de 28 de fevereiro de 2005, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República;

V - a Instrução Normativa nº 168, de 4 de setembro de 2007, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;

VI - a Instrução Normativa Interministerial nº 08, de 08 de junho de 2012, dos Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente; e

VII - o inciso II do artigo 1º da Portaria nº 161, de 20 de abril de 2017, do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 17. Esta Portaria Interministerial entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO FONSECA DE SOUZA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

EDSON DUARTE
Ministro de Estado do Meio Ambiente Interino

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE ESTOQUE

DECLARAÇÃO DE ESTOQUE PARA O PARGO NO PERÍODO DE PROIBIÇÃO DA PESCA*

1 - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA:

NOME/EMPRESA:
ENDEREÇO:
CNPJ/CPF:
TELEFONE:
MUNICÍPIO/ ESTADO:

2 - FORMA DO PRODUTO ESTOCADO

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE (KG)
Peixe inteiro com cabeça:	
Peixe inteiro sem cabeça:	
Postas:	
Filé sem pele:	
Bexiga natatória ("grude"):	
Outros subprodutos (descrever quais):	

3 - LOCAL DE ARMAZENAMENTO

ENDEREÇO:

*Preencher uma declaração para cada local de armazenamento.

Ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, declaro serem verídicas as informações constantes deste documento e estar sujeito às penalidades previstas na Lei de Crimes Ambientais nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

LOCAL: _____

DATA DE EMISSÃO: _____

_____
ASSINATURA DO DECLARANTE

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 43, DE 27 DE JULHO DE 2018

Regulamenta a pesca da espécie **Sciades parkeri** (gurijuba) nas águas jurisdicionais brasileiras.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso da atribuição que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, o art. 12, §2º, inciso I, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 e no Decreto nº 6.981, de 13 de outubro de 2009; na Portaria MMA nº 230, de 14 de junho de 2018, e de acordo com o que consta nos Processos nºs 02000.002782/2014-51 e 02000.008704/2018-93, resolve

Art. 1º Estabelecer medidas, critérios e padrões para o ordenamento da pesca da espécie **Sciades parkeri** (gurijuba) nas águas jurisdicionais brasileiras, observando-se as regras previstas no seu plano de recuperação nacional e nesta Portaria Interministerial.

Parágrafo único: Enquanto vigorar a classificação oficial da espécie **Sciades parkeri** (gurijuba) como espécie ameaçada de extinção em nível nacional, a vigência dessa Portaria está diretamente vinculada à vigência da Portaria MMA nº 230 de 2018 ou de outra norma que vier a substituí-la, oficializando um Plano de Recuperação Nacional e declarando a espécie passível de uso.

Art. 2º Fica permitida a captura, a retenção, o transporte, o beneficiamento e a comercialização da espécie **Sciades parkeri** (gurijuba), para indivíduos capturados com o comprimento total (CT) maior ou igual a cinquenta e cinco centímetros.

§ 1º Na hipótese de captura incidental da espécie **Sciades parkeri** (gurijuba) em desacordo com o disposto nesta Portaria, os animais deverão ser liberados ou descartados no ato da captura.

§ 2º A captura, a liberação ou o descarte de que trata o §1º será registrado conforme o disposto na regulamentação específica que trate sobre o tema.

Art. 3° Fica proibida a pesca direcionada, o transporte, o desembarque e a comercialização da espécie **Sciades parkeri** (gurijuba) e seus subprodutos durante o período de 17 de novembro a 31 de março, para todos os métodos de captura e para todas as embarcações.

§ 1° As pessoas físicas ou jurídicas que atuam no armazenamento, transporte, no beneficiamento, na industrialização ou na comercialização da espécie **Sciades parkeri** (gurijuba) poderão realizar essas atividades durante o período estabelecido no **caput**, exclusivamente, quando fornecerem, até o dia 25 de novembro de cada ano, a declaração de estoques preenchida conforme consta no Anexo I desta Instrução Normativa Interministerial, a ser entregue nas Superintendências do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.

§ 2° Durante o período estabelecido no **caput**, o transporte, a estocagem, a conservação, o beneficiamento, a industrialização e a comercialização de qualquer volume de **Sciades parkeri** (gurijuba) ou seus subprodutos somente serão permitidos se originários de estoque declarado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e se estiverem acompanhados de cópia da respectiva declaração, nos moldes do Anexo I desta Instrução Normativa.

§ 3º A retenção a bordo e o desembarque da espécie **Sciades parkeri** (gurijuba), por qualquer embarcação, serão tolerados até o dia 20 de novembro de cada ano.

Art. 4º Todas as embarcações autorizadas a capturar a espécie **Sciades parkeri** (gurijuba) com o uso de espinhel, conforme disposto na modalidade 1.5 (espinhel horizontal de fundo) do Anexo I da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 10, de 10 de junho de 2011, ficam obrigadas a usar

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

e manter em funcionamento equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação, nos moldes do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras-PREPS durante as operações de pesca, e entregar os mapas de bordo.

§ 1º A adesão ao sistema de rastreamento descrito no **caput** deverá ser feita no prazo de:

I - doze meses contado a partir da publicação desta portaria, para as embarcações com comprimento maior que doze metros;

II - vinte e quatro meses contado a partir da publicação desta portaria, para as embarcações com comprimento maior que dez metros; e

II - trinta e seis meses contado a partir da publicação desta portaria, para as embarcações com comprimento menor ou igual a dez metros.

§ 2º As embarcações ficam obrigadas a garantir, sempre que solicitada, o embarque de observador científico indicado pela Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Secretaria-Geral da Presidência da República ou Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, para o monitoramento contínuo da pesca da espécie **Sciades parkeri** (gurijuba).

Art. 5º Os órgãos competentes promoverão a publicidade e a divulgação das medidas definidas no plano de recuperação da espécie **Sciades parkeri** (gurijuba) e da sua implementação junto às comunidades tradicionais e demais usuários, considerando os meios de comunicação mais apropriados.

Art. 6º No prazo de doze meses, contado da publicação desta Portaria Interministerial, deverão ser produzidas, no âmbito do Sistema de Gestão Compartilhada do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros, medidas complementares para promover a conservação e recuperação da gurijuba, podendo abranger:

I - a proteção de áreas, ecossistemas e/ou períodos críticos para o ciclo de vida da espécie;

II - a regulamentação de petrechos utilizados na pesca da espécie, com o objetivo de reduzir a captura incidental de indivíduos abaixo do tamanho mínimo definido;

III - medidas de monitoramento da atividade pesqueira, incluindo a expansão do rastreamento por satélite para todas as frotas que capturam a espécie; e

IV - outros aspectos relevantes para a conservação e gestão da espécie.

Art. 7º As penalidades e as sanções estabelecidas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, serão aplicadas aos infratores ao disposto nesta Portaria.

§ 1º As embarcações que atuarem em desacordo com as medidas estabelecidas nesta Portaria, independentemente de outras sanções, terão suas autorizações de pesca canceladas ou suspensas por prazo definido pelo órgão competente, o qual não poderá ser inferior a seis meses.

Art. 8º Fica revogada a Portaria IBAMA nº 73, de 9 de setembro de 1996.

Art. 9º Esta Portaria Interministerial entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO FONSECA DE SOUZA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

EDSON DUARTE
Ministro de Estado do Meio Ambiente

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE ESTOQUE

DECLARAÇÃO DE ESTOQUE PARA GURIJUBA NO PERÍODO DE PROIBIÇÃO DA PESCA*

1 - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA:
NOME/EMPRESA:
ENDEREÇO:
CNPJ/CPF:
TELEFONE:
MUNICÍPIO/ ESTADO:

2 - FORMA DO PRODUTO ESTOCADO

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE (KG)
Peixe inteiro com cabeça:	
Peixe inteiro sem cabeça:	
Postas:	
Filé sem pele:	
Bexiga natatória ("grude"):	
Outros subprodutos (descrever quais):	

3 - LOCAL DE ARMAZENAMENTO
ENDEREÇO:

*Preencher uma declaração para cada local de armazenamento.

Ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama, declaro serem verídicas as informações constantes deste documento e estar sujeito às penalidades previstas na Lei Crimes Ambientais nº 9.605, de 1998.

LOCAL: _____

DATA DE EMISSÃO: _____

_____
ASSINATURA DO DECLARANTE

SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E DA PESCA

PORTARIA Nº 112, DE 24 DE JULHO DE 2018

Regulariza o Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP, categoria Aquicultor, por meio de Autorização de Regularidade Provisória, para aqueles requerimentos que não são finalizados no Sistema Informatizado do RGP - SisRGP, até 31 de dezembro de 2018.

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E DA PESCA, DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições de que trata o art. 87, parágrafo único, I e II, da Constituição Federal e da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017 e o Decreto nº 9.330, de 05 de abril de 2018, e o constante dos autos do processo nº 00350.001490/2018-29, resolve:

Art. 1º Regularizar o Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP, categoria Aquicultor, por meio de Autorização de Regularidade Provisória para aqueles requerimentos que foram analisados pelos Escritórios Federais da Aquicultura e da Pesca nos Estados - EFAP's, e que não foi possível a emissão do Certificado e Registro ou de Licença de Aquicultor dentro do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP.

Art. 2º Para emissão da Autorização de Regularidade Provisória do RGP Aquicultor, os EFAP's deverão inicialmente analisar se a documentação exigida pela Instrução Normativa MPA nº 06, de 19 de maio de 2011, foi totalmente entregue, tanto para procedimentos de solicitação inicial ou renovação.

Parágrafo único. Em caso de cumprimento do exigido na normativa, o EFAP está autorizado a emitir a Autorização de Regularidade Provisória do RGP Aquicultor, que deverá ser assinada pelo Coordenador do EFAP, ou seu devido substituto.

Art. 3º Para emissão da Autorização de Regularidade Provisória do RGP Aquicultor, o EFAP deverá inserir na Autorização o Número do RGP quando o interessado já estiver inserido no SisRGP, ou então, adotar e controlar internamente, nova sequência para novos cadastros ainda sem numeração.

Parágrafo único. A sequência a ser adotada pelos EFAP nos casos de novos cadastros, que ainda não possuem número de RGP dentro do SisRGP deverá conter 6 (seis) dígitos alfanuméricos, sendo: 3 (três) dígitos alfabéticos, sendo os dois primeiros as letras do Estado onde o RGP está sendo emitido, e a última sendo: "R": em caso de Registros; e "L" em caso de Licenças; e 3 (três) dígitos numéricos, sendo uma sequência de números inteiros reais a serem iniciados por 001.

Art. 4º A validade da Autorização de Regularidade Provisória do RGP Aquicultor será de 12 (doze) meses, a contar da data de emissão do documento, e só poderá ser emitida até o dia 31 de dezembro de 2018, tendo, portanto, validade máxima até 31 de dezembro de 2019.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DAYVSON FRANKLIN DE SOUZA

ANEXO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E DA PESCA

AUTORIZAÇÃO DE REGULARIDADE PROVISÓRIA DO RGP AQUICULTOR

O ESCRITÓRIO FEDERAL DA AQUICULTURA E DA PESCA do Estado de _____, no uso de suas atribuições dadas pela Portaria MPA nº 523, de 03 de dezembro de 2010, Art. 56, inciso XIX; em conformidade com o Decreto nº 9.330, de 04 de abril de 2018; a Instrução Normativa MPA nº 06, de 29 de junho de 2011; e a Portaria SEAP nº 13, de 16 de maio de 2018:

Declara que o requerente abaixo relacionado está devidamente regularizado perante esta Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca – SEAP, e que o Certificado de Registro/Licença de Aquicultor ainda não foi emitido devido a problemas dentro do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira – SisRGP, que impediu a finalização da emissão do Certificado.

Número do Processo:
Número do RP Provisório:
Nome/Razão Social:
CPF/CNPJ:
Endereço do Projeto:
Município:
UF:
Tipo de Atividade:
Data de Validade do RGP Provisório:

Esta Autorização tem validade de 12 (doze) meses a partir da data de sua emissão, e vale, para todos os fins, como documento comprobatório de regularidade do Registro Geral da Atividade Pesqueira para a categoria AQUICULTOR.

_____, _____ de _____ de 2018.

_____
Coordenador (a) da Aquicultura e da Pesca

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 6 DE JULHO DE 2018

(Lavrada na forma de sumário, conforme facultado pelo parágrafo primeiro do artigo 130 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976)
EMPRESA PÚBLICA
CNPJ nº 26.461.699/0001-80
NIRE/NIRC nº 5350000093-3

I - DATA, HORA E LOCAL:

Assembleia realizada no dia 6 de julho de 2018, às 10 horas, na Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto A, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal.

II - PRESENÇAS, QUORUM E CONVOCAÇÃO:

Estava presente a totalidade do capital social, na pessoa do Procurador da Fazenda Nacional Milton Bandeira Neto, representante da União, designado pela Portaria nº 128, de 12 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 14 de março de 2018, realizou-se em primeira convocação a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída por fusão autorizada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, CNPJ nº 26.461.699/0001-80, NIRE/NIRC nº 5350000093-3, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nos termos do Decreto nº 4.514, de 13 de dezembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2002, convocada pelo Ofício SEI nº 213/2018/CAS/PGACFFS/PGFN-MF, datado de 13 de junho de 2018. Presente também, em atenção ao disposto no parágrafo 1º do artigo 134 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei de Sociedades por Ações, o Presidente da Conab, Sr. Francisco Marcelo Rodrigues Bezerra e a Chefe da Assessoria de Apoio aos Conselhos, Regina Maria Pereira Gomide dos Reys.

III - MESA:

Presidente: Francisco Marcelo Rodrigues Bezerra
Representante da União: Milton Bandeira Neto
Secretária: Regina Maria Pereira Gomide dos Reys

IV - ORDEM DO DIA:

Assembleia Geral Extraordinária

I - Eleição dos conselheiros independentes e do indicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, do conselheiro representante dos empregados, bem como pela ratificação das nomeações dos demais membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal;

II - Proposta de adequação do Estatuto Social da Conab.

V - DELIBERAÇÕES ADOTADAS:

Em Questão de Ordem

Foi aprovada, pelo Procurador da Fazenda Nacional Milton Bandeira Neto, a lavratura da ata sob a forma de sumário, nos termos do artigo 130 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

A União, com base nos pareceres da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, da Secretária-Executiva do Ministério da Fazenda, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN e da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, autorizou o representante da União, na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Processo nº 10951.103007/2018-24, a votar: a) pela eleição dos conselheiros independentes e do indicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, do conselheiro representante dos empregados, bem como pela ratificação das nomeações dos demais membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, conforme a seguir: Conselho de Administração, com gestão unificada de 2 (dois) anos, cujo término se dará em 16 de maio de 2019: i. ANTONIO SÁVIO LINS MENDES - representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP, nomeado pelo Decreto de 02/01/2017, publicado no DOU de 03/01/2017; ii. ALEXANDRE PONTES PONTES - representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, nomeado pelo Decreto de 26/04/2017, publicado no DOU de 26/04/2017; iii. RAPHAEL VIANNA DE MENEZES - representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, nomeado pelo Decreto de 23/05/2016, publicado no DOU de 24/05/2016; iv. EUMAR ROBERTO NOVACKI - indicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; v. ANTONIO LUIZ FERREIRA DA SILVA - Conselheiro Independente - indicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; vi. FERNANDO COIMBRA JÚNIOR - Conselheiro Independente - indicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; vii. FRANCISCO DE ASSIS XAVIER SEGUNDO - representante dos empregados. Conselho Fiscal, com prazo de atuação de 2 (dois) anos: i. LÚCIA AIDA ASSIS DE LIMA - Titular - representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, nomeada pela Portaria MAPA n.º 1.371, de 20/06/2017, publicada no DOU de 21/06/2017, com prazo de atuação até 19/12/2019; ii. CLARITA COSTA MAIA - Titular - representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, nomeada pela Portaria MAPA n.º 192, de 23/09/2016, publicada no DOU de 22/09/2016 retificação publicada no DOU de 23/09/2016, com prazo de atuação até 19/12/2019; iii. ISAMARA BARBOSA CAIXETA - Titular - representante do Ministério da Fazenda/STN, nomeada pela Portaria MAPA n.º 1.263, de 14/06/2017, publicada no DOU de 16/06/2017, com prazo de atuação até 19/12/2019 iv. LIZANE SOARES FERREIRA - Suplente - representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, nomeada pela Portaria MAPA n.º 192, de 20/06/2017, publicada no DOU de 21/06/2017, com prazo de atuação até 19/12/2019; v. HO YIU CHENG - Suplente - representante do Ministério da Fazenda/STN, nomeada pela Portaria MAPA n.º 1.264, de 14/06/2017, publicada no DOU de 16/06/2017, com prazo de atuação até 19/12/2019;

b) pela alteração dos seguintes artigos do Estatuto Social: 17, IV; 18, I a V; 21, parágrafo único; 23, c; 25, §2º; 45, parágrafo único; 46, caput, II, III, V, VI e parágrafo único; 51; 55, I; 66, XVIII, XXX, XXXII, XXXV, XXXIX, L e §3º; 68; 75; 76; 77, X a XII; 78, XII, XIV e §1º; 79, caput e II; 80; 81; 82, 109, IX, 114, 115 §§ 1º e 2º; 124; 127; 128, parágrafo único; 129, II; 130, 131; 132, caput, I, V e X; 140, caput, I a III, §§ 1º e 2º; e 142, conforme anexo, rubricado pela PGFN.

Foram eleitos os conselheiros independentes, o indicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, o conselheiro representante dos empregados, bem como foi ratificada as nomeações dos demais membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Foi aprovada, outrossim, a consolidação do Estatuto Social para refletir as alterações acima referidas. Sem mais, o Presidente declarou encerrada a Assembleia Geral Extraordinária.

FRANCISCO MARCELO RODRIGUES BEZERRA
Presidente da Assembleia Geral Extraordinária

MILTON BANDEIRA NETO
Procurador da Fazenda Nacional
Representante da União

REGINA MARIA PEREIRA GOMIDE DOS REYS
Secretária

Ata registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o nº 1085158

ANEXO

ESTATUTO SOCIAL - CONAB VIGENTE	ESTATUTO SOCIAL - ALTERAÇÕES
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB
Art. 17.	Art. 17.
IV - alteração do estatuto social;	IV - alteração do Estatuto Social;
Art.18.	Art.18.
I) o Conselho de Administração;	I) Conselho de Administração;
II) o Conselho Fiscal;	II) Conselho Fiscal;
III) a Diretoria Executiva;	III) Diretoria Executiva;
IV) o Comitê de Auditoria; e	IV) Comitê de Auditoria; e
V) o Comitê de Elegibilidade.	V) Comitê de Elegibilidade.
Art. 21.	Art. 21.
Parágrafo único: os membros dos Comitês estatutários se submetem, além das normas legais pertinentes, ao presente Estatuto, ao Regimento Interno da Conab, e demais normas internas, bem como ao respectivo Regimento ou Regulamento do órgão do qual fizer parte.	Parágrafo único: os membros dos Comitês estatutários se submetem, além das normas legais pertinentes, ao presente Estatuto Social, ao Regimento Interno da Conab, e demais normas internas, bem como ao respectivo Regimento ou Regulamento do órgão do qual fizer parte.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 23.	Art. 23.
c) quatro anos em cargo em comissão ou função de confiança equivalente a nível 4, ou superior, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores DAS, em pessoa jurídica de direito público interno;	c) quatro anos em cargo em comissão ou função de confiança equivalente a nível 4, ou superior, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS, em pessoa jurídica de direito público interno;
Art. 25.	Art. 25.
§ 2º A ausência dos documentos referidos no parágrafo primeiro importará em rejeição do formulário pelo Comitê de Elegibilidade da Conab.	§ 2º A ausência dos documentos referidos no § 1º importará em rejeição do formulário pelo Comitê de Elegibilidade da Conab.
Seção XIX	Seção IX
Art. 45.	Art. 45.
Parágrafo único. É vedada a recondução do Administrador ou do Conselheiro Fiscal que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela Conab nos últimos dois anos.	Parágrafo único. É vedada a recondução do Administrador ou do Conselheiro Fiscal que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela Conab nos últimos 2 (dois) anos.
Seção X	Seção X
CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE	CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE
Art. 46. Deverá ser elaborado e divulgado Código de Conduta e Integridade, que disponha sobre:	Art. 46. Deverá ser elaborado e divulgado Código de Conduta Ética e Integridade, que disponha sobre:
II - instâncias internas responsáveis pela atualização e aplicação do Código de Conduta e Integridade;	II - instâncias internas responsáveis pela atualização e aplicação do Código de Conduta Ética e Integridade;
III - canal de denúncias que possibilite o recebimento de denúncias internas e externas relativas ao descumprimento do Código de Conduta e Integridade e das demais normas internas de ética e normas obrigacionais;	III - canal de denúncias que possibilite o recebimento de denúncias internas e externas relativas ao descumprimento do Código de Conduta Ética e Integridade e das demais normas internas de ética e normas obrigacionais;
V - sanções aplicáveis em caso de violação às regras do Código de Conduta e Integridade;	V - sanções aplicáveis em caso de violação às regras do Código de Conduta Ética e Integridade;
VI - previsão de treinamento periódico, no mínimo anual, sobre Código de Conduta e Integridade, a empregados, Administradores e Conselheiros Fiscais, e sobre a Política de Gestão de Riscos, a Administradores.	VI - previsão de treinamento periódico, no mínimo anual, sobre Código de Conduta Ética e Integridade e Política de Gestão de Riscos, Conformidade e Controles Internos a empregados, Administradores e Conselheiros Fiscais.
Parágrafo único. Todos os empregados, administradores e membros do Conselho Fiscal deverão assinar termo de ciência do Código de Conduta e Integridade.	Parágrafo único. Todos os empregados, Administradores e membros do Conselho Fiscal deverão assinar termo de ciência do Código de Conduta Ética e Integridade.
Art. 51. A Conab poderá manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos Administradores, na forma e extensão definidas pelo Conselho de Administração, para cobertura das despesas processuais e honorários advocatícios de processos judiciais e administrativos instaurados contra eles relativos às suas atribuições junto à empresa.	Art. 51. A Conab deverá manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos Administradores, na forma e extensão definidas pelo Conselho de Administração.
Seção XIII	Seção XII
QUARENTENA PARA DIRETORIA	QUARENTENA PARA DIRETORIA EXECUTIVA
Art.55.	Art.55.
I - 5 (três) indicados pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sendo 2 (dois) conselheiros independentes;	I - 5 (cinco) indicados pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sendo 2 (dois) conselheiros independentes;
Art.66.	Art.66.
XVIII - aprovar as Políticas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos, Dividendos e Participações Societárias, bem como outras políticas gerais da Conab;	XVIII - aprovar as Políticas de Gestão de Riscos, Conformidade e Controles Internos e Distribuição de Dividendos, bem como outras políticas gerais da Conab;
XXX - nomear e destituir os titulares da Auditoria Interna, após aprovação do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União;	XXX - nomear, designar, exonerar e dispensar os titulares da Auditoria Interna, Corregedoria Geral, Ouvidoria e da Superintendência de Gestão de Riscos, Conformidade e Controles Internos.
XXXII - aprovar o Regimento Interno da Companhia, do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como o Código de Conduta e Integridade da Conab;	XXXII - aprovar o Regimento Interno da Companhia, do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como o Código de Conduta Ética e Integridade da Conab;
XXXV - subscrever Carta Anual com explicação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas;	XXXV - subscrever Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa com explicação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas;
XXXIX - promover anualmente análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, sob pena de seus integrantes responderem por omissão, devendo publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União;	XXXIX - promover anualmente análise de atendimento das metas e resultados na execução do Plano de Negócios e da Estratégia de Longo Prazo, sob pena de seus integrantes responderem por omissão, devendo publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União;
	L - aprovar a Política de alienação e cessão de bens imóveis.
	§ 3º A nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular da Auditoria Interna será submetida, pelo Diretor-Presidente da Conab, à aprovação do Conselho de Administração e, após, à aprovação do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União CGU.
Art. 68. A Diretoria Executiva é composta pelo Diretor-Presidente da Conab e 4 (quatro) Diretores Executivos.	Art. 68. A Diretoria Executiva é composta pelo Diretor-Presidente da Conab e 4 (quatro) Diretores-Executivos.
Art. 75. Os membros da Diretoria Executiva farão jus, anualmente, a 30 dias de licença-remunerada, que podem ser acumulados até o máximo de dois períodos, sendo vedada sua conversão em espécie e indenização.	Art. 75. Os membros da Diretoria Executiva farão jus, anualmente, a 30 (trinta) dias de licença-remunerada, que podem ser acumulados até o máximo de dois períodos, sendo vedada sua conversão em espécie e indenização.
Art. 76. A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por semana, e extraordinariamente sempre que necessário.	Art. 76. A Diretoria Executiva se reunirá ordinariamente uma vez por semana, e extraordinariamente sempre que necessário, na forma presencial, nas dependências da Conab.
Art.77.	Art.77.
X - deliberar sobre os assuntos que lhe submeta qualquer Diretor Executivo ou Diretor-Presidente;	X - deliberar sobre os assuntos que lhe submeta qualquer Diretor-Executivo ou Diretor-Presidente;
XI - apresentar, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, plano de negócios para o exercício anual seguinte e estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos cinco anos; e	XI - apresentar, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, Plano de Negócios para o exercício anual seguinte e Estratégia de Longo Prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos;
XII - cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, o Regimento Interno, as demais normas da Conab;	XII - cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, o Regimento Interno e as demais normas da Conab;
Art.78.	Art.78.
XII - assinar, com o Diretor Executivo da área competente, os atos que constituam ou alterem direitos ou obrigações da Conab, bem como aqueles que exonerem terceiros de obrigações para com ela, podendo, para tanto, delegar atribuições ou constituir procurador para esse fim;	XII - assinar, com o Diretor-Executivo da área competente, os atos que constituam ou alterem direitos ou obrigações da Conab, bem como aqueles que exonerem terceiros de obrigações para com ela, podendo, para tanto, delegar atribuições ou constituir procurador para esse fim;
XIV - sugerir, em lista tríplice, a eleição do titular da Auditoria Interna, observado o disposto no art. 66, inciso XXX;	XIV - instruir e preparar o processo de nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular da Auditoria Interna, mediante prévia determinação do Conselho de Administração, observado o disposto no Art. 65, Inciso XXX.
§ 1º Os diretores poderão constituir mandatários para a Empresa, hipótese em que especificarão em instrumento de mandato os atos ou as operações que os mandatários poderão praticar.	§ 1º O Diretor-Presidente e os Diretores-Executivos poderão constituir mandatários para a Companhia, hipótese em que especificarão em instrumento de mandato os atos ou as operações que os mandatários poderão praticar.
Art.79. São atribuições dos demais Diretores Executivos:	Art.79. São atribuições dos demais Diretores-Executivos:
II - participar das reuniões da Diretoria Executiva, concorrendo para a definição das políticas a serem seguidas pela Sociedade e relatando os assuntos da sua respectiva área de atuação; e	II - participar das reuniões da Diretoria Executiva, concorrendo para a definição das políticas a serem seguidas pela Companhia e relatando os assuntos da sua respectiva área de atuação; e
Art. 80. Os Diretores Executivos, além dos deveres e das responsabilidades próprias previstas em lei, neste Estatuto Social e no Regimento Interno, decorrentes da condição de membros da Diretoria Executiva, serão gestores das áreas de atividades que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração.	Art. 80. Os Diretores-Executivos, além dos deveres e das responsabilidades próprias previstas em lei, neste Estatuto Social e no Regimento Interno, decorrentes da condição de membros da Diretoria Executiva, serão gestores das áreas de atividades que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração.
Art. 81. As atribuições e poderes de cada Diretor Executivo serão detalhados no Regimento Interno da Conab.	Art. 81. As atribuições e poderes de cada Diretor-Executivo serão detalhados no Regimento Interno da Conab.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 82. O Conselho Fiscal é órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individuai. Além das normas previstas na Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, e sua regulamentação, aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal da Conab as disposições para esse colegiado previstas na Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive aquelas relativas a seus poderes, deveres e responsabilidades, a requisitos e impedimentos para investidura e a remuneração.	Art. 82. O Conselho Fiscal é órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual. Além das normas previstas na Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, e sua regulamentação, aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal da Conab as disposições para esse colegiado previstas na Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive aquelas relativas a seus poderes, deveres e responsabilidades, a requisitos e impedimentos para investidura e a remuneração.
Art. 109	Art. 109
IX - monitorar o cumprimento da Política de Integridade, Conformidade e Gerenciamento de Riscos, bem como do Código de Conduta e Integridade, conforme art. 18 do Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016;	IX - monitorar o cumprimento da Política Gestão de Riscos, Conformidade e Controles Internos, bem como do Código de Conduta Ética e Integridade, conforme art. 18 do Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016;
Art. 114. O Comitê de Elegibilidade terá 03 (três) membros, indicados pelo Conselho de Administração, sem remuneração adicional.	Art. 114. O Comitê de Elegibilidade terá 03 (três) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, sem remuneração adicional.
Art. 115.	Art. 115.
§ 1º O comitê de elegibilidade deverá se manifestar no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis, a partir do recebimento de formulário padronizado da entidade da Administração Pública responsável pelas indicações, sob pena de aprovação tácita e responsabilização de seus membros caso se comprove o descumprimento de algum requisito.	§ 1º O Comitê de Elegibilidade deverá se manifestar no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis, a partir do recebimento de formulário padronizado da entidade da Administração Pública responsável pelas indicações, sob pena de aprovação tácita e responsabilização de seus membros caso se comprove o descumprimento de algum requisito.
§ 2º As manifestações do comitê de elegibilidade, que serão deliberadas por maioria de votos com registro em ata, que deverá ser lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos e conter a transcrição apenas das deliberações tomadas.	§ 2º As manifestações do Comitê de Elegibilidade, que serão deliberadas por maioria de votos com registro em ata, que deverá ser lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos e conter a transcrição apenas das deliberações tomadas.
CAPÍTULO XIX	CAPÍTULO IX
Art. 124. O dividendo será pago no prazo de 60 dias da data em que for declarado, ou até o final daquele ano, quando autorizado pela Assembleia Geral de acionista.	Art. 124. O dividendo será pago no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado, ou até o final daquele ano, quando autorizado pela Assembleia Geral de acionista.
Art. 127. A Conab terá auditoria interna, área de conformidade e gestão de riscos e ouvidoria.	Art. 127. A Conab terá Auditoria Interna, Área de Gestão de Riscos, Conformidade e Controles Internos e Ouvidoria.
Art. 128.	Art. 128.
Parágrafo único. A nomeação e destituição dos membros titulares da Auditoria Interna será feita pelo Conselho de Administração, após a aprovação do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.	Parágrafo único: A nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular da Auditoria Interna será submetida, pelo Diretor-Presidente da Conab, à aprovação do Conselho de Administração e, após, à aprovação do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União CGU.
Art. 129.	Art. 129.
II - realizar auditoria periódica na CIBRIUS, entidade fechada de previdência complementar;	II - realizar auditoria periódica no Cibrius, entidade fechada de previdência complementar;
ÁREA DE CONFORMIDADE E GERENCIAMENTO DE RISCOS	ÁREA DE GESTÃO DE RISCOS, CONFORMIDADE E CONTROLES INTERNOS
Art. 130. A área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos será vinculada:	Art. 130. A Área de Gestão de Riscos, Conformidade e Controles Internos será vinculada:
Art. 131. A área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos poderá se reportar diretamente ao Conselho de Administração em situações em que se suspeite do envolvimento do Diretor-Presidente em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada.	Art. 131. A Área de Gestão de Riscos, Conformidade e Controles Internos poderá se reportar diretamente ao Conselho de Administração em situações em que se suspeite do envolvimento do Diretor-Presidente em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada.
Art. 132. À área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos compete:	Art. 132. À Área de Gestão de Riscos, Conformidade e Controles Internos compete:
I - propor Política de Integridade, Conformidade e Gerenciamento de Riscos para a Conab, as quais deverão ser periodicamente revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, e comunicá-las a todo o corpo funcional da organização;	I - propor Política de Gestão de Riscos, Conformidade e Controles Internos para a Conab, a qual deverá ser periodicamente revisada e aprovada pelo Conselho de Administração, e comunicá-las a todo o corpo funcional da organização;
V - verificar o cumprimento do Código de Conduta e Integridade, conforme art. 18 do Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016, bem como promover treinamentos periódicos aos empregados e dirigentes da Conab sobre o tema;	V - verificar o cumprimento do Código de Conduta Ética e Integridade, conforme art. 18 do Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016, bem como promover treinamentos periódicos aos empregados e dirigentes da Conab sobre o tema;
X - disseminar a importância da Conformidade e do Gerenciamento de Riscos, bem como a responsabilidade de cada área da Conab nestes aspectos; e	X - disseminar a importância da gestão de riscos, conformidade e controles internos, bem como a responsabilidade de cada área da Conab nestes aspectos; e
CAPITULO XII	CAPITULO XI
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	PESSOAL
Art. 140. A ocupação de cargo em comissão é privativa de empregado integrante do Quadro Permanente de Pessoal, exceto para os cargos especificados no Regimento Interno, quais sejam:	Art. 140. A ocupação de cargo em comissão é privativa de empregado integrante do Quadro Permanente de Pessoal, exceto para os cargos especificados no Regimento Interno, quais sejam:
I - gerenciais, assessoramento e de chefia de gabinete das unidades organizacionais pertencentes à estrutura da Presidência, na Matriz;	I - gerenciais, assessoramento e de chefia de gabinete das unidades organizacionais pertencentes à estrutura da Presidência, na Matriz;
II - de assessor vinculado diretamente às Diretorias Executivas;	II - de assessor vinculado diretamente às Diretorias Executivas;
	III - de titular da Auditoria Interna, Corregedoria Geral, Ouvidoria e da Superintendência de Gestão de Riscos, Conformidade e Controles Internos, obedecendo o disposto no Art. 66, Inciso XXX.
§ 1º Os cargos em comissão de titulares de unidade de jurisdição regional da Companhia serão preenchidos por empregados integrantes do Quadro Permanente de Pessoal da Conab.	§ 1º Os cargos em comissão de titulares de unidade de jurisdição regional da Companhia serão preenchidos por empregados integrantes do Quadro Permanente de Pessoal da Conab.
§ 2º Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e todos os titulares de cargos ou de funções gratificadas a Conab, ao tomarem posse, anualmente, e ao final do mandato ou da relação de emprego, apresentarão cópia da declaração de Imposto de Renda, ficando dispensados da exigência anual aqueles que, na condição de integrantes do Quadro Permanente de Pessoal, também forem isentos da apresentação da declaração de rendimentos, nos termos da legislação tributária.	§ 2º Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e todos os titulares de cargos ou de funções gratificadas a Conab, ao tomarem posse, anualmente, e ao final do mandato ou da relação de emprego, apresentarão cópia da declaração de Imposto de Renda, ficando dispensados da exigência anual aqueles que, na condição de integrantes do Quadro Permanente de Pessoal, também forem isentos da apresentação da declaração de rendimentos, nos termos da legislação tributária.
Art. 142. O disposto no art. 17, incisos V e VI, e no art. 66, inciso XIV, terão validade a partir de 30 de junho de 2018, permanecendo até aquela data válidas as prerrogativas atuais do Presidente da República para designar os Conselheiros de Administração, nomear os Diretores Executivos, bem como do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para designar os membros do Conselho Fiscal.	Excluir artigo.

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 60, DE 27 DE JULHO DE 2018

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao disposto no § 7° do art. 18 da Lei n° 9.456, de 25 de abril de 1997 e pelo Decreto n° 2.366, de 5 de novembro de 1997, defere os pedidos de proteção de cultivar das espécies relacionadas:

ESPÉCIE	DENOMINAÇÃO DA CULTIVAR	Nº PROTOCOLO
Glycine max (L.) Merr.	CD 2840	21806.000266/2013
Glycine max (L.) Merr.	BRS 6980	21806.000194/2015
Glycine max (L.) Merr.	BRS 8082CV	21806.000195/2015
Glycine max (L.) Merr.	CD 2681AP	21806.000213/2015
Glycine max (L.) Merr.	C59319IPRO	21806.000236/2016
Lactuca sativa L.	COUSTEAU	21806.000103/2017
Cucumis melo L.	EHMEL 201590	21806.000180/2017
Cucumis melo L.	EHMEL 201568	21806.000181/2017
Glycine max (L.) Merr.	55I57RSF IPRO	21806.000260/2017
Cucumis melo L.	MEDINA	21806.000284/2017
Phalaenopsis Blume	PHALDRIDOP	21806.000303/2017
Phalaenopsis Blume	PHALFOWIC	21806.000306/2017
Oryza sativa L.	PRIMORISO CL	21806.000314/2017

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação desta.

RICARDO ZANATTA MACHADO

Coordenador

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.499, DE 24 DE JULHO DE 2018

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do Processo MCTIC nº 01250.041126/2017-10, de 11 de julho de 2017, que os produtos e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvidos pela empresa Intelbras S.A. Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 82.901.000/0001-27, atendem às condições de bens de informática e automação, desenvolvidos no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto 1: Central de alarme de uso comercial para proteção contra roubo e incêndio.

Modelos: CENTRAL DE ALARME CONTRA ROUBO INTELBRAS AMT 2110; CENTRAL DE ALARME CONTRA ROUBO INTELBRAS AMT 1016 NET; CENTRAL DE ALARME CONTRA ROUBO INTELBRAS AMT 2118 EG.

Produto 2: Eletrificador de cerca.

Modelo: CERCA ELETRICA INTELBRAS ELC 5001.

Produto 3: Tradutor (Conversor) de protocolo para interconexão de redes ("Gateway").

Modelo: CONVERSOR DE PROTOCOLOS PON 1P ÓPTICA 1P LAN - ONU 110.

Produto 4: Terminal IP para transmissão e recepção de voz/dados (telefone IP).

Modelo: TELEFONE IP TIP 425.

Produto 5: Terminal telefônico para central de comutação para telefonia privada.

Modelo: TERMINAL DEDICADO TDMI 300.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 3.673-SEI, DE 18 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53900.003786/2014-43, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2.898/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer nº 00766/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 5 de dezembro de 2014, a permissão outorgada à Radio Belo Horizonte Ltda, nos termos da Portaria nº 1.335, de 23 de novembro de 1974, publicada no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1974, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

CONSULTA PÚBLICA Nº 22, DE 27 DE JULHO DE 2018

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, pelo art. 42 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, deliberou, em sua Reunião nº 855, de 26 de julho de 2018, submeter a comentários e sugestões do público geral, nos termos do constante dos autos do Processo nº 53500.054416/2017-20, a Proposta de Resolução que aprova o Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, no endereço http://www.anatel.gov.br, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas, preferencialmente, por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública (SACP), indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, no prazo de 30 (trinta) dias, sendo também consideradas as manifestações encaminhadas por carta, fax ou correspondência eletrônica para:

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E REGULAMENTAÇÃO - SPR

CONSULTA PÚBLICA Nº 22, DE 27 DE JULHO DE 2018

Proposta de Resolução que aprova o Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite

Setor de Autarquias Sul - SAUS - Quadra 6, Bloco F, Térreo - Biblioteca

CEP: 70070-940 - Brasília-DF

Telefone: (61) 2312-2001

Fax: (61) 2312-2002

Correio eletrônico: biblioteca@anatel.gov.br

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência, no endereço eletrônico http://www.anatel.gov.br.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

PORTARIA Nº 1.232, DE 27 DE JULHO DE 2018

Fixa os indicadores e as metas institucionais para o 10º Ciclo Avaliativo.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 46 do Regulamento da Anatel, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO a deliberação tomada por meio do Circuito Deliberativo nº 128, de 26 de julho de 2018;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 53500.022893/2018-15, resolve:

Art. 1º Fixar, de acordo com o Anexo a esta Portaria, os indicadores e as metas institucionais da Anatel e seus respectivos pesos, para o período compreendido de 1º de agosto de 2018 a 31 de julho de 2019, em consonância com o art. 5º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010.

Art. 2º Esta Portaria passa a ter efeitos a partir de 1º de agosto de 2018.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

ANEXO

Indicador	Meta	Responsável	Peso
Percentual de Realização do Plano Operacional de Fiscalização - IPof	Concluir no ciclo, no mínimo, 70% das ações de fiscalização previstas no Plano Operacional de Fiscalização (POF) com vencimento no ciclo	SFI	12,5
Taxa de Solicitações Registradas e Respondidas no prazo	Responder a 90% das solicitações dos usuários no prazo	SRC	12,5
Execução das Fases da Elaboração de Regulamentos	Execução de 100% das fases para os temas propostos	SPR	12,5
Notificações de Débito Expedidas	Notificar 90% do quantitativo de débitos apurados e passíveis de notificação	SAF	12,5
Taxa de Análise de Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura	Analisar 100% da soma de 80% dos contratos de compartilhamento de infraestrutura submetidos à Anatel dentro do ciclo avaliativos, com a quantidade total de eventual passivo remanescente do ciclo anterior	SCP	12,5
Tempo de Atendimento de Pedidos de Homologação	Atender 80% dos pedidos de homologação em até 45 dias	SOR	12,5
Instrução de Pados no Prazo Regimental	Instruir no prazo regimental 80% dos Pados com prazo vencendo no ciclo	SCO	12,5
Tempo de Atendimento de Pedidos de Outorga	Analisar 85% dos pedidos iniciais de autorização dos serviços presentes no módulo de outorga do Mosaico (SCM, STFC, SeAC e SLP), dentro do prazo de 5 dias	SOR	12,5

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 5.525, DE 24 DE JULHO DE 2018

Expede autorização ao MUNICIPIO DE PRESIDENTE KENNEDY, CNPJ nº 27.165.703/0001-26 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

RETIFICAÇÃO

No Ato nº 5.564, de 25 de Julho de 2018, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, página 26, do dia 27 de Julho de 2018, retifica-se conforme abaixo:

I - onde se lê: "Serviço Radioamador"

II - leia-se: "Serviço Limitado Privado".

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATO Nº 5.573, DE 25 DE JULHO DE 2018

Expede autorização à LOKCENTER COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 03.256.334/0001-19 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

ANDRE RODRIGUES PESSOA
Gerente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 14.984, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 53500.086469/2017-18.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência ao MINISTERIO DA DEFESA, CNPJ 03.277.610/0001-25, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Manaus/AM.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES

Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATOS DE 16 DE JULHO DE 2018

Nº 5.273- Processo nº 53500.008121/2018-62.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s), nos municípios de instalação das estações relacionadas, à ALGAR TELECOM S/A, CNPJ/MF nº 71.208.516/0001-74, associada à Autorização para explorar o Serviço Telefônico Fixo, em caráter precário e secundário.

Nº 5.283 - Processo nº 53548.000932/2018-79.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s), nos municípios de instalação das estações relacionadas, à E C DE M CANO - ME, CNPJ/MF nº 12.369.413/0001-27, associada à Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia em caráter precário e secundário.

Nº 5.295 - Processo nº 53500.005501/2018-45.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s), nos municípios de instalação das estações relacionadas, à MEGA MAX SERVICOS DE COMUNICACAO LTDA - ME, CNPJ/MF nº 21.341.283/0001-05, associada à Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia em caráter precário e secundário.

Nº 5.300 - Processo nº 53500.027812/2018-65.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s), nos municípios de instalação das estações relacionadas, à CLARO S.A., CNPJ/MF nº 40.432.544/0001-47, associada à Autorização para explorar o Serviço Móvel Pessoal, em caráter precário e secundário.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

ATOS DE 16 DE JULHO DE 2018

Nº 5.310 - Processo nº 53500.005174/2001.
Outorga autorização de Uso de Radiofrequência à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BONJARDINENSE DE RADIODIFUSÃO, CNPJ 01.338.661/0001-94, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Bom Jardim de Minas/MG.

Nº 5.318 - Processo nº 53500.030951/2018-76.
Outorga autorização de Uso de Radiofrequência à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE CACHOEIRINHA - ACREC , CNPJ n° 02.578.362/0001-90, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Cachoeirinha/RJ.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 17 DE JULHO DE 2018

Nº 5.319 - Processo nº 53500.027754/2018-70.
Outorga autorização de Uso de Radiofrequência à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO NOVA CONCEIÇÃO, CNPJ n° 10.826.267/0001-96, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Conceição das Alagoas/MG.

Nº 5.320 - Processo nº 53500.027755/2018-14.
Outorga autorização de Uso de Radiofrequência à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA, BOA NOTICIA, CNPJ n° 02.752.086/0001-34, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Duque Bacelar/MA.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 24 DE JULHO DE 2018

Nº 5.527 - Processo nº 53500.032938/2018-51.
Expede autorização à GUIVI TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/MF nº 06.158.818/0001-13, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 5.538 - Processo nº 53500.024879/2018-48.
Expede autorização à ALLIANSAT TELECOM EIRELI, CNPJ/MF nº 28.579.441/0001-09, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 5.539 - Processo nº 53500.033026/2018-05.
Expede autorização à UCAN TRANSMISSAO DIGITAL LTDA, CNPJ/MF nº 09.368.430/0001-35, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 5.540 - Processo nº 53500.026080/2018-96.
Expede autorização à FIBER CONECTIVIDADE LTDA. ME., CNPJ nº 13.369.634/0001-68, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 5.541 - Processo nº 53500.032944/2018-17.
Expede autorização à BRAZILINK SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 24.996.033/0001-00, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 5.542 - Processo nº 53500.027345/2018-73.
Expede autorização à W3 NETWORK LTDA, CNPJ nº 05.230.079/0001-60, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 5.545 - Processo nº 53500.027332/2018-02.
Expede autorização à W3 LUCAS EIRELI, CNPJ nº 08.933.656/0001-79, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 5.560 - Processo nº 53500.026099/2018-32.
Expede autorização à ITANEL PROVEDORES DE INFORMATICA LTDA - EPP, CNPJ/MF nº 00.068.334/0001-05, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

ATO Nº 5.605, DE 26 DE JULHO DE 2018

Processo nº 53500.033837/2018-06.
Autoriza TIM CELULAR S.A., CNPJ nº 04.206.050/0001-80, a realizar operação temporária em Salinópolis/PA, no Período de 27/07/2018 a 24/09/2018

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 5.614, DE 27 DE JULHO DE 2018

Processo nº 53500.033630/2018-23.
Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação cidade de Vila Belmiro/SP, em 25 de Julho de 2018.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

EXTRATO DE PARECER Nº 44/2018

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o CONCEA apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de cancelamento de credenciamento:
Processo nº: 01200.002191/2013-83 (152)
CNPJ detentor do CIAEP: 60.411.527/0010-21 - FILIAL
Razão Social: LABORATÓRIO BIO-VET S/A
Nome da Instituição: ********
Endereço da Instituição: Estrada São Roberto, 360 - Sorocamirim - CEP: 18.150-000 - Ibiúna/SP
Modalidade de solicitação: Requerimento de cancelamento de credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO - CIAEP CANCELADO
CIAEP: 01.0164.2014 - CANCELADO
O Concea, após análise do pedido de cancelamento do credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 44/2018/Concea.
A instituição apresentou todos os documentos conforme disposto no §1º do art. 7º da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.
O Concea esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

MONICA L. ANDERSEN

EXTRATO DE PARECER Nº 45/2018

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e art. 7º da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer para o seguinte pedido de extensão do Credenciamento Institucional para Atividades com Animais em Ensino ou Pesquisa Científica - CIAEP:
Processo nº: 01200.002192/2013-28 (153)
CIAEP: 01.0213.2014
CNPJ detentor do CIAEP: 60.411.527/0001-30 MATRIZ
Razão Social: LABORATÓRIO BIO-VET S/A
Nome da Instituição: ********
Endereço da Instituição: Rua Coronel José Nunes dos Santos, n° 639
CEP: 06730-000 - Vargem Grande Paulista/SP
Modalidade de solicitação: Extensão do Credenciamento Institucional para Atividades com Animais em Ensino ou Pesquisa Científica - CIAEP.
Decisão: DEFERIDO
CNPJ incluído no CIAEP:
CNPJ: 60.411.527/0010-21 - FILIAL - Campus Canoinhas
Razão Social: LABORATÓRIO BIO-VET S/A
Nome da Instituição: ********
Endereço: Estrada São Roberto, 360 - Sorocamirim - CEP. 18.150-000 - Ibiúna/SP
O Concea, após análise do pedido de extensão do Credenciamento Institucional para Atividades com Animais em Ensino ou Pesquisa Científica - CIAEP da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº. 45/2018/ Concea.
A instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.
O Concea esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

MONICA L. ANDERSEN

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 23, DE 16 DE JULHO DE 2018

O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.866, de 03/10/2017 e tendo em vista o disposto no Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I (Emenda Constitucional nº 85/2015, Lei 13.243/2016, Lei nº 10.973/04 e Decreto nº 9.283/2018), no Marco Legal das Fundações de Apoio (Lei nº 8.958/94 e Decreto nº 7.423/10) e nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, resolve:
Regulamentar os procedimentos a serem adotados para o credenciamento de Fundações de Apoio junto ao CNPq para o recebimento e repasse de recursos oriundos de fontes privadas, para projetos de pesquisa aprovados em ações do CNPq.
Esta Resolução Normativa entra em vigor a partir da data da sua publicação.
http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/6251364

MARIO NETO BORGES

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

DESPACHO Nº 509-SEI, DE 24 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.017053/2018-18, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 6789/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 28 de fevereiro de 2018, da frequência 560 KHz, outorgada à Fundação Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Guarapuava, no estado do Paraná.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 544-SEI, DE 24 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.014398/2018-10, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 7144/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 15 de março de 2018, da frequência 1460 KHz, outorgada à Rádio Litoral Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Imbé, no estado do Rio Grande do Sul.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 784-SEI, DE 24 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.065903/2017-11, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 9799/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 25 de outubro de 2017, da frequência 850 KHz, outorgada à Sociedade Rádio Difusora Nortestado Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de São Gabriel do Oeste, estado de Mato Grosso do Sul.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 787-SEI, DE 24 DE JULHO DE 2017

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.027007/2017-46, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 9821/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 10 de maio de 2017, da frequência 1320 KHz, outorgada à Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Assaré, estado do Ceará.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 789-SEI, DE 24 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.031817/2017-05, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 9856/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 31 de maio de 2017, da frequência 1240 KHz, outorgada à Sociedade Rádio Difusora de Campo Grande Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 1.360-SEI, DE 27 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 1º, inciso II, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do processo n.º 01250.023982/2018-66, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 16493/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o requerimento de mudança de canal e aumento de potência interposto pela RÁDIO CRUZEIRO DE PEDRO II LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pedro II, estado do Piauí.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 1.275-SEI, DE 26 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 1º, inciso II, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do processo n.º 01250.068511/2017-04, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 15512/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o requerimento de aumento de potência interposto pela RADIO CANDELARIA FM LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Novo Horizonte do Oeste, estado de Rondônia.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 1.392-SEI, DE 27 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 1º, inciso II, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do processo n.º 53000.072117/2006-55, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 16878/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o requerimento de mudança de canal e aumento de potência interposto pela RÁDIO FM MUCURIENSE LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Mucuri, estado da Bahia.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 1.309-SEI, DE 20 DE JULHO DE 2018.

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.036451/2018-33, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da LIFE COMUNICAÇÕES LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de MARINGÁ, estado do PARANÁ, utilizando o canal digital nº 15 (quinze), a partir do desligamento do sinal analógico na localidade, nos termos da Nota Técnica nº 15791/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 1.365-SEI, DE 24 DE JULHO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE PÓS-OUTORGA, SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.027462/2018-22, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO JERICOACOARA LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Jijoca de Jericoacoara-CE, utilizando o canal n.º 219 (duzentos e dezenove), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 16580/2018/SEI-MCTIC.

LIDIANE COLOUNA DE OLIVEIRA

DESPACHO Nº 1.375-SEI, DE 27 DE JULHO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do Processo n.º 01250.040581/2018-71, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 16725/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o pedido de prorrogação do prazo para apresentação do projeto técnico de instalação de estação de radiofrequência para transmissão no canal n.º 235 (duzentos e trinta e cinco), classe C, formulado pela RÁDIO CLUBE DE BAGÉ LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Bagé, estado do Rio Grande do Sul.

LIDIANE COLOUNA DE OLIVEIRA

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO Nº 58-E, DE 26 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III do anexo do Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna pública a Deliberação de Diretoria Colegiada a seguir:

Art. 1º Aprovar a análise complementar do projeto audiovisual, para qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

17-0617 ESCOLA DE GÊNIOS - TERCEIRA TEMPORADA.

Processo: 01416.026096/2017-73

Proponente: RT2A PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 06.998.046/0001-28

Valor total aprovado: de R$ 8.833.671,90 para R$ 8.758.265,51

Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00

Banco: 001 - agência: 2434-1 conta corrente: 5829-7

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 692, realizada em 25/07/2018.

Prazo de captação: até 31/12/2021.

Art. 2º A deliberação produz efeito a partir da data desta publicação.

CHRISTIAN DE CASTRO

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DESPACHO Nº 304, DE 27 DE JULHO DE 2018

A SUPERINTENDENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 173, de 29 de junho de 2017, e considerando o disposto na Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012, decide:

Art. 1º Credenciar o projeto REFORMA E MODERNIZAÇÃO - CINÉPOLIS - JK IGUATEMI apresentado pela empresa CINÉPOLIS OPERADORA DE CINEMAS DO BRASIL LTDA. , inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.652.820/0001-32, com vistas à sua habilitação ao Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - RECINE, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Instrução Normativa ANCINE nº 103, de 26 de junho de 2012, enquadrando-o na categoria MODERNIZAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA.

Art. 2º O objeto do projeto credenciado refere-se à modernização do complexo cinematográfico CINÉPOLIS JK IGUATEMI, localizado à AV. JUSCELINO KUBITSCHECK, 2041, LOJA 424, 3º PISO - VILA NOVA CONCEIÇÃO - CEP: 04543-011 - SÃO PAULO - SP.

Art. 3º Será de inteira responsabilidade da empresa credenciada a adoção de todas as medidas necessárias à habilitação do projeto junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Instrução Normativa nº 1.446 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de 17 de fevereiro de 2014.

Art. 4º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA ANGÉLICA MARQUES COUTINHO

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO Nº 2.288-E, DE 26 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 262-E, publicada em D.O.U. em 30/08/2017 e alterada pela Portaria nº 344-E, publicada em D.O.U. em 16/11/2017; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar a análise complementar dos projetos audiovisuais, para o qual as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

16-0516 O GAROTO.

Processo: 01416.002158/2016-71

Proponente: SG FILMES LTDA - ME.

Cidade/UF: São Paulo / SP

CNPJ: 11.326.389/0001-86

Valor total aprovado: de R$ 4.093.515,00 para R$ 1.554.500,00

Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.111.500,00 para 813.075,00

Banco: 001 - agência: 1552-0 conta corrente: 21345-4

Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 635.515,00 para R$ 0,00

Prazo de captação: até 31/12/2019.

17-0388 EU NÃO SOU CACHORRO NÃO.

Processo: 01416.022238/2017-23

Proponente: BIONICA CINEMA E TV LTDA ME.

Cidade/UF: São Paulo / SP

CNPJ: 07.570.789/0001-65

Valor total aprovado: R$ 5.840.114,00

Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00

Banco: 001 - agência: 4055-X conta corrente: 13026-5

Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 3.000.000,00

Banco: 001 - agência: 4055-X conta corrente: 13194-6

Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.000.000,00 para R$ 0,00

Prazo de captação: até 31/12/2019.

17-0785 TO RYCAH 2.

Processo: 01416.028830/2017-39

Proponente: GLAZ ENTRETENIMENTO S.A. Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 02.140.164/0001-40 Valor total aprovado: 8.500.000,00

Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.075.000,00 para R$ 299.342,11

Banco: 001 - agência: 3324-3 conta corrente: 25759-1

Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.500.000,00 para R$ 0,00

Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.500.000,00 para R$ 3.000.000,00

Banco: 001 - agência: 3324-3 conta corrente: 25760-5

Art. 2º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, mantidos os mecanismos já aprovados. Prazo de captação até 31/12/2018.

11-0183 SE A VIDA COMEÇASSE AGORA.

Processo: 01580.014752/2011-06

Proponente: INFLUÊNCIA FILMES LTDA. ME.

Cidade/UF: Criciúma / SC

CNPJ: 01.349.050/0001-41

Art. 3º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

RETIFICAÇÕES

No Despacho Decisório nº 2167-E de 11/07/2018, publicada no DOU nº. 133 de 12/07/2018, Seção 1, página 291, em relação ao projeto "18-0255 INTERVENÇÃO", para considerar o seguinte:

Onde se lê:

Valor total aprovado: R$ 3.170.000,00

Leia-se:

Valor total aprovado: de R$ 3.170.000,00 para R$ 4.530.000,00.

No Despacho Decisório CGP nº 1843-E de 12/05/2018, publicada no DOU nº. 119 de 22/06/2018, Seção 1, página 14 para considerar o seguinte:

Onde se lê:

O COORDENADOR DE GESTÃO DE PROCESSOS DE FOMENTO SUBSTITUTO da ANCINE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Leia-se:
O COORDENADOR DE GESTÃO DE PROCESSOS DE FOMENTO da ANCINE

No Despacho Decisório CGP nº 1979-E de 28/06/2018, publicada no DOU nº. 124 de 29/06/2018, Seção 1, página 29 para considerar o seguinte:
Onde se lê:
O COORDENADOR DE GESTÃO DE PROCESSOS DE FOMENTO SUBSTITUTO da ANCINE
Leia-se:
O COORDENADOR DE GESTÃO DE PROCESSOS DE FOMENTO da ANCINE
No Despacho Decisório CGP nº 2159-E de 10/07/2018, publicada no DOU nº. 132 de 11/07/2018, Seção 1, página 71 para considerar o seguinte:
Onde se lê:
O COORDENADOR DE GESTÃO DE PROCESSOS DE FOMENTO SUBSTITUTO da ANCINE
Leia-se:
O COORDENADOR DE GESTÃO DE PROCESSOS DE FOMENTO da ANCINE
No Despacho Decisório CGP nº 2265-E de 24/07/2018, publicada no DOU nº. 143 de 26/07/2018, Seção 1, página 30 para considerar o seguinte:
Onde se lê:
O COORDENADOR DE GESTÃO DE PROCESSOS DE FOMENTO SUBSTITUTO da ANCINE
Leia-se:
O COORDENADOR DE GESTÃO DE PROCESSOS DE FOMENTO da ANCINE

COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS

DESPACHO Nº 2.296-E, DE 27 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, mantidos os mecanismos já aprovados para cada projeto. Prazo de captação até 31/12/2018.

13-0339 TALVEZ UMA HISTÓRIA DE AMOR.
Processo: 01580.020499/2013-83
Proponente: CHOCOLATES FILMES LTDA - ME.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 11.503.567/0001-05
10-0446 TODO AMOR.
Processo: 01580.042142/2010-11
Proponente: PONTOS DE FUGA PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 07.832.283/0001-87

Art. 2º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS FELIPE TEIXEIRA DELFINO

COORDENAÇÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

DESPACHO DECISÓRIO Nº 22, DE 27 DE JULHO DE 2018

A COORDENADORA DE GESTÃO FINANCEIRA da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

18-0352 LUANA É DE LUA.
Processo: 01416.006491/2018-11
Proponente: POPCON PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 09.281.789/0001-70
Valor total aprovado: R$ 3.157.984,75
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 2.100.000,00
Banco: 001 - agência: 0722-6 conta corrente: 54348-9
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 900.000,00
Banco: 001 - agência: 0722-6 conta corrente: 54349-7
Valor aprovado no Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: de R$ 3.000.085,51 para R$ 0,00
Prazo de captação: até 31/12/2021.
18-0066 ROTAS DO ÓDIO - 4ª TEMPORADA.
Processo: 01416.028739/2017-13
Proponente: PANORAMICA COMUNICAÇÃO LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 05.565.485/0001-84
Valor total aprovado: R$ 3.150.683,31
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 R$ 2.993.149,14
Banco: 001 - agência: 3519-X conta corrente: 24214-4
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.993.149,14 para R$ 0,00
Prazo de captação: até 31/12/2021.
15-0572 HERANÇA - A CAVALHADA EM BRUMAL.
Processo: 01580.069313/2015-56
Proponente: GUILHERME FRANKLIN REIS.
Cidade/UF: Belo Horizonte / MG
CNPJ: 08.233.638/0001-84
Valor total aprovado: R$ 460.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 45.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no Art. 18 da Lei nº. 8.313/91: de R$ 392.000,00 para R$ 460.000,00
Banco: 001 - agência: 1626-8 conta corrente: 57713-8
Prazo de captação: até 31/12/2018.

Art. 2º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

ELISA FARIAS SAUWEN DE ALMEIDA

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

PORTARIA Nº 299, DE 27 DE JULHO DE 2018

Institui o Comitê Técnico para o estabelecimento de diretrizes, conceitos e demais ações para a elaboração do dossiê técnico referente ao Forte de Coimbra no âmbito da candidatura do Conjunto de Fortificações do Brasil a Patrimônio Cultural da Humanidade.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento na Lei Nº 8.029, de 12 de abril de 1990, na Lei Nº 8.113, de 12 de dezembro de 1990, e especialmente no disposto no inciso V, do art. 21, do Anexo I, inciso V do art. 26 do Anexo I do Decreto n° 9238, de 15 de dezembro de 2017 e no inciso V, do art. 115 da Portaria MinC nº 92, de 5 de julho de 2012, resolve:

Art. 1°. Instituir o Comitê Técnico, com a atribuição de estabelecer as diretrizes, conceitos e demais ações para a elaboração do dossiê técnico referente à Fortaleza de Coimbra, em Corumbá - MS, no âmbito da candidatura do Conjunto de Fortificações do Brasil a Patrimônio Cultural da Humanidade.

Art. 2°. Ao Comitê Técnico compete as seguintes atribuições:

I - estabelecer os conceitos e as diretrizes técnicas que nortearão a elaboração do dossiê;

II - acompanhar o trabalho dos especialistas das diversas disciplinas que colaborarão na elaboração do dossiê técnico de candidatura;

III - estabelecer os parâmetros que definem o componente do bem seriado, como sua caracterização, delimitação, descrição, defesa dos valores universais excepcionais e sua gestão;

IV - produzir as consultas necessárias aos setores correspondentes, com vistas à obtenção das informações pertinentes para a caracterização, delimitação, explicitação e defesa dos valores universais excepcionais do componente do bem seriado, no âmbito da candidatura do Conjunto de Fortificações do Brasil a Patrimônio Cultural da Humanidade;

V- outras atividades condizentes à consecução dos objetivos desse Comitê Técnico.

Art. 3°. O Comitê Técnico será constituído por membros permanentes:

3 (três) representantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, sendo um desses integrantes do Departamento de Cooperação e Fomento do IPHAN, um integrante da Superintendência do IPHAN em Mato Grosso do Sul e um integrante do Escritório Técnico do Iphan MS em Corumbá, cada qual com seus suplentes, de forma que as indicações deverão ser feitas pelos Dirigentes das respectivas unidades;

2 (dois) representante do Exército Brasileiro, do Comando Militar do Oeste e seu respectivo suplente, que serão indicados pela autoridade competente;

1 (um) representante da Fundação de Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul e seu respectivo suplente, que serão indicados pela autoridade competente;

1 (um) representante da Fundação de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul e seu respectivo suplente, que serão indicados pela autoridade competente;

1 (um) representante da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul e seu respectivo suplente, que serão indicados pela autoridade competente;

1 (um) representante da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e seu respectivo suplente, indicados pela autoridade competente;

1 (um) representante da Universidade Federal Grande Dourados e seu respectivo suplente, que serão indicados pela autoridade competente;

1 (um) representante do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, e seu respectivo suplente, indicados pela autoridade competente;

1 (um) representante da Prefeitura de Corumbá e seu respectivo suplente, que serão indicados pela autoridade municipal competente;

1 (um) representante da Fundação de Cultura e do Patrimônio Histórico do município de Corumbá e seu respectivo suplente, que serão indicados pela autoridade competente;

1 (um) representante da Fundação de Turismo do município de Corumbá e seu respectivo suplente, que serão indicados pela autoridade competente;

1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação de Corumbá e seu respectivo suplente, que serão indicados pela autoridade competente;

1 (um) representante do Conselho de Cultura do município de Corumbá e seu respectivo suplente, que serão indicados pela autoridade competente;

1 (um) representante da Associação de Moradores do Forte de Coimbra e seu respectivo suplente, que serão indicados pela autoridade competente.

§1° Caberá ao representante da Superintendência do Iphan no Mato Grosso do Sul a coordenação dos trabalhos do Comitê Técnico.

§ 2° O Comitê Técnico poderá convidar entidades que possuam conhecimento necessário ao desenvolvimento de suas atividades, as quais participarão em caráter ad hoc.

Art. 4°. O trabalho dos membros do Comitê Técnico está submetido à seguinte disciplina:

I - o exercício das atividades de que trata esta Portaria é considerado como serviço público relevante, motivo pelo qual o executor não perceberá qualquer remuneração extraordinária pelo seu desempenho;

II - as áreas técnicas do Iphan, sempre que necessário, prestarão assistência no desenvolvimento das atividades do Comitê Técnico;

III - caso seja necessário o pagamento de diárias ou passagens para o desenvolvimento dos trabalhos, tais despesas serão de responsabilidade do ente/unidade a que estiver vinculado o membro do referido Comitê Técnico;

IV - as atividades do Comitê Técnico terão a duração de 18 meses, prorrogáveis por igual período;

V - as reuniões do Comitê Técnico devem ser registradas em Ata.

Art. 5°. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

KATIA SANTOS BOGÉA

CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 44, DE 27 DE JULHO DE 2018

A DIRETORA SUBSTITUTA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 662, de 21/11/2017, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02 e Portaria SPHAN 07/88;

III - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

IV - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo IV desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

V - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo V desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

VI - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

VII - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VIII - Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

IX- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELI HELENCO

ANEXO I

01- Processo nº: 01506.002296/2011-36

Projeto: Resgate Arqueológico e Programa de Educação Patrimonial para a área de plantio de cana-de-açúcar da Usina Buriti

Arqueólogos Coordenadores: Neide Barrocá Faccio e Hiuri Marcel Di Baco

Apoio Institucional: Museu de Arqueologia de Iepê - Prefeitura de Iepê

Área de Abrangência: Municípios de Buritizal, Igarapava, Ituverava, Jeriquara e Miguelópolis, Estado de São Paulo

Prazo de Validade: 12 (doze) meses

02-Processo n. º 01500.001593/2018-91

Projeto: Prospecção e Monitoramento na Área de Recuperação da Fazenda Santa Eufrásia

Arqueóloga Coordenadora: Cristiane Loriza Dantas

Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Brasileira (LAB)

Área de Abrangência: Município de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro

Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

03- Processo nº01506.003033/2018-11

Projeto: Programa de Prospecções Arqueológicas e Educação Patrimonial para Mineração de Filito e Quartzito Kalfiller - Área 3

Arqueóloga Coordenadora: Fabiana Manzatto

Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano-Prefeitura de Jahu

Área de Abrangência: Município de Itapeva, Estado de São Paulo

Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

04- Processo n. º 01506.004525/2012-38

Projeto: Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial para as Obras do Plano Urbanístico Reserva da Serra do Itapety - SETOR 1

Arqueólogo Coordenador: Wagner Gomes Bornal

Apoio Institucional: Fundação Museu de História, Pesquisa e Arqueologia do Mar (FUNDAMAR)

Área de Abrangência: Município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo

Prazo de Validade: 15 (quinze) meses

05- Processo nº: 01506.004150/2012-14

Projeto: Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial - Extração de Rocha Metacalcária - Áreas Fazendinha e mulatinha

Arqueólogo Coordenador: Leonardo Tomé de Souza

Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara - MAPA - Prefeitura de Araraquara

Abrangência: Município de Salto de Pirapora, Estado de São Paulo

Prazo de Validade: 02 (dois) meses

06- Processo n. º 01514.004233/2014-68

Projeto: Prospecção Arqueológica nas áreas de Influência da Fazenda Santo Antônio

Arqueólogo Coordenador: Sergio Bruno dos Reis Almeida

Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem-Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Área de Abrangência: Município de Buritizeiro, Estado de Minas Gerais

Prazo de Validade: 06 (seis) meses

07- Processo n. º: 01514.007424/2016-43

Projeto: diagnóstico e prospecção arqueológica associado à área industrial da Bunge Alimentos

Arqueólogos Coordenadores: Edwiges Araújo de Castro Ribeiro e Celso de Andrade

Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais-Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)

Área de Abrangência: Município de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais

Prazo de Validade: 02 (dois) meses

08- Processo n. º 01514.900348/2017-28

Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Influência da ALESAT Combustíveis S/A

Arqueóloga Coordenadora: Mariana Gonçalves Moreira

Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)

Área de Abrangência: Município de Betim, Estado de Minas Gerais

Prazo de Validade: 03 (três) meses

09- Processo n. º 01514.006613/2017-80

Projeto: Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na área de Influência da Ecovital - Central de Gerenciamento Ambiental S.A.

Arqueólogo Coordenador: Celso de Andrade

Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)

Área de Abrangência: Município de Sarzedo, Estado de Minas Gerais

Prazo de Validade: 03 (três) meses

ANEXO II

02- Processo n. º 01500.002505/2015-25

Projeto: Acompanhamento e Prospecção Arqueológica para a Construção e Montagem do Complexo Portuário do Açu Fase 2

Arqueóloga Coordenadora: Nanci Vieira de Oliveira

Apoio Institucional: Laboratório de Antropologia Biológica - IFCH-Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Área de Abrangência: Municípios de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro

Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses

03- Processo n. º 01508.000882/2015-50

Projeto: Programa de Resgate, Salvamento, Monitoramento Arqueológico e Programa de Educação Patrimonial na Área de Influência do Terminal Portuário de Pontal do Paraná

Arqueólogo Coordenador: Everson Paulo Fogolari

Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE- Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Área de Abrangência: Município de Pontas do Paraná, Estado do Paraná

Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses

04- Processo nº. 01424.000235/2017-30

Projeto: Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial do Alvo Torres, Projeto Mineração - Beadell

Arqueólogo Coordenador: Benedito Walderlino de Souza da Silva

Apoio Institucional: Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá (CEPAP) -Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

Área de Abrangência: Município de Pedra Branca do Amapari, Estado do Amapá

Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

ANEXO III

01- Processo nº: 01401.000189/2018-18

Projeto: Prospecção Arqueológica e Inventário dos Bens Culturais do Forte de Coimbra

Arqueólogo Coordenador: Rodrigo Luiz Simas de Aguiar

Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e História Indígena- Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Área de Abrangência: Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul

Prazo de Validade: 24(vinte e quatro) meses

02- Processo n. º 01502.001129/2017-01

Projeto: Programa de Levantamento Arqueológico no Quadrado Histórico de Trancoso

Arqueólogo Coordenador: Dorival Tadeu Cardoso

Apoio Institucional: ACERVO Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa

Área de Abrangência: Município de Trancoso, Estado da Bahia

Prazo de Validade: 03 (três) meses

03- Processo nº: 01506.000268/2003-74

Projeto: Programa Arqueológico do Baixo Vale do Ribeira

Arqueólogo Coordenador: Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE- Universidade de São Paulo (USP)

Área de Abrangência: Município de Cananéia, Estado de São Paulo

Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

04- Processo nº 01514.002746/2014-34

Projeto: Pré-história e geoarqueologia no alto médio rio São Francisco (Buritizeiro, Jequitaí, Lagoa dos Patos)

Arqueóloga Coordenadora: Maria Jacqueline Rodet

Apoio Institucional: Museu de História Natural e Jardim Botânico - MHNJB - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Área de Abrangência: Municípios de Buritizeiro, Jequitaí e Lagoa dos Patos, Estado de Minas

Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses

ANEXO IV

01- Enquadramento IN: Nível II

Empreendedor: Carlos Alberto Franco de Almeida

Empreendimento: Loteamento Residencial Bosque da Prata

Processo n. º 01494.000365/2017-49

Projeto: Acompanhamento Arqueológico das Obras do Loteamento Residencial Bosque da Prata

Arqueóloga Coordenadora: Sabrina Avanzo

Área de Abrangência: Município de São José de Ribamar, Estado do Maranhão

Prazo de validade: 02 (dois) meses

02- Enquadramento IN: Nível III

Empreendedor: JFilhos Construtora.

Empreendimento: Loteamento Nossa Senhora do Socorro

Processo n. º 01504.001813/2017-65

Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Nossa Senhora do Socorro

Arqueólogo Coordenador: Sérgio Daher de Oliveira

Arqueólogo de Campo: Vani Piaia Ghiggi

Apoio Institucional: Museu de Arqueologia de Xingó - MAX -Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Área de Abrangência: Município de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe

Prazo de Validade: 01 (um) mês

03- Enquadramento IN: Nível III

Empreendedor: Heidrich & Heidrich LTDA

Empreendimento: PCH Passo Manso

Processo n. º 01510.000628/2016-93

Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para a PCH Passo Manso

Arqueólogo Coordenador: Silvano Silveira da Costa

Apoio Institucional: Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (NEEA/CEOM) -Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó)

Área de Abrangência: Município de Taió, Estado de Santa Catarina

Prazo de Validade: 01 (um) mês

ANEXO V

01-Enquadramento IN: Nível IV

Empreendedor: Ventos de Santa Martina Energias Renováveis S.A.

Empreendimento: Complexo Eólico Rio do Vento II

Processo nº. 01421.000139/2018-01

Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para Implantação do Complexo Eólico Rio do Vento II

Arqueólogo Coordenador: Roberto Montenegro Perrota

Arqueóloga de Campo: Maritza dos Santos Dode

Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia - LARQ-Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Área de abrangência: Municípios de Bento Fernandes, Caiçara do Rio do Vento, Riachuelo e Ruy Barbosa, Estado do Rio Grande do Norte

Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

02-Enquadramento IN: Nível III

Empreendedor: GDR Construções Ltda

Empreendimento: Condomínio Residencial Margareth Alencar II

Processo nº. 01494.000054/2018-61

Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Condomínio Residencial Margareth Alencar II

Arqueólogo Coordenador: Danilo Chagas Assunção

Arqueólogo de Campo: Rômulo Rodrigues Lacerda

Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia - LARQ - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Área de abrangência: Município de São José de Ribamar, Estado do Maranhão

Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

03-Enquadramento IN: Nível III

Empreendedor: Areal do Artur

Empreendimento: Lima Comercio e serviço LTDA

Processo n. º 01424.000089/2017-42

Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Areal do Arthur, Mina Miguel Francisco, Lima Comercio e Serviços LTDA

Arqueólogo Coordenador: Michel Bueno Flores da Silva

Arqueólogo de Campo: Marcos Jessé Lopes da Silva

Apoio Institucional: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA / Núcleo de Pesquisa Arqueológica - NuPArq - Governo do Estado do Amapá

Área de Abrangência: Município de Oiapoque, Estado do Amapá

Prazo de Validade: 06 (seis) meses

04- Enquadramento: Nível II

Empreendedor: Beadell Brasil Ltda.

Empreendimento: Extensão Barragem West Pond Fase 2

Processo n. º 01424.000396/2017-23

Projeto: Acompanhamento Arqueológico da ampliação do Sistema de Deposição de Rejeitos do Projeto de Mineração Tucano Gold: Barragem West Pond Fase 2

Arqueólogo Coordenador: Benedito Walderlino de Souza da Silva

Apoio Institucional: Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá (CEPAP) - Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

Área de Abrangência: Município de Pedra Branca do Amapari, Estado do Amapá

Prazo de Validade: 12 (doze) meses

05- Enquadramento: Nível II

Empreendedor: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A

Empreendimento: Subestação Transformadora de Distribuição Miguel Paulista

Processo n. º 01506.001630/2018-19

Projeto: Acompanhamento Arqueológico das Obras da Subestação Transformadora de Distribuição Miguel Paulista

Arqueólogo Coordenador: Roberto Montenegro Perrota

Arqueóloga de Campo: Nathalia Rodrigues de Lima

Área de Abrangência: Município de São Paulo, Estado de São Paulo

Prazo de validade: 05 (cinco) meses

06-Enquadramento IN: Nível III

Empreendedor: Tenda Negócios Imobiliários S/A

Empreendimento: Loteamento Chácara Pirituba

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo n. º: 01506.001650/2018-81
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do empreendimento Chácara Pirituba
Arqueóloga Coordenadora: Christiane Lopes Machado
Arqueólogo de Campo: João Carlos Moreno de Sousa e Astolfo Gomes de Mello Araújo
Apoio Institucional: Centro de Arqueologia - Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico - DPH - Prefeitura do Município de São Paulo
Área de Abrangência: Município de Pirituba, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
07- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: União Brasileira de Agregados Ltda.
Empreendimento: Ampliação de exploração de granito - União Brasileira de Agregados
Processo n. º: 01506.005809/2016-75
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de área de Ampliação de Exploração de Granito - União Brasileira de Agregados
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Camila Pedron Del Pozo Gregorio
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Municípios de Barueri e Santana do Paranaíba, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
08- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Maranduba Beach Resort SPE Ltda
Empreendimento: Maranduba Beach Resort SPE Ltda
Processo n. º 01506.901056-2017-10
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de inserção do Maranduba Beach Resort
Arqueólogo Coordenador: Renato Kipnis
Arqueólogo de Campo: Renato Kipnis
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai-Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Ubatuba, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses
09- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Pró-Energia Consultoria Ltda.
Empreendimento: PCH 24 de fevereiro
Processo n. º 01510.001854/2017-72
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área da PCH 24 de fevereiro
Arqueólogo Coordenador: Átila Perillo Filho
Arqueólogos de Campo: Ramsés Mikalauscas Farherr e Marina da Fonseca Lopes
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (NEEA/CEOM) - Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó)
Área de Abrangência: Municípios de Arabutã, Concórdia e Ipumirim, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 07 (sete) mês
10- Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.
Empreendimento: Sistema de Conexão do Parque Eólico Coxilha Negra
Processo n. º 01450.000352/2018-67
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Sistema de Conexão do Parque Eólico Coxilha Negra
Arqueólogo Coordenador: Alexandre Pena Matos
Arqueólogo de Campo: Lúcio Lemes
Apoio Institucional: Museu Municipal Irmã Celina Schardong - Prefeitura Municipal de Gaurama
Área de Abrangência: Município de Santana do Livramento, Estado de Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
11- Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Sterlite Novo Estado Energia S.A.
Empreendimento: Linha de Transmissão Xingu - Serra Pelada - Miracema, C1 e C2; e Serra Pelada - Itacaiúnas
Processo n. º 01450.002612/2018-39
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Linha de Transmissão Xingu - Serra Pelada - Miracema, C1 e C2; e Serra Pelada - Itacaiúnas
Arqueóloga Coordenadora: Sâmara dos Reis
Arqueólogo de Campo: Hebert Rogério do Nascimento Coutinho
Apoio Institucional: Núcleo Tocantinense de Arqueologia - NUTA-Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)
Área de Abrangência: Municípios de Anapu, Curionópolis, Itupiranga, Marabá, Novo Repartimento, Pacajá, Floresta do Araguaia, Rio Maria, Sapucaia, Xinguara, Eldorado dos Carajás, Araguaína, Arapoema, Bernardo Sayão, Fortaleza do Tabocão, Guaraí, Itaporã do Tocantins, Miracema do Tocantins, Miranorte, Pau D'Arco, Pequizeiro, Rio dos Bois, Estados do Pará e Tocantins
Prazo de Validade: 09 (nove) meses
12- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Cabernet Empreendimentos Imobiliários SPE LTDA
Empreendimento: Condomínio Residencial Smart Laranjeiras
Processo nº 01490.900243/2017-94
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Condomínio Residencial Smart Laranjeiras
Arqueóloga Coordenadora: Margaret Cerqueira de Souza
Arqueólogo de Campo: João Queiroz Rebouças
Apoio Institucional: Museu da Amazônia - Núcleo de Arqueologia e Etnologia (MUSA-NAE) - Associação privada Museu da Amazônia
Área de Abrangência: Município de Manaus, Estado do Amazonas
Prazo de Validade: 03 (três) meses
13-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: G. Nunes Empreendimentos Ltda.
Empreendimento: Loteamento Reserva da Mata Cananéia
Processo n. º 01506.000097/2018-60
Projeto: Acompanhamento Arqueológico das obras de implantação do Loteamento Reserva da Mata Cananéia
Arqueóloga Coordenadora: Célia Maria Cristina Demartini
Arqueóloga de Campo: Maria Cristina Mineiro Scatamacchia
Área de Abrangência: Município de Cananéia, Estado de São Paulo
Prazo de validade: 04 (quatro) meses
14- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: GAP Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.
Empreendimento: Loteamento Residencial Reserva do Araçari
Processo n. º: 01506.005414/2016-72
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação do Loteamento Residencial Reserva do Araçari
Arqueólogo Coordenador: Renato Kipnis
Arqueóloga de Campo: Mariane Pereira Ferreira
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai-Prefeitura Municipal de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Araçariguama, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses
15- Enquadramento IN: III
Empreendedor: Urbanizadora Municipal S/A
Empreendimento: Jazida de Solo para Aterro Sanitário
Processo n. º 01506.006319/2017-77
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para a Jazida de Solo para Aterro Sanitário
Arqueólogo Coordenador: Clayton Galdino
Arqueóloga de campo: Fabiana Manzatto
Apoio Institucional: Fundação Cultural Cassiano Ricardo - Prefeitura Municipal de São José dos Campos
Área de Abrangência: Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses
16- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Pereira Alvim Incorporadora e Construtora Ltda
Empreendimento: Loteamento residencial e comercial Alto do Vale
Processo n. º 01506.006726/2016-01
Projeto: Acompanhamento arqueológico na área de implantação do loteamento residencial e comercial Alto do Vale
Arqueóloga coordenadora: Lucia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de campo: Rodrigo Penha de Freitas de Melo
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de abrangência: Municípios de Cravinhos e Ribeirão Preto, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses
17- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Emprimo Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Empreendimento: Loteamento Residencial Aurora Corrêa Palma
Processo n. º: 01506.901238/2017-82
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Residencial Aurora Corrêa Palma
Arqueóloga Coordenadora: Rucirene Miguel
Arqueólogo de Campo: Renan Falcheti Peixoto
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara - MAPA - Prefeitura de Araraquara
Área de Abrangência: Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
18- Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Enerlife Energias Renováveis Ltda. - EPP
Empreendimento: Linha de Transmissão 500kV Boqueirão Leste e Oeste - SE Gilbués II
Processo n. º 01402.000320/2018-37
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Linha de Transmissão de 500kV Complexos Boqueirão Leste e Oeste-Gilbués II
Arqueólogo Coordenador: Onésimo Jerônimo Santos
Arqueólogo de Campo: Anderson de Santana Castro
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Pré-Histórica do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial-Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) - Serra da Capivara
Área de Abrangência: Município de Gilbués, Estado do Piauí
Prazo de Validade: 03 (três) meses
19- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Brasil Serviços e Equipamentos Geofísicos Ltda.
Empreendimento: Pesquisa Sísmica terrestre 3D no campo Pilar projeto BGP-Pilar 3D
Processo n. º: 01403.000205/2018-52
Projeto: Acompanhamento Arqueológico para pesquisa sísmica terrestre 3D no campo Pilar projeto BGP-Pilar 3D
Arqueóloga Coordenadora: Paloma de Almeida Martins
Arqueóloga de Campo: Carolina de Souza Santos
Área de Abrangência: Municípios de Pilar, Marechal Deodoro, Coqueiro Seco, Rio Largo e Satuba, Estado de Alagoas
Prazo de validade: 03 (três) meses
20- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Minerasul Industria e Comercio de Agregados Ltda.
Empreendimento: Minerasul Mina 103 E 045
Processo n. º 01409.000629/2017-86
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Empreendimento Minerasul Mina 103 e 045
Arqueólogo Coordenador: Daniel Gonçalves Araújo
Arqueólogo de Campo: Lucas Petri Gonçalves
Apoio Institucional: Instituto de Pesquisa Arqueológica e Etnográfica Adam Orssich - IPAE
Área de Abrangência: Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
21- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Serabi Mineração S.A.
Empreendimento: Mina do Palito
Processo n. º 01492.000027/2017-27
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de influência da Mina do Palito
Arqueólogo Coordenador: Wagner Fernando da Veiga e Silva
Arqueóloga de Campo: Simone Corrêa Carvalho
Apoio Institucional: Núcleo de Arqueologia e Etnologia de Marabá - Fundação Casa da Cultura de Marabá -Prefeitura Municipal de Marabá
Área de Abrangência: Município de Itaituba, Estado do Pará
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
22- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Dimensão Engenharia e Construção Ltda.
Empreendimento: Condomínio Jardins Turu
Processo nº 01494.000065/2018-41
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico referente ao Condomínio Jardins Turu
Arqueóloga Coordenadora: Rafaela Fonseca de Oliveira
Arqueóloga de Campo: Carla Janayna de Sousa Costa
Apoio Institucional: Instituto do Ecomuseu Sítio do Físico-IESF
Área de Abrangência: Município de São Luís, Estado do Maranhão
Prazo de Validade: 01 (um) mês
23- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Usina Geradora Eólica San Francisco II SPE S.A.
Empreendimento: CGE San Francisco II
Processo n. º 01496.000098/2018-71
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da CGE San Francisco II
Arqueóloga Coordenadora: Tatiana Costa Fernandes
Arqueólogo de Campo: Cláudio Ricken
Apoio Institucional: Instituto Cobra Azul de Arqueologia e Patrimônio - ICA
Área de Abrangência: Município de Paraipaba, Estado do Ceará
Prazo de Validade:08(oito) meses
24- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Solatio Energia Gestão de Projetos LTDA
Empreendimento: Usina Solar Fotovoltaica Solatio São José do Belmonte-A
Processo n° 01498.000586/2018-68
Projeto: Avaliação de Impacto da Usina Solar Fotovoltaica Solatio São José do Belmonte-A
Arqueólogo Coordenador: Marcelo Fagundes
Arqueólogo de Campo: Marcelo Fagundes
Apoio Institucional: Núcleo de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (NEPARQ) do Departamento de História-Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Área de Abrangência: Município de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
25- Enquadramento IN: nível III
Empreendedor: RioZoo - Zoológico do Rio de Janeiro S/A
Empreendimento: RioZoo - Zoológico do Rio de Janeiro S/A
Processo nº 01500.001998/2017-48
Projeto: Gestão do Patrimônio Arqueológico das Obras de Revitalização do Zoológico do Rio de Janeiro
Arqueólogo Coordenador: Filipe André do Nascimento Coelho
Arqueólogos de Campo: Danilo Rodrigues dos Santos e Bruna Oliveira Vasconcelos
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Casa de Pedra-Museu Nacional (MN), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Área de Abrangência: Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro
Prazo de Validade: 20 (vinte) meses
26- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Quinto Sol Energia Ltda - EPP
Empreendimento: Complexo Solar Castanheira
Processo n°. 01502.000035/2018-98
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Abrangência do Complexo Solar Castanheira
Arqueólogo Coordenador: Celito Kestering
Arqueóloga de Campo: Loriane Rocha Alves Gusmão
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etnografia -Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Área de Abrangência: Município de Sento Sé, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
27-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: MRV Engenharia e Participações S/A
Empreendimento: Condomínio Residencial Parque Alameda da Costa
Processo n. º 01504.000192/2018-83
Projeto: Acompanhamento Arqueológico das Obras de Implantação do Condomínio Residencial Parque Alameda da Costa
Arqueólogo Coordenador: Sérgio Daher de Oliveira
Arqueólogos de Campo: Felipe Farias da Silva e Vani Piaia Ghiggi
Área de Abrangência: Município de Barra dos Coqueiros, Estado do Sergipe
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
28- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Construtora Celi Ltda
Empreendimento: Residencial Lucineide
Processo n. º 01504.000222/2018-51
Projeto: Proposta de Acompanhamento Arqueológico no Empreendimento Residencial Lucineide Parque da Avenida
Arqueólogo Coordenador: Ronaldo José Ferreira Alves Santos
Arqueólogo de Campo: Lucas Ferreira dos Santos
Área de Abrangência: Município de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe
Prazo de validade: 03 (três) meses
29-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Cerâmica Serra Azul
Empreendimento: Mina Flexas
Processo n. º 01504.001844/2016-35
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na "Área de Implantação da Mina Flexas
Arqueóloga Coordenadora: Jacqueline Barreto Leite
Arqueóloga de Campo: Izabella Cristina Melo de Gois
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia de Xingó - MAX -Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Área de Abrangência: Município de Lagarto, Estado de Sergipe
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
30- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Samuel Andrade Telles - ME
Empreendimento: Jazida Jequitibá
Processo n. º 01504.900021/2017-32
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de implantação da Jazida Jequitibá
Arqueóloga Coordenadora: Layra Blenda Oliveira de Jesus
Arqueólogos de Campo: Arthur dos Santos Marinho Graça Almeida e Thaysa Mirths Alves dos Santos
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia de Xingó - MAX -Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Área de Abrangência: Município de São Domingos, Estado de Sergipe
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
31- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Said Cedro Empreendimentos SPE LTDA.
Empreendimento: Loteamento de Interesse Social
Processo n. º 01506.000208/2018-38
Projeto: Acompanhamento Arqueológico na área do Loteamento de Interesse Social Prefeito Lúcio Machado
Arqueóloga Coordenadora: Milena Acha
Arqueóloga de Campo: Milena Acha
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura Municipal de Jahu
Área de Abrangência: Munícipio de Ituverava, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
32- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Aguassanta Agrícola S/A
Empreendimento: Loteamento Jardim das Palmeiras - Fase 02
Processo: 01506.001769/2018-54
Projeto: Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação do Loteamento Jardim das Palmeiras - Fase 02
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de campo: Duane Paola Cardoso Mota
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura Municipal de Jahu
Área de abrangência: Município de Ibaté, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
33-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Cerâmica Sergipe Indústria e Comércio LTDA
Empreendimento: Extração de Argila Industrial
Processo n. º 01504.900148/2017-23
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para a extração de argila Industrial
Arqueóloga Coordenadora: Cleiciane Aiane Noleto da Silva
Arqueólogo de Campo: Carolina de Sousa Santos
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia de Xingó - MAX - Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Área de Abrangência: Município de Divina Pastoral, Estado de Sergipe
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
34- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Loteamento Reserva Parque
Empreendimento: GDU Itatiba Desenvolvimento Urbano Ltda.
Processo n. º: 01506.002289/2018-19
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Reserva do Parque
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Rafael Bartolomucci
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Itatiba, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
35- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
Empreendimento: Coletor-tronco de Esgotos Pirajussara (Trechos 2, 3A e 3B)
Processo n. º: 01506.005006/2017-00
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para o Coletor-tronco de Esgotos Pirajussara (Trechos 2, 3A e 3B)
Arqueólogo Coordenador: Clayton Galdino
Arqueólogo de Campo: Luis Vinícius Sanchez Alvarenga
Apoio Institucional: Fundação Museu de História, Pesquisa e Arqueologia do Mar (FUNDAMAR)
Área de Abrangência: Municípios de São Paulo, Taboão da Serra e Embú das Artes, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses
36-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Milar Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Loteamento Jardim Botânico II
Processo n. º 01506.005566/2017-56
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Jardim Botânico II
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Luiz Alberto Silveira da Rosa
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano-Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Barretos, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
37- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Usina Generalco S/A
Empreendimento: plantio de cana-de-açúcar da usina Generalco
Processo n. º 01506.005572/2017-11
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico e Programa de Educação Patrimonial na área destinada ao plantio de cana-de-açúcar da usina Generalco
Arqueóloga Coordenadora: Neide Barrocá
Arqueóloga de Campo: Juliana Aparecida Rocha Luz
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia de Iepê - Prefeitura de Iepê
Área de Abrangência: Município de General Salgado, Auriflama, Floreal, Gastão Vidigal, Magda, Nova Castilho e São João do Iracema, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 18 (dezoito) meses
38- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Carpro Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Empreendimento: Condomínio Residencial Eldorado II
Processo n. º: 01506.005724/2017-78
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Condomínio Residencial Eldorado II
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Camila Pedron Del Pozo Gregorio
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano-Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de São Carlos, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
39- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Rosemyr Aparecida Bolonhezi da Silva Tambaú
Empreendimento: Jazida Independência, Liberdade
Processo n. º: 01506.006189/2017-72
Projeto: Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação da Jazida Independência, Liberdade
Arqueólogo Coordenador Geral: Sérgio Bruno dos Reis Almeida
Arqueólogo de campo: Sérgio Bruno dos Reis Almeida
Apoio Institucional: Fundação Museu de História, Pesquisa e Arqueologia do Mar (FUNDAMAR)
Área de abrangência: Município de Tambaú, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 06(seis) meses
40- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: José Haroldo Alves da Silva
Empreendimento: Loteamento Parque do Carvalho
Processo n. º 01506.006593/2016-65
Projeto: Acompanhamento Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Residencial de Interesse Social Parque do Carvalho
Arqueólogo Coordenador: Gerson Levi Lazzaris
Arqueólogo de Campo: Gerson Levi Lazzaris
Apoio Institucional: Fundação Cultural de Jacarehy José Maria de Abreu- Prefeitura Municipal de Jacareí
Área de Abrangência: Município de Fartura, Estado de São Paulo
Prazo de validade: 03 (três) meses
41- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Urbanize Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Loteamento Fazenda Potreiro
Processo n. º 01506.007142/2017-26
Projeto: Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área do Loteamento Fazenda Potreiro
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Laura Pereira Furquim
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano-Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Morro Agudo, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
42- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Gestamp Eólica Brasil S.A
Empreendimento: Parque Eólico Pedra do Reino V
Processo nº: 01502.001566/2016-36
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para o Parque Eólico Pedra do Reino V
Arqueóloga Coordenadora: Jeanne Almeida Dias
Arqueólogo de Campo: Jamerson de Medeiros Araújo
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Paleontologia - LAP- Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Área de Abrangência: Município de Sobradinho, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
43- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Portomais Extração e Comércio de Areia Ltda EPP
Empreendimento: Portomais Extração e Comércio de Areia
Processo n. º 01506.007217/2017-79
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Portomais Extração e Comércio de Areia
Arqueólogo Coordenador: João Claudio Estaiano
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano-Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Tremembé, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
44- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Nivoloni Projetos e Terraplanagem Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial Vale dos Vinhedos
Processo n. º 01506.007615/2017-95
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Residencial Vale dos Vinhedos
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso de Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Luiz Fernando Erig Lima
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Jundiaí, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
45- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Abílio Pedro Indústria e Comércio Ltda
Empreendimento: Nova Frente de Lavra de Diabásio - Calcário Cruzeiro
Processo n. º 01506.005513/2017-35
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para Nova Frente de Lavra de Diabásio - Calcário Cruzeiro
Arqueóloga Coordenadora: Edwiges Araújo de Castro Ribeiro
Arqueóloga de campo: Edwiges Araújo de Castro Ribeiro
Apoio Institucional: Fundação Museu de História, Pesquisa e Arqueologia do Mar (FUNDAMAR)
Área de Abrangência: Município de Limeira, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
46- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Ville Roma Empreendimentos Ltda
Empreendimento: Loteamento Industrial e Comercial Santa Marina

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo n°01506.900837/2017-89
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Loteamento Industrial e Comercial Santa Marina
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Laura Pereira Furquim
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano-Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Cordeirópolis, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
47- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: São Martinho Terras Imobiliárias S.A
Empreendimento: São Martinho Terras Imobiliárias
Processo n°01506.901218/2017-10
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do empreendimento São Martinho Terras Imobiliárias - Implantação de exploração de jazida e infraestrutura (DNPM n º 820.032/2009)
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga Campo: Carolina de Abreu Marques Henriques
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano-Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Pradópolis, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
48-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Loteamento Jardim Verônica- Águas de Santa Bárbara SPE Ltda.
Empreendimento: Loteamento Jardim Verônica
Processo n. º 01506.001689/2018-07
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Loteamento Jardim Verônica
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Sónia Cristina Henriques Cunha
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano-Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Águas de Santa Bárbara, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
49-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Construnível Construtora Ltda.
Empreendimento: CGH Vila Nova
Processo n. º 01510.001079/2017-55
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Empreendimento CGH Vila Nova
Arqueólogo Coordenador: Cleiton Silva da Silveira
Arqueólogo de Campo: Cleiton Silva da Silveira
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (NEEA/CEOM) - Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó)
Área de Abrangência: Municípios de Caibi e Riqueza, Estado de Santa Catarina.
Prazo de Validade:01 (um) mês
50- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Kimbali Engenho D'água empreendimentos imobiliários
Empreendimento: Loteamento Kimbali
Processo n. 01506.005328/2016-60
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Kimbali
Arqueólogo Coordenador: Plácido Cali
Apoio Institucional: Museu Histórico e Arqueológico de Peruíbe- Prefeitura de Peruíbe
Área de Abrangência: Município de Ilhabela, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
51- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Departamento de Estudas e Rodagem do Estados do Espírito Santo
Empreendimento: Implantação e Pavimentação da Rodovia ES-130 Trecho entre Pinheiros e São João do Sobrado
Processo nº 01409.000188/2017-12
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Empreendimento Implantação e Pavimentação da Rodovia ES-130 Trecho entre Pinheiros e São João do Sobrado
Arqueóloga Coordenadora: Daiane Pereira
Arqueólogo de Campo: Bruno de Souza Barreto
Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra-Prefeitura Municipal da Serra
Área de Abrangência: Município de Pinheiros, Estado do Espirito Santo
Prazo de Validade:03 (três) meses
52- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: SPE Três Barras Linhares Empreendimentos Ltda
Empreendimento: Três Barras Residencial Clube
Processo nº 01409.000187/2018-59
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Empreendimento Três Barras Residencial Clube
Arqueólogo Coordenador: Almir do Carmo Bezerra
Arqueólogo de Campo: Alexandre Cavalcanti Gomes Neto
Apoio Institucional: Museu Histórico de Serra - Prefeitura Municipal da Serra
Área de Abrangência: Município de Linhares, Estado do Espirito Santo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
53- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Oliveira Carvalho Empreendimentos, Participações e Negócios Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial e Comercial Jardim Pitangueiras
Processo nº 01506.005659/2016-08
Projeto: Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico do Loteamento Residencial e Comercial Jardim Pitangueiras
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Rafael Bartolomucci
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano-Prefeitura de Jahu
Área de abrangência: Município de Caçapava, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04(Quatro) meses
54- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: ICAP Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Loteamento Nova Xangri-Lá
Processo n. º 01512.005366/2016-33
Projeto: Acompanhamento Arqueológico na Área do Loteamento Nova Xangri-Lá
Arqueólogo Coordenador: Jairo Henrique Rogge
Arqueólogo de Campo: Jairo Henrique Rogge
Área de Abrangência: Município de Xangri-Lá, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de validade: 03 (três) meses
55- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Solatio Brasil Gestão de Projetos Solares Ltda-ME
Empreendimento: Central Geradora Solar Fotovoltaica Francisco Sá
Processo n. º 01514.900394/2017-27
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico das Usinas Fotovoltaicas Francisco Sá 1, 2 e 3
Arqueóloga Coordenadora: Adrea Gizelle Morais Costa Besen
Arqueóloga de Campo: Adrea Gizelle Morais Costa Besen
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem-Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
Área de Abrangência: Município de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 04(quatro) meses

PORTARIA Nº 45, DE 27 DE JULHO DE 2018

A DIRETORA SUBSTITUTA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 662, de 21/11/2017, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve: Revogar:

I- Autorização nº 03, Anexo IV, Seção I, Página 14, Portaria nº 23/2018, publicada no Diário Oficial da União em 23/04/2018 em nome do arqueólogo Benedito Walderlino de Souza da Silva, referente ao Processo n° 01424.000395/2017-89, "Programa de Acompanhamento Arqueológico da pesquisa mineral no Urucum Leste e Alto Cupixizinho", tendo em vista solicitação do Arqueólogo.

II- Autorização nº 25, Anexo IV, Seção I, Página 27, Portaria nº 06/2018, publicada no Diário Oficial da União em 06/02/2018 em nome da arqueóloga Ingrid Lopes de Oliveira, referente ao Processo n° 01504.001830/2017-01, "Acompanhamento Arqueológico para o Empreendimento Loteamento Bela Vista", tendo em vista solicitação da Arqueóloga.

DANIELI HELENCO

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 42, de 13 de julho de 2018, Seção I, Página 11, Revogação nº I, publicada em 16 de julho de 2018, onde se lê: "publicada no Diário Oficial da União em 23/05/2018", leia-se: "publicada no Diário Oficial da União em 23/04/2018". E onde se lê: "FLÁVIO RIZZI CALIPPO", leia-se: "DANIELI HELENCO".

Na Portaria nº 13, de 09 de março de 2018, Seção I, Anexo III, Página 21, Renovação nº 03, publicada em 12 de março de 2018, onde se lê: "Arqueólogo Coordenador: Elaine Cristina Carvalho da Silva", leia-se: Arqueólogos Coordenadores: Elaine Cristina Carvalho da Silva, Nathalia Rodrigues de Lima e Aline Cristina Castro Araújo".

Na Portaria nº 36, de 22 de junho de 2018, Seção I, Anexo V, Página 12, Autorização nº 08, publicada em 25 de junho de 2018, onde se lê: "Arqueóloga de Campo: Letícia Morgana Muller", leia-se: Arqueólogos de Campo: Letícia Morgana Muller e Daniel Gabriel da Cruz".

Na Retificação publicada no Diário Oficial da União em 18/07/2016, página 13, Seção 1, onde se lê: "Arqueólogo Coordenador: Adolfo Yuji Okuyama", leia-se: "Arqueólogo Coordenador: Paulo Henrique Salva Borges".

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 488, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
181473 - Desfile Histórico FEPROCOL
Casa Colonial Ragazzi Dei Monti Ltda
CNPJ/CPF: 03.900.599/0001-08
Processo: 01400008762201841
Cidade: Monte Belo do Sul - RS;
Valor Aprovado: R$ 201.431,88
Prazo de Captação: 30/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar apresentação de arte cênica através um corso alegórico durante o evento FEPROCOL - Festa de Produtos Coloniais em Nova Pádua / RS. O corso contará a história da imigração italiana e do Município colonizado por imigrantes italianos por volta do ano de 1885. A trajetória do corso tem duração de cerca de 01h30 min e procurará resgatar costumes e reverenciar a memória. Os carros são confeccionados pela própria comunidade e é realizado na avenida principal da Cidade com acesso democratizado e sem limitação de idade. O projeto conta também com apresentações musicais e palestra incentivando a Formação de Platéia.
182229 - TOMARA QUE SEJA MULHER
Trocadilhos 1000 Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 07.228.339/0001-99
Processo: 01400012442201896
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.176.771,75
Prazo de Captação: 30/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Montagem e temporada de espetáculo teatral TOMARA QUE SEJA MULHERem duas praças RJ e SP e teatros a serem escolhidos. Teatro com mínimo de 300 lugares Tema abordado : Diversidade
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
181971 - CONCERTOS ITINERANTES DE MÚSICA DE CÂMARA - IV EDIÇÃO
ISAIAS LUZ DA SILVA
CNPJ/CPF: 017.322.160-29
Processo: 01400010576201872
Cidade: Novo Hamburgo - RS;
Valor Aprovado: R$ 158.763,19
Prazo de Captação: 30/07/2018 à 28/12/2018
Resumo do Projeto: O programa "Concertos Itinerantes de Música de Câmara consagrou-se como um dos grandes programas anuais de música de câmara que ocorrem na região do Vale do Rio dos Sinos (RS) e tem como objetivo levar a música erudita de grandes compositores brasileiros e internacionais com a formação de um grupo de câmara - piano, violino e canto - para as cidades de Novo Hamburgo (RS), Gramado (RS), Canela (RS), e Rio de Janeiro (RJ), promovendo um intercâmbio entre jovens musicistas gaúchos e musicistas oriundos de outros estados brasileiros.

PORTARIA N° 489, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18, § 1º)
17 0940 - Baile do Menino Deus - Uma Brincadeira de Natal
RELICÁRIO PRODUÇÕES CULTURAIS E EDITORIAIS LTDA
CNPJ/CPF: 06.790.619/0001-23
PE - Recife
Período de captação: 21/07/2018 a 31/08/2018
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18, § 1º)
17 9107 - Conexão BRA
FERNANDO ANTAO ALVES 28545412860
CNPJ/CPF: 14.375.065/0001-26
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 490, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
177511 - Circuito Estradafora - Brasil Afora III
NETT Núcleo Experimental Teatro de Tábuas
CNPJ/CPF: 03.377.377/0001-52
Cidade: Campinas - SP;
Valor Reduzido: R$ 66.075,00
Valor total atual: R$ 1.224.626,25
176525 - IMIN 110 - PROGRAMAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL
ALIANÇA CULTURAL BRASIL - JAPÃO DO PARANÁ
CNPJ/CPF: 78.019.825/0001-45
Cidade: Londrina - PR;
Valor Reduzido: R$ 4.100,00
Valor total atual: R$ 2.260.578,05
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
180960 - BAUERNFEST DE PETROPOLIS 2018
COMPANHIA DE PROMOCOES E EVENTOS K S LTDA - ME
CNPJ/CPF: 01.415.205/0001-09
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 1.456.983,88
Valor total atual: R$ 1.459.431,50
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
172049 - Carreta Literária Segunda edição
CEC Brasil Cultura Esporte e Cidadania LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.353.620/0001-93
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 37.515,02
Valor total atual: R$ 1.289.664,98
178747 - FLIPELÔ - Festa Literária Internacional do Pelourinho - 2ª Edição.
Fundação Casa de Jorge Amado
CNPJ/CPF: 15.236.623/0001-35
Cidade: Salvador - BA;
Valor Reduzido: R$ 191.446,60
Valor total atual: R$ 1.568.291,10

PORTARIA N° 491, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a alteração do proponente do projeto Art Of The Brick DC Comics & Warner Bros Exposições - PRONAC 17-7500, publicado na portaria n.º 710 de 24/11/2017, no D.O.U. de 27/11/2017:

Onde se lê: RING PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 12.654.464/0001-09
Leia-se: PEEB PROMOCOES E PUBLICIDADE LTDA
CNPJ/CPF: 26.263.932/0001-10

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 116, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016, e, tendo em vista o disposto no Edital nº 11, de 27 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º - Prorrogar o prazo de recurso da Portaria nº 113, de 23 de julho de 2018, por mais 04 (quatro) dias úteis contados a partir da data da publicação desta portaria. O recurso deverá ser encaminhado exclusivamente mediante o envio de formulário específico para o endereço eletrônico: festivais.sav@cultura.gov.br.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO MAIA MASCARENHAS

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 714, DE 27 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017; nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 310/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 20075100;

Art. 2º Fica recredenciado o Centro Universitário de São Paulo (Uni São Paulo), com sede na Rua Ibipetuba, nº 130, Bairro Parque da Mooca, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantido pela UNIESP S.A (CNPJ 19.347.410/0001-31).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 715, DE 27 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 333/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201601872;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Maurício de Nassau de Uberlândia (FMN Uberlândia), a ser instalada na travessa Canápolis, nº 200, bairro Osvaldo Rezende, no Município Uberlândia, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Ser Educacional S.A (CNPJ 04.986.320/0001-13).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 716, DE 27 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 297/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201604602;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdades Integradas de Três Lagoas (AEMS), com sede na Avenida Ponta Porã, nº 2750, bairro Distrito Industrial, no Município de Três Lagoas, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Associação de Ensino e Cultura de Mato Grosso do Sul (CNPJ 01.923.317/0001-62).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 717, DE 27 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 306/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201611161;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Dom Luciano Mendes (FDLM), com sede na Rodovia dos Inconfidentes, Km 108, s/n, bairro Chácara, no Município de Mariana, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Fundação Marianense de Educação (CNPJ 22.390.686/0001-07).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 718, DE 27 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017; nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 315/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201506676;

Art. 2º Fica credenciado o Centro Universitário Campo Real, por transformação da Faculdade Campo Real, com sede na Rua Comendador Norberto, nº 1.299, bairro Santa Cruz, no Município de Guarapuava, no Estado do Paraná, mantida pela UB - Campo Real Educacional S.A. (CNPJ 03.291.761/0001-38).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 719, DE 27 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 273/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201601749;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Maurício de Nassau de Florianópolis (FMN Floripa), a ser instalada na Rua Vereador Batista Pereira, nºs 636, 646,656,666, bairro Balneário, no Município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, mantida pelo Ser Educacional S/A (CNPJ 04.986.320/0001-13).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 720, DE 27 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 288/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201503363;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade de Teologia da Arquidiocese de Brasília (FATEO), com sede no SGAS Quadra 914, Conjunto B, Asa Sul, em Brasília, no Distrito Federal, mantida pela Associação de Estudos Superiores Santo Tomás de Aquino (CNPJ 09.220.749/0001-19).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 721, DE 27 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017; nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2018 resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 314/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201600557;

Art. 2º Fica recredenciada a Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), instituição vinculada ao Senado Federal do Brasil (CNPJ 00.530.279/0001-15), situado na Via N2, edifício ILB, s/n, Área Central, na cidade de Brasília, no Distrito Federal para ministrar cursos de pós-graduação lato sensu, na modalidade presencial e a distância.

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Resolução CNE/CES nº 1 de 6 de abril de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 722, DE 27 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 337/2018

, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201602124;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Amazonas, a ser instalada na Travessa Cristiane Azevedo, nº 2.712, bairro Morada do Sol, no Município de Manacapuru, no Estado do Amazonas, mantida pela Faculdade Amazonas Ltda. - EPP (CNPJ 24.373.640/0001-05).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 723, DE 27 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 271/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201608626;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Paiva Andrade (FPA), a ser instalada na rua Inácio Moreira, nº 133, bairro Messejana, no Município de Fortaleza, no Estado do Ceará, mantida pela Sociedade Educacional Paiva Andrade Ltda. (CNPJ 25.348.619/0001-12).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 724, DE 27 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 295/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201510843;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS), com sede na Avenida Jean Emile Favre, nº 422, Bairro Imbiribeira, no Município de Recife, no Estado de Pernambuco, mantida pela Associação Educacional de Ciências da Saúde (AECISA) (CNPJ 05.834.842/0001-62).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 725, DE 27 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 229/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201610356;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Metropolitana Palhoça (Famepalhoça), a ser instalada na Avenida Aniceto Zacchi, nº 1.109, Complemento de 300/301 até o fim, Ponte do Imaruim, no Município de Palhoça, no Estado de Santa Catarina, mantida pela Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda. (CNPJ 01.894.432/0001-56).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 726, DE 27 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 270/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201609898;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Metropolitana de Camaquã (FAMECA), a ser instalada na Rua Alice Baugarten Padilha, nº 178, Bairro Olaria, no Município de Camaquã, no Estado do Rio Grande do Sul, mantida pela Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda. (CNPJ 01.894.432/0001-56).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 727, DE 27 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 268/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201610560;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Metropolitana do Litoral Rio Grandense (Fameli), a ser instalada na avenida Poti, nº 1550, centro, no Município de Capão da Canoa, no Estado do Rio Grande do Sul, mantida pela Sociedade Educacional Leonardo Da Vinci S/S Ltda. (CNPJ 01.894.432/0001-56).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 728, DE 27 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 636/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 20075001;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade de Comunicação e Design "Oswaldo Cruz", com sede na Rua Conselheiro Brotero, nº 475, Bairro Barra Funda, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, mantida pelo Instituto Paulista de Difusão Cultural Ltda. (CNPJ 04.718.981/0001-68).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 729, DE 27 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 82/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201406737;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Santo Agostinho - FACSA, com sede na Rua Palmares, nº 3, Conceição, Loteamento Cajueiro, no Município de Ipiaú, no Estado da Bahia, mantida pela Sociedade Educacional Santo Agostinho Ltda. - EPP (CNPJ 16.403.719/0001-03).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 730, DE 27 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 230/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201507011;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Sudoeste (FASU), a ser instalada na Avenida Vivaldo Mendes Ferraz, nº 876, Bairro Recreio, no Município de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia, mantida pelo Centro de Ensino e Pesquisa UNIGRAD Ltda. - ME (CNPJ 11.392.888/0001-71).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 731, DE 27 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 215/2016, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201208870;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade de Tecnologia de Taubaté (Etep), com sede na Avenida Bandeirantes, nº E-701, bairro Jardim Maria Augusta, no município de Taubaté, no estado de São Paulo, mantida pelo CETEC Educacional S.A., com sede no município de São José dos Campos, no estado de São Paulo (CNPJ nº 07.761.676/0001-47).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 732, DE 27 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 314/2014, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201101610;

Art. 2º Fica recredenciado o Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM) para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede à Avenida Paris, nºs 60 e 72, Bairro Bonsucesso, no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, mantido pela Sociedade Unificada de Ensino Augusto Motta, com sede no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro (CNPJ nº 34.008.227/0001-03).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 733, DE 27 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; o Decreto n° 9.057, de 25 de maio de 2017; a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa n° 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 362/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201601309;

Art. 2º Fica credenciado o Instituto Superior de Educação de São Paulo (Singularidades/ISESP), com sede na Rua Deputado Lacerda Franco, nº 88, bairro Pinheiros, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantido pelo Instituto Superior de Educação de São Paulo (ISESP) (CNPJ 04.162.324/0001-87).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

PORTARIA Nº 2.063, DE 27 DE JULHO DE 2018

O Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso das atribuições legais, resolve:

Prorrogar, por 2 (dois) anos, o prazo de validade do Concurso Público para os cargos de Técnico-Administrativos, regido pelo Edital nº 090/2016, publicado no DOU em 20/05/2016, conforme segue:

Edital de Abertura	Câmpus	Área	Data de Homologação no DOU
090/2016	Pelotas	1 e 2	10/08/2016

FLÁVIO LUÍS BARBOSA NUNES

PORTARIA Nº 2.064, DE 27 DE JULHO DE 2018

O Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso das atribuições legais, resolve:

Prorrogar, por 2 (dois) anos, o prazo de validade do Concurso Público para o cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, regido pelo Edital nº 034/2016, publicado no DOU em 29/02/2016, conforme segue:

Edital de Abertura	Câmpus	Área	Data de Homologação no DOU
034/2016	Pelotas	1	02/08/2016

ASS FLÁVIO LUÍS BARBOSA NUNES

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PORTARIA Nº 26, DE 23 DE JULHO DE 2018

Autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE a realizar a transferência de recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal para a manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil, construídos com recursos de programas federais, conforme Resolução CD/FNDE nº 15, de 16 de maio de 2013.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, substituta, no uso das atribuições, resolve:

Art. 1º Divulgar os municípios e o Distrito Federal que estão aptos a receber o pagamento do recurso de apoio à manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil, construídos com recursos de programas federais, em plena atividade e com matrículas que ainda não tenham sido contempladas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, de que trata a Lei nº 12.499, de 29 de setembro de 2011, e conforme informações declaradas pelos municípios e o Distrito Federal no SIMEC - Módulo E.I. Manutenção - Unidades do Proinfância.

Art. 2º Autorizar o FNDE/MEC a realizar transferência de recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal para manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil, conforme destinatários e valores constantes da listagem anexa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENILDA PERES DE LIMA

ANEXO

UF	Municípios	CNPJ	Código IBGE	Quantidade de novas matrículas, declaradas pelos Municípios e o Distrito Federal, em novos estabelecimentos públicos de educação infantil, construídos com recursos de programas federais e que estão em plena atividade				Valor do Repasse
				Creche Parcial	Creche Integral	Pré-Escola Parcial	Pré-Escola Integral	
MG	Ipatinga	19.876.424/0001-42	3131307	0	307	475	0	1.492.228,91
MT	Cuiabá	03.533.064/0001-46	5103403	0	312	37	45	855.458,29
PB	Tavares	08.944.092/0001-70	2516607	69	0	0	0	134.621,76
PI	Simões	06.553.853/0001-37	2210706	0	88	0	0	195.299,21
PI	Teresina	06.554.869/0001-64	2211001	35	10	1	0	71.700,73
RS	Ijuí	90.738.196/0001-09	4310207	93	59	39	0	407.182,13
RS	Taquara	97.761.407/0001-73	4321204	0	120	0	0	266.317,10
TOTAL				197	896	552	45	3.422.808,13

PORTARIA Nº 27, DE 27 DE JULHO DE 2018

Divulga resultado da fase recursal do Edital nº 1/2017/CGPLI - Programa Nacional do Livro e do Material Didático PNLD 2019 -Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, no uso das atribuições, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado da fase recursal das obras inscritas no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD 2019 - Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, conforme Edital 01/2017/CGPLI - Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas.

Art. 2º Em atendimento ao Decreto nº 9.099, de 19 de julho de 2017, e aos subitens 9.7 e 9.8 do Edital referido no Art.1º desta Portaria, o resultado preliminar da etapa de avaliação pedagógica foi publicado por meio da Portaria nº 20, de 02 de julho de 2018.

Art. 3º Os pareceres que embasaram o resultado prévio foram disponibilizados e, os pareceres das obras reprovadas e das obras aprovadas condicionadas à correção de falhas pontuais puderam ser objetos de recurso fundamentado por parte do detentor de direito autoral, nos prazos previstos em edital, vedados pedidos de revisão de avaliação.

§ único - Os pareceres que fundamentaram o resultado divulgado nesta portaria estarão disponíveis para acesso dos detentores de direito autoral no endereço www.simec.gov.br, Módulo Livros, aba avaliação, pelo prazo de 30 dias, a contar da publicação desta Portaria.

Art. 4º Para as obras que obtiveram recursos indicados como procedentes, nesta portaria, o titular de direito autoral deverá reapresentar a obra no SIMEC, com as correções de falhas pontuais apontadas no parecer de avaliação, conforme especificações do Anexo II, em versão descaracterizada, no prazo de dez dias, a contar da publicação desta Portaria, para conferência e aprovação, se for o caso.

§ único - A obra só será considerada aprovada para compor o Guia de Livros Didáticos se as falhas apontadas no parecer forem devidamente sanadas e a nova versão corrigida for carregada no SIMEC.

Art. 5º Segue, anexo a esta Portaria, o resultado da fase recursal à etapa de avaliação pedagógica do PNLD 2019 - Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

§ único - Para o componente Projetos Integradores, o resultado dessa fase recursal será posteriormente publicado em razão da existência de recursos pendentes de análise, obedecendo o disposto no subitem 9.8.4 do Edital 01/2017/CGPLI.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENILDA PERES DE LIMA
Secretária
Substituta

ANEXO I

Resultado aos recursos de obras reprovadas - PNLD 2019

Componente Curricular	Código	Resultado do Recurso
Arte	0076P19061	Procedente
Arte	0085P19061	Procedente
Arte	0176P19061	Procedente
Arte	0130P19061	Improcedente
Arte	0224P19061	Improcedente
Arte	0154P19061	Improcedente
Arte	0256P19061	Improcedente
Ciências	0243P19031	Improcedente
Ciências	0255P19031	Improcedente
Educação Infantil	0167P19003	Improcedente
Educação Infantil	0168P19002	Improcedente
Educação Infantil	0290P19001	Improcedente
Educação Infantil	0294P19002	Improcedente
Língua Portuguesa	0066P19011	Improcedente
Língua Portuguesa	0068P19011	Improcedente
Língua Portuguesa	0196P19011	Improcedente
Língua Portuguesa	0227P19011	Improcedente
Língua Portuguesa	0242P19011	Improcedente
Língua Portuguesa	0246P19011	Improcedente
Matemática	0132P19021	Improcedente
Matemática	0195P19021	Improcedente
Matemática	0205P19021	Improcedente
Matemática	0236P19021	Improcedente
Matemática	0245P19021	Improcedente

ANEXO II

Resultado aos recursos de obras aprovadas condicionadas à correção de falhas pontuais - PNLD 2019

Componente Curricular	Código	Resultado do Recurso
Geografia	0171P19051	Procedente

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

PORTARIA Nº 1.510, DE 23 DE JULHO DE 2018

O Reitor em Exercício da Universidade Federal de Alfenas, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 23087.005657/2017-11, resolve:

Prorrogar pelo período de 03-08-2018 a 02-08-2019, a validade do Processo Seletivo para Professor Substituto, realizado por meio do Edital nº 74/2017, cujo resultado foi homologado por meio do Edital nº 88/2017, de 01-08-2017, publicado no DOU de 03-08-2017, Seção 3, pág 51.

ALESSANDRO ANTÔNIO COSTA PEREIRA

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 27 DE JULHO DE 2018

Processo nº: 17944.100771/2017-03
Interessado: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP
Assunto: Operação de crédito externo a ser celebrada entre a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, destinada ao financiamento parcial do "Programa Inovar como Indutora do Crescimento Brasileiro em Setores Estratégicos (Programa Inovar para Crescer)".

Despacho: Tendo em vista os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com fundamento no art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, com suas alterações, e considerando a permissão contida na Resolução nº 19, de 12 de julho de 2018, também daquela Casa Legislativa, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2018, e, no uso da competência que me confere o art. 6º do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, autorizo a concessão de garantia da União para Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, observadas as condições legais e regulamentares pertinentes, bem assim as formalidades de praxe.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA
Ministro

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BANCO DO BRASIL S/A

BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S/A

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO ACIONISTA REALIZADA EM 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Em sete de fevereiro de dois mil e dezoito, às nove horas, realizou-se Assembleia Geral Extraordinária da BB Administradora de Consórcios S.A. (NIRE: 53300007322 e CNPJ: 06043050/0001-32), na sede social da Empresa, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, Ed. Banco do Brasil, Torre Sul, 1º andar, Asa Norte - Brasília (DF), tendo comparecido o Banco do Brasil S.A., seu único acionista, representado pelo seu Diretor Sr. Cícero Przendsiuk, o qual assinou o "Livro de Presença", observadas as prescrições legais. Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Alexandre Luís dos Santos, Diretor-Presidente da BB Consórcios, que, ao instalar a Assembleia, registrou a presença da Sra. Luciana Maria Rocha Moreira, membro do Conselho Fiscal, e convidou o Sr. André Luiz Valença da Cruz para atuar como Secretário. Em seguida, O Sr. Presidente informou que os assuntos constantes da ordem do dia eram (i) Reforma Estatutária, (ii) Adesão ao Comitê de Auditoria único, (iii) Adesão ao Comitê de Elegibilidade para ELBBs, (iv) Adesão ao Comitê de Riscos e Capital e (v) Ratificação das eleições da AGO e adequação dos prazos de gestão ou de atuação em curso. O acionista aprovou: i) a reforma estatutária, com manifestação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, consolidada no Estatuto Social (anexo I), cujas alterações encontram-se listadas em quadro comparativo (anexo II) e foram realizadas para adequação do Estatuto Social à Lei nº 13.303/2016 e ao Decreto nº 8.945/2016; ii) a adesão ao regime de Comitê de Auditoria único; iii) a adesão ao regime de compartilhamento do Comitê de Elegibilidade para ELBBs; iv) a adesão à estrutura de Comitê de Riscos e de Capital do Banco do Brasil S.A.; v) a ratificação das eleições para Conselho Fiscal ocorridas na Assembleia Geral Ordinária de 26.04.2017 e a retificação dos respectivos prazos de gestão e atuação, em adequação à nova redação estatutária, dos membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal para 2 anos. Prazo de atuação: até Assembleia Geral Ordinária de 2019. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária do Acionista da BB Administradora de Consórcios S.A., da qual eu, Ass.) André Luiz Valença da Cruz, Secretário, mandei lavrar esta Ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Ass.) Alexandre Luís dos Santos, Diretor-Presidente da BB Consórcios S.A, Presidente da Assembleia e Cícero Przendsiuk, Representante do Banco do Brasil S.A. ESTE DOCUMENTO É CÓPIA FIEL TRANSCRITA DO LIVRO PRÓPRIO DE Nº 03, FOLHA 35 e 36. Atestamos que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta emitida à parte. Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Deorf/Difin - 9.388.285-9 - Túlio Cesar Oliveira Nunes - Analista. A Junta Comercial do Distrito Federal certificou o registro em 24.10.2017 sob o número 20170895823 - Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral.

BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S/A

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CNPJ/MF Nº 17.344.597/0001-94
NIRE Nº 5330001458-2

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2018

I. Data, Hora e Local: Às nove horas e trinta minutos do dia quatorze de março de dois mil e dezoito, na sede da Companhia, localizada em Brasília, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º andar, Edifício Banco do Brasil, Asa Norte. II. Composição da Mesa: Conselheiros: Marcelo Augusto Dutra Labuto, Presidente, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Vice-Presidente, José Mauricio Pereira Coelho, Isabel da Silva Ramos, Adalberto Santos de Vasconcelos e Nerylson Lima da Silva. Secretária: Patricia Rachel Andrioni. (...) IV. Aprovação: O Conselho de Administração aprovou: 1. A Nota Técnica da Superintendência de Gestão Societária 2018/0077 que propõe a convocação da Assembleia Geral Ordinária da BB Seguridade, na forma do Edital e da Proposta da Administração. 2. A Nota Técnica da Superintendência de Gestão Societária 2018/0080 que propõe a submissão à B3 S.A. do pedido de certificação da BB Seguridade no Programa Destaque em Governança de Estatais ("PDGE) da B3 S.A, a ocorrer no dia útil seguinte à convocação da Assembleia Geral Ordinária. 3.A Nota Técnica da Superintendência de Riscos e Controles 2018/0068 que propõe: i) a revisão das Políticas de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento ao Terrorismo e à Corrupção e Gestão de Riscos; ii) a alteração da denominação da Política de Gestão de Riscos para Política de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade; iii) a atribuição de classificação da informação de ambas as Políticas como pública e sua divulgação no portal de relações com investidores da Companhia; e iv) o envio de orientação às subsidiárias BB Seguros Participações S.A. e à BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. a fim de que promovam os atos necessários para fazer executar a revisão das Políticas aprovadas pelo Conselho de Administração da BB Seguridade. (...) 6. A Nota Técnica da Gerência de Capital Humano 2018/0076 que propõe o encaminhamento, para deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas: i) da fixação do dispêndio global a ser pago à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, correspondente ao período de abril/2018 a março/2019, no total de até R$ 9.185.126,34 (nove milhões, cento e oitenta e cinco mil, cento e vinte e seis reais, trinta e quatro centavos); e ii) dos honorários mensais dos membros do Comitê de Auditoria no valor de R$ 15.003,96 (quinze mil e três reais, noventa e seis centavos). 7. A Nota Técnica da Gerência de Capital Humano 2018/0082 que propõe o pagamento final do Programa de Remuneração Variável da Diretoria Executiva para o Exercício 2017 e a recompra de ações em circulação de emissão própria da BB Seguridade Participações S.A. ("Companhia"), para pagamento a administradores da Companhia, referente ao Programa de Remuneração Variável da Diretoria Executiva para o Exercício 2017, nos termos do Artigo 21, alínea aa, do Estatuto Social da Companhia, do Artigo 30, § 1º, "b", da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e da Instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015 ("ICVM 567"), podendo ser adquiridas até 19.359 (dezenove mil, trezentas e cinquenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de acordo com os termos e condições previstos no Anexo I à presente ata e observados os limites e restrições estabelecidos na Lei das S.A., na ICVM nº 567 e nas deliberações tomadas nesta data. Registro: O conselheiro Sr. José Mauricio Pereira Coelho absteve-se de votar nesta matéria. (...) VI. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual eu, Patricia Rachel Andrioni,Secretária, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Ass. Marcelo Augusto Dutra Labuto, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, José Mauricio Pereira Coelho, Isabel da Silva Ramos, Adalberto Santos de Vasconcelos e Nerylson Lima da Silva. ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO LIVRO 2 FOLHAS 61 A 66. A Junta Comercial do Distrito Federal certificou o registro em 08.06.2018 sob o número 1074177 - Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

INSTRUÇÃO Nº 599, DE 27 DE JULHO DE 2018

Altera a Instrução CVM nº 510, de 29 de novembro de 2011, a Instrução CVM nº 542, de 20 de dezembro de 2013, e a Instrução CVM nº 543, de 20 de dezembro de 2013.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 6 de junho de 2018, com fundamento nos arts. 1º, VI, 8º, I, e 24 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, nos arts. 27, 34, § 2º, 41, 101 e 293 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e no art. 24, § 2º, da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013 APROVOU a seguinte Instrução:

Art. 1º Os incisos XXIX, XXX, XXXI, XXXII e XXXIII do Anexo 1 da Instrução CVM nº 510, de 29 de novembro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"XXIX - escriturador de valores mobiliários;

XXX - custodiante de valores mobiliários;

XXXI - REVOGADO;

XXXII - REVOGADO;

XXXIII - REVOGADO;" (NR)

Art. 2º Os incisos XXIX, XXX, do Anexo 2 da Instrução CVM nº 510, de 29 de novembro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"XXIX - INFORMAÇÕES CADASTRAIS RELATIVAS AO ESCRITURADOR DE VALORES MOBILIÁRIOS

....." (NR)

XXX - INFORMAÇÕES CADASTRAIS RELATIVAS AO CUSTODIANTE DE VALORES MOBILIÁRIOS

....." (NR)

Art. 3º Os arts. 5º, 6º, 7º e 8º da Instrução CVM nº 542, de 20 de dezembro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º O pedido de autorização para atuação como custodiante deve ser encaminhado à Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários - SMI, mediante a apresentação de requerimento instruído com os documentos descritos no Anexo 5.

Parágrafo único. A SMI pode solicitar ao requerente elementos e informações complementares." (NR)

"Art. 6º A autorização deve ser automaticamente concedida se o pedido não for denegado pela SMI dentro de 90 (noventa) dias a contar de sua apresentação, mediante protocolo.

§ 1º O prazo a que se refere o caput pode ser interrompido uma única vez, na hipótese de a SMI solicitar ao requerente documentos e informações adicionais relativos ao pedido de autorização, passando a fluir novo prazo de 90 (noventa) dias, a partir do cumprimento das exigências." (NR)

"Art. 7º .....

I - não esteja instruído com os documentos necessários à sua apreciação, ou se não forem fornecidos, no prazo fixado no § 2º do art. 6º, os documentos e as informações complementares solicitados pela SMI;

....." (NR)

Art. 8º .....

.....

II - por decisão da SMI, após processo administrativo em que são assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

.....

§ 1º Na hipótese prevista no inciso I do caput, o custodiante deve apresentar à SMI evidências de que restituiu aos investidores ou transferiu, por orientação direta ou na forma do respectivo contrato, a outro custodiante todos os valores mobiliários que mantinha em sua custódia.

....." (NR)

Art. 4º Os arts. 6º, 7º, 8º, 9º e 10 da Instrução CVM nº 543, de 20 de dezembro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º O pedido de autorização para prestação de serviços de escrituração de valores mobiliários deve ser encaminhado à Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários - SMI, mediante a apresentação de requerimento instruído com os documentos descritos no Anexo 6 da presente Instrução.

Parágrafo único. A SMI pode solicitar ao requerente elementos e informações complementares." (NR)

"Art. 7º .....

Parágrafo único. Na hipótese do caput, a SMI deve conceder a autorização específica, nos termos do pedido apresentado." (NR)

"Art. 8º A autorização é automaticamente concedida se o pedido não for denegado pela SMI dentro de 90 (noventa) dias a contar de sua apresentação, mediante protocolo.

§ 1º O prazo a que se refere o caput pode ser interrompido uma única vez, na hipótese de a SMI solicitar ao requerente documentos e informações adicionais relativos ao pedido de autorização, passando a fluir novo prazo de 90 (noventa) dias, a partir do cumprimento das exigências.

....." (NR)

"Art. 9º .....

I - não esteja instruído com os documentos necessários à sua apreciação, ou se não forem fornecidos, no prazo fixado no § 2º do art. 8º, os documentos e as informações complementares solicitados pela SMI;

....." (NR)

"Art. 10. .....

.....

II - por decisão da SMI, após processo administrativo em que são assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

.....

§ 1º Na hipótese prevista no inciso I do caput, o escriturador deve comunicar por escrito o fato à SMI e aos depositários centrais, indicando o prazo em que deve ocorrer a transferência ao contratante, ou à pessoa por ele indicada, dos dados e documentos relacionados com os serviços prestados.

§ 2º Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do caput, o escriturador deve transferir de imediato ao contratante ou à pessoa por ele indicada, os dados e documentos relacionados com os serviços prestados até o momento do cancelamento, comunicando o fato aos depositários centrais ou à SMI, quando for o caso." (NR)

Art. 5º Os incisos XXXI, XXXII e XXXIII dos Anexos 1 e 2 da Instrução CVM nº 510, de 29 de novembro de 2011, ficam revogados.

Art. 6º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO BARBOSA

COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES

PAUTA DE JULGAMENTO

PAUTA DE JULGAMENTOS, ABERTOS AO PÚBLICO, DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES - CVM.

I - Marcação de Sessão de Julgamento: nos termos do disposto nos artigos 27 a 36 e artigo 40, todos da Deliberação CVM nº 538, de 05.03.2008, comunicamos que será realizada a seguinte Sessão de Julgamento de Processo Administrativo Sancionador na data, horário e local abaixo mencionados.

Ficam desde já convocados os acusados e os seus representantes, ou advogados, devidamente constituídos os autos, para, querendo, comparecer à Sessão de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador e oferecer sustentação oral de suas defesas.

Eventuais alterações na presente pauta serão objeto de publicação no Diário Oficial da União.

PAS CVM nº 06/2012 - PRECE - Previdência Complementar

Data: 14.08.2018 - terça-feira

Horário: 15h00min

Relator: Diretor Gustavo Borba

Local: Rua Sete de Setembro, nº 111 - 34º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.

Objeto do processo: apurar a eventual prática não equitativa a partir do direcionamento artificial de negócios com contratos futuros de Índices Bovespa, Dólar Americano e Taxa de Juros de 1 Dia, com o objetivo de beneficiar determinados comitentes, em detrimento da carteira própria da PRECE - Previdência Complementar e de alguns dos fundos de investimento exclusivos dessa entidade, em infração ao disposto no item II, alínea "d", c/c o item I, da Instrução CVM nº 08/79.

Acusados	Advogado
Aristides Campos Jannini	Leonardo Lins Morato (OAB/SP nº 163.840)
Arthur Camarinha	Ari Cordeiro Filho (OAB/RJ nº 15.390)
Banco Mizuho do Brasil S.A. (Ex-Banco Westlb do Brasil S.A.)	Carlos Motta (OAB/SP nº 172.703)
BMC Asset Management DTVM Ltda.	Nelson Laks Eizirik (OAB/RJ 38.730)
Carlos Alberto de Oliveira Ribeiro	Welinton Balderrama dos Reis (OAB/SP nº 209.416)
Cezar Sassoun	Não constituiu advogado.
Dario Graziato Tanure	Carlos Tadeu Carvalho Azevedo (OAB/RJ nº 114.770)
David Jesus Gil Fernandez	Jose Eduardo Carneiro Queiroz (OAB/SP nº 150.350)
Eduardo Cosentino da Cunha	Guilherme Cardoso Leite (OAB/DF nº 26.225)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Flavio Mario Machado dos Santos	João Carlos de Andrade Uzeda Acioly (OAB/RJ nº 152.983)
Francisco José Magliocca	Não constituiu advogado.
Francisco José Rodriguez Lunardi	Não constituiu advogado.
Geraldo Climério Pinheiro	Dominique Amaral (OAB/SP nº 290.220)
Guilherme Simões de Moraes	Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann (OAB/SP nº 220.580)
Infinity Asset Management Adm de Recursos Ltda. (Ex - Quality Asset Management Adm de Recursos Ltda.)	José Eduardo Carneiro Queiroz (OAB/SP nº 150.350)
Infinity CCTVM S.A.	José Eduardo Carneiro Queiroz (OAB/SP nº 150.350)
Jorge Gurgel Fernandes Neto	Walter Gil Guimarães (OAB/SP nº 303.897)
José Carlos Batista	Não constituiu advogado.
José Carlos Romero Rodrigues	Esley Cassio Jacquet (OAB/SP nº 118.253)
José Oswaldo Morales Júnior	Nelson Laks Eizirik (OAB/RJ 38.730)
Julio Manoel Vilariço de Moura	Não constituiu advogado.
Laeco Asset Management Ltda.	Carlos Augusto Junqueira (OAB/RJ nº 114.289)
Lauro José Senra de Gouvêa	Não constituiu advogado.
Lúcio Bolonha Funaro	Walfrido Jorge Warde Jr. (OAB/SP nº 139.503)
Mais Asset Management Ltda. (Atual Denominação da Ideal Asset Management Ltda.)	Sandro Cesar Tadeu Macedo (OAB/SP nº 108.238)
Marcos Cesar de Cassio Lima	Não constituiu advogado.
Mercatto Capital Partners Ltda. (Ex - Mercatto Gestão de Recursos Ltda.)	Carlos Tadeu Carvalho Azevedo (OAB/RJ nº 114.770)
Morris Safdié	Carlos Augusto Junqueira (OAB/RJ nº 114.289)
Norival Wedekin	Dominique Amaral (OAB/SP nº 290.220)
Paulo Alves Martins	Não constituiu advogado.
Paulo Roberto da Veiga Cardozo	Carlos Tadeu Carvalho Azevedo (OAB/RJ nº 114.770)
Pavarini e Ópice Gestão de Ativos Ltda.	Maria Isabel do Prado Bocater (OAB/RJ nº 28.559)
Renato Ópice Sobrinho	Maria Isabel do Prado Bocater (OAB/RJ nº 28.559)
Sérgio Guaraciaba Martins Reinas	Edson Queiroz Barcelos Júnior (OAB/DF nº 19.502)
Stockolos Avendis EB Empreendimentos Intermediações e Participações S/C Ltda.	Walfrido Jorge Warde Jr. (OAB/SP nº 139.503)
Teletrust de Recebíveis S.A.	Walter Gil Guimarães (OAB/SP nº 303.897)
Walmir Candido da Silva	Sandro Cesar Tadeu Macedo (OAB/SP nº 108.238)

Rio de Janeiro, 26 de julho de 2018.

MARIO FREDERICO MOREIRA FIGUEIREDO DE CARVALHO

Chefe

Em exercício

PAUTA DE JULGAMENTO

PAUTA DE JULGAMENTOS, ABERTOS AO PÚBLICO, DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES - CVM.
SESSÕES DE JULGAMENTO ADIADAS
PAS CVM Nº RJ2014/13977 - Forjas Taurus S.A.
SEI nº 19957.000794/2015-25

Acusados	Advogados
Amoreti Franco Gibbon	Guilherme Vieira da Silva - OAB/RJ 117.113 João Luiz Cople Loureiro - OAB/RJ 147.030
Marcelo de Deus Saweryn	Guilherme Vieira da Silva - OAB/RJ 117.113 João Luiz Cople Loureiro - OAB/RJ 147.030
Antônio José de Carvalho	Fernando Albino de Oliveira - OAB/RJ 22.998 Fabiano de Melo Ferreira - OAB/SP 206.704
Juliano Puchalski Teixeira	Fernando Albino de Oliveira - OAB/RJ 22.998 Fabiano de Melo Ferreira - OAB/SP 206.704
Romildo Gouveia Pinto	Fernando Albino de Oliveira - OAB/RJ 22.998 Fabiano de Melo Ferreira - OAB/SP 206.704
Danilo Angst	Giovani Gionédis - OAB/PR nº 8.128
Dennis Braz Gonçalves	Augusto Carneiro de Oliveira Filho - OAB/RJ nº 149.31222.998 Fernando Antônio Pimenta Fernandes - OAB/RJ nº 149.312
Doris Beatriz França Wilhelm	Elisa Junqueira Figueiredo- OAB/SP 148.842 Edison Carlos Fernandes - OAB/SP 151.366
Edair Deconto	Cláudio Mangoni Moretti - OAB/RS 28.384 Rafael Pellegrini Ribeiro - OAB/RS 62.937
Fernando José Soares Estima	Cláudio Mangoni Moretti - OAB/RS 28.384 Rafael Pellegrini Ribeiro - OAB/RS 62.937
Paulo Ricardo de Souza Mubarack	Cláudio Mangoni Moretti - OAB/RS 28.384 Rafael Pellegrini Ribeiro - OAB/RS 62.937
Felipe Saibro Dias	Bernardo de Albuquerque Maranhão Carneiro OAB/SP 302.578-A Ricardo Martins Amorim - OAB/SP 216.762
Gilmar Antônio Rabaioli	Joaquim Cercal Neto - OAB/SC nº 4.088 Maria Cristina Corrêa Bezerra da Costa OAB/SC nº 12.806-B
Jorge PY Velloso	Carlos Klein Zanini - OAB/RS 34.424 Jihad El-Khouri - OAB/RJ nº 168.038
Luís Fernando Costa Estima	Julian Fonseca Peña Chediak OAB/RJ nº 78.241 Julio Maia Vidal - OAB/RJ nº 125.312
Oscar Claudino Galli	João Maurício Carvalho Duhá OAB/RS nº 55.986
Paulo Amador Thomaz Alves da Cunha Bueno	Marcio Pestana - OAB/SP nº 103.297 Maria Clara VillasBôas Arruda OAB/SP nº 182.081-A
Sadi Assis Ribeiro Filho	Rafael Moreira Mota - OAB/DF nº 17.162 Jihad El-Khouri - OAB/RJ nº 168.038

PAS CVM nº RJ2016/7961 - Forjas Taurus S.A.
SEI nº 19957.006989/2016-60

Acusados	Advogados
Danilo Angst	Giovani Gionédis - OAB/PR nº 8.128
Dennis Braz Gonçalves	Augusto Carneiro de Oliveira Filho OAB/RJ nº 149.31222.998
Batriz Santos Gomes	Cláudio Mangoni Moretti - OAB/RS 28.384 Rafael Pellegrini Ribeiro - OAB/RS 62.937
Jorge PY Velloso	Carlos Klein Zanini - OAB/RS 34.424
Fernando José Soares Estima	Julian Fonseca Peña Chediak OAB/RJ nº 78.241 Julio Maia Vidal - OAB/RJ nº 125.312
Luis Fernando Costa Estima	Julian Fonseca Peña Chediak OAB/RJ nº 78.241 Julio Maia Vidal - OAB/RJ nº 125.312
Fernando Antonio Freitas Malheiros Filho	Débora de Souza Sant'Anna OAB/RS nº 81.130 Luciana Malinowski Meira
Oscar Claudino Galli	João Maurício Carvalho Duhá OAB/RS nº 55.986
Paulo Amador Thomaz Alves da Cunha Bueno	Marcio Pestana - OAB/SP nº 103.297 Maria Clara VillasBôas Arruda OAB/SP nº 182.081-A
Paulo Ricardo de Souza Mubarack	Lara Lima Giudice - OAB/RS 182.081-A
Reneu Alberto Ries	Gabriela Sudbrack Crippa - OAB/RS 51.463
Sadi Assis Ribeiro FilhO	Rodolfo Machado Moura - OAB/DF 14.360

Reportamo-nos à Pauta de Julgamento de Processos Administrativos Sancionadores publicada no DOU de terça-feira, 05 de junho de 2018, Seção 1, páginas 14 e 15, para informar que as Sessões de Julgamento dos Processos Administrativos Sancionadores números CVM nº RJ2014/13977 e RJ2016/7961 foram adiadas para o dia 25 de setembro de 2018, terça-feira, às 15h00min.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 2018.
MARIO FREDERICO MOREIRA FIGUEIREDO DE CARVALHO
Chefe
Em exercício

PAUTA DE JULGAMENTO

PAUTA DE JULGAMENTOS, ABERTOS AO PÚBLICO, DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES - CVM.

I - Marcação de Sessão de Julgamento: nos termos do disposto nos artigos 27 a 36 e artigo 40, todos da Deliberação CVM nº 538, de 05.03.2008, comunicamos que será realizada a seguinte Sessão de Julgamento de Processo Administrativo Sancionador na data, horário e local abaixo mencionados.

Ficam desde já convocados os acusados e os seus representantes, ou advogados, devidamente constituídos os autos, para, querendo, comparecer à Sessão de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador e oferecer sustentação oral de suas defesas.

Eventuais alterações na presente pauta serão objeto de publicação no Diário Oficial da União.

PAS CVM nº RJ2017/2225 - Transamérica Comercial e Serviços Ltda. e outros
SEI nº 19957.004522/2017-66
Data: 28.08.2018 - terça-feira
Horário: 15h00min
Relator: Diretor Gustavo Machado Gonzalez
Local: Rua Sete de Setembro, nº 111 - 34º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.

Objeto do processo: apurar a eventual responsabilidade do operador hoteleiro e dos seus administradores por realização de oferta de valores mobiliários de condo-hoteis sem a obtenção do registro previsto no art. 19 da Lei nº 6.385/76 e no art. 2º da Instrução CVM nº 400/2003 e sem a dispensa prevista no inciso I do §5º do art. 19 da Lei nº 6.385/76 e no art. 4º da Instrução CVM nº 400/03..

Acusados	Advogados
Transamérica Comercial e Serviços Ltda.	Alex Hatanaka OAB/SP nº 172.991 Camilo Rozzo Maruyama OAB/SP nº 307.626
Nelson Marcelino	Alex Hatanaka OAB/SP nº 172.991 Camilo Rozzo Maruyama OAB/SP nº 307.626
Paulo Celso Bertero	Alex Hatanaka OAB/SP nº 172.991 Camilo Rozzo Maruyama OAB/SP nº 307.626

Rio de Janeiro, 27 de julho de 2018.
MARIO FREDERICO MOREIRA FIGUEIREDO DE CARVALHO
Chefe
Em exercício

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS DE 27 DE JULHO DE 2018

Nº 16.511 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza CAMILA ROSA GÓES, CPF nº 084.404.007-05, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 16.512 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza NICOLAS MALAGAMBA OTEGUI, CPF nº 235.951.968-99, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

RICARDO MAIA DA SILVA
Em exercício

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM EMPRESAS

DESPACHO DE 27 DE JULHO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2018/3113
(SEI 19957.004676/2018-39)
JBS SA
Objeto: Apurar eventual responsabilidade dos Srs. Joesley Mendonça Batista e Wesley Mendonça Batista, na qualidade de acionistas e administradores da JBS S.A., pelo descumprimento ao disposto no §1º do art. 115 da Lei nº 6.404/76.
Assunto: Pedido de Dilação de Prazo para Apresentação de Defesa.

Acusados	Advogados
Joesley Mendonça Batista	Luiz Henrique de Carvalho Vieira Gonçalves OAB/ SP 246.328
Wesley Mendonça Batista	Não constituiu advogado

Trata-se de pedido de dilação do prazo para apresentação de Defesa, formulado por Joesley Mendonça Batista, acusado nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas em 04/11/2018 para todos os acusados no processo.

FERNANDO SOARES VIEIRA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES

DESPACHO DE 27 DE JULHO DE 2018

INTIMAÇÃO Nº 278/2018-CVM/SPS/CCP
PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2017/5701 - 19957.011499/2017-66

Acusados	Advogados
Antonio Gomes Martins	Não constituiu advogado

Assunto: Rito Simplificado - Abertura de Prazo para Vista e Manifestação do Acusado

Tendo em vista que as infrações imputadas ao acusado são consideradas de menor complexidade, o processo em referência segue o rito previsto no Capítulo VI-A da Deliberação CVM nº 538/08. Sendo assim, nos termos do art. 38-B, §1º da Deliberação CVM nº 538/08, INTIMO o acusado no processo em referência a tomar ciência e, querendo, apresentar manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste despacho no Diário Oficial da União, acerca do Relatório nº 8/2018-CVM/SNC/GNA, elaborado em conformidade com o art. 38-B, também da Deliberação CVM nº 538/08.

MARCEL TAVARES QUINTEIRO MILCENT
Superintendente
Em exercício

DESPACHO DE 27 DE JULHO DE 2018

INTIMAÇÃO Nº 279/2018-CVM/SPS/CCP
PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2017/5914 - 19957.011631/2017-30

Acusados	Advogados
JSW AUDITORES INDEPENDENTES S/S	Não constituiu advogado

Assunto: Rito Simplificado - Abertura de Prazo para Vista e Manifestação do Acusado

Tendo em vista que as infrações imputadas ao acusado são consideradas de menor complexidade, o processo em referência segue o rito previsto no Capítulo VI-A da Deliberação CVM nº 538/08. Sendo assim, nos termos do art. 38-B, §1º da Deliberação CVM nº 538/08, INTIMO o acusado no processo em referência a tomar ciência e, querendo, apresentar manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste despacho no Diário Oficial da União, acerca do Relatório nº 10/2018-CVM/SNC/GNA, elaborado em conformidade com o art. 38-B, também da Deliberação CVM nº 538/08.

MARCEL TAVARES QUINTEIRO MILCENT
Superintendente
Em exercício

DESPACHO DE 27 DE JULHO DE 2018

INTIMAÇÃO Nº 280/2018-CVM/SPS/CCP
PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2017/5917 - 19957.011630/2017-95

Acusados	Advogados
Rio Branco Auditores Independentes S/C	Helder Cury Ricciardi OAB/SP 208.840

Assunto: Rito Simplificado - Abertura de Prazo para Vista e Manifestação do Acusado

Tendo em vista que as infrações imputadas ao acusado são consideradas de menor complexidade, o processo em referência segue o rito previsto no Capítulo VI-A da Deliberação CVM nº 538/08. Sendo assim, nos termos do art. 38-B, §1º da Deliberação CVM nº 538/08, INTIMO o acusado no processo em referência a tomar ciência e, querendo, apresentar manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste despacho no Diário Oficial da União, acerca do Relatório nº 11/2018-CVM/SNC/GNA, elaborado em conformidade com o art. 38-B, também da Deliberação CVM nº 538/08.

MARCEL TAVARES QUINTEIRO MILCENT
Superintendente
Em exercício

EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA

CNPJ: 42.422.253/0001-01
NIRE:53.5.0000333-9

EXTRATO DA ATA DA 5ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE JULHO DE 2018

1. Data: 25 de julho de 2018
2.Hora:16h
3.Local: Setor de Autarquia Sul, quadra 01, Bloco E, 10º andar - Edifício Sede da Dataprev, Brasília-DF
4.Presentes: André Leandro Magalhães (Presidente da Dataprev), Felipe de Araújo Lima (Representante do INSS), Alexandre Cairo (Representante da União-PGFN), Jose Ivanildo Dias Júnior (Consultor Jurídico da Dataprev) e Paulo Machado (Secretário Executivo da Dataprev)
5.Assuntos tratados: I. Unificação dos prazos de gestão do Conselho de Administração, nos termos do Ofício SEI nº 21/2018/CAS/PGACFFS/PGFN-MF. A Assembleia Geral decidiu, por unanimidade, pela ratificação do prazo de gestão unificado adotado pela Dataprev no que se refere ao Conselho de Administração, conforme art. 12, § 2º do Estatuto Social vigente da Empresa, ficando, desta maneira, fixado o prazo de gestão atual de 05/05/2017 a 04/05/2019, em razão da primeira nomeação efetivada após alteração estatutária objeto da 1ª AGE da Dataprev, que foi realizada em 28/04/2017. II. Eleição de membro independente para compor o Conselho de Administração, nos termos dos Ofícios SEI nº 221/2018/CAS/PGACFFS/PGFN-MF e nº 252/2018/CAS/PGACFFS/PGFN-MF. A Assembleia Geral decidiu, por unanimidade, pela eleição, na qualidade de membro independente no Conselho de Administração, de MÔNICA HOJAIJ CARVALHO MOLINA para exercer o prazo de gestão até 04/05/2019.

Atesto que as deliberações aqui comtempladas são fiéis à Ata original arquivada na Sede da Dataprev.

PAULO MACHADO
Secretário Executivo

SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 29, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 38 de 29 de janeiro de 2018 do Ministério da Fazenda e tendo em vista no disposto no § 2º do art. 25 da Portaria nº 6.209 do Ministério da Previdência Social, de 16 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, para o mês de julho de 2018, o valor médio da renda mensal do total de benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é de R$ 1.229,99 (um mil e duzentos e vinte e nove reais e noventa e nove centavos).

Art. 2º O INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ABI-RAMIA CAETANO

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.819, DE 26 DE JULHO DE 2018

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.787, de 7 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras entidades e Fundos (DCTFWeb).

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no inciso IV e nos §§ 2º e 9º do art. 32 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa RFB nº 1.787, de 7 de fevereiro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 13. A DCTFWeb substitui a Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) como instrumento de confissão de dívida e de constituição do crédito previdenciário.

§ 1º .....

I - a partir do mês de agosto de 2018, para as entidades integrantes do "Grupo 2 - Entidades Empresariais", do Anexo V da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, com faturamento no ano-calendário de 2016 acima de R$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais);

.....

§ 3º Os sujeitos passivos que optarem pela utilização do eSocial na forma especificada no § 3º do art. 2º da Resolução do Comitê Diretivo do eSocial nº 2, de 30 de agosto de 2016, ainda que imunes e isentos, ficam obrigados à entrega da DCTFWeb em relação aos tributos cujos fatos geradores ocorrerem a partir do mês de agosto de 2018.

....." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

COORDENAÇÃO ESPECIAL DE GESTÃO DE CRÉDITOS E DE BENEFÍCIOS FISCAIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 27 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre procedimento a ser observado para informar dados da DU-E (Declaração Unificada de Exportação), no Programa Pedido de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), no caso em que especifica.

O COORDENADOR ESPECIAL DE GESTÃO DE CRÉDITOS E DE BENEFÍCIOS FISCAIS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 334 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, declara:

Art. 1º Para fins de informação em Pedido de Ressarcimento de IPI, na Ficha Crédito, do Programa Pedido de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), com dados da DU-E (Declaração Única de Exportação), o responsável pelo preenchimento deve informar os números que identificam a DU-E, dispensando as letras "BR", no campo destinado aos dados do Registro de Exportação (RE) ou da Declaração de Exportação (DE).

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO DE SOUZA MOREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO

COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

COORDENAÇÃO DE TRIBUTOS SOBRE A PRODUÇÃO E O COMÉRCIO EXTERIOR

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.005, DE 25 DE JULHO DE 2018

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
EMENTA: APURAÇÃO CUMULATIVA. BASE DE CÁLCULO. RECEITAS FINANCEIRAS

A partir da publicação da Lei nº 11.941, de 2009, ocorrida em 28 de maio de 2009, a base de cálculo da Cofins no regime de apuração cumulativa ficou restrita ao faturamento auferido pela pessoa jurídica, que corresponde à receita bruta de que trata o art. 12 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, nos termos do art. 2º e caput do art. 3º da Lei nº 9.718, de 1998.

No regime de apuração cumulativa, a receita bruta sujeita à Cofins compreende as receitas oriundas do exercício de todas as atividades empresariais da pessoa jurídica, e não apenas aquelas decorrentes da venda de mercadorias e da prestação de serviços.

No caso de pessoa jurídica que se dedica à prestação de serviços técnicos, bem como a compra, venda, importação e exportação de máquinas e equipamentos para mineração, não integram a base de cálculo da Cofins no regime de apuração cumulativa as receitas auferidas em decorrência de rendimentos sobre aplicações financeiras.

(VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 516, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.)

Dispositivos Legais: Lei n° 9.718, arts. 2º e 3º, caput; Lei nº 11.941, de 2009, art. 79, XII.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
EMENTA: APURAÇÃO CUMULATIVA. BASE DE CÁLCULO. RECEITAS FINANCEIRAS

A partir da publicação da Lei nº 11.941, de 2009, ocorrida em 28 de maio de 2009, a base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep no regime de apuração cumulativa ficou restrita ao faturamento auferido pela pessoa jurídica, que corresponde à receita bruta de que trata o art. 12 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, nos termos do art. 2º e caput do art. 3º da Lei nº 9.718, de 1998.

No regime de apuração cumulativa, a receita bruta sujeita à Contribuição para o PIS/Pasep compreende as receitas oriundas do exercício de todas as atividades empresariais da pessoa jurídica, e não apenas aquelas decorrentes da venda de mercadorias e da prestação de serviços.

No caso de pessoa jurídica que se dedica à prestação de serviços técnicos, bem como a compra, venda, importação e exportação de máquinas e equipamentos para mineração, não integram a base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep no regime de apuração cumulativa as receitas auferidas em decorrência de rendimentos sobre aplicações financeiras.

(VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 516, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.)

Dispositivos Legais: Lei n° 9.718, arts. 2º e 3º, caput; Lei nº 11.941, de 2009, art. 79, XII.

OTHONIEL LUCAS DE SOUSA JUNIOR
Coordenador

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 9 DE JULHO DE 2018

Declara a baixa de ofício da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

O DELEGADO RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 340, VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, considerando o disposto no art. 29, IV, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, tendo em vista o que consta no processo digital nº 10010.001619/0718-45, declara:

Art. 1º BAIXADA DE OFÍCIO, por motivo de registro cancelado, a inscrição no CNPJ sob o nº 05.023.033/0001-70 em nome de Artigos Religiosos Caboclo Pena Dourada Ltda, com efeitos desde 05/03/2015.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OLDESIO SILVA ANHESINI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 23 DE JULHO DE 2018

Declara baixado por registro cancelado o CNPJ que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS/TO, no uso das atribuições que lhe conferem o art.270 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, em face do disposto no art.33 da IN RFB 1.634/2016 de 06 de maio de 2016, publicada no DOU em 09 de maio de 2016, e tendo em vista o constante no dossiê 10100.006267/1217-64, resolve:

Art. 1º Declarar BAIXADO POR REGISTRO CANCELADO o CNPJ 38.141.461/0001-57, razão social ANA GARDÊNIA DE CARVALHO-ME, em virtude do cancelamento do registro na Junta Comercial do Tocantins - JUCETINS.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da extinção da empresa, considerando-se o contido no § 1º do art.27, da IN RFB 1.634/2016.

JOSÉ MÁRCIO BITTES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

ALFANDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 12 DE JUNHO DE 2018

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM, no uso da competência atribuída pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, com alterações posteriores, bem como na Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011 e atendendo ao que consta no processo 10209.720135/2018-40, declara.

INSCRITA no registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro da 2ª Região Fiscal ISABELLI DE FÁTIMA CAVALCANTE CORREA DOS SANTOS, CPF nº 787.747.562-49.

ANTÔNIO MARCOS CAMPOS LIMA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37, DE 25 DE JULHO DE 2018

Declara o cancelamento do Registro Especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM-PA, no uso da competência delegada pelo inciso III do artigo 4º da Portaria DRF/BEL nº 13, de 29 de janeiro de 2018, publicada no DOU de 31/01/2018, com fundamento no inciso VIII do artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11/10/2017, o disposto no artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24/07/2018 e considerando ainda o que consta nos autos do processo administrativo, declara:

Art. 1º Cancelado o Registro Especial na atividade de GRÁFICA sob o nº GP-02101/00085, concedido mediante o Ato Declaratório Executivo nº 0064/2011, de 28 de setembro de 2011, publicado no DOU de 01/11/2011, do estabelecimento abaixo indicado:

Processo Administrativo nº 10.280.721755/2018-33
DELTA GRÁFICA E EDITORA LTDA
CNPJ: 07.960.738/0001-40
Endereço: Rua Curuçá, 56 B - Telégrafo sem Fio.
CEP: 66113-250 - Belém-PA

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTONIO MARINALDO SOUZA DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 25 DE JULHO DE 2018

Declara o cancelamento do Registro Especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM-PA, no uso da competência delegada pelo inciso III do artigo 4º da Portaria DRF/BEL nº 13, de 29 de janeiro de 2018, publicada no DOU de 31/01/2018, com fundamento no inciso VIII do artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11/10/2017, o disposto no artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24/07/2018 e considerando ainda o que consta nos autos do processo administrativo, declara:

Art. 1º Cancelado o Registro Especial na atividade de GRÁFICA sob o nº GP-02101/00084, concedido mediante o Ato Declaratório Executivo nº 0064/2011, de 28 de setembro de 2011, publicado no DOU de 01/11/2011, do estabelecimento abaixo indicado:

Processo Administrativo nº 10280.721756/2018-88
GRÁFICA E EDITORA BOOS LTDA
CNPJ: 08.068.319/0001-60
Endereço: Travessa Francisco Monteiro, 23 - Marco
CEP: 66070-190 - Belém-PA

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTONIO MARINALDO SOUZA DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 25 DE JULHO DE 2018

Declara o cancelamento do Registro Especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM-PA, no uso da competência delegada pelo inciso III do artigo 4º da Portaria DRF/BEL nº 13, de 29 de janeiro de 2018, publicada no DOU de 31/01/2018, com fundamento no inciso VIII do artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11/10/2017, o disposto no artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24/07/2018 e considerando ainda o que consta nos autos do processo administrativo, declara:

Art. 1º Cancelado o Registro Especial na atividade de GRÁFICA sob o nº GP-02101/00082, concedido mediante o Ato Declaratório Executivo nº 0064/2011, de 28 de setembro de 2011, publicado no DOU de 01/11/2011, do estabelecimento abaixo indicado:

Processo Administrativo nº 10280.721757/2018-22
AMAZÔNIA INDÚSTRIA GRÁFICA E EDITORA LTDA
CNPJ: 83.277.384/0001-11
Endereço: Avenida Marquês de Herval, 2220 - Pedreira.
CEP: 66630-505 - Belém-PA

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTONIO MARINALDO SOUZA DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 25 DE JULHO DE 2018

Declara o cancelamento do Registro Especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM-PA, no uso da competência delegada pelo inciso III do artigo 4º da Portaria DRF/BEL nº 13, de 29 de janeiro de 2018, publicada no DOU de 31/01/2018, com fundamento no inciso VIII do artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11/10/2017, o disposto no artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24/07/2018 e considerando ainda o que consta nos autos do processo administrativo, declara:

Art. 1º Cancelado o Registro Especial na atividade de USUÁRIO sob o nº UP-02101/00092, concedido mediante o Ato Declaratório Executivo nº 0049/2014, de 16 de outubro de 2014, publicado no DOU de 22/10/2014, do estabelecimento abaixo indicado:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo Administrativo nº 10280.721759/2018-11
CULTURAL E EDITORIAL CEJUP LTDA
CNPJ: 00.537.139/0002-50
Endereço: Travessa Alenquer, 99 B - Sala 2 - Cidade Velha
CEP: 66020-020 - Belém-PA
Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTONIO MARINALDO SOUZA DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 25 DE JULHO DE 2018

Declara o cancelamento do Registro Especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM-PA, no uso da competência delegada pelo inciso III do artigo 4º da Portaria DRF/BEL nº 13, de 29 de janeiro de 2018, publicada no DOU de 31/01/2018, com fundamento no inciso VIII do artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11/10/2017, o disposto no artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24/07/2018 e considerando ainda o que consta nos autos do processo administrativo, declara:
Art. 1º Cancelado o Registro Especial na atividade de GRÁFICA sob o nº GP-02101/00080, concedido mediante o Ato Declaratório Executivo nº 0064/2011, de 28 de setembro de 2011, publicado no DOU de 01/11/2011, do estabelecimento abaixo indicado:
Processo Administrativo nº 10280.721760/2018-46
LEGIÃO DE NOSSA SENHORA RAINHA DOS CORAÇÕES
CNPJ: 05.028.832/0005-63
Endereço: Avenida Almirante Barroso - Passagem Rainha dos Corações, 30 - Castanheira.
CEP: 66645-405 - Belém-PA
Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTONIO MARINALDO SOUZA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE PECÉM

PORTARIA Nº 12, DE 27 DE JULHO DE 2018

Institui procedimento de contingência para o trânsito de exportação de produtos da indústria metalúrgica e granéis cujo recinto de despacho seja a ZPE Ceará (3.11.81.01) e recinto de embarque o Porto de Pecém (3.11.14.01).

O INSPETOR-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE PECEM (CE), no uso das atribuições que lhe confere os artigos 337 e 342 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, bem como a delegação de competências contida na Portaria ALF/FOR nº 08, de 23 de fevereiro de 2018, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1702, de 21 de março de 2017 e Portaria Conjunta SRF / SECEX nº 5, de 16 de setembro de 1993, resolve:
Art. 1º Nos casos em que ficar inviabilizado o uso da sistemática estabelecida na Instrução Normativa RFB nº 1702/2017 para o trânsito de exportação de produtos da indústria metalúrgica e granéis cujo recinto de despacho seja a ZPE Ceará (3.11.81.01) e recinto de embarque o Porto de Pecém (3.11.14.01), em virtude de problemas de ordem técnica ou parada programada do sistema, em ambos os casos com a impossibilidade concreta de acesso ao Portal Único/DUE, serão adotados os procedimentos estabelecidos neste Ato, sem prejuízo das demais exigências legais previstas para o caso.
Art. 2º No caso das paradas programadas do sistema, geralmente ocorridas diariamente no período de 1h às 3h, o trânsito das mercadorias previstas no art. 1º fica autorizada através da sistemática prevista na Portaria ALF/PCE nº 20, de 15 de julho de 2016.
Parágrafo único. A ZPE Ceará deverá alterar seu Sistema de Controle Aduaneiro - SICA para que o Módulo de Controle dos Trânsitos permita identificar a situação correspondente ao caput.
Art. 3º No caso de indisponibilidade técnica do Portal Único/DUE por período superior à 30 (trinta) minutos, a ZPE Ceará deverá primeiramente abrir chamado na Central de Serviços SERPRO relatando o problema. Após esse procedimento, a ZPE Ceará fica autorizada a adotar a sistemática prevista na Portaria ALF/PCE nº 20, de 15 de julho de 2016 para realizar o trânsito de mercadorias previstas no art. 1º.
Parágrafo único. A ZPE Ceará deverá alterar seu Sistema de Controle Aduaneiro - SICA para que o Módulo de Controle dos Trânsitos permita identificar a situação correspondente ao caput, inclusive com campo específico em que fique registrado o número do chamado aberto na Central de Serviços SERPRO.
Art. 4º Em todos os casos previstos nesta Portaria a ZPE Ceará deverá providenciar os registros no Portal Único/DUE das cargas movimentadas no período em que o sistema estava inoperante assim que o mesmo retornar à atividade.
Art. 5º A administradora do Porto do Pecém, CIPP S/A, fica autorizada a recepcionar as cargas nas situações previstas nesta Portaria, devendo efetuar os comandos de recepção assim que o sistema Portal Único/DUE retornar à atividade e após os comandos de entrega efetuados pela ZPE Ceará.
Art. 6º As alterações necessárias no Sistema de Controle Aduaneiro - SICA da ZPE Ceará deverão ser realizadas em até 30 (trinta) dias após a publicação desta Portaria, sem prejuízo do início imediato dos procedimentos previstos.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO DOMÍCIO PINTO CAVALCANTE

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 25 DE JULHO DE 2018

Credencia a empresa que menciona a operar o Regime Especial de Entreposto Aduaneiro na Importação.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 6ª REGIÃO FISCAL, no exercício da competência regimental da RFB, estabelecida nos artigos 15, § 1º e 340, da Portaria MF nº 340, de 09 de outubro de 2017 (DOU de 11/10/2017), tendo em vista o disposto nos artigos 404 a 409 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, nos termos e condições da Instrução Normativa - IN SRF nº 241, de 6 de novembro de 2002, em especial, a que lhe confere o artigo 9º, e do que consta no e-Processo nº 10611.720210/2018-11, declara:
Art. 1º Credenciada, as instalações do Aeroporto Internacional de Confins, alfandegada por meio do Ato Declaratório Executivo SRRF/6ªRF nº 7, de 10 de agosto de 2015 (DOU de 12/08/2015), localizado na Rodovia MG 10, Km 7,9 - Município de Confins/MG, administrada pela empresa Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S/A., CNPJ nº 19.674.909/0001-53, a operar o regime aduaneiro especial de entreposto aduaneiro na importação, na atividade de armazenagem de mercadorias estrangeiras, em áreas delimitadas de 150,00 m2 (cento e cinqüenta metros quadrados) e, da Sala Cofre, segregados em 4 (quatro) armários medindo 40 x 185 x 90 cm, cada, ambas situadas no Terminal de Carga Aérea.
Art. 2º O controle da operação do regime será efetuado pela Alfândega da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte (MG), que poderá estabelecer as rotinas operacionais necessárias ao controle fiscal e aduaneiro.
Art. 3º Sem prejuízo de outras penalidades, a presente outorga, em caráter precário, sujeita a pessoa jurídica responsável às sanções administrativas previstas na legislação vigente, bem como poderá ser extinta a pedido da interessada ou revista pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, a qualquer tempo, com o intuito de adequá-la às normas aplicáveis.
Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SETE LAGOAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 27 DE JULHO DE 2018

Cancela Certidão Negativa de Débitos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SETE LAGOAS, no uso de suas atribuições e em face do disposto no artigo 15, da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, publicada no DOU de 03/10/2014, declara:
Art. 1º Cancelada a Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nº 001922018-88888486, emitida indevidamente em 20 de julho de 2018 em favor do contribuinte SILVA'S CONSTRUCOES EIRELI, CEI 51.243.85486/71.

FRED SENA IMBRIANI

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas jurídicas e físicas excluídas do Parcelamento Especial (Paes). Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento de qualquer dos tributos e das contribuições referidos no art. 5º, inclusive os com vencimento após 28 de fevereiro de 2003, e/ou das parcelas do Paes, não adimplentes ou com pagamentos efetuados em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

21.478.540/0001-55	26.192.500/0001-66	64.350.184/0001-00
067.101.236-34	508.344.016-49	

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 97, DE 27 DE JULHO DE 2018

Declara habilitada no regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped) a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - Decex, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:
Art. 1º Fica habilitada no regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, denominado Repetro-Sped, em razão de o dossiê digital de atendimento nº 10010.017288/0518-30, com fulcro nos artigos 4º, § 1º, inciso I, 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica BGP BRASIL SERVICOS E EQUIPAMENTOS GEOFISICOS LTDA, CNPJ (matriz) nº 12.284.894/0001-78, para atuar como operadora, extensivo, também, para a filial de CNPJ 12.284.894/0005-00, até o termo final, consignado no Anexo, que não pode ser superior ao prazo disposto no artigo 6º, caput, da IN RFB nº 1.781/2017, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.
Art. 2º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.
Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

ANEXO

Dossiê Digital de Atendimento nº			
Nº DO CNPJ	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO (ANP)	TERMO FINAL
12.284.894/0005-00	Bacia terrestre de Alagoas	48610.000.288/2018-06	21/02/2020

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS

PORTARIA Nº 127, DE 25 DE JULHO DE 2018

Define a estrutura, disciplina as atribuições das Equipes e dos Grupos vinculados aos Serviços, às Seções e ao Gabinete da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos e delega competências.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS, no uso de suas atribuições regimentais previstas nos arts. 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF n.º 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11/10/2017 e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, com a alteração do Decreto nº 86.377, de 17 de setembro de 1981, e considerando a necessidade de organizar, aperfeiçoar e disciplinar a execução dos serviços e atividades aduaneiras desta Alfândega, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art.1º Alterar a Portaria ALF/VCP nº 01, de 02 de Janeiro de 2018, publicado no DOU nº 2, de 03 de Janeiro de 2018, Seção I, página 152, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

Do Gabinete

Art. 7º São atribuições do Grupo de Assessores:

(...)

IV. Elaborar, isoladamente ou em conjunto com a SAATA, informações em mandado de segurança e ao Ministério Público Federal, bem como subsídios à Procuradoria da Fazenda Nacional e encaminhar à Justiça Federal, por meio físico ou eletrônico, as respostas elaboradas;

(...)

DA EQUIPE DE GESTÃO DE MERCADORIAS APREENDIDAS OU ABANDONADAS - EQGEM

Art. 51-A. Delegar Competência ao Supervisor do GMAB para praticar o seguinte ato:

Designar, entre os membros da Comissão de Destruição - CODEST - lotados no GMAB, os Auditores-Fiscais e os Analistas-Tributários para atuarem em cada procedimento de destruição de mercadorias abandonadas ou apreendidas, a atividade será feita a pedido ou em situações de competência da EQGEM.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO ANDRADE LEAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS

PORTARIA Nº 6, DE 27 DE JULHO DE 2018

Exclui pessoas jurídicas do REFIS.

A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso II do art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplemento de parcelas - as pessoas jurídicas relacionadas no quadro abaixo, com efeitos a partir da data indicada, conforme despacho decisório exarados nos processos administrativos a seguir indicados.

PROCESSO	NOME	CNPJ
13804.003520/2010-41	UNIFORCE SERVICOS DE ARQUIVO EIRELI	67.154.674/0001-11

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANGELUCIA DAMASCENO VIEIRA
Chefe do SECAT

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO

PORTARIA Nº 91, DE 26 DE JULHO DE 2018

Alterar as competências para a prática de atos administrativos no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Osasco.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 336, 340 e 341 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicado no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando a conveniência da desburocratização e da descentralização administrativa, RESOLVE:

Art. 1º Alterar a Portaria nº 41, de 3 de abril de 2018, que estabelece as delegações de competência no âmbito da DRF/OSA, nos termos desta Portaria.

Art. 2º Transferir o inciso II do art. 10º (AFRFB - SEORT) para as competências definidas no Art. 21 (AFRFB e ATRFB).

Art. 3º Transferir o inciso III do Art. 18 (CAC e Agências) para as competências definidas no Art. 10º (AFRFB - SEORT).

Art. 4º Revogar o inciso VII do Art. 18 (CAC e Agências).

Art. 5º Os processos pendentes de decisão passam a seguir a presente Portaria.

Art. 6º Dispensa-se a menção a esta Portaria nos respectivos despachos, bastando a referência à Portaria nº 41, de 3 de abril de 2018.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JÚLIO SÉRGIO FERREIRA CABRALES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 25 DE JULHO DE 2018

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA - SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 37, inciso IV, art. 29, inciso II, alínea "b", "1", todos da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º - Declarar BAIXADA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) Nº 16.826.966/0001-12 da empresa SIDINEI PAULO DOS SANTOS 45154507860 em razão de sua inexistência de fato, conforme apurado no processo administrativo nº 13888.724664/2017-28.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VITÓRIO DE JESUS DE LUCA BRUNHEROTO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 26 DE JULHO DE 2018

Declara baixada de ofício a inscrição da empresa perante o Cadastro Geral de Pessoas Jurídicas.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicado no DOU de 11 de outubro de 2017, com base no disposto nos artigos 29, IV c/c Art. 33, § 1º, da Instrução Normativa - IN RFB nº 1634/2016, de 06 de maio de 2016, e considerando o que consta no processo nº 13881.720070/2018-99, declara:

Art. 1º - BAIXADA DE OFÍCIO a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ nº 65.550.311/0001-70, em nome de JOSÉ FRANCISCO GUIMARÃES & CIA. LTDA.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HAILTON DE PAULA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DE BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 87, de 23 DE JULHO DE 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 141 de 24 DE JULHO DE 2018, Seção 1, pág. 174:

onde se lê: "art. 1º, inciso III da Portaria Delex nº 123, de 5 de julho de 2016, publicado no DOU de 11 de julho de 2016, que altera a Portaria Delex nº 5, de 3 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 03/02/2014"

leia-se: "art. 8º, inciso III da Portaria Delex nº 73, de 19 de abril de 2018, publicada no DOU de 23 de abril de 2018, que revoga a Portaria Delex nº 5, de 3 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 03/02/2014"

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 26 DE JULHO DE 2018

Concede à empresa que especifica co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ/PR, tendo em vista o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) instituído pela Lei nº 11.488, de 15/06/2007, arts. 1º a 5º, regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 03/07/2007 e pela Instrução Normativa RFB nº 758, de 25/07/2007; e que a empresa Furnas Centrais Elétricas S/A, CNPJ 23.274.194/0001-19, titular do projeto aprovado pelo ADE nº 2, emitido pela DEMAC/Rio de Janeiro/RJ e publicado no DOU em 25/02/2016; e também o que consta do processo administrativo nº 10950.720414/2018-19, declara:

Art. 1º Co-habilitada a empresa MONTERREY CONSTRUTORA DE OBRAS-EIRELI, CNPJ nº 01.954.087/0001-07, com endereço à Rua Castro Alves, 1.426, Zona 06, em Maringá/PR, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), para utilização da suspensão do PIS/Pasep e da COFINS nas aquisições no mercado interno ou nas importações, de que trata o art. 2º do Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, destinadas a execução de obras civis e montagens eletromecânicas nas subestações de FURNAS no estado do Paraná.

Art. 2º Nos casos de aquisição com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS, a pessoa jurídica vendedora dos bens ou prestadora de serviços deve fazer constar na nota fiscal, conforme determina o art. 11 do Decreto nº 6.144/2007: (a) o número da Portaria que aprovou o projeto da empresa titular; (b) o número do Ato Declaratório que co-habilitou a empresa adquirente, com sua data de publicação no Diário Oficial da União, e (c) a expressão: "venda com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto nº 6.144/2007, art. 2º, inciso I."

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeito a partir da data de sua publicação no DOU.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 26 DE JULHO DE 2018

Concede à empresa que especifica co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ/PR, tendo em vista o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) instituído pela Lei nº 11.488, de 15/06/2007, arts. 1º a 5º, regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 03/07/2007 e pela Instrução Normativa RFB nº 758, de 25/07/2007; e que a empresa Furnas Centrais Elétricas S/A, CNPJ 23.274.194/0001-19, titular do projeto aprovado pelo ADE nº 2, emitido pela DEMAC/Rio de Janeiro/RJ e publicado no DOU em 25/02/2016; e também o que consta do processo administrativo nº 10950.720415/2018-55, declara:

Art. 1º Co-habilitada a empresa MONTERREY CONSTRUTORA DE OBRAS- EIRELI, CNPJ nº 01.954.087/0001-07, com endereço à Rua Castro Alves, 1.426, Zona 06, em Maringá/PR, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), para utilização da suspensão do PIS/Pasep e da COFINS nas aquisições no mercado interno ou nas importações, de que trata o art. 2º do Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, destinadas a execução de obras civis e montagens eletromecânicas nas subestações da área de atuação da GCS.E no estado de São Paulo.

Art. 2º Nos casos de aquisição com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS, a pessoa jurídica vendedora dos bens ou prestadora de serviços deve fazer constar na nota fiscal, conforme determina o art. 11 do Decreto nº 6.144/2007: (a) o número da Portaria que aprovou o projeto da empresa titular; (b) o número do Ato Declaratório que co-habilitou a empresa adquirente, com sua data de publicação no Diário Oficial da União, e (c) a expressão: "venda com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto nº 6.144/2007, art. 2º, inciso I."

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeito a partir da data de sua publicação no DOU.

OSMAR FABRE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 26 DE JULHO DE 2018

Concede à empresa que especifica co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ/PR, tendo em vista o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) instituído pela Lei nº 11.488, de 15/06/2007, arts. 1º a 5º, regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 03/07/2007 e pela Instrução Normativa RFB nº 758, de 25/07/2007; e que a empresa Furnas Centrais Elétricas S/A, CNPJ 23.274.194/0001-19, titular do projeto aprovado pelo ADE nº 7, emitido pela DEMAC/Rio de Janeiro/RJ e publicado no DOU em 18/08/2016; e também o que consta do processo administrativo nº 10950.720416/2018-08, declara:

Art. 1º Co-habilitada a empresa MONTERREY CONSTRUTORA DE OBRAS- EIRELI, CNPJ nº 01.954.087/0001-07, com endereço à Rua Castro Alves, 1.426, Zona 06, em Maringá/PR, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), para utilização da suspensão do PIS/Pasep e da COFINS nas aquisições no mercado interno ou nas importações, de que trata o art. 2º do Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, destinadas a execução de obras civis e montagens eletromecânicas nas subestações de FURNAS no estado do Paraná.

Art. 2º Nos casos de aquisição com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS, a pessoa jurídica vendedora dos bens ou prestadora de serviços deve fazer constar na nota fiscal, conforme determina o art. 11 do Decreto nº 6.144/2007: (a) o número da Portaria que aprovou o projeto da empresa titular; (b) o número do Ato Declaratório que co-habilitou a empresa adquirente, com sua data de publicação no Diário Oficial da União, e (c) a expressão: "venda com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto nº 6.144/2007, art. 2º, inciso I."

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeito a partir da data de sua publicação no DOU.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 26 DE JULHO DE 2018

Concede à empresa que especifica co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ/PR, tendo em vista o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) instituído pela Lei nº 11.488, de 15/06/2007, arts. 1º a 5º, regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 03/07/2007 e pela Instrução Normativa RFB nº 758, de 25/07/2007; e que a empresa Furnas Centrais Elétricas S/A, CNPJ 23.274.194/0001-19, titular do projeto aprovado pelo ADE nº 7, emitido pela DEMAC/Rio de Janeiro/RJ e publicado no DOU em 18/08/2016; e também o que consta do processo administrativo nº 10950.720417/2018-44, declara:

Art. 1º Co-habilitada a empresa MONTERREY CONSTRUTORA DE OBRAS- EIRELI, CNPJ nº 01.954.087/0001-07, com endereço à Rua Castro Alves, 1.426, Zona 06, em Maringá/PR, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), para utilização da suspensão do PIS/Pasep e da COFINS nas aquisições no mercado interno ou nas importações, de que trata o art. 2º do Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, destinadas a execução de obras civis e montagens eletromecânicas nas subestações da área de atuação da GCS.E no estado de São Paulo.

Art. 2º Nos casos de aquisição com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS, a pessoa jurídica vendedora dos bens ou prestadora de serviços deve fazer constar na nota fiscal, conforme determina o art. 11 do Decreto nº 6.144/2007: (a) o número da Portaria que aprovou o projeto da empresa titular; (b) o número do Ato Declaratório que co-habilitou a empresa adquirente, com sua data de publicação no Diário Oficial da União, e (c) a expressão: "venda com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto nº 6.144/2007, art. 2º, inciso I."

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeito a partir da data de sua publicação no DOU.

OSMAR FABRE

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 27 DE JULHO DE 2018

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ/SC, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

NOME	CPF	PROCESSO
FABIO DITTERT	037.012.379-48	10909.720.152/2018-90
MIRNA ALDRY MARQUES VIEIRA MARCELINO	380.488.958-11	10909.720.414/2017-35
FELIPE ALVES PEREIRA	083.109.319-64	10909.721.811/2017-24
BRUNO MATHEUS KREUSCH	067.239.759-52	10909.722.119/2017-13
WILSON LUIZ GOULART	026.826.939-46	10909.722.242/2017-34
BRUNA GOULART GRANDO	074.866.289-88	10909.722.365/2017-75
VANESSA DE BARROS	065.388.969-01	10909.722.410/2017-91
LUIZ FLAVIO FERRARI DA SILVA	089.228.759-41	10909.722.482/2017-39
FERNANDO CARLET ALMEIDA	091.557.069-67	10909.722.525/2017-86
THIAGO JOSÉ FIGUEIRO	088.292.239-48	10909.722.533/2017-22
DANIEL DE CARVALHO DUTRA	031.939.959-16	10909.722.631/2017-60

Art. 2º Os Ajudantes de Despachante Aduaneiro retromencionados, também deverão incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - CAD-ADUANA, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Ajudante de Despachante Aduaneiro, de acordo com o ADE-COANA n° 16 de 08/06/2012, publicado no DOU de 11/06/2012.

Art. 3º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

KLEBS GARCIA PEIXOTO JUNIOR

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA Nº 538, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 579, de 27 de dezembro de 2017, do MF, e

Considerando o disposto no § 3º do art. 165 da Constituição Federal;

Considerando o estabelecido nos arts. 2º, 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

Considerando o disposto no inciso I do art. 6º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, e no inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no art. 7º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, complementadas pelo disposto no inciso I do art. 24 do Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, e no inciso XXV do art. 32 do Anexo I do Decreto nº 9.003, de 13 de março de 2017; resolve:

Art. 1º Divulgar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal, de acordo com a Portaria nº 495, de 06 de junho de 2017, da STN, relativo ao mês de junho de 2018, outros demonstrativos da execução orçamentária e respectivas notas explicativas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JÚNIOR

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Os demonstrativos, anexos 1 a 8 e 14, apresentados nesta publicação, foram aprovados pela Portaria nº 495, de 06 de junho de 2017, da STN. Os outros demonstrativos da execução orçamentária são divulgados conforme o inciso I do art. 24 do Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, e também o compromisso do Tesouro Nacional de dar continuidade à transparência das contas públicas aos órgãos de controle e à sociedade.

2. Os Balanços e os demonstrativos da execução orçamentária referem-se, exclusivamente, aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito da Administração Pública Federal.

3. Consideram-se Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social o conjunto de dotações estabelecidas para as unidades orçamentárias pela Lei nº 13.587, de 02 de janeiro de 2018 - Lei Orçamentária Anual, acrescidas dos créditos adicionais abertos até o período de referência deste relatório. Esta composição está estruturada em:

3.1. Órgãos da Administração Direta, compreendendo inclusive os valores relativos às despesas de transferências para entidades não contempladas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

3.2. Fundos Especiais;

3.3. Entidades da Administração Indireta, tais como:

3.3.1. Fundações;

3.3.2. Autarquias;

3.3.3. Empresas Públicas dependentes; e

3.3.4. Sociedades de Economia Mista dependentes.

4. Considera-se como execução orçamentária da despesa a ocorrência do estágio da liquidação, efetivado ou não o seu respectivo pagamento. No encerramento do exercício, as despesas inscritas em restos a pagar não processados (empenhadas, mas não liquidadas) também são consideradas.

5. Nos Anexos 1, 2 e 7 são destacadas as operações intra-orçamentárias, às quais se referem o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª edição, Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 22 de dezembro de 2016. No Anexo 3, as operações intra-orçamentárias são excluídas conforme o § 3º do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

6. A Tabela 1-B - Demonstrativo das Receitas Desvinculadas por Força de Dispositivo Constitucional apresenta a desvinculação de receitas da União - DRU aplicada aos recursos da Seguridade Social. Nos termos da Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016, são desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, trinta por cento da receita da União proveniente das contribuições sociais, sem prejuízo do pagamento das despesas do Regime Geral da Previdência Social, às contribuições de intervenção no domínio econômico e às taxas, já instituídas ou que vierem a ser criadas até a referida data.

7. Os valores totais apresentados nos demonstrativos deste Relatório poderão eventualmente divergir do somatório das partes, em função de arredondamentos.

8. Estas informações, bem como a metodologia de cada demonstrativo, estão disponíveis na Internet no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/-/demonstrativos-fiscais.

I - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2018

RREO - Anexo 1 (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Mês (b)	% (b/a)	Até o Mês (c)	% (c/a)	
RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	2.330.104.180	2.330.104.180	173.691.794	7,45	1.061.070.934	45,54	1.269.033.246
RECEITAS CORRENTES	1.513.302.790	1.513.302.790	109.891.188	7,26	756.980.971	50,02	756.321.819
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	491.075.630	491.075.630	36.824.597	7,50	264.867.015	53,94	226.208.616
Impostos	482.710.958	482.710.958	36.378.816	7,54	259.642.140	53,79	223.068.818
Taxas	8.364.672	8.364.672	445.781	5,33	5.224.875	62,46	3.139.797
RECEITA DE CONTRIBUICOES	843.378.330	843.378.330	62.880.882	7,46	406.620.760	48,21	436.757.570
Contribuições Sociais	826.899.563	826.899.563	61.676.015	7,46	397.945.345	48,12	428.954.218
Contribuições Econômicas	16.478.767	16.478.767	1.204.867	7,31	8.675.415	52,65	7.803.352
RECEITA PATRIMONIAL	89.318.622	89.318.622	5.135.019	5,75	45.240.973	50,65	44.077.649
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	2.087.756	2.087.756	336.242	16,11	1.086.402	52,04	1.001.354

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Valores Mobiliários	21.998.275	21.998.275	804.621	3,66	15.228.876	69,23	6.769.399
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	5.516.155	5.516.155	1.097.420	19,89	1.928.567	34,96	3.587.588
Exploração de Recursos Naturais	57.067.869	57.067.869	2.678.205	4,69	25.685.104	45,01	31.382.766
Exploração do Patrimônio Intangível	5	5	0	0,00	9	191,41	-4
Cessão de Direitos	2.642.434	2.642.434	216.188	8,18	1.293.702	48,96	1.348.732
Demais Receitas Patrimoniais	6.128	6.128	2.343	38,24	18.314	298,84	-12.185
RECEITA AGROPECUARIA	23.453	23.453	1.174	5,00	8.354	35,62	15.099
RECEITA INDUSTRIAL	955.685	955.685	82.191	8,60	496.524	51,95	459.162
RECEITA DE SERVICOS	40.633.068	40.633.068	2.541.538	6,25	22.183.852	54,60	18.449.216
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	3.603.856	3.603.856	220.770	6,13	1.858.167	51,56	1.745.689
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	3.253.763	3.253.763	261.740	8,04	1.760.161	54,10	1.493.602
Serviços e Atividades referentes à Saúde	1.844.800	1.844.800	162.986	8,83	932.407	50,54	912.393
Serviços e Atividades Financeiras	31.899.619	31.899.619	1.893.751	5,94	17.620.264	55,24	14.279.356
Outros Serviços	31.030	31.030	2.291	7,38	12.853	41,42	18.176
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.092.821	1.092.821	60.962	5,58	652.880	59,74	439.941
Transferências da União e de suas Entidades	668.566	668.566	52.471	7,85	415.991	62,22	252.575
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	103.708	103.708	3.172	3,06	23.048	22,22	80.660
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	60.673	60.673	1.518	2,50	12.290	20,26	48.384
Transferências de Instituições Privadas	227.899	227.899	3.730	1,64	200.669	88,05	27.230
Transferências do Exterior	28.339	28.339	0	0,00	471	1,66	27.869
Transferências de Pessoas Físicas	3.634	3.634	71	1,96	412	11,34	3.222
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	2	2	0	6,49	0	17,74	2
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	46.825.181	46.825.181	2.364.825	5,05	16.910.568	36,11	29.914.613
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	5.965.410	5.965.410	535.510	8,98	3.222.143	54,01	2.743.267
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	6.555.701	6.555.701	1.126.473	17,18	5.779.285	88,16	776.416
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	529.359	529.359	108.687	20,53	1.825.976	344,94	-1.296.617
Demais Receitas Correntes	33.774.712	33.774.712	594.155	1,76	6.083.164	18,01	27.691.548
RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR	0	0	0	-	45	-	-45
RECEITAS DE CAPITAL	816.801.390	816.801.390	63.800.606	7,81	304.089.963	37,23	512.711.427
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	498.900.746	498.900.746	22.458.518	4,50	170.786.870	34,23	328.113.876
Operações de Crédito Internas	490.716.105	490.716.105	22.304.254	4,55	167.519.518	34,14	323.196.587
Operações de Crédito Externas	8.184.640	8.184.640	154.265	1,88	3.267.352	39,92	4.917.289
ALIENACAO DE BENS	3.079.293	3.079.293	657.990	21,37	4.482.131	145,56	-1.402.838
Alienação de Bens Móveis	1.443.036	1.443.036	-3.368.974	-233,46	410.554	28,45	1.032.483
Alienação de Bens Imóveis	116.452	116.452	5.989	5,14	50.602	43,45	65.851
Alienação de Bens Intangíveis	1.519.804	1.519.804	4.020.975	264,57	4.020.975	264,57	-2.501.171
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	156.719.246	156.719.246	32.693.197	20,86	74.871.112	47,77	81.848.134
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	181.548	181.548	-49	-0,03	11.253	6,20	170.295
Transferências da União e de suas Entidades	21.557	21.557	1	0,00	1.360	6,31	20.198
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	41.426	41.426	0	0,00	0	0,00	41.426
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	33.723	33.723	-50	-0,15	30	0,09	33.693
Transferências de Instituições Privadas	84.842	84.842	0	0,00	0	0,00	84.842
Transferências do Exterior	0	0	0	-	8.361	-	-8.361
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	157.920.558	157.920.558	7.990.950	5,06	53.938.598	34,16	103.981.959
Resultado do Banco Central	46.520.000	46.520.000	0	0,00	14.955.813	32,15	31.564.187
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	92.832.641	92.832.641	7.990.950	8,61	38.982.785	41,99	53.849.856
Resgate de Títulos do Tesouro	1.044	1.044	0	0,00	0	0,00	1.044
Demais receitas de Capital	18.566.872	18.566.872	0	0,00	0	0,00	18.566.872

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Continua (1/3)

Continuação

GOVERNO FEDERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO DE 2018

RREO - Anexo 1 (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS No Mês (b)	% (b/a)	Até o Mês (c)	% (c/a)	SALDO A REALIZAR (a-c)
RECEITAS (Intra-Orçamentárias) (II)	36.818.024	36.818.024	2.703.823	7,34	17.193.439	46,70	19.624.585
RECEITAS CORRENTES	36.818.024	36.818.024	2.703.823	7,34	17.193.439	46,70	19.624.585
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	933	933	445	47,74	1.329	142,46	-396
Impostos	188	188	267	142,45	619	329,84	-431
Taxas	745	745	178	23,88	710	95,25	35
RECEITA DE CONTRIBUICOES	25.079.768	25.079.768	1.516.241	6,05	9.259.224	36,92	15.820.544
Contribuições Sociais	25.079.742	25.079.742	1.516.241	6,05	9.259.206	36,92	15.820.536
Contribuições Econômicas	26	26	-0	-0,40	18	68,58	8
RECEITA PATRIMONIAL	1.765	1.765	1.661	94,06	2.870	162,57	-1.105
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.765	1.765	352	19,96	1.497	84,81	268
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0	0	1	-	65	-	-65
RECEITA INDUSTRIAL	156.189	156.189	16.468	10,54	62.785	40,20	93.404
RECEITA DE SERVICOS	31.815	31.815	200	0,63	12.102	38,04	19.713
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	20.464	20.464	2.827	13,82	10.366	50,65	10.098
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0	0	0	-	0	-	0
Serviços e Atividades referentes à Saúde	10.980	10.980	-2.627	-23,92	1.737	15,82	9.243
Serviços e Atividades Financeiras	0	0	0	-	0	-	0
Outros Serviços	372	372	-0	-0,05	-1	-0,22	373
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.547.553	11.547.553	1.168.808	10,12	7.855.129	68,02	3.692.424

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0	0	14	-	-2.604	-	2.604
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	638	638	8.335	1.305,68	51.002	7.989,85	-50.364
Demais Receitas Correntes	11.546.914	11.546.914	1.160.460	10,05	7.806.731	67,61	3.740.184
RECEITAS DE CAPITAL	0	0	0	-	0	-	0
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	2.366.922.204	2.366.922.204	176.395.618	7,45	1.078.264.373	45,56	1.288.657.831
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	1.139.498.879	1.139.498.879	1.636.439	0,14	304.821.982	26,75	834.676.896
Operações de Crédito Internas	1.134.915.531	1.134.915.531	1.636.439	0,14	302.710.585	26,67	832.204.946
Mobiliária	1.134.915.531	1.134.915.531	1.636.439	0,14	302.710.585	26,67	832.204.946
Operações de Crédito Externas	4.583.348	4.583.348	0	0,00	2.111.397	46,07	2.471.950
Mobiliária	4.583.348	4.583.348	0	0,00	2.111.397	46,07	2.471.950
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	3.506.421.083	3.506.421.083	178.032.057	5,08	1.383.086.355	39,44	2.123.334.727
AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA (VI)		5.144.985					
DÉFICIT (VII)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VIII) = (V + VI + VII)	3.506.421.083	3.511.566.068	178.032.057	5,07	1.383.086.355	39,39	2.128.479.712
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	5.144.985	-	-	-	-	-
Créditos adicionais abertos com Superávit Financeiro		1.062.994					
Créditos adicionais abertos com Excesso de Arrecadação		4.419.407					
Créditos cancelados líquidos		-337.416					

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Continua (2/3)

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2018

RREO - Anexo 1 (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ milhares

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e - h)	DESPESAS PAGAS
			No Mês	Até o Mês (f)		No Mês	Até o Mês (h)		Até o Mês (j)
DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (IX)	2.420.301.642	2.425.666.608	230.153.736	1.974.705.755	450.960.853	144.641.487	1.012.072.896	1.413.593.712	987.349.614
DESPESAS CORRENTES	1.849.028.895	1.914.570.168	190.784.928	1.580.588.933	333.981.234	125.207.872	843.889.624	1.070.680.543	819.374.289
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	295.087.601	300.728.831	10.311.086	231.364.038	69.364.793	29.024.598	144.842.544	155.886.287	143.472.502
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	316.241.344	366.261.170	161.087.090	346.532.292	19.728.878	1.768.822	136.449.488	229.811.682	136.449.488
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.237.699.950	1.247.580.167	19.386.752	1.002.692.604	244.887.563	94.414.453	562.597.593	684.982.574	539.452.300
Transferência a Estados, DF e Municípios	334.406.559	339.547.344	8.397.227	293.380.441	46.166.902	29.426.759	165.700.146	173.847.198	165.695.359
Benefícios Previdenciários	596.268.400	592.372.706	564.851	485.782.419	106.590.287	45.175.847	275.266.634	317.106.072	255.708.257
Demais Despesas Correntes	307.024.992	315.660.118	10.424.674	223.529.743	92.130.375	19.811.847	121.630.813	194.029.305	118.048.684
DESPESAS DE CAPITAL	545.391.942	491.772.447	39.368.808	394.116.821	97.655.626	19.433.614	168.183.271	323.589.176	167.975.325
INVESTIMENTOS	43.982.412	42.680.445	3.282.124	22.012.890	20.667.555	1.741.320	4.089.897	38.590.548	3.929.925
INVERSÕES FINANCEIRAS	80.781.323	78.423.795	4.537.553	56.259.250	22.164.545	4.647.135	26.141.729	52.282.066	26.093.755
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	420.628.207	370.668.207	31.549.131	315.844.681	54.823.526	13.045.159	137.951.645	232.716.562	137.951.645
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.880.805	19.323.993	0	0	19.323.993	0	0	19.323.993	0
DESPESAS (Intra-Orçamentárias) (X)	42.661.719	42.441.739	1.334.586	35.117.852	7.323.887	3.071.563	18.201.123	24.240.615	18.081.581
DESPESAS CORRENTES	40.971.894	40.751.916	1.317.947	33.433.428	7.318.488	2.978.711	18.062.708	22.689.209	17.945.647
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.689.499	27.473.888	1.123.670	20.862.068	6.611.820	1.701.955	10.562.400	16.911.488	10.450.881
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0	0	0	0	0			0	0
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.282.395	13.278.029	194.277	12.571.360	706.669	1.276.756	7.500.307	5.777.721	7.494.767
Demais Despesas Correntes	13.282.395	13.278.029	194.277	12.571.360	706.669	1.276.756	7.500.307	5.777.721	7.494.767
DESPESAS DE CAPITAL	1.689.825	1.689.822	16.639	1.684.424	5.398	92.851	138.416	1.551.407	135.934
INVESTIMENTOS	50.673	50.670	3.037	45.551	5.120	1.557	6.980	43.691	4.500
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.639.152	1.639.152	13.602	1.638.873	279	91.294	131.436	1.507.716	131.434
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (IX + X)	2.462.963.361	2.468.108.346	231.488.322	2.009.823.607	458.284.740	147.713.049	1.030.274.019	1.437.834.327	1.005.431.195
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII)	1.041.957.722	1.041.957.722	132.296.888	683.446.907	358.510.814	10.355.487	241.097.242	800.860.479	241.097.242
Amortização da Dívida Interna	1.006.128.429	1.006.128.429	131.501.592	680.942.591	325.185.838	9.498.454	239.219.693	766.908.736	239.219.693
Dívida Mobiliária	984.676.167	984.676.167	130.460.500	679.048.303	305.627.863	9.114.233	237.982.275	746.693.891	237.982.275
Outras Dívidas	21.452.263	21.452.263	1.041.092	1.894.288	19.557.975	384.222	1.237.418	20.214.845	1.237.418
Amortização da Dívida Externa	35.829.292	35.829.292	795.296	2.504.316	33.324.976	857.033	1.877.549	33.951.743	1.877.549
Dívida Mobiliária	32.102.344	32.102.344	0	975.000	31.127.344	75.732	474.312	31.628.033	474.312
Outras Dívidas	3.726.948	3.726.948	795.296	1.529.316	2.197.632	781.301	1.403.237	2.323.711	1.403.237
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	3.504.921.083	3.510.066.068	363.785.210	2.693.270.514	816.795.554	158.068.536	1.271.371.261	2.238.694.806	1.246.528.438
SUPERÁVIT (XIV)	-	-	-	-	-	-	111.715.094	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	3.504.921.083	3.510.066.068	363.785.210	2.693.270.514	816.795.554	158.068.536	1.383.086.355	2.238.694.806	1.246.528.438
RESERVA DO RPPS			-	-		-	-		-

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

(3/3)

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

LUCIANO MOURA CASTRO DO NASCIMENTO
Coordenador-Geral de Contabilidade da União
Contador - CRC-DF 027.403/O-2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2018

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ milhares

FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS No Mês	DESPESAS EMPENHADAS Até o Mês (b)	DESPESAS EMPENHADAS % (b/total b)	SALDO c = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS No Mês	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Mês (d)	DESPESAS LIQUIDADAS % (d/total d)	SALDO (e) = (a - d)
LEGISLATIVA	8.181.952	7.992.034	52.675	7.363.055	0,37	628.979	639.826	3.489.045	0,34	4.502.989
JUDICIARIA	38.052.613	38.052.531	625.502	29.700.575	1,48	8.351.956	2.712.679	16.376.164	1,59	21.676.367
ESSENCIAL A JUSTICA	7.568.216	7.556.046	447.962	5.271.919	0,26	2.284.127	577.228	3.366.498	0,33	4.189.548
ADMINISTRACAO	31.586.093	32.296.634	3.547.043	20.248.081	1,01	12.048.553	3.513.960	13.756.456	1,34	18.540.177
DEFESA NACIONAL	73.528.847	73.199.810	2.992.705	60.034.738	2,99	13.165.072	6.778.516	31.563.092	3,06	41.636.718
SEGURANCA PUBLICA	10.435.175	12.354.257	275.049	7.232.506	0,36	5.121.751	793.762	4.230.019	0,41	8.124.237
RELACOES EXTERIORES	2.761.200	2.875.655	296.614	1.751.125	0,09	1.124.530	204.676	1.350.835	0,13	1.524.820
ASSISTENCIA SOCIAL	86.971.236	86.944.278	216.028	68.186.835	3,39	18.757.444	7.127.870	43.171.977	4,19	43.772.302
PREVIDENCIA SOCIAL	689.469.293	689.381.738	4.059.976	559.719.958	27,85	129.661.780	56.104.374	320.509.066	31,11	368.872.672
SAUDE	121.631.825	121.047.794	9.449.484	68.646.665	3,42	52.401.130	11.495.346	50.174.964	4,87	70.872.831
TRABALHO	81.376.158	76.608.290	-984.619	69.783.139	3,47	6.825.151	4.818.973	34.188.430	3,32	42.419.860
EDUCACAO	111.291.596	113.932.311	4.188.742	86.307.170	4,29	27.625.142	8.304.227	44.896.891	4,36	69.035.420
CULTURA	2.024.900	2.065.617	131.532	975.267	0,05	1.090.350	82.649	378.085	0,04	1.687.532
DIREITOS DA CIDADANIA	1.714.614	1.653.527	45.013	705.085	0,04	948.441	62.321	284.895	0,03	1.368.632
URBANISMO	5.501.300	5.303.739	338.903	2.655.434	0,13	2.648.305	116.556	629.060	0,06	4.674.679
HABITACAO	63.031	53.031	2.056	6.284	0,00	46.747	165	1.079	0,00	51.952
SANEAMENTO	964.262	934.562	7.415	912.561	0,05	22.002	36.873	135.861	0,01	798.702
GESTAO AMBIENTAL	5.399.401	4.721.512	71.816	2.718.908	0,14	2.002.605	250.192	1.107.593	0,11	3.613.919
CIENCIA E TECNOLOGIA	7.823.673	7.529.965	436.314	4.494.138	0,22	3.035.827	491.762	2.301.995	0,22	5.227.971
AGRICULTURA	29.131.984	29.630.083	2.965.226	18.518.157	0,92	11.111.926	832.256	3.710.779	0,36	25.919.304
ORGANIZACAO AGRARIA	2.907.304	2.826.162	582.016	1.628.135	0,08	1.198.027	114.810	559.600	0,05	2.266.562
INDUSTRIA	2.299.995	2.339.788	194.007	1.537.051	0,08	802.736	192.194	885.639	0,09	1.454.149
COMERCIO E SERVICOS	4.850.663	4.933.802	233.826	3.422.968	0,17	1.510.834	185.588	1.154.406	0,11	3.779.396
COMUNICACOES	1.430.209	1.424.112	16.774	1.018.483	0,05	405.629	87.516	470.022	0,05	954.089
ENERGIA	2.219.780	2.205.434	26.763	1.860.143	0,09	345.290	97.477	817.289	0,08	1.388.144
TRANSPORTE	17.107.549	16.543.227	596.834	9.786.748	0,49	6.756.478	732.857	3.815.771	0,37	12.727.456
DESPORTO E LAZER	1.282.253	1.295.449	256.686	701.965	0,03	593.483	25.657	72.973	0,01	1.222.476
ENCARGOS ESPECIAIS	1.083.329.492	1.097.151.509	200.415.977	974.636.514	48,49	122.514.995	41.332.739	446.875.536	43,37	650.275.973
RESERVA DE CONTINGENCIA	32.058.748	25.255.451	0	0	0,00	25.255.451	0	0	0,00	25.255.451
TOTAL	2.462.963.361	2.468.108.346	231.488.322	2.009.823.607	100,00	458.284.740	147.713.049	1.030.274.019	100,00	1.437.834.327

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF (1/2)
*Detalhamento por subfunção no final do relatório.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2018

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ milhares

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO (Despesas Exceto Intra-Orçamentárias)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS No Mês	DESPESAS EMPENHADAS Até o Mês (b)	DESPESAS EMPENHADAS % (b/total b)	SALDO c = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS No Mês	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Mês (d)	DESPESAS LIQUIDADAS % (d/total d)	SALDO e = (a - d)
LEGISLATIVA	7.134.233	6.944.315	52.646	6.371.733	0,32	572.582	574.314	3.089.167	0,31	3.855.148
Acao Legislativa	1.128.205	1.126.083	37.480	829.534	0,04	296.549	72.099	308.206	0,03	817.878
Controle Externo	215.714	215.714	6.770	145.810	0,01	69.904	11.185	51.637	0,01	164.077
Administracao Geral	4.997.912	4.822.616	734	4.724.242	0,24	98.374	447.067	2.333.009	0,23	2.489.607
Comunicacao Social	164.694	152.194	5.804	96.295	0,00	55.899	8.514	43.197	0,00	108.997
Atencao Basica	282.471	282.471	1.858	231.383	0,01	51.088	7.484	186.062	0,02	96.409
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	345.236	345.236	1	344.469	0,02	767	27.966	167.057	0,02	178.180
JUDICIARIA	33.311.956	33.311.853	571.986	26.060.992	1,32	7.250.861	2.396.567	14.504.801	1,43	18.807.053
Controle Externo	91.013	91.013	37	52.335	0,00	38.678	4.357	17.312	0,00	73.701
Acao Judiciaria	3.684.886	3.690.192	136.509	2.055.647	0,10	1.634.545	177.121	828.078	0,08	2.862.115
Administracao Geral	26.787.169	26.784.283	393.438	21.715.946	1,10	5.068.336	2.005.551	12.413.410	1,23	14.370.872
Tecnologia Da Informacao	325.306	325.306	10.613	112.705	0,01	212.601	7.611	34.825	0,00	290.481
Formacao De Recursos Humanos	20.150	20.150	464	7.178	0,00	12.971	1.085	2.996	0,00	17.154
Comunicacao Social	120.636	117.630	1.246	73.095	0,00	44.536	6.211	28.723	0,00	88.907
Atencao Basica	879.426	879.426	20.307	766.335	0,04	113.091	80.376	497.898	0,05	381.528
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	1.403.044	1.403.528	9.372	1.277.749	0,06	125.779	114.254	681.557	0,07	721.971
Outros Encargos Especiais	325	325	0	1	0,00	324	0	1	0,00	324
ESSENCIAL A JUSTICA	6.290.104	6.287.736	418.004	4.285.751	0,22	2.001.986	490.962	2.851.991	0,28	3.435.745
Controle Externo	42.057	42.057	270	26.350	0,00	15.707	1.644	11.335	0,00	30.721
Defesa Do Interesse Publico No Processo Judiciario	827.122	824.572	46.480	460.582	0,02	363.990	53.392	258.577	0,03	565.995
Representacao Judicial E Extrajudicial	366.887	366.887	5.960	338.842	0,02	28.046	28.818	145.045	0,01	221.842
Administracao Geral	4.327.067	4.329.617	314.058	2.867.984	0,15	1.461.633	336.068	2.110.831	0,21	2.218.786
Normatizacao E Fiscalizacao	7.000	7.000	36	53	0,00	6.947	5	8	0,00	6.992
Tecnologia Da Informacao	11.089	9.722	0	5.384	0,00	4.338	5	35	0,00	9.687
Formacao De Recursos Humanos	19.721	19.721	415	14.305	0,00	5.415	1.267	5.891	0,00	13.829
Comunicacao Social	20.229	20.229	581	7.335	0,00	12.894	936	4.098	0,00	16.131
Atencao Basica	154.968	153.968	32.442	132.209	0,01	21.759	28.501	85.155	0,01	68.813

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	266.451	266.451	12.373	192.702	0,01	73.750	22.665	134.532	0,01	131.920
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	247.503	247.503	5.390	239.995	0,01	7.507	17.660	96.474	0,01	151.029
Outros Encargos Especiais	10	10	0	10	0,00	0	0	10	0,00	0
ADMINISTRACAO	27.961.813	28.902.814	2.839.008	17.881.044	0,91	11.021.770	3.306.739	12.493.077	1,23	16.409.737
Representacao Judicial E Extrajudicial	252.819	275.161	39.080	67.457	0,00	207.705	32.957	59.697	0,01	215.464
Planejamento E Orcamento	343.324	337.147	4.081	286.299	0,01	50.848	11.372	255.223	0,03	81.924
Administracao Geral	22.702.046	22.082.071	1.706.368	13.506.035	0,68	8.576.036	1.877.918	9.728.862	0,96	12.353.209
Administracao Financeira	39.203	42.315	4.574	15.246	0,00	27.069	2.618	8.370	0,00	33.946
Controle Interno	92.526	92.086	3.591	58.252	0,00	33.834	4.254	25.898	0,00	66.188
Normatizacao E Fiscalizacao	287.335	217.945	6.769	66.216	0,00	151.730	6.948	30.707	0,00	187.238
Tecnologia Da Informacao	2.223.560	2.257.973	-111.249	1.616.617	0,08	641.356	160.742	611.708	0,06	1.646.265
Ordenamento Territorial	177.595	156.448	2.671	28.521	0,00	127.927	5.619	16.000	0,00	140.448
Formacao De Recursos Humanos	17.254	15.761	2.000	7.959	0,00	7.801	1.126	3.190	0,00	12.571
Administracao De Receitas	46.839	39.755	370	37.310	0,00	2.445	4.470	17.802	0,00	21.953
Comunicacao Social	117.602	353.445	7.490	178.529	0,01	174.917	10.253	22.901	0,00	330.544
Defesa Civil	841	841	109	496	0,00	345	45	262	0,00	578
Relacoes Diplomaticas	37	49	0	0	0,00	49	0	0	0,00	49
Previdencia Basica	638	638	206	483	0,00	155	38	204	0,00	434
Previdencia Do Regime Estatutario	2.986	2.986	517	1.977	0,00	1.009	262	1.323	0,00	1.664
Previdencia Complementar	119	119	30	95	0,00	24	5	20	0,00	98
Atencao Basica	366.651	387.353	20.594	246.075	0,01	141.278	28.153	174.521	0,02	212.832
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	987.594	847.649	32.468	511.116	0,03	336.533	57.306	344.319	0,03	503.330
Ensino Superior	26.088	26.088	164	4.017	0,00	22.071	108	3.499	0,00	22.590
Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico	20.835	20.721	1.112	15.992	0,00	4.728	1.542	5.920	0,00	14.801
Desenvolvimento Cientifico	11.003	12.094	0	10.928	0,00	1.166	847	3.721	0,00	8.373
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	7.206	7.206	255	3.160	0,00	4.046	315	2.227	0,00	4.979
Promocao Da Producao Agropecuaria	55.070	44.321	304	2.908	0,00	41.414	1.195	2.359	0,00	41.962
Producao Industrial	49.937	49.937	5.377	38.413	0,00	11.523	5.020	16.067	0,00	33.870
Normalizacao E Qualidade	1.248	1.248	328	955	0,00	293	107	571	0,00	678
Outros Encargos Especiais	131.456	1.631.456	1.111.801	1.175.988	0,06	455.468	1.093.519	1.157.706	0,11	473.750
DEFESA NACIONAL	72.964.982	72.638.547	2.968.215	59.591.487	3,02	13.047.060	6.741.756	31.353.470	3,10	41.285.077
Planejamento E Orcamento	1.100	1.100	49	806	0,00	294	131	298	0,00	802
Administracao Geral	51.912.619	52.063.142	1.697.977	45.292.037	2,29	6.771.105	5.625.669	25.749.587	2,54	26.313.555
Normatizacao E Fiscalizacao	51.413	51.014	3.369	23.277	0,00	27.737	3.099	8.592	0,00	42.422
Tecnologia Da Informacao	32.344	28.091	4.563	6.979	0,00	21.112	375	812	0,00	27.280
Formacao De Recursos Humanos	117.109	121.579	8.147	68.061	0,00	53.518	7.605	22.078	0,00	99.501
Comunicacao Social	1.724	1.724	247	756	0,00	969	34	154	0,00	1.571
Defesa Aerea	4.810.527	4.781.152	304.058	4.118.501	0,21	662.651	324.562	722.860	0,07	4.058.292
Defesa Naval	4.839.795	4.286.874	257.797	3.540.431	0,18	746.443	144.837	2.065.009	0,20	2.221.864
Defesa Terrestre	2.162.179	2.353.222	138.246	1.045.782	0,05	1.307.440	88.217	153.844	0,02	2.199.379
Informacao E Inteligencia	8.858	8.741	896	5.025	0,00	3.716	462	1.859	0,00	6.883
Cooperacao Internacional	124.041	124.041	3.885	87.273	0,00	36.767	3.116	10.245	0,00	113.796
Assistencia A Crianca E Ao Adolescente	7.928	2.928	246	960	0,00	1.968	52	486	0,00	2.441
Assistencia Comunitaria	435.208	449.424	71.437	258.797	0,01	190.627	594	1.123	0,00	448.301
Atencao Basica	2.855.523	2.856.023	209.175	1.496.457	0,08	1.359.566	189.928	1.068.451	0,11	1.787.572
Assistencia Hospitalar E Ambulatorial	43.057	43.057	1.664	33.941	0,00	9.116	3.360	20.065	0,00	22.992
Suporte Profilatico E Terapeutico	4.800	4.800	207	305	0,00	4.495	1	79	0,00	4.721
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	4.443.083	4.413.218	254.611	2.905.068	0,15	1.508.150	313.123	1.385.216	0,14	3.028.002
Empregabilidade	9.970	9.970	1.301	1.960	0,00	8.010	84	129	0,00	9.841
Ensino Profissional	62.874	62.874	-2.243	51.157	0,00	11.717	3.243	17.065	0,00	45.808
Ensino Superior	16.047	15.278	269	1.943	0,00	13.335	290	491	0,00	14.787
Educacao De Jovens E Adultos	2.317	2.317	250	721	0,00	1.596	53	202	0,00	2.116
Educacao Basica	15.353	15.353	1.778	8.964	0,00	6.389	1.595	3.723	0,00	11.630
Habitacao Urbana	290.466	283.266	364	237.929	0,01	45.337	18.510	68.679	0,01	214.587
Controle Ambiental	65.534	65.534	-52	43.253	0,00	22.281	1.884	7.138	0,00	58.396
Desenvolvimento Cientifico	198.726	161.440	2.932	5.842	0,00	155.598	713	1.359	0,00	160.080
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	386.087	366.087	1.935	330.651	0,02	35.436	8.970	39.411	0,00	326.676
Telecomunicacoes	54.300	54.300	3.945	19.125	0,00	35.175	251	3.310	0,00	50.990
Desporto De Rendimento	12.000	12.000	1.161	5.486	0,00	6.514	995	1.207	0,00	10.793
SEGURANCA PUBLICA	9.213.927	11.183.009	272.588	6.450.197	0,33	4.732.813	710.461	3.729.892	0,37	7.453.117
Administracao Geral	6.374.847	6.388.092	129.947	4.524.690	0,23	1.863.402	562.418	2.925.140	0,29	3.462.952
Formacao De Recursos Humanos	14.314	14.314	68	4.484	0,00	9.830	676	2.533	0,00	11.781
Comunicacao Social	200	200	0	0	0,00	200	0	0	0,00	200
Policiamento	2.023.310	3.160.102	59.204	926.223	0,05	2.233.879	55.262	303.025	0,03	2.857.077
Defesa Civil	434.069	1.195.755	59.664	707.233	0,04	488.522	52.768	319.580	0,03	876.175
Informacao E Inteligencia	63.038	119.447	8.411	46.493	0,00	72.954	4.210	22.904	0,00	96.543
Atencao Basica	95.289	96.119	6.254	77.760	0,00	18.359	12.020	50.305	0,00	45.815
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	208.862	208.981	9.040	163.314	0,01	45.667	23.107	106.406	0,01	102.575
RELACOES EXTERIORES	2.603.029	2.717.295	285.935	1.652.116	0,08	1.065.178	192.180	1.286.004	0,13	1.431.291
Administracao Geral	1.261.413	1.372.905	128.333	893.367	0,05	479.538	79.929	631.863	0,06	741.042
Formacao De Recursos Humanos	3.459	3.436	1	373	0,00	3.063	68	321	0,00	3.115
Relacoes Diplomaticas	768.418	745.694	85.283	403.975	0,02	341.719	85.027	382.868	0,04	362.826
Cooperacao Internacional	33.966	33.818	175	12.303	0,00	21.515	204	12.097	0,00	21.721
Atencao Basica	124.864	130.872	15.843	90.971	0,00	39.901	14.442	67.865	0,01	63.006
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	363.213	383.390	52.323	228.651	0,01	154.739	8.392	173.370	0,02	210.019
Difusao Cultural	27.562	27.428	3.688	15.636	0,00	11.792	3.263	14.100	0,00	13.328
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	6.127	6.122	118	5.550	0,00	572	685	2.277	0,00	3.846
Promocao Comercial	14.008	13.631	172	1.290	0,00	12.341	169	1.242	0,00	12.388
ASSISTENCIA SOCIAL	86.954.080	86.926.215	216.028	68.169.717	3,45	18.756.498	7.126.574	43.164.420	4,26	43.761.795
Planejamento E Orcamento	5.328	5.328	203	751	0,00	4.577	32	193	0,00	5.135
Administracao Geral	196.102	226.479	1.127	175.818	0,01	50.661	19.087	88.880	0,01	137.598
Normatizacao E Fiscalizacao	22.247	22.832	381	17.739	0,00	5.093	866	8.989	0,00	13.843
Tecnologia Da Informacao	64.559	64.559	4.267	25.932	0,00	38.628	4.738	14.879	0,00	49.681
Formacao De Recursos Humanos	372	447	35	361	0,00	86	32	144	0,00	303
Comunicacao Social	7.500	7.500	0	7.500	0,00	0	0	0	0,00	7.500
Cooperacao Internacional	1.931	1.931	0	350	0,00	1.581	42	208	0,00	1.723
Assistencia Ao Idoso	23.863.817	23.863.817	36	18.105.109	0,92	5.758.708	2.003.553	11.972.214	1,18	11.891.603
Assistencia Ao Portador De Deficiencia	31.134.481	31.134.481	451	19.064.038	0,97	12.070.443	2.607.325	15.540.589	1,54	15.593.892

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Assistencia A Crianca E Ao Adolescente	534.758	530.867	23.651	81.146	0,00	449.720	23.932	80.336	0,01	450.531
Assistencia Comunitaria	30.673.015	30.395.579	157.657	30.080.747	1,52	314.832	2.439.175	15.021.311	1,48	15.374.268
Atencao Basica	983	1.218	0	983	0,00	235	95	617	0,00	601
Alimentacao E Nutricao	396.449	188.449	9.614	134.227	0,01	54.222	17.115	18.259	0,00	170.190
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	5.170	5.561	0	5.170	0,00	391	451	2.752	0,00	2.809
Educacao Infantil	6.521	6.521	0	0	0,00	6.521	0	0	0,00	6.521
Saneamento Basico Rural	40.846	70.646	18.607	69.846	0,00	800	10.131	15.048	0,00	55.598
Outras Transferencias	0	400.000	0	400.000	0,02	0	0	400.000	0,04	0
PREVIDENCIA SOCIAL	688.340.718	688.303.673	4.058.812	558.748.962	28,30	129.554.712	56.030.449	320.070.710	31,63	368.232.963
Representacao Judicial E Extrajudicial	30.000	29.124	2.860	16.470	0,00	12.655	3.482	15.707	0,00	13.417
Administracao Geral	5.193.342	4.946.433	138.171	2.808.979	0,14	2.137.454	451.794	2.358.310	0,23	2.588.123
Normatizacao E Fiscalizacao	6.085	6.085	2.529	5.221	0,00	864	506	2.140	0,00	3.945
Tecnologia Da Informacao	435.171	411.370	7.770	140.880	0,01	270.490	7.770	104.727	0,01	306.643
Formacao De Recursos Humanos	11.702	11.533	1.260	5.695	0,00	5.838	1.803	4.340	0,00	7.193
Informacao E Inteligencia	137.685	133.497	90	42.345	0,00	91.152	80	30.893	0,00	102.604
Previdencia Basica	584.303.518	580.398.685	-349.783	477.418.027	24,18	102.980.658	44.289.457	266.715.815	26,35	313.682.870
Previdencia Do Regime Estatutario	96.317.158	100.397.505	3.956.273	77.020.781	3,90	23.376.724	11.081.055	49.872.850	4,93	50.524.655
Previdencia Complementar	1.780	1.789	41	80	0,00	1.709	41	43	0,00	1.746
Previdencia Especial	162.259	162.259	0	153.028	0,01	9.232	10.877	66.118	0,01	96.141
Atencao Basica	207.915	205.756	113.401	170.696	0,01	35.060	12.336	69.258	0,01	136.498
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	264.225	266.148	35.973	257.557	0,01	8.591	20.904	125.594	0,01	140.554
Normalizacao E Qualidade	12.705	12.315	470	5.860	0,00	6.455	607	3.276	0,00	9.040
Outras Transferencias	1.257.173	1.321.173	149.756	703.344	0,04	617.830	149.737	701.640	0,07	619.534
SAUDE	119.037.298	118.573.267	9.332.470	66.918.168	3,39	51.655.099	11.353.967	49.361.322	4,88	69.211.945
Planejamento E Orcamento	29.737	29.445	709	9.981	0,00	19.464	215	664	0,00	28.781
Administracao Geral	13.921.256	13.948.682	1.560.595	11.959.121	0,61	1.989.561	3.379.410	6.909.851	0,68	7.038.832
Controle Interno	6.862	6.794	2	1.371	0,00	5.423	2	287	0,00	6.507
Normatizacao E Fiscalizacao	48.027	47.492	1.530	15.781	0,00	31.711	2.610	8.339	0,00	39.153
Tecnologia Da Informacao	605.696	573.180	7.346	224.467	0,01	348.713	40.727	117.350	0,01	455.830
Formacao De Recursos Humanos	822.154	811.941	198.932	594.896	0,03	217.045	69.321	395.673	0,04	416.268
Comunicacao Social	277.811	275.248	1.520	144.756	0,01	130.492	25.088	89.770	0,01	185.478
Atencao Basica	22.033.461	22.089.049	1.716.025	11.460.578	0,58	10.628.471	1.899.710	9.243.607	0,91	12.845.442
Assistencia Hospitalar E Ambulatorial	53.763.702	52.766.752	4.402.183	28.575.527	1,45	24.191.225	4.323.706	24.149.865	2,39	28.616.887
Suporte Profilatico E Terapeutico	15.162.014	14.992.234	677.594	7.744.668	0,39	7.247.566	987.168	3.980.806	0,39	11.011.428
Vigilancia Sanitaria	360.599	357.850	132.489	160.368	0,01	197.482	3.487	21.827	0,00	336.023
Vigilancia Epidemiologica	7.653.508	7.681.125	371.244	2.987.451	0,15	4.693.674	443.265	2.291.996	0,23	5.389.129
Alimentacao E Nutricao	72.923	60.925	5.430	25.618	0,00	35.307	2.937	4.812	0,00	56.113
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	633.336	633.897	8.705	584.861	0,03	49.037	49.409	293.740	0,03	340.157
Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico	7.856	7.819	546	3.680	0,00	4.139	604	3.040	0,00	4.779
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	85.956	80.857	0	9.570	0,00	71.287	1.111	5.910	0,00	74.947
Assistencia Aos Povos Indigenas	1.370.386	1.342.686	43.114	679.816	0,03	662.869	60.211	597.576	0,06	745.110
Saneamento Basico Rural	196.976	153.352	8.021	59.310	0,00	94.042	5.954	13.674	0,00	139.677
Saneamento Basico Urbano	717.859	680.662	145.293	447.322	0,02	233.340	22.139	93.091	0,01	587.571
Preservacao E Conservacao Ambiental	16.612	16.223	2	171	0,00	16.052	19	89	0,00	16.134
Desenvolvimento Cientifico	483.058	526.019	29.234	151.113	0,01	374.906	22.672	104.072	0,01	421.948
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	697.623	422.284	17.107	63.497	0,00	358.786	10.810	24.294	0,00	397.990
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	25.837	25.674	4.848	14.242	0,00	11.432	3.391	10.988	0,00	14.685
Outras Transferencias	44.000	1.043.027	0	1.000.000	0,05	43.027	0	1.000.000	0,10	43.027
Outros Encargos Especiais	50	50	0	3	0,00	48	0	1	0,00	49
TRABALHO	81.355.328	76.587.460	-984.620	69.768.790	3,53	6.818.670	4.817.937	34.183.053	3,38	42.404.407
Administracao Geral	343.569	341.102	7.216	270.092	0,01	71.010	20.998	107.136	0,01	233.966
Administracao Financeira	6.531	5.744	0	20	0,00	5.724	0	16	0,00	5.728
Normatizacao E Fiscalizacao	70.965	69.846	12.464	44.574	0,00	25.272	2.649	8.103	0,00	61.743
Tecnologia Da Informacao	172.309	171.839	2.782	154.394	0,01	17.445	7.965	8.972	0,00	162.867
Formacao De Recursos Humanos	1.701	1.563	19	60	0,00	1.503	11	23	0,00	1.541
Comunicacao Social	100	100	0	0	0,00	100	0	0	0,00	100
Atencao Basica	631	631	0	520	0,00	111	40	250	0,00	381
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	62.588.879	57.838.443	-1.025.178	51.217.142	2,59	6.621.302	3.240.188	26.083.313	2,58	31.755.130
Relacoes De Trabalho	13.773	12.825	14	1.151	0,00	11.673	117	540	0,00	12.285
Empregabilidade	71.780	60.927	10.923	11.192	0,00	49.735	3.394	3.548	0,00	57.379
Fomento Ao Trabalho	18.079.156	18.078.656	7.133	18.066.852	0,91	11.804	1.542.512	7.970.910	0,79	10.107.745
Desenvolvimento Cientifico	5.904	5.754	6	2.788	0,00	2.966	64	238	0,00	5.517
Outros Encargos Especiais	30	30	0	6	0,00	24	0	3	0,00	27
EDUCACAO	101.118.735	103.479.837	3.942.341	77.518.212	3,93	25.961.625	7.663.565	41.182.182	4,07	62.297.656
Administracao Geral	1.291.032	2.479.723	40.516	797.745	0,04	1.681.978	88.061	371.043	0,04	2.108.679
Administracao Financeira	846.667	846.667	240.511	543.011	0,03	303.656	24.924	186.216	0,02	660.451
Formacao De Recursos Humanos	97.005	96.750	4.452	38.155	0,00	58.595	4.883	17.345	0,00	79.405
Comunicacao Social	37.891	40.391	0	21.370	0,00	19.021	2.507	7.110	0,00	33.281
Atencao Basica	677.002	708.004	17.962	603.238	0,03	104.767	56.989	337.953	0,03	370.051
Assistencia Hospitalar E Ambulatorial	7.868.343	7.780.502	103.257	6.728.195	0,34	1.052.307	714.929	3.361.836	0,33	4.418.666
Alimentacao E Nutricao	4.146.961	4.146.961	1.197.026	3.021.148	0,15	1.125.812	7.363	1.448.519	0,14	2.698.442
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	2.135.336	2.209.406	44.150	1.872.225	0,09	337.181	181.978	1.076.368	0,11	1.133.038
Ensino Profissional	11.521.865	11.973.933	546.715	8.474.896	0,43	3.499.038	1.044.922	4.873.915	0,48	7.100.019
Ensino Superior	32.760.431	33.108.147	856.659	23.889.997	1,21	9.218.150	2.891.898	13.957.163	1,38	19.150.984
Educacao Infantil	260.552	260.552	16.042	44.388	0,00	216.164	16.065	44.388	0,00	216.164
Educacao De Jovens E Adultos	91.000	91.000	5.693	30.596	0,00	60.404	1.854	17.660	0,00	73.340
Educacao Basica	6.272.938	6.154.862	760.066	2.828.487	0,14	3.326.375	122.946	696.950	0,07	5.457.913
Desenvolvimento Cientifico	220.610	244.090	14.600	188.102	0,01	55.988	20.000	35.000	0,00	209.090
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	409.794	409.294	6.590	153.001	0,01	256.293	31.714	142.659	0,01	266.635
Servicos Financeiros	16.182.731	16.182.731	6.000	13.871.732	0,70	2.310.999	1.363.483	4.986.928	0,49	11.195.804
Outras Transferencias	0	600.000	0	600.000	0,03	0	2.316	600.000	0,06	0
Outros Encargos Especiais	751.761	601.761	0	501.761	0,03	100.000	212	501.194	0,05	100.567
Transferencias Para A Educacao Basica	15.546.816	15.545.061	82.104	13.310.164	0,67	2.234.897	1.086.521	8.519.932	0,84	7.025.129
CULTURA	1.937.450	1.966.866	131.289	892.628	0,05	1.074.238	77.169	345.747	0,03	1.621.120
Administracao Geral	654.931	662.766	7.404	577.990	0,03	84.775	50.248	269.404	0,03	393.362
Administracao Financeira	800	800	0	0	0,00	800	0	0	0,00	800
Normatizacao E Fiscalizacao	89	62	0	0	0,00	62	0	0	0,00	62
Formacao De Recursos Humanos	2.441	2.441	108	664	0,00	1.777	44	395	0,00	2.045

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Comunicacao Social	4.189	4.189	0	4.000	0,00	189	23	107	0,00	4.082
Atencao Basica	8.825	8.125	0	7.948	0,00	176	459	3.124	0,00	5.000
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	25.513	25.826	37	25.435	0,00	391	1.827	12.378	0,00	13.449
Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico	215.779	207.707	100.937	133.678	0,01	74.029	8.465	14.327	0,00	193.380
Difusao Cultural	415.175	445.509	22.802	134.894	0,01	310.615	14.602	44.011	0,00	401.498
Desenvolvimento Cientifico	9.709	9.442	0	8.018	0,00	1.424	1.500	2.000	0,00	7.442
Promocao Comercial	600.000	600.000	0	0	0,00	600.000	0	0	0,00	600.000
DIREITOS DA CIDADANIA	1.609.219	1.547.571	42.316	602.548	0,03	945.023	55.279	244.413	0,02	1.303.159
Administracao Geral	457.266	426.432	12.642	368.663	0,02	57.769	31.960	161.705	0,02	264.728
Normatizacao E Fiscalizacao	41.049	39.863	1.752	5.955	0,00	33.908	708	2.455	0,00	37.408
Comunicacao Social	5.135	5.135	0	0	0,00	5.135	0	0	0,00	5.135
Assistencia Ao Portador De Deficiencia	5.838	5.638	916	3.956	0,00	1.683	59	553	0,00	5.085
Assistencia A Crianca E Ao Adolescente	93.668	110.518	500	8.061	0,00	102.456	532	6.807	0,00	103.711
Atencao Basica	12.709	12.029	112	11.905	0,00	123	1.256	4.840	0,00	7.189
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	17.290	17.314	315	16.620	0,00	694	1.314	7.943	0,00	9.371
Custodia E Reintegracao Social	535.198	555.198	5.938	67.310	0,00	487.888	6.142	20.589	0,00	534.609
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	397.321	333.859	17.803	106.090	0,01	227.769	12.190	34.414	0,00	299.445
Assistencia Aos Povos Indigenas	43.746	41.584	2.337	13.988	0,00	27.597	1.118	5.107	0,00	36.478
Outros Encargos Especiais	1	1	0	1	0,00	0	0	1	0,00	0
URBANISMO	5.440.236	5.242.552	337.698	2.610.076	0,13	2.632.475	110.546	602.747	0,06	4.639.805
Planejamento E Orcamento	1.445	1.445	0	881	0,00	565	0	0	0,00	1.445
Administracao Geral	783.745	881.151	63.844	465.180	0,02	415.972	74.832	378.505	0,04	502.646
Ordenamento Territorial	5.904	2.904	150	894	0,00	2.010	0	0	0,00	2.904
Formacao De Recursos Humanos	1.050	1.050	118	407	0,00	643	27	192	0,00	858
Comunicacao Social	12.265	12.265	0	6	0,00	12.259	5	5	0,00	12.260
Assistencia Comunitaria	1.184.391	970.817	33.416	268.351	0,01	702.466	359	359	0,00	970.458
Atencao Basica	24.077	25.677	705	21.549	0,00	4.128	2.504	13.584	0,00	12.093
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	56.088	60.783	1.184	53.453	0,00	7.330	5.304	31.344	0,00	29.439
Infra-Estrutura Urbana	2.513.072	2.408.650	217.843	1.234.714	0,06	1.173.936	2.372	7.217	0,00	2.401.434
Servicos Urbanos	30.891	30.891	3	29.110	0,00	1.781	36	9.025	0,00	21.865
Transportes Coletivos Urbanos	827.148	846.758	20.435	535.533	0,03	311.225	25.108	162.516	0,02	684.242
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	160	160	0	0	0,00	160	0	0	0,00	160
HABITACAO	63.031	53.031	2.056	6.284	0,00	46.747	165	1.079	0,00	51.952
Infra-Estrutura Urbana	9.876	9.876	1.982	5.326	0,00	4.550	165	1.065	0,00	8.811
Habitacao Urbana	53.155	43.155	73	959	0,00	42.196	0	14	0,00	43.141
SANEAMENTO	964.255	934.555	7.414	912.558	0,05	21.998	36.871	135.859	0,01	798.696
Saneamento Basico Urbano	964.255	934.555	7.414	912.558	0,05	21.998	36.871	135.859	0,01	798.696
GESTAO AMBIENTAL	5.156.137	4.478.065	71.272	2.497.429	0,13	1.980.636	233.991	1.012.617	0,10	3.465.448
Administracao Geral	1.354.473	1.327.525	39.641	1.085.659	0,05	241.866	121.529	582.452	0,06	745.073
Normatizacao E Fiscalizacao	145.322	136.144	4.191	104.269	0,01	31.875	6.999	34.442	0,00	101.702
Ordenamento Territorial	528	528	4	85	0,00	443	3	78	0,00	450
Formacao De Recursos Humanos	3.508	3.508	269	655	0,00	2.853	98	325	0,00	3.183
Comunicacao Social	89	80	0	0	0,00	80	0	0	0,00	80
Atencao Basica	21.898	21.355	480	18.698	0,00	2.656	1.558	9.557	0,00	11.798
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	42.773	42.617	1.155	36.222	0,00	6.394	3.326	20.142	0,00	22.475
Preservacao E Conservacao Ambiental	484.095	480.826	8.659	126.628	0,01	354.198	12.004	48.095	0,00	432.731
Controle Ambiental	101.393	83.379	2.771	61.869	0,00	21.510	4.050	10.423	0,00	72.956
Recuperacao De Areas Degradadas	37.858	30.430	61	1.389	0,00	29.040	44	1.238	0,00	29.191
Recursos Hidricos	2.959.098	2.346.648	13.896	1.061.390	0,05	1.285.258	84.334	305.601	0,03	2.041.047
Desenvolvimento Cientifico	1.360	1.360	53	137	0,00	1.224	7	54	0,00	1.306
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	1.625	1.549	91	315	0,00	1.234	26	120	0,00	1.429
Irrigacao	445	445	0	113	0,00	333	13	89	0,00	356
Outros Encargos Especiais	1.671	1.671	0	0	0,00	1.671	0	0	0,00	1.671
CIENCIA E TECNOLOGIA	7.413.610	7.119.903	423.082	4.091.926	0,21	3.027.977	466.244	2.149.465	0,21	4.970.437
Planejamento E Orcamento	4.788	4.788	0	0	0,00	4.788	0	0	0,00	4.788
Administracao Geral	2.078.806	2.065.950	50.249	1.930.979	0,10	134.971	180.252	911.668	0,09	1.154.282
Normatizacao E Fiscalizacao	10.329	10.329	548	4.812	0,00	5.517	450	3.426	0,00	6.903
Tecnologia Da Informacao	52.746	33.057	6.870	9.663	0,00	23.394	2.775	3.403	0,00	29.654
Formacao De Recursos Humanos	3.937	3.937	46	3.702	0,00	235	323	1.899	0,00	2.039
Comunicacao Social	4.894	4.894	1.175	2.494	0,00	2.400	732	1.582	0,00	3.313
Cooperacao Internacional	4.158	4.358	7	311	0,00	4.047	3	273	0,00	4.085
Atencao Basica	56.327	56.815	1.662	43.657	0,00	13.158	4.380	19.913	0,00	36.902
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	91.317	91.048	2.522	73.767	0,00	17.280	6.129	36.679	0,00	54.368
Preservacao E Conservacao Ambiental	872	872	0	231	0,00	641	19	115	0,00	757
Controle Ambiental	3.220	4.473	51	1.895	0,00	2.578	652	1.077	0,00	3.396
Recuperacao De Areas Degradadas	200	10.200	0	178	0,00	10.022	63	145	0,00	10.055
Desenvolvimento Cientifico	2.132.749	2.056.232	193.751	1.181.205	0,06	875.028	187.310	806.710	0,08	1.249.522
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	2.276.920	2.131.657	69.320	417.307	0,02	1.714.350	48.963	268.034	0,03	1.863.623
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	27.375	26.241	1.457	2.419	0,00	23.821	561	741	0,00	25.499
Producao Industrial	380.812	360.812	27.439	281.520	0,01	79.292	33.117	91.625	0,01	269.187
Mineracao	29.850	29.850	659	4.303	0,00	25.547	487	2.023	0,00	27.827
Promocao Comercial	249.787	219.865	67.323	132.936	0,01	86.930	0	0	0,00	219.865
Combustiveis Minerais	4.500	4.500	4	521	0,00	3.979	26	142	0,00	4.358
Outros Encargos Especiais	25	25	0	25	0,00	0	2	10	0,00	15
AGRICULTURA	28.085.670	28.583.839	2.942.229	17.676.396	0,90	10.907.443	750.135	3.230.708	0,32	25.353.131
Administracao Geral	5.049.612	5.116.995	139.820	3.973.903	0,20	1.143.092	432.721	2.205.442	0,22	2.911.553
Normatizacao E Fiscalizacao	165.078	164.453	11.192	64.463	0,00	99.990	8.653	44.090	0,00	120.363
Comunicacao Social	9.673	9.658	1.986	6.047	0,00	3.611	2.326	2.441	0,00	7.216
Atencao Basica	120.663	129.363	3.122	99.589	0,01	29.775	10.409	64.815	0,01	64.548
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	245.711	248.411	301	243.254	0,01	5.157	25.153	121.782	0,01	126.629
Preservacao E Conservacao Ambiental	1.200	1.169	8	237	0,00	932	128	209	0,00	960
Meteorologia	26.815	26.815	655	22.697	0,00	4.118	1.929	10.825	0,00	15.990
Desenvolvimento Cientifico	5.179	5.179	0	0	0,00	5.179	0	0	0,00	5.179
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	267.080	265.275	15.786	124.653	0,01	140.623	14.026	49.691	0,00	215.584
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	24.423	22.649	454	2.528	0,00	20.121	544	2.083	0,00	20.566
Abastecimento	10.177.260	10.176.954	-474.796	5.052.039	0,26	5.124.915	179.568	442.895	0,04	9.734.059
Extensao Rural	7.955	6.056	55	93	0,00	5.962	9	39	0,00	6.017
Irrigacao	195.700	127.337	8.177	65.695	0,00	61.643	10.062	22.286	0,00	105.051

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Promocao Da Producao Agropecuaria	11.727.713	12.229.422	3.228.066	8.005.354	0,41	4.224.068	56.709	252.417	0,02	11.977.005
Defesa Agropecuaria	43.972	41.556	6.951	8.726	0,00	32.830	7.082	7.740	0,00	33.816
Normalizacao E Qualidade	7.891	2.804	59	511	0,00	2.293	126	331	0,00	2.473
Promocao Comercial	9.744	9.744	393	6.608	0,00	3.136	690	3.623	0,00	6.120
ORGANIZACAO AGRARIA	2.789.760	2.708.618	542.753	1.477.328	0,07	1.231.290	106.972	513.246	0,05	2.195.371
Administracao Geral	742.366	779.875	-49.691	628.274	0,03	151.602	64.897	345.817	0,03	434.059
Normatizacao E Fiscalizacao	858	1.017	52	494	0,00	523	46	275	0,00	742
Ordenamento Territorial	305.941	180.562	38.655	57.016	0,00	123.545	2.138	11.758	0,00	168.803
Comunicacao Social	1.625	1.288	0	0	0,00	1.288	0	0	0,00	1.288
Assistencia Comunitaria	468.041	468.041	468.041	468.041	0,02	0	15.535	15.535	0,00	452.505
Atencao Basica	20.580	20.580	0	20.345	0,00	235	1.438	8.807	0,00	11.774
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	36.786	36.786	94	36.347	0,00	439	3.016	17.856	0,00	18.930
Ensino Profissional	9.901	7.782	789	2.175	0,00	5.606	161	859	0,00	6.922
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	989	989	46	558	0,00	430	69	366	0,00	623
Abastecimento	55.440	31.931	0	0	0,00	31.931	0	0	0,00	31.931
Extensao Rural	236.040	254.903	25.516	68.941	0,00	185.962	1.608	15.833	0,00	239.070
Reforma Agraria	911.194	924.865	59.251	195.136	0,01	729.729	18.065	96.140	0,01	828.724
INDUSTRIA	2.080.760	2.120.554	179.160	1.396.239	0,07	724.315	176.174	792.592	0,08	1.327.961
Administracao Geral	1.431.320	1.500.639	161.127	977.314	0,05	523.325	122.745	636.399	0,06	864.239
Normatizacao E Fiscalizacao	406.162	400.562	4.803	326.645	0,02	73.917	40.460	98.883	0,01	301.679
Tecnologia Da Informacao	8.572	10.112	1.515	5.331	0,00	4.780	1.283	3.120	0,00	6.992
Ordenamento Territorial	10.079	11.221	429	1.581	0,00	9.640	377	1.282	0,00	9.939
Formacao De Recursos Humanos	1.284	1.284	66	425	0,00	859	40	232	0,00	1.052
Relacoes Diplomaticas	38	38	27	27	0,00	11	27	27	0,00	11
Atencao Basica	29.260	33.242	4.014	20.329	0,00	12.913	2.945	16.451	0,00	16.792
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	61.688	60.658	1.785	30.739	0,00	29.919	3.977	24.139	0,00	36.519
Empregabilidade	3.310	310	0	310	0,00	0	0	0	0,00	310
Recursos Hidricos	3.936	4.644	140	818	0,00	3.826	134	756	0,00	3.888
Desenvolvimento Cientifico	700	700	664	664	0,00	36	390	390	0,00	310
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	2.000	2.000	0	1.351	0,00	650	132	549	0,00	1.452
Promocao Industrial	61.257	31.332	1.673	8.441	0,00	22.891	2.164	3.994	0,00	27.338
Mineracao	27.678	29.683	1.458	6.053	0,00	23.629	984	4.634	0,00	25.049
Propriedade Industrial	3.500	3.500	0	0	0,00	3.500	0	0	0,00	3.500
Normalizacao E Qualidade	19.100	19.850	1.460	6.335	0,00	13.515	518	1.737	0,00	18.113
Promocao Comercial	1.000	903	0	0	0,00	903	0	0	0,00	903
Comercio Exterior	9.877	9.877	0	9.877	0,00	0	0	0	0,00	9.877
COMERCIO E SERVICOS	4.840.012	4.923.151	233.826	3.414.991	0,17	1.508.161	184.992	1.150.982	0,11	3.772.169
Administracao Geral	104.018	107.910	3.531	81.895	0,00	26.015	9.300	45.218	0,00	62.692
Normatizacao E Fiscalizacao	1.800	1.614	244	1.614	0,00	0	83	352	0,00	1.261
Tecnologia Da Informacao	12.000	11.469	0	0	0,00	11.469	0	0	0,00	11.469
Comunicacao Social	43	43	0	0	0,00	43	0	0	0,00	43
Atencao Basica	1.076	1.059	-20	1.056	0,00	4	77	430	0,00	630
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	3.136	3.153	-12	3.043	0,00	110	256	1.492	0,00	1.661
Desenvolvimento Cientifico	1.336	1.086	157	312	0,00	775	157	312	0,00	775
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	5.800	5.532	0	0	0,00	5.532	0	0	0,00	5.532
Promocao Comercial	43.877	39.851	42	17.664	0,00	22.187	733	3.542	0,00	36.309
Comercio Exterior	3.666.090	3.664.348	26.289	2.502.881	0,13	1.161.468	148.350	1.058.127	0,10	2.606.221
Turismo	1.000.818	1.087.067	203.595	806.508	0,04	280.559	26.035	41.504	0,00	1.045.563
Outros Encargos Especiais	18	18	0	18	0,00	0	1	6	0,00	13
COMUNICACOES	1.301.009	1.294.863	15.581	890.144	0,05	404.719	77.023	407.241	0,04	887.622
Administracao Geral	836.714	836.691	4.875	718.137	0,04	118.554	58.855	344.160	0,03	492.531
Normatizacao E Fiscalizacao	41.997	41.997	652	13.441	0,00	28.556	1.056	4.421	0,00	37.576
Tecnologia Da Informacao	33.421	33.421	0	29.975	0,00	3.445	336	1.576	0,00	31.845
Atencao Basica	3.896	4.061	3	3.597	0,00	464	292	1.844	0,00	2.217
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	9.683	9.919	0	9.489	0,00	430	824	4.923	0,00	4.996
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	31.544	31.544	2.161	22.029	0,00	9.514	1.465	7.786	0,00	23.758
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	211.969	206.220	0	11.660	0,00	194.560	7.020	7.020	0,00	199.200
Telecomunicacoes	131.785	131.011	7.890	81.816	0,00	49.194	7.175	35.511	0,00	95.500
ENERGIA	2.103.439	2.088.609	24.377	1.745.637	0,09	342.972	85.494	766.146	0,08	1.322.462
Planejamento E Orcamento	18.107	13.227	511	2.550	0,00	10.677	726	1.351	0,00	11.876
Administracao Geral	701.120	706.988	9.297	629.607	0,03	77.381	58.557	289.659	0,03	417.329
Normatizacao E Fiscalizacao	132.857	131.011	8.294	59.150	0,00	71.862	6.844	23.005	0,00	108.006
Formacao De Recursos Humanos	4.231	4.541	133	1.688	0,00	2.854	312	913	0,00	3.628
Administracao De Concessoes	18.660	13.072	0	4.232	0,00	8.841	490	925	0,00	12.148
Comunicacao Social	2.474	2.282	0	500	0,00	1.782	0	500	0,00	1.782
Atencao Basica	4.702	4.778	95	4.756	0,00	22	382	2.252	0,00	2.526
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	20.688	20.706	111	20.136	0,00	570	1.678	9.839	0,00	10.867
Controle Ambiental	2.813	2.976	0	976	0,00	2.000	0	0	0,00	2.976
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	20.335	20.296	1.140	4.766	0,00	15.530	32	252	0,00	20.044
Normalizacao E Qualidade	4.366	4.111	0	669	0,00	3.442	7	113	0,00	3.998
Energia Eletrica	997.744	989.613	59	963.856	0,05	25.757	3.786	416.916	0,04	572.697
Combustiveis Minerais	152.074	151.739	4.737	29.483	0,00	122.255	12.681	20.422	0,00	131.317
Biocombustiveis	23.269	23.269	0	23.269	0,00	0	0	0	0,00	23.269
TRANSPORTE	16.797.132	16.227.448	589.436	9.561.052	0,48	6.666.396	711.272	3.688.896	0,36	12.538.552
Planejamento E Orcamento	384.656	376.510	23.966	207.637	0,01	168.873	13.198	50.664	0,01	325.846
Administracao Geral	2.190.913	2.214.328	-13.424	1.759.937	0,09	454.391	185.578	895.463	0,09	1.318.865
Normatizacao E Fiscalizacao	183.517	175.683	-3.167	110.816	0,01	64.867	8.765	42.371	0,00	133.312
Tecnologia Da Informacao	111.375	111.375	1.707	104.144	0,01	7.231	8.675	47.672	0,00	63.703
Formacao De Recursos Humanos	27.800	25.598	0	5.168	0,00	20.430	3.511	3.658	0,00	21.940
Administracao De Concessoes	980	980	0	980	0,00	0	122	383	0,00	597
Comunicacao Social	3.000	3.352	352	3.352	0,00	0	150	2.459	0,00	893
Atencao Basica	55.727	53.827	574	47.967	0,00	5.859	3.799	23.316	0,00	30.511
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	74.445	74.006	1.583	57.905	0,00	16.101	6.460	31.135	0,00	42.871
Promocao Industrial	3.783.695	3.783.695	45.081	1.251.395	0,06	2.532.300	45.081	1.251.395	0,12	2.532.300
Transporte Aereo	315.886	306.426	5.752	40.624	0,00	265.801	2.028	7.467	0,00	298.959
Transporte Rodoviario	8.104.531	7.669.275	373.341	5.186.900	0,26	2.482.374	412.956	1.272.010	0,13	6.397.265
Transporte Ferroviario	747.335	738.305	59.345	366.279	0,02	372.026	13.981	36.908	0,00	701.397
Transporte Hidroviario	813.273	694.088	94.326	417.946	0,02	276.143	6.970	23.996	0,00	670.092

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPORTO E LAZER	1.273.679	1.286.875	255.085	693.457	0,04	593.418	24.527	69.430	0,01	1.217.445
Administracao Geral	212.463	202.882	11.873	133.228	0,01	69.654	9.962	46.649	0,00	156.234
Comunicacao Social	7.500	7.448	0	6.341	0,00	1.107	13	13	0,00	7.435
Atencao Basica	1.351	1.351	0	720	0,00	631	86	321	0,00	1.030
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	2.283	2.315	23	1.691	0,00	624	179	995	0,00	1.320
Desporto De Rendimento	309.057	307.141	6.053	35.633	0,00	271.508	687	7.006	0,00	300.135
Desporto Comunitario	741.026	765.739	237.135	515.844	0,03	249.895	13.601	14.447	0,00	751.292
ENCARGOS ESPECIAIS	1.070.989.826	1.084.811.843	200.382.750	962.819.893	48,76	121.991.949	40.139.161	439.691.639	43,44	645.120.203
Refinanciamento Da Divida Interna	114.844.634	4.500.000	0	0	0,00	4.500.000	0	0	0,00	4.500.000
Servico Da Divida Interna	526.718.922	634.072.348	192.445.183	579.118.267	29,33	54.954.081	14.568.885	192.128.655	18,98	441.943.693
Servico Da Divida Externa	19.157.333	19.157.333	191.624	4.898.706	0,25	14.258.627	194.647	3.912.477	0,39	15.244.856
Outras Transferencias	202.503.404	206.851.476	2.449.645	192.436.852	9,75	14.414.625	16.868.288	99.874.062	9,87	106.977.415
Outros Encargos Especiais	157.453.909	169.913.384	5.296.298	136.991.288	6,94	32.922.096	4.058.383	118.887.509	11,75	51.025.875
Transferencias Para A Educacao Basica	50.311.625	50.317.302	0	49.374.781	2,50	942.520	4.448.958	24.888.936	2,46	25.428.366
RESERVA DE CONTINGENCIA	31.170.214	24.422.243	0	0	0,00	24.422.243	0	0	0,00	24.422.243
Reserva De Contingencia	31.170.214	24.422.243	0	0	0,00	24.422.243	0	0	0,00	24.422.243
TOTAL (Despesas Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	2.420.301.642	2.425.666.608	230.153.736	1.974.705.755	100,00	450.960.853	144.641.487	1.012.072.896	100,00	1.413.593.712
TOTAL (Despesas Intra-Orçamentárias) (II)	42.661.719	42.441.739	1.334.586	35.117.852	1,78	7.323.887	3.071.563	18.201.123	1,80	24.240.615
TOTAL (III) = (I + II)	2.462.963.361	2.468.108.346	231.488.322	2.009.823.607	100,00	458.284.740	147.713.049	1.030.274.019	100,00	1.437.834.327

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF (2/2)

Notas:

a) Excetuados os valores do refinanciamento da Dívida Pública da União.

b) Eventual ocorrência de despesa realizada maior que a dotação da respectiva subfunção decorre de variação cambial.

c) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/17 ATÉ JUNHO/18

RREO - Anexo 3 (LRF, art. 53, inciso I) R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES	PREVISÃO ATUALIZADA EXERCÍCIO[2]
	JUL/17	AGO/17	SET/17	OUT/17	NOV/17	DEZ/17	JAN/18	FEV/18	MAR/18	ABR/18	MAI/18	JUN/18		
RECEITA CORRENTE (I)	118.780.449	110.517.422	106.465.524	122.574.703	128.413.045	121.291.589	168.880.340	107.917.946	110.569.634	138.203.143	121.518.719	109.891.188	1.465.023.703	1.513.302.790
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	37.600.956	31.787.808	31.909.544	41.175.257	34.291.108	44.724.804	62.200.047	35.502.890	38.568.830	52.175.319	39.595.331	36.824.597	486.356.491	491.075.630
Receita de Contribuições	61.062.515	62.175.650	63.634.563	66.160.497	96.723.564	81.462.825	82.322.670	63.346.992	62.755.934	67.881.296	67.432.986	62.880.882	837.840.374	843.378.330
Receita Patrimonial	10.012.916	4.515.324	4.066.358	7.945.676	17.559.847	17.401.672	11.933.547	4.097.482	4.385.212	10.685.534	9.004.179	5.135.019	106.742.766	89.318.622
Receita Agropecuária	1.284	1.472	1.414	736	2.906	1.362	1.443	1.233	1.383	1.537	1.584	1.174	17.527	23.453
Receita Industrial	102.908	86.384	59.367	54.192	60.879	56.110	72.098	66.975	66.844	98.766	109.651	82.191	916.364	955.685
Receita de Serviços	7.751.559	1.940.403	1.879.724	2.319.578	2.089.815	2.177.585	8.553.799	2.499.328	2.419.328	2.903.149	3.266.709	2.541.538	40.342.515	40.633.068
Transferências Correntes	85.198	99.801	205.601	101.957	123.080	201.980	81.490	103.219	232.238	98.167	76.804	60.962	1.470.498	1.092.821
Receitas Correntes a Classificar[1]	-476.413	2.135.138	3.112.345	1.698.954	-28.289.786	-16.077.587	2	-2	41	43	-39	0	-37.897.305	0
Outras Receitas Correntes	2.639.527	7.775.442	1.596.610	3.117.857	5.851.632	-8.657.163	3.715.242	2.299.830	2.139.824	4.359.331	2.031.515	2.364.825	29.234.473	46.825.181
DEDUÇÕES (II)	54.142.326	54.224.996	49.695.391	53.610.454	61.390.433	89.894.717	52.703.562	63.838.272	54.616.768	55.608.791	62.409.540	56.765.694	708.900.945	735.639.295
Transf. Constitucionais e Legais	19.845.986	18.727.487	14.182.337	17.931.111	18.589.431	37.053.521	14.664.002	28.224.196	19.667.917	19.122.751	25.848.220	21.042.695	254.899.653	258.235.365
Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social	28.569.132	29.328.642	29.167.171	29.283.619	30.021.518	46.008.383	30.335.590	29.136.692	28.641.393	29.643.405	29.625.967	29.262.816	369.024.330	392.884.403
Contrib. Plano Seg. Social do Servidor	1.051.854	1.048.170	1.044.266	1.057.030	1.960.904	1.230.400	1.022.159	1.056.122	1.043.964	1.133.492	1.058.344	1.074.331	13.781.037	15.932.600
Compensação Financeira RGPS/RPPS	1.491	1.336	1.061	1.106	1.096	1.854	3.345	1.795	7.620	2.665	2.181	2.225	27.775	0
Contr. p/ Custeio Pensões Militares	281.498	279.775	281.249	280.283	275.490	344.458	232.472	299.531	298.108	300.967	301.216	301.695	3.476.742	3.316.604
Contribuição p/ PIS/PASEP	4.392.364	4.839.587	5.019.307	5.057.306	10.541.993	5.256.101	6.445.994	5.119.937	4.957.766	5.405.511	5.573.612	5.081.932	67.691.409	65.270.323
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	64.638.124	56.292.426	56.770.133	68.964.249	67.022.612	31.396.872	116.176.778	44.079.674	55.952.866	82.594.353	59.109.179	53.125.494	756.122.758	777.663.495

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Nota: Os valores deste anexo levam em consideração apenas os constantes da Categoria Econômica da Receita 1, excluindo, consequentemente, os movimentos intra-orçamentários e de capital, conforme o disposto no §3º da LRF.

[1] A ocorrência de valores negativos no mês refere-se à classificação de receitas de meses anteriores, superiores às receitas a classificar do mês.

[2] A previsão da receita é a constante na Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018 - Lei Orçamentária Anual, para o exercício de 2018.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2018

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Mês/2018	Até o Mês/2017
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS[1] (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	395.370.764	395.370.764	177.940.986	171.380.718
RECEITAS CORRENTES	395.348.985	395.348.985	177.922.579	171.368.761

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Receitas de Contribuições	391.515.864	391.515.864	176.138.301	168.324.428
Dos empregadores, trabalhadores e demais segurados	391.266.049	391.266.049	176.013.547	168.207.850
Outras Contribuições	249.814	249.814	124.754	116.578
Outras Receitas Correntes	3.833.121	3.833.121	1.784.278	3.044.334
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	2.109.492	2.109.492	1.584.926	1.305.122
Demais Receitas Correntes	1.723.629	1.723.629	199.352	1.739.212
RECEITAS DE CAPITAL	21.780	21.780	18.407	11.957
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	21.780	21.780	18.407	11.957
Outras Receitas de Capital	0	0	0	0
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	11.546.914	11.546.914	7.806.260	8.346.071
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RGPS (III) = (I + II)	406.917.679	406.917.679	**185.747.246**	**179.726.789**

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	
			Até Mês/2018	Até Mês/2017	Até Mês/2018	Até Mês/2017	Até Mês/2018	Até Mês/2017
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	596.268.400	592.372.706	485.782.419	555.657.396	275.266.634	262.814.790		
Benefícios Previdenciários do Governo Federal	473.726.439	473.726.439	473.721.224	544.749.871	264.855.263	253.648.827		
Aposentadorias	323.747.000	323.747.000	323.746.973	338.052.007	182.893.274	173.078.956		
Pensões	113.918.346	113.918.346	113.918.346	159.643.936	63.426.369	60.872.701		
Outros Benefícios	36.061.093	36.061.093	36.055.905	47.053.928	18.535.620	19.697.170		
Outras Despesas	12.278.622	12.278.622	12.061.195	10.907.525	10.411.370	9.165.962		
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	3.000.732	3.000.732	3.000.732	2.781.449	1.362.885	1.049.169		
Demais Despesas	9.277.891	9.277.891	9.060.463	8.126.077	9.048.486	8.116.794		
A detalhar	110.263.339	106.367.645	0	0	0	0		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0	0	0	0	0	0		
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RGPS (VI) = (IV + V)	596.268.400	592.372.706	485.782.419	555.657.396	**275.266.634**	**262.814.790**		
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	-189.350.721	-185.455.027	-300.035.173	-375.930.607	**-89.519.388**	**-83.088.000**		

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Continua (1/4)

GOVERNO FEDERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO DE 2018

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) R$ milhares

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS CIVIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Mês/2018	Até o Mês/2017
Receita de Contribuições	40.684.053	40.684.053	15.539.976	15.296.808
Segurados	15.783.971	15.783.971	6.351.243	6.291.393
Ativos	11.979.267	11.979.267	4.655.352	4.653.834
Inativos	3.092.023	3.092.023	1.354.651	1.299.425
Pensionistas	712.681	712.681	341.239	338.135
Patronal	24.900.082	24.900.082	9.188.733	9.005.415
Ativos	24.900.082	24.900.082	9.188.733	9.005.415
Inativos e Pensionistas	0	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (I)	40.684.053	40.684.053	**15.539.976**	**15.296.808**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS CIVIS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017
Benefícios	75.963.012	79.715.496	58.478.382	57.999.115	39.621.669	38.451.720		
A detalhar	10.430.737	14.183.221	0	0	0	0		
Aposentadorias	46.143.014	46.143.014	41.047.013	40.683.960	28.164.332	26.661.875		
Pensões	18.254.653	18.254.653	16.382.236	16.021.640	10.748.424	10.909.617		
Outras Despesas Previdenciárias	1.134.608	1.134.608	1.049.132	1.293.515	708.912	880.228		
Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas	162.259	162.259	153.028	162.481	66.118	68.421		
Demais Despesas Previdenciárias	972.349	972.349	896.104	1.131.034	642.795	811.807		
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS CIVIS (II)	75.963.012	79.715.496	58.478.382	57.999.115	**39.621.669**	**38.451.720**		
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - CIVIS (III) = (I - II)	-35.278.959	-39.031.443	-42.938.406	-42.702.307	**-24.081.693**	**-23.154.913**		

(2/4)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

GOVERNO FEDERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO DE 2018

R$ milhares

RECEITAS E DESPESAS DE PENSÕES E APOSENTADORIA ASSOCIADAS AOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS E SEUS DEPENDENTES

RECEITAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES MILITARES	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Mês/2018	Até o Mês/2017
Receitas de Contribuições Associadas às Pensões	2.153.660	2.153.660	1.129.665	1.036.886
Segurados	2.153.660	2.153.660	1.129.665	1.036.886
TOTAL DAS RECEITAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES MILITARES (IV)	2.153.660	2.153.660	**1.129.665**	**1.036.886**

DESPESAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES MILITARES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017
Benefícios	20.941.850	21.269.713	19.018.589	17.269.746	10.645.341	9.518.080	-	-
A detalhar	95.157	423.020	0	0	0	0	-	-
Pensões	20.712.833	20.712.833	18.929.848	17.232.095	10.560.220	9.482.003	-	-
Outros Despesas	133.860	133.860	88.741	37.651	85.121	36.077	-	-
DESPESAS COM PENSÕES MILITARES (V)	20.941.850	21.269.713	19.018.589	17.269.746	**10.645.341**	**9.518.080**	-	-
RESULTADO PENSÕES MILITARES (VI) = (IV - V)	-18.788.190	-19.116.053	-17.888.924	-16.232.860	**-9.515.676**	**-8.481.193**	-	-

RECEITAS VINCULADAS AOS MILITARES INATIVOS DAS FORÇAS ARMADAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Mês/2018	Até o Mês/2017
Receitas	0	0	0	0

DESPESAS VINCULADAS AOS MILITARES INATIVOS DAS FORÇAS ARMADAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017
Inativos	23.532.741	24.503.474	21.033.687	18.854.085	12.285.963	10.903.773	-	-
A detalhar	-665.278	305.455	0	0	0	0	-	-
Reforma e Reserva	24.039.786	24.039.786	20.885.937	18.833.407	12.147.618	10.884.591	-	-
Outras Despesas de Inativos	158.233	158.233	147.749	20.679	138.345	19.182	-	-
DESPESAS COM REFORMADOS E INATIVOS MILITARES (VII)	23.532.741	24.503.474	21.033.687	18.854.085	**12.285.963**	**10.903.773**	-	-
RESULTADO TOTAL - MILITARES (VIII) = (VI - VII)	-42.320.931	-43.619.528	-38.922.611	-35.086.945	**-21.801.639**	**-19.384.967**	-	-

(3/4)

continuação

GOVERNO FEDERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO DE 2018

R$ milhares

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS DO FCDF	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Mês/2018	Até o Mês/2017
Receita de Contribuições	495.963	495.963	168.432	185.933
Segurados	316.592	316.592	121.915	128.536
Ativos	109.830	109.830	23.249	28.639
Inativos	38.799	38.799	14.537	16.776
Pensionistas	167.963	167.963	84.128	83.121
Patronal	179.371	179.371	46.517	57.397
Ativos	179.371	179.371	46.517	57.397
Inativos e Pensionistas	0	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS DO FCDF (IX)	495.963	495.963	**168.432**	**185.933**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO FCDF	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017
Benefícios	3.703.456	4.057.456	2.662.523	2.803.365	2.486.824	2.659.756	-	-
A detalhar	1.040.933	1.394.933	0	0	0	0	-	-
Aposentadorias	2.228.377	2.228.377	2.228.377	2.273.102	2.053.196	2.129.551	-	-
Pensões	280.726	280.726	280.726	330.139	280.279	330.082	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	153.420	153.420	153.420	200.124	153.349	200.124	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS CIVIS (X)	3.703.456	4.057.456	2.662.523	2.803.365	**2.486.824**	**2.659.756**	**-**	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - CIVIS (XI) = (IX - X)	-3.207.492	-3.561.492	-2.494.091	-2.617.432	**-2.318.392**	**-2.473.823**	-	-

Fonte: SIAFI/STN/CCONT/GEINF

Notas: (4/4)

1) Os valores das receitas são líquidos de desvinculações (DRU). Desse modo, os resultados dos regimes já estão excluindo as receitas desvinculadas, em atendimento ao Acórdão nº 2.059/2012, aprovado pelo Plenário do TCU. Nesse sentido, os valores desvinculados até o mês somaram R$ 563.474 mil, incidentes sobre as receitas do FCDF e pensões militares.

2) O demonstrativo foi apurado de acordo com nova metodologia. Portanto, os valores relativos ao exercício de 2017 podem divergir dos divulgados na publicação original.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RENÚNCIA DE RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - PROJEÇÃO 2018

R$ milhões

Renúncia / Mês	Desoneração da Folha	Simples Nacional	Filantrópicas	Exportação Rural	MEI	Olimpíadas	Dona de Casa
JAN	1.065	1.976	821	338	135	0	19
FEV	1.253	1.972	802	409	135	0	20
MAR	1.071	2.011	825	552	167	0	20
ABR	1.036	2.038	833	590	156	0	20
MAI	1.179	2.067	862	576	157	0	20
JUN	1.025	2.079	864	572	152	0	20
JUL	714	2.116	890	578	155	0	20
AGO	943	2.137	872	531	154	0	20
SET	952	2.156	884	507	152	0	20
OUT	971	2.191	888	505	153	0	20
NOV	946	2.204	893	392	159	0	20
DEZ	2.673	3.491	1.633	445	161	0	20
TOTAL	**13.828**	**26.437**	**11.069**	**5.996**	**1.838**	**0**	**237**

Fonte: DGT Bases Efetivas 2014, série 2012 a 2017; DGT PLOA 2018; Estimativas Oficiais Desoneração da Folha de Pagamento.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2018

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ milhares

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até Junho/2018
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	**1.448.453.189**	**729.572.738**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	491.075.630	264.867.015
Contribuições	843.378.330	406.620.760
Receita Patrimonial	74.241.280	35.684.252
Outras Receitas Patrimoniais	74.241.280	35.684.252
Transferências Correntes	1.092.821	652.880
Demais Receitas Correntes	38.665.127	21.747.831
Receitas Correntes Primárias	38.665.127	21.747.831
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (II)	**21.827.455**	**4.492.578**
Alienação de Bens	3.079.035	4.481.325
Outras Alienações de Bens	3.079.035	4.481.325
Transferências de Capital	181.548	11.253
Convênios	0	0
Outras Transferências de Capital	181.548	11.253
Outras Receitas de Capital	18.566.872	0
Outras Receitas de Capital Primárias	18.566.872	0
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (III) = (I+II)	**1.470.280.644**	**734.065.317**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV)	1.548.308.998	1.234.056.641	707.440.137	682.924.802	21.122.725	30.285.440	29.764.351
Pessoal e Encargos Sociais	300.728.831	231.364.038	144.842.544	143.472.502	588.919	315.585	299.030
Outras Despesas Correntes	1.247.580.167	1.002.692.604	562.597.593	539.452.300	20.533.807	29.969.855	29.465.320
Transferências Constitucionais e Legais	258.235.365	247.348.594	128.569.780	128.569.780	0	7.768.711	7.768.711
Demais Despesas Correntes	989.344.802	755.344.010	434.027.813	410.882.520	20.533.807	22.201.144	21.696.610
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (V)	63.476.888	26.528.816	8.375.742	8.209.326	959.851	12.802.660	11.782.582
Investimentos	42.680.445	22.012.890	4.089.897	3.929.925	736.333	12.251.813	11.272.723
Inversões Financeiras	20.796.443	4.515.926	4.285.845	4.279.402	223.518	550.846	509.859
Inversões Financeiras Primárias	20.796.443	4.515.926	4.285.845	4.279.402	223.518	550.846	509.859
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (VI)	19.323.993	0	0	0	0	0	0
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (IV+V+VI)	1.631.109.879	1.260.585.457	715.815.879	691.134.128	22.082.576	43.088.100	41.546.933

RESULTADO PRIMÁRIO (Até o mês) - Acima da Linha (VIII) = IIIa - (VIIa +VIIb + VIIc)	**-20.698.320**

JUROS NOMINAIS	Até Junho/2018 VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (IX)	232.274.322
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (X)	383.963.555

RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XI) = VIII + (IX - X)	**-172.387.552**

(1/2)

continuação

GOVERNO FEDERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO DE 2018

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Dezembro/2017 (a)	Até Junho/2018 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XII)	5.377.513.925	5.453.095.943
DEDUÇÕES (XIII)	2.332.078.740	2.450.668.643
Disponibilidade de Caixa	1.016.906.848	1.064.053.095
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.043.663.743	1.098.129.711
(-) Restos a Pagar Processados (XIV)	26.756.895	34.076.616
Demais Haveres Financeiros	1.315.171.892	1.386.615.548
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XV) = (XII - XIII)	3.045.435.184	3.002.427.301
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XVI) = (XVa - XVb)	**43.007.884**	

AJUSTE METODOLÓGICO	Até Junho/2018
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XVII) = (XIVb - XIVa)	**7.319.721**
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES	**3.500.805**
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XVIII)	**-942.402**
OUTROS AJUSTES (XIX)	**-221.772.755**
(+) Variações Patrimoniais Diminutivas	22.708.453
(-) Variações Patrimoniais Aumentativas	214.629.639
(+) Demais ajustes	-30.898.784
(+) Discrepância	1.047.214
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XX) = (XVII+IX + XVIII+XIX)	**-175.888.358**

RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXI) = XX - (IX-X)	**-24.199.125**

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

(2/2)

NOTA: Este relatório foi elaborado com nova metodologia contábil, em consonância com o Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, a partir de dados exclusivamente extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira. Assim, alguns valores referentes ao resultado primário diferem do publicado no Boletim Resultado do Tesouro Nacional, cuja conciliação será explicada nessa publicação.

*Publicação no formato determinado pelo Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DETALHAMENTO DO AJUSTE METODOLÓGICO DO ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Até Junho/2018
OUTROS AJUSTES (XIX)	**-221.772.755**
Variações Patrimoniais Diminutivas	22.708.453
(+) Variações Cambiais da Dívida Contratual	6.467.385
(+) Variações Cambiais da Dívida Mobiliária	23.303.900
(+) Resultado Negativo Bacen	0
(+) Constituição de Ajuste para Perdas	740.273
(+) Reversão de Provisões de Subvenções Econômicas	-7.803.105
(+) Outras Variações Cambiais	0
Variações Patrimoniais Aumentativas	214.629.639
(-) Outras Variações Cambiais	11.103.191
(-) Resultado Positivo Bacen	165.859.617
(-) Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	126.222
(-) Reversão de Provisões e de Ajustes para Perdas	37.540.609
Demais ajustes	-30.898.784
Ajustes nos itens da Dívida Consolidada Líquida	-50.826.439
(+) Variação de Precatórios	2.991.588
(-) Variação em Arrecadação a Recolher	0
(-) Variação de Aplicação em Fundos Diversos Junto ao Setor Privado	65.410.732
(+) Juros e Encargos Ativos dos Fundos (-) Juros e Encargos Passivos de Fundos	11.592.706
Outros	19.927.655
(-) Variação em fontes a classificar e extra-orçamentária nas disponibilidades	-19.927.655
(+) Variação em Ativos não integrantes da DCL	0
(-) Passivos não integrantes da DCL	0
Discrepância	1.047.214

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2018

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ milhares

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO-PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar (b)	Saldo Total (a + b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2017				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2017					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	3.803.080	22.976.284	22.179.676	345.057	4.254.631	49.136.530	77.087.718	45.045.736	43.207.979	8.085.429	74.930.840	79.185.471
EXECUTIVO	3.750.660	22.936.327	22.145.725	344.094	4.197.169	48.641.248	75.489.718	44.108.147	42.285.549	7.880.696	73.964.721	78.161.890
Presidência da República	45.693	81.663	47.106	4.135	76.115	1.391.422	1.448.107	695.167	633.891	91.289	2.114.349	2.190.464
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	3.883	4.169	3.122	25	4.905	104.164	850.048	334.654	329.016	40.918	584.278	589.183
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	121.167	232.226	199.451	4.744	149.197	361.600	3.229.431	846.989	787.184	35.772	2.768.075	2.917.272
Ministério da Ciência e Tecnologia	526.577	148.370	67.198	36.423	571.326	918.655	997.630	582.429	522.854	104.606	1.288.825	1.860.151
Ministério da Fazenda	6.943	398.214	394.125	441	10.591	885.368	17.041.997	13.514.550	13.506.071	1.410.252	3.011.042	3.021.633
Ministério da Educação	293.954	517.108	494.715	19.177	297.170	11.564.155	11.437.383	6.623.851	6.256.398	1.324.470	15.420.670	15.717.840
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	7.608	-5.939	229	5	1.435	266.114	1.997	46.872	46.564	14.807	206.740	208.175
Ministério da Justiça	116.797	29.280	37.274	2.477	106.327	1.052.978	1.254.030	508.244	478.712	147.075	1.681.220	1.787.547
Ministério de Minas e Energia	1.051	22.260	21.739	214	1.359	751.376	847.925	107.878	107.137	1.251.521	240.643	242.002
Ministério das Relações Exteriores	2.311	3.644	3.463	388	2.104	36.425	94.782	77.377	77.367	4.071	49.768	51.872
Ministério da Saúde	383.368	397.885	388.625	54.632	337.994	6.364.655	13.588.894	8.846.334	8.668.235	1.141.636	10.143.679	10.481.673
Ministério da Transparência, Fiscalização e CGU	577	358	240	48	646	5.099	18.729	12.010	9.811	3.728	10.289	10.935
Ministério dos Transportes	107.935	90.966	87.228	709	110.964	4.071.140	4.208.522	2.666.330	2.641.190	166.308	5.472.164	5.583.128
Ministério do Trabalho e Previdência Social	2.817	639.262	639.181	25	2.873	322.428	1.602.915	1.232.699	1.227.004	10.273	688.066	690.939
Ministério da Cultura	268.284	8.983	16.446	1.662	259.159	514.134	871.493	500.297	491.886	33.060	860.680	1.119.839
Ministério do Meio Ambiente	34.472	5.845	2.818	712	36.787	365.101	289.094	127.524	126.277	20.886	507.032	543.819
Ministério do Esporte	306.037	5.215	17.111	76.547	217.595	1.403.849	948.104	246.035	243.625	160.181	1.948.147	2.165.742
Ministério da Defesa	39.493	641.375	570.068	4.887	105.914	1.255.303	5.576.151	3.544.635	3.154.979	144.974	3.531.502	3.637.415
Ministério da Integração Nacional	955.066	602.294	137.116	58.576	1.361.667	4.760.040	6.774.294	1.999.496	1.411.498	1.390.859	8.731.978	10.093.645

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Turismo	330.592	49.910	45.322	67.037	268.143	2.155.198	673.497	215.133	203.502	47.991	2.577.202	2.845.345
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	84.200	18.936.575	18.934.155	3.229	83.391	795.547	768.636	436.126	435.460	22.749	1.105.974	1.189.365
Ministério das Cidades	111.614	122.876	35.572	7.967	190.951	9.223.490	2.758.461	831.338	816.372	299.605	10.865.974	11.056.925
Advocacia-Geral da União	203	3.664	3.331	0	536	11.977	114.238	54.089	52.879	1.562	71.775	72.310
Ministério dos Direitos Humanos	17	125	90	32	21	61.030	93.360	58.089	57.639	12.102	84.649	84.670
LEGISLATIVO	11.473	3.189,679	1.036	403	13.224	42.561	156.693	106.649	104.178	7.685	87.392	100.616
Câmara dos Deputados	5.143	865	518	0	5.490	8.021	73.089	54.832	52.726	3.937	24.447	29.937
Senado Federal	6.168	2.279	512	403	7.533	27.398	61.192	37.064	36.747	1.206	50.637	58.170
Tribunal de Contas da União	162	46	6	0	201	7.143	22.412	14.752	14.705	2.542	12.307	12.509
JUDICIÁRIO	39.833	34.158	30.594	494	42.903	342.971	1.265.847	706.977	694.347	168.117	746.353	789.256
Supremo Tribunal Federal	0	47	47	0	0	629	21.207	13.952	13.952	2.301	5.583	5.583
Superior Tribunal de Justiça	2.720	2.343	2.360	0	2.703	18.366	42.980	29.279	28.967	1.873	30.507	33.210
Justiça Federal	4.123	15.111	13.575	3	5.656	79.962	312.311	216.644	209.289	52.421	130.563	136.219
Justiça Militar	132	121	80	6	166	810	31.314	10.476	10.471	457	21.196	21.362
Justiça Eleitoral	5.095	7.873	6.933	118	5.918	79.434	179.838	96.597	93.194	6.065	160.014	165.932
Justiça do Trabalho	27.297	5.121	4.217	311	27.891	125.240	645.536	310.501	309.473	101.041	360.262	388.154
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	453	3.492	3.356	57	532	35.870	18.683	22.332	21.884	1.573	31.096	31.628
Conselho Nacional de Justiça	14	50	28	0	36	2.659	13.977	7.196	7.117	2.387	7.132	7.168
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	1.114	2.573	2.322	66	1.298	101.575	127.466	100.730	100.673	18.041	110.327	111.625
Ministério Público da União	1.114	2.436	2.185	66	1.298	100.849	126.395	100.467	100.410	18.029	108.805	110.103
Conselho Nacional do Ministério Público	0	136	136	0	0	726	1.071	263	263	12	1.523	1.523
DEFENSORIA PÚBLICA	0	37	0	0	37	8.175	47.994	23.233	23.233	10.889	22.047	22.084
Defensoria Pública da União	0	37	0	0	37	8.175	47.994	23.233	23.233	10.889	22.047	22.084
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.994	36.295	35.911	114	3.264	973.128	1.292.813	1.100.214	1.082.251	53.714	1.129.976	1.133.240
TOTAL (I + II)	3.806.073	23.012.580	22.215.587	345.171	4.257.895	50.109.658	78.380.531	46.145.950	44.290.230	8.139.143	76.060.816	80.318.711

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Continua (1/2)

Continuação

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2018

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ milhares

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS						Saldo Total (a + b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2017				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2017					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	2.994	36.295	35.911	114	3.264	973.128	1.292.813	1.100.214	1.082.251	53.714	1.129.976	1.133.240
EXECUTIVO	1.461	35.811	35.427	114	1.731	947.105	1.252.375	1.095.182	1.077.300	37.960	1.084.220	1.085.951
Presidência da República	6	5.910	5.864	0	51	12.345	36.227	19.494	19.460	3.050	26.063	26.114
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	0	353	353	0	0	1.712	20.991	16.403	16.403	3.095	3.206	3.206
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	4	157	157	0	4	1.801	11.437	9.592	9.587	296	3.355	3.359
Ministério da Ciência e Tecnologia	6	0	0	0	6	3.447	1.822	1.369	1.369	802	3.098	3.104
Ministério da Fazenda	0	13.814	13.814	0	0	1.762	892.877	891.120	891.120	1.581	1.938	1.938
Ministério da Educação	1.241	7.471	7.363	30	1.319	767.679	138.209	96.839	96.231	7.086	802.572	803.891
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	0	0	0	0	0	2.732	-192	433	433	655	1.453	1.453
Ministério da Justiça	4	27	24	2	5	8.946	32.092	3.862	3.862	1.195	35.981	35.986
Ministério de Minas e Energia	1	6.487	6.478	7	3	11.476	9.568	4.971	4.971	10.954	5.119	5.122
Ministério das Relações Exteriores	0	132	0	0	132	31.480	2.393	5.144	5.144	0	28.729	28.861
Ministério da Saúde	5	370	362	6	7	77.872	18.273	2.269	2.268	241	93.636	93.643
Ministério da Transparência, Fiscalização e CGU	0	0	0	0	0	2.882	161	67	67	2.833	143	143
Ministério dos Transportes	3	140	140	0	3	2.741	3.840	1.556	1.556	225	4.800	4.802
Ministério do Trabalho e Previdência Social	0	0	0	0	0	2.006	798	1.014	1.014	1.494	295	295
Ministério da Cultura	1	1	1	0	1	4.402	1.301	490	354	97	5.252	5.253
Ministério do Meio Ambiente	173	3	3	0	173	344	2.404	1.970	1.970	87	691	864
Ministério do Desenvolvimento Agrário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ministério do Esporte	2	1	0	1	2	717	524	35	35	0	1.205	1.208
Ministério da Defesa	11	747	730	8	20	5.993	62.734	32.874	15.794	3.536	49.397	49.416
Ministério da Integração Nacional	2	135	135	0	2	1.925	2.560	1.549	1.533	402	2.550	2.552
Ministério do Turismo	0	0	0	0	0	0	172	65	65	97	10	10
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	0	2	2	0	0	4.079	4.222	3.296	3.296	100	4.906	4.906

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério das Cidades	1	62	0	60	2	134	426	239	239	89	231	234
Advocacia-Geral da União	0	0	0	0	0	576	9.060	251	251	0	9.386	9.386
Ministério dos Direitos Humanos	0	0	0	0	0	56	476	281	281	45	206	206
LEGISLATIVO	0	0	0	0	0	2.376	590	260	260	11	2.696	2.696
Câmara dos Deputados	0	0	0	0	0	185	131	34	34	0	282	282
Senado Federal	0	0	0	0	0	103	95	58	58	10	130	130
Tribunal de Contas da União	0	0	0	0	0	2.088	364	167	167	1	2.284	2.284
JUDICIÁRIO	1.533	485	484	1	1.533	14.343	35.708	4.212	4.131	13.380	32.540	34.073
Supremo Tribunal Federal	0	0	0	0	0	265	156	53	53	14	353	353
Superior Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	6	82	8	8	4	76	76
Justiça Federal	0	426	425	1	0	1.590	2.724	2.065	2.065	1.321	928	928
Justiça Militar	0	4	4	0	0	12	4.081	74	74	0	4.019	4.019
Justiça Eleitoral	50	4	4	0	50	877	967	400	400	50	1.394	1.444
Justiça do Trabalho	1.484	1	1	0	1.484	11.536	26.698	1.484	1.484	11.157	25.593	27.077
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	0	51	51	0	0	3	178	121	40	3	137	137
Conselho Nacional de Justiça	0	0	0	0	0	53	822	8	8	829	38	38
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	0	0	0	0	0	9.303	1.793	523	523	101	10.472	10.472
Ministério Público da União	0	0	0	0	0	9.297	1.776	520	520	101	10.451	10.451
Conselho Nacional do Ministério Público	0	0	0	0	0	7	17	2	2	0	21	21
DEFENSORIA PÚBLICA	0	0	0	0	0	0	2.347	37	37	2.263	47	47
Defensoria Pública da União	0	0	0	0	0	0	2.347	37	37	2.263	47	47
TOTAL	2.994	36.295	35.911	114	3.264	973.071	1.292.337	1.099.933	1.081.970	53.670	1.129.769	1.133.034

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

(2/2)

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2018

RREO - Anexo 8 (Lei nº 9.394/96, art. 72) R$ milhares

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

VALOR A SER GASTO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	18% da RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS DO ANO CORRENTE (REGRA ANTIGA)	18% DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ATÉ O MÊS DO ANO ANTERIOR CORRIGIDO PELO IPCA (conforme a EC nº 95/2016) (REGRA NOVA)	DESPESAS EXECUTADAS ATÉ O MÊS COM MDE [9(c) - 13]	EXECUÇÃO EM RELAÇÃO AO LIMITE MÍNIMO (no final do ano, deve ser maior que 100%)
1 - CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO DE DESPESAS COM EDUCAÇÃO	28.243.673	26.687.171	29.025.020	108,76%

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (d)
			Até o Mês (b)	(b/a)x100 %	Até o Mês (c)	(c/a)x100 %	
2 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB (LIMITADO A 30% DO VALOR TOTAL)	4.216.293	4.215.766	3.788.657	89,87	2.372.799	56,28	-
3 - EDUCAÇÃO INFANTIL	0	0	0	0,00	0	0,00	-
4 - EDUCAÇÃO BÁSICA	779.365	722.739	492.597	68,16	270.171	37,38	-
5 - ENSINO MÉDIO	0	0	0	0,00	0	0,00	-
6 - ENSINO SUPERIOR	27.654.607	28.013.082	22.251.108	79,43	12.781.279	45,63	-
7 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	10.227.484	10.730.700	8.136.190	75,82	4.724.005	44,02	-
8 - OUTRAS	21.216.880	22.709.808	16.994.755	74,83	8.876.766	39,09	-
9 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (2 + 3 + 4 + 5 + 6 + 7 + 8)	64.094.630	66.392.096	51.663.307	77,82	29.025.020	43,72	-

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
10 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0
11 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (23l)[1]	284.375
12 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DOS RECURSOS DE IMPOSTOS	0
13 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (10 + 11 + 12)[2]	0

CÁLCULO DO LIMITE COM A COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB

COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	NO MÊS				ATÉ O MÊS	
	MAIO		JUNHO			
	Valor (e)	100x(e)/(16g) %[3]	Valor (f)	100x(f)/(16g) %[3]	Valor (g)	100x(g)/(16g) %[4]
14 - PROGRAMAS PARA MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA (ATÉ 10% DO VALOR ANUAL)	0	-	0	0,00	-	0,00
15 - OUTROS	963.928	12,19	963.928	12,19	7.909.331	100,00
16 - TOTAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO EM 2018 (14 + 15)	963.928	12,19	963.928	12,19	7.909.331	100,00

(1/2)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2018

LIMITE DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	LIMITE ANUAL (30% da Dotação do FUNDEB)	ATÉ O MÊS	
		Valor (h)	100x(h)/(17) %
17 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PROVENIENTE DA RECEITA DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO (ATÉ 30% DE R$ 14.054.309 mil)	4.216.293	2.372.799	56,28

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM AS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (i)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o mês (j)	(j/i)x100 %	Até o Mês (k)	(k/i)x100 %	
18 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	6.096.961	6.096.961	2.409.139	39,51	1.057.494	17,34	
18.1 - Educação Infantil	260.000	260.000	44.388	17,07	44.388	17,07	
18.2 - Educação Básica	3.900.455	3.900.455	1.570.217	40,26	362.132	9,28	
18.3 - Ensino Médio	0	0	0	0,00	0	0,00	
18.4 - Outras	1.936.506	1.936.506	794.533	41,03	650.974	33,62	
19 - RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	4.689.782	4.572.481	4.155.594	90,88	2.923.072	63,93	
20 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	8.243.869	8.259.054	2.598.768	31,47	1.160.268	14,05	
20.1 - Educação Infantil	552	552	0	0,00	0	0,00	
20.2 - Educação Básica	1.473.386	1.474.136	781.100	52,99	69.451	4,71	
20.3 - Ensino Médio	0	0	0	0,00	0	0,00	
20.4 - Ensino Superior	3.836.542	3.880.885	1.173.540	30,24	862.312	22,22	
20.5 - Outra	2.933.389	2.903.481	644.128	22,18	228.505	7,87	
21 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS DE ENSINO (17 + 18 + 19)	19.030.613	18.928.497	9.163.501	48,41	5.140.834	27,16	
22 - TOTAL DAS DESPESAS COM MDE (9 + 20)	83.125.242	85.320.592	60.826.808	71,29	34.165.854	40,04	

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O MÊS	CANCELADO EM 2018 (l)
23 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	458.522	284.375

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF (2/2)

[1] Em atendimento a determinação contida no Acórdão nº 2316/2008 TCU-Plenário, essa dedução não está sendo considerada no cálculo da aplicação da União em MDE, mas seu valor continuará sendo evidenciado no demonstrativo. O acórdão determina o seguinte: "determinar à Secretaria do Tesouro Nacional que deixe de deduzir, indevidamente, do montante das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, constante do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, os valores referentes ao cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com disponibilidade financeira de recursos vinculados ao ensino, cuja competência pertence ao exercício anterior, em observância ao art. 35 da Lei nº 4.320, de 17/3/1964".

[2] Em atendimento ao Acórdão nº 2424/2009 - TCU - Plenário, os valores das transferências constitucionais e legais nas colunas "Receitas Realizadas" correspondem àqueles efetivamente descentralizados no período. Uma vez que as transferências se processam por meio da execução de despesa orçamentária, o critério adotado para o cômputo dos valores efetivamente descentralizados foi o de apuração do pagamento efetivo das despesas orçamentárias do exercício, bem como de eventuais restos a pagar, identificadas como transferências constitucionais e legais a partir das respectivas ações orçamentárias.

[3] A complementação da União contemplará pagamentos mensais de, no mínimo, cinco por cento da complementação anual. Conforme o artigo 6º da Lei 11.494/2007: "A complementação da União observará o cronograma da programação financeira do Tesouro Nacional e contemplará pagamentos mensais de, no mínimo, 5% (cinco por cento) da complementação anual, a serem realizados até o último dia útil de cada mês, assegurados os repasses de, no mínimo, 45% (quarenta e cinco por cento) até 31 de julho, de 85% (oitenta e cinco por cento) até 31 de dezembro de cada ano, e de 100% (cem por cento) até 31 de janeiro do exercício imediatamente subsequente".

[4] Conforme o artigo 7º da Lei nº 11.494/2007, parte da complementação da União, limitada a até 10% (dez por cento) de seu valor anual, poderá ser distribuída para os Fundos por meio de programas direcionados para a melhoria da qualidade da educação básica, na forma do regulamento.

UNIÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2018

RREO - Anexo 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ milhares

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**	
			Até o Mês (d)	**(d/c) x 100 %**	**Até o Mês (e)**	**(e/c) x 100 %**
DESPESAS CORRENTES	125.369.329	125.185.772	75.096.264	59,99	54.178.265	43,28
Pessoal e Encargos Sociais	19.671.607	19.628.988	17.442.076	88,86	9.416.635	47,97
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	105.697.722	105.556.784	57.654.187	54,62	44.761.630	42,41
Executadas Diretamente pela União	33.721.122	33.242.055	17.312.410	52,08	9.833.750	29,58

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Transferências a Estados, DF e Municípios	71.976.600	72.314.729	40.341.777	55,79	34.927.880	48,30
DESPESAS DE CAPITAL	5.431.000	5.430.944	2.035.391	37,48	810.048	14,92
Investimentos	5.426.000	5.425.944	2.035.391	37,51	810.048	14,93
Executadas Diretamente pela União	2.367.277	2.224.174	505.642	22,73	69.765	3,14
Transferências a Estados, DF e Municípios	3.058.723	3.201.770	1.529.748	47,78	740.283	23,12
Inversões Financeiras	5.000	5.000	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	38.176	37.574	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (I)	130.838.504	130.654.290	77.131.654	59,03	54.988.313	42,09

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**	
			Até o Mês (f)	**(f/Id) x 100 %**	**Até o Mês (g)**	**(g/Ie) x 100 %**
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	9.005.272	9.405.690	8.359.266	10,84	4.688.979	8,53
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	382.773	382.212	358.552	0,46	152.298	0,28
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	-	-	-	-	-	-
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	2.156.304	3.394.489	2.060.964	2,67	1.480.094	2,69
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES[3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (II)	11.544.350	13.182.392	10.778.782	13,97	6.321.371	11,50
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = (I - II)	**119.294.155**	**117.471.898**	**66.352.872**	**86,03**	**48.666.943**	**88,50**

(1/3)

continuação

UNIÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO DE 2018

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O MÊS/2018 (h)**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O MÊS/2018 (i)**	**VALOR MÍNIMO A SER APLICADO EM ASPS NO EXERCÍCIO ANTERIOR (j)**	**VALOR MÍNIMO A SER APLICADO - REGRA ANTIGA (15% RCL)**	**VALOR MÍNIMO A SER APLICADO - REGRA NOVA (k = j + correção IPCA)[3]**	**DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O MÍNIMO CONSTITUCIONAL ((h ou i) - k)**
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (IV)	66.352.872	48.666.943	57.325.486	61.655.752	59.045.251	-10.378.308

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**	
			Até o Mês (l)	**(l/total l) x 100 %**	**Até o Mês (m)**	**(m/total m) x 100 %**
Atenção Básica	22.512.919	22.568.507	11.642.286	15,09	9.347.086	17,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	53.772.823	52.775.873	28.582.899	37,06	24.155.198	43,93
Suporte Profilático e Terapêutico	15.162.424	14.992.645	7.745.078	10,04	3.981.090	7,24
Vigilância Sanitária	376.978	374.230	162.644	0,21	21.980	0,04
Vigilância Epidemiológica	7.653.508	7.681.125	2.987.451	3,87	2.291.996	4,17
Alimentação e Nutrição	72.923	60.925	25.618	0,03	4.812	0,01
Outras Subfunções	31.286.929	32.200.986	25.985.677	33,69	15.186.150	27,62
TOTAL	**130.838.504**	**130.654.290**	**77.131.654**	**100,00**	**54.988.313**	**100,00**

FONTE: SIAFI, elaboração STN/CCONT/GEINF

Continua (2/3)

Continuação

UNIÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2018

RREO - Anexo 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ milhares

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA[1]

Ano do Empenho	Mínimo para Aplicação com Saúde (a)	Executado com Saúde no Ano (b)	RPNP Inscritos	RPNP Considerado no Limite	RPNP Pagos	Valor que Falta Pagar para Garantir o Mínimo	RPNP a Pagar	RPNP Cancelados até o presente (c)	Saldo de Cumprimento do Mínimo (d) = (a - b - c)	Compensações Legais (e)[c]	Saldo Final (f) = (d + e)[d]
Empenhos de 2017[a]	109.088.149	114.700.610	13.636.441	8.020.901	8.516.920	0	5.006.676	112.845	5.499.617	0	5.499.617
Empenhos de 2016[a]	93.710.704	106.235.537	7.515.227	0	5.547.902	0	1.649.866	294.558	12.230.275	0	12.230.275
Empenhos de 2015[a]	98.308.994	100.054.862	7.124.490	5.348.516	6.185.652	0	515.076	409.265	1.336.603	0	1.336.603
Empenhos de 2014	91.614.082	91.898.531	6.816.861	6.530.733	5.466.474	1.064.259	603.835	688.083	-403.634	482.515	78.880
Empenhos de 2013	82.912.830	83.053.256	6.939.201	6.797.772	5.766.791	1.030.981	365.488	762.823	-622.397	654.345	31.948
Empenhos de 2012	79.512.720	80.073.777	8.297.156	7.740.832	6.637.376	1.103.456	486.061	1.112.219	-551.162	654.345	103.183
Empenhos de 2011 [b]	72.128.481	72.356.648	8.272.674	8.054.435	6.747.910	1.306.525	449.743	1.020.693	-792.526	0	-792.526
Empenhos de 2010b	61.230.118	61.976.698	6.087.459	5.340.548	4.616.027	724.521	191.117	791.423	-44.843	0	-44.843
Empenhos de 2009 [a]	54.963.099	58.281.095	8.417.119	5.099.133	5.887.048	0	149.552	1.178.141	2.139.855	0	2.139.855
Empenhos de 2008b	48.561.056	48.678.681	5.592.696	5.475.167	3.775.878	1.699.290	42.145	651.132	-533.508	0	-533.508
Total	**792.030.234**	**817.309.695**	**78.699.326**	**58.408.038**	**59.147.977**	**6.929.033**	**9.459.558**	**7.021.182**	**18.258.280**	**1.791.204**	**20.049.484**

Notas: (3/3)

[1]Foram registrados no âmbito do Ministério da Saúde os recursos para a inscrição dos restos a pagar, autorizados por parte da Secretaria do Tesouro Nacional.

a. Nos exercícios de 2016 e 2015 houve mais pagamentos do que o necessário para cumprir os limites dos respectivos anos. De igual modo, já foram pagos RPNP referentes ao exercício de 2017 que superam o valor total de RP considerados no Limite Mínimo. Portanto, todos os exercícios que têm o cumprimento do limite de seus respectivos anos garantido, por mais que se cancele todos os RPNP restantes, estão marcados em cinza e constam do demonstrativo apenas para informação e transparência.

b. Os valores dos RPNP inscritos antes de 2012 passam a constar deste relatório para facilitar o controle do cumprimento do limite mínimo dos anos anteriores à LC 141/2012, em atendimento ao Acórdão nº 1048/2018 - Plenário, do Tribunal de Contas da União.

c. Os cancelamentos dos RPNP estão sendo compensados anualmente nas modalidades 45, 46, 95 e 96. Como esses valores não estão marcados com parâmetros que permitam conhecer os anos aos quais pertencem os RPNP cancelados, os valores compensados são distribuídos igualmente entre os anos que ainda precisam pagar seus restos a pagar para garantir o cumprimento do mínimo.

d. O controle dos cancelamentos no quadro específico "Controle dos Restos a Pagar Cancelados para fins de Cumprimento do Limite Mínimo de Despesas com Saúde, conforme o artigo 24 da LC nº 141/2012" será realizado apenas para os exercícios que tiverem valores negativos na coluna "Saldo Final".

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2018

RREO - Anexo 14 (LRF, art. 48) R$ milhares

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS	Até o Mês
RECEITAS	
Previsão Inicial	3.506.421.083
Previsão Atualizada	3.506.421.083
Receitas Realizadas	1.383.086.355
Déficit Orçamentário	-
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	5.144.985

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Mês
DESPESAS	
Dotação Inicial	3.504.921.083
Dotação Atualizada	3.510.066.068
Despesas Empenhadas	2.693.270.514
Despesas Executadas	1.271.371.261
Despesas Pagas	1.246.528.438
Superávit Orçamentário	111.715.094

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO[1]	Até o Mês
Despesas Empenhadas	2.009.823.607
Despesas Liquidadas	1.030.274.019

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	Últimos 12 Meses
Receita Corrente Líquida	756.122.758

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA (Líquido de DRU)	Até o Mês
Regime Geral de Previdência Social	
Receitas Previdenciárias (I)	185.747.246
Despesas Previdenciárias (II)	275.266.634
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	-89.519.388
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos[2]	
Receitas Previdenciárias (IV)	15.708.408
Despesas Previdenciárias (V)	42.108.493
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	-26.400.085

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Receitas e Despesas relacionadas às Pensões Militares e Inativos das Forças Armadas	
Receitas de Pensionistas (VII)	1.129.665
Despesas com Pensionistas, Reformados e Reservistas (VIII)	22.931.304
Resultado dos Militares (IX) = (VII - VIII)	-21.801.639

(1/2)

continuação

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2018

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Resultado Apurado Até o Mês
Resultado Nominal	(172.387.552)
Resultado Primário	(20.698.320)

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Mês	Pagamento Até o Mês	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	26.818.653	345.171	22.215.587	4.257.895
Poder Executivo	26.724.259	344.207	22.181.152	4.198.900
Poder Legislativo	14.663	403	1.036	13.224
Poder Judiciário	76.008	495	31.078	44.436
Ministério Público	3.686	66	2.322	1.298
Defensoria Pública	37	0	0	37
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	128.490.189	8.139.143	44.290.230	76.060.816
Poder Executivo	126.330.446	7.918.655	43.362.849	75.048.942
Poder Legislativo	202.221	7.696	104.437	90.088
Poder Judiciário	1.658.869	181.497	698.478	778.893
Ministério Público	240.137	18.142	101.195	120.800
Defensoria Pública	58.517	13.152	23.271	22.094
TOTAL	155.308.842	8.484.314	66.505.817	80.318.711

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado	Limites Constitucionais Anuais	
		Mínimo a Ser Aplicado no Exercício	% Aplicado Até o Mês
Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	29.025.020	26.687.171	108,76
Complementação da União ao FUNDEB	2.372.799	4.215.766	56,28

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Mínimo a ser aplicado em Saúde Até o Mês	Valor Apurado Até o Mês	Percentual aplicado até o mês
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	59.045.251	48.666.943	82,42%

FONTE: STN/CCONT/GEINF

(2/2)

[1] Excetuados os valores do refinanciamento da Dívida Pública da União.
[2] Excluídas as receitas desvinculadas (DRU).

II - OUTROS DEMONSTRATIVOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO GOVERNO FEDERAL

TABELA 1 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS DA SEGURIDADE SOCIAL
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2018

LDO - Lei nº 13.473, de 08/08/2017, art. 38, §4º

R$ milhares

RECEITAS[1]	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (b-d)
			No Mês (c)	% (c/b)	Até o Mês (d)	% (d/b)	
RECEITAS CORRENTES	723.496.015	723.496.015	52.969.818	7,32	341.562.113	47,21	381.933.902
Receita Tributária	424.725	424.725	33.269	7,83	197.074	46,40	227.651
Receita de Contribuições	683.145.091	683.145.091	50.459.299	7,39	319.063.794	46,71	364.081.297
Receita Patrimonial	7.844.368	7.844.368	-128.589	-1,64	2.278.621	29,05	5.565.747
Receita Agropecuária	0	0	0	0,00	0	0,00	0
Receita Industrial	452	452	0	0,00	3	0,62	450
Receita de Serviços	13.560.440	13.560.440	350.734	2,59	7.910.227	58,33	5.650.213
Transferências Correntes	98.455	98.455	630	0,64	7.228	7,34	91.226
Receitas Correntes a Classificar	0	0	0	0,00	0	0,00	0
Outras Receitas Correntes	18.422.484	18.422.484	2.254.475	12,24	12.105.167	65,71	6.317.318
RECEITAS DE CAPITAL	61.960	61.960	-50	-0,28	82	0,37	61.878
Operações de Crédito	21.682	21.682	0	0,00	0	0,00	21.682
Alienação de Bens	22.358	22.358	0	0,00	82	0,37	22.276
Transferências de Capital	17.921	17.921	-50	-0,28	0	0,00	17.921
Outras Receitas de Capital	0	0	0	0,00	0	0,00	0
SUBTOTAL (I)	723.557.976	723.557.976	52.969.768	7,32	341.562.195	47,21	381.995.780
DÉFICIT (II)	-	-	-	-	120.484.366	-	-
TOTAL (I + II)	723.557.976	723.557.976	52.969.768	-	462.046.561	-	261.511.414

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS No Mês (g)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Mês (h)	DESPESAS EXECUTADAS DESPESAS LIQUIDADAS No Mês (i)	DESPESAS EXECUTADAS DESPESAS LIQUIDADAS Até o Mês (j)	DESPESAS EXECUTADAS Inscritas em RP não-processados (k)	DESPESAS EXECUTADAS % (j+k/f)	SALDO A EXECUTAR (f-j-k)
DESPESAS CORRENTES	997.647.636	992.010.160	15.343.510	776.153.734	80.257.743	461.037.115	-	46,48	530.973.044
Pessoal e Encargos Sociais	129.044.341	132.271.689	4.696.132	101.745.364	13.831.420	64.692.530	-	48,91	67.579.159
Juros e Encargos da Dívida	1.079	1.079	0	0	0	0	-	0,00	1.079
Outras Despesas Correntes	868.602.216	859.737.392	10.647.377	674.408.370	66.426.323	396.344.585	-	46,10	463.392.807
Benefícios Previdenciários do RGPS	596.268.400	592.372.706	564.851	485.782.419	45.175.847	275.266.634	-	46,47	317.106.072
Transferências a Estados, DF e Municípios	79.206.460	79.326.190	8.253.392	45.693.995	8.211.249	37.585.217	-	47,38	41.740.973
Demais Despesas Correntes	193.127.356	188.038.496	1.829.135	142.931.956	13.039.228	83.492.734	-	44,40	104.545.761
DESPESAS DE CAPITAL	7.233.752	7.242.249	495.886	3.207.839	728.007	1.009.446	-	13,94	6.232.804
Investimentos	7.217.782	7.226.280	495.938	3.204.987	727.636	1.008.178	-	13,95	6.218.102
Inversões Financeiras	15.137	15.137	-52	2.852	372	1.267	-	8,37	13.869
Amortização da Dívida	833	833	0	0	0	0	-	0,00	833
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	195.740	195.138	0	0	0	0	-	0,00	195.138
SUBTOTAL (III)	1.005.077.128	999.447.547	15.839.396	779.361.573	80.985.750	462.046.561	-	46,23	537.400.986
SUPERÁVIT (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III + IV)	1.005.077.128	999.447.547	15.839.396	779.361.573	80.985.750	462.046.561	-	-	537.400.986

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Continua (1/3)

TABELA 1-A - DETALHAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS DA SEGURIDADE SOCIAL (Continuação)

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO DE 2018

LDO - Lei nº 13.473, de 08/08/2017, art. 38, §4º R$ milhares

Seguridade Social[1]	**Até o Mês**
Receitas da Seguridade Social	**341.562.195**
RGPS	185.747.246
RPPS - Civil	15.708.408
Pensionistas Militares[2]	1.129.665
Demais (COFINS, CSLL e Outras)	138.976.877
Despesas da Seguridade Social	**462.046.561**
RGPS	275.266.634
RPPS - Civil	42.108.493
Pensionistas Militares[2]	10.645.341
Saúde	48.666.943
Assistência Social	43.171.977
Abono Salarial	7.926.850
Seguro Desemprego	18.155.676
Demais	16.104.648
Resultado da Seguridade Social	**- 120.484.366**
Desvinculação das Receitas da União (DRU)	**54.175.154**
Resultado com Receitas Desvinculadas	**- 66.309.212**

Notas: (2/3)

1. As receitas são as realizadas até o mês. As despesas são as liquidadas até o mês, sendo que no final do ano serão incluídos os valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados.
2. A partir de 2016, as despesas com militares inativos deixaram de ser classificadas como gastos da seguridade social, restando apenas as pensões militares nesse grupo.

TABELA 1-B - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL DESVINCULADAS Continuação

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO DE 2018

LDO - Lei nº 13.473, de 08/08/2017, art. 38, §4º R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS No Mês (b)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (c)	SALDO A REALIZAR (a-c)
RECEITAS CORRENTES	**119.024.383**	**7.969.005**	**54.175.154**	**64.849.230**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	**1.481.670**	**14.256**	**84.446**	**1.397.223**
11210111 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Princ	1.475.028	14.182	82.288	1.392.740
11210113 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Div. At.	6.439	74	2.154	4.285
71210111 - Taxas Inspeção, Controle e Fiscalização - Princ.	202	0	4	198
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	**117.542.714**	**7.954.750**	**54.090.707**	**63.452.006**
12100111 - Cofins-Principal	71.716.002	0	29.365.943	42.350.058
12100113 - Cofins-Divida Ativa	214.191	0	145.212	68.980
12100211 - Contrib.Social Sobre Lucro Liq.-Csll-Princ.	21.042.157	1.172.964	12.149.548	8.892.609
12100213 - Contrib.Social Sobre Lucro Liq.-Csll-Dil.At.	190.522	8.792	134.322	56.200
12100421 - Contrib. Servidor Ativo Civil p/RPPS - Principal	-	0	9.964	-9.964
12100431 - Contrib. Serv. Inat. e Pens. Civil p/RPPS - Principal	-	0	6.230	-6.230
12100511 - Contr.p/Custeio Das Pensoes Militares-Princ.	994.981	0	366.001	628.981
12100611 - Contrib.p/Assist.Medico-Hospit.-Pmdf-Princ.	4.059	0	2.026	2.033

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12100621 - Contrib. p/Assist.Médico-Hospitalar. - CBMDF-Princ.	1.978	0	1.680	298
12100711 - Contribuicao Sobre A Loteria Federal-Princip.	29.882	0	6.640	23.241
12100721 - Contribuicao Sobre Loterias Esportivas-Princ.	12.813	0	1.563	11.250
12100741 - Contribuicao Sobre Loterias de Numeros-Princ.	1.642.515	0	300.907	1.341.607
12100751 - Contribuição sobre Loteria Instantânea-Princ.	207	0	0	207
12100761 - Contrib.s/Concurs.Prognost.-Mod.Fut-Principal	14.693	0	1.499	13.193
12100811 - Contrib. s/Sort. Realiz. Por Ent. Filant .- Princ.	199	0	0	199
12100911 - Contribuicao para o Pis/Pasep-Principal	19.137.463	0	4.719.114	14.418.349
12100913 - Contribuicao para o Pis/Pasep-Divida Ativa	58.888	0	20.712	38.177
12101011 - Cota-Parte da Contribuicao Sindical-Principal	203.782	309	2.363	201.419
12101111 - Contrib. Rel. Desped. Empreg. S/ Justa Causa - Principal	1.615.113	0	0	1.615.113
12101121 - Contrib. S/ Remun. Devida ao Trabalhador - Principal	22.806	0	0	22.806
12101311 - Contribuicao para o Ensino Aeroviario-Princ.	65.293	0	0	65.293
12101411 - Contr.p/Desenv.Ensino Prof.Maritimo-Principal	49.237	0	0	49.237
12101611 - Contribuicao Industrial Rural-Principal	108.624	0	0	108.624
12101613 - Contribuicao Industrial Rural-Divida Ativa	175	0	0	175
12101711 - Adicional à Contr.Prev. Rural - Princ.	417.107	0	0	417.107
12101811 - Contr.Mov.Transm.Val.Cred.Dir.Nat.Fin.-Princ.	-	0	0	-0
12101813 - Contr.Mov.Transm.Val.Cred.Dir.Nat.Fin.-Div.At	-	0	670	-670
12110111 - Cofins Sobre O Faturamento-Principal	-	5.674.639	5.674.639	-5.674.639
12110113 - Cofins Sobre O Faturamento-Divida Ativa	-	3.294	3.294	-3.294
12110211 - Cofins Sobre O Faturamento-Simples-Principal	-	13	13	-13
12114911 - Cofins Sobre O Faturamento-Parcelam.-Princ.	-	32.342	32.342	-32.342
12114913 - Cofins Sobre O Faturamento-Parcelam.-Div.At.	-	17.621	17.621	-17.621
12120111 - Contrib.Pis/Pasep Sobre Faturamento-Princ.	-	886.814	886.814	-886.814
12120113 - Contrib.Pis/Pasep Sobre Faturamento-Div.Ativa	-	199	199	-199
12120211 - Contrib.Pis/Pasep Faturamento-Simples-Princ.	-	1	1	-1
12124911 - Contribuicao Pis/Pasep-Parcelamentos-Princ.	-	6.113	6.113	-6.113
12124913 - Contribuicao Pis/Pasep-Parcelamentos-Div.At.	-	2.437	2.437	-2.437
12150111 - Cpsss-Servidor Civil Ativo-Principal	-	1.966	1.966	-1.966
12150121 - Cpsss-Servidor Civil Inativo-Principal	-	1.254	1.254	-1.254
12160111 - Contr. p/Fundos Assist. Med-Polic. Milit.- Principal	-	407	407	-407
12160211 - Contr.P/Fundos Assist.Med-Bomb.Milit.-Princ.	-	331	331	-331
12170111 - Contribuicao Sobre A Loteria Federal-Princip.	-	1.298	1.298	-1.298
12170211 - Contribuicao Sobre Loterias Esportivas-Princ.	-	329	329	-329
12170411 - Contribuicao Sobre Loterias De Numeros-Princ.	-	48.973	48.973	-48.973
12170511 - Contribuicao Sobre Loteria Instantanea-Princ.	-	70	70	-70
12170611 - Contrib.S/Concurs.Prognost.-Mod.Fut-Principal	-	120	120	-120
12191011 - Contr.Mov.Transm.Val.Cred.Dir.Nat.Fin.-Princ.	-	0	0	-0
12191013 - Contr.Mov.Transm.Val.Cred.Dir.Nat.Fin.-Div.At	-	0	0	-0
12191023 - Cont.Mov.Transm.Val.Cred.Dir.Fin-Parc-Div.At.	-	29	29	-29
12191111 - Contr.p/Cust.Pens.Milit. Forças Armadas - Principal.	-	90.508	154.196	-154.196
72100411 - Contrib.Patr. De Serv. Ativo Civ. p/ RPPS - Principal	-	0	19.936	-19.936
72100911 - Contribuicao para o Pis/Pasep-Principal	27	0	5	22
72120111 - Contrib.Pis/Pasep Sobre Faturamento-Princ.	-	1	1	-1
72150211 - Cpsss Patronal-Servidor Civil-Principal	-	3.928	3.928	-3.928
TOTAL	119.024.383	7.969.005	54.175.154	64.849.230

(3/3)

TABELA 2 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA UNIÃO POR ELEMENTO DE DESPESA E POR TIPO DE ADMINISTRAÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2018

LDO - Lei nº 13.473, de 08/08/2017, art. 103 R$ milhares

DOTAÇÃO DO EXERCÍCIO	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA						TOTAL GERAL
		Autarquias	Fundações	Empresas Públicas	Economia Mista	Fundos Especiais	Total Indireta	
APLICAÇÃO DIRETA	213.720.102	69.093.017	19.610.578	10.696.514	2.851.616	12.190.080	114.441.804	328.161.907
A detalhar	30.740.903	8.841.486	2.434.914	911.094	350.862	5.442.413	17.980.768	48.721.671
Pessoal Civil	113.146.316	60.251.109	17.173.783	9.673.498	2.500.754	5.850.284	95.449.428	208.595.744
Vencimentos e Vantagens Fixas	53.867.616	32.272.644	9.011.625	6.883.332	1.590.972	2.191.479	51.950.052	105.817.668
Outras Despesas Variáveis	563.703	210.949	83.726	190.450	219.213	518	704.857	1.268.559
Aposentadoria	28.342.944	14.571.090	4.079.527	0	0	2.264.977	20.915.594	49.258.538
Pensões	13.992.488	4.212.243	1.201.483	0	0	335.233	5.748.959	19.741.447
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	109.261	97.015	21.455	221.889	52.773	0	393.132	502.392
Obrigações Patronais	10.974.175	7.156.391	1.899.260	2.077.891	325.969	85.356	11.544.868	22.519.043
Outras Aplicações[1]	5.296.130	1.730.777	876.708	299.934	311.827	972.721	4.191.967	9.488.097
Pessoal Militar	69.832.883	422	1.881	111.922	0	897.383	1.011.609	70.844.492
Vencimentos e Vantagens Fixas	23.873.835	28	11	0	0	897.383	897.422	24.771.256
Outras Despesas Variáveis	287.616	0	0	0	0	0	0	287.616
Reformas	23.723.890	0	0	0	0	0	0	23.723.890
Pensões	20.903.773	0	0	0	0	0	0	20.903.773
Obrigações Patronais	386.894	393	1.858	96.698	0	0	98.950	485.844
Outras Aplicações[1]	656.875	1	12	15.224	0	0	15.237	672.112
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	40.812	0	0	0	0	0	0	40.812
Transferências a Estados e ao DF	40.812	0	0	0	0	0	0	40.812
TOTAL (A)	213.760.914	69.093.017	19.610.578	10.696.514	2.851.616	12.190.080	114.441.804	328.202.719
EXECUÇÃO	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA						TOTAL GERAL
		Autarquias	Fundações	Empresas Públicas	Economia Mista	Fundos Especiais	Total Indireta	
APLICAÇÃO DIRETA	101.149.701	32.750.700	9.232.502	4.709.647	1.350.037	6.211.672	54.254.558	155.404.258
Pessoal Civil	66.010.003	32.750.595	9.231.710	4.656.914	1.350.037	5.322.241	53.311.496	119.321.499

Vencimentos e Vantagens Fixas	19.633.156	10.651.644	2.880.744	2.952.931	763.462	1.797.678	19.046.459	38.679.615
Vencimentos e Vantagens Fixas - Cargos em Comissão[2]	9.976.669	7.035.913	1.830.820	354.124	53.336	80.623	9.354.816	19.331.484
Outras Despesas Variáveis	256.075	104.981	43.651	92.283	119.376	473	360.764	616.839
Aposentadoria	17.360.340	8.855.021	2.484.825	0	0	2.077.534	13.417.381	30.777.721
Pensões	8.587.312	2.196.635	694.985	0	0	315.262	3.206.881	11.794.193
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	60.674	48.628	11.412	104.614	20.862	0	185.516	246.190
Obrigações Patronais	5.003.848	3.324.219	907.162	995.545	165.144	80.153	5.472.223	10.476.070
Outras Aplicações[1]	5.131.929	533.554	378.111	157.418	227.857	970.517	2.267.457	7.399.387
Pessoal Militar	35.139.698	105	791	52.734	0	889.431	943.061	36.082.759
Vencimentos e Vantagens Fixas	12.043.242	6	4	0	0	889.431	889.441	12.932.683
Outras Despesas Variáveis	182.771	0	0	0	0	0	0	182.771
Reformas	11.865.460	0	0	0	0	0	0	11.865.460
Pensões	10.468.909	0	0	0	0	0	0	10.468.909
Obrigações Patronais	153.237	99	779	45.529	0	0	46.407	199.644
Outras Aplicações[1]	426.078	0	9	7.205	0	0	7.214	433.292
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	686	0	0	0	0	0	0	686
Transferências a Estados e ao DF	686	0	0	0	0	0	0	686
TOTAL (B)	101.150.386	32.750.700	9.232.502	4.709.647	1.350.037	6.211.672	54.254.558	155.404.944
A EXECUTAR (% A/B)	52,7	52,6	52,9	56,0	52,7	49,0	52,6	52,6

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

[1] Outras Aplicações compõem-se de: Outros Benefícios Assistenciais; Salário Família; Sentenças Judiciais; Despesas de Exercícios Anteriores; Indenizações Trabalhistas; Depósitos Compulsórios; Contrato por Tempo Determinado; Outras Desp.Pessoal Dec.Contratos Terceirização; e Ressarcimento de Despesa de Pessoal Requisitado.

[2] Os valores referentes aos Cargos em Comissão são identificados pelos subitens da despesa Gratificação por Exercício de Cargos e Gratificação por Exercício de Funções, do elemento Vencimentos e Vantagens Fixas.

TABELA 3 - DEMONSTRATIVO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS E DECORRENTES DE EMENDAS INDIVIDUAIS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO DE 2018

ÓRGÃO SUPERIOR*	Despesas Discricionárias e Decorrentes de Emendas Individuais				
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas do Exercício
JUSTICA FEDERAL	0	0	0	0	0
JUSTICA ELEITORAL	4.770	4.770	1.100	0	0
JUSTICA DO TRABALHO	400	400	0	0	0
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	100.331	100.331	51.055	2.033	2.033
MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO	1.486	1.486	0	0	0
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	377.132	377.132	256.947	2.600	1.016
MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES	27.396	27.396	12.766	5.906	5.906
MINISTERIO DA FAZENDA	0	0	860	0	0
MINISTERIO DA EDUCACAO	360.586	360.586	84.603	3.771	119
MINIST. DA INDUSTRIA, COM.EXTERIOR E SERVICOS	6.450	6.450	4.347	0	0
DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO	0	0	0	0	0
MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA	167.315	167.315	7.321	4	4
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	700	700	10	10	0
MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	0	0	0	0	0
MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	0	0	0	0	0
MINISTERIO DA SAUDE	4.854.380	4.854.380	3.844.573	3.117.245	3.117.106
MINISTERIO DO TRABALHO	8.380	8.380	200	0	0
MINIST.DOS TRANSP.,PORTOS E AVIACAO CIVIL	5.240	5.240	0	0	0
MINISTERIO DA CULTURA	95.389	95.389	8.926	2.835	2.835
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	8.583	8.583	2.318	77	76
MINISTERIO DO ESPORTE	363.784	363.784	228.537	0	0
MINISTERIO DA DEFESA	229.085	229.085	193.106	1.262	561
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	556.349	556.349	344.015	366	59
MINISTERIO DO TURISMO	288.228	288.228	198.125	3.696	3.696
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	109.708	109.708	57.200	0	0
MINISTERIO DAS CIDADES	1.125.705	1.125.705	880.209	0	0
MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS	82.531	82.531	7.957	320	320
TOTAL	8.773.929	8.773.929	6.184.175	3.140.124	3.133.730
Receita Corrente Líquida (RCL) do ano anterior (2017)	727.254.324				
% em relação à RCL do ano anterior	1,21%	1,21%	0,85%	0,43%	0,43%
Participação preliminar da Saúde no total	55,33%	55,33%	62,17%	99,27%	0,00%

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

* Tabela incluída no mês de fevereiro de 2014 em atendimento ao inciso I, § 6º, do artigo 52º da Lei nº 12.919, de 24/12/2013, referente às Diretrizes Orçamentárias, que determina o acompanhamento da execução orçamentária e financeira da programação incluída por emendas individuais em lei orçamentária, em montante correspondente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, conforme os critérios para execução equitativa da programação definidos na lei complementar.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE E FLUXO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2018

LDO - Lei nº 13.473, de 08/08/2017, art. 140 R$

GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA EM 31/12/2017	RECEITAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	DESPESAS PAGAS DO EXERCÍCIO (incluindo Restos a Pagar)	DEMAIS FLUXOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA ATUAL	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
						Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras[1]	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a) + (b) - (c) - (d)	(f)	(g)	(h)	(i) = (e - (f + g + h))
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS (I)	**119.046.273.676**	**224.392.616.219**	**200.736.197.428**	**5.448.798.470**	**137.253.893.997**	**3.706.544.728**	**35.279.768.634**	**18.605.973.535**	**79.661.607.100**
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (II)	**1.071.158.733.004**	**1.158.693.739.208**	**1.112.298.057.604**	**-195.379.157.501**	**1.312.933.572.108**	**2.407.069.691**	**38.925.328.278**	**313.120.073.429**	**958.481.100.710**
1. Recursos vinculados à Educação	23.959.077.018	4.722.240.676	5.262.643.227	749.093.547	22.669.580.920	320.316.672	10.400.266.770	5.553.804	11.943.443.674
2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)	4.005.194.822	129.669.656.664	115.306.248.674	-3.295.620.482	21.664.223.295	643.965.625	6.198.534.993	2.486.413.734	12.335.308.943
3. Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)	-5.003.632.805	15.623.357.223	14.590.444.788	229.378.718	-4.200.099.089	5.728.475	3.663.342	38.767.442	-4.248.258.348
4. Recursos vinculados à Previdência Social (RGPS)	15.523.354.199	184.471.954.844	262.748.805.514	712.222.736	-63.465.719.207	197.427	124.553.934	19.551.537.389	-83.142.007.957
5. Recursos de Receitas Financeiras	27.630.879.465	133.442.975.581	66.375.197.198	1.331.785.915	93.366.871.932	332.359.745	6.870.939.825	1.283.589.662	84.879.982.701
6. Recursos de Operação de Crédito	607.766.113.190	475.693.228.863	458.925.392.625	5.213.584.688	619.320.364.740	4.399.123	4.770.662.933	8.054.907	614.537.247.778
7. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	625.694.913	4.085.833.202	17.940.346	248.143.610	4.445.444.159	8.288.771	53.008.346	4.020.985.567	363.161.476
8. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	12.815.197.190	134.849.293.640	118.023.945.050	14.031.282.268	15.609.263.511	0	141.337.301	0	15.467.926.210
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	323.448.255.443	76.109.683.102	71.047.440.182	599.473.807	327.911.024.556	1.090.183.854	10.362.360.835	42.693.064.740	273.765.415.127
10. Outros Recursos Vinculados	60.236.299.393	25.470.010	0	8.536.292.986	51.725.476.418	1.630.000	0	18.023.851.007	33.699.995.411
11. Recursos a Classificar	152.300.177	45.403	0	1.202.863.354	-1.050.517.774	0	0	70.596.530	-1.121.114.304
TOTAL (III) = (I + II)	**1.190.205.006.680**	**1.383.086.355.427**	**1.313.034.255.032**	**49.773.382.017**	**1.210.483.725.058**	**6.113.614.419**	**74.205.096.912**	**92.022.305.916**	**1.038.142.707.810**

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Continua (1/2)

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE E FLUXO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2018

LDO - Lei nº 13.473, de 08/08/2017, art. 140 R$

GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA EM 31/12/2017	RECEITAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	DESPESAS PAGAS DO EXERCÍCIO (incluindo Restos a Pagar)	DEMAIS FLUXOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA ATUAL	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
						Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a) + (b) - (c) - (d)	(f)	(g)	(h)	(i) = (e - (f + g + h))
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS (I)	**113.852.102.919**	**224.383.865.791**	**158.375.779.049**	**57.395.187.958**	**122.465.001.703**	**3.640.183.374**	**34.505.244.087**	**11.675.420.880**	**72.644.153.363**
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (II)	**1.069.073.396.130**	**1.157.556.139.128**	**1.096.891.174.364**	**41.129.206.664**	**1.088.609.154.231**	**2.394.010.574**	**38.730.712.387**	**90.765.755.254**	**956.718.648.075**
1. Recursos vinculados à Educação	23.959.077.018	4.524.932.073	5.262.679.536	551.821.430	22.669.508.125	321.044.948	10.399.572.771	5.517.495	11.943.372.911

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)	3.952.058.266	129.669.573.960	106.713.934.757	5.243.521.180	21.664.176.289	643.820.012	6.198.460.876	2.555.764.463	12.266.130.937
3. Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)	-5.053.532.383	15.623.357.223	9.495.140.324	5.274.798.250	-4.200.113.734	2.548.633	607.749	519.694.879	-4.722.964.996
4. Recursos vinculados à Previdência Social (RGPS)	15.523.354.199	184.471.950.483	262.748.805.514	712.218.375	-63.465.719.207	197.427	124.553.934	19.551.537.389	-83.142.007.957
5. Recursos de Receitas Financeiras	27.630.879.465	133.442.975.581	66.355.901.864	1.351.081.249	93.366.871.932	332.011.890	6.819.633.130	1.345.478.875	84.869.748.037
6. Recursos de Operação de Crédito	607.765.608.741	475.693.228.863	458.925.057.232	5.213.415.631	619.320.364.740	4.399.123	4.770.662.933	80.943.423	614.464.359.262
7. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	622.829.056	4.085.513.878	17.926.228	245.620.478	4.444.796.228	8.288.771	52.931.698	4.023.508.699	360.067.060
8. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	12.815.197.190	134.849.293.640	116.762.980.149	14.031.282.268	16.870.228.413	0	141.337.301	0	16.728.891.111
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	321.510.528.504	75.169.798.015	70.608.748.760	-1.152.491.227	327.271.088.556	1.080.069.769	10.222.951.994	44.350.867.783	271.570.179.439
10. Outros Recursos Vinculados	60.195.104.155	25.470.010	0	8.481.147.444	51.692.407.151	1.630.000	0	18.261.849.138	33.475.947.584
11. Recursos a Classificar	152.291.921	45.403	0	1.176.791.586	-1.024.454.263	0	0	70.593.110	-1.095.075.314
TOTAL (III) = (I + II)	**1.182.925.499.050**	**1.381.940.004.919**	**1.255.266.953.413**	**98.524.394.622**	**1.211.074.155.934**	**6.034.193.948**	**73.235.956.473**	**102.441.176.134**	**1.029.362.801.438**

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

(2/2)

III - INFORMAÇÕES DE CUMPRIMENTO DO ACÓRDÃO Nº 3.324/2015 - PLENÁRIO

JUSTIFICATIVAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Em relação às justificativas de Limitação de Empenho exigidas pelo Acórdão nº 3.324/2015 - Plenário, a Coordenação-Geral de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional informou que não foi estabelecida limitação no bimestre do relatório.

JUSTIFICATIVAS PARA A FRUSTRAÇÃO DE RECEITAS E MEDIDAS DE COMBATE À SONEGAÇÃO E À EVASÃO FISCAL E AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

As informações a seguir foram elaboradas em cumprimento ao art. 53, § 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Elaborado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), este relatório contempla as justificativas para a frustação das receitas administradas pela RFB. Receitas não administradas pela RFB não são objeto da análise. Da mesma forma, as ações de fiscalização e cobrança abrangem as atividades de competência da RFB.

Justificativas para a frustração de receitas

As receitas previdenciárias administradas pela RFB, líquidas de restituições, tiveram frustração de aproximadamente R$ 671 milhões, em relação à programação financeira constante do Decreto nº 9.390/2018. Tal resultado é explicado, principalmente, pelo crescimento da massa salarial em patamares inferiores aos utilizados na previsão de receitas.

Medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal e ações de fiscalização

Procedimentos Fiscais Executados até junho de 2018

Consolidado	**Quantidade**	**Crédito (R$)**
Auditorias Externas	3.117	65.107.620.698,00
Revisão de Declarações	140.353	1.722.796.700,00
Total	**143.470**	**66.830.417.398,00**

Em diversas ações fiscais encerradas em 2018, foram identificadas provas de ocorrência, em tese, de crime contra a ordem tributária.

Em tais situações, como forma de combater as fraudes e sonegações, a Fiscalização da RFB promove Representação Fiscal para Fins Penais (RFFP), que é encaminhada ao Ministério Público Federal (titular da ação penal) quando o lançamento tributário for considerado definitivo na esfera administrativa.

Ações de cobrança

Com o objetivo de recuperação dos créditos ativos de natureza tributária, a RFB efetuou a cobrança desses créditos por meio de emissão de avisos de cobrança ou intimação para pagamentos nos quantitativos demonstrados na tabela a seguir.

Cobrança Administrativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil

Crédito Tributário-Origem	**Período de Referência**	**Qtd. Cobrança/IP**	**Valor Cobrado (R$)**
Sief-Fiscel(1)	Janeiro a junho/2018	3.385.258	37.998.588.149,43
GFIP(2)	Janeiro a junho/2018	154.975	6.938.421.777,90
Sief-Processo(3)	Janeiro a junho/2018	101.023	57.619.890.849,15
Total	**-**	**3.641.256**	**102.556.900.776,48**

Fontes: (1) Sief Fiscalização Eletrônica; (2) Sistema Informar; (3) DW-Processo.

Legenda: IP = Intimações de Pagamento; Sief = Sistema Integrado de Informações Econômico-Fiscais;

GFIP = Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social.

Ressalta-se que, no período de janeiro a junho de 2018, na atuação da Cobrança Administrativa Especial estabelecida pela Portaria RFB nº 1.265/2015, houve a cobrança de 698 contribuintes, abrangendo o valor de R$ 41.236.696.322,43.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 1.003 DE 27 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.616404/2018-62, resolve:

Art. 1º Aprovar a destituição e eleição de administradores de AIG SEGUROS BRASIL S.A., CNPJ n. 33.040.981/0001-50, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 10 de maio de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 1.004, DE 27 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.611605/2018-73, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelo único acionista de BRADESCO SEGUROS S.A., CNPJ 33.055.146/0001-93, com sede na cidade de Barueri - SP, nas assembleias gerais extraordinária e ordinária realizadas cumulativamente em 28 de março de 2018:

I - Eleição de administradores;

II - Alteração do endereço da sede social para Avenida Alphaville, 779, 17º andar, sala 1.701 - parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri - SP, CEP 06472-900; e

III - Reforma do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 1.005, DE 27 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966, combinada com o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-Lei n. 261, de 28 de fevereiro de 1967 e o que consta do processo Susep 15414.611623/2018-55, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelo único acionista de BRADESCO CAPITALIZAÇÃO S.A. , CNPJ 33.010.851/0001-74, com sede na cidade de Barueri - SP, nas assembleias gerais extraordinária e ordinária realizadas cumulativamente em 28 de março de 2018:

I - Eleição de administradores; e

II - Reforma do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.006, DE 27 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.617640/2018-04, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de BRADESCO SEGUROS S.A., CNPJ n. 33.055.146/0001-93, com sede na cidade de Barueri - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 15 de junho de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 1.007, DE 27 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966, combinada com o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-Lei n. 261, de 28 de fevereiro de 1967 e o que consta do Processo Susep 15414.617194/2018-20, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S.A. - SULACAP, CNPJ n. 03.558.096/0001-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de maio de 2018:

I - Grupamento das 374 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, representativas do capital social, à razão de 10 ações para cada uma ação, passando o capital social de R$ 216.621.383,22 a ser representado por 35 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 1.008, DE 27 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o artigo 5º da Lei Complementar n. 126, de 15 de janeiro de 2007 e o que consta do processo Susep 15414.610854/2018-41, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores e membros do comitê de auditoria de J. MALUCELLI RESSEGURADORA S.A., CNPJ n. 09.594.758/0001-70, com sede na cidade de Curitiba - PR, conforme deliberado nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 28 de março de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 1.009, DE 27 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966, combinada com o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-Lei n. 261, de 28 de fevereiro de 1967 e o que consta do processo Susep 15414.616025/2018-72, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administrador de BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ n. 15.138.043/0001-05, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 1º de junho de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 1.010, DE 27 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.615884/2018-44, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., CNPJ n. 17.197.385/0001-21, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 1º de junho de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 1.011, DE 27 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.617028/2018-23, resolve:

Art. 1º Aprovar a destituição de administrador de GENERALI BRASIL SEGUROS S.A., CNPJ n. 33.072.307/0001-57, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 4 de junho de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 1.012, DE 27 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.619626/2018-37, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de membro do comitê de auditoria de ALLIANZ SEGUROS S.A., CNPJ n. 61.573.796/0001-66, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 4 de junho de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

RETIFICAÇÃO

Na publicação da Portaria Susep/Diorg n. 1.000, de 24 de julho de 2018, publicada no DOU de 25 de julho de 2018, Seção 1, página 24, onde se lê: "... nas assembleias gerais extraordinária e ordinária realizadas em 28 de março de 2018:" leia-se: "nas assembleias gerais extraordinária e ordinária realizadas em 29 de março de 2018:"

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO

Processo nº 52700.103989/2018-56
Interessado: Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP

A MINISTRA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTA, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, DECIDE, acolher o PARECER Nº 65/2018-SEI-DREI/SEMPE, de 5 de julho de 2018, e o PARECER Nº 00436/2018/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 11 de julho de 2018, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência: Processo nº 52700.103989/2018-56 e Processo JUCESP nº 995007/18-4

Recorrente: Promon S.A.

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Primon Assessoria e Consultoria Ltda.)

YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES

DESPACHO

Processo nº 52700.103844/2018-55
Interessado: Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP

A MINISTRA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTA, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, DECIDE, acolher o PARECER Nº 71/2018-SEI-DREI/SEMPE, de 05 de julho de 2018, e o PARECER Nº 00439/2018/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 17 de julho de 2018, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência: Processo nº 52700.103844/2018-55 e Processo JUCESP nº 995005/18-7

Recorrente: Viação Águia Branca S.A.

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Rápido Águia Transportes e Logística Ltda.-ME)

YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES

DESPACHO

Processo nº 52700.100058/2017-15
Interessado: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

A MINISTRA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTA, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, DECIDE, acolher o PARECER Nº 38/2018-SEI-DREI/SEMPE, de 5 de julho de 2018, e o PARECER Nº 00440/2018/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 13 de julho de 2018, para CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo, de modo a reformar a deliberação do Plenário da JUCESP, ocorrida no dia 25 de maio de 2016, para que seja reconhecida a intempestividade do recurso ao plenário direcionado àquela instância (Replen 990.233/14-5).

Referência: Processo nº 52700.100058/2017-15 e Processo JUCESP nº 995082/16-9

Recorrente: Solum Demolições e Terraplanagem Ltda.

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Solon Comércio, Demolidora e Terraplanagem Ltda.)

YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES

DESPACHO

Processo nº 52700.104151/2018-80
Interessado: Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP

A MINISTRA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTA, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, DECIDE, acolher o PARECER Nº 70/2018-SEI-DREI/SEMPE, de 05 de julho de 2018, e o PARECER Nº 00438/2018/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 17 de julho de 2018, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência: Processo nº 52700.104151/2018-80 e Processo JUCESP nº 995057/17-5

Recorrente: Splendido Alimentação e Serviços Ltda.

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Splendida Pizzaria Ltda.)

YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES

DESPACHO

Processo nº 52700.104152/2018-24
Interessado: Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP

A MINISTRA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTA, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, DECIDE, acolher o PARECER Nº 66/2018-SEI-DREI/SEMPE, de 5 de julho de 2018, e o PARECER Nº 00435/2018/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 11 de julho de 2018, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência: Processo nº 52700.104152/2018-24 e Processo JUCESP nº 995053/17-0

Recorrente: RN - Indústria e Comércio de Lentes e Lanternas Ltda.

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo (RN Comércio de Auto Peças e Manutenção de Veículos Automotores Ltda.)

YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.114, DE 26 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.003381/2015-58, do Ministério da Justiça, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ANTONIO MONTERO LÓPEZ, de nacionalidade espanhola, filho de Antonio Montero Jurado e de Francisca Lopez Lara, nascido em Barcelona, no Reino da Espanha, em 8 de julho de 1976, ficando a efetivação da

medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.115, DE 26 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Ministro nº 465/2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.10255, resolve:

Desprover o pedido de Revisão interposto por ANTONIO PEREIRA SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 053.460.025-53, e ratificara Portaria Ministerial nº 169, de 29 de janeiro de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 2 de fevereiro de 2004.

GILSON LIBÓRIO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 27 DE JULHO DE 2018

Nº 913 - Ato de Concentração nº 08700.004358/2018-63. Requerentes: Glencore Oil Participações Ltda. e Alesat Combustíveis S.A. Advogados: Guilherme Ribas, Enrico Romanielo e Michelle Machado. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 923 - Ato de Concentração nº 08700.004343/2018-03. Requerentes: Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. e DuPont do Brasil S.A. Advogados: Barbara Rosenberg, Sandra Terepins, Maria Amaral de Almeida Sampaio e outro. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 924 - Ato de Concentração nº 08700.004391/2018-93. Requerentes: Vulcabras Azaleia - CE Calçados e Artigos Esportivos S.A. e UA Brasil Comércio e Distribuição de Artigos Esportivos Ltda.. Advogados: Cristianne Saccab Zarzur, Luiz Eduardo Salles e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 925 - Ato de Concentração nº 08700.004415/2018-12. Requerentes: BB Seguros S.A. e Mapfre Brasil Participações S.A. Advogados: Barbara Rosenberg, Luiz Eduardo Ribeiro Salles e outros. Decido pela aprovação, sem restrições.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA

DESPACHO Nº 5, DE 26 DE JULHO DE 2018

Processo nº 08700.009879/2015-64
Representante: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Representados: Luiz Antônio Amin, Juvino Luiz Capello, Scherly Magnabosco Mascarello, Jonas Reimer, Lineu Barbosa Villar, Fernando César Garcia, Wilson Roberto Leal de Lima, Eduardo Poffo, Reinaldo Geraldi, Daniel Contini Dallmann, João de Ávila Sousa, Marcelo Messias de Lima Pereira, Eduardo Schmidt Bauer, José Edmundo Krug, Jorge Zandoná, Elias Antonio Piva, Jaqueline Lopes Ceolim, Emerson Ceolim, Manoel Martins Henriques, Regina Aparecida Magnabosco, Sandro Paulo Tonial, José Augusto Prima de Figueiredo Lima, Israel Alexandre Patrício, Paulo Antônio Vieira Pasetti, Tiago Carlos Reis, Edianez Bogo Floriano, Sérgio Victor Olbrich, Joel Otávio D´Agostini, Alencar Felício Reis, Dagoberto Azevedo Bueno Filho, Cyntia de Castro de Carvalho Lima, Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de Santa Catarina- SINDIPETRO/SC, Auto Posto Amin Ltda, Posto Continental Ltda, Estação Comércio de Combustíveis Ltda, Auto Posto Liberdade Ltda (CNPJ 03.353.006/0001-30), Auto Posto Liberdade Ltda (CNPJ 03.353.006/0001-11), Postoville Ltda, Posto Aldi Ltda, Auto Posto Mercado Ltda, Auto Posto Olinda Ltda-ME, Posto Getúlio Ltda, Auto Posto JC Ltda, Auto Posto JC Ltda (APA), Auto Posto Geraldi Ltda, Posto Padre Reus Ltda, Posto Graciosa Ltda, Posto Fátima Ltda, Posto Jariva Ltda, Posto Bemer Ltda, Auto Posto Piraí Ltda, Posto Graciosa V Ltda (CNPJ 84.708.437/0001-74), Posto Graciosa V Ltda (CNPJ 84.708.437/0007-60), Posto Guaíra Ltda, Posto de Combustíveis Valência Ltda, Posto Monza Ltda, Auto Posto Maranello Ltda, Auto Posto Modena Ltda, Auto Posto Bucarein Ltda, Auto Posto Bucarein Ltda (Posto Brasville), Auto Posto São Benedito Ltda, Posto JA Ltda, Posto Z11 Ltda, AM Combustíveis Ltda, Posto Z10 Ltda, Posto LC Ltda, Posto Zandoná Ltda, Auto Posto Ceolim Ltda, Auto Posto Prudente Pórtico Ltda, Auto Posto Prudente Ltda, América Comercio de Combustíveis Ltda, Auto Posto Binário Ltda, Auto Posto Estrela Prateada Comércio de Combustíveis Ltda, Auto Posto Serra da Estrela Ltda, Auto Posto Floresta Ltda, Posto Aliança Ltda, Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., Rejaile Distribuidora de Petróleo Ltda e Alesat Combustíveis S.A.
Advogados: Alessandro Gruner, João Eduardo Demathé, Demetrio Frederico Riffel Jorge, Gabriela Wentz Vieira, Lauro Celidônio Gomes dos Reis Neto, Carlos Francisco de Magalhães, Hermes Nereu Oliveira, Elton Abreu Cobra, Marcelo Machini, Leonardo Canabrava Turra, Leonardo Oliveira Callado, Carlos Janilson Rego de Freitas, Aline Palhares, Paulo Teixeira Morínigo, Amazonas Francisco do Amaral, Renato Oliveira de Azevedo, Murilo Francisco do Amaral, Danielly Carvalho Pacheco, Caroline Carlesso, Beno Brandão e outros
Relator: Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia
Verificando equívoco na distribuição do processo em epígrafe na 174ª Sessão Ordinária, realizada em 24 de julho de 2018, visto que o feito havia sido distribuído ao mesmo relator na 147ª Sessão Ordinária, realizada em 16 de agosto de 2017, torno sem efeito a segunda distribuição para que o Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia passe a integrar o próximo bloco de distribuição.
Tendo sido concluídas as diligências solicitadas a Superintendência-Geral devolvo o processo ao gabinete do relator.

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 130, DE 27 DE JULHO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Filme: O OLHO E A FACA (Brasil - 2018)
Produtor(es): Gullane Entretenimento S.A
Diretor(es): Paulo Sacramento
Distribuidor(es): ANTÔNIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFÓRNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Sexo e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.025975/2018-90
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Conjunto de Episódios: PEPPA PIG - QUANDO EU CRESCER (PEPPA PIG - WHEN I GROW UP, Reino Unido - 2004)
Distribuidor(es): UNIVERSAL PICTURES DO BRASIL
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.027502/2018-27
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Conjunto de Episódios: DIÁLOGOS SOBRE O CINEMA (Brasil - 2018)
Episódios: 01 a 06
Produtor(es): Luciana Tomasi
Diretor(es): Carlos Gerbase
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000892/2018-17
Requerente: INVIDEO PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.

Filme: FERRUGEM (Brasil - 2017)
Produtor(es): Grafo Audiovisual
Diretor(es): Alysson Muritiba
Distribuidor(es): OLHAR DISTRIBUIÇÃO
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000937/2018-45
Requerente: OLHAR DISTRIBUIÇÃO LTDA - ME

Filme: KAIRO (Brasil - 2018)
Produtor(es): Cinematográfica Superfilmes
Diretor(es): Fabrio Rodrigo
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000966/2018-15
Requerente: CINEMATOGRÁFICA SUPERFILMES

Trailer: QUERIDO EMBAIXADOR - TRAILER 2 (Brasil - 2017)
Produtor(es): Globo Filmes/GloboNews/Toscana Audiovisual
Diretor(es): Luiz Fernando Goulart
Distribuidor(es): ELO COMPANY
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama/Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Drogas
Processo: 08017.000995/2018-79
Requerente: ELO COMPANY

Filme: HERANÇA (Brasil - 2018)
Produtor(es): Ana Amélia Arantes
Diretor(es): Guilherme Reis
Distribuidor(es): POSTURA DIGITAL
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001000/2018-97
Requerente: GUILHERME FRANKLIN REIS - ME

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.213, DE 20 DE JULHO DE 2018

Aprova o Componente Parto e Nascimento de Plano de Ação Regional da Rede Cegonha e, para sua implementação, estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Pará.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Anexo II - que institui a Rede Cegonha da Portaria de Consolidação n° 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde.;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Resolução da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Pará - CIB/PA nº 105, de 11 de junho de 2014, que aprova Plano de Ação Regional da Rede Cegonha das Regiões Metropolitana II, Marajó II, Caetés, Lago Tucuruí, Carajás, Araguaia e Tocantins, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Componente Parto e Nascimento do Plano de Ação Regional da Rede Cegonha do Estado do Pará, referente à Região de Saúde Rio Caetés.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 709.195,00 (setecentos e nove mil e cento e noventa e cinco reais) a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Pará, destinado à implementação do previsto no art. 1º, conforme anexo.

Art. 3º Fica determinado que o Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos recursos estabelecidos no art. 2º, ao Fundo Estadual de Saúde do Pará, conforme estabelecido no anexo a esta Portaria, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0015 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida à manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 9ª (nona) parcela de 2018.

GILBERTO OCCHI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

UF	IBGE	Município	CNES	Estabelecimento	Gestão	Valor anual (R$)
PA	1501709	Bragança	2678756	Hospital Geral de Bragança	Estadual	709.195,00
TOTAL						709.195,00

PORTARIA Nº 2.258, DE 27 DE JULHO DE 2018

Estabelece a suspensão da transferência de recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Belford Roxo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.276/GM/MS, de 26 de junho de 2013, que aprova alterações da Etapa I do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado do Rio de Janeiro e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação;

Considerando o Anexo III da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Capítulo II - do Financiamento da Rede de Atenção às Urgências e Emergências - da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica estabelecida a suspensão da transferência de recursos no montante anual de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), destinado ao pagamento do incentivo de custeio diferenciado de Porta de Entrada Hospitalar, Tipologia Hospital Geral, do Hospital Municipal Jorge Júlio Costa Santos, CNES 2289571, localizado em Belford Roxo (RJ), estabelecidos pela Portaria nº 1.276/GM/MS, de 26 de junho de 2013.

Parágrafo único. A suspensão de que trata o caput deste art. é decorrente do descumprimento de requisitos e critérios estabelecidos pelas Portarias de Consolidação nº 3/GM/MS e nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Fica estabelecida a devolução dos recursos financeiros repassados a partir da competência fevereiro de 2017 até a publicação desta Portaria.

Art. 3º A Secretaria de Atenção à Saúde adotará os procedimentos junto ao Fundo Municipal de Saúde de Belford Roxo, para a devolução do recurso financeiro de Custeio repassado, acrescido da correção monetária prevista em lei, e dos rendimentos de aplicação financeira originados pela aplicação dos recursos repassados, bem como a baixa no sistema de controle de repasse fundo a fundo do Ministério da Saúde, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

UF	IBGE	Município	CNES	Estabelecimento	Gestão	Custeio Porta de Entrada Hospitalar de Urgência	
						Mensal	Anual
RJ	330045	Belford Roxo	2289571	Hospital Municipal Jorge Júlio Costa Santos	Municipal	100.000,00	1.200.000,00
Total						100.000,00	1.200.000,00

PORTARIA Nº 2.259, DE 27 DE JULHO DE 2018

Autoriza o repasse dos valores de recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde, relativos ao Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS); à Assistência Financeira Complementar (AFC) da União para cumprimento do piso salarial profissional nacional dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) e ao Incentivo Financeiro para fortalecimento de políticas afetas à atuação dos ACE (IF).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único, do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 12.994, de 17 de junho de 2014, que altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para instituir piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 8.474, de 22 de junho de 2015, que regulamenta o disposto no § 1º do art. 9º-C e no § 1º do art. 9º-D da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias;

Considerando os arts. 1º a 16 do Anexo III da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.510/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que atualiza os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde do Componente de Vigilância em Saúde do Bloco de Vigilância em Saúde, com base na estimativa populacional do IBGE para 2017, definindo doravante os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde das 27 (vinte e sete) Unidades Federadas; e

Considerando o Relatório do cadastro dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) no Sistema Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (SCNES) referente ao mês de junho de 2018, resolve:

Art. 1º Autoriza o repasse dos valores de recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde, relativos ao Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS); à Assistência Financeira Complementar (AFC) da União para cumprimento do piso salarial profissional nacional dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) e ao Incentivo Financeiro para fortalecimento de políticas afetas à atuação dos ACE (IF).

Art. 2º Os valores a serem transferidos para os Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios constantes desta Portaria totalizam o montante de R$ 129.735.016,85 (cento e vinte e nove milhões setecentos e trinta e cinco mil dezesseis reais e oitenta e cinco centavos) conforme Anexos I a XXVII.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamentos instruídos.

Art. 4º Os créditos orçamentários de que tratam a presente Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho - 10.305.2015.20AL Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - Plano Orçamentário 0000, e o Programa de Trabalho - 10.305.2015.20AL-0001 Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - Plano Orçamentário 0001 - Assistência Financeira Complementar aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Agentes de Combate às Endemias.

Parágrafo único. Os recursos relativos ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de vigilância em saúde.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2018.

GILBERTO OCCHI

		ANEXO I				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
AC	120000	SES/AC	0	0,00	0,00	120.398,34
AC	120001	Acrelândia	0	0,00	0,00	10.786,47
AC	120005	Assis Brasil	2	101,40	1.926,60	3.603,98
AC	120010	Brasiléia	8	405,60	7.706,40	10.887,98
AC	120013	Bujari	1	50,70	963,30	7.194,72
AC	120017	Capixaba	0	0,00	0,00	8.361,28
AC	120020	Cruzeiro do Sul	126	6.388,20	121.375,80	32.945,52
AC	120025	Epitaciolândia	6	304,20	5.779,80	8.048,85
AC	120030	Feijó	0	0,00	0,00	25.966,60
AC	120032	Jordão	3	152,10	2.889,90	4.116,81
AC	120033	Mâncio Lima	7	354,90	6.743,10	9.226,65
AC	120034	Manoel Urbano	3	152,10	2.889,90	5.033,45
AC	120035	Marechal Thaumaturgo	3	152,10	2.889,90	13.068,25
AC	120038	Plácido de Castro	0	0,00	0,00	15.625,52

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AC	120039	Porto Walter	6	304,20	5.779,80	5.061,55
AC	120040	Rio Branco	150	7.605,00	144.495,00	143.950,89
AC	120042	Rodrigues Alves	28	1.419,60	26.972,40	7.574,29
AC	120043	Santa Rosa do Purus	0	0,00	0,00	5.845,81
AC	120045	Senador Guiomard	6	304,20	5.779,80	11.407,92
AC	120050	Sena Madureira	0	0,00	0,00	34.403,35
AC	120060	Tarauacá	8	405,60	7.706,40	26.080,52
AC	120070	Xapuri	5	253,50	4.816,50	10.525,38
AC	120080	Porto Acre	0	0,00	0,00	13.108,79
		Total	362	18.353,40	348.714,60	533.222,92
		ANEXO II				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
AL	270000	SES/AL	0	0,00	0,00	281.725,19
AL	270010	Água Branca	5	253,50	4.816,50	4.689,13
AL	270020	Anadia	5	253,50	4.816,50	4.022,63
AL	270030	Arapiraca	13	659,10	12.522,90	96.690,47
AL	270040	Atalaia	11	557,70	10.596,30	10.371,43
AL	270050	Barra de Santo Antônio	7	354,90	6.743,10	4.586,89
AL	270060	Barra de São Miguel	4	202,80	3.853,20	2.427,68
AL	270070	Batalha	6	304,20	5.779,80	4.143,17
AL	270080	Belém	2	101,40	1.926,60	1.195,26
AL	270090	Belo Monte	3	152,10	2.889,90	1.648,72
AL	270100	Boca da Mata	10	507,00	9.633,00	6.110,30
AL	270110	Branquinha	4	202,80	3.853,20	2.560,28
AL	270120	Cacimbinhas	4	202,80	3.853,20	2.486,17
AL	270130	Cajueiro	8	405,60	7.706,40	4.674,67
AL	270135	Campestre	3	152,10	2.889,90	1.603,24
AL	270140	Campo Alegre	10	507,00	9.633,00	14.783,90
AL	270150	Campo Grande	3	152,10	2.889,90	2.234,62
AL	270160	Canapi	4	202,80	3.853,20	4.420,43
AL	270170	Capela	7	354,90	6.743,10	3.900,79
AL	270180	Carneiros	2	101,40	1.926,60	2.297,27
AL	270190	Chã Preta	3	152,10	2.889,90	1.721,40
AL	270200	Coité do Nóia	4	202,80	3.853,20	2.619,73
AL	270210	Colônia Leopoldina	7	354,90	6.743,10	4.763,09
AL	270220	Coqueiro Seco	3	152,10	2.889,90	1.791,48
AL	270230	Coruripe	19	963,30	18.302,70	12.872,82
AL	270235	Craíbas	5	253,50	4.816,50	6.183,91
AL	270240	Delmiro Gouveia	21	1.064,70	20.229,30	11.589,38
AL	270250	Dois Riachos	4	202,80	3.853,20	2.551,81
AL	270255	Estrela de Alagoas	4	202,80	3.853,20	4.603,37
AL	270260	Feira Grande	5	253,50	4.816,50	5.367,24
AL	270270	Feliz Deserto	3	152,10	2.889,90	1.139,10
AL	270280	Flexeiras	4	202,80	3.853,20	2.891,73
AL	270290	Girau do Ponciano	6	304,20	5.779,80	12.360,62
AL	270300	Ibateguara	5	253,50	4.816,50	3.535,61
AL	270310	Igaci	5	253,50	4.816,50	6.865,88
AL	270320	Igreja Nova	5	253,50	4.816,50	6.215,44
AL	270330	Inhapi	4	202,80	3.853,20	4.661,57
AL	270340	Jacaré dos Homens	3	152,10	2.889,90	1.349,16
AL	270350	Jacuípe	3	152,10	2.889,90	1.644,60
AL	270360	Japaratinga	3	152,10	2.889,90	2.178,47
AL	270370	Jaramataia	3	152,10	2.889,90	1.393,68
AL	270375	Jequiá da Praia	4	202,80	3.853,20	2.747,23
AL	270380	Joaquim Gomes	6	304,20	5.779,80	5.366,50
AL	270390	Jundiá	2	101,40	1.926,60	1.036,19
AL	270400	Junqueiro	5	253,50	4.816,50	6.625,47
AL	270410	Lagoa da Canoa	4	202,80	3.853,20	4.602,76
AL	270420	Limoeiro de Anadia	5	253,50	4.816,50	8.002,71
AL	270430	Maceió	531	26.921,70	511.512,30	279.443,55
AL	270440	Major Isidoro	6	304,20	5.779,80	4.554,48
AL	270450	Maragogi	10	507,00	9.633,00	8.612,82
AL	270460	Maravilha	2	101,40	1.926,60	3.952,99
AL	270470	Marechal Deodoro	26	1.318,20	25.045,80	14.461,98
AL	270480	Maribondo	5	253,50	4.816,50	3.186,92
AL	270490	Mar Vermelho	2	101,40	1.926,60	1.039,86
AL	270500	Mata Grande	5	253,50	4.816,50	6.756,98
AL	270510	Matriz de Camaragibe	6	304,20	5.779,80	5.388,03
AL	270520	Messias	6	304,20	5.779,80	5.232,67
AL	270530	Minador do Negrão	3	152,10	2.889,90	1.294,33
AL	270540	Monteirópolis	3	152,10	2.889,90	1.706,71
AL	270550	Murici	7	354,90	6.743,10	6.151,21
AL	270560	Novo Lino	4	202,80	3.853,20	2.879,95
AL	270570	Olho d'Água das Flores	7	354,90	6.743,10	4.766,89
AL	270580	Olho d'Água do Casado	3	152,10	2.889,90	2.194,74
AL	270590	Olho d'Água Grande	3	152,10	2.889,90	1.259,75
AL	270600	Olivença	4	202,80	3.853,20	2.692,13
AL	270610	Ouro Branco	4	202,80	3.853,20	2.629,41
AL	270620	Palestina	3	152,10	2.889,90	1.249,20
AL	270630	Palmeira dos Índios	34	1.723,80	32.752,20	16.603,67
AL	270640	Pão de Açúcar	6	304,20	5.779,80	5.579,78
AL	270642	Pariconha	4	202,80	3.853,20	2.667,68
AL	270644	Paripueira	3	152,10	2.889,90	5.104,79
AL	270650	Passo de Camaragibe	3	152,10	2.889,90	4.066,96
AL	270660	Paulo Jacinto	4	202,80	3.853,20	1.775,76
AL	270670	Penedo	28	1.419,60	26.972,40	14.472,90
AL	270680	Piaçabuçu	6	304,20	5.779,80	4.112,81

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AL	270690	Pilar	21	1.064,70	20.229,30	9.913,97
AL	270700	Pindoba	2	101,40	1.926,60	754,98
AL	270710	Piranhas	7	354,90	6.743,10	5.585,49
AL	270720	Poço das Trincheiras	4	202,80	3.853,20	3.406,45
AL	270730	Porto Calvo	0	0,00	0,00	11.925,55
AL	270740	Porto de Pedras	3	152,10	2.889,90	2.228,67
AL	270750	Porto Real do Colégio	5	253,50	4.816,50	4.663,65
AL	270760	Quebrangulo	4	202,80	3.853,20	2.668,06
AL	270770	Rio Largo	32	1.622,40	30.825,60	21.188,32
AL	270780	Roteiro	3	152,10	2.889,90	1.577,56
AL	270790	Santa Luzia do Norte	3	152,10	2.889,90	2.308,04
AL	270800	Santana do Ipanema	17	861,90	16.376,10	10.975,38
AL	270810	Santana do Mundaú	4	202,80	3.853,20	2.560,68
AL	270820	São Brás	3	152,10	2.889,90	1.649,71
AL	270830	São José da Laje	9	456,30	8.669,70	5.261,12
AL	270840	São José da Tapera	7	354,90	6.743,10	7.794,14
AL	270850	São Luís do Quitunde	11	557,70	10.596,30	7.514,96
AL	270860	São Miguel dos Campos	17	861,90	16.376,10	13.332,81
AL	270870	São Miguel dos Milagres	3	152,10	2.889,90	2.070,76
AL	270880	São Sebastião	6	304,20	5.779,80	9.624,06
AL	270890	Satuba	3	152,10	2.889,90	6.566,72
AL	270895	Senador Rui Palmeira	4	202,80	3.853,20	3.237,64
AL	270900	Tanque d'Arca	3	152,10	2.889,90	1.511,87
AL	270910	Taquarana	4	202,80	3.853,20	5.311,67
AL	270915	Teotônio Vilela	6	304,20	5.779,80	14.432,68
AL	270920	Traipu	3	152,10	2.889,90	9.702,08
AL	270930	União dos Palmares	27	1.368,90	26.009,10	14.416,85
AL	270940	Viçosa	10	507,00	9.633,00	5.732,94
		Total	1.205	61.093,50	1.160.776,50	1.185.008,95
		ANEXO III				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
AM	130000	SES/AM	0	0,00	0,00	691.262,78
AM	130002	Alvarães	0	0,00	0,00	20.947,03
AM	130006	Amaturá	0	0,00	0,00	8.130,57
AM	130008	Anamã	0	0,00	0,00	8.538,68
AM	130010	Anori	0	0,00	0,00	11.730,51
AM	130014	Apuí	8	405,60	7.706,40	19.534,59
AM	130020	Atalaia do Norte	22	1.115,40	21.192,60	13.205,71
AM	130030	Autazes	0	0,00	0,00	33.859,65
AM	130040	Barcelos	47	2.382,90	45.275,10	18.038,01
AM	130050	Barreirinha	5	253,50	4.816,50	13.504,14
AM	130060	Benjamin Constant	0	0,00	0,00	24.005,26
AM	130063	Beruri	4	202,80	3.853,20	7.176,72
AM	130068	Boa Vista do Ramos	0	0,00	0,00	10.735,54
AM	130070	Boca do Acre	10	507,00	9.633,00	17.483,94
AM	130080	Borba	0	0,00	0,00	37.182,83
AM	130083	Caapiranga	0	0,00	0,00	8.034,00
AM	130090	Canutama	14	709,80	13.486,20	6.587,74
AM	130100	Carauari	0	0,00	0,00	16.459,07
AM	130110	Careiro	20	1.014,00	19.266,00	24.500,56
AM	130115	Careiro da Várzea	2	101,40	1.926,60	20.671,32
AM	130120	Coari	0	0,00	0,00	71.576,70
AM	130130	Codajás	7	354,90	6.743,10	9.413,94
AM	130140	Eirunepé	38	1.926,60	36.605,40	10.132,06
AM	130150	Envira	0	0,00	0,00	11.321,60
AM	130160	Fonte Boa	5	253,50	4.816,50	15.981,65
AM	130165	Guajará	13	659,10	12.522,90	4.745,12
AM	130170	Humaitá	19	963,30	18.302,70	49.638,29
AM	130180	Ipixuna	56	2.839,20	53.944,80	8.218,50
AM	130185	Iranduba	0	0,00	0,00	55.902,52
AM	130190	Itacoatiara	27	1.368,90	26.009,10	51.298,27
AM	130195	Itamarati	11	557,70	10.596,30	4.583,05
AM	130200	Itapiranga	0	0,00	0,00	7.742,62
AM	130210	Japurá	0	0,00	0,00	16.318,18
AM	130220	Juruá	2	101,40	1.926,60	8.337,90
AM	130230	Jutaí	0	0,00	0,00	23.209,48
AM	130240	Lábrea	69	3.498,30	66.467,70	13.507,62
AM	130250	Manacapuru	0	0,00	0,00	82.068,96
AM	130255	Manaquiri	5	253,50	4.816,50	12.868,28
AM	130260	Manaus	22	1.115,40	21.192,60	1.627.986,78
AM	130270	Manicoré	0	0,00	0,00	31.776,23
AM	130280	Maraã	4	202,80	3.853,20	7.277,19
AM	130290	Maués	0	0,00	0,00	36.134,80
AM	130300	Nhamundá	5	253,50	4.816,50	7.324,07
AM	130310	Nova Olinda do Norte	0	0,00	0,00	21.160,33
AM	130320	Novo Airão	0	0,00	0,00	18.866,79
AM	130330	Novo Aripuanã	0	0,00	0,00	19.637,55
AM	130340	Parintins	0	0,00	0,00	66.117,42
AM	130350	Pauini	0	0,00	0,00	15.029,95
AM	130353	Presidente Figueiredo	0	0,00	0,00	48.190,55
AM	130356	Rio Preto da Eva	35	1.774,50	33.715,50	23.903,09
AM	130360	Santa Isabel do Rio Negro	7	354,90	6.743,10	20.013,39
AM	130370	Santo Antônio do Içá	43	2.180,10	41.421,90	7.228,47
AM	130380	São Gabriel da Cachoeira	0	0,00	0,00	34.598,65
AM	130390	São Paulo de Olivença	17	861,90	16.376,10	11.049,48

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AM	130395	São Sebastião do Uatumã	3	152,10	2.889,90	5.567,12
AM	130400	Silves	0	0,00	0,00	7.636,30
AM	130406	Tabatinga	9	456,30	8.669,70	28.291,62
AM	130410	Tapauá	20	1.014,00	19.266,00	9.720,72
AM	130420	Tefé	0	0,00	0,00	37.110,10
AM	130423	Tonantins	4	202,80	3.853,20	7.056,01
AM	130426	Uarini	14	709,80	13.486,20	3.917,74
AM	130430	Urucará	0	0,00	0,00	12.771,04
AM	130440	Urucurituba	5	253,50	4.816,50	8.047,79
		Total	572	29.000,40	551.007,60	3.584.866,57
		ANEXO IV				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
AP	160000	SES/AP	0	0,00	0,00	85.507,22
AP	160005	Serra do Navio	4	202,80	3.853,20	9.521,66
AP	160010	Amapá	1	50,70	963,30	7.596,05
AP	160015	Pedra Branca do Amapari	18	912,60	17.339,40	15.263,05
AP	160020	Calçoene	10	507,00	9.633,00	7.118,13
AP	160021	Cutias	3	152,10	2.889,90	2.623,08
AP	160023	Ferreira Gomes	0	0,00	0,00	6.708,48
AP	160025	Itaubal	0	0,00	0,00	5.555,53
AP	160027	Laranjal do Jari	11	557,70	10.596,30	30.343,28
AP	160030	Macapá	173	8.771,10	166.650,90	178.928,14
AP	160040	Mazagão	14	709,80	13.486,20	21.374,15
AP	160050	Oiapoque	11	557,70	10.596,30	38.407,73
AP	160053	Porto Grande	5	253,50	4.816,50	21.153,24
AP	160055	Pracuúba	2	101,40	1.926,60	3.808,72
AP	160060	Santana	59	2.991,30	56.834,70	42.439,54
AP	160070	Tartarugalzinho	5	253,50	4.816,50	17.048,74
AP	160080	Vitória do Jari	0	0,00	0,00	9.803,62
		Total	316	16.021,20	304.402,80	503.200,36
		ANEXO V				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
BA	290000	SES/BA	0	0,00	0,00	1.649.594,60
BA	290010	Abaíra	0	0,00	0,00	4.236,37
BA	290020	Abaré	4	202,80	3.853,20	5.400,09
BA	290030	Acajutiba	8	405,60	7.706,40	3.604,10
BA	290035	Adustina	4	202,80	3.853,20	4.098,42
BA	290040	Água Fria	4	202,80	3.853,20	4.171,30
BA	290050	Érico Cardoso	0	0,00	0,00	5.274,95
BA	290060	Aiquara	2	101,40	1.926,60	1.181,77
BA	290070	Alagoinhas	84	4.258,80	80.917,20	35.745,19
BA	290080	Alcobaça	7	354,90	6.743,10	5.357,00
BA	290090	Almadina	3	152,10	2.889,90	1.449,94
BA	290100	Amargosa	14	709,80	13.486,20	8.767,69
BA	290110	Amélia Rodrigues	12	608,40	11.559,60	6.067,65
BA	290115	América Dourada	6	304,20	5.779,80	3.878,19
BA	290120	Anagé	0	0,00	0,00	11.086,24
BA	290130	Andaraí	5	253,50	4.816,50	3.382,63
BA	290135	Andorinha	4	202,80	3.853,20	3.584,59
BA	290140	Angical	4	202,80	3.853,20	3.382,96
BA	290150	Anguera	4	202,80	3.853,20	2.631,06
BA	290160	Antas	4	202,80	3.853,20	5.115,92
BA	290170	Antônio Cardoso	4	202,80	3.853,20	2.801,56
BA	290180	Antônio Gonçalves	4	202,80	3.853,20	2.792,85
BA	290190	Aporá	4	202,80	3.853,20	4.922,05
BA	290195	Apuarema	3	152,10	2.889,90	1.786,35
BA	290200	Aracatu	4	202,80	3.853,20	3.261,50
BA	290205	Araças	0	0,00	0,00	5.778,66
BA	290210	Araci	13	659,10	12.522,90	13.313,35
BA	290220	Aramari	4	202,80	3.853,20	2.681,94
BA	290225	Arataca	0	0,00	0,00	5.418,41
BA	290230	Aratuípe	4	202,80	3.853,20	2.111,38
BA	290240	Aurelino Leal	6	304,20	5.779,80	3.099,48
BA	290250	Baianópolis	0	0,00	0,00	6.564,70
BA	290260	Baixa Grande	5	253,50	4.816,50	4.993,20
BA	290265	Banzaê	4	202,80	3.853,20	3.154,48
BA	290270	Barra	12	608,40	11.559,60	13.609,77
BA	290280	Barra da Estiva	6	304,20	5.779,80	5.171,38
BA	290290	Barra do Choça	1	50,70	963,30	15.338,24
BA	290300	Barra do Mendes	4	202,80	3.853,20	3.372,96
BA	290310	Barra do Rocha	1	50,70	963,30	2.024,11
BA	290320	Barreiras	48	2.433,60	46.238,40	36.125,38
BA	290323	Barro Alto	1	50,70	963,30	6.084,49
BA	290327	Barrocas	4	202,80	3.853,20	3.734,50
BA	290330	Barro Preto	3	152,10	2.889,90	1.550,77
BA	290340	Belmonte	6	304,20	5.779,80	5.502,98
BA	290350	Belo Campo	5	253,50	4.816,50	4.248,52
BA	290360	Biritinga	4	202,80	3.853,20	3.816,31
BA	290370	Boa Nova	4	202,80	3.853,20	3.469,81
BA	290380	Boa Vista do Tupim	0	0,00	0,00	9.048,60
BA	290390	Bom Jesus da Lapa	25	1.267,50	24.082,50	16.183,29
BA	290395	Bom Jesus da Serra	4	202,80	3.853,20	2.439,25
BA	290400	Boninal	0	0,00	0,00	6.882,65
BA	290405	Bonito	4	202,80	3.853,20	3.998,50
BA	290410	Boquira	0	0,00	0,00	10.296,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	290420	Botuporã	4	202,80	3.853,20	2.557,96
BA	290430	Brejões	4	202,80	3.853,20	3.498,23
BA	290440	Brejolândia	4	202,80	3.853,20	2.647,83
BA	290450	Brotas de Macaúbas	0	0,00	0,00	5.179,62
BA	290460	Brumado	22	1.115,40	21.192,60	15.967,65
BA	290470	Buerarema	0	0,00	0,00	9.064,04
BA	290475	Buritirama	5	253,50	4.816,50	5.168,75
BA	290480	Caatiba	0	0,00	0,00	4.962,83
BA	290485	Cabaceiras do Paraguaçu	4	202,80	3.853,20	4.998,13
BA	290490	Cachoeira	9	456,30	8.669,70	8.052,69
BA	290500	Caculé	0	0,00	0,00	10.916,12
BA	290510	Caém	4	202,80	3.853,20	2.389,98
BA	290515	Caetanos	0	0,00	0,00	7.381,91
BA	290520	Caetité	15	760,50	14.449,50	12.112,15
BA	290530	Cafarnaum	6	304,20	5.779,80	4.355,54
BA	290540	Cairu	4	202,80	3.853,20	4.499,46
BA	290550	Caldeirão Grande	4	202,80	3.853,20	3.169,86
BA	290560	Camacan	12	608,40	11.559,60	7.633,54
BA	290570	Camaçari	158	8.010,60	152.201,40	68.037,98
BA	290580	Camamu	7	354,90	6.743,10	10.461,76
BA	290590	Campo Alegre de Lourdes	5	253,50	4.816,50	8.955,50
BA	290600	Campo Formoso	16	811,20	15.412,80	18.250,86
BA	290610	Canápolis	4	202,80	3.853,20	2.511,70
BA	290620	Canarana	7	354,90	6.743,10	6.155,88
BA	290630	Canavieiras	14	709,80	13.486,20	8.136,59
BA	290640	Candeal	3	152,10	2.889,90	2.095,27
BA	290650	Candeias	41	2.078,70	39.495,30	20.816,49
BA	290660	Candiba	4	202,80	3.853,20	3.389,83
BA	290670	Cândido Sales	9	456,30	8.669,70	6.200,56
BA	290680	Cansanção	6	304,20	5.779,80	10.807,74
BA	290682	Canudos	5	253,50	4.816,50	3.968,25
BA	290685	Capela do Alto Alegre	4	202,80	3.853,20	2.845,78
BA	290687	Capim Grosso	12	608,40	11.559,60	7.194,00
BA	290689	Caraíbas	0	0,00	0,00	4.717,16
BA	290690	Caravelas	6	304,20	5.779,80	5.211,25
BA	290700	Cardeal da Silva	3	152,10	2.889,90	2.233,69
BA	290710	Carinhanha	7	354,90	6.743,10	7.060,98
BA	290720	Casa Nova	22	1.115,40	21.192,60	16.816,71
BA	290730	Castro Alves	8	405,60	7.706,40	6.253,04
BA	290740	Catolândia	2	101,40	1.926,60	975,17
BA	290750	Catu	28	1.419,60	26.972,40	12.938,52
BA	290755	Caturama	0	0,00	0,00	4.475,16
BA	290760	Central	2	101,40	1.926,60	6.387,56
BA	290770	Chorrochó	4	202,80	3.853,20	2.656,27
BA	290780	Cícero Dantas	10	507,00	9.633,00	7.960,87
BA	290790	Cipó	7	354,90	6.743,10	4.065,19
BA	290800	Coaraci	10	507,00	9.633,00	4.808,99
BA	290810	Cocos	5	253,50	4.816,50	4.468,29
BA	290820	Conceição da Feira	7	354,90	6.743,10	5.276,33
BA	290830	Conceição do Almeida	4	202,80	3.853,20	4.691,96
BA	290840	Conceição do Coité	26	1.318,20	25.045,80	15.652,77
BA	290850	Conceição do Jacuípe	12	608,40	11.559,60	7.763,25
BA	290860	Conde	6	304,20	5.779,80	6.306,90
BA	290870	Condeúba	4	202,80	3.853,20	4.561,34
BA	290880	Contendas do Sincorá	2	101,40	1.926,60	1.057,15
BA	290890	Coração de Maria	5	253,50	4.816,50	6.215,32
BA	290900	Cordeiros	3	152,10	2.889,90	2.040,50
BA	290910	Coribe	4	202,80	3.853,20	3.443,00
BA	290920	Coronel João Sá	4	202,80	3.853,20	4.340,86
BA	290930	Correntina	8	405,60	7.706,40	7.645,23
BA	290940	Cotegipe	0	0,00	0,00	6.606,41
BA	290950	Cravolândia	3	152,10	2.889,90	1.318,37
BA	290960	Crisópolis	6	304,20	5.779,80	5.003,85
BA	290970	Cristópolis	4	202,80	3.853,20	3.300,69
BA	290980	Cruz das Almas	26	1.318,20	25.045,80	14.880,25
BA	290990	Curaçá	7	354,90	6.743,10	9.538,73
BA	291000	Dário Meira	4	202,80	3.853,20	2.915,23
BA	291005	Dias d'Ávila	38	1.926,60	36.605,40	18.483,90
BA	291010	Dom Basílio	4	202,80	3.853,20	2.888,42
BA	291020	Dom Macedo Costa	2	101,40	1.926,60	965,25
BA	291030	Elísio Medrado	3	152,10	2.889,90	1.940,36
BA	291040	Encruzilhada	5	253,50	4.816,50	5.485,91
BA	291050	Entre Rios	14	709,80	13.486,20	9.905,27
BA	291060	Esplanada	12	608,40	11.559,60	8.672,81
BA	291070	Euclides da Cunha	18	912,60	17.339,40	14.253,14
BA	291072	Eunápolis	49	2.484,30	47.201,70	26.420,63
BA	291075	Fátima	4	202,80	3.853,20	4.826,85
BA	291077	Feira da Mata	0	0,00	0,00	2.837,83
BA	291080	Feira de Santana	323	16.376,10	311.145,90	143.796,81
BA	291085	Filadélfia	5	253,50	4.816,50	4.034,02
BA	291090	Firmino Alves	3	152,10	2.889,90	1.334,21
BA	291100	Floresta Azul	4	202,80	3.853,20	2.610,67
BA	291110	Formosa do Rio Preto	7	354,90	6.743,10	5.938,17
BA	291120	Gandu	13	659,10	12.522,90	7.682,98
BA	291125	Gavião	2	101,40	1.926,60	1.090,86
BA	291130	Gentio do Ouro	3	152,10	2.889,90	2.733,63
BA	291140	Glória	0	0,00	0,00	7.366,33
BA	291150	Gongogi	3	152,10	2.889,90	1.907,81

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	291160	Governador Mangabeira	4	202,80	3.853,20	5.998,67
BA	291165	Guajeru	3	152,10	2.889,90	2.222,27
BA	291170	Guanambi	24	1.216,80	23.119,20	19.893,50
BA	291180	Guaratinga	6	304,20	5.779,80	5.175,27
BA	291185	Heliópolis	3	152,10	2.889,90	3.587,13
BA	291190	Iaçu	9	456,30	8.669,70	6.270,63
BA	291200	Ibiassucê	4	202,80	3.853,20	2.490,13
BA	291210	Ibicaraí	9	456,30	8.669,70	5.636,35
BA	291220	Ibicoara	7	354,90	6.743,10	4.534,29
BA	291230	Ibicuí	6	304,20	5.779,80	3.849,08
BA	291240	Ibipeba	6	304,20	5.779,80	4.280,38
BA	291250	Ibipitanga	0	0,00	0,00	7.064,29
BA	291260	Ibiquera	1	50,70	963,30	1.404,91
BA	291270	Ibirapitanga	0	0,00	0,00	11.134,29
BA	291280	Ibirapuã	4	202,80	3.853,20	2.028,58
BA	291290	Ibirataia	8	405,60	7.706,40	5.291,03
BA	291300	Ibitiara	4	202,80	3.853,20	3.887,35
BA	291310	Ibititá	5	253,50	4.816,50	4.297,33
BA	291320	Ibotirama	12	608,40	11.559,60	6.385,04
BA	291330	Ichu	3	152,10	2.889,90	1.475,15
BA	291340	Igaporã	5	253,50	4.816,50	3.731,52
BA	291345	Igrapiúna	4	202,80	3.853,20	3.324,98
BA	291350	Iguaí	7	354,90	6.743,10	6.608,66
BA	291360	Ilhéus	94	4.765,80	90.550,20	46.160,59
BA	291370	Inhambupe	9	456,30	8.669,70	10.083,00
BA	291380	Ipecaetá	4	202,80	3.853,20	3.610,06
BA	291390	Ipiaú	21	1.064,70	20.229,30	10.932,17
BA	291400	Ipirá	21	1.064,70	20.229,30	14.389,46
BA	291410	Ipupiara	4	202,80	3.853,20	2.327,65
BA	291420	Irajuba	2	101,40	1.926,60	1.730,05
BA	291430	Iramaia	1	50,70	963,30	5.465,58
BA	291440	Iraquara	5	253,50	4.816,50	6.968,01
BA	291450	Irará	6	304,20	5.779,80	7.947,28
BA	291460	Irecê	37	1.875,90	35.642,10	17.069,02
BA	291465	Itabela	13	659,10	12.522,90	7.200,88
BA	291470	Itaberaba	33	1.673,10	31.788,90	15.309,71
BA	291480	Itabuna	118	5.982,60	113.669,40	50.656,38
BA	291490	Itacaré	7	354,90	6.743,10	6.504,21
BA	291500	Itaeté	4	202,80	3.853,20	3.800,96
BA	291510	Itagi	5	253,50	4.816,50	3.104,77
BA	291520	Itagibá	5	253,50	4.816,50	3.642,88
BA	291530	Itagimirim	1	50,70	963,30	2.437,53
BA	291535	Itaguaçu da Bahia	2	101,40	1.926,60	4.819,15
BA	291540	Itaju do Colônia	1	50,70	963,30	2.477,40
BA	291550	Itajuípe	9	456,30	8.669,70	5.015,08
BA	291560	Itamaraju	26	1.318,20	25.045,80	15.435,75
BA	291570	Itamari	0	0,00	0,00	3.992,62
BA	291580	Itambé	9	456,30	8.669,70	8.288,21
BA	291590	Itanagra	3	152,10	2.889,90	1.841,13
BA	291600	Itanhém	7	354,90	6.743,10	4.751,77
BA	291610	Itaparica	11	557,70	10.596,30	5.628,77
BA	291620	Itapé	0	0,00	0,00	4.895,91
BA	291630	Itapebi	3	152,10	2.889,90	2.636,71
BA	291640	Itapetinga	37	1.875,90	35.642,10	17.767,98
BA	291650	Itapicuru	5	253,50	4.816,50	11.780,20
BA	291660	Itapitanga	4	202,80	3.853,20	2.475,00
BA	291670	Itaquara	0	0,00	0,00	3.938,00
BA	291680	Itarantim	8	405,60	7.706,40	4.655,29
BA	291685	Itatim	6	304,20	5.779,80	3.502,27
BA	291690	Itiruçu	5	253,50	4.816,50	3.721,07
BA	291700	Itiúba	6	304,20	5.779,80	11.862,36
BA	291710	Itororó	9	456,30	8.669,70	4.867,73
BA	291720	Ituaçu	4	202,80	3.853,20	5.119,59
BA	291730	Ituberá	10	507,00	9.633,00	6.743,92
BA	291733	Iuiú	4	202,80	3.853,20	2.632,51
BA	291735	Jaborandi	3	152,10	2.889,90	2.158,06
BA	291740	Jacaraci	4	202,80	3.853,20	3.542,69
BA	291750	Jacobina	38	1.926,60	36.605,40	19.435,85

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	291760	Jaguaquara	21	1.064,70	20.229,30	12.840,90
BA	291770	Jaguarari	10	507,00	9.633,00	7.906,02
BA	291780	Jaguaripe	4	202,80	3.853,20	4.871,63
BA	291790	Jandaíra	3	152,10	2.889,90	2.548,33
BA	291800	Jequié	97	4.917,90	93.440,10	37.228,49
BA	291810	Jeremoabo	0	0,00	0,00	19.068,95
BA	291820	Jiquiriçá	0	0,00	0,00	6.923,58
BA	291830	Jitaúna	5	253,50	4.816,50	3.515,75
BA	291835	João Dourado	8	405,60	7.706,40	5.877,21
BA	291840	Juazeiro	100	5.070,00	96.330,00	56.544,35
BA	291845	Jucuruçu	4	202,80	3.853,20	2.384,02
BA	291850	Jussara	0	0,00	0,00	7.339,32
BA	291855	Jussari	3	152,10	2.889,90	1.487,98
BA	291860	Jussiape	3	152,10	2.889,90	1.773,98
BA	291870	Lafaiete Coutinho	1	50,70	963,30	927,21
BA	291875	Lagoa Real	4	202,80	3.853,20	3.673,31
BA	291880	Laje	0	0,00	0,00	11.387,21
BA	291890	Lajedão	1	50,70	963,30	932,25
BA	291900	Lajedinho	2	101,40	1.926,60	990,88
BA	291905	Lajedo do Tabocal	2	101,40	1.926,60	2.163,25
BA	291910	Lamarão	3	152,10	2.889,90	2.830,33
BA	291915	Lapão	6	304,20	5.779,80	7.165,36
BA	291920	Lauro de Freitas	112	5.678,40	107.889,60	45.291,58
BA	291930	Lençóis	5	253,50	4.816,50	2.666,58
BA	291940	Licínio de Almeida	4	202,80	3.853,20	2.972,06
BA	291950	Livramento de Nossa Senhora	13	659,10	12.522,90	10.711,02
BA	291955	Luís Eduardo Magalhães	36	1.825,20	34.678,80	19.148,48
BA	291960	Macajuba	1	50,70	963,30	4.481,24
BA	291970	Macarani	7	354,90	6.743,10	4.379,38
BA	291980	Macaúbas	9	456,30	8.669,70	14.699,34
BA	291990	Macururé	3	152,10	2.889,90	1.928,90
BA	291992	Madre de Deus	9	456,30	8.669,70	4.814,10
BA	291995	Maetinga	3	152,10	2.889,90	1.645,79
BA	292000	Maiquinique	4	202,80	3.853,20	2.354,46
BA	292010	Mairi	8	405,60	7.706,40	4.627,79
BA	292020	Malhada	4	202,80	3.853,20	4.179,55
BA	292030	Malhada de Pedras	0	0,00	0,00	4.098,41
BA	292040	Manoel Vitorino	5	253,50	4.816,50	3.349,96
BA	292045	Mansidão	4	202,80	3.853,20	3.198,94
BA	292050	Maracás	12	608,40	11.559,60	7.576,71
BA	292060	Maragogipe	16	811,20	15.412,80	10.601,25
BA	292070	Maraú	5	253,50	4.816,50	4.951,95
BA	292080	Marcionílio Souza	4	202,80	3.853,20	2.526,79
BA	292090	Mascote	2	101,40	1.926,60	5.468,05
BA	292100	Mata de São João	18	912,60	17.339,40	10.770,38
BA	292105	Matina	0	0,00	0,00	6.143,69
BA	292110	Medeiros Neto	10	507,00	9.633,00	5.405,13
BA	292120	Miguel Calmon	11	557,70	10.596,30	6.331,19
BA	292130	Milagres	4	202,80	3.853,20	2.882,05
BA	292140	Mirangaba	4	202,80	3.853,20	5.112,83
BA	292145	Mirante	3	152,10	2.889,90	2.353,54
BA	292150	Monte Santo	6	304,20	5.779,80	19.375,36
BA	292160	Morpará	4	202,80	3.853,20	2.059,52
BA	292170	Morro do Chapéu	12	608,40	11.559,60	8.604,07
BA	292180	Mortugaba	2	101,40	1.926,60	4.635,66
BA	292190	Mucugê	4	202,80	3.853,20	3.199,62
BA	292200	Mucuri	15	760,50	14.449,50	9.641,50
BA	292205	Mulungu do Morro	0	0,00	0,00	6.117,68
BA	292210	Mundo Novo	7	354,90	6.743,10	6.270,92
BA	292220	Muniz Ferreira	3	152,10	2.889,90	1.808,81
BA	292225	Muquém de São Francisco	1	50,70	963,30	4.399,99
BA	292230	Muritiba	12	608,40	11.559,60	7.045,27
BA	292240	Mutuípe	6	304,20	5.779,80	5.313,48
BA	292250	Nazaré	12	608,40	11.559,60	6.770,96
BA	292260	Nilo Peçanha	1	50,70	963,30	5.622,03
BA	292265	Nordestina	4	202,80	3.853,20	3.115,98
BA	292270	Nova Canaã	4	202,80	3.853,20	5.201,52
BA	292273	Nova Fátima	3	152,10	2.889,90	1.861,98
BA	292275	Nova Ibiá	1	50,70	963,30	2.273,90
BA	292280	Nova Itarana	3	152,10	2.889,90	1.931,42
BA	292285	Nova Redenção	4	202,80	3.853,20	2.297,50
BA	292290	Nova Soure	8	405,60	7.706,40	5.993,66
BA	292300	Nova Viçosa	0	0,00	0,00	20.190,50
BA	292303	Novo Horizonte	0	0,00	0,00	5.735,58
BA	292305	Novo Triunfo	4	202,80	3.853,20	3.675,15
BA	292310	Olindina	8	405,60	7.706,40	6.697,85
BA	292320	Oliveira dos Brejinhos	5	253,50	4.816,50	5.635,79
BA	292330	Ouriçangas	3	152,10	2.889,90	2.043,25
BA	292335	Ourolândia	4	202,80	3.853,20	4.408,25
BA	292340	Palmas de Monte Alto	6	304,20	5.779,80	5.168,40
BA	292350	Palmeiras	4	202,80	3.853,20	2.132,89
BA	292360	Paramirim	6	304,20	5.779,80	5.107,21
BA	292370	Paratinga	6	304,20	5.779,80	9.330,07
BA	292380	Paripiranga	5	253,50	4.816,50	8.967,87
BA	292390	Pau Brasil	4	202,80	3.853,20	2.745,30
BA	292400	Paulo Afonso	0	0,00	0,00	55.323,58
BA	292405	Pé de Serra	0	0,00	0,00	6.635,75

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	292410	Pedrão	3	152,10	2.889,90	1.734,33
BA	292420	Pedro Alexandre	4	202,80	3.853,20	4.492,59
BA	292430	Piatã	0	0,00	0,00	8.517,66
BA	292440	Pilão Arcado	6	304,20	5.779,80	10.601,03
BA	292450	Pindaí	4	202,80	3.853,20	3.887,59
BA	292460	Pindobaçu	6	304,20	5.779,80	4.863,44
BA	292465	Pintadas	4	202,80	3.853,20	2.536,74
BA	292467	Piraí do Norte	4	202,80	3.853,20	2.541,54
BA	292470	Piripá	4	202,80	3.853,20	2.905,38
BA	292480	Piritiba	0	0,00	0,00	12.208,11
BA	292490	Planaltino	3	152,10	2.889,90	2.219,90
BA	292500	Planalto	0	0,00	0,00	12.336,04
BA	292510	Poções	19	963,30	18.302,70	11.197,31
BA	292520	Pojuca	15	760,50	14.449,50	9.102,04
BA	292525	Ponto Novo	5	253,50	4.816,50	3.740,23
BA	292530	Porto Seguro	55	2.788,50	52.981,50	34.220,08
BA	292540	Potiraguá	1	50,70	963,30	3.424,78
BA	292550	Prado	8	405,60	7.706,40	6.720,54
BA	292560	Presidente Dutra	6	304,20	5.779,80	3.605,71
BA	292570	Presidente Jânio Quadros	4	202,80	3.853,20	3.139,19
BA	292575	Presidente Tancredo Neves	5	253,50	4.816,50	8.054,41
BA	292580	Queimadas	8	405,60	7.706,40	6.472,53
BA	292590	Quijingue	5	253,50	4.816,50	8.515,50
BA	292593	Quixabeira	4	202,80	3.853,20	2.301,98
BA	292595	Rafael Jambeiro	5	253,50	4.816,50	6.343,45
BA	292600	Remanso	14	709,80	13.486,20	9.779,00
BA	292610	Retirolândia	4	202,80	3.853,20	3.375,63
BA	292620	Riachão das Neves	6	304,20	5.779,80	5.342,56
BA	292630	Riachão do Jacuípe	13	659,10	12.522,90	8.113,19
BA	292640	Riacho de Santana	8	405,60	7.706,40	8.994,80
BA	292650	Ribeira do Amparo	4	202,80	3.853,20	3.539,02
BA	292660	Ribeira do Pombal	20	1.014,00	19.266,00	12.596,15
BA	292665	Ribeirão do Largo	3	152,10	2.889,90	3.227,01
BA	292670	Rio de Contas	4	202,80	3.853,20	3.150,87
BA	292680	Rio do Antônio	4	202,80	3.853,20	3.621,75
BA	292690	Rio do Pires	1	50,70	963,30	4.596,28
BA	292700	Rio Real	15	760,50	14.449,50	9.571,60
BA	292710	Rodelas	4	202,80	3.853,20	2.155,31
BA	292720	Ruy Barbosa	10	507,00	9.633,00	7.339,78
BA	292730	Salinas da Margarida	0	0,00	0,00	7.228,83
BA	292740	Salvador	1.425	72.247,50	1.372.702,50	676.955,13
BA	292750	Santa Bárbara	5	253,50	4.816,50	4.998,70
BA	292760	Santa Brígida	4	202,80	3.853,20	3.524,81
BA	292770	Santa Cruz Cabrália	0	0,00	0,00	13.086,33
BA	292780	Santa Cruz da Vitória	3	152,10	2.889,90	1.560,17
BA	292790	Santa Inês	5	253,50	4.816,50	2.563,46
BA	292800	Santaluz	11	557,70	10.596,30	8.805,04
BA	292805	Santa Luzia	4	202,80	3.853,20	3.442,49
BA	292810	Santa Maria da Vitória	15	760,50	14.449,50	9.584,67
BA	292820	Santana	8	405,60	7.706,40	6.300,25
BA	292830	Santanópolis	3	152,10	2.889,90	2.163,79
BA	292840	Santa Rita de Cássia	9	456,30	8.669,70	6.679,29
BA	292850	Santa Teresinha	4	202,80	3.853,20	2.447,96
BA	292860	Santo Amaro	0	0,00	0,00	28.398,79
BA	292870	Santo Antônio de Jesus	52	2.636,40	50.091,60	23.682,54
BA	292880	Santo Estêvão	17	861,90	16.376,10	12.351,63
BA	292890	São Desidério	5	253,50	4.816,50	10.611,45
BA	292895	São Domingos	4	202,80	3.853,20	2.263,48
BA	292900	São Félix	5	253,50	4.816,50	3.666,50
BA	292905	São Félix do Coribe	2	101,40	1.926,60	5.326,52
BA	292910	São Felipe	5	253,50	4.816,50	5.250,33
BA	292920	São Francisco do Conde	14	709,80	13.486,20	9.217,08
BA	292925	São Gabriel	6	304,20	5.779,80	4.494,65
BA	292930	São Gonçalo dos Campos	9	456,30	8.669,70	8.755,21
BA	292935	São José da Vitória	3	152,10	2.889,90	1.447,24
BA	292937	São José do Jacuípe	0	0,00	0,00	5.069,62
BA	292940	São Miguel das Matas	0	0,00	0,00	5.542,16
BA	292950	São Sebastião do Passé	18	912,60	17.339,40	10.502,02
BA	292960	Sapeaçu	4	202,80	3.853,20	4.449,05
BA	292970	Sátiro Dias	0	0,00	0,00	9.363,29
BA	292975	Saubara	7	354,90	6.743,10	2.837,08
BA	292980	Saúde	1	50,70	963,30	5.171,49
BA	292990	Seabra	13	659,10	12.522,90	10.442,67
BA	293000	Sebastião Laranjeiras	4	202,80	3.853,20	2.680,33
BA	293010	Senhor do Bonfim	31	1.571,70	29.862,30	18.638,13
BA	293015	Serra do Ramalho	5	253,50	4.816,50	10.324,08
BA	293020	Sento Sé	11	557,70	10.596,30	9.600,02
BA	293030	Serra Dourada	4	202,80	3.853,20	4.610,84
BA	293040	Serra Preta	4	202,80	3.853,20	3.751,76
BA	293050	Serrinha	31	1.571,70	29.862,30	19.083,85
BA	293060	Serrolândia	4	202,80	3.853,20	3.169,83
BA	293070	Simões Filho	53	2.687,10	51.054,90	31.178,13
BA	293075	Sítio do Mato	4	202,80	3.853,20	3.079,31
BA	293076	Sítio do Quinto	4	202,80	3.853,20	2.976,57
BA	293077	Sobradinho	3	152,10	2.889,90	7.978,55
BA	293080	Souto Soares	4	202,80	3.853,20	5.020,57
BA	293090	Tabocas do Brejo Velho	4	202,80	3.853,20	3.006,03
BA	293100	Tanhaçu	5	253,50	4.816,50	4.952,87

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	293105	Tanque Novo	5	253,50	4.816,50	4.098,42
BA	293110	Tanquinho	4	202,80	3.853,20	1.960,06
BA	293120	Taperoá	5	253,50	4.816,50	5.020,25
BA	293130	Tapiramutá	5	253,50	4.816,50	4.093,00
BA	293135	Teixeira de Freitas	52	2.636,40	50.091,60	37.053,96
BA	293140	Teodoro Sampaio	4	202,80	3.853,20	1.861,98
BA	293150	Teofilândia	5	253,50	4.816,50	5.898,41
BA	293160	Teolândia	4	202,80	3.853,20	3.519,31
BA	293170	Terra Nova	6	304,20	5.779,80	3.104,52
BA	293180	Tremedal	4	202,80	3.853,20	4.653,46
BA	293190	Tucano	14	709,80	13.486,20	12.863,35
BA	293200	Uauá	6	304,20	5.779,80	6.120,87
BA	293210	Ubaíra	5	253,50	4.816,50	5.234,12
BA	293220	Ubaitaba	5	253,50	4.816,50	4.892,37
BA	293230	Ubatã	9	456,30	8.669,70	6.431,91
BA	293240	Uibaí	6	304,20	5.779,80	3.319,02
BA	293245	Umburanas	4	202,80	3.853,20	5.094,38
BA	293250	Una	8	405,60	7.706,40	5.269,00
BA	293260	Urandi	4	202,80	3.853,20	4.101,63
BA	293270	Uruçuca	9	456,30	8.669,70	5.434,03
BA	293280	Utinga	7	354,90	6.743,10	4.628,11
BA	293290	Valença	41	2.078,70	39.495,30	22.629,98
BA	293300	Valente	8	405,60	7.706,40	6.586,94
BA	293305	Várzea da Roça	4	202,80	3.853,20	3.377,95
BA	293310	Várzea do Poço	4	202,80	3.853,20	2.165,40
BA	293315	Várzea Nova	5	253,50	4.816,50	3.154,55
BA	293317	Varzedo	3	152,10	2.889,90	2.168,17
BA	293320	Vera Cruz	20	1.014,00	19.266,00	10.612,36
BA	293325	Vereda	1	50,70	963,30	2.149,55
BA	293330	Vitória da Conquista	170	8.619,00	163.761,00	79.914,54
BA	293340	Wagner	4	202,80	3.853,20	2.235,06
BA	293345	Wanderley	0	0,00	0,00	5.999,12
BA	293350	Wenceslau Guimarães	5	253,50	4.816,50	6.075,21
BA	293360	Xique-Xique	18	912,60	17.339,40	11.083,65
		Total	5.581	282.956,70	5.376.177,30	5.525.145,45
		ANEXO VI				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
CE	230000	SES/CE	0	0,00	0,00	779.258,78
CE	230010	Abaiara	4	202,80	3.853,20	2.543,24
CE	230015	Acarape	4	202,80	3.853,20	3.643,85
CE	230020	Acaraú	15	760,50	14.449,50	13.657,54
CE	230030	Acopiara	17	861,90	16.376,10	11.849,56
CE	230040	Aiuaba	4	202,80	3.853,20	3.782,06
CE	230050	Alcântaras	4	202,80	3.853,20	2.527,52
CE	230060	Altaneira	4	202,80	3.853,20	1.649,07
CE	230070	Alto Santo	4	202,80	3.853,20	3.739,79
CE	230075	Amontada	7	354,90	6.743,10	12.360,99
CE	230080	Antonina do Norte	3	152,10	2.889,90	1.616,76
CE	230090	Apuiarés	4	202,80	3.853,20	3.257,46
CE	230100	Aquiraz	40	2.028,00	38.532,00	21.629,42
CE	230110	Aracati	28	1.419,60	26.972,40	16.158,14
CE	230120	Aracoiaba	8	405,60	7.706,40	5.839,30
CE	230125	Ararendá	4	202,80	3.853,20	2.411,21
CE	230130	Araripe	6	304,20	5.779,80	4.754,71
CE	230140	Aratuba	4	202,80	3.853,20	2.591,39
CE	230150	Arneiroz	3	152,10	2.889,90	1.721,55
CE	230160	Assaré	8	405,60	7.706,40	5.108,02
CE	230170	Aurora	8	405,60	7.706,40	5.475,34
CE	230180	Baixio	3	152,10	2.889,90	1.386,42
CE	230185	Banabuiú	5	253,50	4.816,50	3.979,14
CE	230190	Barbalha	19	963,30	18.302,70	13.135,55
CE	230195	Barreira	5	253,50	4.816,50	4.617,84
CE	230200	Barro	8	405,60	7.706,40	4.946,07
CE	230205	Barroquinha	5	253,50	4.816,50	3.278,37
CE	230210	Baturité	14	709,80	13.486,20	7.876,39
CE	230220	Beberibe	14	709,80	13.486,20	11.603,98
CE	230230	Bela Cruz	8	405,60	7.706,40	7.136,17

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	230240	Boa Viagem	16	811,20	15.412,80	12.012,51
CE	230250	Brejo Santo	17	861,90	16.376,10	10.665,87
CE	230260	Camocim	26	1.318,20	25.045,80	13.900,01
CE	230270	Campos Sales	12	608,40	11.559,60	6.009,89
CE	230280	Canindé	27	1.368,90	26.009,10	17.176,97
CE	230290	Capistrano	4	202,80	3.853,20	3.966,42
CE	230300	Caridade	5	253,50	4.816,50	5.039,12
CE	230310	Cariré	4	202,80	3.853,20	4.403,85
CE	230320	Caririaçu	9	456,30	8.669,70	5.970,49
CE	230330	Cariús	5	253,50	4.816,50	4.153,68
CE	230340	Carnaubal	4	202,80	3.853,20	3.951,09
CE	230350	Cascavel	35	1.774,50	33.715,50	15.538,80
CE	230360	Catarina	5	253,50	4.816,50	4.429,90
CE	230365	Catunda	4	202,80	3.853,20	2.307,91
CE	230370	Caucaia	159	8.061,30	153.164,70	98.834,82
CE	230380	Cedro	10	507,00	9.633,00	5.553,03
CE	230390	Chaval	5	253,50	4.816,50	2.847,35
CE	230393	Choró	4	202,80	3.853,20	2.976,33
CE	230395	Chorozinho	6	304,20	5.779,80	5.244,96
CE	230400	Coreaú	3	152,10	2.889,90	7.315,02
CE	230410	Crateús	34	1.723,80	32.752,20	16.493,33
CE	230420	Crato	59	2.991,30	56.834,70	28.668,60
CE	230423	Croatá	6	304,20	5.779,80	3.972,29
CE	230425	Cruz	5	253,50	4.816,50	5.791,51
CE	230426	Deputado Irapuan Pinheiro	3	152,10	2.889,90	2.113,03
CE	230427	Ererê	3	152,10	2.889,90	1.574,86
CE	230428	Eusébio	28	1.419,60	26.972,40	14.401,44
CE	230430	Farias Brito	6	304,20	5.779,80	4.232,84
CE	230435	Forquilha	9	456,30	8.669,70	5.321,37
CE	230440	Fortaleza	1.268	64.287,60	1.221.464,40	714.154,48
CE	230445	Fortim	5	253,50	4.816,50	3.558,24
CE	230450	Frecheirinha	5	253,50	4.816,50	3.026,22
CE	230460	General Sampaio	3	152,10	2.889,90	1.531,18
CE	230465	Graça	4	202,80	3.853,20	3.420,09
CE	230470	Granja	15	760,50	14.449,50	12.093,74
CE	230480	Granjeiro	2	101,40	1.926,60	1.017,63
CE	230490	Groaíras	3	152,10	2.889,90	2.422,84
CE	230495	Guaiúba	9	456,30	8.669,70	7.200,68
CE	230500	Guaraciaba do Norte	8	405,60	7.706,40	10.000,75
CE	230510	Guaramiranga	2	101,40	1.926,60	901,46
CE	230520	Hidrolândia	6	304,20	5.779,80	4.496,88
CE	230523	Horizonte	35	1.774,50	33.715,50	17.980,70
CE	230526	Ibaretama	4	202,80	3.853,20	2.932,87
CE	230530	Ibiapina	6	304,20	5.779,80	5.593,14
CE	230533	Ibicuitinga	4	202,80	3.853,20	2.719,04
CE	230535	Icapuí	4	202,80	3.853,20	4.778,79
CE	230540	Icó	18	912,60	17.339,40	14.934,64
CE	230550	Iguatu	40	2.028,00	38.532,00	22.479,07
CE	230560	Independência	7	354,90	6.743,10	5.768,11
CE	230565	Ipaporanga	4	202,80	3.853,20	2.546,82
CE	230570	Ipaumirim	4	202,80	3.853,20	2.739,31
CE	230580	Ipu	15	760,50	14.449,50	9.210,68
CE	230590	Ipueiras	12	608,40	11.559,60	8.519,94
CE	230600	Iracema	6	304,20	5.779,80	3.139,36
CE	230610	Irauçuba	8	405,60	7.706,40	5.302,93
CE	230620	Itaiçaba	3	152,10	2.889,90	1.695,32
CE	230625	Itaitinga	23	1.166,10	22.155,90	10.733,23
CE	230630	Itapagé	18	912,60	17.339,40	11.389,11
CE	230640	Itapipoca	36	1.825,20	34.678,80	28.124,17
CE	230650	Itapiúna	5	253,50	4.816,50	4.423,43
CE	230655	Itarema	7	354,90	6.743,10	11.626,47
CE	230660	Itatira	5	253,50	4.816,50	4.571,14
CE	230670	Jaguaretama	5	253,50	4.816,50	4.004,70
CE	230680	Jaguaribara	4	202,80	3.853,20	2.492,06
CE	230690	Jaguaribe	12	608,40	11.559,60	7.667,89
CE	230700	Jaguaruana	13	659,10	12.522,90	7.422,16
CE	230710	Jardim	5	253,50	4.816,50	7.225,56
CE	230720	Jati	3	152,10	2.889,90	1.722,62
CE	230725	Jijoca de Jericoacoara	4	202,80	3.853,20	4.685,97
CE	230730	Juazeiro do Norte	148	7.503,60	142.568,40	59.341,70
CE	230740	Jucás	9	456,30	8.669,70	5.449,23
CE	230750	Lavras da Mangabeira	11	557,70	10.596,30	6.930,44
CE	230760	Limoeiro do Norte	20	1.014,00	19.266,00	12.934,18
CE	230763	Madalena	5	253,50	4.816,50	4.369,98
CE	230765	Maracanaú	128	6.489,60	123.302,40	61.924,71
CE	230770	Maranguape	50	2.535,00	48.165,00	34.460,84
CE	230780	Marco	8	405,60	7.706,40	5.982,33
CE	230790	Martinópole	5	253,50	4.816,50	2.465,46
CE	230800	Massapê	14	709,80	13.486,20	8.414,57
CE	230810	Mauriti	14	709,80	13.486,20	10.237,89
CE	230820	Meruoca	4	202,80	3.853,20	3.311,46
CE	230830	Milagres	8	405,60	7.706,40	6.286,89
CE	230835	Milhã	4	202,80	3.853,20	2.918,30
CE	230837	Miraíma	4	202,80	3.853,20	3.024,81
CE	230840	Missão Velha	9	456,30	8.669,70	7.811,60
CE	230850	Mombaça	11	557,70	10.596,30	9.693,25
CE	230860	Monsenhor Tabosa	5	253,50	4.816,50	3.865,66

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	230870	Morada Nova	18	912,60	17.339,40	13.757,74
CE	230880	Moraújo	3	152,10	2.889,90	1.910,71
CE	230890	Morrinhos	6	304,20	5.779,80	4.893,57
CE	230900	Mucambo	5	253,50	4.816,50	3.188,74
CE	230910	Mulungu	4	202,80	3.853,20	2.831,89
CE	230920	Nova Olinda	6	304,20	5.779,80	3.401,14
CE	230930	Nova Russas	15	760,50	14.449,50	7.123,02
CE	230940	Novo Oriente	9	456,30	8.669,70	6.307,55
CE	230945	Ocara	5	253,50	4.816,50	6.333,36
CE	230950	Orós	11	557,70	10.596,30	4.751,89
CE	230960	Pacajus	34	1.723,80	32.752,20	19.306,71
CE	230970	Pacatuba	35	1.774,50	33.715,50	22.458,57
CE	230980	Pacoti	3	152,10	2.889,90	2.673,91
CE	230990	Pacujá	3	152,10	2.889,90	1.378,15
CE	231000	Palhano	3	152,10	2.889,90	2.055,95
CE	231010	Palmácia	4	202,80	3.853,20	2.882,96
CE	231020	Paracuru	13	659,10	12.522,90	7.455,32
CE	231025	Paraipaba	7	354,90	6.743,10	7.526,74
CE	231030	Parambu	0	0,00	0,00	13.950,04
CE	231040	Paramoti	4	202,80	3.853,20	2.552,54
CE	231050	Pedra Branca	16	811,20	15.412,80	9.470,48
CE	231060	Penaforte	4	202,80	3.853,20	1.975,17
CE	231070	Pentecoste	13	659,10	12.522,90	8.160,84
CE	231080	Pereiro	4	202,80	3.853,20	3.585,68
CE	231085	Pindoretama	4	202,80	3.853,20	5.237,94
CE	231090	Piquet Carneiro	4	202,80	3.853,20	3.674,17
CE	231095	Pires Ferreira	4	202,80	3.853,20	2.378,64
CE	231100	Poranga	4	202,80	3.853,20	2.750,62
CE	231110	Porteiras	4	202,80	3.853,20	3.342,98
CE	231120	Potengi	4	202,80	3.853,20	2.419,32
CE	231123	Potiretama	3	152,10	2.889,90	1.409,67
CE	231126	Quiterianópolis	5	253,50	4.816,50	4.637,66
CE	231130	Quixadá	33	1.673,10	31.788,90	19.050,14
CE	231135	Quixelô	4	202,80	3.853,20	3.337,94
CE	231140	Quixeramobim	28	1.419,60	26.972,40	17.285,12
CE	231150	Quixeré	6	304,20	5.779,80	4.812,05
CE	231160	Redenção	9	456,30	8.669,70	6.116,08
CE	231170	Reriutaba	7	354,90	6.743,10	4.294,05
CE	231180	Russas	29	1.470,30	27.935,70	16.734,62
CE	231190	Saboeiro	4	202,80	3.853,20	3.542,37
CE	231195	Salitre	4	202,80	3.853,20	3.617,77
CE	231200	Santana do Acaraú	9	456,30	8.669,70	7.080,14
CE	231210	Santana do Cariri	5	253,50	4.816,50	3.882,10
CE	231220	Santa Quitéria	14	709,80	13.486,20	9.679,88
CE	231230	São Benedito	12	608,40	11.559,60	10.499,26
CE	231240	São Gonçalo do Amarante	17	861,90	16.376,10	13.260,91
CE	231250	São João do Jaguaribe	3	152,10	2.889,90	1.734,05
CE	231260	São Luís do Curu	5	253,50	4.816,50	2.844,12
CE	231270	Senador Pompeu	11	557,70	10.596,30	5.910,51
CE	231280	Senador Sá	4	202,80	3.853,20	1.674,71
CE	231290	Sobral	92	4.664,40	88.623,60	45.149,39
CE	231300	Solonópole	6	304,20	5.779,80	4.000,11
CE	231310	Tabuleiro do Norte	12	608,40	11.559,60	6.708,45
CE	231320	Tamboril	9	456,30	8.669,70	5.701,51
CE	231325	Tarrafas	3	152,10	2.889,90	1.973,11
CE	231330	Tauá	21	1.064,70	20.229,30	12.842,81
CE	231335	Tejuçuoca	4	202,80	3.853,20	4.527,78
CE	231340	Tianguá	26	1.318,20	25.045,80	16.635,27
CE	231350	Trairi	11	557,70	10.596,30	13.732,29
CE	231355	Tururu	4	202,80	3.853,20	3.526,58
CE	231360	Ubajara	9	456,30	8.669,70	7.678,47
CE	231370	Umari	3	152,10	2.889,90	1.707,93
CE	231375	Umirim	6	304,20	5.779,80	4.355,71
CE	231380	Uruburetama	8	405,60	7.706,40	4.757,26
CE	231390	Uruoca	5	253,50	4.816,50	3.027,60
CE	231395	Varjota	8	405,60	7.706,40	4.057,23
CE	231400	Várzea Alegre	16	811,20	15.412,80	8.949,15
CE	231410	Viçosa do Ceará	10	507,00	9.633,00	17.499,18
		Total	3.584	181.708,80	3.452.467,20	2.996.048,96
		ANEXO VII				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
DF	530000	Brasília	345	17.491,50	332.338,50	695.229,26
		Total	345	17.491,50	332.338,50	695.229,26
		ANEXO VIII				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
ES	320000	SES/ES	0	0,00	0,00	405.933,11
ES	320010	Afonso Cláudio	9	456,30	8.669,70	6.645,83
ES	320013	Águia Branca	1	50,70	963,30	3.154,74
ES	320016	Água Doce do Norte	4	202,80	3.853,20	2.483,48
ES	320020	Alegre	9	456,30	8.669,70	6.587,85
ES	320030	Alfredo Chaves	4	202,80	3.853,20	3.079,24
ES	320035	Alto Rio Novo	1	50,70	963,30	2.312,35
ES	320040	Anchieta	10	507,00	9.633,00	5.828,14
ES	320050	Apiacá	4	202,80	3.853,20	1.619,45
ES	320060	Aracruz	36	1.825,20	34.678,80	20.088,57
ES	320070	Atilio Vivacqua	0	0,00	0,00	4.819,96

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ES	320080	Baixo Guandu	6	304,20	5.779,80	7.202,75
ES	320090	Barra de São Francisco	0	0,00	0,00	18.490,55
ES	320100	Boa Esperança	0	0,00	0,00	6.312,83
ES	320110	Bom Jesus do Norte	5	253,50	4.816,50	2.093,53
ES	320115	Brejetuba	0	0,00	0,00	5.242,18
ES	320120	Cachoeiro de Itapemirim	70	3.549,00	67.431,00	44.975,41
ES	320130	Cariacica	67	3.396,90	64.541,10	137.858,68
ES	320140	Castelo	9	456,30	8.669,70	7.820,40
ES	320150	Colatina	45	2.281,50	43.348,50	25.423,85
ES	320160	Conceição da Barra	12	608,40	11.559,60	6.446,36
ES	320170	Conceição do Castelo	0	0,00	0,00	5.285,46
ES	320180	Divino de São Lourenço	0	0,00	0,00	1.914,26
ES	320190	Domingos Martins	5	253,50	4.816,50	9.375,94
ES	320200	Dores do Rio Preto	0	0,00	0,00	2.837,50
ES	320210	Ecoporanga	3	152,10	2.889,90	7.043,62
ES	320220	Fundão	0	0,00	0,00	10.845,53
ES	320225	Governador Lindenberg	4	202,80	3.853,20	2.572,50
ES	320230	Guaçuí	0	0,00	0,00	12.740,40
ES	320240	Guarapari	48	2.433,60	46.238,40	36.077,37
ES	320245	Ibatiba	6	304,20	5.779,80	5.284,24
ES	320250	Ibiraçu	0	0,00	0,00	5.137,24
ES	320255	Ibitirama	0	0,00	0,00	3.838,33
ES	320260	Iconha	0	0,00	0,00	5.723,20
ES	320265	Irupi	4	202,80	3.853,20	2.731,75
ES	320270	Itaguaçu	5	253,50	4.816,50	3.030,65
ES	320280	Itapemirim	10	507,00	9.633,00	7.257,45
ES	320290	Itarana	4	202,80	3.853,20	2.317,09
ES	320300	Iúna	8	405,60	7.706,40	6.103,77
ES	320305	Jaguaré	0	0,00	0,00	12.103,81
ES	320310	Jerônimo Monteiro	4	202,80	3.853,20	2.457,35
ES	320313	João Neiva	7	354,90	6.743,10	3.505,13
ES	320316	Laranja da Terra	0	0,00	0,00	4.678,27
ES	320320	Linhares	61	3.092,70	58.761,30	34.513,97
ES	320330	Mantenópolis	5	253,50	4.816,50	3.148,05
ES	320332	Marataízes	14	709,80	13.486,20	11.423,76
ES	320334	Marechal Floriano	0	0,00	0,00	6.755,87
ES	320335	Marilândia	4	202,80	3.853,20	2.572,91
ES	320340	Mimoso do Sul	0	0,00	0,00	11.183,43
ES	320350	Montanha	6	304,20	5.779,80	3.959,00
ES	320360	Mucurici	1	50,70	963,30	1.449,54
ES	320370	Muniz Freire	5	253,50	4.816,50	3.895,70
ES	320380	Muqui	1	50,70	963,30	5.490,81
ES	320390	Nova Venécia	0	0,00	0,00	20.821,32
ES	320400	Pancas	6	304,20	5.779,80	4.838,14
ES	320405	Pedro Canário	12	608,40	11.559,60	5.417,97
ES	320410	Pinheiros	7	354,90	6.743,10	5.539,04
ES	320420	Piúma	8	405,60	7.706,40	7.529,83
ES	320425	Ponto Belo	4	202,80	3.853,20	1.613,12
ES	320430	Presidente Kennedy	4	202,80	3.853,20	2.397,33
ES	320435	Rio Bananal	4	202,80	3.853,20	4.091,74
ES	320440	Rio Novo do Sul	0	0,00	0,00	4.938,79
ES	320450	Santa Leopoldina	1	50,70	963,30	4.299,70
ES	320455	Santa Maria de Jetibá	5	253,50	4.816,50	11.487,43
ES	320460	Santa Teresa	0	0,00	0,00	9.810,20
ES	320465	São Domingos do Norte	0	0,00	0,00	3.600,68
ES	320470	São Gabriel da Palha	10	507,00	9.633,00	7.630,73
ES	320480	São José do Calçado	0	0,00	0,00	4.506,36
ES	320490	São Mateus	44	2.230,80	42.385,20	26.225,00
ES	320495	São Roque do Canaã	4	202,80	3.853,20	2.568,21
ES	320500	Serra	128	6.489,60	123.302,40	139.315,50
ES	320501	Sooretama	5	253,50	4.816,50	7.040,68
ES	320503	Vargem Alta	5	253,50	4.816,50	4.406,73
ES	320506	Venda Nova do Imigrante	6	304,20	5.779,80	5.017,40
ES	320510	Viana	6	304,20	5.779,80	34.335,66
ES	320515	Vila Pavão	0	0,00	0,00	3.862,42
ES	320517	Vila Valério	2	101,40	1.926,60	4.074,67
ES	320520	Vila Velha	117	5.931,90	112.706,10	141.431,63
ES	320530	Vitória	110	5.577,00	105.963,00	94.870,33
		Total	985	49.939,50	948.850,50	1.523.343,77

		ANEXO IX				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
GO	520000	SES/GO	0	0,00	0,00	447.581,90
GO	520005	Abadia de Goiás	3	152,10	2.889,90	4.113,50
GO	520010	Abadiânia	6	304,20	5.779,80	4.616,09
GO	520013	Acreúna	10	507,00	9.633,00	4.873,63
GO	520015	Adelândia	2	101,40	1.926,60	1.482,17
GO	520017	Água Fria de Goiás	3	152,10	2.889,90	4.586,30
GO	520020	Água Limpa	2	101,40	1.926,60	1.643,17
GO	520025	Águas Lindas de Goiás	96	4.867,20	92.476,80	38.994,06
GO	520030	Alexânia	12	608,40	11.559,60	5.696,99

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	520050	Aloândia	2	101,40	1.926,60	1.478,44
GO	520055	Alto Horizonte	3	152,10	2.889,90	2.275,28
GO	520060	Alto Paraíso de Goiás	3	152,10	2.889,90	4.268,48
GO	520080	Alvorada do Norte	4	202,80	3.853,20	2.951,94
GO	520082	Amaralina	0	0,00	0,00	4.854,51
GO	520085	Americano do Brasil	3	152,10	2.889,90	1.746,58
GO	520090	Amorinópolis	0	0,00	0,00	3.170,56
GO	520110	Anápolis	223	11.306,10	214.815,90	68.665,20
GO	520120	Anhanguera	1	50,70	963,30	2.123,91
GO	520130	Anicuns	11	557,70	10.596,30	4.316,98
GO	520140	Aparecida de Goiânia	166	8.416,20	159.907,80	124.228,96
GO	520145	Aparecida do Rio Doce	1	50,70	963,30	2.563,61
GO	520150	Aporé	2	101,40	1.926,60	4.414,81
GO	520160	Araçu	2	101,40	1.926,60	1.568,42
GO	520170	Aragarças	0	0,00	0,00	8.767,23
GO	520180	Aragoiânia	4	202,80	3.853,20	3.723,11
GO	520215	Araguapaz	3	152,10	2.889,90	3.627,39
GO	520235	Arenópolis	1	50,70	963,30	2.855,50
GO	520250	Aruanã	5	253,50	4.816,50	3.938,84
GO	520260	Aurilândia	0	0,00	0,00	3.349,52
GO	520280	Avelinópolis	1	50,70	963,30	2.020,05
GO	520310	Baliza	2	101,40	1.926,60	4.061,29
GO	520320	Barro Alto	4	202,80	3.853,20	2.846,83
GO	520330	Bela Vista de Goiás	11	557,70	10.596,30	6.760,61
GO	520340	Bom Jardim de Goiás	4	202,80	3.853,20	3.217,34
GO	520350	Bom Jesus de Goiás	12	608,40	11.559,60	4.567,91
GO	520355	Bonfinópolis	3	152,10	2.889,90	2.722,38
GO	520357	Bonópolis	0	0,00	0,00	5.195,33
GO	520360	Brazabrantes	2	101,40	1.926,60	2.456,94
GO	520380	Britânia	3	152,10	2.889,90	2.536,18
GO	520390	Buriti Alegre	6	304,20	5.779,80	2.627,29
GO	520393	Buriti de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.602,46
GO	520396	Buritinópolis	2	101,40	1.926,60	1.664,63
GO	520400	Cabeceiras	4	202,80	3.853,20	3.181,60
GO	520410	Cachoeira Alta	5	253,50	4.816,50	3.550,93
GO	520420	Cachoeira de Goiás	1	50,70	963,30	2.418,86
GO	520425	Cachoeira Dourada	4	202,80	3.853,20	2.312,23
GO	520430	Caçu	7	354,90	6.743,10	4.184,17
GO	520440	Caiapônia	7	354,90	6.743,10	10.614,36
GO	520450	Caldas Novas	46	2.332,20	44.311,80	20.218,93
GO	520455	Caldazinha	2	101,40	1.926,60	2.716,63
GO	520460	Campestre de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.813,14
GO	520465	Campinaçu	2	101,40	1.926,60	3.003,00
GO	520470	Campinorte	6	304,20	5.779,80	3.221,83
GO	520480	Campo Alegre de Goiás	3	152,10	2.889,90	3.665,74
GO	520485	Campo Limpo de Goiás	1	50,70	963,30	2.648,57
GO	520490	Campos Belos	11	557,70	10.596,30	4.102,49
GO	520495	Campos Verdes	1	50,70	963,30	2.466,92
GO	520500	Carmo do Rio Verde	4	202,80	3.853,20	2.282,71
GO	520505	Castelândia	2	101,40	1.926,60	1.581,85
GO	520510	Catalão	27	1.368,90	26.009,10	20.219,84
GO	520520	Caturaí	1	50,70	963,30	3.403,53
GO	520530	Cavalcante	3	152,10	2.889,90	10.055,08
GO	520540	Ceres	12	608,40	11.559,60	4.262,75
GO	520545	Cezarina	3	152,10	2.889,90	2.177,73
GO	520547	Chapadão do Céu	0	0,00	0,00	7.571,47
GO	520549	Cidade Ocidental	29	1.470,30	27.935,70	11.491,21
GO	520551	Cocalzinho de Goiás	7	354,90	6.743,10	5.519,13
GO	520552	Colinas do Sul	0	0,00	0,00	4.924,24
GO	520570	Córrego do Ouro	2	101,40	1.926,60	1.589,18
GO	520580	Corumbá de Goiás	4	202,80	3.853,20	3.561,23
GO	520590	Corumbaíba	4	202,80	3.853,20	3.233,56
GO	520620	Cristalina	6	304,20	5.779,80	22.574,21
GO	520630	Cristianópolis	2	101,40	1.926,60	1.565,77
GO	520640	Crixás	5	253,50	4.816,50	6.199,50
GO	520650	Cromínia	1	50,70	963,30	2.247,69
GO	520660	Cumari	2	101,40	1.926,60	1.699,03
GO	520670	Damianópolis	2	101,40	1.926,60	1.747,43
GO	520680	Damolândia	0	0,00	0,00	2.893,59
GO	520690	Davinópolis	2	101,40	1.926,60	1.681,22
GO	520710	Diorama	1	50,70	963,30	2.600,67
GO	520725	Doverlândia	1	50,70	963,30	16.855,55
GO	520735	Edealina	2	101,40	1.926,60	1.733,39
GO	520740	Edéia	6	304,20	5.779,80	3.379,26
GO	520750	Estrela do Norte	1	50,70	963,30	2.170,40
GO	520753	Faina	3	152,10	2.889,90	2.942,75
GO	520760	Fazenda Nova	0	0,00	0,00	5.029,98
GO	520780	Firminópolis	5	253,50	4.816,50	2.696,64
GO	520790	Flores de Goiás	4	202,80	3.853,20	9.787,54
GO	520800	Formosa	43	2.180,10	41.421,90	23.844,32
GO	520810	Formoso	3	152,10	2.889,90	1.988,68
GO	520815	Gameleira de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.948,53
GO	520830	Divinópolis de Goiás	2	101,40	1.926,60	2.748,03
GO	520840	Goianápolis	4	202,80	3.853,20	4.069,23
GO	520850	Goiandira	3	152,10	2.889,90	1.866,52
GO	520860	Goianésia	32	1.622,40	30.825,60	11.616,83
GO	520870	Goiânia	693	35.135,10	667.566,90	364.969,88
GO	520880	Goianira	26	1.318,20	25.045,80	9.434,56

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	520890	Goiás	12	608,40	11.559,60	6.854,25
GO	520910	Goiatuba	18	912,60	17.339,40	6.700,08
GO	520915	Gouvelândia	2	101,40	1.926,60	2.207,34
GO	520920	Guapó	6	304,20	5.779,80	3.629,38
GO	520929	Guaraíta	0	0,00	0,00	3.956,86
GO	520940	Guarani de Goiás	2	101,40	1.926,60	2.683,96
GO	520945	Guarinos	2	101,40	1.926,60	1.608,54
GO	520960	Heitoraí	2	101,40	1.926,60	1.720,72
GO	520970	Hidrolândia	7	354,90	6.743,10	5.668,23
GO	520980	Hidrolina	0	0,00	0,00	3.403,39
GO	520990	Iaciara	5	253,50	4.816,50	3.731,83
GO	520993	Inaciolândia	3	152,10	2.889,90	2.058,03
GO	520995	Indiara	5	253,50	4.816,50	3.400,64
GO	521000	Inhumas	16	811,20	15.412,80	9.116,22
GO	521010	Ipameri	13	659,10	12.522,90	6.961,48
GO	521015	Ipiranga de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.538,16
GO	521020	Iporá	18	912,60	17.339,40	5.680,31
GO	521030	Israelândia	0	0,00	0,00	3.347,97
GO	521040	Itaberaí	12	608,40	11.559,60	7.033,39
GO	521056	Itaguari	2	101,40	1.926,60	1.562,27
GO	521060	Itaguaru	3	152,10	2.889,90	1.660,43
GO	521080	Itajá	3	152,10	2.889,90	2.834,46
GO	521090	Itapaci	10	507,00	9.633,00	4.032,24
GO	521100	Itapirapuã	4	202,80	3.853,20	3.408,72
GO	521120	Itapuranga	12	608,40	11.559,60	4.989,15
GO	521130	Itarumã	3	152,10	2.889,90	4.947,09
GO	521140	Itauçu	4	202,80	3.853,20	2.191,38
GO	521150	Itumbiara	30	1.521,00	28.899,00	17.640,78
GO	521160	Ivolândia	2	101,40	1.926,60	2.059,58
GO	521170	Jandaia	3	152,10	2.889,90	2.181,81
GO	521180	Jaraguá	18	912,60	17.339,40	8.588,97
GO	521190	Jataí	47	2.382,90	45.275,10	20.758,04
GO	521200	Jaupaci	0	0,00	0,00	3.553,14
GO	521205	Jesúpolis	0	0,00	0,00	2.971,17
GO	521210	Joviânia	4	202,80	3.853,20	2.108,52
GO	521220	Jussara	9	456,30	8.669,70	5.729,67
GO	521225	Lagoa Santa	2	101,40	1.926,60	1.882,53
GO	521230	Leopoldo de Bulhões	3	152,10	2.889,90	2.256,12
GO	521250	Luziânia	106	5.374,20	102.109,80	39.703,64
GO	521260	Mairipotaba	1	50,70	963,30	2.312,86
GO	521270	Mambaí	3	152,10	2.889,90	2.659,00
GO	521280	Mara Rosa	4	202,80	3.853,20	3.276,99
GO	521290	Marzagão	0	0,00	0,00	3.222,70
GO	521295	Matrinchã	2	101,40	1.926,60	2.402,78
GO	521300	Maurilândia	6	304,20	5.779,80	2.720,99
GO	521305	Mimoso de Goiás	2	101,40	1.926,60	3.290,49
GO	521308	Minaçu	15	760,50	14.449,50	7.264,99
GO	521310	Mineiros	27	1.368,90	26.009,10	15.824,28
GO	521340	Moiporá	1	50,70	963,30	2.226,38
GO	521350	Monte Alegre de Goiás	2	101,40	1.926,60	6.529,03
GO	521370	Montes Claros de Goiás	4	202,80	3.853,20	3.557,43
GO	521375	Montividiu	4	202,80	3.853,20	3.690,56
GO	521377	Montividiu do Norte	0	0,00	0,00	5.216,20
GO	521380	Morrinhos	21	1.064,70	20.229,30	8.330,75
GO	521385	Morro Agudo de Goiás	0	0,00	0,00	3.196,71
GO	521390	Mossâmedes	1	50,70	963,30	2.751,38
GO	521400	Mozarlândia	2	101,40	1.926,60	5.641,69
GO	521405	Mundo Novo	3	152,10	2.889,90	3.921,33
GO	521410	Mutunópolis	1	50,70	963,30	2.811,66
GO	521440	Nazário	5	253,50	4.816,50	2.130,34
GO	521450	Nerópolis	14	709,80	13.486,20	6.841,89
GO	521460	Niquelândia	13	659,10	12.522,90	12.503,22
GO	521470	Nova América	2	101,40	1.926,60	1.545,63
GO	521480	Nova Aurora	1	50,70	963,30	2.284,80
GO	521483	Nova Crixás	4	202,80	3.853,20	10.234,82
GO	521486	Nova Glória	2	101,40	1.926,60	2.607,79
GO	521487	Nova Iguaçu de Goiás	1	50,70	963,30	2.536,73
GO	521490	Nova Roma	2	101,40	1.926,60	3.457,01
GO	521500	Nova Veneza	4	202,80	3.853,20	2.843,78
GO	521520	Novo Brasil	2	101,40	1.926,60	1.683,05
GO	521523	Novo Gama	31	1.571,70	29.862,30	19.328,37
GO	521525	Novo Planalto	2	101,40	1.926,60	2.638,93
GO	521530	Orizona	5	253,50	4.816,50	3.994,18
GO	521540	Ouro Verde de Goiás	1	50,70	963,30	2.012,04
GO	521550	Ouvidor	3	152,10	2.889,90	1.932,71
GO	521560	Padre Bernardo	9	456,30	8.669,70	7.675,51
GO	521565	Palestina de Goiás	2	101,40	1.926,60	2.294,88
GO	521570	Palmeiras de Goiás	11	557,70	10.596,30	5.012,09
GO	521580	Palmelo	2	101,40	1.926,60	1.489,63
GO	521590	Palminópolis	2	101,40	1.926,60	1.656,66
GO	521600	Panamá	2	101,40	1.926,60	1.649,01
GO	521630	Paranaiguara	5	253,50	4.816,50	2.959,03
GO	521640	Paraúna	4	202,80	3.853,20	5.350,96
GO	521645	Perolândia	1	50,70	963,30	3.812,24
GO	521680	Petrolina de Goiás	4	202,80	3.853,20	2.713,60
GO	521690	Pilar de Goiás	0	0,00	0,00	3.508,26
GO	521710	Piracanjuba	11	557,70	10.596,30	5.485,21
GO	521720	Piranhas	5	253,50	4.816,50	3.574,94

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	521730	Pirenópolis	3	152,10	2.889,90	9.034,91
GO	521740	Pires do Rio	11	557,70	10.596,30	5.596,02
GO	521760	Planaltina	44	2.230,80	42.385,20	19.190,72
GO	521770	Pontalina	9	456,30	8.669,70	4.052,43
GO	521800	Porangatu	18	912,60	17.339,40	10.788,77
GO	521805	Porteirão	2	101,40	1.926,60	1.953,47
GO	521810	Portelândia	1	50,70	963,30	2.928,69
GO	521830	Posse	8	405,60	7.706,40	7.142,66
GO	521839	Professor Jamil	0	0,00	0,00	3.216,20
GO	521850	Quirinópolis	15	760,50	14.449,50	10.265,29
GO	521860	Rialma	1	50,70	963,30	4.067,43
GO	521870	Rianápolis	1	50,70	963,30	2.210,74
GO	521878	Rio Quente	2	101,40	1.926,60	2.105,08
GO	521880	Rio Verde	69	3.498,30	66.467,70	38.334,27
GO	521890	Rubiataba	10	507,00	9.633,00	3.884,59
GO	521900	Sanclerlândia	4	202,80	3.853,20	2.154,19
GO	521910	Santa Bárbara de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.802,19
GO	521920	Santa Cruz de Goiás	1	50,70	963,30	3.185,20
GO	521925	Santa Fé de Goiás	0	0,00	0,00	4.615,96
GO	521930	Santa Helena de Goiás	21	1.064,70	20.229,30	6.667,02
GO	521935	Santa Isabel	0	0,00	0,00	3.758,43
GO	521940	Santa Rita do Araguaia	4	202,80	3.853,20	2.794,59
GO	521945	Santa Rita do Novo Destino	1	50,70	963,30	3.054,29
GO	521950	Santa Rosa de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.445,90
GO	521960	Santa Tereza de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.834,01
GO	521970	Santa Terezinha de Goiás	2	101,40	1.926,60	3.536,45
GO	521971	Santo Antônio da Barra	2	101,40	1.926,60	1.795,62
GO	521973	Santo Antônio de Goiás	3	152,10	2.889,90	4.026,41
GO	521975	Santo Antônio do Descoberto	27	1.368,90	26.009,10	16.427,35
GO	521980	São Domingos	4	202,80	3.853,20	6.155,11
GO	521990	São Francisco de Goiás	3	152,10	2.889,90	1.829,32
GO	522000	São João d'Aliança	4	202,80	3.853,20	3.252,57
GO	522005	São João da Paraúna	1	50,70	963,30	4.983,49
GO	522010	São Luís de Montes Belos	17	861,90	16.376,10	5.699,06
GO	522015	São Luíz do Norte	0	0,00	0,00	3.926,80
GO	522020	São Miguel do Araguaia	11	557,70	10.596,30	8.560,53
GO	522026	São Miguel do Passa Quatro	1	50,70	963,30	2.787,38
GO	522028	São Patrício	1	50,70	963,30	2.277,08
GO	522040	São Simão	10	507,00	9.633,00	4.712,99
GO	522045	Senador Canedo	53	2.687,10	51.054,90	24.167,69
GO	522050	Serranópolis	2	101,40	1.926,60	8.380,02
GO	522060	Silvânia	8	405,60	7.706,40	4.929,25
GO	522068	Simolândia	2	101,40	1.926,60	2.281,36
GO	522070	Sítio d'Abadia	2	101,40	1.926,60	2.952,29
GO	522100	Taquaral de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.507,77
GO	522108	Teresina de Goiás	0	0,00	0,00	14.726,41
GO	522119	Terezópolis de Goiás	4	202,80	3.853,20	2.632,73
GO	522130	Três Ranchos	2	101,40	1.926,60	1.580,64
GO	522140	Trindade	36	1.825,20	34.678,80	27.790,13
GO	522145	Trombas	2	101,40	1.926,60	1.835,21
GO	522150	Turvânia	3	152,10	2.889,90	1.758,59
GO	522155	Turvelândia	1	50,70	963,30	3.506,73
GO	522157	Uirapuru	1	50,70	963,30	3.060,38
GO	522160	Uruaçu	24	1.216,80	23.119,20	7.958,63
GO	522170	Uruana	7	354,90	6.743,10	2.979,77
GO	522180	Urutaí	2	101,40	1.926,60	1.833,39
GO	522185	Valparaíso de Goiás	67	3.396,90	64.541,10	27.765,80
GO	522190	Varjão	0	0,00	0,00	3.496,16
GO	522200	Vianópolis	5	253,50	4.816,50	3.249,07
GO	522205	Vicentinópolis	4	202,80	3.853,20	2.508,03
GO	522220	Vila Boa	3	152,10	2.889,90	3.840,57
GO	522230	Vila Propício	1	50,70	963,30	5.248,41
		Total	2.858	144.900,60	2.753.111,40	2.292.048,67

		ANEXO X				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
MA	210000	SES/MA	0	0,00	0,00	1.152.866,97
MA	210005	Açailândia	48	2.433,60	46.238,40	43.398,54
MA	210010	Afonso Cunha	3	152,10	2.889,90	2.123,10
MA	210015	Água Doce do Maranhão	3	152,10	2.889,90	4.480,95
MA	210020	Alcântara	2	101,40	1.926,60	14.303,36
MA	210030	Aldeias Altas	7	354,90	6.743,10	5.693,71
MA	210040	Altamira do Maranhão	0	0,00	0,00	7.559,35
MA	210043	Alto Alegre do Maranhão	7	354,90	6.743,10	8.886,91
MA	210047	Alto Alegre do Pindaré	5	253,50	4.816,50	14.591,96
MA	210050	Alto Parnaíba	1	50,70	963,30	9.078,54
MA	210055	Amapá do Maranhão	2	101,40	1.926,60	3.466,51
MA	210060	Amarante do Maranhão	8	405,60	7.706,40	17.556,24
MA	210070	Anajatuba	3	152,10	2.889,90	14.213,86
MA	210080	Anapurus	4	202,80	3.853,20	3.576,76
MA	210083	Apicum-Açu	5	253,50	4.816,50	7.366,29
MA	210087	Araguanã	4	202,80	3.853,20	6.917,93
MA	210090	Araioses	6	304,20	5.779,80	19.690,34
MA	210095	Arame	0	0,00	0,00	19.537,48
MA	210100	Arari	8	405,60	7.706,40	9.965,05

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	210110	Axixá	4	202,80	3.853,20	4.632,44
MA	210120	Bacabal	50	2.535,00	48.165,00	34.062,57
MA	210125	Bacabeira	2	101,40	1.926,60	8.461,65
MA	210130	Bacuri	4	202,80	3.853,20	7.632,83
MA	210135	Bacurituba	1	50,70	963,30	3.278,73
MA	210140	Balsas	28	1.419,60	26.972,40	25.076,94
MA	210150	Barão de Grajaú	6	304,20	5.779,80	5.718,54
MA	210160	Barra do Corda	33	1.673,10	31.788,90	33.282,40
MA	210170	Barreirinhas	0	0,00	0,00	23.796,49
MA	210173	Belágua	0	0,00	0,00	4.598,46
MA	210177	Bela Vista do Maranhão	4	202,80	3.853,20	4.633,73
MA	210180	Benedito Leite	3	152,10	2.889,90	2.300,19
MA	210190	Bequimão	0	0,00	0,00	12.721,37
MA	210193	Bernardo do Mearim	2	101,40	1.926,60	3.120,37
MA	210197	Boa Vista do Gurupi	4	202,80	3.853,20	3.160,66
MA	210200	Bom Jardim	8	405,60	7.706,40	16.632,89
MA	210203	Bom Jesus das Selvas	7	354,90	6.743,10	13.277,99
MA	210207	Bom Lugar	0	0,00	0,00	10.341,82
MA	210210	Brejo	7	354,90	6.743,10	9.208,25
MA	210215	Brejo de Areia	0	0,00	0,00	9.167,20
MA	210220	Buriti	5	253,50	4.816,50	8.546,13
MA	210230	Buriti Bravo	6	304,20	5.779,80	9.189,71
MA	210232	Buriticupu	0	0,00	0,00	39.857,36
MA	210235	Buritirana	0	0,00	0,00	10.148,43
MA	210237	Cachoeira Grande	0	0,00	0,00	7.317,78
MA	210240	Cajapió	0	0,00	0,00	5.830,88
MA	210250	Cajari	3	152,10	2.889,90	8.931,37
MA	210255	Campestre do Maranhão	6	304,20	5.779,80	4.412,03
MA	210260	Cândido Mendes	6	304,20	5.779,80	7.363,81
MA	210270	Cantanhede	3	152,10	2.889,90	14.699,80
MA	210275	Capinzal do Norte	4	202,80	3.853,20	3.671,70
MA	210280	Carolina	10	507,00	9.633,00	10.539,19
MA	210290	Carutapera	8	405,60	7.706,40	10.872,98
MA	210300	Caxias	76	3.853,20	73.210,80	43.036,33
MA	210310	Cedral	1	50,70	963,30	6.271,21
MA	210312	Central do Maranhão	0	0,00	0,00	6.325,60
MA	210315	Centro do Guilherme	0	0,00	0,00	9.056,53
MA	210317	Centro Novo do Maranhão	5	253,50	4.816,50	10.195,10
MA	210320	Chapadinha	19	963,30	18.302,70	20.537,35
MA	210325	Cidelândia	4	202,80	3.853,20	5.573,34
MA	210330	Codó	51	2.585,70	49.128,30	48.863,19
MA	210340	Coelho Neto	17	861,90	16.376,10	10.572,83
MA	210350	Colinas	15	760,50	14.449,50	13.717,93
MA	210355	Conceição do Lago-Açu	4	202,80	3.853,20	11.013,87
MA	210360	Coroatá	0	0,00	0,00	53.775,61
MA	210370	Cururupu	0	0,00	0,00	21.768,95
MA	210375	Davinópolis	6	304,20	5.779,80	4.183,88
MA	210380	Dom Pedro	2	101,40	1.926,60	10.197,66
MA	210390	Duque Bacelar	4	202,80	3.853,20	4.726,75
MA	210400	Esperantinópolis	4	202,80	3.853,20	9.684,70
MA	210405	Estreito	16	811,20	15.412,80	20.794,54
MA	210407	Feira Nova do Maranhão	0	0,00	0,00	6.976,56
MA	210408	Fernando Falcão	0	0,00	0,00	7.258,15
MA	210409	Formosa da Serra Negra	1	50,70	963,30	12.653,82
MA	210410	Fortaleza dos Nogueiras	0	0,00	0,00	8.660,94
MA	210420	Fortuna	1	50,70	963,30	9.624,79
MA	210430	Godofredo Viana	4	202,80	3.853,20	5.152,96
MA	210440	Gonçalves Dias	5	253,50	4.816,50	4.652,96
MA	210450	Governador Archer	0	0,00	0,00	7.207,73
MA	210455	Governador Edison Lobão	4	202,80	3.853,20	7.669,28
MA	210460	Governador Eugênio Barros	4	202,80	3.853,20	4.921,44
MA	210462	Governador Luiz Rocha	4	202,80	3.853,20	2.039,41
MA	210465	Governador Newton Bello	0	0,00	0,00	7.877,81
MA	210467	Governador Nunes Freire	8	405,60	7.706,40	11.522,80
MA	210470	Graça Aranha	3	152,10	2.889,90	1.627,45
MA	210480	Grajaú	23	1.166,10	22.155,90	26.094,13
MA	210490	Guimarães	0	0,00	0,00	8.846,41
MA	210500	Humberto de Campos	0	0,00	0,00	19.682,89
MA	210510	Icatu	1	50,70	963,30	14.972,82
MA	210515	Igarapé do Meio	0	0,00	0,00	9.290,25
MA	210520	Igarapé Grande	5	253,50	4.816,50	3.076,58
MA	210530	Imperatriz	133	6.743,10	128.118,90	91.960,36
MA	210535	Itaipava do Grajaú	4	202,80	3.853,20	10.210,59
MA	210540	Itapecuru Mirim	17	861,90	16.376,10	38.879,86
MA	210542	Itinga do Maranhão	11	557,70	10.596,30	8.465,74
MA	210545	Jatobá	3	152,10	2.889,90	5.340,17
MA	210547	Jenipapo dos Vieiras	0	0,00	0,00	12.956,19
MA	210550	João Lisboa	8	405,60	7.706,40	7.481,88
MA	210560	Joselândia	0	0,00	0,00	10.094,57
MA	210565	Junco do Maranhão	2	101,40	1.926,60	2.162,70
MA	210570	Lago da Pedra	8	405,60	7.706,40	30.086,65
MA	210580	Lago do Junco	4	202,80	3.853,20	4.161,06
MA	210590	Lago Verde	4	202,80	3.853,20	7.188,18
MA	210592	Lagoa do Mato	2	101,40	1.926,60	3.963,50
MA	210594	Lago dos Rodrigues	0	0,00	0,00	7.474,81
MA	210596	Lagoa Grande do Maranhão	0	0,00	0,00	6.891,83
MA	210598	Lajeado Novo	1	50,70	963,30	2.999,62
MA	210600	Lima Campos	3	152,10	2.889,90	4.988,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	210610	Loreto	4	202,80	3.853,20	5.951,31
MA	210620	Luís Domingues	3	152,10	2.889,90	2.679,57
MA	210630	Magalhães de Almeida	4	202,80	3.853,20	10.897,12
MA	210632	Maracaçumé	8	405,60	7.706,40	6.524,25
MA	210635	Marajá do Sena	0	0,00	0,00	4.619,79
MA	210637	Maranhãozinho	0	0,00	0,00	10.535,65
MA	210640	Mata Roma	4	202,80	3.853,20	8.319,71
MA	210650	Matinha	2	101,40	1.926,60	12.878,84
MA	210660	Matões	7	354,90	6.743,10	6.357,75
MA	210663	Matões do Norte	4	202,80	3.853,20	7.000,99
MA	210667	Milagres do Maranhão	1	50,70	963,30	3.902,21
MA	210670	Mirador	5	253,50	4.816,50	14.451,94
MA	210675	Miranda do Norte	0	0,00	0,00	22.440,26
MA	210680	Mirinzal	4	202,80	3.853,20	5.652,61
MA	210690	Monção	6	304,20	5.779,80	14.373,14
MA	210700	Montes Altos	0	0,00	0,00	9.071,55
MA	210710	Morros	1	50,70	963,30	14.515,27
MA	210720	Nina Rodrigues	4	202,80	3.853,20	3.682,20
MA	210725	Nova Colinas	2	101,40	1.926,60	2.674,83
MA	210730	Nova Iorque	2	101,40	1.926,60	2.173,29
MA	210735	Nova Olinda do Maranhão	7	354,90	6.743,10	6.884,19
MA	210740	Olho d'Água das Cunhãs	6	304,20	5.779,80	6.081,38
MA	210745	Olinda Nova do Maranhão	4	202,80	3.853,20	5.677,86
MA	210750	Paço do Lumiar	54	2.737,80	52.018,20	45.947,63
MA	210760	Palmeirândia	0	0,00	0,00	11.978,52
MA	210770	Paraibano	10	507,00	9.633,00	6.445,95
MA	210780	Parnarama	7	354,90	6.743,10	6.548,44
MA	210790	Passagem Franca	5	253,50	4.816,50	4.462,12
MA	210800	Pastos Bons	8	405,60	7.706,40	5.098,79
MA	210805	Paulino Neves	4	202,80	3.853,20	3.993,00
MA	210810	Paulo Ramos	1	50,70	963,30	9.011,02
MA	210820	Pedreiras	10	507,00	9.633,00	22.038,17
MA	210825	Pedro do Rosário	0	0,00	0,00	15.889,78
MA	210830	Penalva	7	354,90	6.743,10	13.441,43
MA	210840	Peri Mirim	0	0,00	0,00	9.132,91
MA	210845	Peritoró	5	253,50	4.816,50	14.404,84
MA	210850	Pindaré-Mirim	13	659,10	12.522,90	10.734,34
MA	210860	Pinheiro	0	0,00	0,00	62.124,81
MA	210870	Pio XII	7	354,90	6.743,10	8.073,76
MA	210880	Pirapemas	6	304,20	5.779,80	5.736,06
MA	210890	Poção de Pedras	6	304,20	5.779,80	11.025,15
MA	210900	Porto Franco	6	304,20	5.779,80	6.793,20
MA	210905	Porto Rico do Maranhão	3	152,10	2.889,90	2.414,51
MA	210910	Presidente Dutra	20	1.014,00	19.266,00	18.974,47
MA	210920	Presidente Juscelino	1	50,70	963,30	5.733,83
MA	210923	Presidente Médici	2	101,40	1.926,60	3.528,71
MA	210927	Presidente Sarney	2	101,40	1.926,60	9.788,37
MA	210930	Presidente Vargas	4	202,80	3.853,20	3.960,73
MA	210940	Primeira Cruz	4	202,80	3.853,20	9.003,01
MA	210945	Raposa	10	507,00	9.633,00	16.774,29
MA	210950	Riachão	0	0,00	0,00	13.962,53
MA	210955	Ribamar Fiquene	0	0,00	0,00	5.790,50
MA	210960	Rosário	12	608,40	11.559,60	13.438,48
MA	210970	Sambaíba	2	101,40	1.926,60	3.539,69
MA	210975	Santa Filomena do Maranhão	3	152,10	2.889,90	2.354,84
MA	210980	Santa Helena	9	456,30	8.669,70	13.805,63
MA	210990	Santa Inês	25	1.267,50	24.082,50	23.286,77
MA	211000	Santa Luzia	16	811,20	15.412,80	37.679,45
MA	211003	Santa Luzia do Paruá	3	152,10	2.889,90	15.721,33
MA	211010	Santa Quitéria do Maranhão	3	152,10	2.889,90	10.969,90
MA	211020	Santa Rita	9	456,30	8.669,70	13.690,76
MA	211023	Santana do Maranhão	4	202,80	3.853,20	3.466,48
MA	211027	Santo Amaro do Maranhão	0	0,00	0,00	8.781,58
MA	211030	Santo Antônio dos Lopes	0	0,00	0,00	9.228,19
MA	211040	São Benedito do Rio Preto	1	50,70	963,30	8.590,12
MA	211050	São Bento	6	304,20	5.779,80	21.309,84
MA	211060	São Bernardo	6	304,20	5.779,80	6.705,84
MA	211065	São Domingos do Azeitão	3	152,10	2.889,90	2.785,67
MA	211070	São Domingos do Maranhão	11	557,70	10.596,30	8.923,07
MA	211080	São Félix de Balsas	0	0,00	0,00	4.952,44
MA	211085	São Francisco do Brejão	4	202,80	3.853,20	5.140,55
MA	211090	São Francisco do Maranhão	4	202,80	3.853,20	4.573,11
MA	211100	São João Batista	0	0,00	0,00	12.428,58
MA	211102	São João do Carú	4	202,80	3.853,20	6.082,26
MA	211105	São João do Paraíso	4	202,80	3.853,20	3.744,02
MA	211107	São João do Soter	4	202,80	3.853,20	8.456,83
MA	211110	São João dos Patos	13	659,10	12.522,90	9.954,15
MA	211120	São José de Ribamar	48	2.433,60	46.238,40	100.810,89
MA	211125	São José dos Basílios	3	152,10	2.889,90	2.263,53
MA	211130	São Luís	531	26.921,70	511.512,30	431.758,56
MA	211140	São Luís Gonzaga do Maranhão	5	253,50	4.816,50	4.597,23
MA	211150	São Mateus do Maranhão	17	861,90	16.376,10	10.845,80
MA	211153	São Pedro da Água Branca	0	0,00	0,00	8.328,17
MA	211157	São Pedro dos Crentes	1	50,70	963,30	2.154,38
MA	211160	São Raimundo das Mangabeiras	6	304,20	5.779,80	7.586,73
MA	211163	São Raimundo do Doca Bezerra	3	152,10	2.889,90	2.564,39
MA	211167	São Roberto	2	101,40	1.926,60	4.326,09
MA	211170	São Vicente Ferrer	5	253,50	4.816,50	8.448,80

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	211172	Satubinha	4	202,80	3.853,20	4.909,64
MA	211174	Senador Alexandre Costa	4	202,80	3.853,20	3.796,04
MA	211176	Senador La Rocque	5	253,50	4.816,50	4.654,57
MA	211178	Serrano do Maranhão	4	202,80	3.853,20	3.792,53
MA	211180	Sítio Novo	4	202,80	3.853,20	7.310,92
MA	211190	Sucupira do Norte	4	202,80	3.853,20	3.598,42
MA	211195	Sucupira do Riachão	3	152,10	2.889,90	1.910,62
MA	211200	Tasso Fragoso	0	0,00	0,00	7.112,24
MA	211210	Timbiras	2	101,40	1.926,60	21.671,80
MA	211220	Timon	83	4.208,10	79.953,90	32.992,01
MA	211223	Trizidela do Vale	0	0,00	0,00	15.253,94
MA	211227	Tufilândia	1	50,70	963,30	5.465,70
MA	211230	Tuntum	12	608,40	11.559,60	10.938,40
MA	211240	Turiaçu	6	304,20	5.779,80	17.023,78
MA	211245	Turilândia	0	0,00	0,00	15.302,97
MA	211250	Tutóia	0	0,00	0,00	42.890,15
MA	211260	Urbano Santos	7	354,90	6.743,10	8.015,98
MA	211270	Vargem Grande	15	760,50	14.449,50	29.125,74
MA	211280	Viana	12	608,40	11.559,60	27.820,26
MA	211285	Vila Nova dos Martírios	0	0,00	0,00	9.193,83
MA	211290	Vitória do Mearim	2	101,40	1.926,60	19.398,87
MA	211300	Vitorino Freire	5	253,50	4.816,50	16.124,22
MA	211400	Zé Doca	18	912,60	17.339,40	16.913,47
		Total	2.048	103.833,60	1.972.838,40	4.205.837,63
		ANEXO XI				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
MG	310000	SES/MG	0	0,00	0,00	2.306.766,45
MG	310010	Abadia dos Dourados	3	152,10	2.889,90	1.411,80
MG	310020	Abaeté	12	608,40	11.559,60	4.722,20
MG	310030	Abre Campo	1	50,70	963,30	4.529,90
MG	310040	Acaiaca	1	50,70	963,30	813,00
MG	310050	Açucena	0	0,00	0,00	4.118,80
MG	310060	Água Boa	4	202,80	3.853,20	3.006,80
MG	310070	Água Comprida	0	0,00	0,00	828,00
MG	310080	Aguanil	2	101,40	1.926,60	888,00
MG	310090	Águas Formosas	8	405,60	7.706,40	3.883,20
MG	310100	Águas Vermelhas	4	202,80	3.853,20	2.715,20
MG	310110	Aimorés	1	50,70	963,30	9.321,10
MG	310120	Aiuruoca	2	101,40	1.926,60	1.254,80
MG	310130	Alagoa	1	50,70	963,30	553,60
MG	310140	Albertina	0	0,00	0,00	1.218,40
MG	310150	Além Paraíba	18	912,60	17.339,40	7.472,08
MG	310160	Alfenas	40	2.028,00	38.532,00	15.941,40
MG	310163	Alfredo Vasconcelos	2	101,40	1.926,60	1.355,00
MG	310170	Almenara	3	152,10	2.889,90	13.827,70
MG	310180	Alpercata	0	0,00	0,00	3.006,00
MG	310190	Alpinópolis	8	405,60	7.706,40	3.969,20
MG	310200	Alterosa	0	0,00	0,00	5.820,40
MG	310205	Alto Caparaó	2	101,40	1.926,60	1.158,20
MG	310210	Alto Rio Doce	4	202,80	3.853,20	2.424,00
MG	310220	Alvarenga	1	50,70	963,30	879,00
MG	310230	Alvinópolis	0	0,00	0,00	6.256,80
MG	310240	Alvorada de Minas	2	101,40	1.926,60	734,60
MG	310250	Amparo do Serra	2	101,40	1.926,60	1.004,60
MG	310260	Andradas	17	861,90	16.376,10	8.141,20
MG	310270	Cachoeira de Pajeú	2	101,40	1.926,60	1.895,80
MG	310280	Andrelândia	5	253,50	4.816,50	2.501,40
MG	310285	Angelândia	3	152,10	2.889,90	1.708,20
MG	310290	Antônio Carlos	1	50,70	963,30	3.679,90
MG	310300	Antônio Dias	3	152,10	2.889,90	1.947,60
MG	310310	Antônio Prado de Minas	1	50,70	963,30	338,40
MG	310320	Araçaí	0	0,00	0,00	947,20
MG	310330	Aracitaba	1	50,70	963,30	422,60
MG	310340	Araçuaí	0	0,00	0,00	14.944,40
MG	310350	Araguari	63	3.194,10	60.687,90	26.425,13
MG	310360	Arantina	2	101,40	1.926,60	577,60
MG	310370	Araponga	0	0,00	0,00	3.417,60
MG	310375	Araporã	4	202,80	3.853,20	1.354,80
MG	310380	Arapuá	2	101,40	1.926,60	576,60
MG	310390	Araújos	4	202,80	3.853,20	1.799,20
MG	310400	Araxá	53	2.687,10	51.054,90	20.856,60
MG	310410	Arceburgo	4	202,80	3.853,20	2.115,60
MG	310420	Arcos	6	304,20	5.779,80	10.210,95
MG	310430	Areado	6	304,20	5.779,80	2.991,20
MG	310440	Argirita	2	101,40	1.926,60	584,80
MG	310445	Aricanduva	2	101,40	1.926,60	1.038,40
MG	310450	Arinos	7	354,90	6.743,10	3.648,60
MG	310460	Astolfo Dutra	7	354,90	6.743,10	2.823,60
MG	310470	Ataléia	4	202,80	3.853,20	2.868,80
MG	310480	Augusto de Lima	3	152,10	2.889,90	1.012,40
MG	310490	Baependi	7	354,90	6.743,10	3.863,00
MG	310500	Baldim	3	152,10	2.889,90	1.888,37
MG	310510	Bambuí	15	760,50	14.449,50	4.803,60
MG	310520	Bandeira	1	50,70	963,30	1.060,30
MG	310530	Bandeira do Sul	3	152,10	2.889,90	1.147,80

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	310540	Barão de Cocais	14	709,80	13.486,20	6.393,60
MG	310550	Barão de Monte Alto	3	152,10	2.889,90	1.154,00
MG	310560	Barbacena	54	2.737,80	52.018,20	30.755,03
MG	310570	Barra Longa	0	0,00	0,00	2.396,40
MG	310590	Barroso	0	0,00	0,00	8.352,80
MG	310600	Bela Vista de Minas	3	152,10	2.889,90	2.083,20
MG	310610	Belmiro Braga	0	0,00	0,00	1.401,20
MG	310620	Belo Horizonte	1.110	56.277,00	1.069.263,00	868.185,14
MG	310630	Belo Oriente	9	456,30	8.669,70	5.231,60
MG	310640	Belo Vale	3	152,10	2.889,90	1.568,20
MG	310650	Berilo	3	152,10	2.889,90	2.501,60
MG	310660	Bertópolis	2	101,40	1.926,60	935,60
MG	310665	Berizal	2	101,40	1.926,60	944,00
MG	310670	Betim	188	9.531,60	181.100,40	118.177,06
MG	310680	Bias Fortes	1	50,70	963,30	753,00
MG	310690	Bicas	0	0,00	0,00	5.818,00
MG	310700	Biquinhas	2	101,40	1.926,60	532,80
MG	310710	Boa Esperança	18	912,60	17.339,40	8.106,00
MG	310720	Bocaina de Minas	0	0,00	0,00	2.074,00
MG	310730	Bocaiúva	0	0,00	0,00	20.067,20
MG	310740	Bom Despacho	29	1.470,30	27.935,70	10.008,40
MG	310750	Bom Jardim de Minas	0	0,00	0,00	2.665,20
MG	310760	Bom Jesus da Penha	2	101,40	1.926,60	840,60
MG	310770	Bom Jesus do Amparo	2	101,40	1.926,60	1.203,60
MG	310780	Bom Jesus do Galho	1	50,70	963,30	5.289,90
MG	310790	Bom Repouso	0	0,00	0,00	4.310,00
MG	310800	Bom Sucesso	3	152,10	2.889,90	4.272,90
MG	310810	Bonfim	3	152,10	2.889,90	1.638,00
MG	310820	Bonfinópolis de Minas	3	152,10	2.889,90	1.180,80
MG	310825	Bonito de Minas	4	202,80	3.853,20	2.190,20
MG	310830	Borda da Mata	8	405,60	7.706,40	3.811,00
MG	310840	Botelhos	2	101,40	1.926,60	4.203,80
MG	310850	Botumirim	3	152,10	2.889,90	1.322,40
MG	310855	Brasilândia de Minas	7	354,90	6.743,10	3.221,00
MG	310860	Brasília de Minas	12	608,40	11.559,60	6.546,40
MG	310870	Brás Pires	2	101,40	1.926,60	932,80
MG	310880	Braúnas	2	101,40	1.926,60	1.018,20
MG	310890	Brazópolis	3	152,10	2.889,90	3.102,90
MG	310900	Brumadinho	0	0,00	0,00	18.136,06
MG	310910	Bueno Brandão	3	152,10	2.889,90	2.246,60
MG	310920	Buenópolis	5	253,50	4.816,50	2.118,80
MG	310925	Bugre	2	101,40	1.926,60	829,20
MG	310930	Buritis	4	202,80	3.853,20	6.022,40
MG	310940	Buritizeiro	12	608,40	11.559,60	5.667,00
MG	310945	Cabeceira Grande	4	202,80	3.853,20	1.388,00
MG	310950	Cabo Verde	1	50,70	963,30	4.768,70
MG	310960	Cachoeira da Prata	0	0,00	0,00	1.493,60
MG	310970	Cachoeira de Minas	4	202,80	3.853,20	2.329,20
MG	310980	Cachoeira Dourada	2	101,40	1.926,60	538,20
MG	310990	Caetanópolis	5	253,50	4.816,50	2.279,80
MG	311000	Caeté	19	963,30	18.302,70	10.354,63
MG	311010	Caiana	3	152,10	2.889,90	1.088,00
MG	311020	Cajuri	0	0,00	0,00	1.654,00
MG	311030	Caldas	0	0,00	0,00	5.811,60
MG	311040	Camacho	1	50,70	963,30	631,60
MG	311050	Camanducaia	0	0,00	0,00	8.822,80
MG	311060	Cambuí	10	507,00	9.633,00	5.833,00
MG	311070	Cambuquira	1	50,70	963,30	4.257,90
MG	311080	Campanário	2	101,40	1.926,60	751,40
MG	311090	Campanha	8	405,60	7.706,40	3.325,40
MG	311100	Campestre	7	354,90	6.743,10	4.288,00
MG	311110	Campina Verde	10	507,00	9.633,00	4.015,80
MG	311115	Campo Azul	2	101,40	1.926,60	772,60
MG	311120	Campo Belo	28	1.419,60	26.972,40	10.891,60
MG	311130	Campo do Meio	3	152,10	2.889,90	2.375,60
MG	311140	Campo Florido	4	202,80	3.853,20	1.577,20
MG	311150	Campos Altos	4	202,80	3.853,20	3.077,40
MG	311160	Campos Gerais	11	557,70	10.596,30	5.811,40
MG	311170	Canaã	1	50,70	963,30	945,80
MG	311180	Canápolis	4	202,80	3.853,20	2.423,40
MG	311190	Cana Verde	3	152,10	2.889,90	1.147,80
MG	311200	Candeias	5	253,50	4.816,50	3.029,40
MG	311205	Cantagalo	0	0,00	0,00	1.806,80
MG	311210	Caparaó	0	0,00	0,00	2.195,60
MG	311220	Capela Nova	1	50,70	963,30	975,90
MG	311230	Capelinha	14	709,80	13.486,20	7.573,40
MG	311240	Capetinga	1	50,70	963,30	1.925,50
MG	311250	Capim Branco	0	0,00	0,00	4.516,40
MG	311260	Capinópolis	9	456,30	8.669,70	3.250,00
MG	311265	Capitão Andrade	3	152,10	2.889,90	1.081,00
MG	311270	Capitão Enéas	6	304,20	5.779,80	3.047,40
MG	311280	Capitólio	4	202,80	3.853,20	1.736,40
MG	311290	Caputira	0	0,00	0,00	3.772,40
MG	311300	Caraí	2	101,40	1.926,60	7.585,80
MG	311310	Caranaíba	0	0,00	0,00	1.336,40
MG	311320	Carandaí	9	456,30	8.669,70	5.075,20
MG	311330	Carangola	5	253,50	4.816,50	8.607,10
MG	311340	Caratinga	16	811,20	15.412,80	21.323,60

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	311350	Carbonita	2	101,40	1.926,60	1.908,80
MG	311360	Careaçu	3	152,10	2.889,90	1.351,40
MG	311370	Carlos Chagas	9	456,30	8.669,70	4.042,80
MG	311380	Carmésia	2	101,40	1.926,60	525,80
MG	311390	Carmo da Cachoeira	4	202,80	3.853,20	2.470,00
MG	311400	Carmo da Mata	1	50,70	963,30	3.660,30
MG	311410	Carmo de Minas	4	202,80	3.853,20	2.964,40
MG	311420	Carmo do Cajuru	10	507,00	9.633,00	4.427,20
MG	311430	Carmo do Paranaíba	16	811,20	15.412,80	6.172,20
MG	311440	Carmo do Rio Claro	5	253,50	4.816,50	4.291,60
MG	311450	Carmópolis de Minas	0	0,00	0,00	7.598,00
MG	311455	Carneirinho	4	202,80	3.853,20	2.014,40
MG	311460	Carrancas	2	101,40	1.926,60	822,00
MG	311470	Carvalhópolis	1	50,70	963,30	716,20
MG	311480	Carvalhos	1	50,70	963,30	930,20
MG	311490	Casa Grande	1	50,70	963,30	461,80
MG	311500	Cascalho Rico	2	101,40	1.926,60	614,20
MG	311510	Cássia	9	456,30	8.669,70	3.611,40
MG	311520	Conceição da Barra de Minas	1	50,70	963,30	811,40
MG	311530	Cataguases	36	1.825,20	34.678,80	15.005,00
MG	311535	Catas Altas	3	152,10	2.889,90	1.063,20
MG	311540	Catas Altas da Noruega	2	101,40	1.926,60	733,20
MG	311545	Catuji	3	152,10	2.889,90	1.352,20
MG	311547	Catuti	3	152,10	2.889,90	1.040,00
MG	311550	Caxambu	10	507,00	9.633,00	4.451,40
MG	311560	Cedro do Abaeté	1	50,70	963,30	245,40
MG	311570	Central de Minas	3	152,10	2.889,90	1.422,40
MG	311580	Centralina	5	253,50	4.816,50	2.124,40
MG	311590	Chácara	0	0,00	0,00	1.240,40
MG	311600	Chalé	2	101,40	1.926,60	1.164,60
MG	311610	Chapada do Norte	0	0,00	0,00	6.270,00
MG	311615	Chapada Gaúcha	4	202,80	3.853,20	2.594,20
MG	311620	Chiador	2	101,40	1.926,60	565,40
MG	311630	Cipotânea	3	152,10	2.889,90	1.373,60
MG	311640	Claraval	0	0,00	0,00	1.938,80
MG	311650	Claro dos Poções	4	202,80	3.853,20	1.581,80
MG	311660	Cláudio	11	557,70	10.596,30	5.657,40
MG	311670	Coimbra	3	152,10	2.889,90	1.511,80
MG	311680	Coluna	3	152,10	2.889,90	1.842,60
MG	311690	Comendador Gomes	2	101,40	1.926,60	627,60
MG	311700	Comercinho	3	152,10	2.889,90	1.618,80
MG	311710	Conceição da Aparecida	4	202,80	3.853,20	2.074,80
MG	311720	Conceição das Pedras	2	101,40	1.926,60	571,60
MG	311730	Conceição das Alagoas	12	608,40	11.559,60	5.363,60
MG	311740	Conceição de Ipanema	0	0,00	0,00	1.857,60
MG	311750	Conceição do Mato Dentro	6	304,20	5.779,80	3.654,60
MG	311760	Conceição do Pará	3	152,10	2.889,90	1.103,00
MG	311770	Conceição do Rio Verde	6	304,20	5.779,80	2.744,80
MG	311780	Conceição dos Ouros	3	152,10	2.889,90	2.293,40
MG	311783	Cônego Marinho	3	152,10	2.889,90	1.524,80
MG	311787	Confins	4	202,80	3.853,20	1.541,87
MG	311790	Congonhal	1	50,70	963,30	3.719,10
MG	311800	Congonhas	0	0,00	0,00	21.537,20
MG	311810	Congonhas do Norte	1	50,70	963,30	1.090,30
MG	311820	Conquista	4	202,80	3.853,20	1.392,00
MG	311830	Conselheiro Lafaiete	56	2.839,20	53.944,80	28.658,03
MG	311840	Conselheiro Pena	12	608,40	11.559,60	4.648,00
MG	311850	Consolação	1	50,70	963,30	362,00
MG	311860	Contagem	226	11.458,20	217.705,80	156.412,75
MG	311870	Coqueiral	0	0,00	0,00	3.796,80
MG	311880	Coração de Jesus	0	0,00	0,00	10.820,80
MG	311890	Cordisburgo	4	202,80	3.853,20	1.805,80
MG	311900	Cordislândia	0	0,00	0,00	1.434,80
MG	311910	Corinto	12	608,40	11.559,60	4.896,80
MG	311920	Coroaci	3	152,10	2.889,90	2.090,60
MG	311930	Coromandel	13	659,10	12.522,90	5.701,60
MG	311940	Coronel Fabriciano	52	2.636,40	50.091,60	27.305,69
MG	311950	Coronel Murta	4	202,80	3.853,20	1.882,20
MG	311960	Coronel Pacheco	0	0,00	0,00	1.250,00
MG	311970	Coronel Xavier Chaves	0	0,00	0,00	1.388,40
MG	311980	Córrego Danta	2	101,40	1.926,60	685,20
MG	311990	Córrego do Bom Jesus	0	0,00	0,00	1.527,60
MG	311995	Córrego Fundo	2	101,40	1.926,60	1.259,00
MG	312000	Córrego Novo	2	101,40	1.926,60	620,00
MG	312010	Couto de Magalhães de Minas	1	50,70	963,30	888,80
MG	312015	Crisólita	3	152,10	2.889,90	1.326,20
MG	312020	Cristais	5	253,50	4.816,50	2.512,80
MG	312030	Cristália	3	152,10	2.889,90	1.208,40
MG	312040	Cristiano Otoni	3	152,10	2.889,90	1.045,00
MG	312050	Cristina	3	152,10	2.889,90	2.097,20
MG	312060	Crucilândia	2	101,40	1.926,60	1.011,40
MG	312070	Cruzeiro da Fortaleza	3	152,10	2.889,90	834,80
MG	312080	Cruzília	7	354,90	6.743,10	3.099,40
MG	312083	Cuparaque	2	101,40	1.926,60	999,00
MG	312087	Curral de Dentro	4	202,80	3.853,20	1.524,60
MG	312090	Curvelo	45	2.281,50	43.348,50	15.975,60
MG	312100	Datas	3	152,10	2.889,90	1.094,20
MG	312110	Delfim Moreira	0	0,00	0,00	3.282,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	312120	Delfinópolis	3	152,10	2.889,90	1.437,20
MG	312125	Delta	4	202,80	3.853,20	1.980,80
MG	312130	Descoberto	1	50,70	963,30	1.055,50
MG	312140	Desterro de Entre Rios	3	152,10	2.889,90	1.466,80
MG	312150	Desterro do Melo	2	101,40	1.926,60	612,00
MG	312160	Diamantina	24	1.216,80	23.119,20	9.646,00
MG	312170	Diogo de Vasconcelos	0	0,00	0,00	1.574,00
MG	312180	Dionísio	4	202,80	3.853,20	1.731,40
MG	312190	Divinésia	2	101,40	1.926,60	691,00
MG	312200	Divino	7	354,90	6.743,10	4.026,60
MG	312210	Divino das Laranjeiras	3	152,10	2.889,90	1.017,20
MG	312220	Divinolândia de Minas	3	152,10	2.889,90	1.511,80
MG	312230	Divinópolis	107	5.424,90	103.073,10	52.860,83
MG	312235	Divisa Alegre	3	152,10	2.889,90	1.325,00
MG	312240	Divisa Nova	2	101,40	1.926,60	1.213,60
MG	312245	Divisópolis	0	0,00	0,00	4.218,80
MG	312247	Dom Bosco	2	101,40	1.926,60	774,40
MG	312250	Dom Cavati	4	202,80	3.853,20	1.060,60
MG	312260	Dom Joaquim	1	50,70	963,30	926,40
MG	312270	Dom Silvério	3	152,10	2.889,90	1.070,20
MG	312280	Dom Viçoso	1	50,70	963,30	614,80
MG	312290	Dona Eusébia	3	152,10	2.889,90	1.305,40
MG	312300	Dores de Campos	0	0,00	0,00	4.037,20
MG	312310	Dores de Guanhães	1	50,70	963,30	1.173,90
MG	312320	Dores do Indaiá	3	152,10	2.889,90	2.809,60
MG	312330	Dores do Turvo	0	0,00	0,00	1.806,40
MG	312340	Doresópolis	2	101,40	1.926,60	306,60
MG	312350	Douradoquara	0	0,00	0,00	772,00
MG	312352	Durandé	0	0,00	0,00	3.153,60
MG	312360	Elói Mendes	0	0,00	0,00	11.092,00
MG	312370	Engenheiro Caldas	5	253,50	4.816,50	2.219,60
MG	312380	Engenheiro Navarro	3	152,10	2.889,90	1.475,40
MG	312385	Entre Folhas	3	152,10	2.889,90	1.088,60
MG	312390	Entre Rios de Minas	0	0,00	0,00	6.116,80
MG	312400	Ervália	5	253,50	4.816,50	3.803,00
MG	312410	Esmeraldas	41	2.078,70	39.495,30	16.102,33
MG	312420	Espera Feliz	7	354,90	6.743,10	4.961,00
MG	312430	Espinosa	11	557,70	10.596,30	6.442,80
MG	312440	Espírito Santo do Dourado	1	50,70	963,30	942,40
MG	312450	Estiva	2	101,40	1.926,60	2.653,00
MG	312460	Estrela Dalva	1	50,70	963,30	499,20
MG	312470	Estrela do Indaiá	2	101,40	1.926,60	720,40
MG	312480	Estrela do Sul	4	202,80	3.853,20	1.596,20
MG	312490	Eugenópolis	0	0,00	0,00	4.514,00
MG	312500	Ewbank da Câmara	1	50,70	963,30	790,40
MG	312510	Extrema	15	760,50	14.449,50	6.868,80
MG	312520	Fama	0	0,00	0,00	970,40
MG	312530	Faria Lemos	0	0,00	0,00	1.369,20
MG	312540	Felício dos Santos	2	101,40	1.926,60	1.031,40
MG	312550	São Gonçalo do Rio Preto	1	50,70	963,30	641,00
MG	312560	Felisburgo	1	50,70	963,30	2.009,10
MG	312570	Felixlândia	5	253,50	4.816,50	3.054,60
MG	312580	Fernandes Tourinho	2	101,40	1.926,60	673,80
MG	312590	Ferros	4	202,80	3.853,20	2.161,40
MG	312595	Fervedouro	4	202,80	3.853,20	2.207,80
MG	312600	Florestal	4	202,80	3.853,20	1.713,37
MG	312610	Formiga	29	1.470,30	27.935,70	14.112,24
MG	312620	Formoso	3	152,10	2.889,90	1.858,80
MG	312630	Fortaleza de Minas	2	101,40	1.926,60	881,40
MG	312640	Fortuna de Minas	2	101,40	1.926,60	586,40
MG	312650	Francisco Badaró	3	152,10	2.889,90	2.111,40
MG	312660	Francisco Dumont	1	50,70	963,30	1.122,70
MG	312670	Francisco Sá	9	456,30	8.669,70	5.285,60
MG	312675	Franciscópolis	3	152,10	2.889,90	1.165,00
MG	312680	Frei Gaspar	3	152,10	2.889,90	1.206,60
MG	312690	Frei Inocêncio	4	202,80	3.853,20	1.919,40
MG	312695	Frei Lagonegro	1	50,70	963,30	702,00
MG	312700	Fronteira	8	405,60	7.706,40	3.414,40
MG	312705	Fronteira dos Vales	2	101,40	1.926,60	955,40
MG	312707	Fruta de Leite	3	152,10	2.889,90	1.183,80
MG	312710	Frutal	37	1.875,90	35.642,10	11.754,00
MG	312720	Funilândia	2	101,40	1.926,60	855,40
MG	312730	Galiléia	0	0,00	0,00	2.836,80
MG	312733	Gameleiras	3	152,10	2.889,90	1.052,80
MG	312735	Glaucilândia	0	0,00	0,00	1.264,00
MG	312737	Goiabeira	2	101,40	1.926,60	665,60
MG	312738	Goianá	1	50,70	963,30	790,40
MG	312740	Gonçalves	1	50,70	963,30	882,00
MG	312750	Gonzaga	0	0,00	0,00	2.489,20
MG	312760	Gouveia	3	152,10	2.889,90	2.412,80
MG	312770	Governador Valadares	4	202,80	3.853,20	122.552,25
MG	312780	Grão Mogol	4	202,80	3.853,20	3.186,20
MG	312790	Grupiara	2	101,40	1.926,60	283,60

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	312800	Guanhães	13	659,10	12.522,90	6.810,80
MG	312810	Guapé	2	101,40	1.926,60	3.857,40
MG	312820	Guaraciaba	0	0,00	0,00	4.216,80
MG	312825	Guaraciama	2	101,40	1.926,60	1.000,20
MG	312830	Guaranésia	10	507,00	9.633,00	3.875,60
MG	312840	Guarani	0	0,00	0,00	3.618,80
MG	312850	Guarará	0	0,00	0,00	1.596,40
MG	312860	Guarda-Mor	3	152,10	2.889,90	1.348,20
MG	312870	Guaxupé	24	1.216,80	23.119,20	10.458,80
MG	312880	Guidoval	1	50,70	963,30	1.979,10
MG	312890	Guimarânia	4	202,80	3.853,20	1.591,20
MG	312900	Guiricema	3	152,10	2.889,90	1.767,60
MG	312910	Gurinhatã	3	152,10	2.889,90	1.228,80
MG	312920	Heliodora	1	50,70	963,30	1.661,10
MG	312930	Iapu	3	152,10	2.889,90	2.192,40
MG	312940	Ibertioga	2	101,40	1.926,60	1.032,60
MG	312950	Ibiá	12	608,40	11.559,60	5.020,00
MG	312960	Ibiaí	4	202,80	3.853,20	1.680,00
MG	312965	Ibiracatu	3	152,10	2.889,90	1.250,00
MG	312970	Ibiraci	4	202,80	3.853,20	2.715,00
MG	312980	Ibirité	99	5.019,30	95.366,70	46.587,19
MG	312990	Ibitiúra de Minas	2	101,40	1.926,60	707,20
MG	313000	Ibituruna	2	101,40	1.926,60	603,60
MG	313005	Icaraí de Minas	4	202,80	3.853,20	2.367,00
MG	313010	Igarapé	18	912,60	17.339,40	9.596,30
MG	313020	Igaratinga	4	202,80	3.853,20	2.109,40
MG	313030	Iguatama	4	202,80	3.853,20	1.642,60
MG	313040	Ijaci	3	152,10	2.889,90	1.292,00
MG	313050	Ilicínea	4	202,80	3.853,20	2.471,60
MG	313055	Imbé de Minas	3	152,10	2.889,90	1.379,80
MG	313060	Inconfidentes	0	0,00	0,00	2.942,40
MG	313065	Indaiabira	3	152,10	2.889,90	1.505,60
MG	313070	Indianópolis	3	152,10	2.889,90	1.361,20
MG	313080	Ingaí	0	0,00	0,00	1.114,00
MG	313090	Inhapim	7	354,90	6.743,10	4.976,40
MG	313100	Inhaúma	2	101,40	1.926,60	1.248,00
MG	313110	Inimutaba	4	202,80	3.853,20	1.497,80
MG	313115	Ipaba	1	50,70	963,30	6.386,70
MG	313120	Ipanema	10	507,00	9.633,00	3.947,20
MG	313130	Ipatinga	120	6.084,00	115.596,00	58.770,68
MG	313140	Ipiaçu	3	152,10	2.889,90	857,00
MG	313150	Ipuiúna	1	50,70	963,30	3.086,70
MG	313160	Iraí de Minas	3	152,10	2.889,90	1.393,80
MG	313170	Itabira	60	3.042,00	57.798,00	26.839,13
MG	313180	Itabirinha	0	0,00	0,00	4.599,20
MG	313190	Itabirito	22	1.115,40	21.192,60	10.163,20
MG	313200	Itacambira	3	152,10	2.889,90	1.074,80
MG	313210	Itacarambi	6	304,20	5.779,80	3.688,60
MG	313220	Itaguara	5	253,50	4.816,50	3.110,10
MG	313230	Itaipé	4	202,80	3.853,20	2.545,00
MG	313240	Itajubá	0	0,00	0,00	38.800,00
MG	313250	Itamarandiba	7	354,90	6.743,10	7.121,30
MG	313260	Itamarati de Minas	2	101,40	1.926,60	872,40
MG	313270	Itambacuri	0	0,00	0,00	9.454,80
MG	313280	Itambé do Mato Dentro	0	0,00	0,00	912,40
MG	313290	Itamogi	3	152,10	2.889,90	2.114,40
MG	313300	Itamonte	1	50,70	963,30	5.193,10
MG	313310	Itanhandu	6	304,20	5.779,80	3.058,00
MG	313320	Itanhomi	5	253,50	4.816,50	2.478,80
MG	313330	Itaobim	0	0,00	0,00	8.627,60
MG	313340	Itapagipe	6	304,20	5.779,80	3.008,20
MG	313350	Itapecerica	10	507,00	9.633,00	4.431,60
MG	313360	Itapeva	3	152,10	2.889,90	1.923,60
MG	313370	Itatiaiuçu	2	101,40	1.926,60	3.196,93
MG	313375	Itaú de Minas	8	405,60	7.706,40	3.216,40
MG	313380	Itaúna	20	1.014,00	19.266,00	18.539,20
MG	313390	Itaverava	1	50,70	963,30	1.369,90
MG	313400	Itinga	1	50,70	963,30	5.095,50
MG	313410	Itueta	3	152,10	2.889,90	1.224,00
MG	313420	Ituiutaba	38	1.926,60	36.605,40	20.905,20
MG	313430	Itumirim	3	152,10	2.889,90	1.252,60
MG	313440	Iturama	21	1.064,70	20.229,30	7.696,80
MG	313450	Itutinga	2	101,40	1.926,60	795,20
MG	313460	Jaboticatubas	6	304,20	5.779,80	4.560,50
MG	313470	Jacinto	2	101,40	1.926,60	3.097,80
MG	313480	Jacuí	3	152,10	2.889,90	1.561,80
MG	313490	Jacutinga	3	152,10	2.889,90	7.291,30
MG	313500	Jaguaraçu	0	0,00	0,00	1.263,20
MG	313505	Jaíba	11	557,70	10.596,30	7.587,80
MG	313507	Jampruca	3	152,10	2.889,90	1.082,80
MG	313510	Janaúba	38	1.926,60	36.605,40	15.076,99
MG	313520	Januária	20	1.014,00	19.266,00	13.716,80
MG	313530	Japaraíba	2	101,40	1.926,60	861,60
MG	313535	Japonvar	3	152,10	2.889,90	1.736,60
MG	313540	Jeceaba	2	101,40	1.926,60	1.077,40
MG	313545	Jenipapo de Minas	3	152,10	2.889,90	1.534,40
MG	313550	Jequeri	0	0,00	0,00	5.216,40
MG	313560	Jequitaí	4	202,80	3.853,20	1.613,80

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	313570	Jequitibá	2	101,40	1.926,60	1.063,80
MG	313580	Jequitinhonha	11	557,70	10.596,30	5.112,00
MG	313590	Jesuânia	2	101,40	1.926,60	979,80
MG	313600	Joaíma	6	304,20	5.779,80	3.126,80
MG	313610	Joanésia	3	152,10	2.889,90	1.061,00
MG	313620	João Monlevade	31	1.571,70	29.862,30	15.918,00
MG	313630	João Pinheiro	24	1.216,80	23.119,20	9.750,20
MG	313640	Joaquim Felício	2	101,40	1.926,60	933,80
MG	313650	Jordânia	0	0,00	0,00	4.360,40
MG	313652	José Gonçalves de Minas	1	50,70	963,30	931,20
MG	313655	José Raydan	2	101,40	1.926,60	978,80
MG	313657	Josenópolis	2	101,40	1.926,60	975,40
MG	313660	Nova União	0	0,00	0,00	2.708,53
MG	313665	Juatuba	13	659,10	12.522,90	6.037,27
MG	313670	Juiz de Fora	205	10.393,50	197.476,50	126.848,03
MG	313680	Juramento	2	101,40	1.926,60	871,60
MG	313690	Juruaia	3	152,10	2.889,90	2.068,20
MG	313695	Juvenília	3	152,10	2.889,90	1.172,60
MG	313700	Ladainha	4	202,80	3.853,20	3.630,40
MG	313710	Lagamar	4	202,80	3.853,20	1.560,40
MG	313720	Lagoa da Prata	24	1.216,80	23.119,20	10.240,80
MG	313730	Lagoa dos Patos	2	101,40	1.926,60	859,60
MG	313740	Lagoa Dourada	4	202,80	3.853,20	2.611,20
MG	313750	Lagoa Formosa	8	405,60	7.706,40	3.635,00
MG	313753	Lagoa Grande	5	253,50	4.816,50	1.888,00
MG	313760	Lagoa Santa	1	50,70	963,30	27.854,30
MG	313770	Lajinha	7	354,90	6.743,10	4.060,20
MG	313780	Lambari	4	202,80	3.853,20	4.494,80
MG	313790	Lamim	0	0,00	0,00	1.409,60
MG	313800	Laranjal	3	152,10	2.889,90	1.370,40
MG	313810	Lassance	3	152,10	2.889,90	1.332,80
MG	313820	Lavras	48	2.433,60	46.238,40	20.424,80
MG	313830	Leandro Ferreira	2	101,40	1.926,60	660,00
MG	313835	Leme do Prado	2	101,40	1.926,60	999,60
MG	313840	Leopoldina	24	1.216,80	23.119,20	10.670,80
MG	313850	Liberdade	2	101,40	1.926,60	1.080,20
MG	313860	Lima Duarte	0	0,00	0,00	6.764,00
MG	313862	Limeira do Oeste	1	50,70	963,30	2.031,50
MG	313865	Lontra	3	152,10	2.889,90	1.808,80
MG	313867	Luisburgo	3	152,10	2.889,90	1.281,80
MG	313868	Luislândia	3	152,10	2.889,90	1.351,20
MG	313870	Luminárias	3	152,10	2.889,90	1.114,40
MG	313880	Luz	10	507,00	9.633,00	3.680,00
MG	313890	Machacalis	0	0,00	0,00	2.894,80
MG	313900	Machado	4	202,80	3.853,20	12.914,80
MG	313910	Madre de Deus de Minas	0	0,00	0,00	2.061,20
MG	313920	Malacacheta	6	304,20	5.779,80	3.845,60
MG	313925	Mamonas	3	152,10	2.889,90	1.324,80
MG	313930	Manga	7	354,90	6.743,10	3.979,60
MG	313940	Manhuaçu	27	1.368,90	26.009,10	17.716,00
MG	313950	Manhumirim	9	456,30	8.669,70	4.556,80
MG	313960	Mantena	7	354,90	6.743,10	5.626,40
MG	313970	Maravilhas	2	101,40	1.926,60	1.575,20
MG	313980	Mar de Espanha	3	152,10	2.889,90	2.548,60
MG	313990	Maria da Fé	3	152,10	2.889,90	2.930,50
MG	314000	Mariana	1	50,70	963,30	22.979,50
MG	314010	Marilac	2	101,40	1.926,60	859,40
MG	314015	Mário Campos	7	354,90	6.743,10	3.497,20
MG	314020	Maripá de Minas	1	50,70	963,30	595,80
MG	314030	Marliéria	2	101,40	1.926,60	825,80
MG	314040	Marmelópolis	0	0,00	0,00	1.191,60
MG	314050	Martinho Campos	3	152,10	2.889,90	2.687,20
MG	314053	Martins Soares	0	0,00	0,00	3.268,80
MG	314055	Mata Verde	0	0,00	0,00	3.415,60
MG	314060	Materlândia	2	101,40	1.926,60	934,60
MG	314070	Mateus Leme	6	304,20	5.779,80	8.536,60
MG	314080	Matias Barbosa	2	101,40	1.926,60	3.853,00
MG	314085	Matias Cardoso	4	202,80	3.853,20	2.199,80
MG	314090	Matipó	0	0,00	0,00	7.565,60
MG	314100	Mato Verde	5	253,50	4.816,50	2.589,40
MG	314110	Matozinhos	16	811,20	15.412,80	8.713,60
MG	314120	Matutina	2	101,40	1.926,60	771,20
MG	314130	Medeiros	2	101,40	1.926,60	753,00
MG	314140	Medina	2	101,40	1.926,60	6.678,60
MG	314150	Mendes Pimentel	3	152,10	2.889,90	1.312,80
MG	314160	Mercês	0	0,00	0,00	4.347,20
MG	314170	Mesquita	3	152,10	2.889,90	1.216,80
MG	314180	Minas Novas	2	101,40	1.926,60	10.877,00
MG	314190	Minduri	1	50,70	963,30	794,00
MG	314200	Mirabela	5	253,50	4.816,50	2.745,20
MG	314210	Miradouro	0	0,00	0,00	4.334,80
MG	314220	Miraí	5	253,50	4.816,50	2.989,20
MG	314225	Miravânia	2	101,40	1.926,60	977,00
MG	314230	Moeda	2	101,40	1.926,60	991,40
MG	314240	Moema	4	202,80	3.853,20	1.505,00
MG	314250	Monjolos	2	101,40	1.926,60	475,80
MG	314260	Monsenhor Paulo	4	202,80	3.853,20	1.742,20
MG	314270	Montalvânia	6	304,20	5.779,80	3.194,80
MG	314280	Monte Alegre de Minas	6	304,20	5.779,80	4.219,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	314290	Monte Azul	6	304,20	5.779,80	4.443,60
MG	314300	Monte Belo	5	253,50	4.816,50	2.690,60
MG	314310	Monte Carmelo	22	1.115,40	21.192,60	9.649,60
MG	314315	Monte Formoso	0	0,00	0,00	1.974,40
MG	314320	Monte Santo de Minas	5	253,50	4.816,50	4.389,80
MG	314330	Montes Claros	212	10.748,40	204.219,60	90.456,08
MG	314340	Monte Sião	5	253,50	4.816,50	4.688,80
MG	314345	Montezuma	3	152,10	2.889,90	1.633,60
MG	314350	Morada Nova de Minas	4	202,80	3.853,20	1.772,00
MG	314360	Morro da Garça	2	101,40	1.926,60	533,80
MG	314370	Morro do Pilar	2	101,40	1.926,60	684,20
MG	314380	Munhoz	1	50,70	963,30	1.577,10
MG	314390	Muriaé	42	2.129,40	40.458,60	24.420,83
MG	314400	Mutum	8	405,60	7.706,40	5.505,60
MG	314410	Muzambinho	10	507,00	9.633,00	4.205,20
MG	314420	Nacip Raydan	2	101,40	1.926,60	654,80
MG	314430	Nanuque	21	1.064,70	20.229,30	8.375,20
MG	314435	Naque	0	0,00	0,00	2.772,00
MG	314437	Natalândia	2	101,40	1.926,60	676,40
MG	314440	Natércia	0	0,00	0,00	1.928,00
MG	314450	Nazareno	0	0,00	0,00	3.433,20
MG	314460	Nepomuceno	10	507,00	9.633,00	5.410,60
MG	314465	Ninheira	3	152,10	2.889,90	2.075,00
MG	314467	Nova Belém	2	101,40	1.926,60	732,40
MG	314470	Nova Era	8	405,60	7.706,40	3.600,40
MG	314480	Nova Lima	49	2.484,30	47.201,70	21.508,20
MG	314490	Nova Módica	2	101,40	1.926,60	766,00
MG	314500	Nova Ponte	4	202,80	3.853,20	2.986,80
MG	314505	Nova Porteirinha	3	152,10	2.889,90	1.529,60
MG	314510	Nova Resende	6	304,20	5.779,80	3.329,00
MG	314520	Nova Serrana	2	101,40	1.926,60	35.945,80
MG	314530	Novo Cruzeiro	5	253,50	4.816,50	7.937,10
MG	314535	Novo Oriente de Minas	4	202,80	3.853,20	2.173,80
MG	314537	Novorizonte	1	50,70	963,30	1.159,90
MG	314540	Olaria	0	0,00	0,00	782,80
MG	314545	Olhos-d'Água	3	152,10	2.889,90	1.188,60
MG	314550	Olímpio Noronha	0	0,00	0,00	1.105,20
MG	314560	Oliveira	19	963,30	18.302,70	8.381,40
MG	314570	Oliveira Fortes	0	0,00	0,00	872,80
MG	314580	Onça de Pitangui	0	0,00	0,00	1.276,80
MG	314585	Oratórios	2	101,40	1.926,60	942,00
MG	314587	Orizânia	1	50,70	963,30	2.216,30
MG	314590	Ouro Branco	16	811,20	15.412,80	7.787,00
MG	314600	Ouro Fino	0	0,00	0,00	13.486,40
MG	314610	Ouro Preto	28	1.419,60	26.972,40	14.931,80
MG	314620	Ouro Verde de Minas	3	152,10	2.889,90	1.229,60
MG	314625	Padre Carvalho	3	152,10	2.889,90	1.267,60
MG	314630	Padre Paraíso	4	202,80	3.853,20	4.217,60
MG	314640	Paineiras	3	152,10	2.889,90	941,60
MG	314650	Pains	4	202,80	3.853,20	1.678,20
MG	314655	Pai Pedro	3	152,10	2.889,90	1.236,80
MG	314660	Paiva	0	0,00	0,00	636,00
MG	314670	Palma	3	152,10	2.889,90	1.350,60
MG	314675	Palmópolis	0	0,00	0,00	2.691,84
MG	314690	Papagaios	1	50,70	963,30	5.243,10
MG	314700	Paracatu	0	0,00	0,00	36.954,40
MG	314710	Pará de Minas	6	304,20	5.779,80	31.315,80
MG	314720	Paraguaçu	10	507,00	9.633,00	4.316,60
MG	314730	Paraisópolis	2	101,40	1.926,60	6.466,60
MG	314740	Paraopeba	0	0,00	0,00	9.770,80
MG	314750	Passabém	0	0,00	0,00	710,40
MG	314760	Passa Quatro	1	50,70	963,30	5.624,70
MG	314770	Passa Tempo	4	202,80	3.853,20	1.675,40
MG	314780	Passa-Vinte	0	0,00	0,00	848,40
MG	314790	Passos	54	2.737,80	52.018,20	25.753,05
MG	314795	Patis	2	101,40	1.926,60	1.195,20
MG	314800	Patos de Minas	14	709,80	13.486,20	54.415,65
MG	314810	Patrocínio	29	1.470,30	27.935,70	17.996,60
MG	314820	Patrocínio do Muriaé	0	0,00	0,00	2.272,00
MG	314830	Paula Cândido	0	0,00	0,00	3.879,20
MG	314840	Paulistas	2	101,40	1.926,60	1.004,00
MG	314850	Pavão	3	152,10	2.889,90	1.754,20
MG	314860	Peçanha	5	253,50	4.816,50	3.574,20
MG	314870	Pedra Azul	5	253,50	4.816,50	5.082,70
MG	314875	Pedra Bonita	2	101,40	1.926,60	1.423,40
MG	314880	Pedra do Anta	1	50,70	963,30	682,80
MG	314890	Pedra do Indaiá	2	101,40	1.926,60	806,80
MG	314900	Pedra Dourada	0	0,00	0,00	980,80
MG	314910	Pedralva	2	101,40	1.926,60	2.746,60
MG	314915	Pedras de Maria da Cruz	3	152,10	2.889,90	2.279,20
MG	314920	Pedrinópolis	2	101,40	1.926,60	734,40
MG	314930	Pedro Leopoldo	0	0,00	0,00	34.312,38
MG	314940	Pedro Teixeira	0	0,00	0,00	737,20
MG	314950	Pequeri	1	50,70	963,30	669,40
MG	314960	Pequi	1	50,70	963,30	879,00
MG	314970	Perdigão	4	202,80	3.853,20	2.169,20
MG	314980	Perdizes	6	304,20	5.779,80	3.185,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	314990	Perdões	10	507,00	9.633,00	4.288,80
MG	314995	Periquito	1	50,70	963,30	1.896,70
MG	315000	Pescador	2	101,40	1.926,60	862,20
MG	315010	Piau	2	101,40	1.926,60	577,40
MG	315015	Piedade de Caratinga	3	152,10	2.889,90	1.649,40
MG	315020	Piedade de Ponte Nova	0	0,00	0,00	1.685,20
MG	315030	Piedade do Rio Grande	1	50,70	963,30	953,20
MG	315040	Piedade dos Gerais	1	50,70	963,30	1.029,10
MG	315050	Pimenta	2	101,40	1.926,60	1.744,00
MG	315053	Pingo-d'Água	3	152,10	2.889,90	974,60
MG	315057	Pintópolis	3	152,10	2.889,90	1.517,00
MG	315060	Piracema	0	0,00	0,00	2.630,00
MG	315070	Pirajuba	3	152,10	2.889,90	1.158,00
MG	315080	Piranga	4	202,80	3.853,20	3.583,60
MG	315090	Piranguçu	1	50,70	963,30	1.242,30
MG	315100	Piranguinho	1	50,70	963,30	2.475,50
MG	315110	Pirapetinga	0	0,00	0,00	4.350,40
MG	315120	Pirapora	0	0,00	0,00	22.682,40
MG	315130	Piraúba	5	253,50	4.816,50	2.224,60
MG	315140	Pitangui	5	253,50	4.816,50	6.265,90
MG	315150	Piumhi	17	861,90	16.376,10	6.905,00
MG	315160	Planura	6	304,20	5.779,80	2.359,20
MG	315170	Poço Fundo	6	304,20	5.779,80	3.380,60
MG	315180	Poços de Caldas	79	4.005,30	76.100,70	37.369,13
MG	315190	Pocrane	0	0,00	0,00	3.620,00
MG	315200	Pompéu	1	50,70	963,30	11.681,50
MG	315210	Ponte Nova	29	1.470,30	27.935,70	12.072,20
MG	315213	Ponto Chique	2	101,40	1.926,60	851,80
MG	315217	Ponto dos Volantes	4	202,80	3.853,20	2.427,60
MG	315220	Porteirinha	12	608,40	11.559,60	7.748,20
MG	315230	Porto Firme	4	202,80	3.853,20	2.249,00
MG	315240	Poté	5	253,50	4.816,50	3.328,20
MG	315250	Pouso Alegre	28	1.419,60	26.972,40	39.239,25
MG	315260	Pouso Alto	3	152,10	2.889,90	1.258,20
MG	315270	Prados	3	152,10	2.889,90	1.804,20
MG	315280	Prata	12	608,40	11.559,60	5.559,20
MG	315290	Pratápolis	4	202,80	3.853,20	1.795,00
MG	315300	Pratinha	2	101,40	1.926,60	713,80
MG	315310	Presidente Bernardes	1	50,70	963,30	1.288,70
MG	315320	Presidente Juscelino	2	101,40	1.926,60	785,60
MG	315330	Presidente Kubitschek	0	0,00	0,00	1.224,40
MG	315340	Presidente Olegário	8	405,60	7.706,40	3.919,80
MG	315350	Alto Jequitibá	3	152,10	2.889,90	1.707,00
MG	315360	Prudente de Morais	6	304,20	5.779,80	2.115,40
MG	315370	Quartel Geral	1	50,70	963,30	711,40
MG	315380	Queluzito	0	0,00	0,00	783,20
MG	315390	Raposos	0	0,00	0,00	7.648,66
MG	315400	Raul Soares	8	405,60	7.706,40	4.884,60
MG	315410	Recreio	5	253,50	4.816,50	2.139,40
MG	315415	Reduto	0	0,00	0,00	2.846,80
MG	315420	Resende Costa	5	253,50	4.816,50	2.313,80
MG	315430	Resplendor	7	354,90	6.743,10	3.543,00
MG	315440	Ressaquinha	2	101,40	1.926,60	986,12
MG	315445	Riachinho	3	152,10	2.889,90	1.658,00
MG	315450	Riacho dos Machados	3	152,10	2.889,90	1.934,40
MG	315460	Ribeirão das Neves	185	9.379,50	178.210,50	93.728,24
MG	315470	Ribeirão Vermelho	0	0,00	0,00	1.623,20
MG	315480	Rio Acima	5	253,50	4.816,50	2.362,03
MG	315490	Rio Casca	0	0,00	0,00	5.750,40
MG	315500	Rio Doce	2	101,40	1.926,60	524,60
MG	315510	Rio do Prado	1	50,70	963,30	1.169,90
MG	315520	Rio Espera	3	152,10	2.889,90	1.209,00
MG	315530	Rio Manso	3	152,10	2.889,90	1.347,27
MG	315540	Rio Novo	4	202,80	3.853,20	1.816,80
MG	315550	Rio Paranaíba	5	253,50	4.816,50	2.492,40
MG	315560	Rio Pardo de Minas	7	354,90	6.743,10	6.203,20
MG	315570	Rio Piracicaba	0	0,00	0,00	5.849,60
MG	315580	Rio Pomba	7	354,90	6.743,10	3.612,20
MG	315590	Rio Preto	0	0,00	0,00	2.217,60
MG	315600	Rio Vermelho	4	202,80	3.853,20	2.751,00
MG	315610	Ritápolis	0	0,00	0,00	1.982,00
MG	315620	Rochedo de Minas	1	50,70	963,30	458,60
MG	315630	Rodeiro	3	152,10	2.889,90	1.571,40
MG	315640	Romaria	1	50,70	963,30	734,20
MG	315645	Rosário da Limeira	0	0,00	0,00	1.832,00
MG	315650	Rubelita	3	152,10	2.889,90	1.485,60
MG	315660	Rubim	5	253,50	4.816,50	2.075,40
MG	315670	Sabará	21	1.064,70	20.229,30	48.887,76
MG	315680	Sabinópolis	5	253,50	4.816,50	3.208,40
MG	315690	Sacramento	12	608,40	11.559,60	5.199,60
MG	315700	Salinas	15	760,50	14.449,50	8.335,60
MG	315710	Salto da Divisa	1	50,70	963,30	1.887,50
MG	315720	Santa Bárbara	9	456,30	8.669,70	7.161,00
MG	315725	Santa Bárbara do Leste	0	0,00	0,00	3.272,00
MG	315727	Santa Bárbara do Monte Verde	0	0,00	0,00	1.238,40
MG	315730	Santa Bárbara do Tugúrio	0	0,00	0,00	1.858,40
MG	315733	Santa Cruz de Minas	4	202,80	3.853,20	1.709,40
MG	315737	Santa Cruz de Salinas	0	0,00	0,00	1.773,60

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	315740	Santa Cruz do Escalvado	2	101,40	1.926,60	1.010,00
MG	315750	Santa Efigênia de Minas	2	101,40	1.926,60	932,20
MG	315760	Santa Fé de Minas	2	101,40	1.926,60	806,80
MG	315765	Santa Helena de Minas	3	152,10	2.889,90	1.282,00
MG	315770	Santa Juliana	1	50,70	963,30	4.388,70
MG	315780	Santa Luzia	0	0,00	0,00	113.096,78
MG	315790	Santa Margarida	2	101,40	1.926,60	4.542,60
MG	315800	Santa Maria de Itabira	4	202,80	3.853,20	2.201,40
MG	315810	Santa Maria do Salto	0	0,00	0,00	2.162,40
MG	315820	Santa Maria do Suaçuí	6	304,20	5.779,80	2.979,20
MG	315830	Santana da Vargem	2	101,40	1.926,60	1.475,80
MG	315840	Santana de Cataguases	2	101,40	1.926,60	775,20
MG	315850	Santana de Pirapama	3	152,10	2.889,90	1.621,20
MG	315860	Santana do Deserto	2	101,40	1.926,60	806,40
MG	315870	Santana do Garambéu	1	50,70	963,30	487,20
MG	315880	Santana do Jacaré	0	0,00	0,00	1.944,40
MG	315890	Santana do Manhuaçu	0	0,00	0,00	3.541,20
MG	315895	Santana do Paraíso	12	608,40	11.559,60	6.565,60
MG	315900	Santana do Riacho	1	50,70	963,30	860,20
MG	315910	Santana dos Montes	2	101,40	1.926,60	781,60
MG	315920	Santa Rita de Caldas	4	202,80	3.853,20	1.847,80
MG	315930	Santa Rita de Jacutinga	1	50,70	963,30	1.072,70
MG	315935	Santa Rita de Minas	3	152,10	2.889,90	1.429,80
MG	315940	Santa Rita de Ibitipoca	0	0,00	0,00	1.451,20
MG	315950	Santa Rita do Itueto	3	152,10	2.889,90	1.156,40
MG	315960	Santa Rita do Sapucaí	3	152,10	2.889,90	14.039,70
MG	315970	Santa Rosa da Serra	0	0,00	0,00	1.354,40
MG	315980	Santa Vitória	6	304,20	5.779,80	3.929,20
MG	315990	Santo Antônio do Amparo	8	405,60	7.706,40	3.710,60
MG	316000	Santo Antônio do Aventureiro	2	101,40	1.926,60	733,60
MG	316010	Santo Antônio do Grama	2	101,40	1.926,60	827,60
MG	316020	Santo Antônio do Itambé	1	50,70	963,30	830,20
MG	316030	Santo Antônio do Jacinto	1	50,70	963,30	3.853,50
MG	316040	Santo Antônio do Monte	12	608,40	11.559,60	5.623,00
MG	316045	Santo Antônio do Retiro	3	152,10	2.889,90	1.467,80
MG	316050	Santo Antônio do Rio Abaixo	0	0,00	0,00	728,00
MG	316060	Santo Hipólito	2	101,40	1.926,60	655,20
MG	316070	Santos Dumont	20	1.014,00	19.266,00	9.512,20
MG	316080	São Bento Abade	3	152,10	2.889,90	1.031,80
MG	316090	São Brás do Suaçuí	2	101,40	1.926,60	749,40
MG	316095	São Domingos das Dores	3	152,10	2.889,90	1.139,40
MG	316100	São Domingos do Prata	5	253,50	4.816,50	3.562,20
MG	316105	São Félix de Minas	2	101,40	1.926,60	693,40
MG	316110	São Francisco	20	1.014,00	19.266,00	11.834,38
MG	316120	São Francisco de Paula	1	50,70	963,30	1.705,90
MG	316130	São Francisco de Sales	1	50,70	963,30	1.526,30
MG	316140	São Francisco do Glória	3	152,10	2.889,90	1.042,20
MG	316150	São Geraldo	4	202,80	3.853,20	2.381,00
MG	316160	São Geraldo da Piedade	2	101,40	1.926,60	874,40
MG	316165	São Geraldo do Baixio	2	101,40	1.926,60	784,00
MG	316170	São Gonçalo do Abaeté	0	0,00	0,00	2.759,20
MG	316180	São Gonçalo do Pará	4	202,80	3.853,20	2.397,00
MG	316190	São Gonçalo do Rio Abaixo	2	101,40	1.926,60	2.382,60
MG	316200	São Gonçalo do Sapucaí	0	0,00	0,00	10.206,80
MG	316210	São Gotardo	5	253,50	4.816,50	9.189,90
MG	316220	São João Batista do Glória	4	202,80	3.853,20	1.486,20
MG	316225	São João da Lagoa	2	101,40	1.926,60	988,40
MG	316230	São João da Mata	1	50,70	963,30	562,20
MG	316240	São João da Ponte	5	253,50	4.816,50	5.567,90
MG	316245	São João das Missões	4	202,80	3.853,20	2.572,40
MG	316250	São João del Rei	44	2.230,80	42.385,20	18.052,60
MG	316255	São João do Manhuaçu	1	50,70	963,30	3.583,50
MG	316257	São João do Manteninha	3	152,10	2.889,90	1.151,80
MG	316260	São João do Oriente	4	202,80	3.853,20	1.592,80
MG	316265	São João do Pacuí	2	101,40	1.926,60	879,20
MG	316270	São João do Paraíso	5	253,50	4.816,50	4.745,80
MG	316280	São João Evangelista	6	304,20	5.779,80	3.216,60
MG	316290	São João Nepomuceno	13	659,10	12.522,90	5.307,60

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	316292	São Joaquim de Bicas	12	608,40	11.559,60	7.037,33
MG	316294	São José da Barra	3	152,10	2.889,90	1.474,80
MG	316295	São José da Lapa	8	405,60	7.706,40	5.345,67
MG	316300	São José da Safira	2	101,40	1.926,60	860,60
MG	316310	São José da Varginha	0	0,00	0,00	1.933,60
MG	316320	São José do Alegre	0	0,00	0,00	1.691,20
MG	316330	São José do Divino	0	0,00	0,00	1.578,40
MG	316340	São José do Goiabal	3	152,10	2.889,90	1.143,40
MG	316350	São José do Jacuri	3	152,10	2.889,90	1.338,80
MG	316360	São José do Mantimento	0	0,00	0,00	1.114,80
MG	316370	São Lourenço	21	1.064,70	20.229,30	9.091,40
MG	316380	São Miguel do Anta	3	152,10	2.889,90	1.409,00
MG	316390	São Pedro da União	2	101,40	1.926,60	1.010,80
MG	316400	São Pedro dos Ferros	3	152,10	2.889,90	1.679,40
MG	316410	São Pedro do Suaçuí	2	101,40	1.926,60	1.123,20
MG	316420	São Romão	4	202,80	3.853,20	2.378,40
MG	316430	São Roque de Minas	0	0,00	0,00	2.836,80
MG	316440	São Sebastião da Bela Vista	1	50,70	963,30	1.211,90
MG	316443	São Sebastião da Vargem Alegre	2	101,40	1.926,60	601,20
MG	316447	São Sebastião do Anta	2	101,40	1.926,60	1.283,80
MG	316450	São Sebastião do Maranhão	2	101,40	1.926,60	2.369,40
MG	316460	São Sebastião do Oeste	2	101,40	1.926,60	1.317,80
MG	316470	São Sebastião do Paraíso	28	1.419,60	26.972,40	14.106,60
MG	316480	São Sebastião do Rio Preto	0	0,00	0,00	648,80
MG	316490	São Sebastião do Rio Verde	1	50,70	963,30	449,80
MG	316500	São Tiago	5	253,50	4.816,50	2.214,60
MG	316510	São Tomás de Aquino	4	202,80	3.853,20	1.451,40
MG	316520	São Thomé das Letras	0	0,00	0,00	2.842,40
MG	316530	São Vicente de Minas	3	152,10	2.889,90	1.534,40
MG	316540	Sapucaí-Mirim	1	50,70	963,30	1.776,70
MG	316550	Sardoá	0	0,00	0,00	2.479,20
MG	316553	Sarzedo	17	861,90	16.376,10	7.241,97
MG	316555	Setubinha	4	202,80	3.853,20	2.412,00
MG	316556	Sem-Peixe	0	0,00	0,00	1.142,40
MG	316557	Senador Amaral	2	101,40	1.926,60	1.087,80
MG	316560	Senador Cortes	0	0,00	0,00	819,60
MG	316570	Senador Firmino	3	152,10	2.889,90	1.558,40
MG	316580	Senador José Bento	1	50,70	963,30	360,80
MG	316590	Senador Modestino Gonçalves	2	101,40	1.926,60	912,80
MG	316600	Senhora de Oliveira	1	50,70	963,30	1.393,50
MG	316610	Senhora do Porto	2	101,40	1.926,60	720,40
MG	316620	Senhora dos Remédios	0	0,00	0,00	4.248,80
MG	316630	Sericita	0	0,00	0,00	2.973,60
MG	316640	Seritinga	0	0,00	0,00	749,60
MG	316650	Serra Azul de Minas	0	0,00	0,00	1.748,80
MG	316660	Serra da Saudade	1	50,70	963,30	165,00
MG	316670	Serra dos Aimorés	4	202,80	3.853,20	1.761,80
MG	316680	Serra do Salitre	5	253,50	4.816,50	2.298,20
MG	316690	Serrania	3	152,10	2.889,90	1.562,40
MG	316695	Serranópolis de Minas	2	101,40	1.926,60	953,80
MG	316700	Serranos	0	0,00	0,00	814,80
MG	316710	Serro	0	0,00	0,00	8.574,00
MG	316720	Sete Lagoas	0	0,00	0,00	106.302,60
MG	316730	Silveirânia	2	101,40	1.926,60	458,40
MG	316740	Silvianópolis	2	101,40	1.926,60	1.262,80
MG	316750	Simão Pereira	1	50,70	963,30	530,20
MG	316760	Simonésia	0	0,00	0,00	7.853,20
MG	316770	Sobrália	3	152,10	2.889,90	1.179,40
MG	316780	Soledade de Minas	1	50,70	963,30	1.489,10
MG	316790	Tabuleiro	0	0,00	0,00	1.634,00
MG	316800	Taiobeiras	13	659,10	12.522,90	6.764,80
MG	316805	Taparuba	2	101,40	1.926,60	642,00
MG	316810	Tapira	2	101,40	1.926,60	930,00
MG	316820	Tapiraí	2	101,40	1.926,60	384,60
MG	316830	Taquaraçu de Minas	1	50,70	963,30	950,83
MG	316840	Tarumirim	4	202,80	3.853,20	2.935,40
MG	316850	Teixeiras	0	0,00	0,00	4.734,40
MG	316860	Teófilo Otoni	68	3.447,60	65.504,40	31.935,15
MG	316870	Timóteo	39	1.977,30	37.568,70	19.083,11
MG	316880	Tiradentes	1	50,70	963,30	2.159,50
MG	316890	Tiros	1	50,70	963,30	1.818,70
MG	316900	Tocantins	7	354,90	6.743,10	3.353,20
MG	316905	Tocos do Moji	1	50,70	963,30	829,40
MG	316910	Toledo	1	50,70	963,30	1.529,50
MG	316920	Tombos	4	202,80	3.853,20	1.864,20
MG	316930	Três Corações	17	861,90	16.376,10	15.799,80
MG	316935	Três Marias	10	507,00	9.633,00	6.337,40
MG	316940	Três Pontas	23	1.166,10	22.155,90	11.419,40
MG	316950	Tumiritinga	4	202,80	3.853,20	1.347,80
MG	316960	Tupaciguara	14	709,80	13.486,20	5.107,60
MG	316970	Turmalina	7	354,90	6.743,10	3.952,40
MG	316980	Turvolândia	0	0,00	0,00	2.010,00
MG	316990	Ubá	43	2.180,10	41.421,90	25.492,50
MG	317000	Ubaí	4	202,80	3.853,20	2.506,20
MG	317005	Ubaporanga	0	0,00	0,00	5.048,80
MG	317010	Uberaba	164	8.314,80	157.981,20	73.861,20
MG	317020	Uberlândia	0	0,00	0,00	304.475,85

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	317030	Umburatiba	2	101,40	1.926,60	549,20
MG	317040	Unaí	40	2.028,00	38.532,00	16.796,00
MG	317043	União de Minas	2	101,40	1.926,60	899,60
MG	317047	Uruana de Minas	0	0,00	0,00	1.335,20
MG	317050	Urucânia	1	50,70	963,30	3.272,30
MG	317052	Urucuia	4	202,80	3.853,20	3.219,00
MG	317057	Vargem Alegre	3	152,10	2.889,90	1.327,00
MG	317060	Vargem Bonita	0	0,00	0,00	886,40
MG	317065	Vargem Grande do Rio Pardo	2	101,40	1.926,60	1.006,40
MG	317070	Varginha	65	3.295,50	62.614,50	30.231,90
MG	317075	Varjão de Minas	3	152,10	2.889,90	1.389,40
MG	317080	Várzea da Palma	21	1.064,70	20.229,30	7.825,60
MG	317090	Varzelândia	5	253,50	4.816,50	3.944,60
MG	317100	Vazante	0	0,00	0,00	8.313,60
MG	317103	Verdelândia	3	152,10	2.889,90	1.844,00
MG	317107	Veredinha	3	152,10	2.889,90	1.159,60
MG	317110	Veríssimo	2	101,40	1.926,60	782,20
MG	317115	Vermelho Novo	2	101,40	1.926,60	981,00
MG	317120	Vespasiano	63	3.194,10	60.687,90	29.061,69
MG	317130	Viçosa	0	0,00	0,00	31.352,40
MG	317140	Vieiras	2	101,40	1.926,60	758,00
MG	317150	Mathias Lobato	2	101,40	1.926,60	681,20
MG	317160	Virgem da Lapa	0	0,00	0,00	5.617,20
MG	317170	Virgínia	0	0,00	0,00	3.548,00
MG	317180	Virginópolis	3	152,10	2.889,90	2.166,00
MG	317190	Virgolândia	3	152,10	2.889,90	1.144,00
MG	317200	Visconde do Rio Branco	17	861,90	16.376,10	8.386,40
MG	317210	Volta Grande	3	152,10	2.889,90	1.063,00
MG	317220	Wenceslau Braz	0	0,00	0,00	1.047,60
		Total	7.081	359.006,70	6.821.127,30	8.039.119,56
		ANEXO XII				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
MS	500000	SES/MS	0	0,00	0,00	239.871,78
MS	500020	Água Clara	5	253,50	4.816,50	4.709,72
MS	500025	Alcinópolis	3	152,10	2.889,90	864,67
MS	500060	Amambai	13	659,10	12.522,90	7.028,00
MS	500070	Anastácio	10	507,00	9.633,00	5.147,49
MS	500080	Anaurilândia	3	152,10	2.889,90	3.822,98
MS	500085	Angélica	5	253,50	4.816,50	1.743,00
MS	500090	Antônio João	1	50,70	963,30	1.972,70
MS	500100	Aparecida do Taboado	0	0,00	0,00	10.215,83
MS	500110	Aquidauana	24	1.216,80	23.119,20	11.010,42
MS	500124	Aral Moreira	1	50,70	963,30	2.960,36
MS	500150	Bandeirantes	4	202,80	3.853,20	1.322,91
MS	500190	Bataguassu	9	456,30	8.669,70	4.654,65
MS	500200	Batayporã	2	101,40	1.926,60	1.874,67
MS	500210	Bela Vista	10	507,00	9.633,00	4.055,17
MS	500215	Bodoquena	4	202,80	3.853,20	1.329,83
MS	500220	Bonito	11	557,70	10.596,30	6.628,19
MS	500230	Brasilândia	6	304,20	5.779,80	2.001,40
MS	500240	Caarapó	11	557,70	10.596,30	5.498,07
MS	500260	Camapuã	7	354,90	6.743,10	2.711,24
MS	500270	Campo Grande	384	19.468,80	369.907,20	262.947,19
MS	500280	Caracol	3	152,10	2.889,90	1.103,31
MS	500290	Cassilândia	10	507,00	9.633,00	6.529,07
MS	500295	Chapadão do Sul	8	405,60	7.706,40	3.990,00
MS	500310	Corguinho	1	50,70	963,30	1.525,46
MS	500315	Coronel Sapucaia	5	253,50	4.816,50	2.502,67
MS	500320	Corumbá	51	2.585,70	49.128,30	31.168,51
MS	500325	Costa Rica	7	354,90	6.743,10	3.359,83
MS	500330	Coxim	18	912,60	17.339,40	7.893,44
MS	500345	Deodápolis	6	304,20	5.779,80	2.128,83
MS	500348	Dois Irmãos do Buriti	4	202,80	3.853,20	1.855,33
MS	500350	Douradina	2	101,40	1.926,60	1.150,89
MS	500370	Dourados	116	5.881,20	111.742,80	40.859,98
MS	500375	Eldorado	5	253,50	4.816,50	2.037,33
MS	500380	Fátima do Sul	11	557,70	10.596,30	3.210,00
MS	500390	Figueirão	2	101,40	1.926,60	777,64
MS	500400	Glória de Dourados	5	253,50	4.816,50	1.670,83
MS	500410	Guia Lopes da Laguna	5	253,50	4.816,50	1.744,31
MS	500430	Iguatemi	6	304,20	5.779,80	2.639,67
MS	500440	Inocência	4	202,80	3.853,20	1.457,76
MS	500450	Itaporã	8	405,60	7.706,40	3.923,17
MS	500460	Itaquiraí	2	101,40	1.926,60	7.608,36
MS	500470	Ivinhema	11	557,70	10.596,30	4.637,89
MS	500480	Japorã	0	0,00	0,00	2.945,33
MS	500490	Jaraguari	3	152,10	2.889,90	1.169,83
MS	500500	Jardim	15	760,50	14.449,50	5.172,58
MS	500510	Jateí	2	101,40	1.926,60	795,09
MS	500515	Juti	1	50,70	963,30	1.221,03
MS	500520	Ladário	10	507,00	9.633,00	3.765,00
MS	500525	Laguna Carapã	2	101,40	1.926,60	1.229,41
MS	500540	Maracaju	20	1.014,00	19.266,00	7.519,04
MS	500560	Miranda	10	507,00	9.633,00	4.795,38
MS	500568	Mundo Novo	1	50,70	963,30	5.071,03
MS	500570	Naviraí	27	1.368,90	26.009,10	8.864,67
MS	500580	Nioaque	4	202,80	3.853,20	2.509,15

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MS	500600	Nova Alvorada do Sul	9	456,30	8.669,70	5.169,94
MS	500620	Nova Andradina	23	1.166,10	22.155,90	10.303,09
MS	500625	Novo Horizonte do Sul	2	101,40	1.926,60	844,67
MS	500627	Paraíso das Águas	1	50,70	963,30	891,67
MS	500630	Paranaíba	18	912,60	17.339,40	9.164,51
MS	500635	Paranhos	2	101,40	1.926,60	2.690,73
MS	500640	Pedro Gomes	0	0,00	0,00	2.686,02
MS	500660	Ponta Porã	21	1.064,70	20.229,30	18.007,44
MS	500690	Porto Murtinho	0	0,00	0,00	5.626,33
MS	500710	Ribas do Rio Pardo	1	50,70	963,30	6.997,03
MS	500720	Rio Brilhante	14	709,80	13.486,20	6.024,00
MS	500730	Rio Negro	3	152,10	2.889,90	831,50
MS	500740	Rio Verde de Mato Grosso	10	507,00	9.633,00	6.382,84
MS	500750	Rochedo	0	0,00	0,00	1.786,68
MS	500755	Santa Rita do Pardo	3	152,10	2.889,90	1.593,19
MS	500769	São Gabriel do Oeste	4	202,80	3.853,20	5.931,96
MS	500770	Sete Quedas	6	304,20	5.779,80	1.812,67
MS	500780	Selvíria	4	202,80	3.853,20	1.097,84
MS	500790	Sidrolândia	17	861,90	16.376,10	9.095,83
MS	500793	Sonora	5	253,50	4.816,50	4.267,19
MS	500795	Tacuru	3	152,10	2.889,90	2.026,47
MS	500797	Taquarussu	2	101,40	1.926,60	815,78
MS	500800	Terenos	2	101,40	1.926,60	5.025,06
MS	500830	Três Lagoas	68	3.447,60	65.504,40	23.360,64
MS	500840	Vicentina	3	152,10	2.889,90	1.006,83
		Total	1.119	56.733,30	1.077.932,70	894.642,00
		ANEXO XIII				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
MT	510000	SES/MT	0	0,00	0,00	515.128,30
MT	510010	Acorizal	0	0,00	0,00	2.339,21
MT	510020	Água Boa	10	507,00	9.633,00	5.237,90
MT	510025	Alta Floresta	20	1.014,00	19.266,00	14.681,94
MT	510030	Alto Araguaia	0	0,00	0,00	7.766,30
MT	510035	Alto Boa Vista	3	152,10	2.889,90	1.891,52
MT	510040	Alto Garças	0	0,00	0,00	4.930,68
MT	510050	Alto Paraguai	0	0,00	0,00	4.669,44
MT	510060	Alto Taquari	5	253,50	4.816,50	2.190,42
MT	510080	Apiacás	5	253,50	4.816,50	3.259,23
MT	510100	Araguaiana	1	50,70	963,30	921,74
MT	510120	Araguainha	0	0,00	0,00	1.725,80
MT	510125	Araputanga	4	202,80	3.853,20	3.468,20
MT	510130	Arenápolis	5	253,50	4.816,50	2.163,91
MT	510140	Aripuanã	8	405,60	7.706,40	7.076,65
MT	510160	Barão de Melgaço	2	101,40	1.926,60	1.701,32
MT	510170	Barra do Bugres	9	456,30	8.669,70	7.204,49
MT	510180	Barra do Garças	36	1.825,20	34.678,80	12.607,64
MT	510185	Bom Jesus do Araguaia	2	101,40	1.926,60	1.833,01
MT	510190	Brasnorte	6	304,20	5.779,80	5.466,86
MT	510250	Cáceres	39	1.977,30	37.568,70	19.512,19
MT	510260	Campinápolis	4	202,80	3.853,20	3.289,26
MT	510263	Campo Novo do Parecis	13	659,10	12.522,90	7.172,63
MT	510267	Campo Verde	16	811,20	15.412,80	8.537,00
MT	510268	Campos de Júlio	3	152,10	2.889,90	1.908,27
MT	510269	Canabrava do Norte	2	101,40	1.926,60	1.875,33
MT	510270	Canarana	8	405,60	7.706,40	6.576,01
MT	510279	Carlinda	4	202,80	3.853,20	3.223,55
MT	510285	Castanheira	3	152,10	2.889,90	2.473,07
MT	510300	Chapada dos Guimarães	7	354,90	6.743,10	4.072,35
MT	510305	Cláudia	4	202,80	3.853,20	3.671,32
MT	510310	Cocalinho	0	0,00	0,00	4.273,46
MT	510320	Colíder	16	811,20	15.412,80	9.448,23
MT	510325	Colniza	12	608,40	11.559,60	11.403,34
MT	510330	Comodoro	7	354,90	6.743,10	6.812,46
MT	510335	Confresa	9	456,30	8.669,70	11.147,90
MT	510336	Conquista D'Oeste	1	50,70	963,30	1.087,41
MT	510337	Cotriguaçu	0	0,00	0,00	10.934,29
MT	510340	Cuiabá	271	13.739,70	261.054,30	197.989,51

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MT	510343	Curvelândia	3	152,10	2.889,90	1.079,39
MT	510345	Denise	4	202,80	3.853,20	1.948,63
MT	510350	Diamantino	9	456,30	8.669,70	4.552,29
MT	510360	Dom Aquino	4	202,80	3.853,20	1.738,91
MT	510370	Feliz Natal	3	152,10	2.889,90	4.979,82
MT	510380	Figueirópolis D'Oeste	1	50,70	963,30	937,25
MT	510385	Gaúcha do Norte	0	0,00	0,00	5.143,36
MT	510390	General Carneiro	2	101,40	1.926,60	1.140,10
MT	510395	Glória D'Oeste	2	101,40	1.926,60	920,01
MT	510410	Guarantã do Norte	12	608,40	11.559,60	10.349,50
MT	510420	Guiratinga	4	202,80	3.853,20	3.124,44
MT	510450	Indiavaí	1	50,70	963,30	986,81
MT	510452	Ipiranga do Norte	3	152,10	2.889,90	1.533,04
MT	510454	Itanhangá	2	101,40	1.926,60	1.367,36
MT	510455	Itaúba	3	152,10	2.889,90	1.878,43
MT	510460	Itiquira	4	202,80	3.853,20	2.734,07
MT	510480	Jaciara	16	811,20	15.412,80	5.693,68
MT	510490	Jangada	3	152,10	2.889,90	1.709,41
MT	510500	Jauru	4	202,80	3.853,20	2.151,08
MT	510510	Juara	8	405,60	7.706,40	14.570,22
MT	510515	Juína	15	760,50	14.449,50	12.566,55
MT	510517	Juruena	4	202,80	3.853,20	4.871,88
MT	510520	Juscimeira	1	50,70	963,30	3.883,16
MT	510523	Lambari D'Oeste	2	101,40	1.926,60	1.258,54
MT	510525	Lucas do Rio Verde	23	1.166,10	22.155,90	17.995,17
MT	510530	Luciara	2	101,40	1.926,60	894,38
MT	510550	Vila Bela da Santíssima Trindade	4	202,80	3.853,20	3.320,90
MT	510558	Marcelândia	5	253,50	4.816,50	5.843,24
MT	510560	Matupá	6	304,20	5.779,80	4.642,50
MT	510562	Mirassol d'Oeste	13	659,10	12.522,90	5.722,54
MT	510590	Nobres	7	354,90	6.743,10	3.207,60
MT	510600	Nortelândia	3	152,10	2.889,90	1.349,83
MT	510610	Nossa Senhora do Livramento	0	0,00	0,00	5.733,57
MT	510615	Nova Bandeirantes	4	202,80	3.853,20	5.214,63
MT	510617	Nova Nazaré	2	101,40	1.926,60	1.057,86
MT	510618	Nova Lacerda	3	152,10	2.889,90	1.354,96
MT	510619	Nova Santa Helena	2	101,40	1.926,60	955,48
MT	510620	Nova Brasilândia	3	152,10	2.889,90	956,48
MT	510621	Nova Canaã do Norte	0	0,00	0,00	7.371,43
MT	510622	Nova Mutum	16	811,20	15.412,80	9.108,65
MT	510623	Nova Olímpia	4	202,80	3.853,20	4.469,37
MT	510624	Nova Ubiratã	2	101,40	1.926,60	4.991,02
MT	510625	Nova Xavantina	10	507,00	9.633,00	4.412,27
MT	510626	Novo Mundo	3	152,10	2.889,90	2.553,81
MT	510627	Novo Horizonte do Norte	1	50,70	963,30	1.304,41
MT	510628	Novo São Joaquim	0	0,00	0,00	2.804,96
MT	510629	Paranaíta	4	202,80	3.853,20	3.286,56
MT	510630	Paranatinga	10	507,00	9.633,00	6.820,38
MT	510631	Novo Santo Antônio	0	0,00	0,00	2.095,17
MT	510637	Pedra Preta	4	202,80	3.853,20	3.626,83
MT	510642	Peixoto de Azevedo	13	659,10	12.522,90	9.837,88
MT	510645	Planalto da Serra	1	50,70	963,30	908,88
MT	510650	Poconé	16	811,20	15.412,80	6.892,58
MT	510665	Pontal do Araguaia	4	202,80	3.853,20	1.365,43
MT	510670	Ponte Branca	2	101,40	1.926,60	881,41
MT	510675	Pontes e Lacerda	24	1.216,80	23.119,20	10.245,63
MT	510677	Porto Alegre do Norte	4	202,80	3.853,20	3.508,93
MT	510680	Porto dos Gaúchos	3	152,10	2.889,90	2.070,31
MT	510682	Porto Esperidião	4	202,80	3.853,20	2.480,52
MT	510685	Porto Estrela	2	101,40	1.926,60	930,88
MT	510700	Poxoréo	8	405,60	7.706,40	3.683,91
MT	510704	Primavera do Leste	34	1.723,80	32.752,20	12.675,83
MT	510706	Querência	0	0,00	0,00	9.773,19
MT	510710	São José dos Quatro Marcos	10	507,00	9.633,00	4.039,22
MT	510715	Reserva do Cabaçal	1	50,70	963,30	923,67
MT	510718	Ribeirão Cascalheira	4	202,80	3.853,20	2.944,01
MT	510719	Ribeirãozinho	1	50,70	963,30	930,64
MT	510720	Rio Branco	0	0,00	0,00	2.166,47
MT	510724	Santa Carmem	1	50,70	963,30	1.981,66
MT	510726	Santo Afonso	2	101,40	1.926,60	929,65
MT	510729	São José do Povo	2	101,40	1.926,60	995,88
MT	510730	São José do Rio Claro	6	304,20	5.779,80	4.217,51
MT	510735	São José do Xingu	3	152,10	2.889,90	2.506,54
MT	510740	São Pedro da Cipa	1	50,70	963,30	1.067,55
MT	510757	Rondolândia	1	50,70	963,30	2.542,35
MT	510760	Rondonópolis	33	1.673,10	31.788,90	63.265,85
MT	510770	Rosário Oeste	6	304,20	5.779,80	3.746,76
MT	510774	Santa Cruz do Xingu	1	50,70	963,30	1.158,73
MT	510775	Salto do Céu	2	101,40	1.926,60	938,90
MT	510776	Santa Rita do Trivelato	1	50,70	963,30	1.229,64
MT	510777	Santa Terezinha	3	152,10	2.889,90	2.431,13
MT	510779	Santo Antônio do Leste	2	101,40	1.926,60	1.142,32
MT	510780	Santo Antônio do Leverger	4	202,80	3.853,20	4.498,12
MT	510785	São Félix do Araguaia	4	202,80	3.853,20	3.584,46
MT	510787	Sapezal	9	456,30	8.669,70	7.110,01
MT	510788	Serra Nova Dourada	2	101,40	1.926,60	968,97
MT	510790	Sinop	42	2.129,40	40.458,60	48.864,84

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MT	510792	Sorriso	43	2.180,10	41.421,90	24.930,54
MT	510794	Tabaporã	3	152,10	2.889,90	5.983,99
MT	510795	Tangará da Serra	48	2.433,60	46.238,40	21.127,74
MT	510800	Tapurah	4	202,80	3.853,20	3.793,27
MT	510805	Terra Nova do Norte	4	202,80	3.853,20	3.897,44
MT	510810	Tesouro	2	101,40	1.926,60	991,25
MT	510820	Torixoréu	2	101,40	1.926,60	943,93
MT	510830	União do Sul	2	101,40	1.926,60	1.655,55
MT	510835	Vale de São Domingos	2	101,40	1.926,60	918,94
MT	510840	Várzea Grande	36	1.825,20	34.678,80	82.479,83
MT	510850	Vera	4	202,80	3.853,20	3.688,72
MT	510860	Vila Rica	4	202,80	3.853,20	10.676,91
MT	510880	Nova Guarita	2	101,40	1.926,60	1.650,41
MT	510885	Nova Marilândia	2	101,40	1.926,60	963,75
MT	510890	Nova Maringá	3	152,10	2.889,90	2.459,04
MT	510895	Nova Monte Verde	3	152,10	2.889,90	2.906,15
		Total	1.196	60.637,20	1.152.106,80	1.522.391,79
		ANEXO XIV				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
PA	150000	SES/PA	0	0,00	0,00	702.427,35
PA	150010	Abaetetuba	45	2.281,50	43.348,50	78.358,52
PA	150013	Abel Figueiredo	3	152,10	2.889,90	2.868,90
PA	150020	Acará	7	354,90	6.743,10	36.182,07
PA	150030	Afuá	5	253,50	4.816,50	25.450,76
PA	150034	Água Azul do Norte	3	152,10	2.889,90	18.282,26
PA	150040	Alenquer	23	1.166,10	22.155,90	21.918,85
PA	150050	Almeirim	10	507,00	9.633,00	26.904,37
PA	150060	Altamira	3	152,10	2.889,90	85.533,77
PA	150070	Anajás	16	811,20	15.412,80	11.293,88
PA	150080	Ananindeua	226	11.458,20	217.705,80	204.745,61
PA	150085	Anapu	28	1.419,60	26.972,40	10.750,34
PA	150090	Augusto Corrêa	4	202,80	3.853,20	31.643,22
PA	150095	Aurora do Pará	2	101,40	1.926,60	22.252,13
PA	150100	Aveiro	4	202,80	3.853,20	8.810,26
PA	150110	Bagre	0	0,00	0,00	23.652,64
PA	150120	Baião	13	659,10	12.522,90	24.065,38
PA	150125	Bannach	2	101,40	1.926,60	1.340,62
PA	150130	Barcarena	23	1.166,10	22.155,90	74.008,36
PA	150140	Belém	745	37.771,50	717.658,50	576.190,11
PA	150145	Belterra	4	202,80	3.853,20	9.833,88
PA	150150	Benevides	12	608,40	11.559,60	36.835,96
PA	150157	Bom Jesus do Tocantins	4	202,80	3.853,20	9.253,03
PA	150160	Bonito	4	202,80	3.853,20	8.711,07
PA	150170	Bragança	34	1.723,80	32.752,20	65.787,80
PA	150172	Brasil Novo	4	202,80	3.853,20	10.398,06
PA	150175	Brejo Grande do Araguaia	1	50,70	963,30	4.825,28
PA	150178	Breu Branco	23	1.166,10	22.155,90	28.782,03
PA	150180	Breves	2	101,40	1.926,60	77.340,87
PA	150190	Bujaru	0	0,00	0,00	22.480,64
PA	150195	Cachoeira do Piriá	4	202,80	3.853,20	15.784,32
PA	150200	Cachoeira do Arari	3	152,10	2.889,90	21.523,19
PA	150210	Cametá	54	2.737,80	52.018,20	54.390,14
PA	150215	Canaã dos Carajás	13	659,10	12.522,90	16.064,52
PA	150220	Capanema	28	1.419,60	26.972,40	26.641,76
PA	150230	Capitão Poço	13	659,10	12.522,90	29.404,84
PA	150240	Castanhal	0	0,00	0,00	154.933,25
PA	150250	Chaves	0	0,00	0,00	18.302,86
PA	150260	Colares	4	202,80	3.853,20	5.477,56
PA	150270	Conceição do Araguaia	14	709,80	13.486,20	23.467,88
PA	150275	Concórdia do Pará	4	202,80	3.853,20	21.852,23
PA	150276	Cumaru do Norte	4	202,80	3.853,20	6.536,09
PA	150277	Curionópolis	6	304,20	5.779,80	8.588,89
PA	150280	Curralinho	22	1.115,40	21.192,60	13.287,16
PA	150285	Curuá	4	202,80	3.853,20	7.252,62
PA	150290	Curuçá	7	354,90	6.743,10	24.170,86
PA	150293	Dom Eliseu	21	1.064,70	20.229,30	25.850,03
PA	150295	Eldorado dos Carajás	9	456,30	8.669,70	17.430,10
PA	150300	Faro	3	152,10	2.889,90	8.911,26
PA	150304	Floresta do Araguaia	0	0,00	0,00	15.668,44
PA	150307	Garrafão do Norte	5	253,50	4.816,50	15.309,03
PA	150309	Goianésia do Pará	9	456,30	8.669,70	22.556,11
PA	150310	Gurupá	5	253,50	4.816,50	20.938,92
PA	150320	Igarapé-Açu	9	456,30	8.669,70	21.287,30
PA	150330	Igarapé-Miri	15	760,50	14.449,50	33.949,23
PA	150340	Inhangapi	3	152,10	2.889,90	6.146,47
PA	150345	Ipixuna do Pará	7	354,90	6.743,10	42.641,95
PA	150350	Irituia	5	253,50	4.816,50	20.316,02
PA	150360	Itaituba	63	3.194,10	60.687,90	39.089,00
PA	150370	Itupiranga	10	507,00	9.633,00	31.498,07
PA	150375	Jacareacanga	5	253,50	4.816,50	28.103,43
PA	150380	Jacundá	9	456,30	8.669,70	36.977,17
PA	150390	Juruti	6	304,20	5.779,80	38.914,08
PA	150400	Limoeiro do Ajuru	5	253,50	4.816,50	17.511,00
PA	150405	Mãe do Rio	15	760,50	14.449,50	11.608,90
PA	150410	Magalhães Barata	3	152,10	2.889,90	3.708,84
PA	150420	Marabá	61	3.092,70	58.761,30	156.748,53
PA	150430	Maracanã	8	405,60	7.706,40	15.050,38

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PA	150440	Marapanim	9	456,30	8.669,70	13.206,30
PA	150442	Marituba	65	3.295,50	62.614,50	50.727,66
PA	150445	Medicilândia	8	405,60	7.706,40	16.674,67
PA	150450	Melgaço	1	50,70	963,30	20.379,46
PA	150460	Mocajuba	11	557,70	10.596,30	13.428,49
PA	150470	Moju	14	709,80	13.486,20	49.854,93
PA	150475	Mojuí dos Campos	7	354,90	6.743,10	6.207,55
PA	150480	Monte Alegre	15	760,50	14.449,50	30.356,26
PA	150490	Muaná	2	101,40	1.926,60	29.203,19
PA	150495	Nova Esperança do Piriá	5	253,50	4.816,50	11.679,57
PA	150497	Nova Ipixuna	1	50,70	963,30	11.908,06
PA	150500	Nova Timboteua	4	202,80	3.853,20	8.003,27
PA	150503	Novo Progresso	18	912,60	17.339,40	16.697,57
PA	150506	Novo Repartimento	17	861,90	16.376,10	42.185,78
PA	150510	Óbidos	12	608,40	11.559,60	28.692,27
PA	150520	Oeiras do Pará	20	1.014,00	19.266,00	12.544,84
PA	150530	Oriximiná	18	912,60	17.339,40	53.329,36
PA	150540	Ourém	4	202,80	3.853,20	9.918,78
PA	150543	Ourilândia do Norte	11	557,70	10.596,30	14.733,01
PA	150548	Pacajá	21	1.064,70	20.229,30	18.402,45
PA	150549	Palestina do Pará	2	101,40	1.926,60	3.996,87
PA	150550	Paragominas	51	2.585,70	49.128,30	43.652,81
PA	150553	Parauapebas	79	4.005,30	76.100,70	84.468,78
PA	150555	Pau D'Arco	0	0,00	0,00	4.657,05
PA	150560	Peixe-Boi	3	152,10	2.889,90	3.370,02
PA	150563	Piçarra	0	0,00	0,00	10.093,31
PA	150565	Placas	5	253,50	4.816,50	19.074,99
PA	150570	Ponta de Pedras	10	507,00	9.633,00	14.345,77
PA	150580	Portel	10	507,00	9.633,00	38.232,50
PA	150590	Porto de Moz	8	405,60	7.706,40	24.026,45
PA	150600	Prainha	3	152,10	2.889,90	20.392,97
PA	150610	Primavera	3	152,10	2.889,90	5.468,82
PA	150611	Quatipuru	4	202,80	3.853,20	6.650,35
PA	150613	Redenção	36	1.825,20	34.678,80	32.717,59
PA	150616	Rio Maria	8	405,60	7.706,40	7.051,83
PA	150618	Rondon do Pará	18	912,60	17.339,40	23.069,58
PA	150619	Rurópolis	6	304,20	5.779,80	33.175,49
PA	150620	Salinópolis	16	811,20	15.412,80	15.985,20
PA	150630	Salvaterra	6	304,20	5.779,80	12.546,87
PA	150635	Santa Bárbara do Pará	2	101,40	1.926,60	14.333,80
PA	150640	Santa Cruz do Arari	4	202,80	3.853,20	3.958,80
PA	150650	Santa Izabel do Pará	30	1.521,00	28.899,00	27.310,68
PA	150655	Santa Luzia do Pará	0	0,00	0,00	15.437,54
PA	150658	Santa Maria das Barreiras	3	152,10	2.889,90	13.653,77
PA	150660	Santa Maria do Pará	7	354,90	6.743,10	12.448,48
PA	150670	Santana do Araguaia	14	709,80	13.486,20	42.665,03
PA	150680	Santarém	100	5.070,00	96.330,00	138.785,63
PA	150690	Santarém Novo	2	101,40	1.926,60	3.251,77
PA	150700	Santo Antônio do Tauá	8	405,60	7.706,40	16.583,42
PA	150710	São Caetano de Odivelas	0	0,00	0,00	13.936,23
PA	150715	São Domingos do Araguaia	8	405,60	7.706,40	12.019,21
PA	150720	São Domingos do Capim	5	253,50	4.816,50	19.879,60
PA	150730	São Félix do Xingu	26	1.318,20	25.045,80	73.987,75
PA	150740	São Francisco do Pará	4	202,80	3.853,20	8.409,54
PA	150745	São Geraldo do Araguaia	9	456,30	8.669,70	11.387,59
PA	150746	São João da Ponta	3	152,10	2.889,90	2.368,60
PA	150747	São João de Pirabas	6	304,20	5.779,80	12.006,50
PA	150750	São João do Araguaia	4	202,80	3.853,20	6.951,09
PA	150760	São Miguel do Guamá	20	1.014,00	19.266,00	26.252,33
PA	150770	São Sebastião da Boa Vista	16	811,20	15.412,80	10.277,41
PA	150775	Sapucaia	0	0,00	0,00	4.575,31
PA	150780	Senador José Porfírio	6	304,20	5.779,80	5.015,32
PA	150790	Soure	12	608,40	11.559,60	9.792,58
PA	150795	Tailândia	29	1.470,30	27.935,70	54.049,51
PA	150796	Terra Alta	4	202,80	3.853,20	5.191,90
PA	150797	Terra Santa	3	152,10	2.889,90	11.597,02
PA	150800	Tomé-Açu	18	912,60	17.339,40	31.626,69
PA	150803	Tracuateua	5	253,50	4.816,50	19.074,19
PA	150805	Trairão	2	101,40	1.926,60	12.728,55
PA	150808	Tucumã	15	760,50	14.449,50	16.106,59
PA	150810	Tucuruí	4	202,80	3.853,20	83.841,24
PA	150812	Ulianópolis	12	608,40	11.559,60	34.086,48
PA	150815	Uruará	13	659,10	12.522,90	22.971,14
PA	150820	Vigia	16	811,20	15.412,80	26.020,59
PA	150830	Viseu	0	0,00	0,00	47.399,72
PA	150835	Vitória do Xingu	0	0,00	0,00	11.679,52
PA	150840	Xinguara	17	861,90	16.376,10	18.164,95
		Total	2.664	135.064,80	2.566.231,20	5.099.757,24

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		ANEXO XV				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
PB	250000	SES/PB	0	0,00	0,00	616.482,98
PB	250010	Água Branca	4	202,80	3.853,20	1.923,38
PB	250020	Aguiar	3	152,10	2.889,90	1.047,38
PB	250030	Alagoa Grande	10	507,00	9.633,00	5.387,44
PB	250040	Alagoa Nova	5	253,50	4.816,50	3.879,19
PB	250050	Alagoinha	4	202,80	3.853,20	2.712,00
PB	250053	Alcantil	2	101,40	1.926,60	1.031,06
PB	250057	Algodão de Jandaíra	1	50,70	963,30	468,94
PB	250060	Alhandra	6	304,20	5.779,80	4.894,75
PB	250070	São João do Rio do Peixe	4	202,80	3.853,20	3.363,75
PB	250073	Amparo	2	101,40	1.926,60	446,81
PB	250077	Aparecida	3	152,10	2.889,90	1.580,63
PB	250080	Araçagi	4	202,80	3.853,20	3.234,75
PB	250090	Arara	5	253,50	4.816,50	2.538,38
PB	250100	Araruna	5	253,50	4.816,50	3.828,38
PB	250110	Areia	7	354,90	6.743,10	4.401,00
PB	250115	Areia de Baraúnas	2	101,40	1.926,60	404,56
PB	250120	Areial	3	152,10	2.889,90	1.307,81
PB	250130	Aroeiras	5	253,50	4.816,50	3.611,06
PB	250135	Assunção	2	101,40	1.926,60	735,19
PB	250140	Baía da Traição	0	0,00	0,00	3.401,25
PB	250150	Bananeiras	5	253,50	4.816,50	4.127,25
PB	250153	Baraúna	2	101,40	1.926,60	923,44
PB	250157	Barra de Santana	3	152,10	2.889,90	1.557,19
PB	250160	Barra de Santa Rosa	5	253,50	4.816,50	2.891,44
PB	250170	Barra de São Miguel	1	50,70	963,30	1.278,82
PB	250180	Bayeux	49	2.484,30	47.201,70	25.614,72
PB	250190	Belém	6	304,20	5.779,80	3.315,94
PB	250200	Belém do Brejo do Cruz	0	0,00	0,00	2.755,12
PB	250205	Bernardino Batista	2	101,40	1.926,60	644,63
PB	250210	Boa Ventura	2	101,40	1.926,60	1.054,69
PB	250215	Boa Vista	3	152,10	2.889,90	1.328,06
PB	250220	Bom Jesus	2	101,40	1.926,60	481,31
PB	250230	Bom Sucesso	3	152,10	2.889,90	945,75
PB	250240	Bonito de Santa Fé	4	202,80	3.853,20	2.238,38
PB	250250	Boqueirão	6	304,20	5.779,80	3.345,38
PB	250260	Igaracy	3	152,10	2.889,90	1.164,38
PB	250270	Borborema	2	101,40	1.926,60	1.018,13
PB	250280	Brejo do Cruz	5	253,50	4.816,50	2.645,06
PB	250290	Brejo dos Santos	3	152,10	2.889,90	1.210,69
PB	250300	Caaporã	10	507,00	9.633,00	5.468,00
PB	250310	Cabaceiras	2	101,40	1.926,60	1.044,38
PB	250320	Cabedelo	25	1.267,50	24.082,50	17.008,25
PB	250330	Cachoeira dos Índios	4	202,80	3.853,20	1.924,69
PB	250340	Cacimba de Areia	2	101,40	1.926,60	702,94
PB	250350	Cacimba de Dentro	0	0,00	0,00	6.433,50
PB	250355	Cacimbas	3	152,10	2.889,90	1.346,81
PB	250360	Caiçara	3	152,10	2.889,90	1.369,50
PB	250370	Cajazeiras	31	1.571,70	29.862,30	11.660,06
PB	250375	Cajazeirinhas	0	0,00	0,00	1.198,87
PB	250380	Caldas Brandão	2	101,40	1.926,60	1.129,69
PB	250390	Camalaú	3	152,10	2.889,90	1.128,75
PB	250400	Campina Grande	202	10.241,40	194.586,60	76.937,25
PB	250403	Capim	2	101,40	1.926,60	1.228,50
PB	250407	Caraúbas	2	101,40	1.926,60	782,06
PB	250410	Carrapateira	2	101,40	1.926,60	500,06
PB	250415	Casserengue	3	152,10	2.889,90	1.401,75
PB	250420	Catingueira	2	101,40	1.926,60	925,13
PB	250430	Catolé do Rocha	14	709,80	13.486,20	5.725,13
PB	250435	Caturité	2	101,40	1.926,60	907,31
PB	250440	Conceição	6	304,20	5.779,80	3.552,00
PB	250450	Condado	3	152,10	2.889,90	1.266,19
PB	250460	Conde	9	456,30	8.669,70	6.192,25
PB	250470	Congo	2	101,40	1.926,60	897,94
PB	250480	Coremas	7	354,90	6.743,10	2.892,38
PB	250485	Coxixola	2	101,40	1.926,60	360,94
PB	250490	Cruz do Espírito Santo	0	0,00	0,00	8.779,50
PB	250500	Cubati	0	0,00	0,00	2.727,75
PB	250510	Cuité	7	354,90	6.743,10	3.815,25
PB	250520	Cuitegi	3	152,10	2.889,90	1.292,81
PB	250523	Cuité de Mamanguape	0	0,00	0,00	2.384,25
PB	250527	Curral de Cima	3	152,10	2.889,90	986,06
PB	250530	Curral Velho	0	0,00	0,00	948,37
PB	250535	Damião	1	50,70	963,30	1.040,32
PB	250540	Desterro	3	152,10	2.889,90	1.557,38
PB	250550	Vista Serrana	2	101,40	1.926,60	714,00
PB	250560	Diamante	3	152,10	2.889,90	1.244,25
PB	250570	Dona Inês	4	202,80	3.853,20	1.975,31
PB	250580	Duas Estradas	2	101,40	1.926,60	683,44
PB	250590	Emas	2	101,40	1.926,60	661,50
PB	250600	Esperança	9	456,30	8.669,70	6.237,38
PB	250610	Fagundes	4	202,80	3.853,20	2.146,69
PB	250620	Frei Martinho	2	101,40	1.926,60	560,63
PB	250625	Gado Bravo	3	152,10	2.889,90	1.587,38
PB	250630	Guarabira	25	1.267,50	24.082,50	11.040,19

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	250640	Gurinhém	4	202,80	3.853,20	2.650,13
PB	250650	Gurjão	2	101,40	1.926,60	644,25
PB	250660	Ibiara	3	152,10	2.889,90	1.130,06
PB	250670	Imaculada	4	202,80	3.853,20	2.218,69
PB	250680	Ingá	6	304,20	5.779,80	3.405,56
PB	250690	Itabaiana	11	557,70	10.596,30	4.624,31
PB	250700	Itaporanga	10	507,00	9.633,00	4.657,88
PB	250710	Itapororoca	2	101,40	1.926,60	5.091,52
PB	250720	Itatuba	0	0,00	0,00	4.078,50
PB	250730	Jacaraú	4	202,80	3.853,20	2.695,88
PB	250740	Jericó	3	152,10	2.889,90	1.451,63
PB	250750	João Pessoa	315	15.970,50	303.439,50	202.899,50
PB	250760	Juarez Távora	4	202,80	3.853,20	1.490,63
PB	250770	Juazeirinho	5	253,50	4.816,50	3.414,94
PB	250780	Junco do Seridó	3	152,10	2.889,90	1.343,44
PB	250790	Juripiranga	0	0,00	0,00	4.038,75
PB	250800	Juru	3	152,10	2.889,90	1.859,81
PB	250810	Lagoa	2	101,40	1.926,60	883,13
PB	250820	Lagoa de Dentro	3	152,10	2.889,90	1.438,13
PB	250830	Lagoa Seca	5	253,50	4.816,50	5.512,12
PB	250840	Lastro	2	101,40	1.926,60	526,69
PB	250850	Livramento	3	152,10	2.889,90	1.379,06
PB	250855	Logradouro	2	101,40	1.926,60	814,31
PB	250860	Lucena	5	253,50	4.816,50	3.280,25
PB	250870	Mãe d'Água	2	101,40	1.926,60	758,25
PB	250880	Malta	3	152,10	2.889,90	1.064,81
PB	250890	Mamanguape	18	912,60	17.339,40	11.251,25
PB	250900	Manaíra	0	0,00	0,00	4.170,00
PB	250905	Marcação	3	152,10	2.889,90	1.609,88
PB	250910	Mari	7	354,90	6.743,10	4.097,63
PB	250915	Marizópolis	4	202,80	3.853,20	1.240,13
PB	250920	Massaranduba	4	202,80	3.853,20	2.597,44
PB	250930	Mataraca	4	202,80	3.853,20	1.587,38
PB	250933	Matinhas	0	0,00	0,00	1.701,37
PB	250937	Mato Grosso	0	0,00	0,00	1.093,12
PB	250939	Maturéia	3	152,10	2.889,90	1.235,06
PB	250940	Mogeiro	4	202,80	3.853,20	2.502,94
PB	250950	Montadas	2	101,40	1.926,60	1.067,06
PB	250960	Monte Horebe	2	101,40	1.926,60	904,69
PB	250970	Monteiro	12	608,40	11.559,60	6.242,63
PB	250980	Mulungu	3	152,10	2.889,90	1.860,38
PB	250990	Natuba	4	202,80	3.853,20	1.961,25
PB	251000	Nazarezinho	3	152,10	2.889,90	1.376,63
PB	251010	Nova Floresta	4	202,80	3.853,20	1.998,94
PB	251020	Nova Olinda	3	152,10	2.889,90	1.135,88
PB	251030	Nova Palmeira	2	101,40	1.926,60	920,63
PB	251040	Olho d'Água	3	152,10	2.889,90	1.274,25
PB	251050	Olivedos	2	101,40	1.926,60	740,81
PB	251060	Ouro Velho	2	101,40	1.926,60	570,38
PB	251065	Parari	0	0,00	0,00	836,07
PB	251070	Passagem	2	101,40	1.926,60	454,50
PB	251080	Patos	60	3.042,00	57.798,00	20.210,63
PB	251090	Paulista	4	202,80	3.853,20	2.307,75
PB	251100	Pedra Branca	2	101,40	1.926,60	713,06
PB	251110	Pedra Lavrada	3	152,10	2.889,90	1.522,88
PB	251120	Pedras de Fogo	4	202,80	3.853,20	6.833,92
PB	251130	Piancó	5	253,50	4.816,50	3.017,06
PB	251140	Picuí	7	354,90	6.743,10	3.513,19
PB	251150	Pilar	2	101,40	1.926,60	2.550,15
PB	251160	Pilões	3	152,10	2.889,90	1.286,25
PB	251170	Pilõezinhos	3	152,10	2.889,90	967,31
PB	251180	Pirpirituba	4	202,80	3.853,20	1.984,69
PB	251190	Pitimbu	5	253,50	4.816,50	4.795,50
PB	251200	Pocinhos	5	253,50	4.816,50	3.491,63
PB	251203	Poço Dantas	2	101,40	1.926,60	710,25
PB	251207	Poço de José de Moura	2	101,40	1.926,60	809,63
PB	251210	Pombal	14	709,80	13.486,20	6.143,63
PB	251220	Prata	2	101,40	1.926,60	783,56
PB	251230	Princesa Isabel	9	456,30	8.669,70	4.404,19
PB	251240	Puxinanã	0	0,00	0,00	5.143,12
PB	251250	Queimadas	12	608,40	11.559,60	8.290,13
PB	251260	Quixabá	2	101,40	1.926,60	541,29
PB	251270	Remígio	6	304,20	5.779,80	3.671,06
PB	251272	Pedro Régis	3	152,10	2.889,90	1.143,56
PB	251274	Riachão	2	101,40	1.926,60	676,31
PB	251275	Riachão do Bacamarte	2	101,40	1.926,60	849,19
PB	251276	Riachão do Poço	2	101,40	1.926,60	847,31
PB	251278	Riacho de Santo Antônio	0	0,00	0,00	1.027,23
PB	251280	Riacho dos Cavalos	3	152,10	2.889,90	1.614,19
PB	251290	Rio Tinto	5	253,50	4.816,50	7.260,50
PB	251300	Salgadinho	2	101,40	1.926,60	746,25
PB	251310	Salgado de São Félix	4	202,80	3.853,20	2.277,19
PB	251315	Santa Cecília	3	152,10	2.889,90	1.239,38
PB	251320	Santa Cruz	3	152,10	2.889,90	1.234,69
PB	251330	Santa Helena	3	152,10	2.889,90	1.115,44
PB	251335	Santa Inês	2	101,40	1.926,60	674,25
PB	251340	Santa Luzia	7	354,90	6.743,10	2.887,69
PB	251350	Santana de Mangueira	3	152,10	2.889,90	992,25
PB	251360	Santana dos Garrotes	3	152,10	2.889,90	1.351,69
PB	251365	Joca Claudino	0	0,00	0,00	1.008,75
PB	251370	Santa Rita	73	3.701,10	70.320,90	34.212,75
PB	251380	Santa Teresinha	2	101,40	1.926,60	864,75
PB	251385	Santo André	0	0,00	0,00	961,87
PB	251390	São Bento	15	760,50	14.449,50	6.415,31
PB	251392	São Bentinho	2	101,40	1.926,60	851,25
PB	251394	São Domingos do Cariri	2	101,40	1.926,60	487,69

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	251396	São Domingos	2	101,40	1.926,60	585,00
PB	251398	São Francisco	2	101,40	1.926,60	635,44
PB	251400	São João do Cariri	2	101,40	1.926,60	816,00
PB	251410	São João do Tigre	1	50,70	963,30	832,88
PB	251420	São José da Lagoa Tapada	3	152,10	2.889,90	1.439,81
PB	251430	São José de Caiana	3	152,10	2.889,90	1.177,31
PB	251440	São José de Espinharas	2	101,40	1.926,60	888,38
PB	251445	São José dos Ramos	1	50,70	963,30	1.275,07
PB	251450	São José de Piranhas	7	354,90	6.743,10	3.780,56
PB	251455	São José de Princesa	2	101,40	1.926,60	769,88
PB	251460	São José do Bonfim	0	0,00	0,00	1.337,25
PB	251465	São José do Brejo do Cruz	2	101,40	1.926,60	445,29
PB	251470	São José do Sabugi	2	101,40	1.926,60	777,19
PB	251480	São José dos Cordeiros	1	50,70	963,30	702,94
PB	251490	São Mamede	4	202,80	3.853,20	1.461,38
PB	251500	São Miguel de Taipu	0	0,00	0,00	2.692,50
PB	251510	São Sebastião de Lagoa de Roça	4	202,80	3.853,20	2.220,94
PB	251520	São Sebastião do Umbuzeiro	0	0,00	0,00	1.311,00
PB	251530	Sapé	20	1.014,00	19.266,00	9.880,69
PB	251540	São Vicente do Seridó	4	202,80	3.853,20	2.078,25
PB	251550	Serra Branca	5	253,50	4.816,50	2.570,06
PB	251560	Serra da Raiz	2	101,40	1.926,60	598,13
PB	251570	Serra Grande	2	101,40	1.926,60	581,25
PB	251580	Serra Redonda	2	101,40	1.926,60	1.329,19
PB	251590	Serraria	0	0,00	0,00	2.331,75
PB	251593	Sertãozinho	2	101,40	1.926,60	945,75
PB	251597	Sobrado	3	152,10	2.889,90	1.461,56
PB	251600	Solânea	10	507,00	9.633,00	5.048,44
PB	251610	Soledade	5	253,50	4.816,50	2.810,06
PB	251615	Sossêgo	2	101,40	1.926,60	668,81
PB	251620	Sousa	33	1.673,10	31.788,90	13.041,38
PB	251630	Sumé	7	354,90	6.743,10	3.179,44
PB	251640	Tacima	0	0,00	0,00	4.112,62
PB	251650	Taperoá	5	253,50	4.816,50	2.887,50
PB	251660	Tavares	4	202,80	3.853,20	2.748,94
PB	251670	Teixeira	5	253,50	4.816,50	2.848,31
PB	251675	Tenório	0	0,00	0,00	1.149,75
PB	251680	Triunfo	3	152,10	2.889,90	1.777,88
PB	251690	Uiraúna	6	304,20	5.779,80	2.884,13
PB	251700	Umbuzeiro	3	152,10	2.889,90	1.858,69
PB	251710	Várzea	2	101,40	1.926,60	528,75
PB	251720	Vieirópolis	3	152,10	2.889,90	1.004,63
PB	251740	Zabelê	2	101,40	1.926,60	420,94
		Total	1.561	79.142,70	1.503.711,30	1.493.696,48

		ANEXO XVI				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
PE	260000	SES/PE	0	0,00	0,00	1.320.760,99
PE	260005	Abreu e Lima	34	1.723,80	32.752,20	22.770,92
PE	260010	Afogados da Ingazeira	13	659,10	12.522,90	8.483,06
PE	260020	Afrânio	4	202,80	3.853,20	3.340,31
PE	260030	Agrestina	0	0,00	0,00	8.481,64
PE	260040	Água Preta	11	557,70	10.596,30	6.258,84
PE	260050	Águas Belas	13	659,10	12.522,90	7.414,55
PE	260060	Alagoinha	0	0,00	0,00	4.996,26
PE	260070	Aliança	6	304,20	5.779,80	7.390,42
PE	260080	Altinho	0	0,00	0,00	7.880,04
PE	260090	Amaraji	8	405,60	7.706,40	3.910,77
PE	260100	Angelim	0	0,00	0,00	3.801,32
PE	260105	Araçoiaba	5	253,50	4.816,50	4.644,75
PE	260110	Araripina	29	1.470,30	27.935,70	16.821,20
PE	260120	Arcoverde	0	0,00	0,00	33.785,89
PE	260130	Barra de Guabiraba	1	50,70	963,30	3.932,12
PE	260140	Barreiros	20	1.014,00	19.266,00	8.522,97
PE	260150	Belém de Maria	0	0,00	0,00	4.127,24
PE	260160	Belém de São Francisco	0	0,00	0,00	7.117,36
PE	260170	Belo Jardim	33	1.673,10	31.788,90	17.413,46
PE	260180	Betânia	1	50,70	963,30	3.385,93
PE	260190	Bezerros	35	1.774,50	33.715,50	13.875,81
PE	260200	Bodocó	8	405,60	7.706,40	9.625,93
PE	260210	Bom Conselho	16	811,20	15.412,80	9.682,98
PE	260220	Bom Jardim	9	456,30	8.669,70	6.715,55
PE	260230	Bonito	14	709,80	13.486,20	7.689,31
PE	260240	Brejão	3	152,10	2.889,90	1.549,78
PE	260250	Brejinho	3	152,10	2.889,90	1.284,60
PE	260260	Brejo da Madre de Deus	23	1.166,10	22.155,90	11.489,96
PE	260270	Buenos Aires	4	202,80	3.853,20	2.251,71

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	260280	Buíque	10	507,00	9.633,00	10.224,04
PE	260290	Cabo de Santo Agostinho	74	3.751,80	71.284,20	46.899,65
PE	260300	Cabrobó	8	405,60	7.706,40	5.826,05
PE	260310	Cachoeirinha	2	101,40	1.926,60	5.028,66
PE	260320	Caetés	1	50,70	963,30	10.484,20
PE	260330	Calçado	4	202,80	3.853,20	1.931,29
PE	260340	Calumbi	2	101,40	1.926,60	990,17
PE	260345	Camaragibe	66	3.346,20	63.577,80	35.832,73
PE	260350	Camocim de São Félix	0	0,00	0,00	6.395,64
PE	260360	Camutanga	4	202,80	3.853,20	1.461,50
PE	260370	Canhotinho	1	50,70	963,30	9.045,43
PE	260380	Capoeiras	4	202,80	3.853,20	3.442,36
PE	260390	Carnaíba	5	253,50	4.816,50	3.345,30
PE	260392	Carnaubeira da Penha	4	202,80	3.853,20	2.203,53
PE	260400	Carpina	28	1.419,60	26.972,40	14.228,71
PE	260410	Caruaru	163	8.264,10	157.017,90	81.612,67
PE	260415	Casinhas	0	0,00	0,00	4.912,63
PE	260420	Catende	0	0,00	0,00	14.573,04
PE	260430	Cedro	4	202,80	3.853,20	2.348,75
PE	260440	Chã de Alegria	5	253,50	4.816,50	2.305,23
PE	260450	Chã Grande	7	354,90	6.743,10	4.932,81
PE	260460	Condado	11	557,70	10.596,30	4.506,17
PE	260470	Correntes	5	253,50	4.816,50	3.114,36
PE	260480	Cortês	0	0,00	0,00	5.079,87
PE	260490	Cumaru	5	253,50	4.816,50	3.006,30
PE	260500	Cupira	0	0,00	0,00	8.252,08
PE	260510	Custódia	12	608,40	11.559,60	6.324,58
PE	260515	Dormentes	4	202,80	3.853,20	3.216,58
PE	260520	Escada	0	0,00	0,00	27.426,20
PE	260530	Exu	0	0,00	0,00	11.039,49
PE	260540	Feira Nova	0	0,00	0,00	7.557,21
PE	260550	Ferreiros	0	0,00	0,00	4.149,61
PE	260560	Flores	5	253,50	4.816,50	3.890,80
PE	260570	Floresta	9	456,30	8.669,70	6.523,67
PE	260580	Frei Miguelinho	0	0,00	0,00	5.275,38
PE	260590	Gameleira	9	456,30	8.669,70	6.167,39
PE	260600	Garanhuns	57	2.889,90	54.908,10	27.843,94
PE	260610	Glória do Goitá	8	405,60	7.706,40	5.235,64
PE	260620	Goiana	35	1.774,50	33.715,50	15.915,84
PE	260630	Granito	3	152,10	2.889,90	1.276,34
PE	260640	Gravatá	21	1.064,70	20.229,30	19.076,06
PE	260650	Iati	4	202,80	3.853,20	3.835,92
PE	260660	Ibimirim	7	354,90	6.743,10	4.987,84
PE	260670	Ibirajuba	3	152,10	2.889,90	1.331,06
PE	260680	Igarassu	51	2.585,70	49.128,30	26.445,38
PE	260690	Iguaracy	4	202,80	3.853,20	2.095,11
PE	260700	Inajá	5	253,50	4.816,50	3.923,67
PE	260710	Ingazeira	1	50,70	963,30	786,42
PE	260720	Ipojuca	30	1.521,00	28.899,00	21.663,81
PE	260730	Ipubi	8	405,60	7.706,40	5.364,25
PE	260740	Itacuruba	1	50,70	963,30	835,98
PE	260750	Itaíba	3	152,10	2.889,90	6.282,48
PE	260760	Ilha de Itamaracá	9	456,30	8.669,70	6.082,29
PE	260765	Itambé	14	709,80	13.486,20	7.294,27
PE	260770	Itapetim	0	0,00	0,00	4.794,93
PE	260775	Itapissuma	10	507,00	9.633,00	6.035,79
PE	260780	Itaquitinga	0	0,00	0,00	5.802,30
PE	260790	Jaboatão dos Guararapes	283	14.348,10	272.613,90	159.489,92
PE	260795	Jaqueira	4	202,80	3.853,20	2.012,69
PE	260800	Jataúba	0	0,00	0,00	5.859,78
PE	260805	Jatobá	0	0,00	0,00	5.905,70
PE	260810	João Alfredo	7	354,90	6.743,10	5.762,21
PE	260820	Joaquim Nabuco	4	202,80	3.853,20	2.762,97
PE	260825	Jucati	0	0,00	0,00	3.900,78
PE	260830	Jupi	5	253,50	4.816,50	2.954,66
PE	260840	Jurema	2	101,40	1.926,60	3.333,64
PE	260845	Lagoa do Carro	6	304,20	5.779,80	3.584,27
PE	260850	Lagoa de Itaenga	9	456,30	8.669,70	3.671,91
PE	260860	Lagoa do Ouro	4	202,80	3.853,20	2.242,76
PE	260870	Lagoa dos Gatos	0	0,00	0,00	5.581,69
PE	260875	Lagoa Grande	6	304,20	5.779,80	4.352,68
PE	260880	Lajedo	12	608,40	11.559,60	6.864,06
PE	260890	Limoeiro	24	1.216,80	23.119,20	11.328,41
PE	260900	Macaparana	7	354,90	6.743,10	4.338,91
PE	260910	Machados	5	253,50	4.816,50	2.722,36
PE	260915	Manari	0	0,00	0,00	7.243,67
PE	260920	Maraial	4	202,80	3.853,20	2.066,55
PE	260930	Mirandiba	4	202,80	3.853,20	2.627,71
PE	260940	Moreno	20	1.014,00	19.266,00	14.235,60
PE	260950	Nazaré da Mata	14	709,80	13.486,20	6.482,90
PE	260960	Olinda	167	8.466,90	160.871,10	89.551,69
PE	260970	Orobó	5	253,50	4.816,50	4.090,08
PE	260980	Orocó	4	202,80	3.853,20	2.545,80
PE	260990	Ouricuri	20	1.014,00	19.266,00	13.934,17
PE	261000	Palmares	25	1.267,50	24.082,50	12.618,76
PE	261010	Palmeirina	0	0,00	0,00	2.819,06
PE	261020	Panelas	0	0,00	0,00	9.125,57
PE	261030	Paranatama	4	202,80	3.853,20	1.986,14

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	261040	Parnamirim	5	253,50	4.816,50	3.679,66
PE	261050	Passira	8	405,60	7.706,40	5.004,53
PE	261060	Paudalho	6	304,20	5.779,80	16.690,23
PE	261070	Paulista	139	7.047,30	133.898,70	75.247,56
PE	261080	Pedra	0	0,00	0,00	7.745,47
PE	261090	Pesqueira	24	1.216,80	23.119,20	13.431,93
PE	261100	Petrolândia	6	304,20	5.779,80	8.723,58
PE	261110	Petrolina	114	5.779,80	109.816,20	78.654,35
PE	261120	Poção	4	202,80	3.853,20	1.939,04
PE	261130	Pombos	9	456,30	8.669,70	6.178,33
PE	261140	Primavera	1	50,70	963,30	4.129,67
PE	261150	Quipapá	6	304,20	5.779,80	4.445,08
PE	261153	Quixaba	3	152,10	2.889,90	1.178,08
PE	261160	Recife	621	31.484,70	598.209,30	421.357,68
PE	261170	Riacho das Almas	5	253,50	4.816,50	4.673,17
PE	261180	Ribeirão	17	861,90	16.376,10	9.456,84
PE	261190	Rio Formoso	6	304,20	5.779,80	4.023,14
PE	261200	Sairé	0	0,00	0,00	3.743,50
PE	261210	Salgadinho	2	101,40	1.926,60	1.849,38
PE	261220	Salgueiro	21	1.064,70	20.229,30	12.140,98
PE	261230	Saloá	1	50,70	963,30	5.374,59
PE	261240	Sanharó	6	304,20	5.779,80	4.470,55
PE	261245	Santa Cruz	4	202,80	3.853,20	2.616,01
PE	261247	Santa Cruz da Baixa Verde	4	202,80	3.853,20	2.151,21
PE	261250	Santa Cruz do Capibaribe	24	1.216,80	23.119,20	25.354,59
PE	261255	Santa Filomena	2	101,40	1.926,60	3.013,91
PE	261260	Santa Maria da Boa Vista	8	405,60	7.706,40	7.167,62
PE	261270	Santa Maria do Cambucá	4	202,80	3.853,20	2.411,40
PE	261280	Santa Terezinha	1	50,70	963,30	3.075,15
PE	261290	São Benedito do Sul	4	202,80	3.853,20	2.698,78
PE	261300	São Bento do Una	0	0,00	0,00	20.245,26
PE	261310	São Caitano	0	0,00	0,00	12.742,08
PE	261320	São João	2	101,40	1.926,60	8.444,56
PE	261330	São Joaquim do Monte	5	253,50	4.816,50	3.657,98
PE	261340	São José da Coroa Grande	0	0,00	0,00	8.420,13
PE	261350	São José do Belmonte	10	507,00	9.633,00	5.817,11
PE	261360	São José do Egito	6	304,20	5.779,80	5.819,99
PE	261370	São Lourenço da Mata	26	1.318,20	25.045,80	26.332,90
PE	261380	São Vicente Ferrer	5	253,50	4.816,50	3.080,98
PE	261390	Serra Talhada	40	2.028,00	38.532,00	17.184,91
PE	261400	Serrita	4	202,80	3.853,20	3.283,35
PE	261410	Sertânia	10	507,00	9.633,00	6.138,21
PE	261420	Sirinhaém	9	456,30	8.669,70	7.789,01
PE	261430	Moreilândia	1	50,70	963,30	2.907,19
PE	261440	Solidão	2	101,40	1.926,60	1.028,71
PE	261450	Surubim	23	1.166,10	22.155,90	12.928,24
PE	261460	Tabira	10	507,00	9.633,00	4.870,13
PE	261470	Tacaimbó	3	152,10	2.889,90	2.225,38
PE	261480	Tacaratu	5	253,50	4.816,50	4.365,41
PE	261485	Tamandaré	7	354,90	6.743,10	4.639,25
PE	261500	Taquaritinga do Norte	10	507,00	9.633,00	4.879,94
PE	261510	Terezinha	3	152,10	2.889,90	1.225,23
PE	261520	Terra Nova	1	50,70	963,30	2.628,76
PE	261530	Timbaúba	29	1.470,30	27.935,70	10.868,10
PE	261540	Toritama	0	0,00	0,00	15.208,38
PE	261550	Tracunhaém	0	0,00	0,00	4.711,29
PE	261560	Trindade	0	0,00	0,00	10.378,34
PE	261570	Triunfo	4	202,80	3.853,20	2.629,43
PE	261580	Tupanatinga	5	253,50	4.816,50	4.644,53
PE	261590	Tuparetama	5	253,50	4.816,50	1.405,75
PE	261600	Venturosa	5	253,50	4.816,50	3.141,90
PE	261610	Verdejante	1	50,70	963,30	2.302,84
PE	261618	Vertente do Lério	3	152,10	2.889,90	1.352,40
PE	261620	Vertentes	6	304,20	5.779,80	4.688,75
PE	261630	Vicência	7	354,90	6.743,10	8.120,19
PE	261640	Vitória de Santo Antão	57	2.889,90	54.908,10	27.630,25
PE	261650	Xexéu	4	202,80	3.853,20	2.521,19
		Total	3.027	153.468,90	2.915.909,10	3.538.750,23
		ANEXO XVII				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
PI	220000	SES/PI	0	0,00	0,00	314.308,00
PI	220005	Acauã	3	152,10	2.889,90	1.414,50
PI	220010	Agricolândia	1	50,70	963,30	1.243,14
PI	220020	Água Branca	10	507,00	9.633,00	3.712,88
PI	220025	Alagoinha do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.528,22
PI	220027	Alegrete do Piauí	0	0,00	0,00	2.120,52
PI	220030	Alto Longá	2	101,40	1.926,60	3.787,46
PI	220040	Altos	2	101,40	1.926,60	19.633,18
PI	220045	Alvorada do Gurguéia	3	152,10	2.889,90	1.081,49
PI	220050	Amarante	0	0,00	0,00	7.034,75
PI	220060	Angical do Piauí	4	202,80	3.853,20	1.361,10
PI	220070	Anísio de Abreu	3	152,10	2.889,90	1.970,68
PI	220080	Antônio Almeida	2	101,40	1.926,60	632,32
PI	220090	Aroazes	3	152,10	2.889,90	1.174,49
PI	220095	Aroeiras do Itaim	2	101,40	1.926,60	509,88
PI	220100	Arraial	2	101,40	1.926,60	951,94
PI	220105	Assunção do Piauí	1	50,70	963,30	2.170,70

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PI	220110	Avelino Lopes	3	152,10	2.889,90	2.335,78
PI	220115	Baixa Grande do Ribeiro	4	202,80	3.853,20	2.309,79
PI	220117	Barra D'Alcântara	2	101,40	1.926,60	789,69
PI	220120	Barras	13	659,10	12.522,90	9.442,52
PI	220130	Barreiras do Piauí	0	0,00	0,00	1.337,74
PI	220140	Barro Duro	4	202,80	3.853,20	1.571,22
PI	220150	Batalha	6	304,20	5.779,80	5.365,00
PI	220155	Bela Vista do Piauí	0	0,00	0,00	1.602,94
PI	220157	Belém do Piauí	2	101,40	1.926,60	711,31
PI	220160	Beneditinos	4	202,80	3.853,20	2.714,17
PI	220170	Bertolínia	1	50,70	963,30	1.235,00
PI	220173	Betânia do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.239,87
PI	220177	Boa Hora	3	152,10	2.889,90	1.352,98
PI	220180	Bocaina	1	50,70	963,30	900,77
PI	220190	Bom Jesus	10	507,00	9.633,00	5.017,77
PI	220191	Bom Princípio do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.123,93
PI	220192	Bonfim do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.132,46
PI	220194	Boqueirão do Piauí	1	50,70	963,30	1.627,72
PI	220196	Brasileira	3	152,10	2.889,90	1.663,45
PI	220198	Brejo do Piauí	2	101,40	1.926,60	942,12
PI	220200	Buriti dos Lopes	5	253,50	4.816,50	3.952,33
PI	220202	Buriti dos Montes	3	152,10	2.889,90	1.662,64
PI	220205	Cabeceiras do Piauí	3	152,10	2.889,90	2.113,02
PI	220207	Cajazeiras do Piauí	2	101,40	1.926,60	710,09
PI	220208	Cajueiro da Praia	1	50,70	963,30	2.086,63
PI	220209	Caldeirão Grande do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.168,02
PI	220210	Campinas do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.121,29
PI	220211	Campo Alegre do Fidalgo	0	0,00	0,00	2.013,11
PI	220213	Campo Grande do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.186,27
PI	220217	Campo Largo do Piauí	1	50,70	963,30	1.942,05
PI	220220	Campo Maior	19	963,30	18.302,70	10.338,81
PI	220225	Canavieira	2	101,40	1.926,60	795,99
PI	220230	Canto do Buriti	7	354,90	6.743,10	4.229,91
PI	220240	Capitão de Campos	4	202,80	3.853,20	2.282,17
PI	220245	Capitão Gervásio Oliveira	2	101,40	1.926,60	818,93
PI	220250	Caracol	2	101,40	1.926,60	2.430,62
PI	220253	Caraúbas do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.171,44
PI	220255	Caridade do Piauí	2	101,40	1.926,60	1.014,07
PI	220260	Castelo do Piauí	7	354,90	6.743,10	4.008,43
PI	220265	Caxingó	1	50,70	963,30	1.201,30
PI	220270	Cocal	7	354,90	6.743,10	5.573,89
PI	220271	Cocal de Telha	2	101,40	1.926,60	977,12
PI	220272	Cocal dos Alves	2	101,40	1.926,60	1.229,31
PI	220273	Coivaras	1	50,70	963,30	1.174,61
PI	220275	Colônia do Gurguéia	2	101,40	1.926,60	1.293,89
PI	220277	Colônia do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.530,25
PI	220280	Conceição do Canindé	2	101,40	1.926,60	979,24
PI	220285	Coronel José Dias	2	101,40	1.926,60	935,69
PI	220290	Corrente	9	456,30	8.669,70	5.321,14
PI	220300	Cristalândia do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.655,74
PI	220310	Cristino Castro	1	50,70	963,30	3.200,61
PI	220320	Curimatá	4	202,80	3.853,20	2.272,22
PI	220323	Currais	0	0,00	0,00	1.978,19
PI	220325	Curralinhos	0	0,00	0,00	2.361,81
PI	220327	Curral Novo do Piauí	2	101,40	1.926,60	1.066,26
PI	220330	Demerval Lobão	0	0,00	0,00	7.352,62
PI	220335	Dirceu Arcoverde	3	152,10	2.889,90	1.400,29
PI	220340	Dom Expedito Lopes	3	152,10	2.889,90	1.378,77
PI	220342	Domingos Mourão	2	101,40	1.926,60	871,53
PI	220345	Dom Inocêncio	3	152,10	2.889,90	1.909,56
PI	220350	Elesbão Veloso	0	0,00	0,00	5.887,06
PI	220360	Eliseu Martins	2	101,40	1.926,60	981,58
PI	220370	Esperantina	14	709,80	13.486,20	7.935,11
PI	220375	Fartura do Piauí	0	0,00	0,00	2.119,92
PI	220380	Flores do Piauí	2	101,40	1.926,60	892,64
PI	220385	Floresta do Piauí	1	50,70	963,30	511,30
PI	220390	Floriano	29	1.470,30	27.935,70	12.100,53
PI	220400	Francinópolis	0	0,00	0,00	2.140,23
PI	220410	Francisco Ayres	0	0,00	0,00	1.871,14
PI	220415	Francisco Macedo	2	101,40	1.926,60	635,17
PI	220420	Francisco Santos	2	101,40	1.926,60	1.858,79
PI	220430	Fronteiras	4	202,80	3.853,20	2.329,32
PI	220435	Geminiano	0	0,00	0,00	2.173,53
PI	220440	Gilbués	0	0,00	0,00	4.273,15
PI	220450	Guadalupe	2	101,40	1.926,60	2.273,45
PI	220455	Guaribas	0	0,00	0,00	1.823,05
PI	220460	Hugo Napoleão	2	101,40	1.926,60	774,87
PI	220465	Ilha Grande	4	202,80	3.853,20	1.881,94
PI	220470	Inhuma	4	202,80	3.853,20	3.059,07
PI	220480	Ipiranga do Piauí	4	202,80	3.853,20	1.959,31
PI	220490	Isaías Coelho	1	50,70	963,30	2.459,44
PI	220500	Itainópolis	1	50,70	963,30	3.647,74
PI	220510	Itaueira	4	202,80	3.853,20	2.202,17
PI	220515	Jacobina do Piauí	1	50,70	963,30	1.355,62
PI	220520	Jaicós	5	253,50	4.816,50	3.813,84
PI	220525	Jardim do Mulato	1	50,70	963,30	899,55
PI	220527	Jatobá do Piauí	2	101,40	1.926,60	971,84
PI	220530	Jerumenha	2	101,40	1.926,60	894,07
PI	220535	João Costa	2	101,40	1.926,60	603,29
PI	220540	Joaquim Pires	3	152,10	2.889,90	2.867,79

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PI	220545	Joca Marques	2	101,40	1.926,60	1.086,36
PI	220550	José de Freitas	0	0,00	0,00	20.849,12
PI	220551	Juazeiro do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.094,69
PI	220552	Júlio Borges	3	152,10	2.889,90	1.123,72
PI	220553	Jurema	1	50,70	963,30	950,92
PI	220554	Lagoinha do Piauí	2	101,40	1.926,60	731,55
PI	220555	Lagoa Alegre	3	152,10	2.889,90	2.270,15
PI	220556	Lagoa do Barro do Piauí	2	101,40	1.926,60	930,41
PI	220557	Lagoa de São Francisco	3	152,10	2.889,90	1.349,53
PI	220558	Lagoa do Piauí	2	101,40	1.926,60	1.080,59
PI	220559	Lagoa do Sítio	3	152,10	2.889,90	1.032,96
PI	220560	Landri Sales	2	101,40	1.926,60	1.069,31
PI	220570	Luís Correia	7	354,90	6.743,10	6.049,51
PI	220580	Luzilândia	8	405,60	7.706,40	5.093,11
PI	220585	Madeiro	1	50,70	963,30	2.354,67
PI	220590	Manoel Emídio	2	101,40	1.926,60	1.069,30
PI	220595	Marcolândia	2	101,40	1.926,60	1.693,91
PI	220600	Marcos Parente	2	101,40	1.926,60	910,51
PI	220605	Massapê do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.286,98
PI	220610	Matias Olímpio	4	202,80	3.853,20	2.184,70
PI	220620	Miguel Alves	6	304,20	5.779,80	7.706,92
PI	220630	Miguel Leão	2	101,40	1.926,60	336,40
PI	220635	Milton Brandão	3	152,10	2.889,90	1.380,19
PI	220640	Monsenhor Gil	4	202,80	3.853,20	2.815,31
PI	220650	Monsenhor Hipólito	2	101,40	1.926,60	1.547,51
PI	220660	Monte Alegre do Piauí	3	152,10	2.889,90	2.121,55
PI	220665	Morro Cabeça no Tempo	0	0,00	0,00	1.657,76
PI	220667	Morro do Chapéu do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.357,24
PI	220669	Murici dos Portelas	3	152,10	2.889,90	1.826,92
PI	220670	Nazaré do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.482,33
PI	220672	Nazária	0	0,00	0,00	4.556,52
PI	220675	Nossa Senhora de Nazaré	2	101,40	1.926,60	971,84
PI	220680	Nossa Senhora dos Remédios	3	152,10	2.889,90	1.735,54
PI	220690	Novo Oriente do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.320,89
PI	220695	Novo Santo Antônio	2	101,40	1.926,60	687,76
PI	220700	Oeiras	15	760,50	14.449,50	7.397,82
PI	220710	Olho D'Água do Piauí	0	0,00	0,00	1.108,08
PI	220720	Padre Marcos	3	152,10	2.889,90	1.372,27
PI	220730	Paes Landim	2	101,40	1.926,60	827,87
PI	220735	Pajeú do Piauí	2	101,40	1.926,60	711,78
PI	220740	Palmeira do Piauí	0	0,00	0,00	2.029,36
PI	220750	Palmeirais	4	202,80	3.853,20	2.902,72
PI	220755	Paquetá	1	50,70	963,30	795,79
PI	220760	Parnaguá	4	202,80	3.853,20	2.155,06
PI	220770	Parnaíba	71	3.599,70	68.394,30	32.908,85
PI	220775	Passagem Franca do Piauí	2	101,40	1.926,60	913,76
PI	220777	Patos do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.276,83
PI	220779	Pau D'Arco do Piauí	1	50,70	963,30	807,16
PI	220780	Paulistana	7	354,90	6.743,10	4.100,15
PI	220785	Pavussu	2	101,40	1.926,60	742,18
PI	220790	Pedro II	13	659,10	12.522,90	7.742,00
PI	220793	Pedro Laurentino	0	0,00	0,00	1.013,26
PI	220795	Nova Santa Rita	2	101,40	1.926,60	873,56
PI	220800	Picos	15	760,50	14.449,50	16.792,24
PI	220810	Pimenteiras	0	0,00	0,00	4.847,00
PI	220820	Pio IX	4	202,80	3.853,20	3.680,43
PI	220830	Piracuruca	13	659,10	12.522,90	5.772,13
PI	220840	Piripiri	1	50,70	963,30	26.399,18
PI	220850	Porto	4	202,80	3.853,20	2.509,39
PI	220855	Porto Alegre do Piauí	2	101,40	1.926,60	540,95
PI	220860	Prata do Piauí	2	101,40	1.926,60	631,31
PI	220865	Queimada Nova	1	50,70	963,30	2.627,58
PI	220870	Redenção do Gurguéia	3	152,10	2.889,90	1.753,21
PI	220880	Regeneração	9	456,30	8.669,70	3.593,73
PI	220885	Riacho Frio	0	0,00	0,00	1.729,65
PI	220887	Ribeira do Piauí	0	0,00	0,00	1.788,13
PI	220890	Ribeiro Gonçalves	0	0,00	0,00	2.929,72
PI	220900	Rio Grande do Piauí	0	0,00	0,00	2.571,12
PI	220910	Santa Cruz do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.246,78
PI	220915	Santa Cruz dos Milagres	2	101,40	1.926,60	802,49
PI	220920	Santa Filomena	2	101,40	1.926,60	1.250,03
PI	220930	Santa Luz	0	0,00	0,00	2.339,63
PI	220935	Santana do Piauí	2	101,40	1.926,60	925,74
PI	220937	Santa Rosa do Piauí	0	0,00	0,00	2.104,49
PI	220940	Santo Antônio de Lisboa	1	50,70	963,30	1.597,26
PI	220945	Santo Antônio dos Milagres	0	0,00	0,00	862,99
PI	220950	Santo Inácio do Piauí	0	0,00	0,00	1.515,22
PI	220955	São Braz do Piauí	2	101,40	1.926,60	888,79
PI	220960	São Félix do Piauí	0	0,00	0,00	1.196,01
PI	220965	São Francisco de Assis do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.174,90
PI	220970	São Francisco do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.286,37
PI	220975	São Gonçalo do Gurguéia	2	101,40	1.926,60	606,74
PI	220980	São Gonçalo do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.001,28
PI	220985	São João da Canabrava	2	101,40	1.926,60	920,67
PI	220987	São João da Fronteira	3	152,10	2.889,90	1.205,76
PI	220990	São João da Serra	2	101,40	1.926,60	1.243,12
PI	220995	São João da Varjota	2	101,40	1.926,60	966,96
PI	220997	São João do Arraial	3	152,10	2.889,90	1.593,40

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PI	221000	São João do Piauí	0	0,00	0,00	8.227,11
PI	221005	São José do Divino	3	152,10	2.889,90	1.068,09
PI	221010	São José do Peixe	0	0,00	0,00	1.505,47
PI	221020	São José do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.344,45
PI	221030	São Julião	3	152,10	2.889,90	1.271,35
PI	221035	São Lourenço do Piauí	0	0,00	0,00	1.827,92
PI	221037	São Luis do Piauí	2	101,40	1.926,60	528,36
PI	221038	São Miguel da Baixa Grande	0	0,00	0,00	979,95
PI	221039	São Miguel do Fidalgo	2	101,40	1.926,60	608,16
PI	221040	São Miguel do Tapuio	4	202,80	3.853,20	3.687,95
PI	221050	São Pedro do Piauí	5	253,50	4.816,50	3.036,58
PI	221060	São Raimundo Nonato	14	709,80	13.486,20	6.926,12
PI	221062	Sebastião Barros	1	50,70	963,30	842,69
PI	221063	Sebastião Leal	1	50,70	963,30	857,72
PI	221065	Sigefredo Pacheco	2	101,40	1.926,60	2.085,83
PI	221070	Simões	4	202,80	3.853,20	2.926,27
PI	221080	Simplício Mendes	4	202,80	3.853,20	2.535,79
PI	221090	Socorro do Piauí	0	0,00	0,00	1.838,48
PI	221093	Sussuapara	0	0,00	0,00	2.685,24
PI	221095	Tamboril do Piauí	2	101,40	1.926,60	582,78
PI	221097	Tanque do Piauí	2	101,40	1.926,60	552,11
PI	221100	Teresina	402	20.381,40	387.246,60	265.644,13
PI	221110	União	11	557,70	10.596,30	13.071,10
PI	221120	Uruçuí	7	354,90	6.743,10	4.302,40
PI	221130	Valença do Piauí	11	557,70	10.596,30	4.180,56
PI	221135	Várzea Branca	2	101,40	1.926,60	1.002,23
PI	221140	Várzea Grande	2	101,40	1.926,60	882,49
PI	221150	Vera Mendes	0	0,00	0,00	1.230,12
PI	221160	Vila Nova do Piauí	2	101,40	1.926,60	611,21
PI	221170	Wall Ferraz	2	101,40	1.926,60	891,43
		Total	1.133	57.443,10	1.091.418,90	1.172.981,52
		ANEXO XVIII				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
PR	410000	SES/PR	0	0,00	0,00	783.166,59
PR	410010	Abatiá	4	202,80	3.853,20	893,39
PR	410020	Adrianópolis	0	0,00	0,00	1.919,06
PR	410030	Agudos do Sul	1	50,70	963,30	1.693,29
PR	410040	Almirante Tamandaré	8	405,60	7.706,40	22.918,58
PR	410045	Altamira do Paraná	2	101,40	1.926,60	718,90
PR	410050	Altônia	9	456,30	8.669,70	2.290,59
PR	410060	Alto Paraná	7	354,90	6.743,10	1.797,41
PR	410070	Alto Piquiri	5	253,50	4.816,50	1.137,28
PR	410080	Alvorada do Sul	5	253,50	4.816,50	1.230,59
PR	410090	Amaporã	3	152,10	2.889,90	779,20
PR	410100	Ampére	8	405,60	7.706,40	1.985,80
PR	410105	Anahy	2	101,40	1.926,60	731,07
PR	410110	Andirá	12	608,40	11.559,60	2.187,86
PR	410115	Ângulo	2	101,40	1.926,60	740,22
PR	410120	Antonina	0	0,00	0,00	4.112,15
PR	410130	Antônio Olinto	1	50,70	963,30	865,30
PR	410140	Apucarana	59	2.991,30	56.834,70	19.420,64
PR	410150	Arapongas	52	2.636,40	50.091,60	13.393,18
PR	410160	Arapoti	8	405,60	7.706,40	2.875,59
PR	410165	Arapuã	2	101,40	1.926,60	721,38
PR	410170	Araruna	7	354,90	6.743,10	1.509,75
PR	410180	Araucária	7	354,90	6.743,10	29.703,93
PR	410185	Ariranha do Ivaí	1	50,70	963,30	721,89
PR	410190	Assaí	7	354,90	6.743,10	1.737,75
PR	410200	Assis Chateaubriand	19	963,30	18.302,70	3.682,35
PR	410210	Astorga	14	709,80	13.486,20	2.705,24
PR	410220	Atalaia	2	101,40	1.926,60	732,81
PR	410230	Balsa Nova	3	152,10	2.889,90	1.781,96
PR	410240	Bandeirantes	0	0,00	0,00	6.708,66
PR	410250	Barbosa Ferraz	7	354,90	6.743,10	1.367,01
PR	410260	Barracão	4	202,80	3.853,20	1.136,79
PR	410270	Barra do Jacaré	2	101,40	1.926,60	738,46
PR	410275	Bela Vista da Caroba	1	50,70	963,30	724,34
PR	410280	Bela Vista do Paraíso	8	405,60	7.706,40	1.662,61
PR	410290	Bituruna	3	152,10	2.889,90	1.797,02
PR	410300	Boa Esperança	2	101,40	1.926,60	725,07
PR	410302	Boa Esperança do Iguaçu	1	50,70	963,30	725,47
PR	410304	Boa Ventura de São Roque	2	101,40	1.926,60	779,30
PR	410305	Boa Vista da Aparecida	3	152,10	2.889,90	907,89
PR	410310	Bocaiúva do Sul	0	0,00	0,00	3.534,14
PR	410315	Bom Jesus do Sul	1	50,70	963,30	727,96
PR	410320	Bom Sucesso	2	101,40	1.926,60	812,24
PR	410322	Bom Sucesso do Sul	1	50,70	963,30	732,55
PR	410330	Borrazópolis	4	202,80	3.853,20	878,41
PR	410335	Braganey	2	101,40	1.926,60	728,94
PR	410337	Brasilândia do Sul	2	101,40	1.926,60	719,00
PR	410340	Cafeara	1	50,70	963,30	760,41
PR	410345	Cafelândia	6	304,20	5.779,80	1.823,02
PR	410347	Cafezal do Sul	3	152,10	2.889,90	728,83
PR	410350	Califórnia	4	202,80	3.853,20	966,19
PR	410360	Cambará	13	659,10	12.522,90	2.626,96
PR	410370	Cambé	53	2.687,10	51.054,90	15.686,85
PR	410380	Cambira	4	202,80	3.853,20	890,89

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	410390	Campina da Lagoa	6	304,20	5.779,80	1.641,65
PR	410395	Campina do Simão	1	50,70	963,30	729,48
PR	410400	Campina Grande do Sul	5	253,50	4.816,50	6.630,15
PR	410405	Campo Bonito	2	101,40	1.926,60	722,62
PR	410410	Campo do Tenente	1	50,70	963,30	1.341,13
PR	410420	Campo Largo	6	304,20	5.779,80	27.992,92
PR	410425	Campo Magro	3	152,10	2.889,90	4.796,42
PR	410430	Campo Mourão	46	2.332,20	44.311,80	11.146,52
PR	410440	Cândido de Abreu	4	202,80	3.853,20	1.756,93
PR	410442	Candói	4	202,80	3.853,20	1.696,67
PR	410445	Cantagalo	3	152,10	2.889,90	1.450,56
PR	410450	Capanema	6	304,20	5.779,80	2.029,34
PR	410460	Capitão Leônidas Marques	7	354,90	6.743,10	1.683,43
PR	410465	Carambeí	3	152,10	2.889,90	2.326,69
PR	410470	Carlópolis	6	304,20	5.779,80	1.542,83
PR	410480	Cascavel	144	7.300,80	138.715,20	46.434,75
PR	410490	Castro	5	253,50	4.816,50	9.542,55
PR	410500	Catanduvas	2	101,40	1.926,60	1.152,77
PR	410510	Centenário do Sul	4	202,80	3.853,20	1.239,21
PR	410520	Cerro Azul	0	0,00	0,00	4.945,73
PR	410530	Céu Azul	5	253,50	4.816,50	1.280,54
PR	410540	Chopinzinho	4	202,80	3.853,20	2.097,98
PR	410550	Cianorte	35	1.774,50	33.715,50	10.317,38
PR	410560	Cidade Gaúcha	6	304,20	5.779,80	1.339,80
PR	410570	Clevelândia	4	202,80	3.853,20	1.843,37
PR	410580	Colombo	13	659,10	12.522,90	50.238,27
PR	410590	Colorado	12	608,40	11.559,60	2.483,42
PR	410600	Congonhinhas	1	50,70	963,30	1.016,38
PR	410610	Conselheiro Mairinck	2	101,40	1.926,60	751,82
PR	410620	Contenda	0	0,00	0,00	4.977,43
PR	410630	Corbélia	8	405,60	7.706,40	1.815,67
PR	410640	Cornélio Procópio	21	1.064,70	20.229,30	4.923,36
PR	410645	Coronel Domingos Soares	1	50,70	963,30	901,64
PR	410650	Coronel Vivida	7	354,90	6.743,10	2.291,02
PR	410655	Corumbataí do Sul	2	101,40	1.926,60	717,33
PR	410657	Cruzeiro do Iguaçu	2	101,40	1.926,60	732,74
PR	410660	Cruzeiro do Oeste	11	557,70	10.596,30	2.213,85
PR	410670	Cruzeiro do Sul	3	152,10	2.889,90	731,51
PR	410680	Cruz Machado	0	0,00	0,00	3.968,88
PR	410685	Cruzmaltina	2	101,40	1.926,60	727,65
PR	410690	Curitiba	85	4.309,50	81.880,50	420.895,37
PR	410700	Curiúva	4	202,80	3.853,20	1.601,39
PR	410710	Diamante do Norte	3	152,10	2.889,90	882,12
PR	410712	Diamante do Sul	2	101,40	1.926,60	731,75
PR	410715	Diamante D'Oeste	2	101,40	1.926,60	809,49
PR	410720	Dois Vizinhos	16	811,20	15.412,80	4.057,41
PR	410725	Douradina	4	202,80	3.853,20	957,45
PR	410730	Doutor Camargo	4	202,80	3.853,20	740,79
PR	410740	Enéas Marques	2	101,40	1.926,60	731,39
PR	410750	Engenheiro Beltrão	7	354,90	6.743,10	1.529,37
PR	410752	Esperança Nova	1	50,70	963,30	722,37
PR	410753	Entre Rios do Oeste	2	101,40	1.926,60	781,33
PR	410754	Espigão Alto do Iguaçu	1	50,70	963,30	723,57
PR	410755	Farol	0	0,00	0,00	1.449,01
PR	410760	Faxinal	8	405,60	7.706,40	1.827,37
PR	410765	Fazenda Rio Grande	4	202,80	3.853,20	21.475,88
PR	410770	Fênix	2	101,40	1.926,60	732,61
PR	410773	Fernandes Pinheiro	0	0,00	0,00	1.496,46
PR	410775	Figueira	2	101,40	1.926,60	940,80
PR	410780	Floraí	3	152,10	2.889,90	731,38
PR	410785	Flor da Serra do Sul	2	101,40	1.926,60	731,62
PR	410790	Floresta	4	202,80	3.853,20	991,64
PR	410800	Florestópolis	6	304,20	5.779,80	1.233,54
PR	410810	Flórida	2	101,40	1.926,60	750,47
PR	410820	Formosa do Oeste	0	0,00	0,00	1.702,98
PR	410830	Foz do Iguaçu	131	6.641,70	126.192,30	50.273,26
PR	410832	Francisco Alves	4	202,80	3.853,20	755,13
PR	410840	Francisco Beltrão	38	1.926,60	36.605,40	8.859,03
PR	410845	Foz do Jordão	1	50,70	963,30	721,80
PR	410850	General Carneiro	3	152,10	2.889,90	1.592,01
PR	410855	Godoy Moreira	1	50,70	963,30	723,92
PR	410860	Goioerê	11	557,70	10.596,30	3.052,71
PR	410865	Goioxim	1	50,70	963,30	926,67
PR	410870	Grandes Rios	3	152,10	2.889,90	813,42
PR	410880	Guaíra	16	811,20	15.412,80	3.958,51
PR	410890	Guairaçá	3	152,10	2.889,90	769,47
PR	410895	Guamiranga	2	101,40	1.926,60	971,92
PR	410900	Guapirama	2	101,40	1.926,60	731,33
PR	410910	Guaporema	2	101,40	1.926,60	734,46
PR	410920	Guaraci	3	152,10	2.889,90	755,11
PR	410930	Guaraniaçu	4	202,80	3.853,20	1.543,98
PR	410940	Guarapuava	10	507,00	9.633,00	26.228,33
PR	410950	Guaraqueçaba	0	0,00	0,00	2.021,62
PR	410960	Guaratuba	5	253,50	4.816,50	3.676,78
PR	410965	Honório Serpa	2	101,40	1.926,60	723,25

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	410970	Ibaiti	1	50,70	963,30	5.418,06
PR	410975	Ibema	3	152,10	2.889,90	749,48
PR	410980	Ibiporã	27	1.368,90	26.009,10	6.992,76
PR	410990	Icaraíma	4	202,80	3.853,20	984,21
PR	411000	Iguaraçu	3	152,10	2.889,90	900,41
PR	411005	Iguatu	2	101,40	1.926,60	735,65
PR	411007	Imbaú	3	152,10	2.889,90	1.377,37
PR	411010	Imbituva	5	253,50	4.816,50	3.254,91
PR	411020	Inácio Martins	3	152,10	2.889,90	1.235,30
PR	411030	Inajá	2	101,40	1.926,60	744,88
PR	411040	Indianópolis	3	152,10	2.889,90	743,89
PR	411050	Ipiranga	2	101,40	1.926,60	1.614,10
PR	411060	Iporã	4	202,80	3.853,20	1.603,72
PR	411065	Iracema do Oeste	0	0,00	0,00	1.448,41
PR	411070	Irati	26	1.318,20	25.045,80	6.086,51
PR	411080	Iretama	4	202,80	3.853,20	1.178,94
PR	411090	Itaguajé	3	152,10	2.889,90	731,34
PR	411095	Itaipulândia	4	202,80	3.853,20	1.390,99
PR	411100	Itambaracá	4	202,80	3.853,20	795,40
PR	411110	Itambé	3	152,10	2.889,90	739,37
PR	411120	Itapejara d'Oeste	4	202,80	3.853,20	1.276,15
PR	411125	Itaperuçu	5	253,50	4.816,50	3.746,56
PR	411130	Itaúna do Sul	2	101,40	1.926,60	717,09
PR	411140	Ivaí	4	202,80	3.853,20	1.482,11
PR	411150	Ivaiporã	14	709,80	13.486,20	3.346,88
PR	411155	Ivaté	4	202,80	3.853,20	921,84
PR	411160	Ivatuba	2	101,40	1.926,60	758,46
PR	411170	Jaboti	3	152,10	2.889,90	756,24
PR	411180	Jacarezinho	10	507,00	9.633,00	4.091,82
PR	411190	Jaguapitã	6	304,20	5.779,80	1.444,23
PR	411200	Jaguariaíva	5	253,50	4.816,50	3.557,65
PR	411210	Jandaia do Sul	9	456,30	8.669,70	2.225,19
PR	411220	Janiópolis	3	152,10	2.889,90	743,61
PR	411230	Japira	2	101,40	1.926,60	738,49
PR	411240	Japurá	5	253,50	4.816,50	1.039,68
PR	411250	Jardim Alegre	4	202,80	3.853,20	1.393,89
PR	411260	Jardim Olinda	1	50,70	963,30	728,72
PR	411270	Jataizinho	6	304,20	5.779,80	1.603,69
PR	411275	Jesuítas	3	152,10	2.889,90	1.010,69
PR	411280	Joaquim Távora	5	253,50	4.816,50	1.279,36
PR	411290	Jundiaí do Sul	2	101,40	1.926,60	729,95
PR	411295	Juranda	3	152,10	2.889,90	880,94
PR	411300	Jussara	3	152,10	2.889,90	812,39
PR	411310	Kaloré	2	101,40	1.926,60	726,19
PR	411320	Lapa	2	101,40	1.926,60	10.969,28
PR	411325	Laranjal	1	50,70	963,30	791,30
PR	411330	Laranjeiras do Sul	14	709,80	13.486,20	3.555,86
PR	411340	Leópolis	2	101,40	1.926,60	729,54
PR	411342	Lidianópolis	2	101,40	1.926,60	719,75
PR	411345	Lindoeste	1	50,70	963,30	722,97
PR	411350	Loanda	5	253,50	4.816,50	2.381,62
PR	411360	Lobato	3	152,10	2.889,90	760,19
PR	411370	Londrina	0	0,00	0,00	183.280,94
PR	411373	Luiziana	3	152,10	2.889,90	854,85
PR	411375	Lunardelli	3	152,10	2.889,90	727,62
PR	411380	Lupionópolis	3	152,10	2.889,90	755,09
PR	411390	Mallet	2	101,40	1.926,60	1.475,08
PR	411400	Mamborê	5	253,50	4.816,50	1.506,79
PR	411410	Mandaguaçu	8	405,60	7.706,40	2.586,79
PR	411420	Mandaguari	19	963,30	18.302,70	4.136,52
PR	411430	Mandirituba	2	101,40	1.926,60	5.082,55
PR	411435	Manfrinópolis	2	101,40	1.926,60	718,70
PR	411440	Mangueirinha	4	202,80	3.853,20	1.833,85
PR	411450	Manoel Ribas	4	202,80	3.853,20	1.470,47
PR	411460	Marechal Cândido Rondon	23	1.166,10	22.155,90	7.015,68
PR	411470	Maria Helena	3	152,10	2.889,90	729,51
PR	411480	Marialva	17	861,90	16.376,10	4.785,69
PR	411490	Marilândia do Sul	4	202,80	3.853,20	1.013,04
PR	411500	Marilena	4	202,80	3.853,20	824,76
PR	411510	Mariluz	5	253,50	4.816,50	1.158,40
PR	411520	Maringá	171	8.669,70	164.724,30	62.172,38
PR	411530	Mariópolis	2	101,40	1.926,60	773,76
PR	411535	Maripá	3	152,10	2.889,90	732,00
PR	411540	Marmeleiro	5	253,50	4.816,50	1.552,93
PR	411545	Marquinho	1	50,70	963,30	724,90
PR	411550	Marumbi	1	50,70	963,30	737,58
PR	411560	Matelândia	6	304,20	5.779,80	2.059,91
PR	411570	Matinhos	3	152,10	2.889,90	5.033,45
PR	411573	Mato Rico	1	50,70	963,30	721,74
PR	411575	Mauá da Serra	4	202,80	3.853,20	1.118,50
PR	411580	Medianeira	19	963,30	18.302,70	5.324,60
PR	411585	Mercedes	2	101,40	1.926,60	762,92
PR	411590	Mirador	1	50,70	963,30	729,06
PR	411600	Miraselva	1	50,70	963,30	730,85
PR	411605	Missal	4	202,80	3.853,20	1.381,51
PR	411610	Moreira Sales	4	202,80	3.853,20	1.379,16
PR	411620	Morretes	1	50,70	963,30	2.538,78
PR	411630	Munhoz de Melo	3	152,10	2.889,90	759,35

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	411640	Nossa Senhora das Graças	2	101,40	1.926,60	738,63
PR	411650	Nova Aliança do Ivaí	1	50,70	963,30	756,68
PR	411660	Nova América da Colina	2	101,40	1.926,60	732,51
PR	411670	Nova Aurora	6	304,20	5.779,80	1.278,03
PR	411680	Nova Cantu	3	152,10	2.889,90	906,18
PR	411690	Nova Esperança	12	608,40	11.559,60	3.316,30
PR	411695	Nova Esperança do Sudoeste	2	101,40	1.926,60	732,56
PR	411700	Nova Fátima	0	0,00	0,00	1.882,99
PR	411705	Nova Laranjeiras	3	152,10	2.889,90	1.616,33
PR	411710	Nova Londrina	5	253,50	4.816,50	1.700,20
PR	411720	Nova Olímpia	3	152,10	2.889,90	749,91
PR	411721	Nova Santa Bárbara	2	101,40	1.926,60	759,92
PR	411722	Nova Santa Rosa	4	202,80	3.853,20	927,77
PR	411725	Nova Prata do Iguaçu	4	202,80	3.853,20	1.177,43
PR	411727	Nova Tebas	3	152,10	2.889,90	813,71
PR	411729	Novo Itacolomi	0	0,00	0,00	1.468,10
PR	411730	Ortigueira	5	253,50	4.816,50	2.546,16
PR	411740	Ourizona	2	101,40	1.926,60	736,81
PR	411745	Ouro Verde do Oeste	3	152,10	2.889,90	749,29
PR	411750	Paiçandu	22	1.115,40	21.192,60	5.511,92
PR	411760	Palmas	5	253,50	4.816,50	5.108,59
PR	411770	Palmeira	5	253,50	4.816,50	3.478,01
PR	411780	Palmital	3	152,10	2.889,90	1.603,70
PR	411790	Palotina	14	709,80	13.486,20	3.218,39
PR	411800	Paraíso do Norte	6	304,20	5.779,80	1.441,94
PR	411810	Paranacity	6	304,20	5.779,80	1.233,84
PR	411820	Paranaguá	8	405,60	7.706,40	30.098,20
PR	411830	Paranapoema	0	0,00	0,00	1.557,07
PR	411840	Paranavaí	41	2.078,70	39.495,30	9.831,87
PR	411845	Pato Bragado	3	152,10	2.889,90	783,45
PR	411850	Pato Branco	32	1.622,40	30.825,60	8.092,81
PR	411860	Paula Freitas	1	50,70	963,30	757,88
PR	411870	Paulo Frontin	0	0,00	0,00	1.690,99
PR	411880	Peabiru	6	304,20	5.779,80	1.518,95
PR	411885	Perobal	3	152,10	2.889,90	761,89
PR	411890	Pérola	6	304,20	5.779,80	1.216,74
PR	411900	Pérola d'Oeste	2	101,40	1.926,60	788,54
PR	411910	Piên	2	101,40	1.926,60	1.762,07
PR	411915	Pinhais	7	354,90	6.743,10	27.587,72
PR	411920	Pinhalão	1	50,70	963,30	752,36
PR	411925	Pinhal de São Bento	1	50,70	963,30	745,33
PR	411930	Pinhão	5	253,50	4.816,50	3.310,93
PR	411940	Piraí do Sul	5	253,50	4.816,50	2.615,96
PR	411950	Piraquara	5	253,50	4.816,50	23.810,06
PR	411960	Pitanga	5	253,50	4.816,50	3.357,80
PR	411965	Pitangueiras	2	101,40	1.926,60	778,28
PR	411970	Planaltina do Paraná	2	101,40	1.926,60	745,62
PR	411980	Planalto	4	202,80	3.853,20	1.494,43
PR	411990	Ponta Grossa	58	2.940,60	55.871,40	34.124,69
PR	411995	Pontal do Paraná	5	253,50	4.816,50	2.637,72
PR	412000	Porecatu	7	354,90	6.743,10	1.517,06
PR	412010	Porto Amazonas	2	101,40	1.926,60	755,97
PR	412015	Porto Barreiro	1	50,70	963,30	723,88
PR	412020	Porto Rico	2	101,40	1.926,60	736,02
PR	412030	Porto Vitória	1	50,70	963,30	735,76
PR	412033	Prado Ferreira	2	101,40	1.926,60	761,72
PR	412035	Pranchita	2	101,40	1.926,60	726,51
PR	412040	Presidente Castelo Branco	3	152,10	2.889,90	766,61
PR	412050	Primeiro de Maio	6	304,20	5.779,80	1.231,37
PR	412060	Prudentópolis	5	253,50	4.816,50	5.716,47
PR	412065	Quarto Centenário	2	101,40	1.926,60	727,68
PR	412070	Quatiguá	4	202,80	3.853,20	856,24
PR	412080	Quatro Barras	0	0,00	0,00	6.214,13
PR	412085	Quatro Pontes	0	0,00	0,00	1.500,63
PR	412090	Quedas do Iguaçu	11	557,70	10.596,30	3.433,56
PR	412100	Querência do Norte	5	253,50	4.816,50	1.334,17
PR	412110	Quinta do Sol	2	101,40	1.926,60	725,20
PR	412120	Quitandinha	0	0,00	0,00	5.175,42
PR	412125	Ramilândia	0	0,00	0,00	1.513,41
PR	412130	Rancho Alegre	0	0,00	0,00	1.494,42
PR	412135	Rancho Alegre D'Oeste	2	101,40	1.926,60	727,83
PR	412140	Realeza	7	354,90	6.743,10	1.807,03
PR	412150	Rebouças	4	202,80	3.853,20	1.597,45
PR	412160	Renascença	3	152,10	2.889,90	805,80
PR	412170	Reserva	5	253,50	4.816,50	2.761,44
PR	412175	Reserva do Iguaçu	0	0,00	0,00	1.806,20
PR	412180	Ribeirão Claro	2	101,40	1.926,60	1.197,53
PR	412190	Ribeirão do Pinhal	7	354,90	6.743,10	1.472,01
PR	412200	Rio Azul	2	101,40	1.926,60	1.612,80
PR	412210	Rio Bom	2	101,40	1.926,60	730,25
PR	412215	Rio Bonito do Iguaçu	3	152,10	2.889,90	1.868,17
PR	412217	Rio Branco do Ivaí	1	50,70	963,30	748,51

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	412220	Rio Branco do Sul	0	0,00	0,00	8.796,13
PR	412230	Rio Negro	2	101,40	1.926,60	7.229,34
PR	412240	Rolândia	35	1.774,50	33.715,50	8.374,65
PR	412250	Roncador	4	202,80	3.853,20	1.236,08
PR	412260	Rondon	0	0,00	0,00	2.129,85
PR	412265	Rosário do Ivaí	2	101,40	1.926,60	721,65
PR	412270	Sabáudia	3	152,10	2.889,90	783,26
PR	412280	Salgado Filho	1	50,70	963,30	718,04
PR	412290	Salto do Itararé	3	152,10	2.889,90	729,59
PR	412300	Salto do Lontra	4	202,80	3.853,20	1.572,43
PR	412310	Santa Amélia	2	101,40	1.926,60	723,28
PR	412320	Santa Cecília do Pavão	2	101,40	1.926,60	726,46
PR	412330	Santa Cruz de Monte Castelo	4	202,80	3.853,20	927,11
PR	412340	Santa Fé	6	304,20	5.779,80	1.355,22
PR	412350	Santa Helena	8	405,60	7.706,40	2.964,29
PR	412360	Santa Inês	2	101,40	1.926,60	723,58
PR	412370	Santa Isabel do Ivaí	5	253,50	4.816,50	997,70
PR	412380	Santa Izabel do Oeste	4	202,80	3.853,20	1.544,39
PR	412382	Santa Lúcia	2	101,40	1.926,60	731,00
PR	412385	Santa Maria do Oeste	2	101,40	1.926,60	1.320,62
PR	412390	Santa Mariana	5	253,50	4.816,50	1.355,43
PR	412395	Santa Mônica	1	50,70	963,30	768,49
PR	412400	Santana do Itararé	2	101,40	1.926,60	729,36
PR	412402	Santa Tereza do Oeste	5	253,50	4.816,50	1.418,60
PR	412405	Santa Terezinha de Itaipu	4	202,80	3.853,20	2.855,35
PR	412410	Santo Antônio da Platina	21	1.064,70	20.229,30	4.643,99
PR	412420	Santo Antônio do Caiuá	2	101,40	1.926,60	730,52
PR	412430	Santo Antônio do Paraíso	2	101,40	1.926,60	723,25
PR	412440	Santo Antônio do Sudoeste	8	405,60	7.706,40	2.109,49
PR	412450	Santo Inácio	3	152,10	2.889,90	742,55
PR	412460	São Carlos do Ivaí	4	202,80	3.853,20	794,99
PR	412470	São Jerônimo da Serra	4	202,80	3.853,20	1.259,78
PR	412480	São João	4	202,80	3.853,20	1.179,45
PR	412490	São João do Caiuá	3	152,10	2.889,90	732,56
PR	412500	São João do Ivaí	5	253,50	4.816,50	1.245,99
PR	412510	São João do Triunfo	1	50,70	963,30	2.226,09
PR	412520	São Jorge d'Oeste	1	50,70	963,30	1.107,18
PR	412530	São Jorge do Ivaí	0	0,00	0,00	1.468,68
PR	412535	São Jorge do Patrocínio	3	152,10	2.889,90	937,91
PR	412540	São José da Boa Vista	3	152,10	2.889,90	766,40
PR	412545	São José das Palmeiras	2	101,40	1.926,60	729,45
PR	412550	São José dos Pinhais	14	709,80	13.486,20	67.749,57
PR	412555	São Manoel do Paraná	2	101,40	1.926,60	741,83
PR	412560	São Mateus do Sul	5	253,50	4.816,50	4.604,59
PR	412570	São Miguel do Iguaçu	9	456,30	8.669,70	3.438,97
PR	412575	São Pedro do Iguaçu	3	152,10	2.889,90	755,88
PR	412580	São Pedro do Ivaí	4	202,80	3.853,20	1.198,66
PR	412590	São Pedro do Paraná	2	101,40	1.926,60	727,44
PR	412600	São Sebastião da Amoreira	4	202,80	3.853,20	1.004,13
PR	412610	São Tomé	3	152,10	2.889,90	754,60
PR	412620	Sapopema	2	101,40	1.926,60	798,18
PR	412625	Sarandi	52	2.636,40	50.091,60	13.068,78
PR	412627	Saudade do Iguaçu	1	50,70	963,30	762,15
PR	412630	Sengés	0	0,00	0,00	4.075,99
PR	412635	Serranópolis do Iguaçu	1	50,70	963,30	731,79
PR	412640	Sertaneja	4	202,80	3.853,20	725,94
PR	412650	Sertanópolis	8	405,60	7.706,40	1.745,76
PR	412660	Siqueira Campos	9	456,30	8.669,70	2.147,55
PR	412665	Sulina	0	0,00	0,00	1.446,61
PR	412667	Tamarana	4	202,80	3.853,20	1.522,26
PR	412670	Tamboara	3	152,10	2.889,90	763,29
PR	412680	Tapejara	8	405,60	7.706,40	1.697,23
PR	412690	Tapira	3	152,10	2.889,90	729,26
PR	412700	Teixeira Soares	3	152,10	2.889,90	1.294,04
PR	412710	Telêmaco Borba	5	253,50	4.816,50	10.689,45
PR	412720	Terra Boa	8	405,60	7.706,40	1.797,55
PR	412730	Terra Rica	8	405,60	7.706,40	1.757,73
PR	412740	Terra Roxa	8	405,60	7.706,40	1.858,34
PR	412750	Tibagi	6	304,20	5.779,80	2.149,07
PR	412760	Tijucas do Sul	3	152,10	2.889,90	2.275,91
PR	412770	Toledo	51	2.585,70	49.128,30	15.660,97
PR	412780	Tomazina	3	152,10	2.889,90	981,02
PR	412785	Três Barras do Paraná	4	202,80	3.853,20	1.326,72
PR	412788	Tunas do Paraná	1	50,70	963,30	1.404,81
PR	412790	Tuneiras do Oeste	4	202,80	3.853,20	993,06
PR	412795	Tupãssi	4	202,80	3.853,20	933,68
PR	412796	Turvo	4	202,80	3.853,20	1.491,17
PR	412800	Ubiratã	11	557,70	10.596,30	2.284,97
PR	412810	Umuarama	53	2.687,10	51.054,90	13.144,35
PR	412820	União da Vitória	5	253,50	4.816,50	6.686,41
PR	412830	Uniflor	2	101,40	1.926,60	750,23
PR	412840	Uraí	4	202,80	3.853,20	1.273,72
PR	412850	Wenceslau Braz	9	456,30	8.669,70	2.076,61
PR	412853	Ventania	4	202,80	3.853,20	1.251,48
PR	412855	Vera Cruz do Oeste	4	202,80	3.853,20	1.011,75
PR	412860	Verê	3	152,10	2.889,90	895,88
PR	412862	Alto Paraíso	1	50,70	963,30	721,48

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	412863	Doutor Ulysses	1	50,70	963,30	883,87
PR	412865	Virmond	2	101,40	1.926,60	738,31
PR	412870	Vitorino	2	101,40	1.926,60	797,21
PR	412880	Xambrê	3	152,10	2.889,90	728,90
		Total	2.721	137.954,70	2.621.139,30	2.688.501,00
		ANEXO XIX				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
RJ	330000	SES/RJ	0	0,00	0,00	1.403.863,65
RJ	330010	Angra dos Reis	77	3.903,90	74.174,10	45.411,10
RJ	330015	Aperibé	5	253,50	4.816,50	2.634,80
RJ	330020	Araruama	2	101,40	1.926,60	57.219,66
RJ	330022	Areal	3	152,10	2.889,90	2.833,37
RJ	330023	Armação dos Búzios	16	811,20	15.412,80	7.527,33
RJ	330025	Arraial do Cabo	16	811,20	15.412,80	6.837,60
RJ	330030	Barra do Piraí	22	1.115,40	21.192,60	24.288,73
RJ	330040	Barra Mansa	0	0,00	0,00	83.960,33
RJ	330045	Belford Roxo	164	8.314,80	157.981,20	115.682,70
RJ	330050	Bom Jardim	7	354,90	6.743,10	6.198,73
RJ	330060	Bom Jesus do Itabapoana	1	50,70	963,30	15.868,43
RJ	330070	Cabo Frio	1	50,70	963,30	99.850,70
RJ	330080	Cachoeiras de Macacu	0	0,00	0,00	26.622,40
RJ	330090	Cambuci	7	354,90	6.743,10	3.535,12
RJ	330093	Carapebus	2	101,40	1.926,60	5.338,46
RJ	330095	Comendador Levy Gasparian	4	202,80	3.853,20	1.945,07
RJ	330100	Campos dos Goytacazes	189	9.582,30	182.063,70	114.400,53
RJ	330110	Cantagalo	8	405,60	7.706,40	4.627,00
RJ	330115	Cardoso Moreira	5	253,50	4.816,50	2.940,23
RJ	330120	Carmo	0	0,00	0,00	8.523,20
RJ	330130	Casimiro de Abreu	3	152,10	2.889,90	16.709,63
RJ	330140	Conceição de Macabu	10	507,00	9.633,00	5.240,90
RJ	330150	Cordeiro	11	557,70	10.596,30	4.958,33
RJ	330160	Duas Barras	2	101,40	1.926,60	3.285,60
RJ	330170	Duque de Caxias	0	0,00	0,00	415.798,60
RJ	330180	Engenheiro Paulo de Frontin	6	304,20	5.779,80	3.179,40
RJ	330185	Guapimirim	27	1.368,90	26.009,10	13.514,90
RJ	330187	Iguaba Grande	13	659,10	12.522,90	6.285,07
RJ	330190	Itaboraí	108	5.475,60	104.036,40	54.225,27
RJ	330200	Itaguaí	0	0,00	0,00	57.105,53
RJ	330205	Italva	5	253,50	4.816,50	3.435,37
RJ	330210	Itaocara	0	0,00	0,00	10.679,20
RJ	330220	Itaperuna	37	1.875,90	35.642,10	23.332,63
RJ	330225	Itatiaia	0	0,00	0,00	14.748,86
RJ	330227	Japeri	49	2.484,30	47.201,70	23.621,97
RJ	330230	Laje do Muriaé	4	202,80	3.853,20	1.732,27
RJ	330240	Macaé	107	5.424,90	103.073,10	56.965,77
RJ	330245	Macuco	3	152,10	2.889,90	1.267,93
RJ	330250	Magé	0	0,00	0,00	110.796,00
RJ	330260	Mangaratiba	0	0,00	0,00	19.793,66
RJ	330270	Maricá	0	0,00	0,00	71.403,73
RJ	330280	Mendes	11	557,70	10.596,30	4.228,70
RJ	330285	Mesquita	18	912,60	17.339,40	62.591,26
RJ	330290	Miguel Pereira	13	659,10	12.522,90	5.803,23
RJ	330300	Miracema	13	659,10	12.522,90	6.255,67
RJ	330310	Natividade	1	50,70	963,30	6.072,16
RJ	330320	Nilópolis	0	0,00	0,00	73.886,86
RJ	330330	Niterói	0	0,00	0,00	232.879,73
RJ	330340	Nova Friburgo	34	1.723,80	32.752,20	53.758,93
RJ	330350	Nova Iguaçu	284	14.398,80	273.577,20	188.414,80
RJ	330360	Paracambi	0	0,00	0,00	23.541,93
RJ	330370	Paraíba do Sul	19	963,30	18.302,70	10.015,13
RJ	330380	Paraty	18	912,60	17.339,40	9.672,60
RJ	330385	Paty do Alferes	8	405,60	7.706,40	6.297,90
RJ	330390	Petrópolis	51	2.585,70	49.128,30	90.048,03
RJ	330395	Pinheiral	0	0,00	0,00	11.331,60
RJ	330400	Piraí	11	557,70	10.596,30	6.585,13
RJ	330410	Porciúncula	8	405,60	7.706,40	4.313,04
RJ	330411	Porto Real	9	456,30	8.669,70	4.393,43
RJ	330412	Quatis	5	253,50	4.816,50	3.216,50
RJ	330414	Queimados	0	0,00	0,00	67.846,80
RJ	330415	Quissamã	7	354,90	6.743,10	5.491,50
RJ	330420	Resende	57	2.889,90	54.908,10	29.615,37
RJ	330430	Rio Bonito	3	152,10	2.889,90	24.303,70
RJ	330440	Rio Claro	8	405,60	7.706,40	4.197,20
RJ	330450	Rio das Flores	0	0,00	0,00	4.192,53
RJ	330452	Rio das Ostras	0	0,00	0,00	65.854,60
RJ	330455	Rio de Janeiro	2.230	113.061,00	2.148.159,00	1.521.395,40
RJ	330460	Santa Maria Madalena	4	202,80	3.853,20	2.402,87
RJ	330470	Santo Antônio de Pádua	18	912,60	17.339,40	9.639,47
RJ	330475	São Francisco de Itabapoana	7	354,90	6.743,10	14.362,71
RJ	330480	São Fidélis	0	0,00	0,00	19.272,71
RJ	330490	São Gonçalo	0	0,00	0,00	489.918,80
RJ	330500	São João da Barra	15	760,50	14.449,50	8.207,27
RJ	330510	São João de Meriti	0	0,00	0,00	215.039,53
RJ	330513	São José de Ubá	3	152,10	2.889,90	1.681,40
RJ	330515	São José do Vale do Rio Preto	0	0,00	0,00	9.853,20
RJ	330520	São Pedro da Aldeia	45	2.281,50	43.348,50	23.311,40
RJ	330530	São Sebastião do Alto	0	0,00	0,00	4.243,86

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RJ	330540	Sapucaia	7	354,90	6.743,10	4.146,11
RJ	330550	Saquarema	38	1.926,60	36.605,40	19.874,17
RJ	330555	Seropédica	0	0,00	0,00	39.394,13
RJ	330560	Silva Jardim	9	456,30	8.669,70	4.985,40
RJ	330570	Sumidouro	4	202,80	3.853,20	3.544,57
RJ	330575	Tanguá	16	811,20	15.412,80	7.693,00
RJ	330580	Teresópolis	5	253,50	4.816,50	77.344,83
RJ	330590	Trajano de Moraes	4	202,80	3.853,20	2.415,47
RJ	330600	Três Rios	37	1.875,90	35.642,10	18.527,13
RJ	330610	Valença	34	1.723,80	32.752,20	17.321,97
RJ	330615	Varre-Sai	2	101,40	1.926,60	3.018,66
RJ	330620	Vassouras	13	659,10	12.522,90	8.345,87
RJ	330630	Volta Redonda	36	1.825,20	34.678,80	89.081,66
		Total	4.019	203.763,30	3.871.502,70	6.578.019,68
		ANEXO XX				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
RN	240000	SES/RN	0	0,00	0,00	381.399,13
RN	240010	Acari	5	253,50	4.816,50	2.653,38
RN	240020	Açu	26	1.318,20	25.045,80	13.357,85
RN	240030	Afonso Bezerra	1	50,70	963,30	4.184,41
RN	240040	Água Nova	0	0,00	0,00	1.496,88
RN	240050	Alexandria	5	253,50	4.816,50	3.186,16
RN	240060	Almino Afonso	2	101,40	1.926,60	1.135,29
RN	240070	Alto do Rodrigues	5	253,50	4.816,50	3.297,96
RN	240080	Angicos	6	304,20	5.779,80	2.734,11
RN	240090	Antônio Martins	0	0,00	0,00	3.322,98
RN	240100	Apodi	12	608,40	11.559,60	8.339,16
RN	240110	Areia Branca	10	507,00	9.633,00	6.290,81
RN	240120	Arês	4	202,80	3.853,20	3.284,65
RN	240130	Augusto Severo	3	152,10	2.889,90	2.242,57
RN	240140	Baía Formosa	4	202,80	3.853,20	2.137,19
RN	240145	Baraúna	10	507,00	9.633,00	6.447,85
RN	240150	Barcelona	2	101,40	1.926,60	933,72
RN	240160	Bento Fernandes	3	152,10	2.889,90	1.268,91
RN	240165	Bodó	2	101,40	1.926,60	553,76
RN	240170	Bom Jesus	4	202,80	3.853,20	2.354,15
RN	240180	Brejinho	2	101,40	1.926,60	3.914,00
RN	240185	Caiçara do Norte	0	0,00	0,00	3.041,52
RN	240190	Caiçara do Rio do Vento	2	101,40	1.926,60	844,87
RN	240200	Caicó	36	1.825,20	34.678,80	15.662,63
RN	240210	Campo Redondo	4	202,80	3.853,20	2.581,44
RN	240220	Canguaretama	11	557,70	10.596,30	7.867,13
RN	240230	Caraúbas	8	405,60	7.706,40	5.028,16
RN	240240	Carnaúba dos Dantas	4	202,80	3.853,20	1.879,83
RN	240250	Carnaubais	0	0,00	0,00	4.940,63
RN	240260	Ceará-Mirim	16	811,20	15.412,80	18.434,65
RN	240270	Cerro Corá	4	202,80	3.853,20	2.604,39
RN	240280	Coronel Ezequiel	3	152,10	2.889,90	1.284,06
RN	240290	Coronel João Pessoa	2	101,40	1.926,60	1.143,33
RN	240300	Cruzeta	4	202,80	3.853,20	1.878,45
RN	240310	Currais Novos	23	1.166,10	22.155,90	10.383,60
RN	240320	Doutor Severiano	2	101,40	1.926,60	1.650,70
RN	240325	Parnamirim	131	6.641,70	126.192,30	58.370,81
RN	240330	Encanto	0	0,00	0,00	2.601,63
RN	240340	Equador	4	202,80	3.853,20	1.404,82
RN	240350	Espírito Santo	3	152,10	2.889,90	2.468,71
RN	240360	Extremoz	15	760,50	14.449,50	6.492,52
RN	240370	Felipe Guerra	0	0,00	0,00	2.778,87
RN	240375	Fernando Pedroza	2	101,40	1.926,60	705,28
RN	240380	Florânia	4	202,80	3.853,20	2.126,40
RN	240390	Francisco Dantas	2	101,40	1.926,60	672,45
RN	240400	Frutuoso Gomes	2	101,40	1.926,60	982,62
RN	240410	Galinhos	1	50,70	963,30	623,32
RN	240420	Goianinha	7	354,90	6.743,10	5.984,78
RN	240430	Governador Dix-Sept Rosado	0	0,00	0,00	6.041,25
RN	240440	Grossos	4	202,80	3.853,20	2.384,45
RN	240450	Guamaré	4	202,80	3.853,20	3.514,69
RN	240460	Ielmo Marinho	4	202,80	3.853,20	3.148,51
RN	240470	Ipanguaçu	4	202,80	3.853,20	3.550,28
RN	240480	Ipueira	2	101,40	1.926,60	516,79
RN	240485	Itajá	0	0,00	0,00	3.476,35
RN	240490	Itaú	2	101,40	1.926,60	1.361,43
RN	240500	Jaçanã	4	202,80	3.853,20	2.081,86
RN	240510	Jandaíra	0	0,00	0,00	3.285,36
RN	240520	Janduís	3	152,10	2.889,90	1.251,92
RN	240530	Januário Cicco	1	50,70	963,30	3.672,44
RN	240540	Japi	0	0,00	0,00	2.520,82
RN	240550	Jardim de Angicos	0	0,00	0,00	1.228,73
RN	240560	Jardim de Piranhas	5	253,50	4.816,50	3.411,15
RN	240570	Jardim do Seridó	6	304,20	5.779,80	2.887,93
RN	240580	João Câmara	0	0,00	0,00	16.110,78
RN	240590	João Dias	1	50,70	963,30	618,73
RN	240600	José da Penha	3	152,10	2.889,90	1.388,98
RN	240610	Jucurutu	6	304,20	5.779,80	4.254,18
RN	240615	Jundiá	2	101,40	1.926,60	897,67
RN	240620	Lagoa d'Anta	3	152,10	2.889,90	1.559,56
RN	240630	Lagoa de Pedras	3	152,10	2.889,90	1.740,01
RN	240640	Lagoa de Velhos	2	101,40	1.926,60	636,18
RN	240650	Lagoa Nova	4	202,80	3.853,20	3.579,20
RN	240660	Lagoa Salgada	3	152,10	2.889,90	1.898,42
RN	240670	Lajes	4	202,80	3.853,20	2.597,97
RN	240680	Lajes Pintadas	2	101,40	1.926,60	1.107,05
RN	240690	Lucrécia	2	101,40	1.926,60	918,79

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RN	240700	Luís Gomes	3	152,10	2.889,90	2.344,28
RN	240710	Macaíba	21	1.064,70	20.229,30	18.340,44
RN	240720	Macau	14	709,80	13.486,20	7.314,30
RN	240725	Major Sales	1	50,70	963,30	918,79
RN	240730	Marcelino Vieira	4	202,80	3.853,20	1.952,84
RN	240740	Martins	3	152,10	2.889,90	2.018,73
RN	240750	Maxaranguape	3	152,10	2.889,90	2.806,20
RN	240760	Messias Targino	3	152,10	2.889,90	1.057,92
RN	240770	Montanhas	4	202,80	3.853,20	2.673,27
RN	240780	Monte Alegre	6	304,20	5.779,80	5.156,90
RN	240790	Monte das Gameleiras	0	0,00	0,00	1.038,17
RN	240800	Mossoró	146	7.402,20	140.641,80	67.869,20
RN	240810	Natal	442	22.409,40	425.778,60	202.853,75
RN	240820	Nísia Floresta	7	354,90	6.743,10	6.284,16
RN	240830	Nova Cruz	13	659,10	12.522,90	8.654,14
RN	240840	Olho-d'Água do Borges	2	101,40	1.926,60	1.008,10
RN	240850	Ouro Branco	2	101,40	1.926,60	1.120,83
RN	240860	Paraná	0	0,00	0,00	1.963,39
RN	240870	Paraú	1	50,70	963,30	900,89
RN	240880	Parazinho	2	101,40	1.926,60	1.209,97
RN	240890	Parelhas	12	608,40	11.559,60	4.974,84
RN	240895	Rio do Fogo	4	202,80	3.853,20	2.502,69
RN	240910	Passa e Fica	3	152,10	2.889,90	3.124,72
RN	240920	Passagem	0	0,00	0,00	1.427,54
RN	240930	Patu	6	304,20	5.779,80	2.948,77
RN	240933	Santa Maria	0	0,00	0,00	2.525,41
RN	240940	Pau dos Ferros	14	709,80	13.486,20	6.991,27
RN	240950	Pedra Grande	0	0,00	0,00	1.609,37
RN	240960	Pedra Preta	0	0,00	0,00	1.197,04
RN	240970	Pedro Avelino	3	152,10	2.889,90	1.649,79
RN	240980	Pedro Velho	0	0,00	0,00	6.866,37
RN	240990	Pendências	1	50,70	963,30	5.962,31
RN	241000	Pilões	2	101,40	1.926,60	880,68
RN	241010	Poço Branco	4	202,80	3.853,20	3.539,72
RN	241020	Portalegre	3	152,10	2.889,90	1.815,77
RN	241025	Porto do Mangue	3	152,10	2.889,90	1.558,64
RN	241030	Serra Caiada	4	202,80	3.853,20	2.318,56
RN	241040	Pureza	0	0,00	0,00	4.393,30
RN	241050	Rafael Fernandes	2	101,40	1.926,60	1.174,32
RN	241060	Rafael Godeiro	2	101,40	1.926,60	742,47
RN	241070	Riacho da Cruz	2	101,40	1.926,60	818,69
RN	241080	Riacho de Santana	2	101,40	1.926,60	982,62
RN	241090	Riachuelo	2	101,40	1.926,60	1.853,89
RN	241100	Rodolfo Fernandes	2	101,40	1.926,60	1.044,37
RN	241105	Tibau	2	101,40	1.926,60	941,29
RN	241110	Ruy Barbosa	2	101,40	1.926,60	846,93
RN	241120	Santa Cruz	19	963,30	18.302,70	9.106,88
RN	241140	Santana do Matos	0	0,00	0,00	6.321,80
RN	241142	Santana do Seridó	2	101,40	1.926,60	620,10
RN	241150	Santo Antônio	4	202,80	3.853,20	7.267,81
RN	241160	São Bento do Norte	0	0,00	0,00	1.362,34
RN	241170	São Bento do Trairí	2	101,40	1.926,60	1.015,91
RN	241180	São Fernando	2	101,40	1.926,60	830,40
RN	241190	São Francisco do Oeste	2	101,40	1.926,60	972,97
RN	241200	São Gonçalo do Amarante	54	2.737,80	52.018,20	23.258,58
RN	241210	São João do Sabugi	3	152,10	2.889,90	1.437,19
RN	241220	São José de Mipibu	13	659,10	12.522,90	10.100,52
RN	241230	São José do Campestre	5	253,50	4.816,50	2.986,19
RN	241240	São José do Seridó	2	101,40	1.926,60	1.065,96
RN	241250	São Miguel	9	456,30	8.669,70	5.420,46
RN	241255	São Miguel do Gostoso	3	152,10	2.889,90	2.205,38
RN	241260	São Paulo do Potengi	7	354,90	6.743,10	4.034,24
RN	241270	São Pedro	3	152,10	2.889,90	1.445,46
RN	241280	São Rafael	4	202,80	3.853,20	1.917,25
RN	241290	São Tomé	4	202,80	3.853,20	2.576,61
RN	241300	São Vicente	3	152,10	2.889,90	1.485,17
RN	241310	Senador Elói de Souza	3	152,10	2.889,90	1.420,66
RN	241320	Senador Georgino Avelino	2	101,40	1.926,60	1.015,45
RN	241330	Serra de São Bento	3	152,10	2.889,90	1.353,62
RN	241335	Serra do Mel	4	202,80	3.853,20	2.717,81
RN	241340	Serra Negra do Norte	3	152,10	2.889,90	1.876,84
RN	241350	Serrinha	3	152,10	2.889,90	1.519,84
RN	241355	Serrinha dos Pintos	1	50,70	963,30	1.259,52
RN	241360	Severiano Melo	2	101,40	1.926,60	1.508,81
RN	241370	Sítio Novo	3	152,10	2.889,90	1.269,14
RN	241380	Taboleiro Grande	2	101,40	1.926,60	589,11
RN	241390	Taipu	4	202,80	3.853,20	2.853,26
RN	241400	Tangará	6	304,20	5.779,80	3.642,57
RN	241410	Tenente Ananias	1	50,70	963,30	4.002,12
RN	241415	Tenente Laurentino Cruz	3	152,10	2.889,90	1.396,98
RN	241420	Tibau do Sul	4	202,80	3.853,20	3.190,06
RN	241430	Timbaúba dos Batistas	0	0,00	0,00	1.118,98
RN	241440	Touros	0	0,00	0,00	15.631,41
RN	241445	Triunfo Potiguar	0	0,00	0,00	1.563,92
RN	241450	Umarizal	0	0,00	0,00	5.001,70
RN	241460	Upanema	0	0,00	0,00	7.274,74
RN	241470	Várzea	3	152,10	2.889,90	1.275,11
RN	241475	Venha-Ver	2	101,40	1.926,60	961,27

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RN	241480	Vera Cruz	4	202,80	3.853,20	2.840,18
RN	241490	Viçosa	2	101,40	1.926,60	397,41
RN	241500	Vila Flor	2	101,40	1.926,60	728,47
		Total	1.420	71.994,00	1.367.886,00	1.254.631,84
		ANEXO XXI				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
RO	110000	SES/RO	0	0,00	0,00	238.118,37
RO	110001	Alta Floresta D'Oeste	9	456,30	8.669,70	7.504,00
RO	110002	Ariquemes	1	50,70	963,30	61.654,61
RO	110003	Cabixi	2	101,40	1.926,60	4.568,40
RO	110004	Cacoal	0	0,00	0,00	51.629,08
RO	110005	Cerejeiras	4	202,80	3.853,20	6.670,71
RO	110006	Colorado do Oeste	1	50,70	963,30	10.230,86
RO	110007	Corumbiara	3	152,10	2.889,90	6.146,10
RO	110008	Costa Marques	1	50,70	963,30	14.986,70
RO	110009	Espigão D'Oeste	8	405,60	7.706,40	11.561,10
RO	110010	Guajará-Mirim	11	557,70	10.596,30	31.239,66
RO	110011	Jaru	5	253,50	4.816,50	27.774,91
RO	110012	Ji-Paraná	37	1.875,90	35.642,10	41.746,98
RO	110013	Machadinho D'Oeste	6	304,20	5.779,80	28.260,46
RO	110014	Nova Brasilândia D'Oeste	3	152,10	2.889,90	9.795,85
RO	110015	Ouro Preto do Oeste	3	152,10	2.889,90	20.501,18
RO	110018	Pimenta Bueno	17	861,90	16.376,10	11.098,21
RO	110020	Porto Velho	140	7.098,00	134.862,00	263.984,74
RO	110025	Presidente Médici	0	0,00	0,00	13.426,58
RO	110026	Rio Crespo	6	304,20	5.779,80	2.269,71
RO	110028	Rolim de Moura	3	152,10	2.889,90	30.403,26
RO	110029	Santa Luzia D'Oeste	3	152,10	2.889,90	5.997,10
RO	110030	Vilhena	0	0,00	0,00	55.784,16
RO	110032	São Miguel do Guaporé	0	0,00	0,00	14.105,58
RO	110033	Nova Mamoré	7	354,90	6.743,10	18.729,13
RO	110034	Alvorada D'Oeste	0	0,00	0,00	10.149,41
RO	110037	Alto Alegre dos Parecis	4	202,80	3.853,20	9.021,38
RO	110040	Alto Paraíso	5	253,50	4.816,50	13.624,44
RO	110045	Buritis	11	557,70	10.596,30	28.447,70
RO	110050	Novo Horizonte do Oeste	3	152,10	2.889,90	7.625,10
RO	110060	Cacaulândia	2	101,40	1.926,60	4.533,40
RO	110070	Campo Novo de Rondônia	6	304,20	5.779,80	8.704,20
RO	110080	Candeias do Jamari	21	1.064,70	20.229,30	11.138,10
RO	110090	Castanheiras	0	0,00	0,00	4.241,44
RO	110092	Chupinguaia	3	152,10	2.889,90	7.703,10
RO	110094	Cujubim	0	0,00	0,00	19.787,24
RO	110100	Governador Jorge Teixeira	0	0,00	0,00	10.534,00
RO	110110	Itapuã do Oeste	5	253,50	4.816,50	5.493,50
RO	110120	Ministro Andreazza	3	152,10	2.889,90	8.009,10
RO	110130	Mirante da Serra	0	0,00	0,00	12.469,00
RO	110140	Monte Negro	0	0,00	0,00	14.270,65
RO	110143	Nova União	0	0,00	0,00	7.883,00
RO	110145	Parecis	1	50,70	963,30	4.242,06
RO	110146	Pimenteiras do Oeste	1	50,70	963,30	3.311,77
RO	110147	Primavera de Rondônia	2	101,40	1.926,60	2.297,71
RO	110148	São Felipe D'Oeste	1	50,70	963,30	5.255,70
RO	110149	São Francisco do Guaporé	4	202,80	3.853,20	15.840,80
RO	110150	Seringueiras	0	0,00	0,00	12.653,00
RO	110155	Teixeirópolis	2	101,40	1.926,60	2.552,26
RO	110160	Theobroma	4	202,80	3.853,20	7.496,80
RO	110170	Urupá	0	0,00	0,00	12.366,75
RO	110175	Vale do Anari	8	405,60	7.706,40	5.574,50
RO	110180	Vale do Paraíso	0	0,00	0,00	8.425,00
		Total	356	18.049,20	342.934,80	1.251.838,55
		ANEXO XXII				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
RR	140000	SES/RR	0	0,00	0,00	49.038,05
RR	140002	Amajari	5	253,50	4.816,50	8.140,33
RR	140005	Alto Alegre	19	963,30	18.302,70	11.280,56
RR	140010	Boa Vista	153	7.757,10	147.384,90	152.761,17
RR	140015	Bonfim	14	709,80	13.486,20	9.182,72
RR	140017	Cantá	20	1.014,00	19.266,00	8.438,50
RR	140020	Caracaraí	16	811,20	15.412,80	12.631,58
RR	140023	Caroebe	0	0,00	0,00	9.493,00
RR	140028	Iracema	0	0,00	0,00	15.148,30
RR	140030	Mucajaí	7	354,90	6.743,10	18.956,20
RR	140040	Normandia	4	202,80	3.853,20	6.673,80
RR	140045	Pacaraima	8	405,60	7.706,40	9.432,97
RR	140047	Rorainópolis	22	1.115,40	21.192,60	20.138,46
RR	140050	São João da Baliza	7	354,90	6.743,10	4.479,53
RR	140060	São Luiz	2	101,40	1.926,60	5.670,40
RR	140070	Uiramutã	3	152,10	2.889,90	6.946,10
		Total	280	14.196,00	269.724,00	348.411,67
		ANEXO XXIII				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
RS	430000	SES/RS	0	0,00	0,00	687.500,87
RS	430003	Aceguá	1	50,70	963,30	1.685,47
RS	430005	Água Santa	0	0,00	0,00	1.508,00
RS	430010	Agudo	0	0,00	0,00	3.693,01

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	430020	Ajuricaba	2	101,40	1.926,60	1.307,24
RS	430030	Alecrim	0	0,00	0,00	2.265,48
RS	430040	Alegrete	5	253,50	4.816,50	14.347,90
RS	430045	Alegria	2	101,40	1.926,60	727,93
RS	430047	Almirante Tamandaré do Sul	1	50,70	963,30	732,27
RS	430050	Alpestre	1	50,70	963,30	947,99
RS	430055	Alto Alegre	0	0,00	0,00	1.459,43
RS	430057	Alto Feliz	0	0,00	0,00	1.484,74
RS	430060	Alvorada	27	1.368,90	26.009,10	39.220,08
RS	430063	Amaral Ferrador	0	0,00	0,00	1.596,61
RS	430064	Ametista do Sul	0	0,00	0,00	1.785,12
RS	430066	André da Rocha	1	50,70	963,30	756,95
RS	430070	Anta Gorda	0	0,00	0,00	1.514,97
RS	430080	Antônio Prado	1	50,70	963,30	2.245,68
RS	430085	Arambaré	2	101,40	1.926,60	732,55
RS	430087	Araricá	0	0,00	0,00	2.777,10
RS	430090	Aratiba	3	152,10	2.889,90	1.261,44
RS	430100	Arroio do Meio	2	101,40	1.926,60	2.316,92
RS	430105	Arroio do Sal	1	50,70	963,30	2.443,91
RS	430107	Arroio do Padre	0	0,00	0,00	1.503,28
RS	430110	Arroio dos Ratos	0	0,00	0,00	3.939,34
RS	430120	Arroio do Tigre	0	0,00	0,00	3.143,28
RS	430130	Arroio Grande	0	0,00	0,00	4.070,47
RS	430140	Arvorezinha	0	0,00	0,00	2.287,06
RS	430150	Augusto Pestana	2	101,40	1.926,60	798,40
RS	430155	Áurea	1	50,70	963,30	732,33
RS	430160	Bagé	30	1.521,00	28.899,00	13.900,35
RS	430163	Balneário Pinhal	2	101,40	1.926,60	1.800,94
RS	430165	Barão	0	0,00	0,00	1.497,82
RS	430170	Barão de Cotegipe	2	101,40	1.926,60	1.298,32
RS	430175	Barão do Triunfo	0	0,00	0,00	1.592,36
RS	430180	Barracão	1	50,70	963,30	734,15
RS	430185	Barra do Guarita	0	0,00	0,00	1.500,67
RS	430187	Barra do Quaraí	2	101,40	1.926,60	1.133,48
RS	430190	Barra do Ribeiro	1	50,70	963,30	2.341,22
RS	430192	Barra do Rio Azul	1	50,70	963,30	737,35
RS	430195	Barra Funda	1	50,70	963,30	750,97
RS	430200	Barros Cassal	1	50,70	963,30	1.615,54
RS	430205	Benjamin Constant do Sul	0	0,00	0,00	1.551,27
RS	430210	Bento Gonçalves	0	0,00	0,00	25.119,82
RS	430215	Boa Vista das Missões	0	0,00	0,00	1.475,77
RS	430220	Boa Vista do Buricá	3	152,10	2.889,90	1.443,74
RS	430222	Boa Vista do Cadeado	1	50,70	963,30	735,58
RS	430223	Boa Vista do Incra	0	0,00	0,00	1.502,28
RS	430225	Boa Vista do Sul	0	0,00	0,00	1.505,90
RS	430230	Bom Jesus	0	0,00	0,00	2.956,45
RS	430235	Bom Princípio	0	0,00	0,00	3.295,29
RS	430237	Bom Progresso	1	50,70	963,30	1.318,13
RS	430240	Bom Retiro do Sul	0	0,00	0,00	2.585,08
RS	430245	Boqueirão do Leão	0	0,00	0,00	1.762,21
RS	430250	Bossoroca	2	101,40	1.926,60	1.330,00
RS	430258	Bozano	0	0,00	0,00	1.464,27
RS	430260	Braga	1	50,70	963,30	730,60
RS	430265	Brochier	1	50,70	963,30	751,13
RS	430270	Butiá	0	0,00	0,00	4.473,75
RS	430280	Caçapava do Sul	0	0,00	0,00	7.336,90
RS	430290	Cacequi	4	202,80	3.853,20	1.546,80
RS	430300	Cachoeira do Sul	5	253,50	4.816,50	14.017,53
RS	430310	Cachoeirinha	5	253,50	4.816,50	28.771,74
RS	430320	Cacique Doble	1	50,70	963,30	760,39
RS	430330	Caibaté	0	0,00	0,00	2.458,99
RS	430340	Caiçara	0	0,00	0,00	1.465,27
RS	430350	Camaquã	5	253,50	4.816,50	9.042,07
RS	430355	Camargo	2	101,40	1.926,60	757,98
RS	430360	Cambará do Sul	0	0,00	0,00	1.574,97
RS	430367	Campestre da Serra	0	0,00	0,00	1.486,36
RS	430370	Campina das Missões	2	101,40	1.926,60	1.899,14
RS	430380	Campinas do Sul	2	101,40	1.926,60	1.261,41
RS	430390	Campo Bom	3	152,10	2.889,90	14.204,12
RS	430400	Campo Novo	0	0,00	0,00	2.415,41
RS	430410	Campos Borges	0	0,00	0,00	1.463,75
RS	430420	Candelária	0	0,00	0,00	6.702,42
RS	430430	Cândido Godói	3	152,10	2.889,90	753,26
RS	430435	Candiota	0	0,00	0,00	3.035,75
RS	430440	Canela	0	0,00	0,00	9.341,03
RS	430450	Canguçu	3	152,10	2.889,90	9.453,91
RS	430460	Canoas	14	709,80	13.486,20	94.726,28
RS	430461	Canudos do Vale	0	0,00	0,00	1.463,86
RS	430462	Capão Bonito do Sul	0	0,00	0,00	1.462,81
RS	430463	Capão da Canoa	5	253,50	4.816,50	5.191,81
RS	430465	Capão do Cipó	1	50,70	963,30	768,01
RS	430466	Capão do Leão	0	0,00	0,00	5.434,79
RS	430467	Capivari do Sul	1	50,70	963,30	2.006,72
RS	430468	Capela de Santana	2	101,40	1.926,60	1.659,77
RS	430469	Capitão	0	0,00	0,00	1.487,92
RS	430470	Carazinho	13	659,10	12.522,90	6.648,46
RS	430471	Caraá	0	0,00	0,00	1.724,19
RS	430480	Carlos Barbosa	2	101,40	1.926,60	3.984,23
RS	430485	Carlos Gomes	0	0,00	0,00	1.458,43

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	430490	Casca	3	152,10	2.889,90	1.396,84
RS	430495	Caseiros	0	0,00	0,00	1.497,54
RS	430500	Catuípe	1	50,70	963,30	1.789,60
RS	430510	Caxias do Sul	72	3.650,40	69.357,60	51.555,62
RS	430511	Centenário	1	50,70	963,30	732,59
RS	430512	Cerrito	0	0,00	0,00	2.600,40
RS	430513	Cerro Branco	2	101,40	1.926,60	745,94
RS	430515	Cerro Grande	1	50,70	963,30	731,94
RS	430517	Cerro Grande do Sul	0	0,00	0,00	2.382,55
RS	430520	Cerro Largo	4	202,80	3.853,20	1.589,23
RS	430530	Chapada	0	0,00	0,00	2.774,45
RS	430535	Charqueadas	0	0,00	0,00	10.243,40
RS	430537	Charrua	1	50,70	963,30	759,02
RS	430540	Chiapetta	0	0,00	0,00	2.415,88
RS	430543	Chuí	0	0,00	0,00	2.239,10
RS	430544	Chuvisca	0	0,00	0,00	1.510,53
RS	430545	Cidreira	2	101,40	1.926,60	1.892,42
RS	430550	Ciríaco	1	50,70	963,30	732,70
RS	430558	Colinas	0	0,00	0,00	1.469,30
RS	430560	Colorado	2	101,40	1.926,60	730,11
RS	430570	Condor	1	50,70	963,30	1.700,29
RS	430580	Constantina	2	101,40	1.926,60	1.427,98
RS	430583	Coqueiro Baixo	0	0,00	0,00	1.465,14
RS	430585	Coqueiros do Sul	1	50,70	963,30	731,64
RS	430587	Coronel Barros	2	101,40	1.926,60	738,51
RS	430590	Coronel Bicaco	3	152,10	2.889,90	1.304,27
RS	430593	Coronel Pilar	0	0,00	0,00	1.529,65
RS	430595	Cotiporã	1	50,70	963,30	733,01
RS	430597	Coxilha	0	0,00	0,00	1.465,91
RS	430600	Crissiumal	3	152,10	2.889,90	1.677,03
RS	430605	Cristal	0	0,00	0,00	2.817,65
RS	430607	Cristal do Sul	0	0,00	0,00	1.469,17
RS	430610	Cruz Alta	10	507,00	9.633,00	6.999,90
RS	430613	Cruzaltense	0	0,00	0,00	1.457,54
RS	430620	Cruzeiro do Sul	0	0,00	0,00	2.795,86
RS	430630	David Canabarro	0	0,00	0,00	1.470,64
RS	430632	Derrubadas	0	0,00	0,00	2.146,37
RS	430635	Dezesseis de Novembro	2	101,40	1.926,60	728,56
RS	430637	Dilermando de Aguiar	0	0,00	0,00	1.465,96
RS	430640	Dois Irmãos	2	101,40	1.926,60	6.171,69
RS	430642	Dois Irmãos das Missões	2	101,40	1.926,60	731,70
RS	430645	Dois Lajeados	0	0,00	0,00	1.483,20
RS	430650	Dom Feliciano	1	50,70	963,30	2.417,75
RS	430655	Dom Pedro de Alcântara	1	50,70	963,30	733,43
RS	430660	Dom Pedrito	0	0,00	0,00	8.661,25
RS	430670	Dona Francisca	0	0,00	0,00	1.459,87
RS	430673	Doutor Maurício Cardoso	2	101,40	1.926,60	1.077,92
RS	430675	Doutor Ricardo	0	0,00	0,00	1.465,79
RS	430676	Eldorado do Sul	0	0,00	0,00	10.159,66
RS	430680	Encantado	1	50,70	963,30	3.644,81
RS	430690	Encruzilhada do Sul	3	152,10	2.889,90	2.793,08
RS	430692	Engenho Velho	1	50,70	963,30	750,33
RS	430693	Entre-Ijuís	3	152,10	2.889,90	1.378,23
RS	430695	Entre Rios do Sul	0	0,00	0,00	1.461,65
RS	430697	Erebango	1	50,70	963,30	742,59
RS	430700	Erechim	40	2.028,00	38.532,00	10.934,23
RS	430705	Ernestina	0	0,00	0,00	1.477,19
RS	430710	Herval	2	101,40	1.926,60	1.104,15
RS	430720	Erval Grande	1	50,70	963,30	733,27
RS	430730	Erval Seco	2	101,40	1.926,60	1.302,83
RS	430740	Esmeralda	0	0,00	0,00	1.482,31
RS	430745	Esperança do Sul	1	50,70	963,30	1.183,39
RS	430750	Espumoso	1	50,70	963,30	2.415,37
RS	430755	Estação	1	50,70	963,30	1.653,31
RS	430760	Estância Velha	0	0,00	0,00	12.684,92
RS	430770	Esteio	0	0,00	0,00	22.544,65
RS	430780	Estrela	1	50,70	963,30	5.916,90
RS	430781	Estrela Velha	1	50,70	963,30	734,37
RS	430783	Eugênio de Castro	0	0,00	0,00	1.457,93
RS	430786	Fagundes Varela	0	0,00	0,00	1.494,20
RS	430790	Farroupilha	6	304,20	5.779,80	8.576,03
RS	430800	Faxinal do Soturno	1	50,70	963,30	1.720,24
RS	430805	Faxinalzinho	1	50,70	963,30	730,27
RS	430807	Fazenda Vilanova	1	50,70	963,30	790,78
RS	430810	Feliz	1	50,70	963,30	2.245,81
RS	430820	Flores da Cunha	3	152,10	2.889,90	3.219,96
RS	430825	Floriano Peixoto	0	0,00	0,00	1.458,29
RS	430830	Fontoura Xavier	1	50,70	963,30	1.477,70
RS	430840	Formigueiro	1	50,70	963,30	783,52
RS	430843	Forquetinha	0	0,00	0,00	1.464,95
RS	430845	Fortaleza dos Valos	0	0,00	0,00	1.463,67
RS	430850	Frederico Westphalen	10	507,00	9.633,00	3.322,88
RS	430860	Garibaldi	1	50,70	963,30	5.965,40
RS	430865	Garruchos	2	101,40	1.926,60	1.073,98
RS	430870	Gaurama	0	0,00	0,00	2.550,00
RS	430880	General Câmara	0	0,00	0,00	1.973,01
RS	430885	Gentil	1	50,70	963,30	777,84
RS	430890	Getúlio Vargas	1	50,70	963,30	2.568,31

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	430900	Giruá	8	405,60	7.706,40	1.860,56
RS	430905	Glorinha	0	0,00	0,00	2.764,03
RS	430910	Gramado	5	253,50	4.816,50	3.792,72
RS	430912	Gramado dos Loureiros	0	0,00	0,00	1.462,01
RS	430915	Gramado Xavier	0	0,00	0,00	1.511,80
RS	430920	Gravataí	64	3.244,80	61.651,20	38.100,17
RS	430925	Guabiju	0	0,00	0,00	1.463,46
RS	430930	Guaíba	10	507,00	9.633,00	17.053,85
RS	430940	Guaporé	0	0,00	0,00	5.139,97
RS	430950	Guarani das Missões	0	0,00	0,00	3.973,41
RS	430955	Harmonia	0	0,00	0,00	1.523,88
RS	430957	Herveiras	1	50,70	963,30	737,53
RS	430960	Horizontina	9	456,30	8.669,70	2.106,97
RS	430965	Hulha Negra	0	0,00	0,00	1.536,64
RS	430970	Humaitá	2	101,40	1.926,60	1.201,50
RS	430975	Ibarama	1	50,70	963,30	734,67
RS	430980	Ibiaçá	1	50,70	963,30	734,40
RS	430990	Ibiraiaras	1	50,70	963,30	1.686,07
RS	430995	Ibirapuitã	0	0,00	0,00	1.466,09
RS	431000	Ibirubá	7	354,90	6.743,10	2.140,64
RS	431010	Igrejinha	4	202,80	3.853,20	3.811,45
RS	431020	Ijuí	35	1.774,50	33.715,50	8.799,87
RS	431030	Ilópolis	0	0,00	0,00	1.466,65
RS	431033	Imbé	7	354,90	6.743,10	2.126,42
RS	431036	Imigrante	1	50,70	963,30	740,34
RS	431040	Independência	3	152,10	2.889,90	1.283,19
RS	431041	Inhacorá	0	0,00	0,00	1.465,36
RS	431043	Ipê	0	0,00	0,00	1.564,10
RS	431046	Ipiranga do Sul	1	50,70	963,30	732,87
RS	431050	Iraí	1	50,70	963,30	1.680,67
RS	431053	Itaara	0	0,00	0,00	2.720,84
RS	431055	Itacurubi	1	50,70	963,30	734,48
RS	431057	Itapuca	0	0,00	0,00	1.460,20
RS	431060	Itaqui	5	253,50	4.816,50	4.792,78
RS	431065	Itati	0	0,00	0,00	1.463,37
RS	431070	Itatiba do Sul	0	0,00	0,00	1.454,03
RS	431075	Ivorá	0	0,00	0,00	1.460,46
RS	431080	Ivoti	0	0,00	0,00	5.928,68
RS	431085	Jaboticaba	0	0,00	0,00	1.462,98
RS	431087	Jacuizinho	0	0,00	0,00	1.495,62
RS	431090	Jacutinga	1	50,70	963,30	736,12
RS	431100	Jaguarão	0	0,00	0,00	6.911,73
RS	431110	Jaguari	1	50,70	963,30	1.967,63
RS	431112	Jaquirana	0	0,00	0,00	1.460,37
RS	431113	Jari	0	0,00	0,00	1.465,72
RS	431115	Jóia	2	101,40	1.926,60	936,78
RS	431120	Júlio de Castilhos	3	152,10	2.889,90	2.176,71
RS	431123	Lagoa Bonita do Sul	1	50,70	963,30	755,54
RS	431125	Lagoão	1	50,70	963,30	789,49
RS	431127	Lagoa dos Três Cantos	1	50,70	963,30	734,60
RS	431130	Lagoa Vermelha	2	101,40	1.926,60	4.256,49
RS	431140	Lajeado	5	253,50	4.816,50	11.812,80
RS	431142	Lajeado do Bugre	1	50,70	963,30	739,58
RS	431150	Lavras do Sul	0	0,00	0,00	1.816,74
RS	431160	Liberato Salzano	0	0,00	0,00	1.488,83
RS	431162	Lindolfo Collor	0	0,00	0,00	1.535,09
RS	431164	Linha Nova	0	0,00	0,00	1.591,42
RS	431170	Machadinho	1	50,70	963,30	737,05
RS	431171	Maçambará	1	50,70	963,30	789,70
RS	431173	Mampituba	1	50,70	963,30	740,38
RS	431175	Manoel Viana	3	152,10	2.889,90	1.383,45
RS	431177	Maquiné	1	50,70	963,30	823,92
RS	431179	Maratá	1	50,70	963,30	748,96
RS	431180	Marau	17	861,90	16.376,10	4.241,22
RS	431190	Marcelino Ramos	0	0,00	0,00	1.466,85
RS	431198	Mariana Pimentel	0	0,00	0,00	1.478,75
RS	431200	Mariano Moro	0	0,00	0,00	1.461,17
RS	431205	Marques de Souza	0	0,00	0,00	1.468,94
RS	431210	Mata	1	50,70	963,30	1.539,06
RS	431213	Mato Castelhano	0	0,00	0,00	1.478,42
RS	431215	Mato Leitão	0	0,00	0,00	1.564,55
RS	431217	Mato Queimado	1	50,70	963,30	730,96
RS	431220	Maximiliano de Almeida	0	0,00	0,00	1.462,30
RS	431225	Minas do Leão	0	0,00	0,00	1.789,78
RS	431230	Miraguaí	1	50,70	963,30	733,48
RS	431235	Montauri	0	0,00	0,00	1.463,19
RS	431237	Monte Alegre dos Campos	0	0,00	0,00	1.484,06
RS	431238	Monte Belo do Sul	0	0,00	0,00	1.464,00
RS	431240	Montenegro	10	507,00	9.633,00	8.455,21
RS	431242	Mormaço	0	0,00	0,00	1.547,30
RS	431244	Morrinhos do Sul	1	50,70	963,30	731,44
RS	431245	Morro Redondo	0	0,00	0,00	2.652,27
RS	431247	Morro Reuter	0	0,00	0,00	1.518,02
RS	431250	Mostardas	1	50,70	963,30	2.203,00
RS	431260	Muçum	1	50,70	963,30	745,73
RS	431261	Muitos Capões	0	0,00	0,00	1.494,35
RS	431262	Muliterno	1	50,70	963,30	743,57
RS	431265	Não-Me-Toque	6	304,20	5.779,80	1.796,96

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	431267	Nicolau Vergueiro	0	0,00	0,00	1.465,03
RS	431270	Nonoai	0	0,00	0,00	3.071,82
RS	431275	Nova Alvorada	1	50,70	963,30	768,24
RS	431280	Nova Araçá	0	0,00	0,00	1.562,76
RS	431290	Nova Bassano	1	50,70	963,30	2.026,13
RS	431295	Nova Boa Vista	0	0,00	0,00	1.461,44
RS	431300	Nova Bréscia	0	0,00	0,00	1.487,66
RS	431301	Nova Candelária	1	50,70	963,30	733,05
RS	431303	Nova Esperança do Sul	1	50,70	963,30	762,32
RS	431306	Nova Hartz	1	50,70	963,30	4.410,01
RS	431308	Nova Pádua	0	0,00	0,00	1.485,09
RS	431310	Nova Palma	1	50,70	963,30	776,22
RS	431320	Nova Petrópolis	5	253,50	4.816,50	2.153,88
RS	431330	Nova Prata	2	101,40	1.926,60	3.639,23
RS	431333	Nova Ramada	1	50,70	963,30	731,01
RS	431335	Nova Roma do Sul	0	0,00	0,00	1.518,70
RS	431337	Nova Santa Rita	3	152,10	2.889,90	4.075,26
RS	431339	Novo Cabrais	0	0,00	0,00	1.510,03
RS	431340	Novo Hamburgo	0	0,00	0,00	74.921,40
RS	431342	Novo Machado	2	101,40	1.926,60	1.071,36
RS	431344	Novo Tiradentes	0	0,00	0,00	1.465,23
RS	431346	Novo Xingu	2	101,40	1.926,60	732,86
RS	431349	Novo Barreiro	2	101,40	1.926,60	744,29
RS	431350	Osório	6	304,20	5.779,80	4.711,53
RS	431360	Paim Filho	0	0,00	0,00	2.375,95
RS	431365	Palmares do Sul	0	0,00	0,00	3.102,85
RS	431370	Palmeira das Missões	12	608,40	11.559,60	3.733,79
RS	431380	Palmitinho	0	0,00	0,00	1.579,37
RS	431390	Panambi	21	1.064,70	20.229,30	4.410,19
RS	431395	Pantano Grande	0	0,00	0,00	3.197,94
RS	431400	Paraí	1	50,70	963,30	830,56
RS	431402	Paraíso do Sul	1	50,70	963,30	836,27
RS	431403	Pareci Novo	0	0,00	0,00	1.633,71
RS	431405	Parobé	2	101,40	1.926,60	12.893,01
RS	431406	Passa Sete	0	0,00	0,00	1.518,14
RS	431407	Passo do Sobrado	0	0,00	0,00	1.571,86
RS	431410	Passo Fundo	0	0,00	0,00	43.370,18
RS	431413	Paulo Bento	0	0,00	0,00	1.518,77
RS	431415	Paverama	2	101,40	1.926,60	868,70
RS	431417	Pedras Altas	2	101,40	1.926,60	1.073,57
RS	431420	Pedro Osório	0	0,00	0,00	1.799,95
RS	431430	Pejuçara	1	50,70	963,30	737,62
RS	431440	Pelotas	55	2.788,50	52.981,50	38.945,73
RS	431442	Picada Café	0	0,00	0,00	1.586,07
RS	431445	Pinhal	0	0,00	0,00	1.541,73
RS	431446	Pinhal da Serra	0	0,00	0,00	1.534,93
RS	431447	Pinhal Grande	0	0,00	0,00	1.465,43
RS	431449	Pinheirinho do Vale	1	50,70	963,30	1.558,97
RS	431450	Pinheiro Machado	2	101,40	1.926,60	1.536,07
RS	431454	Pinto Bandeira	0	0,00	0,00	1.578,99
RS	431455	Pirapó	2	101,40	1.926,60	1.071,05
RS	431460	Piratini	3	152,10	2.889,90	2.333,48
RS	431470	Planalto	0	0,00	0,00	2.883,76
RS	431475	Poço das Antas	0	0,00	0,00	1.483,84
RS	431477	Pontão	1	50,70	963,30	735,47
RS	431478	Ponte Preta	1	50,70	963,30	729,60
RS	431480	Portão	0	0,00	0,00	9.135,56
RS	431490	Porto Alegre	111	5.627,70	106.926,30	299.019,77
RS	431500	Porto Lucena	2	101,40	1.926,60	1.215,59
RS	431505	Porto Mauá	0	0,00	0,00	2.150,71
RS	431507	Porto Vera Cruz	1	50,70	963,30	1.167,91
RS	431510	Porto Xavier	4	202,80	3.853,20	2.454,89
RS	431513	Pouso Novo	1	50,70	963,30	729,48
RS	431514	Presidente Lucena	0	0,00	0,00	1.533,57
RS	431515	Progresso	1	50,70	963,30	760,37
RS	431517	Protásio Alves	0	0,00	0,00	1.465,11
RS	431520	Putinga	0	0,00	0,00	1.463,78
RS	431530	Quaraí	9	456,30	8.669,70	2.805,11
RS	431531	Quatro Irmãos	1	50,70	963,30	741,17
RS	431532	Quevedos	0	0,00	0,00	1.478,42
RS	431535	Quinze de Novembro	1	50,70	963,30	741,04
RS	431540	Redentora	1	50,70	963,30	2.241,76
RS	431545	Relvado	1	50,70	963,30	732,59
RS	431550	Restinga Seca	1	50,70	963,30	2.489,56
RS	431555	Rio dos Índios	0	0,00	0,00	1.451,39
RS	431560	Rio Grande	16	811,20	15.412,80	29.627,06
RS	431570	Rio Pardo	4	202,80	3.853,20	4.640,30
RS	431575	Riozinho	0	0,00	0,00	1.502,81
RS	431580	Roca Sales	0	0,00	0,00	3.012,90
RS	431590	Rodeio Bonito	1	50,70	963,30	738,60
RS	431595	Rolador	1	50,70	963,30	730,69
RS	431600	Rolante	0	0,00	0,00	4.541,74
RS	431610	Ronda Alta	1	50,70	963,30	1.990,66
RS	431620	Rondinha	1	50,70	963,30	1.470,68
RS	431630	Roque Gonzales	2	101,40	1.926,60	1.284,14
RS	431640	Rosário do Sul	5	253,50	4.816,50	4.541,96

RS	431642	Sagrada Família	0	0,00	0,00	1.468,16
RS	431643	Saldanha Marinho	1	50,70	963,30	731,06
RS	431645	Salto do Jacuí	0	0,00	0,00	3.181,73
RS	431647	Salvador das Missões	0	0,00	0,00	1.476,19
RS	431650	Salvador do Sul	1	50,70	963,30	798,68
RS	431660	Sananduva	2	101,40	1.926,60	1.696,88
RS	431670	Santa Bárbara do Sul	4	202,80	3.853,20	1.356,47
RS	431673	Santa Cecília do Sul	1	50,70	963,30	732,95
RS	431675	Santa Clara do Sul	1	50,70	963,30	792,03
RS	431680	Santa Cruz do Sul	0	0,00	0,00	28.238,39
RS	431690	Santa Maria	19	963,30	18.302,70	43.284,12
RS	431695	Santa Maria do Herval	0	0,00	0,00	1.485,62
RS	431697	Santa Margarida do Sul	1	50,70	963,30	792,55
RS	431700	Santana da Boa Vista	0	0,00	0,00	2.780,48
RS	431710	Sant'Ana do Livramento	29	1.470,30	27.935,70	10.588,66
RS	431720	Santa Rosa	27	1.368,90	26.009,10	9.850,09
RS	431725	Santa Tereza	0	0,00	0,00	1.473,45
RS	431730	Santa Vitória do Palmar	3	152,10	2.889,90	4.717,48
RS	431740	Santiago	6	304,20	5.779,80	5.557,28
RS	431750	Santo Ângelo	30	1.521,00	28.899,00	8.328,12
RS	431755	Santo Antônio do Palma	0	0,00	0,00	1.466,66
RS	431760	Santo Antônio da Patrulha	0	0,00	0,00	11.196,69
RS	431770	Santo Antônio das Missões	2	101,40	1.926,60	1.473,46
RS	431775	Santo Antônio do Planalto	1	50,70	963,30	736,12
RS	431780	Santo Augusto	4	202,80	3.853,20	1.560,03
RS	431790	Santo Cristo	5	253,50	4.816,50	1.573,49
RS	431795	Santo Expedito do Sul	0	0,00	0,00	1.463,76
RS	431800	São Borja	0	0,00	0,00	14.901,60
RS	431805	São Domingos do Sul	0	0,00	0,00	1.490,23
RS	431810	São Francisco de Assis	4	202,80	3.853,20	2.143,83
RS	431820	São Francisco de Paula	0	0,00	0,00	4.977,44
RS	431830	São Gabriel	23	1.166,10	22.155,90	6.632,75
RS	431840	São Jerônimo	1	50,70	963,30	5.326,43
RS	431842	São João da Urtiga	1	50,70	963,30	734,07
RS	431843	São João do Polêsine	1	50,70	963,30	733,12
RS	431844	São Jorge	0	0,00	0,00	1.466,14
RS	431845	São José das Missões	0	0,00	0,00	1.463,32
RS	431846	São José do Herval	0	0,00	0,00	1.460,16
RS	431848	São José do Hortêncio	0	0,00	0,00	1.534,87
RS	431849	São José do Inhacorá	1	50,70	963,30	756,89
RS	431850	São José do Norte	3	152,10	2.889,90	2.903,01
RS	431860	São José do Ouro	1	50,70	963,30	1.671,19
RS	431861	São José do Sul	0	0,00	0,00	1.529,84
RS	431862	São José dos Ausentes	0	0,00	0,00	1.501,43
RS	431870	São Leopoldo	0	0,00	0,00	60.866,55
RS	431880	São Lourenço do Sul	3	152,10	2.889,90	6.561,80
RS	431890	São Luiz Gonzaga	14	709,80	13.486,20	3.798,58
RS	431900	São Marcos	0	0,00	0,00	4.534,03
RS	431910	São Martinho	3	152,10	2.889,90	1.223,48
RS	431912	São Martinho da Serra	1	50,70	963,30	734,99
RS	431915	São Miguel das Missões	2	101,40	1.926,60	1.366,94
RS	431920	São Nicolau	3	152,10	2.889,90	1.244,55
RS	431930	São Paulo das Missões	2	101,40	1.926,60	1.071,61
RS	431935	São Pedro da Serra	0	0,00	0,00	1.524,93
RS	431936	São Pedro das Missões	0	0,00	0,00	1.498,49
RS	431937	São Pedro do Butiá	0	0,00	0,00	1.512,31
RS	431940	São Pedro do Sul	0	0,00	0,00	3.708,38
RS	431950	São Sebastião do Caí	1	50,70	963,30	4.242,45
RS	431960	São Sepé	4	202,80	3.853,20	2.646,87
RS	431970	São Valentim	1	50,70	963,30	730,60
RS	431971	São Valentim do Sul	1	50,70	963,30	740,67
RS	431973	São Valério do Sul	0	0,00	0,00	1.498,82
RS	431975	São Vendelino	0	0,00	0,00	1.597,70
RS	431980	São Vicente do Sul	0	0,00	0,00	2.817,55
RS	431990	Sapiranga	9	456,30	8.669,70	13.313,76
RS	432000	Sapucaia do Sul	16	811,20	15.412,80	21.354,01
RS	432010	Sarandi	4	202,80	3.853,20	2.482,43
RS	432020	Seberi	3	152,10	2.889,90	1.425,40
RS	432023	Sede Nova	1	50,70	963,30	735,96
RS	432026	Segredo	0	0,00	0,00	1.609,57
RS	432030	Selbach	2	101,40	1.926,60	743,38
RS	432032	Senador Salgado Filho	1	50,70	963,30	733,26
RS	432035	Sentinela do Sul	1	50,70	963,30	749,31
RS	432040	Serafina Corrêa	1	50,70	963,30	2.611,51
RS	432045	Sério	0	0,00	0,00	1.457,74
RS	432050	Sertão	0	0,00	0,00	2.494,90
RS	432055	Sertão Santana	0	0,00	0,00	1.517,09
RS	432057	Sete de Setembro	1	50,70	963,30	731,41
RS	432060	Severiano de Almeida	0	0,00	0,00	1.463,82
RS	432065	Silveira Martins	0	0,00	0,00	1.465,74
RS	432067	Sinimbu	0	0,00	0,00	2.857,45
RS	432070	Sobradinho	2	101,40	1.926,60	1.629,45
RS	432080	Soledade	6	304,20	5.779,80	3.390,63
RS	432085	Tabaí	2	101,40	1.926,60	769,30
RS	432090	Tapejara	0	0,00	0,00	4.494,36
RS	432100	Tapera	5	253,50	4.816,50	1.465,36
RS	432110	Tapes	0	0,00	0,00	3.776,58
RS	432120	Taquara	0	0,00	0,00	15.477,68

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	432130	Taquari	2	101,40	1.926,60	3.893,23
RS	432132	Taquaruçu do Sul	0	0,00	0,00	1.501,88
RS	432135	Tavares	0	0,00	0,00	2.578,56
RS	432140	Tenente Portela	0	0,00	0,00	3.197,53
RS	432143	Terra de Areia	1	50,70	963,30	2.112,98
RS	432145	Teutônia	3	152,10	2.889,90	3.446,49
RS	432146	Tio Hugo	0	0,00	0,00	1.522,63
RS	432147	Tiradentes do Sul	1	50,70	963,30	1.203,75
RS	432149	Toropi	1	50,70	963,30	731,81
RS	432150	Torres	6	304,20	5.779,80	4.174,56
RS	432160	Tramandaí	9	456,30	8.669,70	5.194,48
RS	432162	Travesseiro	0	0,00	0,00	1.469,73
RS	432163	Três Arroios	0	0,00	0,00	1.462,74
RS	432166	Três Cachoeiras	0	0,00	0,00	3.071,97
RS	432170	Três Coroas	2	101,40	1.926,60	3.758,99
RS	432180	Três de Maio	9	456,30	8.669,70	2.595,00
RS	432183	Três Forquilhas	0	0,00	0,00	1.462,92
RS	432185	Três Palmeiras	0	0,00	0,00	1.476,57
RS	432190	Três Passos	8	405,60	7.706,40	2.638,92
RS	432195	Trindade do Sul	2	101,40	1.926,60	1.240,19
RS	432200	Triunfo	5	253,50	4.816,50	3.734,60
RS	432210	Tucunduva	3	152,10	2.889,90	1.254,15
RS	432215	Tunas	0	0,00	0,00	1.484,66
RS	432218	Tupanci do Sul	0	0,00	0,00	1.463,28
RS	432220	Tupanciretã	5	253,50	4.816,50	2.640,92
RS	432225	Tupandi	1	50,70	963,30	779,76
RS	432230	Tuparendi	3	152,10	2.889,90	2.340,02
RS	432232	Turuçu	1	50,70	963,30	732,82
RS	432234	Ubiretama	0	0,00	0,00	1.459,26
RS	432235	União da Serra	1	50,70	963,30	726,11
RS	432237	Unistalda	1	50,70	963,30	731,94
RS	432240	Uruguaiana	26	1.318,20	25.045,80	15.181,04
RS	432250	Vacaria	7	354,90	6.743,10	7.878,48
RS	432252	Vale Verde	1	50,70	963,30	751,61
RS	432253	Vale do Sol	0	0,00	0,00	2.477,84
RS	432254	Vale Real	0	0,00	0,00	1.596,85
RS	432255	Vanini	0	0,00	0,00	1.497,41
RS	432260	Venâncio Aires	6	304,20	5.779,80	9.226,76
RS	432270	Vera Cruz	2	101,40	1.926,60	3.475,90
RS	432280	Veranópolis	0	0,00	0,00	5.875,07
RS	432285	Vespasiano Correa	0	0,00	0,00	1.461,78
RS	432290	Viadutos	0	0,00	0,00	1.469,82
RS	432300	Viamão	9	456,30	8.669,70	65.903,69
RS	432310	Vicente Dutra	0	0,00	0,00	1.465,82
RS	432320	Victor Graeff	1	50,70	963,30	731,68
RS	432330	Vila Flores	0	0,00	0,00	1.492,33
RS	432335	Vila Lângaro	0	0,00	0,00	1.464,56
RS	432340	Vila Maria	1	50,70	963,30	740,20
RS	432345	Vila Nova do Sul	1	50,70	963,30	735,76
RS	432350	Vista Alegre	1	50,70	963,30	732,67
RS	432360	Vista Alegre do Prata	0	0,00	0,00	1.525,28
RS	432370	Vista Gaúcha	0	0,00	0,00	1.480,90
RS	432375	Vitória das Missões	0	0,00	0,00	1.460,52
RS	432377	Westfalia	1	50,70	963,30	752,44
RS	432380	Xangri-lá	0	0,00	0,00	3.768,87
		Total	1.302	66.011,40	1.254.216,60	2.872.643,47
		ANEXO XXIV				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
SC	420000	SES/SC	0	0,00	0,00	391.568,88
SC	420005	Abdon Batista	1	50,70	963,30	580,34
SC	420010	Abelardo Luz	3	152,10	2.889,90	2.275,49
SC	420020	Agrolândia	1	50,70	963,30	1.734,85
SC	420030	Agronômica	1	50,70	963,30	701,65
SC	420040	Água Doce	1	50,70	963,30	912,14
SC	420050	Águas de Chapecó	1	50,70	963,30	821,74
SC	420055	Águas Frias	1	50,70	963,30	574,22
SC	420060	Águas Mornas	0	0,00	0,00	2.020,60
SC	420070	Alfredo Wagner	1	50,70	963,30	1.576,50
SC	420075	Alto Bela Vista	0	0,00	0,00	1.123,43
SC	420080	Anchieta	1	50,70	963,30	786,93
SC	420090	Angelina	0	0,00	0,00	1.318,60
SC	420100	Anita Garibaldi	0	0,00	0,00	2.135,37
SC	420110	Anitápolis	1	50,70	963,30	601,17
SC	420120	Antônio Carlos	1	50,70	963,30	1.708,27
SC	420125	Apiúna	0	0,00	0,00	2.688,21
SC	420127	Arabutã	1	50,70	963,30	632,96
SC	420130	Araquari	5	253,50	4.816,50	4.496,67
SC	420140	Araranguá	2	101,40	1.926,60	15.186,45
SC	420150	Armazém	2	101,40	1.926,60	1.086,30
SC	420160	Arroio Trinta	1	50,70	963,30	611,03
SC	420165	Arvoredo	1	50,70	963,30	571,57
SC	420170	Ascurra	2	101,40	1.926,60	1.004,32
SC	420180	Atalanta	1	50,70	963,30	599,58
SC	420190	Aurora	0	0,00	0,00	1.450,44
SC	420195	Balneário Arroio do Silva	0	0,00	0,00	3.147,72
SC	420200	Balneário Camboriú	31	1.571,70	29.862,30	17.246,67
SC	420205	Balneário Barra do Sul	3	152,10	2.889,90	1.315,42
SC	420207	Balneário Gaivota	2	101,40	1.926,60	1.327,66
SC	420208	Bandeirante	1	50,70	963,30	582,40
SC	420209	Barra Bonita	0	0,00	0,00	1.106,54
SC	420210	Barra Velha	5	253,50	4.816,50	3.542,08
SC	420213	Bela Vista do Toldo	1	50,70	963,30	803,76
SC	420215	Belmonte	1	50,70	963,30	590,37
SC	420220	Benedito Novo	1	50,70	963,30	1.950,07
SC	420230	Biguaçu	2	101,40	1.926,60	19.427,42

SC	420240	Blumenau	17	861,90	16.376,10	72.494,71
SC	420243	Bocaina do Sul	0	0,00	0,00	1.241,56
SC	420245	Bombinhas	4	202,80	3.853,20	2.374,43
SC	420250	Bom Jardim da Serra	0	0,00	0,00	1.326,39
SC	420253	Bom Jesus	0	0,00	0,00	1.290,96
SC	420257	Bom Jesus do Oeste	1	50,70	963,30	569,14
SC	420260	Bom Retiro	0	0,00	0,00	2.497,98
SC	420270	Botuverá	0	0,00	0,00	1.405,81
SC	420280	Braço do Norte	3	152,10	2.889,90	5.435,34
SC	420285	Braço do Trombudo	1	50,70	963,30	636,79
SC	420287	Brunópolis	0	0,00	0,00	1.159,73
SC	420290	Brusque	6	304,20	5.779,80	27.068,79
SC	420300	Caçador	3	152,10	2.889,90	16.827,46
SC	420310	Caibi	1	50,70	963,30	799,94
SC	420315	Calmon	0	0,00	0,00	1.208,56
SC	420320	Camboriú	5	253,50	4.816,50	15.259,90
SC	420325	Capão Alto	1	50,70	963,30	578,00
SC	420330	Campo Alegre	1	50,70	963,30	2.099,76
SC	420340	Campo Belo do Sul	0	0,00	0,00	1.891,84
SC	420350	Campo Erê	3	152,10	2.889,90	1.175,81
SC	420360	Campos Novos	1	50,70	963,30	8.142,75
SC	420370	Canelinha	1	50,70	963,30	2.082,42
SC	420380	Canoinhas	3	152,10	2.889,90	10.982,86
SC	420390	Capinzal	2	101,40	1.926,60	3.817,02
SC	420395	Capivari de Baixo	1	50,70	963,30	5.232,69
SC	420400	Catanduvas	0	0,00	0,00	2.711,16
SC	420410	Caxambu do Sul	1	50,70	963,30	623,14
SC	420415	Celso Ramos	0	0,00	0,00	1.172,13
SC	420417	Cerro Negro	0	0,00	0,00	1.201,42
SC	420419	Chapadão do Lageado	1	50,70	963,30	613,54
SC	420420	Chapecó	86	4.360,20	82.843,80	27.193,07
SC	420425	Cocal do Sul	2	101,40	1.926,60	2.267,13
SC	420430	Concórdia	5	253,50	4.816,50	13.993,83
SC	420435	Cordilheira Alta	2	101,40	1.926,60	682,64
SC	420440	Coronel Freitas	2	101,40	1.926,60	1.309,68
SC	420445	Coronel Martins	1	50,70	963,30	589,25
SC	420450	Corupá	0	0,00	0,00	3.962,95
SC	420455	Correia Pinto	1	50,70	963,30	2.720,68
SC	420460	Criciúma	11	557,70	10.596,30	43.302,79
SC	420470	Cunha Porã	2	101,40	1.926,60	1.409,77
SC	420475	Cunhataí	0	0,00	0,00	1.145,70
SC	420480	Curitibanos	2	101,40	1.926,60	8.162,73
SC	420490	Descanso	1	50,70	963,30	1.232,76
SC	420500	Dionísio Cerqueira	4	202,80	3.853,20	1.969,88
SC	420510	Dona Emma	1	50,70	963,30	656,57
SC	420515	Doutor Pedrinho	1	50,70	963,30	665,11
SC	420517	Entre Rios	1	50,70	963,30	614,51
SC	420519	Ermo	1	50,70	963,30	567,64
SC	420520	Erval Velho	0	0,00	0,00	1.283,94
SC	420530	Faxinal dos Guedes	1	50,70	963,30	1.789,93
SC	420535	Flor do Sertão	1	50,70	963,30	552,45
SC	420540	Florianópolis	18	912,60	17.339,40	138.533,62
SC	420543	Formosa do Sul	1	50,70	963,30	578,71
SC	420545	Forquilhinha	1	50,70	963,30	5.663,64
SC	420550	Fraiburgo	1	50,70	963,30	8.283,25
SC	420555	Frei Rogério	1	50,70	963,30	568,97
SC	420560	Galvão	1	50,70	963,30	599,25
SC	420570	Garopaba	1	50,70	963,30	4.667,61
SC	420580	Garuva	3	152,10	2.889,90	2.228,57
SC	420590	Gaspar	5	253,50	4.816,50	12.368,46
SC	420600	Governador Celso Ramos	1	50,70	963,30	3.601,83
SC	420610	Grão Pará	0	0,00	0,00	1.666,93
SC	420620	Gravatal	2	101,40	1.926,60	1.452,74
SC	420630	Guabiruba	2	101,40	1.926,60	3.870,06
SC	420640	Guaraciaba	3	152,10	2.889,90	1.337,73
SC	420650	Guaramirim	3	152,10	2.889,90	8.042,46
SC	420660	Guarujá do Sul	2	101,40	1.926,60	667,78
SC	420665	Guatambú	2	101,40	1.926,60	643,93
SC	420670	Herval d'Oeste	2	101,40	1.926,60	3.796,36
SC	420675	Ibiam	0	0,00	0,00	1.128,36
SC	420680	Ibicaré	0	0,00	0,00	1.198,53
SC	420690	Ibirama	2	101,40	1.926,60	2.847,25
SC	420700	Içara	4	202,80	3.853,20	10.132,27
SC	420710	Ilhota	0	0,00	0,00	3.533,53
SC	420720	Imaruí	0	0,00	0,00	2.909,80
SC	420730	Imbituba	5	253,50	4.816,50	6.422,88
SC	420740	Imbuia	0	0,00	0,00	1.563,91
SC	420750	Indaial	5	253,50	4.816,50	12.140,23
SC	420757	Iomerê	0	0,00	0,00	1.221,55
SC	420760	Ipira	0	0,00	0,00	1.273,97
SC	420765	Iporã do Oeste	3	152,10	2.889,90	1.138,58
SC	420768	Ipuaçu	2	101,40	1.926,60	943,50
SC	420770	Ipumirim	0	0,00	0,00	1.928,05
SC	420775	Iraceminha	1	50,70	963,30	622,28
SC	420780	Irani	1	50,70	963,30	1.659,37
SC	420785	Irati	0	0,00	0,00	1.118,85
SC	420790	Irineópolis	1	50,70	963,30	1.875,61
SC	420800	Itá	2	101,40	1.926,60	818,55

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	420810	Itaiópolis	0	0,00	0,00	5.484,03
SC	420820	Itajaí	74	3.751,80	71.284,20	27.108,41
SC	420830	Itapema	7	354,90	6.743,10	8.859,58
SC	420840	Itapiranga	4	202,80	3.853,20	2.127,08
SC	420845	Itapoá	3	152,10	2.889,90	2.467,76
SC	420850	Ituporanga	2	101,40	1.926,60	4.352,01
SC	420860	Jaborá	1	50,70	963,30	621,49
SC	420870	Jacinto Machado	0	0,00	0,00	2.722,63
SC	420880	Jaguaruna	2	101,40	1.926,60	3.052,78
SC	420890	Jaraguá do Sul	8	405,60	7.706,40	35.856,52
SC	420895	Jardinópolis	1	50,70	963,30	549,80
SC	420900	Joaçaba	3	152,10	2.889,90	4.660,14
SC	420910	Joinville	29	1.470,30	27.935,70	119.218,93
SC	420915	José Boiteux	1	50,70	963,30	655,90
SC	420917	Jupiá	1	50,70	963,30	566,72
SC	420920	Lacerdópolis	0	0,00	0,00	1.151,21
SC	420930	Lages	10	507,00	9.633,00	30.902,05
SC	420940	Laguna	4	202,80	3.853,20	7.701,10
SC	420945	Lajeado Grande	1	50,70	963,30	546,16
SC	420950	Laurentino	1	50,70	963,30	865,73
SC	420960	Lauro Muller	1	50,70	963,30	2.899,69
SC	420970	Lebon Régis	0	0,00	0,00	3.093,91
SC	420980	Leoberto Leal	0	0,00	0,00	1.190,26
SC	420985	Lindóia do Sul	0	0,00	0,00	1.280,00
SC	420990	Lontras	1	50,70	963,30	2.039,07
SC	421000	Luiz Alves	0	0,00	0,00	3.165,31
SC	421003	Luzerna	1	50,70	963,30	727,39
SC	421005	Macieira	1	50,70	963,30	557,05
SC	421010	Mafra	2	101,40	1.926,60	12.329,68
SC	421020	Major Gercino	1	50,70	963,30	618,13
SC	421030	Major Vieira	0	0,00	0,00	2.043,82
SC	421040	Maracajá	2	101,40	1.926,60	910,22
SC	421050	Maravilha	5	253,50	4.816,50	3.197,19
SC	421055	Marema	1	50,70	963,30	561,41
SC	421060	Massaranduba	1	50,70	963,30	3.232,72
SC	421070	Matos Costa	0	0,00	0,00	1.160,08
SC	421080	Meleiro	0	0,00	0,00	1.806,67
SC	421085	Mirim Doce	1	50,70	963,30	571,21
SC	421090	Modelo	0	0,00	0,00	1.272,78
SC	421100	Mondaí	2	101,40	1.926,60	1.465,74
SC	421105	Monte Carlo	2	101,40	1.926,60	1.247,59
SC	421110	Monte Castelo	0	0,00	0,00	2.161,89
SC	421120	Morro da Fumaça	0	0,00	0,00	4.470,66
SC	421125	Morro Grande	1	50,70	963,30	591,46
SC	421130	Navegantes	5	253,50	4.816,50	14.853,43
SC	421140	Nova Erechim	1	50,70	963,30	696,47
SC	421145	Nova Itaberaba	1	50,70	963,30	632,94
SC	421150	Nova Trento	0	0,00	0,00	3.595,24
SC	421160	Nova Veneza	0	0,00	0,00	3.783,43
SC	421165	Novo Horizonte	1	50,70	963,30	577,54
SC	421170	Orleans	2	101,40	1.926,60	3.867,76
SC	421175	Otacílio Costa	1	50,70	963,30	3.706,51
SC	421180	Ouro	0	0,00	0,00	1.896,18
SC	421185	Ouro Verde	0	0,00	0,00	1.140,89
SC	421187	Paial	1	50,70	963,30	549,45
SC	421189	Painel	0	0,00	0,00	1.151,59
SC	421190	Palhoça	0	0,00	0,00	52.913,75
SC	421200	Palma Sola	3	152,10	2.889,90	987,74
SC	421205	Palmeira	1	50,70	963,30	610,86
SC	421210	Palmitos	1	50,70	963,30	3.185,55
SC	421220	Papanduva	2	101,40	1.926,60	2.922,22
SC	421223	Paraíso	2	101,40	1.926,60	614,20
SC	421225	Passo de Torres	2	101,40	1.926,60	1.067,18
SC	421227	Passos Maia	0	0,00	0,00	1.255,22
SC	421230	Paulo Lopes	0	0,00	0,00	1.876,80
SC	421240	Pedras Grandes	1	50,70	963,30	622,09
SC	421250	Penha	5	253,50	4.816,50	4.381,67
SC	421260	Peritiba	0	0,00	0,00	1.172,11
SC	421265	Pescaria Brava	1	50,70	963,30	1.581,60
SC	421270	Petrolândia	1	50,70	963,30	782,85
SC	421280	Balneário Piçarras	2	101,40	1.926,60	3.653,82
SC	421290	Pinhalzinho	6	304,20	5.779,80	2.487,65
SC	421300	Pinheiro Preto	0	0,00	0,00	1.291,00
SC	421310	Piratuba	1	50,70	963,30	633,17
SC	421315	Planalto Alegre	0	0,00	0,00	1.222,74
SC	421320	Pomerode	2	101,40	1.926,60	6.318,57
SC	421330	Ponte Alta	0	0,00	0,00	1.287,48
SC	421335	Ponte Alta do Norte	0	0,00	0,00	1.225,49
SC	421340	Ponte Serrada	0	0,00	0,00	2.943,97
SC	421350	Porto Belo	0	0,00	0,00	5.174,97
SC	421360	Porto União	1	50,70	963,30	8.014,48
SC	421370	Pouso Redondo	1	50,70	963,30	3.360,73
SC	421380	Praia Grande	1	50,70	963,30	940,57
SC	421390	Presidente Castello Branco	2	101,40	1.926,60	548,79
SC	421400	Presidente Getúlio	2	101,40	1.926,60	2.407,38
SC	421410	Presidente Nereu	0	0,00	0,00	1.147,52
SC	421415	Princesa	1	50,70	963,30	606,21
SC	421420	Quilombo	2	101,40	1.926,60	1.307,51

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	421430	Rancho Queimado	1	50,70	963,30	601,71
SC	421440	Rio das Antas	0	0,00	0,00	1.592,73
SC	421450	Rio do Campo	1	50,70	963,30	788,59
SC	421460	Rio do Oeste	1	50,70	963,30	951,53
SC	421470	Rio dos Cedros	1	50,70	963,30	1.951,60
SC	421480	Rio do Sul	5	253,50	4.816,50	12.826,44
SC	421490	Rio Fortuna	0	0,00	0,00	1.296,19
SC	421500	Rio Negrinho	1	50,70	963,30	9.754,09
SC	421505	Rio Rufino	1	50,70	963,30	581,60
SC	421507	Riqueza	1	50,70	963,30	640,48
SC	421510	Rodeio	2	101,40	1.926,60	1.464,72
SC	421520	Romelândia	1	50,70	963,30	700,49
SC	421530	Salete	1	50,70	963,30	983,37
SC	421535	Saltinho	1	50,70	963,30	616,31
SC	421540	Salto Veloso	1	50,70	963,30	667,54
SC	421545	Sangão	1	50,70	963,30	2.156,11
SC	421550	Santa Cecília	1	50,70	963,30	3.295,45
SC	421555	Santa Helena	1	50,70	963,30	568,32
SC	421560	Santa Rosa de Lima	0	0,00	0,00	1.154,33
SC	421565	Santa Rosa do Sul	0	0,00	0,00	2.130,78
SC	421567	Santa Terezinha	1	50,70	963,30	1.301,86
SC	421568	Santa Terezinha do Progresso	1	50,70	963,30	581,02
SC	421569	Santiago do Sul	1	50,70	963,30	541,14
SC	421570	Santo Amaro da Imperatriz	0	0,00	0,00	7.253,72
SC	421575	São Bernardino	1	50,70	963,30	576,94
SC	421580	São Bento do Sul	5	253,50	4.816,50	16.308,21
SC	421590	São Bonifácio	0	0,00	0,00	1.175,89
SC	421600	São Carlos	2	101,40	1.926,60	1.419,33
SC	421605	São Cristovão do Sul	2	101,40	1.926,60	696,66
SC	421610	São Domingos	3	152,10	2.889,90	1.215,08
SC	421620	São Francisco do Sul	5	253,50	4.816,50	8.112,25
SC	421625	São João do Oeste	1	50,70	963,30	804,40
SC	421630	São João Batista	1	50,70	963,30	7.978,27
SC	421635	São João do Itaperiú	1	50,70	963,30	636,72
SC	421640	São João do Sul	1	50,70	963,30	926,67
SC	421650	São Joaquim	1	50,70	963,30	5.831,43
SC	421660	São José	10	507,00	9.633,00	67.276,52
SC	421670	São José do Cedro	4	202,80	3.853,20	1.772,76
SC	421680	São José do Cerrito	0	0,00	0,00	2.321,52
SC	421690	São Lourenço do Oeste	5	253,50	4.816,50	3.021,50
SC	421700	São Ludgero	2	101,40	1.926,60	1.649,09
SC	421710	São Martinho	1	50,70	963,30	599,22
SC	421715	São Miguel da Boa Vista	1	50,70	963,30	557,19
SC	421720	São Miguel do Oeste	18	912,60	17.339,40	5.073,61
SC	421725	São Pedro de Alcântara	1	50,70	963,30	898,65
SC	421730	Saudades	1	50,70	963,30	1.501,02
SC	421740	Schroeder	1	50,70	963,30	4.160,92
SC	421750	Seara	2	101,40	1.926,60	2.542,53
SC	421755	Serra Alta	1	50,70	963,30	602,25
SC	421760	Siderópolis	1	50,70	963,30	2.573,55
SC	421770	Sombrio	2	101,40	1.926,60	5.649,45
SC	421775	Sul Brasil	0	0,00	0,00	1.156,05
SC	421780	Taió	0	0,00	0,00	4.656,55
SC	421790	Tangará	0	0,00	0,00	2.238,13
SC	421795	Tigrinhos	1	50,70	963,30	552,21
SC	421800	Tijucas	5	253,50	4.816,50	4.708,70
SC	421810	Timbé do Sul	0	0,00	0,00	1.373,68
SC	421820	Timbó	3	152,10	2.889,90	8.024,35
SC	421825	Timbó Grande	0	0,00	0,00	1.980,58
SC	421830	Três Barras	2	101,40	1.926,60	2.955,63
SC	421835	Treviso	0	0,00	0,00	1.299,66
SC	421840	Treze de Maio	1	50,70	963,30	905,00
SC	421850	Treze Tílias	1	50,70	963,30	961,99
SC	421860	Trombudo Central	1	50,70	963,30	919,40
SC	421870	Tubarão	4	202,80	3.853,20	22.783,33
SC	421875	Tunápolis	0	0,00	0,00	1.278,35
SC	421880	Turvo	1	50,70	963,30	2.286,93
SC	421885	União do Oeste	1	50,70	963,30	581,59
SC	421890	Urubici	0	0,00	0,00	2.853,70
SC	421895	Urupema	0	0,00	0,00	1.156,67
SC	421900	Urussanga	2	101,40	1.926,60	3.473,53
SC	421910	Vargeão	0	0,00	0,00	1.222,55
SC	421915	Vargem	1	50,70	963,30	578,95
SC	421917	Vargem Bonita	0	0,00	0,00	1.276,19
SC	421920	Vidal Ramos	1	50,70	963,30	813,07
SC	421930	Videira	2	101,40	1.926,60	11.350,23
SC	421935	Vitor Meireles	0	0,00	0,00	1.323,45
SC	421940	Witmarsum	1	50,70	963,30	647,92
SC	421950	Xanxerê	16	811,20	15.412,80	6.341,60
SC	421960	Xavantina	1	50,70	963,30	621,12
SC	421970	Xaxim	12	608,40	11.559,60	3.596,78
SC	421985	Zortéa	0	0,00	0,00	1.273,13
SC	422000	Balneário Rincão	1	50,70	963,30	2.199,46
		Total	711	36.047,70	684.906,30	1.817.585,34

		ANEXO XXV				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
SE	280000	SES/SE	0	0,00	0,00	283.940,61
SE	280010	Amparo de São Francisco	2	101,40	1.926,60	511,53
SE	280020	Aquidabã	7	354,90	6.743,10	4.612,18
SE	280030	Aracaju	261	13.232,70	251.421,30	158.165,74

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SE	280040	Arauá	4	202,80	3.853,20	2.350,59
SE	280050	Areia Branca	5	253,50	4.816,50	3.930,05
SE	280060	Barra dos Coqueiros	0	0,00	0,00	12.587,82
SE	280067	Boquim	10	507,00	9.633,00	5.789,60
SE	280070	Brejo Grande	0	0,00	0,00	3.572,36
SE	280100	Campo do Brito	5	253,50	4.816,50	3.877,26
SE	280110	Canhoba	2	101,40	1.926,60	875,14
SE	280120	Canindé de São Francisco	8	405,60	7.706,40	6.274,24
SE	280130	Capela	6	304,20	5.779,80	8.754,15
SE	280140	Carira	8	405,60	7.706,40	4.652,30
SE	280150	Carmópolis	5	253,50	4.816,50	3.467,42
SE	280160	Cedro de São João	3	152,10	2.889,90	1.264,22
SE	280170	Cristinápolis	4	202,80	3.853,20	3.914,93
SE	280190	Cumbe	2	101,40	1.926,60	856,30
SE	280200	Divina Pastora	2	101,40	1.926,60	1.079,61
SE	280210	Estância	34	1.723,80	32.752,20	14.728,94
SE	280220	Feira Nova	1	50,70	963,30	1.445,20
SE	280230	Frei Paulo	5	253,50	4.816,50	3.268,32
SE	280240	Gararu	4	202,80	3.853,20	2.497,96
SE	280250	General Maynard	2	101,40	1.926,60	703,31
SE	280260	Gracho Cardoso	3	152,10	2.889,90	1.252,56
SE	280270	Ilha das Flores	3	152,10	2.889,90	1.838,95
SE	280280	Indiaroba	4	202,80	3.853,20	3.823,97
SE	280290	Itabaiana	36	1.825,20	34.678,80	20.236,70
SE	280300	Itabaianinha	12	608,40	11.559,60	8.916,09
SE	280310	Itabi	3	152,10	2.889,90	1.073,06
SE	280320	Itaporanga d'Ajuda	8	405,60	7.706,40	7.257,41
SE	280330	Japaratuba	5	253,50	4.816,50	3.969,85
SE	280340	Japoatã	2	101,40	1.926,60	3.735,98
SE	280350	Lagarto	14	709,80	13.486,20	30.643,81
SE	280360	Laranjeiras	12	608,40	11.559,60	6.325,04
SE	280370	Macambira	2	101,40	1.926,60	1.486,27
SE	280380	Malhada dos Bois	2	101,40	1.926,60	796,86
SE	280390	Malhador	2	101,40	1.926,60	3.510,58
SE	280400	Maruim	6	304,20	5.779,80	3.705,59
SE	280410	Moita Bonita	3	152,10	2.889,90	2.426,63
SE	280420	Monte Alegre de Sergipe	4	202,80	3.853,20	3.239,11
SE	280430	Muribeca	3	152,10	2.889,90	1.644,05
SE	280440	Neópolis	5	253,50	4.816,50	4.029,41
SE	280445	Nossa Senhora Aparecida	3	152,10	2.889,90	1.876,94
SE	280450	Nossa Senhora da Glória	11	557,70	10.596,30	7.753,57
SE	280460	Nossa Senhora das Dores	9	456,30	8.669,70	5.670,04
SE	280470	Nossa Senhora de Lourdes	3	152,10	2.889,90	1.393,67
SE	280480	Nossa Senhora do Socorro	97	4.917,90	93.440,10	38.547,31
SE	280490	Pacatuba	0	0,00	0,00	6.125,51
SE	280500	Pedra Mole	0	0,00	0,00	1.383,43
SE	280510	Pedrinhas	4	202,80	3.853,20	2.049,36
SE	280520	Pinhão	3	152,10	2.889,90	1.391,91
SE	280530	Pirambu	2	101,40	1.926,60	2.025,91
SE	280540	Poço Redondo	5	253,50	4.816,50	9.900,38
SE	280550	Poço Verde	8	405,60	7.706,40	5.034,28
SE	280560	Porto da Folha	7	354,90	6.743,10	6.124,43
SE	280570	Propriá	13	659,10	12.522,90	6.339,75
SE	280580	Riachão do Dantas	0	0,00	0,00	8.506,85
SE	280590	Riachuelo	4	202,80	3.853,20	2.181,42
SE	280600	Ribeirópolis	8	405,60	7.706,40	3.952,01
SE	280610	Rosário do Catete	4	202,80	3.853,20	2.272,48
SE	280620	Salgado	0	0,00	0,00	8.567,15
SE	280630	Santa Luzia do Itanhy	4	202,80	3.853,20	3.106,56
SE	280640	Santana do São Francisco	3	152,10	2.889,90	1.591,66
SE	280650	Santa Rosa de Lima	2	101,40	1.926,60	896,48
SE	280660	Santo Amaro das Brotas	5	253,50	4.816,50	2.601,13
SE	280670	São Cristóvão	45	2.281,50	43.348,50	18.881,26
SE	280680	São Domingos	0	0,00	0,00	4.730,67
SE	280690	São Francisco	2	101,40	1.926,60	838,34
SE	280700	São Miguel do Aleixo	0	0,00	0,00	1.663,90
SE	280710	Simão Dias	2	101,40	1.926,60	15.384,79
SE	280720	Siriri	3	152,10	2.889,90	1.907,50
SE	280730	Telha	2	101,40	1.926,60	683,05
SE	280740	Tobias Barreto	18	912,60	17.339,40	11.077,86
SE	280750	Tomar do Geru	4	202,80	3.853,20	2.805,51
SE	280760	Umbaúba	7	354,90	6.743,10	5.358,92
		Total	787	39.900,90	758.117,10	835.655,73
		ANEXO XXVI				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
SP	350000	SES/SP	0	0,00	0,00	2.719.578,18
SP	350010	Adamantina	18	912,60	17.339,40	4.264,36
SP	350020	Adolfo	3	152,10	2.889,90	1.028,55
SP	350030	Aguaí	5	253,50	4.816,50	3.476,83
SP	350040	Águas da Prata	3	152,10	2.889,90	1.058,93
SP	350050	Águas de Lindóia	0	0,00	0,00	4.627,25
SP	350055	Águas de Santa Bárbara	0	0,00	0,00	2.124,07
SP	350060	Águas de São Pedro	0	0,00	0,00	2.307,90
SP	350070	Agudos	18	912,60	17.339,40	3.611,17
SP	350075	Alambari	0	0,00	0,00	2.269,37
SP	350080	Alfredo Marcondes	2	101,40	1.926,60	1.054,58
SP	350090	Altair	1	50,70	963,30	1.166,26

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	350100	Altinópolis	4	202,80	3.853,20	1.588,11
SP	350110	Alto Alegre	0	0,00	0,00	2.056,40
SP	350115	Alumínio	0	0,00	0,00	3.588,45
SP	350120	Álvares Florence	2	101,40	1.926,60	1.021,13
SP	350130	Álvares Machado	7	354,90	6.743,10	2.665,38
SP	350140	Álvaro de Carvalho	0	0,00	0,00	2.163,56
SP	350150	Alvinlândia	1	50,70	963,30	1.149,75
SP	350160	Americana	1	50,70	963,30	60.037,27
SP	350170	Américo Brasiliense	9	456,30	8.669,70	3.837,26
SP	350180	Américo de Campos	4	202,80	3.853,20	1.042,63
SP	350190	Amparo	6	304,20	5.779,80	12.018,45
SP	350200	Analândia	0	0,00	0,00	2.201,77
SP	350210	Andradina	24	1.216,80	23.119,20	7.977,82
SP	350220	Angatuba	4	202,80	3.853,20	2.412,08
SP	350230	Anhembi	0	0,00	0,00	2.227,41
SP	350240	Anhumas	2	101,40	1.926,60	1.069,96
SP	350250	Aparecida	13	659,10	12.522,90	4.534,88
SP	350260	Aparecida d'Oeste	3	152,10	2.889,90	1.020,79
SP	350270	Apiaí	5	253,50	4.816,50	2.495,99
SP	350275	Araçariguama	0	0,00	0,00	4.119,94
SP	350280	Araçatuba	107	5.424,90	103.073,10	26.701,86
SP	350290	Araçoiaba da Serra	6	304,20	5.779,80	3.181,80
SP	350300	Aramina	3	152,10	2.889,90	1.065,44
SP	350310	Arandu	0	0,00	0,00	2.076,97
SP	350315	Arapeí	2	101,40	1.926,60	1.026,67
SP	350320	Araraquara	96	4.867,20	92.476,80	30.096,25
SP	350330	Araras	39	1.977,30	37.568,70	14.543,47
SP	350335	Arco-Íris	1	50,70	963,30	1.073,73
SP	350340	Arealva	3	152,10	2.889,90	1.065,56
SP	350350	Areias	2	101,40	1.926,60	1.045,27
SP	350360	Areiópolis	0	0,00	0,00	2.175,12
SP	350370	Ariranha	0	0,00	0,00	2.170,39
SP	350380	Artur Nogueira	2	101,40	1.926,60	11.069,90
SP	350390	Arujá	6	304,20	5.779,80	16.764,02
SP	350395	Aspásia	2	101,40	1.926,60	1.028,86
SP	350400	Assis	40	2.028,00	38.532,00	13.423,01
SP	350410	Atibaia	10	507,00	9.633,00	26.800,98
SP	350420	Auriflama	0	0,00	0,00	3.577,46
SP	350430	Avaí	2	101,40	1.926,60	1.064,42
SP	350440	Avanhandava	2	101,40	1.926,60	1.710,02
SP	350450	Avaré	27	1.368,90	26.009,10	11.669,55
SP	350460	Bady Bassitt	7	354,90	6.743,10	1.716,65
SP	350470	Balbinos	2	101,40	1.926,60	1.276,89
SP	350480	Bálsamo	2	101,40	1.926,60	1.075,33
SP	350490	Bananal	3	152,10	2.889,90	1.358,38
SP	350500	Barão de Antonina	0	0,00	0,00	2.152,28
SP	350510	Barbosa	2	101,40	1.926,60	1.080,95
SP	350520	Bariri	5	253,50	4.816,50	3.388,11
SP	350530	Barra Bonita	11	557,70	10.596,30	4.541,38
SP	350535	Barra do Chapéu	1	50,70	963,30	1.167,89
SP	350540	Barra do Turvo	0	0,00	0,00	2.053,70
SP	350550	Barretos	72	3.650,40	69.357,60	14.809,66
SP	350560	Barrinha	9	456,30	8.669,70	3.125,60
SP	350570	Barueri	47	2.382,90	45.275,10	34.890,89
SP	350580	Bastos	8	405,60	7.706,40	2.122,36
SP	350590	Batatais	14	709,80	13.486,20	7.685,00
SP	350600	Bauru	121	6.134,70	116.559,30	55.555,39
SP	350610	Bebedouro	0	0,00	0,00	19.096,41
SP	350620	Bento de Abreu	2	101,40	1.926,60	1.076,55
SP	350630	Bernardino de Campos	3	152,10	2.889,90	1.094,71
SP	350635	Bertioga	14	709,80	13.486,20	7.412,13
SP	350640	Bilac	2	101,40	1.926,60	1.089,53
SP	350650	Birigui	46	2.332,20	44.311,80	15.740,25
SP	350660	Biritiba-Mirim	1	50,70	963,30	7.329,37
SP	350670	Boa Esperança do Sul	7	354,90	6.743,10	1.531,67
SP	350680	Bocaina	0	0,00	0,00	2.357,83
SP	350690	Bofete	0	0,00	0,00	2.256,22
SP	350700	Boituva	11	557,70	10.596,30	5.670,35
SP	350710	Bom Jesus dos Perdões	4	202,80	3.853,20	2.352,25
SP	350715	Bom Sucesso de Itararé	1	50,70	963,30	1.182,98
SP	350720	Borá	0	0,00	0,00	2.079,30
SP	350730	Boracéia	0	0,00	0,00	2.169,73
SP	350740	Borborema	7	354,90	6.743,10	1.546,20
SP	350745	Borebi	1	50,70	963,30	1.231,75
SP	350750	Botucatu	56	2.839,20	53.944,80	15.754,87
SP	350760	Bragança Paulista	0	0,00	0,00	42.819,18
SP	350770	Braúna	3	152,10	2.889,90	1.085,78
SP	350775	Brejo Alegre	1	50,70	963,30	1.188,19
SP	350780	Brodowski	11	557,70	10.596,30	2.359,01
SP	350790	Brotas	2	101,40	1.926,60	2.745,59
SP	350800	Buri	3	152,10	2.889,90	1.932,58
SP	350810	Buritama	9	456,30	8.669,70	1.918,05
SP	350820	Buritizal	0	0,00	0,00	2.144,48
SP	350830	Cabrália Paulista	0	0,00	0,00	2.049,97
SP	350840	Cabreúva	0	0,00	0,00	9.375,91
SP	350850	Caçapava	0	0,00	0,00	23.146,75
SP	350860	Cachoeira Paulista	13	659,10	12.522,90	4.096,63
SP	350870	Caconde	1	50,70	963,30	3.792,95

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	350880	Cafelândia	9	456,30	8.669,70	1.769,59
SP	350890	Caiabu	1	50,70	963,30	1.104,96
SP	350900	Caieiras	0	0,00	0,00	25.619,83
SP	350910	Caiuá	1	50,70	963,30	1.241,07
SP	350920	Cajamar	0	0,00	0,00	19.281,06
SP	350925	Cajati	4	202,80	3.853,20	2.845,36
SP	350930	Cajobi	5	253,50	4.816,50	1.059,44
SP	350940	Cajuru	1	50,70	963,30	4.094,87
SP	350945	Campina do Monte Alegre	0	0,00	0,00	2.121,30
SP	350950	Campinas	116	5.881,20	111.742,80	209.716,13
SP	350960	Campo Limpo Paulista	5	253,50	4.816,50	11.343,66
SP	350970	Campos do Jordão	0	0,00	0,00	12.863,50
SP	350980	Campos Novos Paulista	1	50,70	963,30	1.169,91
SP	350990	Cananéia	0	0,00	0,00	3.152,25
SP	350995	Canas	2	101,40	1.926,60	1.105,06
SP	351000	Cândido Mota	0	0,00	0,00	6.711,07
SP	351010	Cândido Rodrigues	1	50,70	963,30	1.122,61
SP	351015	Canitar	2	101,40	1.926,60	1.115,67
SP	351020	Capão Bonito	9	456,30	8.669,70	4.652,02
SP	351030	Capela do Alto	6	304,20	5.779,80	1.958,82
SP	351040	Capivari	9	456,30	8.669,70	5.316,68
SP	351050	Caraguatatuba	7	354,90	6.743,10	23.718,58
SP	351060	Carapicuíba	5	253,50	4.816,50	98.626,60
SP	351070	Cardoso	2	101,40	1.926,60	1.207,12
SP	351080	Casa Branca	7	354,90	6.743,10	3.931,28
SP	351090	Cássia dos Coqueiros	0	0,00	0,00	2.044,63
SP	351100	Castilho	9	456,30	8.669,70	2.083,17
SP	351110	Catanduva	64	3.244,80	61.651,20	15.827,55
SP	351120	Catiguá	4	202,80	3.853,20	1.067,37
SP	351130	Cedral	4	202,80	3.853,20	1.098,71
SP	351140	Cerqueira César	0	0,00	0,00	3.817,77
SP	351150	Cerquilho	4	202,80	3.853,20	5.298,67
SP	351160	Cesário Lange	5	253,50	4.816,50	1.722,06
SP	351170	Charqueada	4	202,80	3.853,20	1.642,26
SP	351190	Clementina	0	0,00	0,00	2.256,42
SP	351200	Colina	9	456,30	8.669,70	1.891,90
SP	351210	Colômbia	1	50,70	963,30	1.111,35
SP	351220	Conchal	0	0,00	0,00	5.448,58
SP	351230	Conchas	5	253,50	4.816,50	1.727,05
SP	351240	Cordeirópolis	7	354,90	6.743,10	2.329,73
SP	351250	Coroados	2	101,40	1.926,60	1.097,54
SP	351260	Coronel Macedo	3	152,10	2.889,90	1.019,54
SP	351270	Corumbataí	0	0,00	0,00	2.085,92
SP	351280	Cosmópolis	14	709,80	13.486,20	8.635,75
SP	351290	Cosmorama	4	202,80	3.853,20	1.029,62
SP	351300	Cotia	3	152,10	2.889,90	59.123,22
SP	351310	Cravinhos	9	456,30	8.669,70	3.462,17
SP	351320	Cristais Paulista	3	152,10	2.889,90	1.088,23
SP	351330	Cruzália	2	101,40	1.926,60	1.016,19
SP	351340	Cruzeiro	28	1.419,60	26.972,40	10.215,50
SP	351350	Cubatão	0	0,00	0,00	53.394,36
SP	351360	Cunha	2	101,40	1.926,60	3.636,15
SP	351370	Descalvado	7	354,90	6.743,10	3.341,61
SP	351380	Diadema	22	1.115,40	21.192,60	87.801,56
SP	351385	Dirce Reis	2	101,40	1.926,60	1.050,62
SP	351390	Divinolândia	0	0,00	0,00	2.272,45
SP	351400	Dobrada	4	202,80	3.853,20	1.082,18
SP	351410	Dois Córregos	8	405,60	7.706,40	2.633,08
SP	351420	Dolcinópolis	1	50,70	963,30	1.094,17
SP	351430	Dourado	0	0,00	0,00	2.069,45
SP	351440	Dracena	29	1.470,30	27.935,70	6.041,42
SP	351450	Duartina	2	101,40	1.926,60	1.232,28
SP	351460	Dumont	0	0,00	0,00	2.248,66
SP	351470	Echaporã	0	0,00	0,00	2.047,10
SP	351480	Eldorado	0	0,00	0,00	3.859,00
SP	351490	Elias Fausto	2	101,40	1.926,60	1.703,06
SP	351492	Elisiário	1	50,70	963,30	1.245,94
SP	351495	Embaúba	2	101,40	1.926,60	1.029,40
SP	351500	Embu das Artes	9	456,30	8.669,70	60.986,88
SP	351510	Embu-Guaçu	3	152,10	2.889,90	14.917,19
SP	351512	Emilianópolis	2	101,40	1.926,60	1.051,64
SP	351515	Engenheiro Coelho	1	50,70	963,30	3.910,95
SP	351518	Espírito Santo do Pinhal	9	456,30	8.669,70	4.324,98
SP	351519	Espírito Santo do Turvo	0	0,00	0,00	2.176,90
SP	351520	Estrela d'Oeste	3	152,10	2.889,90	1.032,31
SP	351530	Estrela do Norte	2	101,40	1.926,60	1.039,80
SP	351535	Euclides da Cunha Paulista	3	152,10	2.889,90	1.120,83
SP	351540	Fartura	3	152,10	2.889,90	1.569,41
SP	351550	Fernandópolis	27	1.368,90	26.009,10	7.846,36
SP	351560	Fernando Prestes	2	101,40	1.926,60	1.041,80
SP	351565	Fernão	1	50,70	963,30	1.173,14
SP	351570	Ferraz de Vasconcelos	4	202,80	3.853,20	45.409,87
SP	351580	Flora Rica	2	101,40	1.926,60	1.006,52
SP	351590	Floreal	2	101,40	1.926,60	1.024,24
SP	351600	Flórida Paulista	5	253,50	4.816,50	1.862,61
SP	351610	Florínia	0	0,00	0,00	2.041,65

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	351620	Franca	36	1.825,20	34.678,80	55.892,18
SP	351630	Francisco Morato	0	0,00	0,00	44.759,52
SP	351640	Franco da Rocha	0	0,00	0,00	38.995,10
SP	351650	Gabriel Monteiro	1	50,70	963,30	1.099,52
SP	351660	Gália	0	0,00	0,00	2.039,22
SP	351670	Garça	11	557,70	10.596,30	4.573,41
SP	351680	Gastão Vidigal	2	101,40	1.926,60	1.092,88
SP	351685	Gavião Peixoto	2	101,40	1.926,60	1.061,60
SP	351690	General Salgado	5	253,50	4.816,50	1.165,43
SP	351700	Getulina	5	253,50	4.816,50	1.481,79
SP	351710	Glicério	2	101,40	1.926,60	1.046,66
SP	351720	Guaiçara	6	304,20	5.779,80	1.162,17
SP	351730	Guaimbê	1	50,70	963,30	1.138,93
SP	351740	Guaíra	14	709,80	13.486,20	4.077,13
SP	351750	Guapiaçu	9	456,30	8.669,70	2.020,71
SP	351760	Guapiara	0	0,00	0,00	3.550,26
SP	351770	Guará	5	253,50	4.816,50	2.159,49
SP	351780	Guaraçaí	4	202,80	3.853,20	1.140,30
SP	351790	Guaraci	4	202,80	3.853,20	1.080,52
SP	351800	Guarani d'Oeste	2	101,40	1.926,60	1.029,52
SP	351810	Guarantã	3	152,10	2.889,90	1.039,74
SP	351820	Guararapes	15	760,50	14.449,50	3.804,23
SP	351830	Guararema	0	0,00	0,00	7.558,42
SP	351840	Guaratinguetá	18	912,60	17.339,40	15.052,13
SP	351850	Guareí	3	152,10	2.889,90	2.288,94
SP	351860	Guariba	8	405,60	7.706,40	3.839,90
SP	351870	Guarujá	63	3.194,10	60.687,90	73.541,20
SP	351880	Guarulhos	0	0,00	0,00	351.893,64
SP	351885	Guatapará	1	50,70	963,30	1.175,58
SP	351890	Guzolândia	0	0,00	0,00	2.147,17
SP	351900	Herculândia	0	0,00	0,00	2.134,95
SP	351905	Holambra	0	0,00	0,00	3.503,00
SP	351907	Hortolândia	0	0,00	0,00	59.005,57
SP	351910	Iacanga	3	152,10	2.889,90	1.110,67
SP	351920	Iacri	4	202,80	3.853,20	1.025,92
SP	351925	Iaras	0	0,00	0,00	2.466,99
SP	351930	Ibaté	4	202,80	3.853,20	3.351,30
SP	351940	Ibirá	5	253,50	4.816,50	1.512,00
SP	351950	Ibirarema	2	101,40	1.926,60	1.095,93
SP	351960	Ibitinga	18	912,60	17.339,40	7.339,38
SP	351970	Ibiúna	6	304,20	5.779,80	13.611,70
SP	351980	Icém	1	50,70	963,30	1.180,74
SP	351990	Iepê	4	202,80	3.853,20	1.054,39
SP	352000	Igaraçu do Tietê	5	253,50	4.816,50	3.074,50
SP	352010	Igarapava	13	659,10	12.522,90	3.061,39
SP	352020	Igaratá	2	101,40	1.926,60	1.180,38
SP	352030	Iguape	0	0,00	0,00	7.661,00
SP	352040	Ilhabela	9	456,30	8.669,70	4.169,25
SP	352042	Ilha Comprida	0	0,00	0,00	2.664,00
SP	352044	Ilha Solteira	10	507,00	9.633,00	3.317,50
SP	352050	Indaiatuba	30	1.521,00	28.899,00	31.001,50
SP	352060	Indiana	2	101,40	1.926,60	1.029,53
SP	352070	Indiaporã	3	152,10	2.889,90	1.027,84
SP	352080	Inúbia Paulista	0	0,00	0,00	2.138,66
SP	352090	Ipaussu	0	0,00	0,00	2.891,67
SP	352100	Iperó	6	304,20	5.779,80	4.553,24
SP	352110	Ipeúna	0	0,00	0,00	2.289,31
SP	352115	Ipiguá	1	50,70	963,30	1.281,65
SP	352120	Iporanga	0	0,00	0,00	2.051,17
SP	352130	Ipuã	8	405,60	7.706,40	1.562,01
SP	352140	Iracemápolis	5	253,50	4.816,50	2.277,93
SP	352150	Irapuã	3	152,10	2.889,90	1.069,07
SP	352160	Irapuru	3	152,10	2.889,90	1.075,68
SP	352170	Itaberá	5	253,50	4.816,50	1.777,97
SP	352180	Itaí	3	152,10	2.889,90	4.028,96
SP	352190	Itajobi	8	405,60	7.706,40	1.579,99
SP	352200	Itaju	1	50,70	963,30	1.255,39
SP	352210	Itanhaém	24	1.216,80	23.119,20	13.445,04
SP	352215	Itaóca	2	101,40	1.926,60	1.034,69
SP	352220	Itapecerica da Serra	0	0,00	0,00	44.583,45
SP	352230	Itapetininga	33	1.673,10	31.788,90	20.875,80
SP	352240	Itapeva	12	608,40	11.559,60	9.162,06
SP	352250	Itapevi	43	2.180,10	41.421,90	34.388,30
SP	352260	Itapira	9	456,30	8.669,70	7.230,56
SP	352265	Itapirapuã Paulista	1	50,70	963,30	1.169,14
SP	352270	Itápolis	17	861,90	16.376,10	4.383,83
SP	352280	Itaporanga	5	253,50	4.816,50	1.484,91
SP	352290	Itapuí	3	152,10	2.889,90	1.333,43
SP	352300	Itapura	2	101,40	1.926,60	1.082,51
SP	352310	Itaquaquecetuba	0	0,00	0,00	94.071,36
SP	352320	Itararé	0	0,00	0,00	9.865,88
SP	352330	Itariri	0	0,00	0,00	3.341,30
SP	352340	Itatiba	11	557,70	10.596,30	18.529,45
SP	352350	Itatinga	0	0,00	0,00	3.947,60
SP	352360	Itirapina	6	304,20	5.779,80	2.293,90
SP	352370	Itirapuã	3	152,10	2.889,90	1.069,28
SP	352380	Itobi	3	152,10	2.889,90	1.038,89
SP	352390	Itu	31	1.571,70	29.862,30	21.269,63

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	352400	Itupeva	3	152,10	2.889,90	8.278,67
SP	352410	Ituverava	18	912,60	17.339,40	4.197,58
SP	352420	Jaborandi	4	202,80	3.853,20	1.045,18
SP	352430	Jaboticabal	39	1.977,30	37.568,70	7.733,73
SP	352440	Jacareí	54	2.737,80	52.018,20	28.731,38
SP	352450	Jaci	3	152,10	2.889,90	1.142,27
SP	352460	Jacupiranga	0	0,00	0,00	3.505,41
SP	352470	Jaguariúna	0	0,00	0,00	13.551,00
SP	352480	Jales	18	912,60	17.339,40	6.150,53
SP	352490	Jambeiro	0	0,00	0,00	2.270,43
SP	352500	Jandira	34	1.723,80	32.752,20	19.216,17
SP	352510	Jardinópolis	12	608,40	11.559,60	4.201,02
SP	352520	Jarinu	4	202,80	3.853,20	2.794,54
SP	352530	Jaú	67	3.396,90	64.541,10	19.084,91
SP	352540	Jeriquara	1	50,70	963,30	1.092,71
SP	352550	Joanópolis	0	0,00	0,00	3.236,75
SP	352560	João Ramalho	2	101,40	1.926,60	1.064,57
SP	352570	José Bonifácio	16	811,20	15.412,80	3.562,26
SP	352580	Júlio Mesquita	1	50,70	963,30	1.154,37
SP	352585	Jumirim	2	101,40	1.926,60	1.120,46
SP	352590	Jundiaí	26	1.318,20	25.045,80	81.764,66
SP	352600	Junqueirópolis	7	354,90	6.743,10	2.654,37
SP	352610	Juquiá	0	0,00	0,00	3.825,60
SP	352620	Juquitiba	2	101,40	1.926,60	6.166,27
SP	352630	Lagoinha	1	50,70	963,30	1.095,57
SP	352640	Laranjal Paulista	6	304,20	5.779,80	2.730,90
SP	352650	Lavínia	4	202,80	3.853,20	1.454,93
SP	352660	Lavrinhas	1	50,70	963,30	1.178,05
SP	352670	Leme	11	557,70	10.596,30	9.907,60
SP	352680	Lençóis Paulista	11	557,70	10.596,30	6.737,89
SP	352690	Limeira	97	4.917,90	93.440,10	39.243,81
SP	352700	Lindóia	0	0,00	0,00	2.226,56
SP	352710	Lins	6	304,20	5.779,80	14.309,84
SP	352720	Lorena	26	1.318,20	25.045,80	10.997,50
SP	352725	Lourdes	1	50,70	963,30	1.151,27
SP	352730	Louveira	10	507,00	9.633,00	4.496,53
SP	352740	Lucélia	13	659,10	12.522,90	2.798,87
SP	352750	Lucianópolis	1	50,70	963,30	1.140,05
SP	352760	Luís Antônio	4	202,80	3.853,20	1.372,89
SP	352770	Luiziânia	1	50,70	963,30	1.226,39
SP	352780	Lupércio	1	50,70	963,30	1.128,64
SP	352790	Lutécia	1	50,70	963,30	1.086,56
SP	352800	Macatuba	8	405,60	7.706,40	1.675,45
SP	352810	Macaubal	4	202,80	3.853,20	1.049,45
SP	352820	Macedônia	2	101,40	1.926,60	1.029,04
SP	352830	Magda	2	101,40	1.926,60	1.024,94
SP	352840	Mairinque	0	0,00	0,00	9.119,37
SP	352850	Mairiporã	0	0,00	0,00	24.935,92
SP	352860	Manduri	0	0,00	0,00	2.134,70
SP	352870	Marabá Paulista	3	152,10	2.889,90	1.126,48
SP	352880	Maracaí	4	202,80	3.853,20	1.368,97
SP	352885	Marapoama	0	0,00	0,00	2.190,12
SP	352890	Mariápolis	0	0,00	0,00	2.082,01
SP	352900	Marília	76	3.853,20	73.210,80	32.100,01
SP	352910	Marinópolis	1	50,70	963,30	1.092,86
SP	352920	Martinópolis	9	456,30	8.669,70	3.406,87
SP	352930	Matão	33	1.673,10	31.788,90	9.710,72
SP	352940	Mauá	43	2.180,10	41.421,90	79.084,40
SP	352950	Mendonça	3	152,10	2.889,90	1.110,60
SP	352960	Meridiano	0	0,00	0,00	2.054,30
SP	352965	Mesópolis	2	101,40	1.926,60	1.029,26
SP	352970	Miguelópolis	0	0,00	0,00	4.413,46
SP	352980	Mineiros do Tietê	3	152,10	2.889,90	1.254,51
SP	352990	Miracatu	0	0,00	0,00	4.071,37
SP	353000	Mira Estrela	2	101,40	1.926,60	1.066,92
SP	353010	Mirandópolis	12	608,40	11.559,60	3.823,16
SP	353020	Mirante do Paranapanema	6	304,20	5.779,80	1.775,23
SP	353030	Mirassol	20	1.014,00	19.266,00	7.570,56
SP	353040	Mirassolândia	2	101,40	1.926,60	1.086,55
SP	353050	Mococa	17	861,90	16.376,10	8.997,97
SP	353060	Mogi das Cruzes	33	1.673,10	31.788,90	81.386,94
SP	353070	Mogi Guaçu	25	1.267,50	24.082,50	17.459,86
SP	353080	Mogi Mirim	21	1.064,70	20.229,30	12.045,94
SP	353090	Mombuca	0	0,00	0,00	2.108,77
SP	353100	Monções	2	101,40	1.926,60	1.048,97
SP	353110	Mongaguá	12	608,40	11.559,60	7.076,02
SP	353120	Monte Alegre do Sul	0	0,00	0,00	2.162,95
SP	353130	Monte Alto	1	50,70	963,30	8.824,25
SP	353140	Monte Aprazível	0	0,00	0,00	4.776,96
SP	353150	Monte Azul Paulista	10	507,00	9.633,00	2.131,93
SP	353160	Monte Castelo	2	101,40	1.926,60	1.032,02
SP	353170	Monteiro Lobato	0	0,00	0,00	2.167,73
SP	353180	Monte Mor	7	354,90	6.743,10	7.566,90
SP	353190	Morro Agudo	15	760,50	14.449,50	3.154,88
SP	353200	Morungaba	0	0,00	0,00	3.308,00
SP	353205	Motuca	2	101,40	1.926,60	1.073,95
SP	353210	Murutinga do Sul	2	101,40	1.926,60	1.055,46
SP	353215	Nantes	2	101,40	1.926,60	1.099,13

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	353220	Narandiba	2	101,40	1.926,60	1.085,79
SP	353230	Natividade da Serra	0	0,00	0,00	2.055,44
SP	353240	Nazaré Paulista	1	50,70	963,30	2.585,39
SP	353250	Neves Paulista	3	152,10	2.889,90	1.030,28
SP	353260	Nhandeara	5	253,50	4.816,50	1.121,78
SP	353270	Nipoã	3	152,10	2.889,90	1.128,08
SP	353280	Nova Aliança	4	202,80	3.853,20	1.110,87
SP	353282	Nova Campina	2	101,40	1.926,60	1.092,41
SP	353284	Nova Canaã Paulista	1	50,70	963,30	1.063,89
SP	353286	Nova Castilho	2	101,40	1.926,60	1.081,15
SP	353290	Nova Europa	5	253,50	4.816,50	1.120,19
SP	353300	Nova Granada	10	507,00	9.633,00	2.063,20
SP	353310	Nova Guataporanga	2	101,40	1.926,60	1.051,57
SP	353320	Nova Independência	2	101,40	1.926,60	1.163,04
SP	353325	Novais	3	152,10	2.889,90	1.151,70
SP	353330	Nova Luzitânia	0	0,00	0,00	2.229,55
SP	353340	Nova Odessa	7	354,90	6.743,10	7.813,65
SP	353350	Novo Horizonte	22	1.115,40	21.192,60	3.938,70
SP	353360	Nuporanga	4	202,80	3.853,20	1.064,84
SP	353370	Ocauçu	0	0,00	0,00	2.069,66
SP	353380	Óleo	2	101,40	1.926,60	1.019,43
SP	353390	Olímpia	29	1.470,30	27.935,70	6.159,40
SP	353400	Onda Verde	1	50,70	963,30	1.203,53
SP	353410	Oriente	0	0,00	0,00	2.108,12
SP	353420	Orindiúva	3	152,10	2.889,90	1.140,07
SP	353430	Orlândia	16	811,20	15.412,80	4.240,38
SP	353440	Osasco	0	0,00	0,00	182.031,93
SP	353450	Oscar Bressane	2	101,40	1.926,60	1.031,95
SP	353460	Osvaldo Cruz	0	0,00	0,00	8.531,59
SP	353470	Ourinhos	48	2.433,60	46.238,40	14.582,28
SP	353475	Ouroeste	5	253,50	4.816,50	1.134,33
SP	353480	Ouro Verde	4	202,80	3.853,20	1.068,49
SP	353490	Pacaembu	6	304,20	5.779,80	1.837,05
SP	353500	Palestina	5	253,50	4.816,50	1.228,07
SP	353510	Palmares Paulista	5	253,50	4.816,50	1.246,48
SP	353520	Palmeira d'Oeste	4	202,80	3.853,20	1.023,96
SP	353530	Palmital	8	405,60	7.706,40	2.173,36
SP	353540	Panorama	10	507,00	9.633,00	1.529,36
SP	353550	Paraguaçu Paulista	21	1.064,70	20.229,30	5.902,01
SP	353560	Paraibuna	0	0,00	0,00	4.551,50
SP	353570	Paraíso	0	0,00	0,00	2.134,02
SP	353580	Paranapanema	5	253,50	4.816,50	2.466,25
SP	353590	Paranapuã	3	152,10	2.889,90	1.054,12
SP	353600	Parapuã	4	202,80	3.853,20	1.188,95
SP	353610	Pardinho	0	0,00	0,00	2.191,90
SP	353620	Pariquera-Açu	1	50,70	963,30	2.862,69
SP	353625	Parisi	2	101,40	1.926,60	1.051,34
SP	353630	Patrocínio Paulista	3	152,10	2.889,90	1.405,20
SP	353640	Paulicéia	4	202,80	3.853,20	1.100,22
SP	353650	Paulínia	0	0,00	0,00	25.624,75
SP	353657	Paulistânia	1	50,70	963,30	1.106,40
SP	353660	Paulo de Faria	4	202,80	3.853,20	1.040,20
SP	353670	Pederneiras	9	456,30	8.669,70	4.475,58
SP	353680	Pedra Bela	0	0,00	0,00	2.093,69
SP	353690	Pedranópolis	2	101,40	1.926,60	1.024,88
SP	353700	Pedregulho	2	101,40	1.926,60	1.694,07
SP	353710	Pedreira	1	50,70	963,30	10.686,20
SP	353715	Pedrinhas Paulista	1	50,70	963,30	1.128,16
SP	353720	Pedro de Toledo	0	0,00	0,00	2.180,80
SP	353730	Penápolis	19	963,30	18.302,70	8.470,99
SP	353740	Pereira Barreto	17	861,90	16.376,10	3.223,75
SP	353750	Pereiras	0	0,00	0,00	2.201,56
SP	353760	Peruíbe	0	0,00	0,00	16.643,00
SP	353770	Piacatu	2	101,40	1.926,60	1.085,20
SP	353780	Piedade	3	152,10	2.889,90	7.898,95
SP	353790	Pilar do Sul	3	152,10	2.889,90	2.811,97
SP	353800	Pindamonhangaba	40	2.028,00	38.532,00	20.500,00
SP	353810	Pindorama	9	456,30	8.669,70	1.630,90
SP	353820	Pinhalzinho	0	0,00	0,00	2.891,08
SP	353830	Piquerobi	1	50,70	963,30	1.119,60
SP	353850	Piquete	1	50,70	963,30	2.606,20
SP	353860	Piracaia	3	152,10	2.889,90	2.642,87
SP	353870	Piracicaba	0	0,00	0,00	105.354,55
SP	353880	Piraju	6	304,20	5.779,80	3.723,75
SP	353890	Pirajuí	4	202,80	3.853,20	3.256,90
SP	353900	Pirangi	4	202,80	3.853,20	1.127,21
SP	353910	Pirapora do Bom Jesus	2	101,40	1.926,60	2.813,78
SP	353920	Pirapozinho	12	608,40	11.559,60	2.645,81
SP	353930	Pirassununga	5	253,50	4.816,50	10.281,70
SP	353940	Piratininga	4	202,80	3.853,20	1.305,72
SP	353950	Pitangueiras	13	659,10	12.522,90	3.807,88
SP	353960	Planalto	3	152,10	2.889,90	1.105,61
SP	353970	Platina	0	0,00	0,00	2.151,75
SP	353980	Poá	10	507,00	9.633,00	20.490,12
SP	353990	Poloni	3	152,10	2.889,90	1.081,25
SP	354000	Pompéia	7	354,90	6.743,10	2.122,25

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	354010	Pongaí	0	0,00	0,00	2.051,02
SP	354020	Pontal	11	557,70	10.596,30	4.664,55
SP	354025	Pontalinda	1	50,70	963,30	1.211,90
SP	354030	Pontes Gestal	2	101,40	1.926,60	1.031,41
SP	354040	Populina	3	152,10	2.889,90	1.026,26
SP	354050	Porangaba	2	101,40	1.926,60	1.114,93
SP	354060	Porto Feliz	3	152,10	2.889,90	7.392,72
SP	354070	Porto Ferreira	2	101,40	1.926,60	9.400,33
SP	354075	Potim	4	202,80	3.853,20	3.046,53
SP	354080	Potirendaba	8	405,60	7.706,40	1.677,53
SP	354085	Pracinha	2	101,40	1.926,60	1.225,76
SP	354090	Pradópolis	2	101,40	1.926,60	2.091,11
SP	354100	Praia Grande	50	2.535,00	48.165,00	90.340,44
SP	354105	Pratânia	0	0,00	0,00	2.182,66
SP	354110	Presidente Alves	3	152,10	2.889,90	1.027,11
SP	354120	Presidente Bernardes	2	101,40	1.926,60	1.789,84
SP	354130	Presidente Epitácio	21	1.064,70	20.229,30	5.487,13
SP	354140	Presidente Prudente	72	3.650,40	69.357,60	29.379,09
SP	354150	Presidente Venceslau	18	912,60	17.339,40	5.157,20
SP	354160	Promissão	20	1.014,00	19.266,00	4.501,10
SP	354165	Quadra	2	101,40	1.926,60	1.106,77
SP	354170	Quatá	4	202,80	3.853,20	1.360,36
SP	354180	Queiroz	1	50,70	963,30	1.285,92
SP	354190	Queluz	4	202,80	3.853,20	1.618,63
SP	354200	Quintana	0	0,00	0,00	2.144,85
SP	354210	Rafard	0	0,00	0,00	2.093,16
SP	354220	Rancharia	12	608,40	11.559,60	3.143,69
SP	354230	Redenção da Serra	2	101,40	1.926,60	1.027,29
SP	354240	Regente Feijó	7	354,90	6.743,10	1.956,86
SP	354250	Reginópolis	3	152,10	2.889,90	1.179,23
SP	354260	Registro	16	811,20	15.412,80	5.525,44
SP	354270	Restinga	3	152,10	2.889,90	1.095,71
SP	354280	Ribeira	1	50,70	963,30	1.091,25
SP	354290	Ribeirão Bonito	0	0,00	0,00	2.575,75
SP	354300	Ribeirão Branco	1	50,70	963,30	2.579,91
SP	354310	Ribeirão Corrente	0	0,00	0,00	2.143,54
SP	354320	Ribeirão do Sul	1	50,70	963,30	1.097,97
SP	354323	Ribeirão dos Índios	1	50,70	963,30	1.097,19
SP	354325	Ribeirão Grande	0	0,00	0,00	2.072,70
SP	354330	Ribeirão Pires	4	202,80	3.853,20	27.928,82
SP	354340	Ribeirão Preto	292	14.804,40	281.283,60	88.983,55
SP	354350	Riversul	0	0,00	0,00	2.029,29
SP	354360	Rifaina	2	101,40	1.926,60	1.047,78
SP	354370	Rincão	5	253,50	4.816,50	1.059,75
SP	354380	Rinópolis	3	152,10	2.889,90	1.028,62
SP	354390	Rio Claro	50	2.535,00	48.165,00	26.468,32
SP	354400	Rio das Pedras	3	152,10	2.889,90	3.755,70
SP	354410	Rio Grande da Serra	0	0,00	0,00	12.887,25
SP	354420	Riolândia	2	101,40	1.926,60	1.576,22
SP	354425	Rosana	8	405,60	7.706,40	1.875,69
SP	354430	Roseira	1	50,70	963,30	1.664,70
SP	354440	Rubiácea	2	101,40	1.926,60	1.092,15
SP	354450	Rubinéia	2	101,40	1.926,60	1.069,65
SP	354460	Sabino	3	152,10	2.889,90	1.055,34
SP	354470	Sagres	1	50,70	963,30	1.096,13
SP	354480	Sales	4	202,80	3.853,20	1.099,89
SP	354490	Sales Oliveira	5	253,50	4.816,50	1.139,85
SP	354500	Salesópolis	0	0,00	0,00	4.408,86
SP	354510	Salmourão	4	202,80	3.853,20	1.069,86
SP	354515	Saltinho	0	0,00	0,00	2.212,13
SP	354520	Salto	15	760,50	14.449,50	14.598,25
SP	354530	Salto de Pirapora	9	456,30	8.669,70	4.347,21
SP	354540	Salto Grande	4	202,80	3.853,20	1.050,68
SP	354550	Sandovalina	2	101,40	1.926,60	1.100,74
SP	354560	Santa Adélia	0	0,00	0,00	3.002,32
SP	354570	Santa Albertina	3	152,10	2.889,90	1.044,39
SP	354580	Santa Bárbara d'Oeste	26	1.318,20	25.045,80	27.915,38
SP	354600	Santa Branca	0	0,00	0,00	3.666,75
SP	354610	Santa Clara d'Oeste	1	50,70	963,30	1.096,34
SP	354620	Santa Cruz da Conceição	1	50,70	963,30	1.201,15
SP	354625	Santa Cruz da Esperança	1	50,70	963,30	1.171,24
SP	354630	Santa Cruz das Palmeiras	0	0,00	0,00	6.551,60
SP	354640	Santa Cruz do Rio Pardo	0	0,00	0,00	9.386,24
SP	354650	Santa Ernestina	0	0,00	0,00	2.057,38
SP	354660	Santa Fé do Sul	21	1.064,70	20.229,30	3.975,25
SP	354670	Santa Gertrudes	5	253,50	4.816,50	2.510,29
SP	354680	Santa Isabel	3	152,10	2.889,90	11.720,41
SP	354690	Santa Lúcia	3	152,10	2.889,90	1.054,16
SP	354700	Santa Maria da Serra	0	0,00	0,00	2.179,54
SP	354710	Santa Mercedes	2	101,40	1.926,60	1.038,43
SP	354720	Santana da Ponte Pensa	1	50,70	963,30	1.069,13
SP	354730	Santana de Parnaíba	40	2.028,00	38.532,00	17.200,26
SP	354740	Santa Rita d'Oeste	2	101,40	1.926,60	1.025,39
SP	354750	Santa Rita do Passa Quatro	0	0,00	0,00	6.897,50
SP	354760	Santa Rosa de Viterbo	7	354,90	6.743,10	2.552,39
SP	354765	Santa Salete	1	50,70	963,30	1.143,69
SP	354770	Santo Anastácio	8	405,60	7.706,40	2.252,11
SP	354780	Santo André	1	50,70	963,30	185.592,78

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	354790	Santo Antônio da Alegria	2	101,40	1.926,60	1.069,37
SP	354800	Santo Antônio de Posse	0	0,00	0,00	5.700,25
SP	354805	Santo Antônio do Aracanguá	3	152,10	2.889,90	1.071,52
SP	354810	Santo Antônio do Jardim	0	0,00	0,00	2.056,15
SP	354820	Santo Antônio do Pinhal	2	101,40	1.926,60	1.044,55
SP	354830	Santo Expedito	0	0,00	0,00	2.149,03
SP	354840	Santópolis do Aguapeí	2	101,40	1.926,60	1.078,21
SP	354850	Santos	0	0,00	0,00	183.082,56
SP	354860	São Bento do Sapucaí	0	0,00	0,00	2.723,75
SP	354870	São Bernardo do Campo	0	0,00	0,00	215.823,15
SP	354880	São Caetano do Sul	1	50,70	963,30	40.667,78
SP	354890	São Carlos	55	2.788,50	52.981,50	26.830,17
SP	354900	São Francisco	2	101,40	1.926,60	1.029,11
SP	354910	São João da Boa Vista	17	861,90	16.376,10	10.350,66
SP	354920	São João das Duas Pontes	2	101,40	1.926,60	1.028,21
SP	354925	São João de Iracema	2	101,40	1.926,60	1.059,54
SP	354930	São João do Pau d'Alho	2	101,40	1.926,60	1.027,72
SP	354940	São Joaquim da Barra	22	1.115,40	21.192,60	4.986,01
SP	354950	São José da Bela Vista	3	152,10	2.889,90	1.050,73
SP	354960	São José do Barreiro	1	50,70	963,30	1.096,68
SP	354970	São José do Rio Pardo	9	456,30	8.669,70	5.359,37
SP	354980	São José do Rio Preto	36	1.825,20	34.678,80	85.441,05
SP	354990	São José dos Campos	102	5.171,40	98.256,60	91.711,48
SP	354995	São Lourenço da Serra	0	0,00	0,00	4.033,78
SP	355000	São Luís do Paraitinga	0	0,00	0,00	2.685,00
SP	355010	São Manuel	9	456,30	8.669,70	3.984,43
SP	355020	São Miguel Arcanjo	4	202,80	3.853,20	3.222,44
SP	355030	São Paulo	1.970	99.879,00	1.897.701,00	1.578.944,15
SP	355040	São Pedro	2	101,40	1.926,60	6.797,90
SP	355050	São Pedro do Turvo	1	50,70	963,30	1.141,32
SP	355060	São Roque	15	760,50	14.449,50	11.059,13
SP	355070	São Sebastião	41	2.078,70	39.495,30	10.692,25
SP	355080	São Sebastião da Grama	0	0,00	0,00	2.427,15
SP	355090	São Simão	4	202,80	3.853,20	1.567,80
SP	355100	São Vicente	0	0,00	0,00	133.105,05
SP	355110	Sarapuí	0	0,00	0,00	2.178,46
SP	355120	Sarutaiá	2	101,40	1.926,60	1.028,29
SP	355130	Sebastianópolis do Sul	2	101,40	1.926,60	1.098,55
SP	355140	Serra Azul	4	202,80	3.853,20	1.801,05
SP	355150	Serrana	17	861,90	16.376,10	4.396,49
SP	355160	Serra Negra	1	50,70	963,30	6.222,20
SP	355170	Sertãozinho	45	2.281,50	43.348,50	13.632,70
SP	355180	Sete Barras	0	0,00	0,00	2.592,63
SP	355190	Severínia	3	152,10	2.889,90	1.749,02
SP	355200	Silveiras	1	50,70	963,30	1.164,11
SP	355210	Socorro	2	101,40	1.926,60	8.128,40
SP	355220	Sorocaba	147	7.452,90	141.605,10	86.058,18
SP	355230	Sud Mennucci	4	202,80	3.853,20	1.038,54
SP	355240	Sumaré	45	2.281,50	43.348,50	35.604,66
SP	355250	Suzano	23	1.166,10	22.155,90	53.686,34
SP	355255	Suzanápolis	2	101,40	1.926,60	1.104,52
SP	355260	Tabapuã	7	354,90	6.743,10	1.234,31
SP	355270	Tabatinga	1	50,70	963,30	2.267,94
SP	355280	Taboão da Serra	41	2.078,70	39.495,30	36.468,93
SP	355290	Taciba	3	152,10	2.889,90	1.069,79
SP	355300	Taguaí	3	152,10	2.889,90	1.283,79
SP	355310	Taiaçu	3	152,10	2.889,90	1.053,74
SP	355320	Taiúva	3	152,10	2.889,90	1.030,70
SP	355330	Tambaú	6	304,20	5.779,80	2.539,40
SP	355340	Tanabi	13	659,10	12.522,90	2.573,00
SP	355350	Tapiraí	1	50,70	963,30	1.086,39
SP	355360	Tapiratiba	3	152,10	2.889,90	1.281,83
SP	355365	Taquaral	2	101,40	1.926,60	1.035,20
SP	355370	Taquaritinga	19	963,30	18.302,70	5.861,21
SP	355380	Taquarituba	8	405,60	7.706,40	2.275,58
SP	355385	Taquarivaí	1	50,70	963,30	1.212,18
SP	355390	Tarabai	0	0,00	0,00	2.169,66
SP	355395	Tarumã	2	101,40	1.926,60	1.424,39
SP	355400	Tatuí	0	0,00	0,00	23.292,22
SP	355410	Taubaté	92	4.664,40	88.623,60	40.162,20
SP	355420	Tejupá	0	0,00	0,00	2.041,43
SP	355430	Teodoro Sampaio	9	456,30	8.669,70	2.253,75
SP	355440	Terra Roxa	5	253,50	4.816,50	1.070,54
SP	355450	Tietê	6	304,20	5.779,80	4.016,74
SP	355460	Timburi	0	0,00	0,00	2.056,94
SP	355465	Torre de Pedra	2	101,40	1.926,60	1.054,60
SP	355470	Torrinha	2	101,40	1.926,60	1.056,25
SP	355475	Trabiju	0	0,00	0,00	2.155,51
SP	355480	Tremembé	0	0,00	0,00	11.973,29
SP	355490	Três Fronteiras	2	101,40	1.926,60	1.054,68
SP	355495	Tuiuti	0	0,00	0,00	2.201,05
SP	355500	Tupã	30	1.521,00	28.899,00	8.219,75
SP	355510	Tupi Paulista	8	405,60	7.706,40	1.998,11
SP	355520	Turiúba	2	101,40	1.926,60	1.041,32
SP	355530	Turmalina	2	101,40	1.926,60	1.011,46
SP	355535	Ubarana	3	152,10	2.889,90	1.115,39
SP	355540	Ubatuba	29	1.470,30	27.935,70	11.039,13
SP	355550	Ubirajara	2	101,40	1.926,60	1.059,53

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	355560	Uchoa	4	202,80	3.853,20	1.053,48
SP	355570	União Paulista	0	0,00	0,00	2.191,92
SP	355580	Urânia	5	253,50	4.816,50	1.035,07
SP	355590	Uru	2	101,40	1.926,60	1.019,54
SP	355600	Urupês	6	304,20	5.779,80	1.337,05
SP	355610	Valentim Gentil	6	304,20	5.779,80	1.253,33
SP	355620	Valinhos	0	0,00	0,00	31.006,00
SP	355630	Valparaíso	8	405,60	7.706,40	3.342,84
SP	355635	Vargem	0	0,00	0,00	2.234,87
SP	355640	Vargem Grande do Sul	5	253,50	4.816,50	4.142,85
SP	355645	Vargem Grande Paulista	0	0,00	0,00	13.131,91
SP	355650	Várzea Paulista	16	811,20	15.412,80	11.643,96
SP	355660	Vera Cruz	1	50,70	963,30	1.303,30
SP	355670	Vinhedo	13	659,10	12.522,90	9.391,13
SP	355680	Viradouro	7	354,90	6.743,10	1.950,50
SP	355690	Vista Alegre do Alto	0	0,00	0,00	2.312,70
SP	355695	Vitória Brasil	1	50,70	963,30	1.135,15
SP	355700	Votorantim	8	405,60	7.706,40	15.773,62
SP	355710	Votuporanga	60	3.042,00	57.798,00	10.396,32
SP	355715	Zacarias	1	50,70	963,30	1.238,87
SP	355720	Chavantes	3	152,10	2.889,90	1.222,69
SP	355730	Estiva Gerbi	2	101,40	1.926,60	1.083,64
		Total	7.363	373.304,10	7.092.777,90	10.371.416,64

		ANEXO XXVII				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
TO	170000	SES/TO	0	0,00	0,00	306.644,28
TO	170025	Abreulândia	2	101,40	1.926,60	1.061,52
TO	170030	Aguiarnópolis	3	152,10	2.889,90	2.046,64
TO	170035	Aliança do Tocantins	3	152,10	2.889,90	1.806,62
TO	170040	Almas	4	202,80	3.853,20	2.384,55
TO	170070	Alvorada	4	202,80	3.853,20	2.666,51
TO	170100	Ananás	5	253,50	4.816,50	3.161,62
TO	170105	Angico	2	101,40	1.926,60	1.144,59
TO	170110	Aparecida do Rio Negro	1	50,70	963,30	2.094,44
TO	170130	Aragominas	2	101,40	1.926,60	2.638,53
TO	170190	Araguacema	3	152,10	2.889,90	2.219,02
TO	170200	Araguaçu	4	202,80	3.853,20	2.781,82
TO	170210	Araguaína	101	5.120,70	97.293,30	58.541,88
TO	170215	Araguanã	2	101,40	1.926,60	1.801,53
TO	170220	Araguatins	12	608,40	11.559,60	10.887,80
TO	170230	Arapoema	4	202,80	3.853,20	2.162,16
TO	170240	Arraias	5	253,50	4.816,50	3.491,96
TO	170255	Augustinópolis	8	405,60	7.706,40	5.666,58
TO	170270	Aurora do Tocantins	0	0,00	0,00	2.472,29
TO	170290	Axixá do Tocantins	4	202,80	3.853,20	3.112,92
TO	170300	Babaçulândia	4	202,80	3.853,20	3.397,79
TO	170305	Bandeirantes do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.171,22
TO	170307	Barra do Ouro	1	50,70	963,30	1.984,46
TO	170310	Barrolândia	2	101,40	1.926,60	1.794,19
TO	170320	Bernardo Sayão	0	0,00	0,00	2.933,91
TO	170330	Bom Jesus do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.532,92
TO	170360	Brasilândia do Tocantins	1	50,70	963,30	1.145,03
TO	170370	Brejinho de Nazaré	3	152,10	2.889,90	1.752,77
TO	170380	Buriti do Tocantins	3	152,10	2.889,90	4.075,97
TO	170382	Cachoeirinha	0	0,00	0,00	2.100,59
TO	170384	Campos Lindos	3	152,10	2.889,90	3.293,45
TO	170386	Cariri do Tocantins	1	50,70	963,30	1.847,81
TO	170388	Carmolândia	2	101,40	1.926,60	1.081,25
TO	170389	Carrasco Bonito	2	101,40	1.926,60	1.331,03
TO	170390	Caseara	3	152,10	2.889,90	1.688,22
TO	170410	Centenário	2	101,40	1.926,60	1.090,98
TO	170460	Chapada de Areia	0	0,00	0,00	2.092,19
TO	170510	Chapada da Natividade	2	101,40	1.926,60	1.115,86
TO	170550	Colinas do Tocantins	17	861,90	16.376,10	10.802,98
TO	170555	Combinado	3	152,10	2.889,90	1.564,45
TO	170560	Conceição do Tocantins	1	50,70	963,30	1.790,79
TO	170600	Couto Magalhães	0	0,00	0,00	3.522,73
TO	170610	Cristalândia	4	202,80	3.853,20	2.345,87
TO	170625	Crixás do Tocantins	1	50,70	963,30	1.182,42
TO	170650	Darcinópolis	0	0,00	0,00	3.851,72
TO	170700	Dianópolis	10	507,00	9.633,00	6.800,75
TO	170710	Divinópolis do Tocantins	0	0,00	0,00	4.334,54
TO	170720	Dois Irmãos do Tocantins	3	152,10	2.889,90	2.305,43
TO	170730	Dueré	2	101,40	1.926,60	1.524,38
TO	170740	Esperantina	4	202,80	3.853,20	3.447,58
TO	170755	Fátima	3	152,10	2.889,90	1.276,03
TO	170765	Figueirópolis	3	152,10	2.889,90	1.730,09
TO	170770	Filadélfia	0	0,00	0,00	5.560,33
TO	170820	Formoso do Araguaia	6	304,20	5.779,80	5.956,96
TO	170825	Fortaleza do Tabocão	2	101,40	1.926,60	1.056,42
TO	170830	Goianorte	1	50,70	963,30	2.344,77
TO	170900	Goiatins	4	202,80	3.853,20	4.422,12
TO	170930	Guaraí	14	709,80	13.486,20	7.930,09
TO	170950	Gurupi	3	152,10	2.889,90	49.948,20
TO	170980	Ipueiras	0	0,00	0,00	2.285,21
TO	171050	Itacajá	3	152,10	2.889,90	2.413,71
TO	171070	Itaguatins	3	152,10	2.889,90	1.929,74
TO	171090	Itapiratins	0	0,00	0,00	2.490,81

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TO	171110	Itaporã do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.022,19
TO	171150	Jaú do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.261,79
TO	171180	Juarina	0	0,00	0,00	2.041,51
TO	171190	Lagoa da Confusão	4	202,80	3.853,20	5.254,14
TO	171195	Lagoa do Tocantins	0	0,00	0,00	2.744,02
TO	171200	Lajeado	2	101,40	1.926,60	1.247,14
TO	171215	Lavandeira	1	50,70	963,30	1.288,95
TO	171240	Lizarda	2	101,40	1.926,60	1.250,91
TO	171245	Luzinópolis	2	101,40	1.926,60	1.119,79
TO	171250	Marianópolis do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.628,27
TO	171270	Mateiros	0	0,00	0,00	2.944,13
TO	171280	Maurilândia do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.149,65
TO	171320	Miracema do Tocantins	9	456,30	8.669,70	9.376,23
TO	171330	Miranorte	6	304,20	5.779,80	4.205,56
TO	171360	Monte do Carmo	2	101,40	1.926,60	2.950,80
TO	171370	Monte Santo do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.068,93
TO	171380	Palmeiras do Tocantins	2	101,40	1.926,60	2.198,83
TO	171395	Muricilândia	2	101,40	1.926,60	1.172,44
TO	171420	Natividade	4	202,80	3.853,20	2.943,96
TO	171430	Nazaré	2	101,40	1.926,60	1.397,12
TO	171488	Nova Olinda	4	202,80	3.853,20	3.699,44
TO	171500	Nova Rosalândia	2	101,40	1.926,60	1.375,67
TO	171510	Novo Acordo	2	101,40	1.926,60	1.396,19
TO	171515	Novo Alegre	2	101,40	1.926,60	1.028,41
TO	171525	Novo Jardim	2	101,40	1.926,60	1.077,08
TO	171550	Oliveira de Fátima	1	50,70	963,30	1.153,00
TO	171570	Palmeirante	2	101,40	1.926,60	1.869,83
TO	171575	Palmeirópolis	4	202,80	3.853,20	2.406,96
TO	171610	Paraíso do Tocantins	27	1.368,90	26.009,10	15.538,34
TO	171620	Paranã	3	152,10	2.889,90	3.891,13
TO	171630	Pau D'Arco	2	101,40	1.926,60	1.559,67
TO	171650	Pedro Afonso	6	304,20	5.779,80	4.154,38
TO	171660	Peixe	0	0,00	0,00	7.215,79
TO	171665	Pequizeiro	3	152,10	2.889,90	1.741,22
TO	171670	Colméia	0	0,00	0,00	5.430,90
TO	171700	Pindorama do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.475,14
TO	171720	Piraquê	1	50,70	963,30	1.112,38
TO	171750	Pium	3	152,10	2.889,90	2.389,99
TO	171780	Ponte Alta do Bom Jesus	2	101,40	1.926,60	1.502,64
TO	171790	Ponte Alta do Tocantins	3	152,10	2.889,90	2.494,61
TO	171800	Porto Alegre do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.085,75
TO	171820	Porto Nacional	25	1.267,50	24.082,50	16.425,30
TO	171830	Praia Norte	3	152,10	2.889,90	2.650,03
TO	171840	Presidente Kennedy	3	152,10	2.889,90	1.236,22
TO	171845	Pugmil	2	101,40	1.926,60	1.091,88
TO	171850	Recursolândia	2	101,40	1.926,60	1.384,27
TO	171855	Riachinho	2	101,40	1.926,60	1.490,12
TO	171865	Rio da Conceição	2	101,40	1.926,60	1.148,83
TO	171870	Rio dos Bois	1	50,70	963,30	1.185,01
TO	171875	Rio Sono	0	0,00	0,00	4.161,65
TO	171880	Sampaio	2	101,40	1.926,60	1.491,97
TO	171884	Sandolândia	0	0,00	0,00	2.271,77
TO	171886	Santa Fé do Araguaia	2	101,40	1.926,60	2.746,88
TO	171888	Santa Maria do Tocantins	1	50,70	963,30	1.302,51
TO	171889	Santa Rita do Tocantins	1	50,70	963,30	1.196,14
TO	171890	Santa Rosa do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.558,24
TO	171900	Santa Tereza do Tocantins	0	0,00	0,00	2.185,68
TO	172000	Santa Terezinha do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.029,47
TO	172010	São Bento do Tocantins	1	50,70	963,30	2.391,60
TO	172015	São Félix do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.073,82
TO	172020	São Miguel do Tocantins	4	202,80	3.853,20	3.707,21
TO	172025	São Salvador do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.050,41
TO	172030	São Sebastião do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.534,34
TO	172049	São Valério	2	101,40	1.926,60	1.403,57
TO	172065	Silvanópolis	3	152,10	2.889,90	1.737,28
TO	172080	Sítio Novo do Tocantins	3	152,10	2.889,90	2.984,72
TO	172085	Sucupira	0	0,00	0,00	2.177,22
TO	172090	Taguatinga	7	354,90	6.743,10	5.149,10
TO	172093	Taipas do Tocantins	1	50,70	963,30	1.187,12
TO	172097	Talismã	2	101,40	1.926,60	1.109,17
TO	172100	Palmas	140	7.098,00	134.862,00	104.607,67
TO	172110	Tocantínia	0	0,00	0,00	4.984,17
TO	172120	Tocantinópolis	7	354,90	6.743,10	7.837,71
TO	172125	Tupirama	0	0,00	0,00	2.255,81
TO	172130	Tupiratins	0	0,00	0,00	2.331,52
TO	172208	Wanderlândia	0	0,00	0,00	7.250,38
TO	172210	Xambioá	2	101,40	1.926,60	5.516,88
		Total	638	32.346,60	614.585,40	903.745,57
		Total Geral	55.234	2.800.363,80	53.206.912,20	73.727.740,85

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 2.263, DE 27 DE JULHO DE 2018

Torna sem efeito a Portaria 1.685/GM/MS, de 8 de junho de 2018, que habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB) e a Portaria nº 1.686/GM/MS, de 8 de junho de 2018, que habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1.685/GM/MS, de 8 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 110, de 11 de junho de 2018, Seção 1, página 37.

Art. 2º Tornar sem efeito a Portaria nº 1.686/GM/MS, de 8 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 110, de 11 de junho de 2018, Seção 1, página 38.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DECISÃO DE 8 DE JUNHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através de Reunião Eletrônica para o Circuito Deliberativo nº 8 de 08/06/2018, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo SEI nº 33902.190950/2016-88

Decisão: Aprovada à unanimidade a proposta de alteração da Ficha Técnica do Indicador nº 9 - Índice de Abrangência do Acompanhamento Econômico-Financeiro das Operadoras por Beneficiários - do Programa de Qualificação Institucional.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente
Substituto

DECISÃO DE 8 DE JUNHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através de Reunião Eletrônica para o Circuito Deliberativo nº 8 de 08/06/2018, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo SEI nº 33902.031549/2016-15

Decisão: Aprovada à unanimidade a autorização para prorrogação do Contrato nº 28/2016, firmado com a empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda., pelo período de 19/09/2018 a 19/09/2019, no valor mensal de R$ 1.077.985,76, perfazendo o valor total anual de R$ 12.935.829,12.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 1.161, DE 27 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 17/2018, realizada em 17 de julho de 2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

Recorrente: Isnar Coutinho & Filhos Ltda
CNPJ: 92.199.942/0001-69
Processo: 25351.410328.2016-91
Expediente: 537180/16-5
GHCOS
Ausente o Diretor Jarbas Barbosa.
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER o recurso por intempestividade, sem revisão de ofício, acompanhando a posição do relator no Voto nº 046/2018 - Direg/Anvisa.
Recorrente: Interfina Agroquimica Ltda - EPP
CNPJ: 12.846.660/0001-77
Processo: 25351.631467/2017-01
Expediente: 0137891/18-1
CRCOS
- ROP 016/2018: mantido em pauta.
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o parecer nº 016/2018 - Corec/Cosan/GHCOS.

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.003, DE 25 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.004, DE 25 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.005, DE 25 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir as petições de avaliação relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.045, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Alimentos no uso da atribuição que lhe fora conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder a revalidação automática do registro do alimento, sob o número de processo constante do anexo desta Resolução, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº. 986, de 21 de outubro de 1969 e do item 7.1 da Resolução Anvisa nº. 23, de 15 de março de 2000.

Art. 2º A revalidação abrange as petições que ainda não foram objetos de decisão por parte da Anvisa.

Art. 3º A revalidação automática não se aplica às petições de revalidação de registro protocolados fora do prazo estabelecido nos termos do item 7.1 da Resolução Anvisa nº. 23, de 15 de março de 2000.

Art. 4º As petições revalidadas automaticamente serão analisadas, podendo a Administração indeferir o pedido de revalidação e cancelar o registro que tenha sido automaticamente revalidado ou ratificá-lo, deferindo o pedido de revalidação.

Art. 5º Os produtos com registros revalidados podem ser consultados no link: http://www7.anvisa.gov.br/datavisa/Consulta_Produto/consulta_alimento.asp.

Art. 6º Será considerada a data de revalidação do registro contada a partir do final da vigência do período de validade anterior, sem haver interrupção na regularidade do registro.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor em 26 de julho de 2018.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÕES

Na Resolução - RE nº 2.076, de 24 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 142, de 28 de julho de 2014, na Seção 1, pág. 55, e em Suplemento, pág. 88, referente ao processo 25024.002042/2003-99, da empresa AD OCEANUM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA., onde se lê: 02/2024. Leia-se:02/2019

Na Resolução - RE nº 1.719, de 4 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 130, de 9 de julho de 2018, na Seção 1 pág. 29, e em suplemento, pág. 13, referente ao processo 25351.023210/2016-10, da empresa NUTRENDS EIRELI -ME., onde se lê:REST FORCE. Leia-se: BEST FORCE

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.010, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral Substituta de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Publicar o indeferimento das petições secundárias de medicamentos novos, sob os números de expediente constantes no anexo desta Resolução, nos termos do Art. 17-A §§ 3º e 4º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, alterada pelo Art. 2º da Lei Nº 13.411, e Art. 4º da Lei Nº 13.411, de 28 de dezembro de 2016 e Art. 5º §2º, Art. 6º §2º, Art. 7º §2º e Art. 15º §2º da Resolução RDC Nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este ato administrativo decorre da ausência de aditamento específico tempestivo para as petições secundárias relativo a manifestação de interesse na análise, nos termos do Art. 6º e seus § 1º e § 2º da Resolução RDC Nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.011, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral Substituta de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Declarar o cancelamento de registro a pedido dos medicamentos específicos e fitoterápicos sob os números de processos/números de registro constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.012, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral Substituta de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido dos expedientes de medicamentos similares, genéricos, novos, específicos, dinamizados, fitoterápicos, biológicos, radiofármacos e de insumos farmacêuticos ativos, sob o nº. de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do Art. 51 da Lei nº. 9.784 de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.013, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral Substituta de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no Art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e visando o adequado cumprimento da Lei nº 13.411/16, resolve:

Art. 1º Prorrogar por até 20 dias do prazo original, no caso de petições prioritárias, e por até 60 dias do prazo original no caso de petições ordinárias, nos termos do § 5º do art. 17-A da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente às petições de pós-registro listadas no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.014, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral Substituta de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no Art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016 e, visando o adequado cumprimento da Lei nº 13.411/16, resolve:

Art. 1º Prorrogar por até 40 dias do prazo original, no caso de petições prioritárias, e por até 122 dias do prazo original no caso de petições ordinárias, nos termos do § 5º do art. 17-A da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente às petições de registro listadas no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.015, DE 26 DE JULHO DE 2018

A Gerente-Geral Substituta de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a RESOLUÇÃO - RE Nº 1.627, de 21 de junho de 2018, única e exclusivamente quanto a indeferir petição de RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO para o medicamento amoxicilina, expediente nº 2044026/17-0, processo 25351.339344/2006-51, referente à empresa Unichem Farmacêutica Do Brasil Ltda, publicada no Diário Oficial da União nº. 120, de 25 de junho de 2018, Seção 1, página 38 e Suplemento página 30.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.016, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral Substituta de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.017, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral Substituta de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.018, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral Substituta de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.019, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral Substituta de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.020, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral Substituta de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 dias a partir da data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.024, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral Substituta de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir as petições de registro de medicamento novo conforme relação anexa;

Art. 2º Mais informações devem ser consultadas no site da Anvisa - www.anvisa.gov.br;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE Nº 1.290, de 24 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 78, de 27 de abril de 2015, Seção 1 Pág. 46 e Suplemento Pág. 53, referente ao processo 25351.696768/2014-60.

Onde se lê:

MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA 1.08326-7
S I N VA S TAT I N A
ANTILIPEMICOS
Referência - ZOCOR 25351.696768/2014-60 09/2018
COMERCIAL 1.8326.0082.001-1 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 10
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.8326.0082.002-1 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 20
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.8326.0082.003-8 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 100 (EMB HOSP)
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.8326.0082.004-6 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 30
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.8326.0082.005-4 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 10
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.8326.0082.006-2 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 20
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.8326.0082.007-0 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 30
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.8326.0082.008-9 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 60 (EMB HOSP)
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.8326.0082.009-7 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 100 (EMB HOSP)
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.8326.0082.010-0 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 100 (EMB HOSP)
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.8326.0082.011-9 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 10
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.8326.0082.012-7 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 10
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.8326.0082.013-5 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 30
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.8326.0082.014-3 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 100 (EMB HOSP)
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.8326.0082.015-1 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 30
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)

Leia-se:

MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA 1.08326-7
S I N VA S TAT I N A
ANTILIPEMICOS
Referência - ZOCOR 25351.696768/2014-60 09/2018
COMERCIAL 1.8326.0082.001-1 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.8326.0082.002-1 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE

DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.8326.0082.003-8 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 100
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.8326.0082.004-6 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.8326.0082.005-4 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.8326.0082.006-2 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.8326.0082.007-0 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.8326.0082.008-9 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.8326.0082.009-7 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 100
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.8326.0082.010-0 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 100
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.8326.0082.011-9 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.8326.0082.012-7 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.8326.0082.013-5 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.8326.0082.014-3 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 100
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.8326.0082.015-1 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE Nº 1.327, de 24 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 101, de 28 de maio de 2018 Seção 1 Pág. 51 e Suplemento Pág. 24, referente ao processo 25351.123982/2017-12.

Onde se lê:
COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS
S.A. 61082426000207
dipirona monoidratada
ATROVERAN DIP 25351.123982/2017-12 05/2023
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 0363887/17-1
(1960 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE
TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
-
756052/11-4 - 25351.538830/2011-83)
1.7817.0858.001-3 24 Meses
500 MG COM CX BL AL PLAS INC X 240
1.7817.0858.002-1 24 Meses
500 MG COM DISP BL AL PLAS INC X 100
1.7817.0858.003-1 24 Meses
1G COM CT BL AL PLAS INC X 10
1.7817.0858.004-8 24 Meses
1G COM CT BL AL PLAS INC X 20
1.7817.0858.005-6 24 Meses
1G COM DISP BL AL PLAS INC X 100
1.7817.0858.006-4 24 Meses
1G COM DISP BL AL PLAS INC X 200
1.7817.0858.007-2 24 Meses
1G COM CX BL AL PLAS INC X 50
1.7817.0858.008-0 24 Meses
1G COM CX BL AL PLAS INC X 200
1.7817.0858.009-9 24 Meses
1G COM CX BL AL PLAS INC X 250
1.7817.0858.010-2 24 Meses
1G COM CX BL AL PLAS INC X 300
1.7817.0858.011-0 24 Meses
1G COM CX BL AL PLAS INC X 400
1.7817.0858.012-9 24 Meses
1G COM CX BL AL PLAS INC X 500
1.7817.0858.013-7 24 Meses
1G COM CX BL AL PLAS INC X 600
1.7817.0858.014-5 24 Meses
1G COM CX BL AL PLAS INC X 100
Leia-se:
COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS
S.A. 61082426000207
dipirona monoidratada
ATROVERAN DIP 25351.123982/2017-12 05/2023
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 0363887/17-1
(1960 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE
TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
-
756052/11-4 - 25351.538830/2011-83)
1.7817.0858.001-3 24 Meses
500 MG COM CX BL AL PLAS TRANS X 240
1.7817.0858.002-1 24 Meses
500 MG COM DISP BL AL PLAS TRANS X 100
1.7817.0858.003-1 24 Meses
1G COM CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.7817.0858.004-8 24 Meses
1G COM CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.7817.0858.005-6 24 Meses
1G COM DISP BL AL PLAS TRANS X 100
1.7817.0858.006-4 24 Meses
1G COM DISP BL AL PLAS TRANS X 200
1.7817.0858.007-2 24 Meses
1G COM CX BL AL PLAS TRANS X 50
1.7817.0858.008-0 24 Meses
1G COM CX BL AL PLAS TRANS X 200
1.7817.0858.009-9 24 Meses
1G COM CX BL AL PLAS TRANS X 250
1.7817.0858.010-2 24 Meses
1G COM CX BL AL PLAS TRANS X 300
1.7817.0858.011-0 24 Meses
1G COM CX BL AL PLAS TRANS X 400
1.7817.0858.012-9 24 Meses
1G COM CX BL AL PLAS TRANS X 500
1.7817.0858.013-7 24 Meses
1G COM CX BL AL PLAS TRANS X 600
1.7817.0858.014-5 24 Meses
1G COM CX BL AL PLAS TRANS X 100
1.7817.0858.015-3 24 Meses
1G COM CT BL AL PLAS TRANS X 4

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE Nº 2.097, de 03 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 150, de 07 de agosto de 2017, Seção 1 Pág. 49 e Suplemento Pág. 05, referente ao processo 25351.244135/2017-89.

Onde se lê:
FARMOQUÍMICA S/A 33349473000158
TRETINOÍNA
VESANOID 25351.244135/2017-89 12//2020
11200 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA
DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL)
0796696/17-2
1.0390.0198.001-8 36 Meses
10 MG CAP GEL CT FR VD AMB X 100
Leia-se:
FARMOQUÍMICA S/A 33349473000158
TRETINOÍNA
VESANOID 25351.244135/2017-89 12//2020
11200 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA
DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL)
0796696/17-2
1.0390.0198.001-8 36 Meses
10 MG CAP MOLE CT FR VD AMB X 100

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE Nº 3.681, de 18 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 182, de 22 de setembro de 2014, Seção 1 Pág. 39 e Suplemento Pág. 01, referente ao processo 25351.335872/2009-02.

Onde se lê:
LABORATÓRIOS OSÓRIO MORAES LTDA. 1.00504-0
CLORIDRATO DE AMBROXOL
EXPECTORANTES
Referência - MUCOSOLVAN 25351.335872/2009-02 09/2019
COMERCIAL 1.0504.0052.001-1 36 Meses
6 MG/ML XPE CT FR VC AMB X 120 ML
Não informado
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0504.0052.002-1 36 Meses
3 MG/ML XPE CT FR VC AMB X 120 ML
Não informado
Leia-se:
LABORATÓRIOS OSÓRIO MORAES LTDA. 1.00504-0
CLORIDRATO DE AMBROXOL
EXPECTORANTES BALSÂMICOS E MUCOLÍTICOS
Referência - MUCOSOLVAN 25351.335872/2009-02 09/2019
COMERCIAL 1.0504.0052.001-1 36 Meses
6 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 120 ML
Não informado
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0504.0052.002-1 36 Meses
3 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 120 ML
Não informado

GERÊNCIA-GERAL DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS OU NÃO DO TABACO

DESPACHO Nº 163, DE 16 DE JULHO DE 2018

A Gerência-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco - GGTAB da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 120-H, da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 03 de fevereiro de 2016, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

Autuado: DA LATA HEAD CLUB TABACARIA EIRELI - ME
CNPJ: 23.562.471/0001-99
PROCESSO Nº: 25069.319422/2016-14 - AIS: 009/2016
Expediente: 2233301/16-1
Penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais).
Autuado: SOUZA CRUZ LTDA.
CNPJ: 33.009.911/0001-39
PROCESSO Nº: 25069.172660/2017-98 - AIS: 006/2017
Expediente: 0508183/17-1
Arquivamento por nulidade.
Autuado: SANDRA MARIA TAKEDA (Lojinha do Arguile)
CNPJ: 24.062.404/0001-78
PROCESSO Nº: 25069.184651/2017-90 - AIS: 007/2017
Expediente: 0543649/17-4
Penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais).
Autuado: RODOLFO LUIZ DI GRAZIA E SILVA
CPF: 322.580.248-46
PROCESSO Nº: 25069.203123/2017-01 - AIS: 012/2017
Expediente: 0612074/17-1
Penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais).
Autuado: MARCELO TOSHIMITSU AOKI
CPF: 271.008.468-62
PROCESSO Nº: 25069.204424/2017-55 - AIS: 014/2017
Expediente: 0615406/17-9
Penalidade de multa no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais).
Autuado: SOUZA CRUZ LTDA.
CNPJ: 33.009.911/0001-39
PROCESSO Nº: 25069.305683/2017-36 - AIS: 021/2017
Expediente: 2082050/17-7
Penalidade de multa no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).
Autuado: MUNDO ÁRABE COMÉRCIO VAREJISTA DE ALIMENTOS EIRELI - EPP
CNPJ: 22.111.863/0001-79
PROCESSO Nº: 25069.126609/2018-81 - AIS: 009/2018
Expediente: 0180460/18-0
Penalidade de multa no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais).
Autuado: SOUZA CRUZ LTDA.
CNPJ: 33.009.911/0001-39
PROCESSO Nº: 25069.133398/2018-17 - AIS: 006/2018
Expediente: 0161979/18-9
Penalidade de multa no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

PATRÍCIA FRANCISCO BRANCO
Gerente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.029, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.030, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.031, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.032, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa, em atendimento à decisão da ação ordinária nº 51051-50.2012.4.01.3400 - 21ª Vara Federal/DF, que confirma a antecipação de tutela e determina à ANVISA a aceitar os certificados de boas práticas estrangeiros ou seus congêneres, nas hipóteses em que os pedidos de inspeção internacional feitos pelos filiados da ABIMED (Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Equipamentos, Produtos e Suprimentos Médico-Hospitalares) estejam protocolados e paralisados há mais de seis meses, sem prejuízo da inspeção internacional a ser feita posteriormente pela ANVISA para fins de confirmação ou não da avaliação estrangeira.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.033, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Conceder a Transferência de Titularidade de Registro ou Cadastro e por consequente, cancelar o Registro ou Cadastro dos Produtos para Saúde na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, após a sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.034, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Declarar o cancelamento de registro ou cadastro de produtos para a saúde a pedido da empresa sob os números de processos/números de registro/cadastro constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.035, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Publicar a desistência a pedido dos expedientes de produtos para a saúde sob o número de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº 9.784 de 1999.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.036, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as alterações, relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE n° 3.266 de 3 de agosto de 2012, publicada em DOU nº 151 de 6 de agosto de 2012, Seção 1 página 42 e em suplemento página 23.

Onde se lê:

BIOTEC PRODUTOS PLÁSTICOS E METÁLICOS LTDA - EPP 8.03306-3

Drenos 25351.247467/2007-47

BIOMEG - COLETOR PARA DRENAGEM TORACICA E MEDIASTINAL

FABRICANTE : BIOTEC PRODUTOS PLÁSTICOS E METÁLICOS LTDA - EPP - BRASIL

[...]

80012 - Revalidação de Cadastro de FAMÍLIA de Material de Uso Médico

Leia-se:

BIOTEC PRODUTOS PLÁSTICOS E METÁLICOS LTDA - EPP 8.03306-3

Drenos 25351.247467/2007-47

BIOMEG - COLETOR PARA DRENAGEM TORACICA E MEDIASTINAL

FABRICANTE : BIOTEC PRODUTOS PLÁSTICOS E METÁLICOS LTDA - EPP - BRASIL

[...]

80011 - Revalidação de Cadastro de SISTEMA de Material de Uso Médico

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE n° 710 de 22 de março de 2018, publicada em DOU nº 58 de 26 de março de 2018, Seção 1, página 151 e em Suplemento, página 86.

Onde se lê:

EMERGO BRAZIL IMPORT IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - ME 8.01175-8

...

Cateteres 25351.348550/2017-05

Kit para Cateterização Venosa Central de Lúmen Duplo

...

CLASSE: IV 80117580671

8027 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico Importado

Leia-se:

EMERGO BRAZIL IMPORT IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - ME 8.01175-8

...

Cateteres 25351.348550/2017-05

Kit para Cateterização Venosa Central de Lúmen Duplo

...

CLASSE: IV 80117580671

80087 - MATERIAL - Registro de Conjunto de Material de Uso Médico Importado

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE n° 988 de 12 de abril de 2017, publicada em DOU nº 73 de 17 de abril de 2017, Seção 1, página 39 e em Suplemento, página 49.

Onde se lê:

ALIVE HEART MATERIAL MÉDICO LTDA 8.04154-4

...

Kit para Cateter Venoso 25351.149918/2017-12

Kit de Cateterização de Lúmen Duplo

...

CLASSE : II 80415440021

80089 - MATERIAL - Cadastro de Conjunto de Materiais de Uso Médico Importado

Leia-se:

ALIVE HEART MATERIAL MÉDICO LTDA 8.04154-4

...

Kit para Cateter Venoso 25351.149918/2017-12

Kit de Cateterização de Lúmen Duplo

...

CLASSE : IV 80415440021

80087 - MATERIAL - Registro de Conjunto de Material de Uso Médico Importado

GERÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES, COSMÉTICOS E SANEANTES

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.021, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.022, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.023, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder a revalidação automática do registro dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes sob os números de processos constantes do anexo desta Resolução, nos termos do § 6º do art. 12 da Lei nº. 6.360, de 1976.

Art. 2º A revalidação abrange os pedidos que ainda não foram objetos de qualquer manifestação por parte da Anvisa.

Parágrafo único. Não constam do anexo desta Resolução os expedientes protocolados fora do prazo estabelecido nos termos da Lei nº. 6.360, de 1976.

Art. 3º A revalidação automática não impedirá a continuação da análise da petição de renovação de registro requerida, podendo a Administração, se for o caso, indeferir o pedido de renovação e cancelar o registro que tenha sido automaticamente revalidado, ou ratificá-lo deferindo o pedido de renovação.

Art. 4º Os dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes revalidados podem ser consultados, assim como suas apresentações validas no link: http://consultas.anvisa.gov.br/#/cosmeticos/registrados/

Art. 5º Será considerada a data de revalidação do registro contada a partir do final da vigência do período de validade anterior, de modo que não há interrupção na regularidade do registro.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.037, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.038, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.039, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir as petições de Transferência de titularidade e por consequente, cancelar o Registro dos produtos saneantes de risco 2, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, após a sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.040, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder a revalidação automática do registro dos saneantes sob os números de processos constantes do anexo desta Resolução, nos termos do § 6º do art. 12 da Lei nº. 6.360, de 1976.

Art. 2º A revalidação abrange os pedidos que ainda não foram objetos de qualquer manifestação por parte da Anvisa.

Parágrafo único. Não constam do anexo desta Resolução os expedientes protocolados fora do prazo estabelecido nos termos da Lei nº 6.360, de 1976.

Art. 3º A revalidação automática não impedirá a continuação da análise da petição de renovação de registro requerida, podendo a Administração, se for o caso, indeferir o pedido de renovação e cancelar o registro que tenha sido automaticamente revalidado, ou ratificá-lo deferindo o pedido de renovação.

Art. 4º Os saneantes revalidados podem ser consultados, assim como suas apresentações validas no link: http://www7.anvisa.gov.br/datavisa/Consulta_Produto/consulta_saneante.asp

Art. 5º Será considerada a data de revalidação do registro contada a partir do final da vigência do período de validade anterior, de modo que não há interrupção na regularidade do registro.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.972, DE 24 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.973, DE 24 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.974, DE 24 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.975, DE 24 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.976, DE 24 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.977, DE 24 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.978, DE 24 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.979, DE 24 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.980, DE 24 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.981, DE 24 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.986, DE 25 DE JULHO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Alterar a razão social da empresa fabricante na certificação solicitada pela empresa Karl Storz Marketing América do Sul LTDA, CNPJ nº 10.836.991/0001-09, publicada pela Resolução RE nº 2.577, de 23 de setembro de 2016, no Diário Oficial da União nº. 185, de 26 de setembro de 2016, Seção 1, pág. 44, e em suplemento da Seção I, pág. 34 de Karl Storz & Co. KG., para Karl Storz SE & Co. KG, conforme expedientes nº 2160467/16-3 e nº 0025482/18-7.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.987, DE 25 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a Declaração de Cooperação firmada em 27 de novembro de 2012 entre as Autoridades Regulatórias participantes do Programa de Auditoria Única em Produtos para a Saúde (MDSAP - Medical Device Single Audit Program);

Considerando o art. 7° da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 alterado pelo Art. 128 da Lei n°13.097, de 19 de janeiro de 2015;

Considerando o Parágrafo Único do Art. 4º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, alterado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 217, de 20 de fevereiro de 2018;

Considerando o Parágrafo primeiro do art. 15 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 183, de 17 de outubro de 2017;

Considerando o parecer da área técnica emitido com base em relatório válido de auditoria realizada por organismo auditor terceiro reconhecido pela Anvisa para realizar auditorias regulatórias em estabelecimentos fabris de Produtos para Saúde;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.988, DE 25 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.989, DE 25 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar as Autorizações de Funcionamento de Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.990, DE 25 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a publicação de indeferimento de Concessão de Autorização de Funcionamento da empresa abaixo citada publicada pela Resolução n° 1.579 de 20 de junho de 2018, no Diário Oficial da União nº 120 de 25 de junho de 2018, Seção 1 pág. 41 e Suplemento pág. 102.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.991, DE 25 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.992, DE 25 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.993, DE 25 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.994, DE 25 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente o indeferimento de Concessão de Autorização de Funcionamento da empresa abaixo citada publicada pela Resolução n° 935 de 12 de abril de 2018, no Diário Oficial da União nº 72 de 16 de abril de 2018, Seção 1 pág. 38 e Suplemento págs. 88 e 89.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.995, DE 25 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.996, DE 25 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.997, DE 25 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.998, DE 25 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.999, DE 25 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 8°, da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 183, de 17 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.000, DE 25 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde das empresas constantes no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.001, DE 25 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.002, DE 25 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.007, DE 26 DE JULHO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando os arts. 12, 50 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

Considerando os arts. 2º, inciso VII, 6º e 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

Considerando a comprovação da fabricação, comércio e divulgação dos produtos cosméticos Gel Suavizante de Arnica 100g; Gel para dores em geral, Tarja Preta; Sebo de Carneiro Extra e Doutorzinho 250g, sem registro/notificação na Anvisa, pela empresa Cristóvão Silvestre dos Santos, nome de fantasia CRI COSMÉTICOS, CNPJ nº 16.767.161/0001-45, que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso dos produtos cosméticos Gel Suavizante de Arnica 100g; Gel para dores em geral, Tarja Preta; Sebo de Carneiro Extra e Doutorzinho 250g, fabricados pela empresa Cristóvão Silvestre dos Santos, nome de fantasia CRI COSMÉTICOS, CNPJ nº 16.767.161/0001-45 (situação cadastral baixada em 17/01/2017), localizada na rua Gilberto Felix de Menezes, nº 99, Bairro Senador Arnon de Melo, Arapiraca- AL, CEP: 57315780.

Art. 2º Determinar a apreensão das unidades dos produtos descritos no art. 1º encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.009, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Saneantes Domissanitários, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Saneantes Domissanitários da empresa constante no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.025, DE 26 DE JULHO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando que o produto é único de mercado, com a associação registrada;

considerando o baixo risco envolvido na utilização do produto;

considerando o risco de desabastecimento de mercado e o interesse da população na manutenção do uso continuo da medicação, resolve:

Art. 1º Revogar a Resolução-RE 1.409, de 1 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 04 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.046, DE 27 DE JULHO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando os arts. 12 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

Considerando os arts. 2º, inciso VII, 6º e 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

Considerando a comprovação da fabricação, comércio e divulgação do produto cosmético LISOPLASTIA, marca GOLD SPELL CO. pela empresa FORTMASTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA, CNPJ nº 11.342.752/0001-57, Autorização de Funcionamento 2.05.920-7, em desacordo com Resolução RDC nº 7/2015 por ter sido notificado com modo de uso de alisante, quando deveria ser registrado, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto LISOPLASTIA, marca GOLD SPELL CO., fabricado pela empresa FORTMASTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA, CNPJ 11.342.752/0001-57, localizada na Av. das Américas, 3239 / Fazenda Rio Grande - PR.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE Nº 1.175, de 9 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 91, de 14 de maio de 2018, Seção 1, pág. 34 e Suplemento, págs. 87 e 88.

Onde se lê:

EMPRESA: MAPOL MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: av washington barcelos, 809 B
BAIRRO: urciano lemos CEP: 38181292 - ARAXÁ/MG
CNPJ: 29.330.528/0001-00
PROCESSO: 25351.068048/2018-01
AUTORIZ/MS: 7.57335-7
ATIVIDADE/ CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS

Leia-se:

EMPRESA: MAPOL MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: av washington barcelos, 809 B
BAIRRO: urciano lemos CEP: 38181292 - ARAXÁ/MG
CNPJ: 29.330.528/0001-00
PROCESSO: 25351.068048/2018-01
AUTORIZ/MS: 7.57335-7
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE n° 1.786, de 5 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 130, de 9 de julho de 2018, Seção 1 pág. 34, Suplemento págs. 71 e 72.

Onde se lê:

EMPRESA: BAUMIS HIDROAZULINDUSTRIA E COMERCIO
LT D A
ENDEREÇO: RUA JOÃO DIAS NETO, N° 18/D
BAIRRO: VILA REIS CEP: 36770902 - CATAGUASES/MG
CNPJ: 25.686.353/0001-18
PROCESSO: 25000.011844/98-76 AUTORIZ/MS: 3.02108.2
AT I V I D A D E / C L A S S E
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EXPORTAR: SANEANTE DOMIS.
FABRICAR: SANEANTE DOMIS.
IMPORTAR: SANEANTE DOMIS.

Leia-se:

EMPRESA: BAUMINAS HIDROAZUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO
LTDA
ENDEREÇO: RUA JOÃO DIAS NETO, N° 18/D

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BAIRRO: VILA REIS CEP: 36770902 - CATAGUASES/MG
CNPJ: 25.686.353/0001-18
PROCESSO: 25000.011844/98-76 AUTORIZ/MS: 3.02108.2
AT I V I D A D E / C L A S S E
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EXPORTAR: SANEANTE DOMIS.
FABRICAR: SANEANTE DOMIS.
IMPORTAR: SANEANTE DOMIS.

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.006, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.008, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 19 março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresa Prestadora de Serviço de Importação por conta e ordem de terceiro detentor de registro na ANVISA em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.026, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.027, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder alteração de endereço na Autorização de Funcionamento de Empresa Prestadora de Serviço de Interesse de Saúde Pública, determinada por Ato Público, em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.028, DE 26 DE JULHO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir pleito de concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública, em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS EM TOCANTINS

DESPACHO Nº 171, DE 26 DE JULHO DE 2018

O Coordenador de Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no Estado de Tocantins - CVPAF-TO, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria n. 583, de 27 de abril de 2018, combinada com a Portaria nº Portaria n. 579, de 25 abril de 2018, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0025-98
25758.453469/2015-09 - AIS:0658083/15-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência

AUTUADO: Poderal Service Limpeza e Portaria LTDA CNPJ/CPF: 08.091.559/0001-86
25758.453353/2015-18 - AIS:0657937/15-0 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

AUTUADO: WILLIAMS (SERVIÇOS MARITIMOS) LTDA. CNPJ/CPF: 10.790.020/0014-81
25760.377397/2015-76 - AIS:0544210/15-9 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)

ANTONIO CARLOS MARTINS CIRILO

DIRETORIA DE COORDENAÇÃO E ARTICULAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PORTARIA N° 964, DE 27 DE JULHO DE 2018

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 44 IV, aliado ao 54, III, §3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto nos arts. 12 e 14, §1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Delegar, pelo período de 09 de julho de 2018 a 30 de março de 2020, competência ao Adjunto do diretor da Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária para ordenar despesas relativas à emissão de passagens nacionais e internacionais e as respectivas concessões de diárias.

Art. 2º Em caráter excepcional, o detentor da competência delegada no artigo 1º poderá autorizar viagem cuja solicitação tenha ocorrido em prazo inferior aos dez dias de antecedência do deslocamento, desde que devidamente formalizada a justificativa que comprove a inviabilidade do seu efetivo cumprimento.

Art. 3º A autorização de nova viagem sem prestações de contas da anteriormente realizada é de competência exclusiva do Diretor Presidente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.156, DE 27 DE JULHO DE 2018

Atualiza as concomitâncias e compatibilidades de procedimentos de quimioterapia da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 2.848/GM/MS, de 06 de novembro de 2007, que publica a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS; e

Considerando as Portarias nº 346/SAS/MS, de 23 de junho de 2008, e nº 420/SAS/MS, de 25 de agosto de 2010, que atualizam procedimentos radioterápicos e quimioterápicos dessa Tabela, resolve:

Art. 1º Ficam excluídas na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS as concomitâncias dos procedimentos de quimioterapia do Grupo 03, Subgrupo 04 e formas de organização 02, 03, 06 e 07 com o procedimento 03.04.08.007-1 Inibidor de Osteólise.

Art. 2º Ficam excluídas na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS as concomitâncias dos procedimentos de quimioterapia do Grupo 03, Subgrupo 04 e formas de organização 02, 03, 06 e 07 com o procedimento secundário 03.04.08.005-5 Quimioterapia Intratecal.

Art. 3º Fica excluída na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS a concomitância do procedimento 03.04.02.003-6 Hormonioterapia do adenocarcinoma de endométrio avançado com os procedimentos 03.04.06.017-8 - Quimioterapia de Neoplasia Trofoblástica Gestacional e 03.04.06.018-6 - Quimioterapia de Neoplasia Trofoblástica Gestacional (Coriocarcinoma de Baixo Risco/Alto Risco/Recidiva.

Art. 4º Fica excluída na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS a concomitância do procedimento 03.04.03.023-6 Quimioterapia de linfoma folicular - 1ª linha com os procedimentos 03.04.02.041-9 - Poliquimioterapia do Carcinoma de Mama HER-2 Positivo - 1ª linha,03.04.02.042-7 - Monoquimioterapia do Carcinoma de Mama HER-2 Positivo - 1ª linha, 03.04.04.018-5 - Poliquimioterapia do carcinoma de mama HER-2 positivo em estádio III (prévia), 03.04.05.026-1 - Poliquimioterapia do carcinoma de mama HER-2 positivo em estádio I (adjuvante), 03.04.05.029-6 - Monoquimioterapia do carcinoma de mama HER-2 positivo em estádio I (adjuvante), 03.04.05.027-0 - Poliquimioterapia do carcinoma de mama HER-2 positivo em estádio II (adjuvante), 03.04.05.030-0 - Monoquimioterapia do carcinoma de mama HER-2 positivo em estádio II (adjuvante), 03.04.05.028-8 - Poliquimioterapia do carcinoma de mama HER-2 positivo em estádio III (adjuvante) e 03.04.05.031-8 - Monoquimioterapia do carcinoma de mama HER-2 positivo em estádio III (adjuvante).

Art. 5º Fica incluída na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS a compatibilidade do procedimento 03.04.08.007-1 Inibidor de Osteólise com os procedimentos 03.04.02.041-9 - Poliquimioterapia do Carcinoma de Mama HER-2 Positivo - 1ª linha e 03.04.02.042-7 - Monoquimioterapia do Carcinoma de Mama HER-2 Positivo - 1ª linha.

Art. 6º Caberá à Coordenação-Geral dos Sistemas de Informação do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas (CGSI/DRAC) da Secretaria de Atenção à Saúde a adoção das providências necessárias no sentido de adequar o Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP) com vistas a implantar as alterações definidas por esta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais no Sistema de Informações do SUS na competência seguinte à da sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 187, DE 27 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.018728/2018-64, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa LÍDER PLACAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 06.192.084/0001-99, localizada na Rua R-8, nº 299, Quadra 10, Lote 08, Setor São Geraldo, Bela

Vista de Goiás - GO, CEP 75.240-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 188, DE 27 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.020088/2018-52, resolve:

Art. Credenciar, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa CSSB ALUMÍNIOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.593.896/0001-71, localizada na Rua A, S/N, Esquina com Rua C, bairro Parque Industrial, Lapa - PR, CEP 83.750-000, para exercer a atividade de Empresa Fabricante de Placas de Identificação Veicular - FPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, Laudo de Certificação do processo de produção e dos sistemas de controle e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 3.4 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 189, DE 27 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.021124/2018-03, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa VIVA PLACAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 07.856.731/0001-82, localizada na Rua Confraternização, n° 625, bairro Pátria Nova, Novo Hamburgo - RS, CEP 93.410-100, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 190, DE 27 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.020523/2018-49, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa EBLE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLACAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 24.475.769/0001-24, localizada na Rua Castelo Branco, n° 122, bairro Centro, TAIÓ - SC, CEP 89.190-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 191, DE 27 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.017959/2018-51, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa ARTE PLACAS AFONSO PENA IND E COM DE METAIS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 02.137.321/0001-68, localizada na Rua Bandeirantes, nº 513, Bairro Jardim América, Itumbiara - GO, CEP 75.523-360, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 192, DE 27 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.020070/2018-51, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa RIAL PLACAS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 08.331.223/0001-43, localizada na Rua São Carlos, nº 196, bairro Floresta, Porto Alegre - RS, CEP 90.220-120, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 193, DE 27 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.019166/2018-76, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa LEIDIANA APARECIDA SOARES - ME, inscrita no CNPJ nº 10.947.761/0001-09, localizada na Rua Vilmar Pires Vilela, n° 31, bairro Dom Veloso, Itumbiara - GO, CEP 75.500-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - PIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 194, DE 27 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.019180/2018-70, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa AUTO PLACAS NIQUELÂNDIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 24.780.165/0001-91, localizada na Rua Bela Vista, n° 20, bairro De Lourdes, Niquelândia - GO, CEP 76.420-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 195, DE 27 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.018894/2018-61, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa JUCELMA COSTA FERREIRA - ME, inscrita no CNPJ nº 08.653.521/0001-50, localizada na Rua Corumbá, nº 486, próximo ao DETRAN, bairro Setor Central, Goiatuba - GO, CEP 75.600-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 196, DE 27 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 25 de janeiro de 2017, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.015281/2017-91, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 8º da Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do CONTRAN, a licença de funcionamento à pessoa jurídica Ative Paranaguá Inspeções Veiculares LTDA - ME, CNPJ nº 23.691.118/0001-09, situada no Município de Paranaguá - PR, Rua Antônio Pereira, S/N, Vila Paranaguá, CEP: 83.221-030 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 310, DE 27 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 29 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e o que consta do Processo nº 48100.003800/1995-89, resolve:

Art. 1º Extinguir a concessão para o Aproveitamento de Energia Hidráulica denominado UHE Cubatão, cadastrado com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UHE.PH.SC.027062-8.01, com 45.000 kW de potência, localizado no Rio Cubatão, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, outorgada à Usina Hidrelétrica Cubatão S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.423.166/0001-83, por meio do Decreto s/nº, de 27 de setembro de 1996.

Art. 2º Reconhecer que não há bens reversíveis vinculados à concessão.

Art. 3º A extinção de que trata esta Portaria não implicará ônus de qualquer natureza ao Poder Concedente ou à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 4º Caberá à ANEEL adotar as providências necessárias para o cumprimento das obrigações remanescentes do Contrato de Concessão nº 04/1996-DNAEE, de 10 de outubro de 1996.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

W. MOREIRA FRANCO

PORTARIA Nº 311, DE 27 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 1º, § 3º, da Resolução nº 5, de 3 de outubro de 2007, e no art. 4º da Resolução nº 3, de 21 de setembro de 2015, ambas do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, e o que consta do Processo nº 48380.000041/2018-32, resolve:

Art. 1º Estabelecer diretrizes específicas para a realização dos leilões públicos destinados à contratação do biodiesel necessário para atendimento à adição obrigatória ao óleo diesel vendido ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional.

Art. 2º Os leilões públicos serão promovidos, direta ou indiretamente, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, cabendo-lhe, na sua esfera de atribuições legais, regular e fiscalizar a contratação do biodiesel entre os fornecedores e os adquirentes nesses leilões.

§ 1º Para a promoção dos leilões, a ANP deverá utilizar, preferencialmente, recursos de tecnologia da informação, mediante o desenvolvimento de sistema eletrônico próprio que propicie a negociação, entre fornecedores e adquirentes no leilão, nos termos estabelecidos nesta Portaria.

§ 2º Na hipótese de inexistência ou de inoperância do sistema eletrônico de que trata o § 1º, uma ou mais etapas do leilão poderão ser promovidas, indiretamente:

a) por meio de sistema eletrônico contratado pela ANP para essa finalidade, mediante procedimento licitatório próprio; ou

b) pelos próprios adquirentes, de acordo com as regras do edital a serem fixadas pela ANP, mediante utilização de sistema eletrônico desenvolvido pelos adquirentes ou disponibilizados aos adquirentes por empresa estatal ou sociedade de economia mista, incluídas suas subsidiárias, controladas e coligadas.

§ 3º Os leilões públicos deverão ser promovidos com a periodicidade e a antecedência necessárias para assegurar o adequado suprimento ao mercado consumidor.

§ 4º Poderão ser promovidos leilões públicos com prazos diferenciados de suprimento ao mercado consumidor, como, por exemplo, um, dois, quatro, seis, doze ou mais meses, coincidentes ou não, nos termos dispostos em regulamento definido pela ANP.

Art. 3º Os referidos leilões públicos deverão ter como finalidade assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para os adquirentes, com ênfase na proteção dos interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e continuidade da oferta do produto.

Art. 4º São adquirentes nos leilões os produtores e os importadores de óleo diesel, em quantidade proporcional a sua respectiva participação no mercado nacional desse derivado de petróleo, conforme critérios de cálculo e de dispensa, se for o caso, definidos pela ANP.

§ 1º Para a seleção da proposta mais vantajosa, de que trata o art. 3º, os adquirentes deverão considerar a necessidade e o interesse de seus clientes, ou seja, as distribuidoras de combustíveis, na compra posterior do biodiesel, observados os critérios de preço, de logística e de qualidade.

§ 2º Na forma da regulação da contratação e da comercialização de biodiesel estabelecida pela ANP, os adquirentes no leilão deverão constituir os instrumentos contratuais necessários para fundamentar o compromisso da posterior venda do biodiesel adquirido aos seus clientes.

§ 3º Os instrumentos contratuais previstos no § 2º deverão prever cláusulas isonômicas.

Art. 5º São fornecedores nos leilões públicos os produtores de biodiesel que atendam aos seguintes requisitos, sem prejuízo aos demais critérios estabelecidos pela ANP:

I - estejam autorizados pela ANP a exercerem a atividade de produção de biodiesel e sejam detentores de registro especial concedido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; ou

II - estejam enquadrados no inciso anterior e, cumulativamente, sejam detentores do selo "Combustível Social", instituído pelo Decreto nº 5.297, de 6 de dezembro de 2004.

Parágrafo único. Para fins da definição de produtor de biodiesel de pequeno porte, deverá ser observado o disposto no art. 2º do Decreto nº 9.365, de 2018.

Art. 6º Para a promoção de cada leilão público, a ANP estabelecerá o Preço Máximo de Referência - PMR, para cada Região, a ser observado pelos fornecedores na apresentação das ofertas de venda do biodiesel, cabendo-lhe considerar, entre outros critérios, o custo de oportunidade regional de uma ou mais matérias-primas preponderantes na produção de biodiesel e, quando for o caso, os custos para atendimento ao selo "Combustível Social".

Parágrafo único. Poderá ser estabelecida fórmula de preço variável ao longo do período de suprimento do leilão, nos termos de regulamento próprio da ANP.

Art. 7º Os leilões públicos de que trata esta Portaria serão compostos por seis Etapas, nos termos de seus editais:

I - Etapa 1: habilitação dos fornecedores;

II - Etapa 2: apresentação das ofertas pelos fornecedores;

III - Etapa 3: seleção das ofertas pelos adquirentes, com origem exclusiva em fornecedores detentores do selo "Combustível Social", divididas em duas Fases:

a) Fase A - seleção prioritária das ofertas com origem exclusiva em produtores de biodiesel de pequeno porte, detentores do selo "Combustível Social"; e

b) Fase B - seleção das ofertas com origem em quaisquer fornecedores detentores do selo "Combustível Social", inclusive de ofertas remanescentes da Fase A que porventura não foram selecionadas;

IV - Etapa 4: reapresentação de preços das ofertas pelos fornecedores;

V - Etapa 5: seleção das demais ofertas pelos adquirentes, com origem em quaisquer fornecedores, com ou sem selo "Combustível Social"; e

VI - Etapa 6: consolidação e divulgação do resultado final.

Art. 8º O fornecedor interessado em participar dos leilões públicos deverá comprovar previamente, na Etapa 1, que atende aos critérios de habilitação.

§ 1º Para a participação no leilão, deverá ser exigido de cada fornecedor, entre outros, os seguintes requisitos a serem estabelecidos pela ANP:

I - os requisitos de que trata o art. 5º desta Portaria;

II - Declaração de Elaboração Independente de Proposta, nos termos da Portaria nº 51, de 3 de julho de 2009, da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça; e

III - Declaração de que o fornecedor se compromete a atender, exclusivamente mediante produção própria, ao volume por ele ofertado em caso de vitória no leilão, sem prejuízo das demais condições de que trata o art. 3º da Resolução CNPE nº 5, de 3 de outubro de 2007.

§ 2º A habilitação, de que trata o caput, poderá ser realizada previamente pela ANP para ser válida para vários certames, cabendo-lhe, nessa hipótese, adotar procedimento simplificado de habilitação a cada leilão público.

§ 3º Concluída a Etapa 1, a ANP divulgará, em seu endereço eletrônico na internet - www.anp.gov.br, a relação dos fornecedores habilitados, com indicação dos respectivos volumes de disponibilidade de oferta de biodiesel da unidade produtora, limitada, entre outros critérios, pela capacidade de produção aprovada no processo de autorização para o exercício da atividade de produção de biodiesel, proporcionalmente ao respectivo período de entrega.

§ 4º A relação de que trata o § 3º deverá ser classificada, em ordem crescente, pela capacidade nominal de produção de biodiesel autorizada pela ANP, em três Grupos:

a) Grupo I - fornecedores que se enquadram no critério de produtor de biodiesel de pequeno porte, nos termos definidos no art. 2º do Decreto nº 9.365, de 2018, isto é, que componham o primeiro tercil da população dos produtores de biodiesel detentores do selo "Combustível Social";

b) Grupo II - fornecedores que atendam aos requisitos do art. 5º, incisos I e II, e que se não enquadram no critério de produtor de biodiesel de pequeno porte; e

c) Grupo III - fornecedores que atendam somente aos requisitos do art. 5º, inciso I.

§ 5º O resultado da classificação do primeiro tercil, para fins da definição de produtor de biodiesel de pequeno porte, na hipótese de ser um número fracionário, será arredondado para o primeiro número inteiro superior.

§ 6º A habilitação não gera para o fornecedor qualquer direito ou garantia de contratação do seu produto.

Art. 9º Na Etapa 2 dos leilões públicos, os fornecedores previamente habilitados na Etapa anterior apresentarão as ofertas, observadas as seguintes diretrizes específicas:

I - deverá ser utilizado, preferencialmente, sistema eletrônico da ANP, nos termos do art. 2º, § 1º, ou, na sua inexistência ou inoperância, esta Etapa poderá ser promovida indiretamente, conforme previsto no art. 2º, § 2º;

II - cada fornecedor, para cada unidade produtora, deverá elaborar e apresentar na primeira rodada de lances, até três ofertas individuais de venda;

III - cada uma das ofertas individuais de venda deverá indicar:

a) o preço unitário; e

b) o volume;

IV - o preço unitário para cada oferta individual, em Reais por metro cúbico, para entrega na unidade produtora do fornecedor, incluindo os tributos federais incidentes sobre o biodiesel, não poderá ser superior ao PMR de que trata o art. 6º, observada a Região onde está localizada a unidade produtora, e deverá ser apresentado conforme critério definido pela ANP em edital;

V - alternativamente ao preço unitário de que trata o inciso IV, a ANP poderá adotar preço variável ao longo do período de suprimento definido no edital, a partir de fórmula de preço referenciado, incluindo os tributos federais incidentes sobre o biodiesel, não superior ao PMR, conforme disposto em regulamento próprio;

VI - o volume total ofertado, em metros cúbicos, representado pela soma das três ofertas individuais de que trata o inciso III, não poderá exceder a efetiva disponibilidade de oferta de biodiesel da unidade produtora;

VII - o volume da terceira oferta individual não poderá ser superior à média das duas primeiras ofertas individuais;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VIII - cada fornecedor participante, para cada unidade produtora, deverá ainda apresentar o limite do ponto de entupimento de filtro a frio do biodiesel, que está disposto a vender, indicado em Grau Celsius - °C, descriminado para cada um dos meses do período de entrega definido no edital;

IX - concluída a apresentação pelos fornecedores, na primeira rodada de lances, as ofertas individuais serão ordenadas por preço crescente, conforme classificação por Grupo I, II ou III, de que trata o art. 8º, § 4º, tornando-se público o resultado;

X - a oferta individual, quando apresentada na primeira rodada sem atender aos critérios desta Portaria, deverá ser desclassificada e não poderá participar das demais Etapas, sem prejuízo dos demais critérios dispostos no edital;

XI - na segunda rodada de lances, realizada em sequência, cada fornecedor participante, para cada unidade produtora, apresentará novo preço unitário para cada oferta individual de venda, sempre igual ou menor ao da rodada anterior, observados os mesmos procedimentos da primeira rodada;

XII - na hipótese de o fornecedor não atender ao disposto no inciso XI, isto é, não apresentar novo preço na segunda rodada de lances, ou apresentá-lo em desacordo com os critérios desta Portaria, a oferta individual continuará válida, prevalecendo-se o preço apresentado na primeira rodada de lances, sem prejuízo dos demais critérios dispostos no edital; e

XIII - concluída a segunda rodada de lances, as ofertas individuais serão ordenadas por preço crescente, conforme classificação por Grupo I, II ou III, de que trata o art. 8º, § 4º, tornando-se público o resultado.

§ 1º A apresentação da oferta pelo fornecedor participante no leilão vincula-o ao compromisso de atendê-la em caso de vitória, não podendo recusar, desistir, renunciar nem abster-se do compromisso, em volume parcial ou total, em qualquer tempo, cabendo à ANP prever no edital as sanções e as penalidades aplicáveis a essa hipótese.

§ 2º A apresentação da oferta não gera para o fornecedor qualquer direito ou garantia de contratação do seu produto.

§ 3º Toda oferta apresentada pelo fornecedor é considerada divisível, isto é, poderá ser parcialmente atendida em caso de vitória, quando o volume efetivamente selecionado no final do leilão for inferior ao volume da oferta inicial.

§ 4º A ANP poderá dispor em edital, a seu critério, regra que estabeleça diferença de preço mínimo entre as três ofertas individuais de um mesmo fornecedor.

§ 5º O fornecedor de biodiesel que se habilitar para o leilão público e não apresentar oferta ficará impedido de participar do certame subsequente.

Art. 10. Na Etapa 3 dos leilões públicos, os adquirentes selecionarão, em duas fases, as ofertas com origem exclusiva de fornecedores detentores do selo "Combustível Social", observadas as seguintes diretrizes específicas:

I - inicialmente, as ofertas individuais classificadas na segunda rodada de lances da Etapa 2, com origem exclusiva de fornecedores detentores do selo "Combustível Social", dos Grupos I e II, serão apresentadas aos adquirentes;

II - deverá ser utilizado, preferencialmente, sistema eletrônico da ANP, nos termos do art. 2º, § 1º, ou, na sua inexistência ou inoperância, esta Etapa poderá ser promovida indiretamente, conforme previsto no art. 2º, § 2º;

III - os adquirentes apresentarão, a seguir, em duas fases, as ofertas individuais aos seus clientes, com a finalidade de identificar suas necessidades e seus interesses na compra posterior do biodiesel;

IV - o preço inicial apresentado pelos adquirentes no leilão aos seus clientes, para cada oferta individual de cada unidade produtora de origem, será o preço final da oferta individual apresentada pelo fornecedor na segunda rodada de lances da Etapa 2, para entrega na unidade produtora do fornecedor, incluindo os tributos federais incidentes sobre o biodiesel, acrescido da margem dos adquirentes de que trata o art. 11;

V - nos termos do disposto no art. 9º, § 3º, em que toda oferta individual é considerada divisível, o volume a ser identificado por cada cliente dos adquirentes, de cada oferta, conforme sua necessidade e interesse, poderá ser nula, parcial ou integral, ou seja, pode variar de zero até o volume total da oferta individual apresentada por cada unidade produtora;

VI - na hipótese de a necessidade e o interesse dos clientes dos adquirentes serem superiores ao volume da oferta individual, será(ão) ganhador(es) o(s) cliente(s) que apresentar(em) o maior preço, observado critério definido em edital pela ANP para apresentação de lances;

VII - com base na identificação das necessidades e dos interesses de seus clientes e de sua demanda própria, os adquirentes selecionarão, em duas fases, as ofertas individuais mais vantajosas;

VIII - a Fase A da Etapa 3 consiste em ofertas individuais do Grupo I, com origem exclusiva em produtores de biodiesel de pequeno porte detentores do selo "Combustível Social", nos termos dos arts. 1º e 2º do Decreto nº 9.365, de 2018;

IX - a comercialização do biodiesel, definida no inciso VIII, será de no mínimo de cinco por cento e no máximo de dez por cento do volume total leiloado em cada certame, nos termos do disposto no art. 27, § 1º, da Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, e no art. 1º do Decreto nº 9.365, de 2018;

X - durante a realização da Fase A da Etapa 3, caso o volume total demandado pelos adquirentes alcance ou supere setenta por cento do volume total ofertado no Grupo I, esta Fase A deverá ser imediatamente encerrada, conforme dispõe o art. 1º, § 1º, do Decreto nº 9.365, de 2018;

XI - na hipótese da oferta dos produtores de biodiesel de pequeno porte ser inferior a cinco por cento do volume total ofertado, não será realizada a Fase A e, por conseguinte, o leilão seguirá para a Fase B, sendo que, para as ofertas individuais do Grupo I e II, os fornecedores deverão reapresentar, em única rodada de lances, novos preços, iguais ou inferiores aos anteriormente apresentados na Etapa 2;

XII - na hipótese de encerramento da Fase A prevista no inciso X, não será aplicado, na Fase B, o limite mínimo de cinco por cento de que trata o inciso IX, sem prejuízo às seleções já efetivadas pelos adquirentes até o encerramento, que permanecerão válidas;

XIII - concluída a seleção na Fase A da Etapa 3, os fornecedores deverão reapresentar, em única rodada de lances, novos preços, iguais ou inferiores aos anteriormente apresentados na Etapa 2, tanto para as ofertas individuais remanescentes do Grupo I, cujos volumes não foram totalmente selecionados, quanto para as ofertas individuais do Grupo II;

XIV - em seguida deverá ser iniciada a Fase B da Etapa 3, na qual os adquirentes selecionarão as ofertas individuais remanescentes do Grupo I e do Grupo II; e

XV - as ofertas individuais não selecionadas nas Fases A e B da Etapa 3, em volume parcial ou total, participarão da Etapa 4.

Parágrafo único. O disposto nos incisos VIII, IX, X, XI, XII e XIII do caput aplica-se também a cada cliente dos adquirentes quando for manifestar sua necessidade e interesse na compra posterior do biodiesel.

Art. 11. A margem dos adquirentes, estabelecida no edital, será igual para todas as ofertas individuais, em Reais por metro cúbico, e tem como finalidade o pagamento das despesas administrativas e transacionais da aquisição do produto pelos adquirentes no leilão e sua posterior comercialização aos seus clientes.

§ 1º A aplicação dos recursos da margem dos adquirentes deverá ser comprovada perante a ANP, cabendo à Agência definir a periodicidade e o nível de detalhamento da informação.

§ 2º Semestralmente, a ANP divulgará em seu endereço eletrônico na internet - www.anp.gov.br, o balanço da margem dos adquirentes objeto dos leilões públicos.

Art. 12. Na Etapa 4 dos leilões públicos, os fornecedores, conforme o caso, deverão reapresentar novos preços, sempre iguais ou menores àqueles anteriormente apresentados, para:

I - as ofertas individuais remanescentes da Etapa 3, dos Grupos I e II, com selo "Combustível Social", cujos volumes não foram totalmente selecionados; e

II - as ofertas individuais não detentoras do selo "Combustível Social", do Grupo III, previamente classificadas na Etapa 2.

Parágrafo único. Aplicam-se à reapresentação de preços, no que couber, as diretrizes específicas de que trata o art. 9º.

Art. 13. Na Etapa 5 dos leilões públicos, os adquirentes selecionarão as demais ofertas, com origem de quaisquer fornecedores, com ou sem selo "Combustível Social".

§ 1º Observado o disposto no art. 3º, inciso I, da Resolução CNPE nº 5, de 2007, que dispõe sobre o tratamento destinado à Agricultura Familiar, e de acordo previsto no art. 3º da Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, o volume selecionado pelos adquirentes de quaisquer fornecedores na Etapa 5, não poderá ser superior a vinte e cinco por cento do volume previamente selecionado de fornecedores com selo "Combustível Social", na Etapa 3.

§ 2º O critério do § 1º aplica-se também a cada cliente dos adquirentes quando for manifestar sua necessidade e interesse na compra posterior do biodiesel.

§ 3º Aplicam-se à Etapa 5 as diretrizes definidas no art. 10 para seleção das demais ofertas, de forma a compor a demanda total de cada adquirente para atendimento à obrigatoriedade de adição de biodiesel ao óleo diesel, determinada pela Lei nº 13.033, de 2014.

Art. 14. Na Etapa 6 dos leilões públicos, a ANP consolidará e tornará público o resultado da negociação entre fornecedores e adquirentes, divulgando-o em seu endereço eletrônico na internet - www.anp.gov.br, com indicação dos respectivos volumes e preços transacionados, cabendo aos adquirentes, quando na forma indireta prevista no art. 2º, § 2º, apresentar previamente à ANP os dados da seleção das ofertas objeto das Etapas 3 e 5.

Art. 15. O preço unitário a ser pago pelos adquirentes aos fornecedores será o preço médio resultante da seleção objeto das Etapas 3 e 5, observada a hipótese prevista no art. 10, inciso VI, já descontada a margem dos adquirentes.

Art. 16. Todos os atos e procedimentos dos leilões de que trata esta Portaria devem ser públicos e acessíveis a quaisquer interessados.

Parágrafo único. Deverá ser permitido, preferencialmente por meio de tecnologia de informação, mediante prévia inscrição, nos termos definidos no edital, o acompanhamento do desenvolvimento do certame aos fornecedores, aos adquirentes e a quaisquer interessados, desde que não haja interferência, de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos, resguardados:

I - o teor das ofertas apresentadas pelos fornecedores, até sua respectiva abertura; e

II - a identificação dos adquirentes e seus clientes e dos volumes selecionados, com os respectivos preços, enquanto perdurarem as fases de seleção das ofertas.

Art. 17. Encerrado o período de entrega do biodiesel negociado em cada leilão, a ANP divulgará, em seu endereço eletrônico na internet - www.anp.gov.br, os volumes de biodiesel entregues efetivamente:

I - por cada fornecedor a cada adquirente no leilão; e

II - por cada adquirente no leilão a cada cliente, no mesmo período.

Art. 18. Caberá à ANP estabelecer em edital os critérios de interrupção momentânea do leilão e de encerramento de seleção das ofertas pelos adquirentes, temporal ou outro, com ênfase na isonomia concorrencial e na otimização do período de realização do leilão público.

Art. 19. A Portaria MME nº 116, de 4 de abril de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º Encerrado o período de entrega do biodiesel negociado em cada leilão público que trata o art. 3º, a ANP divulgará, em seu endereço eletrônico na internet - www.anp.gov.br, as seguintes informações referentes aos estoques de biodiesel que trata esta Portaria:

I - os volumes de biodiesel contratados e os volumes entregues por cada fornecedor a cada adquirente no leilão, no mesmo período, com os respectivos preços e modalidade; e

II - os volumes de biodiesel contratados e os volumes entregues por cada adquirente no leilão a cada cliente, as distribuidoras de combustíveis, no mesmo período, com os respectivos preços e modalidade." (NR)

Art. 20. Ficam revogados os seguintes dispositivos:

I - a Portaria MME nº 476, de 15 de agosto de 2012;

II - o art. 5º da Portaria MME nº 116, de 4 de abril 2013; e

III - a Portaria MME nº 504, de 24 de outubro de 2016.

Art. 21. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

W. MOREIRA FRANCO

DESPACHOS DE 27 DE JULHO DE 2018

Processo DNPM nº 48422.817180/1971. Interessada: CBE - Companhia Brasileira de Equipamentos. Assunto: Recurso Hierárquico Impróprio interposto em face de Decisão do Senhor Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2017, que denega Pedido de Reconsideração e mantém a imposição de multa aplicada à Interessada. Despacho: Nos termos do Parecer nº 197/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 547/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU e nº 552/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU, que adoto como fundamento desta Decisão, não conheço do Recurso.

Processo DNPM nº 48410.800906/2012. Interessada: Saint Gobain do Brasil Produtos Industriais para Construção Ltda. Assunto: Recurso Hierárquico Impróprio interposto com suporte no art. 19, § 1º, do Código de Mineração, em face de Decisão do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, publicada no Diário Oficial da União de 29 de setembro de 2017, que denega Pedido de Reconsideração e mantém o indeferimento do Requerimento de Prorrogação do Alvará de Pesquisa apresentado pela Interessada. Despacho: Nos termos do Parecer nº 326/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 753/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU e nº 777/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU, que adoto como fundamento desta Decisão, não conheço do Recurso.

W. MOREIRA FRANCO
Ministro

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 24 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 7.174, Processo nº 48500.003437/2015-85. Interessado: Oliveira Energia Geração e Serviços Ltda. Objeto: Transfere, exclusivamente para a empresa Oliveira Energia Geração e Serviços Ltda., a autorização referente às Usinas Termelétricas outorgadas por meio da Resolução Autorizativa n° 6.531/2017.

Nº 7.175. Processo nº 48500.003437/2015-85. Interessado: Oliveira Energia Geração e Serviços Ltda. Objeto: Transfere, exclusivamente para a empresa Oliveira Energia Geração e Serviços Ltda., a autorização referente às Usinas Termelétricas outorgadas por meio da Resolução Autorizativa n° 6.532/2017.

Nº 7.176. Processo nº 48500.003437/2015-85. Interessado: Oliveira Energia Geração e Serviços Ltda. Objeto: Transfere, exclusivamente para a empresa Oliveira Energia Geração e Serviços Ltda., a autorização referente às Usinas Termelétricas outorgadas por meio da Resolução Autorizativa n° 6.533/2017.

A íntegra destas Resoluções (e seus Anexos) constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.177, DE 24 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003017/2018-41. Interessada: Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para desapropriação, a área de terra necessária à implantação da Subestação Coronel Ezequiel 69/13,8 kV - 10/12,5 MVA. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.178, DE 24 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:
Processo nº 48500.002049/2018-20. Interessado: Sudoeste Energia Ltda. Objeto: Declarar de utilidade pública as áreas necessárias à implantação da PCH Vila Galupo, CEG PCH.PH.PR.037822-4.01, localizada nos municípios de Bom Sucesso do Sul e Francisco Beltrão, no estado do Paraná. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.180, DE 24 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:
Processo: 48500.002643/2018-11. Interessada: EDP Transmissão SP-MG S.A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 500 kV Estreito - Cachoeira Paulista, C1 e C2. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.181, DE 24 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:
Processo: 48500.003237/2018-75. Interessada: Celg Distribuição S/A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 138 kV Parque das Emas/Perdigão - Mineiros. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.184, DE 24 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:
Nº 7.184 Processo: 48500.005107/2017-96. Interessada: Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. Objeto: (i) Alterar o anexo da Resolução Autorizativa nº 6.673 de 10 de outubro de 2017, que declara de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A., outorgada conforme o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 09/2017-ANEEL, a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão Queimada Nova II - Curral Novo do Piauí II, C1, circuito simples, 500 kV, a qual passará de 60 para 100 m de largura e continuará com aproximadamente 109 km de extensão. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RETIFICAÇÃO

Na íntegra da Resolução Homologatória n. 2.401, de 12 de junho de 2018, cujo resumo foi publicado no D.O. de 19 de junho de 2018, Seção 1, página 84, constante do Processo n. 48500.005358/2017-71, retificar a Tabela 7, que foi disponibilizada no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/.

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.358, DE 19 DE JUNHO DE 2018

Processo nº 48500.001247/2013-61. Interessado: Construnível Energias Renováveis Ltda. Decisão: (i) Revogar o Despacho nº 505, de 26 de fevereiro de 2013; e (ii) Revogar o Despacho nº 4.235, de 24 de outubro de 2014. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

LUDIMILA LIMA DA SILVA
Superintendente Adjunta

DESPACHO Nº 1.494, DE 26 DE JULHO DE 2018

Processo nº 48500.000563/2007-24. Interessado: Ipiranga Bioenergia S.A. Decisão autorizar a alteração de características técnicas na Usina Termelétrica (UTE) Iacanga, localizada no município de Iacanga, no estado de São Paulo, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UTE.AI.SP.029636-8.01. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

LUDIMILA LIMA DA SILVA
Superintendente Adjunta

DESPACHOS DE 26 DE JULHO DE 2018

Nº 1.668 - Processos nº 48500.003080/2018-88. Interessado: Solatio Energia Gestão de Projetos de Belmonte I Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Belmonte 1-1, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PE.040725-9.01, com 49.110 kW de Potência Instalada, localizada no município de São José do Belmonte, no estado de Pernambuco.

Nº 1.669 - Processos nº 48500.003081/2018-22. Interessado: Solatio Energia Gestão de Projetos de Belmonte I Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Belmonte 1-2, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PE.040726-7.01, com 49.110 kW de Potência Instalada, localizada no município de São José do Belmonte, no estado de Pernambuco.

Nº 1.670 - Processos nº 48500.003082/2018-77. Interessado: Solatio Energia Gestão de Projetos de Belmonte I Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Belmonte 1-3, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PE.040727-5.01, com 49.110 kW de Potência Instalada, localizada no município de São José do Belmonte, no estado de Pernambuco.

Nº 1.671 - Processos nº 48500.003083/2018-11. Interessado: Solatio Energia Gestão de Projetos de Belmonte I Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Belmonte 1-4, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PE.040728-3.01, com 5.010 kW de Potência Instalada, localizada no município de São José do Belmonte, no estado de Pernambuco.
A íntegra destes despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

LUDIMILA LIMA DA SILVA
Superintendente Adjunta

DESPACHO Nº 1.691, DE 26 DE JULHO DE 2018.

Processo nº 48500.003415/2018-68. Interessado: Estelar Engenheiros Associados Ltda. Decisão: (i) conferir DRI-PCH referente à PCH Urupema, cadastrada sob o CEG PCH.PH.SC.040194-3.01, localizada no rio Lava Tudo, no estado de Santa Catarina; (ii) esse DRI-PCH é de titularidade exclusiva e intransferível antes da entrega do Sumário Executivo, nos termos do art. 8º da referida Resolução; (iii) tem-se o prazo de até 14 (quatorze) meses para a elaboração do projeto básico e apresentação, na ANEEL, do Sumário Executivo, correspondentes ART(s) e arquivo digital com o projeto básico desenvolvido, conforme orientações disponíveis no sítio da ANEEL, consoante o art. 10 da aludida Resolução;; e (iv) esse DRI-PCH não poderá ser conferido a outros interessados, uma vez que a mencionado interessado exerceu o direito de preferência no prazo estabelecido no item (ii) do Despacho nº 1.051, de 10 de maio de 2018. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

LUDIMILA LIMA DA SILVA
Superintendente Adjunta

RETIFICAÇÃO

Na íntegra do Despacho nº 1.647, de 20 de julho de 2018, constante do Processo nº 48500.005696/2014-60, publicado no DOU, de 26 de julho de 2018, seção 1, página 83, v. 155, n. 143, onde se lê: "contados da data de sua publicação", leia-se: "contados de 7 de março de 2017, data de publicação do Despacho nº 602, de 3 de março de 2017".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 1.685, DE 26 DE JULHO DE 2018

Processo nº 48500.006275/2017-07. Interessadas: Eletrobrás Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. Decisão: estabelecer os valores devidos a Interligação Elétrica Sul S.A. e a EDP Transmissão Aliança SC S.A. pela elaboração dos relatórios R3 e R4, com referência em julho de 2018, relativos ao estudo R1 EPE-DEE-DEA-RE-009/2013-rev. 1 - "Estudo de Atendimento Elétrico ao Estado de Santa Catarina - Regiões Sul e Extremo Sul", utilizados no Leilão de Transmissão, de acordo Resolução nº 594/2013, constantes da tabela anexa ao Despacho.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 27 DE JULHO DE 2018

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação em teste a partir do dia 28 de julho de 2018.

Nº 1.698 - Processo nº 48500.003455/2018-18. Interessados: Usina Carolo S.A - Açúcar e Álcool. Usina: UTE Bortolo Carolo. Unidade Geradora: UG2, de 6.000 kW de potência instalada. Localização: Município de Pontal, estado de São Paulo.

Nº 1.699 - Processo nº 48500.003455/2018-18. Interessados: Usina Carolo S.A - Açúcar e Álcool Usina: UTE Bortolo Carolo. Unidades Geradoras: UG1, de 5.000 kW de potência instalada, conforme §2º do Art. 3º da Resolução ANEEL nº 583/2013. Localização: Município de Pontal, estado de São Paulo.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CAMILLA DE ANDRADE GONÇALVES FERNANDES
Superintendente Adjunta

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 1.689, DE 26 DE JULHO DE 2018

Processo nº 48500.005881/2017-05. Interessada: CELG Distribuição S.A. Decisão: considerar atendida, pela Interessada, a exigência de envio dos documentos comprobatórios de formalização da operação anuída pelo Despacho nº 3.820, de 14 de novembro de 2017.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO Nº 1.701, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE GESTÃO TARIFÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela versão 1.5 do Submódulo 6.8 do PRORET, aprovada pela Resolução Normativa nº 811, de 24 de abril de 2018, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no inciso X do art. 4º do Anexo I do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, no que consta no Processo nº 48500.005750/2015-58, resolve fixar a bandeira tarifária vermelha patamar 2 com vigência no mês de agosto de 2018.

CLÁUDIO ELIAS CARVALHO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 1.690, DE 26 DE JULHO DE 2018

Processo nº 48500.000548/2018-82. Decisão: (i) conhecer e dar provimento ao recurso apresentado pela Light Serviços de Eletricidade S.A., reformando a decisão exarada no Despacho n° 431/2018; e (ii) estabelecer que cabe aos titulares das unidades consumidoras as responsabilidades técnica e financeira pela manutenção e operação dos transformadores para instrumentos do sistema de medição para faturamento da subestação (SE) Mangueira, de titularidade da empresa Supervia, e da SE Botafogo e SE Frei Caneca, ambas de titularidade da empresa Metrô Rio.

A íntegra deste Despacho está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO Nº 737, DE 27 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre a alteração do Regulamento Técnico de Envio de Dados de Produção e Movimentação de Petróleo, Gás Natural e Água aprovado pela Resolução ANP nº 65, de 10 de dezembro de 2014, que estabelece os prazos e procedimentos que deverão ser observados no envio dos dados e informações dos sistemas de medição de produção e movimentação de petróleo, gás natural e água.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 6º do Regimento e pelo art.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7º do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta do Processo n.º 48610.014330/2017-87 e com base na Resolução de Diretoria nº 408 de 19 de julho de 2018, resolve:

Art. 1º O Regulamento Técnico de Envio de Dados de Produção e Movimentação de Petróleo, Gás Natural e Água, aprovado pela Resolução ANP nº 65, de 10 de dezembro de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"1. .....

.....

1.2.1.5. Medição para transferência de custódia de petróleo e gás natural quando solicitados pela ANP.

1.2.1.6. Outros medidores operacionais não classificados nos subitens 1.2.1.1, 1.2.1.2, 1.2.1.3, 1.2.1.4 e 1.2.1.5, quando solicitados pela ANP.

1.2.2. Este Regulamento se aplica aos volumes de petróleo, gás natural e água estimados com autorização da ANP.

.....

3. .....

3.1. O agente regulado deve realizar o cadastro dos pontos de medição fiscais, de apropriação, transferência de custódia e operacionais de petróleo, gás natural e água no SFP da ANP nas hipóteses previstas no item 1.2.1.

.....

3.1.3. Qualquer alteração dos sistemas de medição aplicados aos pontos de medição cadastrados no SFP deve ser atualizada no respectivo cadastro em até 3 (três) dias úteis após a realização da alteração.

3.1.3.1. Em casos de indisponibilidade do SFP maior do que 2 (duas) horas em dias úteis, por motivo de falha dos servidores e infraestrutura da ANP que suportam o sistema, será acrescido 1 (um) dia útil ao prazo considerado no item 3.1.3 para cada dia útil afetado.

.....

5.

.....

5.1. O agente regulado deve enviar os dados e informações dos sistemas de medição fiscal de petróleo e gás natural, de apropriação contínua de petróleo e gás natural, de transferência de custódia de petróleo e gás natural, operacional de petróleo, gás natural queimado/ventilado, gás natural injetado e água, bem como os potenciais de produção dos testes de poços e os resultados das análises físico-químicas de petróleo e gás natural, nas hipóteses previstas no item 1.2.1.

5.1.1. O envio dos dados e informações dos sistemas de medição indicados nos itens 1.2.1.4, 1.2.1.5 e 1.2.1.6, quando solicitados pela ANP, deverá ser realizado no prazo estipulado pela Agência, que não será inferior a 30 (trinta) dias.

.....

5.3. Os campos cuja produção seja medida de maneira não compartilhada e não ultrapasse, na média mensal, 15 m³/d (quinze metros cúbicos por dia) de petróleo e 5.000 m³/d (cinco mil metros cúbicos por dia) de gás natural, poderão prescindir do envio dos dados e informações dos sistemas de medição de produção e movimentação de petróleo, gás natural e água, desde que previamente autorizados pela ANP.

5.3.1-A. Para campos cuja produção seja medida de maneira compartilhada, a autorização prevista no item 5.3 só poderá ser concedida caso a produção de cada um dos campos compartilhados entre si não ultrapasse, na média mensal, 15 m³/d (quinze metros cúbicos por dia) de petróleo e 5.000 m³/d (cinco mil metros cúbicos por dia) de gás natural.

5.4. Os dados e informações dos sistemas de medição de petróleo, gás natural e água contidos nos arquivos XML são considerados complementares aos relatórios de medição estabelecidos nos itens 10.1.4 e 10.1.5 do Regulamento Técnico de Medição, aprovado pela Resolução Conjunta ANP/Inmetro nº 1, de 2013.

6. .....

.....

6.1.1. O agente regulado deve enviar os dados e informações dos sistemas de medição fiscal de petróleo e gás natural em linha em até 3 (três) dias úteis após o fechamento diário da produção, de acordo com o item 10.1.2. do Regulamento Técnico de Medição, aprovado pela Resolução Conjunta ANP/Inmetro nº 1, de 2013.

6.1.2. O agente regulado deve enviar os dados e informações dos sistemas de medição fiscal de petróleo e gás natural em tanques em até 3 (três) dias úteis após a realização de cada medição fiscal de volume.

6.1.3. O agente regulado deve enviar os dados e informações referentes a pontos de medição estimada em prazo definido pela ANP de acordo com a complexidade das estimativas envolvidas.

.....

6.2.1. O agente regulado deve enviar os dados e informações dos sistemas de medição de apropriação contínua de petróleo e gás natural em até 3 (três) dias úteis após o fechamento diário da produção, de acordo como item 10.1.2 do Regulamento Técnico de Medição, aprovado pela Resolução Conjunta ANP/Inmetro nº 1, de 2013.

.....

6.3.1. O agente regulado deve enviar os dados e informações do potencial de produção do poço, obtido ou confirmado a partir dos testes de poços, em até 10 (dez) dias úteis após a realização do seu respectivo teste, de acordo com o item 10.1.5 do Regulamento Técnico de Medição, aprovado pela Resolução Conjunta ANP/Inmetro nº 1, de 2013.

6.3.2. Nos casos de abertura, fechamento ou demais casos de alteração do potencial de produção do poço sem realização de um teste de poço, o agente regulado deve enviar o seu potencial de produção em até 5 (cinco) dias úteis após o evento de aplicação de potencial.

.....

6.4.1. O agente regulado deve enviar os dados e informações dos sistemas de medição operacional de petróleo, gás natural queimado/ventilado, gás natural injetado e água em até 3 (três) dias úteis após o fechamento diário da produção ou movimentação, de acordo como os itens 7.5.3 e 10.1.2 do Regulamento Técnico de Medição, aprovado pela Resolução Conjunta ANP/Inmetro nº 1, de 2013.

.....

6.5.1. O agente regulado deve enviar os dados e informações do resultado das análises físico-químicas de petróleo e gás natural em até 3 (três) dias úteis após a implementação do referido resultado para as medições subsequentes, de acordo como os itens 8.1 e 8.2 do Regulamento Técnico de Medição, aprovado pela Resolução Conjunta ANP/Inmetro nº 1, de 2013, e item 4.4 do Regulamento Técnico de Implementação de Resultados de Análises Físico-Químicas para as Medições Subsequentes de Petróleo e Gás Natural, aprovado pela Resolução ANP nº 52, de 26 de dezembro de 2013.

6.5.2. O agente regulado deve enviar os dados e informações do resultado das análises de BSW de petróleo em até 3 (três) dias úteis após o fechamento diário da produção, de acordo com o item 8.1. do Regulamento Técnico de Medição, aprovado pela Resolução Conjunta ANP/Inmetro nº 1, de 2013, e item 4.4.2. do Regulamento Técnico de Implementação de Resultados de Análises Físico-Químicas para as Medições Subsequentes de Petróleo e Gás Natural, aprovado pela Resolução ANP nº 52, de 2013.

6.6. Sistemas de Medição de Transferência de Custódia de Petróleo e Gás Natural

6.6.1. O agente regulado deve enviar os dados e informações dos sistemas de medição de transferência de custódia de petróleo e gás natural em até 3 (três) dias úteis após o fechamento diário da movimentação.

6.7. Em casos de indisponibilidade do SFP por um período maior do que 2 (duas) horas ininterruptas em dias úteis, por motivo de falha dos servidores e infraestrutura da ANP que suportam o sistema, será acrescido 1 (um) dia útil ao prazo considerado nos itens 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.5 e 6.6 para cada dia útil afetado.

6.8. Para fins de controle do prazo de envio dos arquivos XML, devem ser consideradas a data e a hora em que foi realizada a carga do arquivo XML no SFP." (NR)

Art. 2º Fica revogado o item 5.3.1 do Regulamento Técnico de Envio de Dados de Produção e Movimentação de Petróleo, Gás Natural e Água, aprovado pela Resolução ANP nº 65, de 2014.

Art. 3º O item 5.3.2 do Regulamento Técnico de Envio de Dados de Produção e Movimentação de Petróleo, Gás Natural e Água, aprovado pela Resolução ANP nº 65, de 2014, passa a vigorar com a numeração 5.4.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA
Diretor-Geral

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DE 27 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do (s) produto (s) abaixo, das empresas relacionadas:

Nº 889	ACUMULADORES MOURA S/A - CNPJ nº 09.811.654/0001-70					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001108/2018-14	LUBEL SEMISSINTÉTICO API SL	SAE 15W40	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	17164
	48600.001108/2018-14	LUBEL SEMISSINTÉTICO API SL	SAE 15W40	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	17164
	48600.001108/2018-14	LUBEL SEMISSINTÉTICO API SL	SAE 15W40	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	17164
	48600.001110/2018-93	LUBEL(R) MINERAL API SL	SAE 20W50	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	17895
	48600.001110/2018-93	LUBEL(R) MINERAL API SL	SAE 20W50	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	17895
	48600.001110/2018-93	LUBEL(R) MINERAL API SL	SAE 20W-50	API SL.	ÓLEO LUBRIFICANTE	17895
Nº 890	ETERNAL INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E TRATAMENTO DE RESÍDUOS DA AMAZÔNIA LTDA - CNPJ nº 84.527.274/0001-23					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001003/2018-65	FORTLUB SUPER 4T SL	SAE 20W50	API SL/JASO MA	ÓLEO LUBRIFICANTE	18561
	48600.001007/2018-43	FORTLUB DIESEL PREMIUM	SAE 15W-40	API CH-4.	ÓLEO LUBRIFICANTE	17794
	48600.001006/2018-07	FORTLUB SEMISSINTÉTICO SL	SAE 15W40	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	17293
Nº 891	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA. - CNPJ nº 59.275.792/0089-91					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001109/2018-69	ACDELCO ÓLEO PARA MOTOR API SL	SAE 20W-50	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	10943
	48600.001109/2018-69	ACDELCO ÓLEO PARA MOTOR API SL	SAE 20W-50	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	10943
	48600.001109/2018-69	ACDELCO ÓLEO PARA MOTOR API SL	SAE 20W-50	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	10943
	48600.001107/2018-70	ACDELCO API SL ÓLEO SEMISSINTÉTICO PARA MOTOR	SAE 15W40	API SL.	ÓLEO LUBRIFICANTE	16336

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	48600.001107/2018-70	ACDELCO API SL ÓLEO SEMISSINTÉTICO PARA MOTOR	SAE 15W40	API SL.	ÓLEO LUBRIFICANTE	16336
	48600.001107/2018-70	ACDELCO API SL ÓLEO SEMISSINTÉTICO PARA MOTOR	SAE 15W40	API SL.	ÓLEO LUBRIFICANTE	16336
Nº 892	INGRAX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GRAXAS S/A - CNPJ nº 77.575.330/0001-30					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001432/2018-32	UNI NAUTIX	SAE N.A.	API TC-W3 NMMA	ÓLEO LUBRIFICANTE	6911
Nº 893	JOY GLOBAL BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - CNPJ nº 60.394.665/0003-10					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001246/2018-01	ABR MOLYLUBE 5% MOLY EXTREME PRESSURE GREASE AC	NLGI 2	. NA	GRAXA LUBRIFICANTE	5730
Nº 894	MENZOIL INDUSTRIA DE LUBRIFICANTES LTDA ME - CNPJ nº 06.160.091/0001-09					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001428/2018-74	M TECH API SN SAE 5W30	SAE 5W-30	API SN / SM	ÓLEO LUBRIFICANTE	18915
	48600.001430/2018-43	PRESSURE SINTETICO	ISO 46		ÓLEO LUBRIFICANTE	18916
Nº 895	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - CNPJ nº 34.274.233/0001-02					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001413/2018-14	LUBRAX COMPSOR XP	ISO 32	. DIN 51506 VDL	ÓLEO LUBRIFICANTE	18914
	48600.001413/2018-14	LUBRAX COMPSOR XP	ISO 68	. DIN 51506 VDL	ÓLEO LUBRIFICANTE	18914
	48600.001413/2018-14	LUBRAX COMPSOR XP	ISO 46	. DIN 51506 VDL	ÓLEO LUBRIFICANTE	18914
Nº 896	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - CNPJ nº 34.274.233/0001-02					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001414/2018-51	LUBRAX HYDRA XP	ISO 320	. NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	1604
Nº 897	REGELUB LUBRIFICANTES - EIRELI - CNPJ nº 01.084.176/0001-31					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001257/2018-83	GT OIL CÂMBIO	SAE 80W	API GL-4	ÓLEO LUBRIFICANTE	3323
	48600.001257/2018-83	GT OIL CÂMBIO	SAE 250	API GL-4	ÓLEO LUBRIFICANTE	3323
	48600.001257/2018-83	GT OIL CÂMBIO	SAE 90	API GL-4	ÓLEO LUBRIFICANTE	3323
	48600.001257/2018-83	GT OIL CÂMBIO	SAE 140	API GL-4	ÓLEO LUBRIFICANTE	3323
Nº 898	REGELUB LUBRIFICANTES - EIRELI - CNPJ nº 01.084.176/0001-31					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001287/2018-90	GT OIL GEAR GL-5	SAE 80W-90	API GL-5	ÓLEO LUBRIFICANTE	11648
	48600.001287/2018-90	GT OIL GEAR GL-5	SAE 90	API GL-5	ÓLEO LUBRIFICANTE	11648
	48600.001287/2018-90	GT OIL GEAR GL-5	SAE 75W90	API GL-5	ÓLEO LUBRIFICANTE	11648
	48600.001287/2018-90	GT OIL GEAR GL-5	SAE 140	API GL-5	ÓLEO LUBRIFICANTE	11648
	48600.001287/2018-90	GT OIL GEAR GL-5	SAE 75W-80	API GL5	ÓLEO LUBRIFICANTE	11648
	48600.001287/2018-90	GT OIL GEAR GL-5	SAE 85W140	API GL-5	ÓLEO LUBRIFICANTE	11648
Nº 899	THE CHEMOURS COMPANY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA - CNPJ nº 19.917.881/0001-38					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001290/2018-11	KRYTOX GPL 2016	NLGI 2	. NA	GRAXA LUBRIFICANTE	5729
Nº 900	TOTAL LUBRIFICANTES DO BRASIL LTDA. - CNPJ nº 71.770.689/0001-81					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001325/2018-12	DYNATRANS MPV	SAE 80W	API GL-4, MASSEY CMS M 1143/1145, VOLVO WB 101, ZF 03E/05F/06P/17E/21F, VALTRA G2-08	ÓLEO LUBRIFICANTE	17792
Nº 901	YPF BRASIL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. - CNPJ nº 03.972.433/0001-05					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001240/2018-26	HIPOIDAL L	SAE 80W90	API GL 5	ÓLEO LUBRIFICANTE	7328
	48600.001241/2018-71	HELICOIDAL E	SAE 80W90	API GL-4	ÓLEO LUBRIFICANTE	15608
	48600.001253/2018-03	HELICOIDAL	SAE 80W	API GL-4	ÓLEO LUBRIFICANTE	15519
	48600.001251/2018-14	HIDRÁULICO BP	ISO 100	. DIN 51524 HLP (PARTE II), VICKERS (M-2950-S BOMBA 35VQ25A), DENISON HF-0 E HF-2, CINCINNATI MACHINE P-69, AGMA 9005-D94 TIPO	ÓLEO LUBRIFICANTE	1378

CARLOS ORLANDO ENRIQUE DA SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

AUTORIZAÇÃO Nº 639, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.006603/2018-09, resolve:

Conceder autorização para o concessionário PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto 20506-2.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/legislacao) do portal da ANP.

ALFREDO RENAULT

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO N.º 640, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 49, de 30 de novembro de 2016, e o que consta do processo n.º 48610.201820/2018-01, autoriza a filial da empresa COPAGAZ DISTRIBUIDORA DE GÁS S A, CNPJ n.º 03.237.583/0035-06, a exercer a atividade de distribuição de GLP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO N.º 641, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 49, de 30 de novembro de 2016, e o que consta do processo n.º 48610.201820/2018-01, autoriza a filial da empresa COPAGAZ DISTRIBUIDORA DE GÁS S A, CNPJ n.º 03.237.583/0036-97, a exercer a atividade de distribuição de GLP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO N.º 642, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.012974/2017-31, autoriza a empresa EMAM - EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA., CNPJ n.º 04.420.916/0003-13, a operar a instalação de distribuidor de asfaltos localizada na Rodovia dos Imigrantes km 8,6 s/n.º, Capela do Pissarrão, Várzea Grande/MT, 78.132-400 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -15:42:21,100; -56:08:34,600 (SIRGAS 2000)]. A capacidade de total de armazenamento é de 832,00 toneladas. Fica revogada a Autorização ANP n.º 94 de 10/04/2006.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO N.º 643, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.013939/2017-39, autoriza a empresa UMUDIESEL DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA., CNPJ n.º 07.472.923/0001-95, a operar a instalação de transportador revendedor retalhista localizada na RODOVIA PR-323 S/Nº, KM 311 - PARQUE INDUSTRIAL - UMUARAMA/PR. CEP: 87.507.000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -23:47:16,700; -53:18:47,300 (SIRGAS 2000)]. A capacidade de total de armazenamento é de 85,00 m³. Ficam revogadas as autorizações ANP n° 533/2008 e 16/2017.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO N.º 644, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.007764/2017-21, autoriza a empresa CAPITAL DIESEL COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA., CNPJ n.º 19.963.918/0001-64, a operar a instalação de Transportador Revendedor Retalhista (TRR) localizada na Avenida Eli Antônio Brizola 05, Quadra 437, Lote 05, Loteamento Pindorama, Campo Novo do Parecis/MT, 78.360-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -13:42:13,700; -57:53:53,600 (SIRGAS 2000)]. A capacidade de total de armazenamento é de 480,14 m³. Fica revogada a Autorização ANP n.º 113 de 09/03/2016.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO N.º 645, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 08, de 06 de março de 2007 e o que consta do processo n.º 48610.007764/2017-21, autoriza a empresa CAPITAL DIESEL COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA., CNPJ n.º 19.963.918/0001-64, a exercer a atividade de Transportador Revendedor Retalhista (TRR).

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO N.º 646, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria ANP nº 203, de 29 de dezembro de 1998, e o que consta do processo n.º 48610.202282/2018-63, autoriza a empresa CONSIGAZ DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA, CNPJ n.º 01.597.589/0002-09, a exercer a atividade de importação de importação de GLP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO N.º 647, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 313, de 28 de dezembro de 2001, e o que consta no processo n.º 48610.202359/2018-03, autoriza a empresa CARISMA COMERCIAL LIDA, CNPJ n.º 00.411.210/0001-72, a exercer a atividade de importação de diesel e biodiesel.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO N.º 648, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 203, de 29 de dezembro de 1998, e o que consta no processo n.º 48610.202250/2018-68, autoriza a empresa LOGITRADE SERVIÇOS E COMÉRCIO EXTERIOR LTDA, CNPJ n.º 03.004.874/0001-05, a exercer a atividade de importação GLP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO N.º 649, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.201698/2018-64, autoriza a empresa PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A., CNPJ n.º 34.274.233/0266-75, a construir a ampliação da instalação de produtor de lubrificante acabado automotivo e/ou industrial na Avenida Fabor, 2145, Campos Elíseos, Duque de Caxias, RJ, CEP 25225-030 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -22,713096, -43,266593 (SIRGAS 2000)]. A capacidade de armazenamento será ampliada em 6.400,00 m³.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO N.º 650, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e o que consta do processo n.º 48610.201385/2018-14, autoriza a empresa RUFF CJ DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ n.º 00.756.149/0008-71, a exercer a atividade de distribuição de combustíveis líquidos. Fica revogado o disposto na Autorização ANP nº 63/2015.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO N.º 651, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e o que consta do processo n. 48610.201385/2018-14, autoriza a filial da empresa RUFF CJ DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ n.º 00.756.149/0001-03, a exercer a atividade de distribuição de combustíveis líquidos.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 652, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 18, de 19/06/2009, e o que consta no processo n.º 48610.201254/2017-48, autoriza a empresa GOALTECH PRODUTOS QUÍMICOS LTDA, CNPJ 05.740.138/0001-40, a exercer a atividade de produtor de óleo lubrificante acabado automotivo e industrial, com a produção terceirizada tendo como empresa contratada ENERGIS8 Indústria e Comércio de Lubrificantes Ltda, CNPJ 00.696.951/0002-28.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO N.º 653, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.008670/2017-79, autoriza a empresa TRR TOFFOLI DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - ME, CNPJ n.º 10.693.800/0001-99, a construir a instalação de Transportador Revendedor Retalhista (TRR) na Rodovia RS 324 s/n Km 67, Centro - Vila Maria/RS - CEP: 99.155-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -28:07:32,800; -52:33:15,000 (SIRGAS 2000)]. A capacidade de armazenamento será de 45,00 m³.

A íntegra desta autorização (e seus anexos) consta(m) dos autos e estará(ão) disponível(is) na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO N.º 654, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - A.N.P, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria A.N.P n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria A.N.P n.º 313, de 28 de dezembro de 2001, e o que consta no processo n.º 48610.202130/2018-61, autoriza a empresa SERGLOBAL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, CNPJ n.º 08.744.945/0001-20, a exercer a atividade de importação de diesel e biodiesel.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO N.º 655, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.201762/2018-15, autoriza a empresa YPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS S/A, CNPJ n.º 11.775.945/0001-00, a construir a ampliação da instalação de Distribuidor de combustíveis Líquidos na Rodovia Quarto Anel Viário km 12,5 - Maracanaú/CE, CEP: 61915-300 [Coordenadas

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -3:50:14,200 / -38:36:16,800 (SIRGAS 2000)]. A capacidade de armazenamento será ampliada em 9.752,23 m³.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO N.º 656, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 17, de 19 de junho de 2009, e o que consta no processo n.º 48610.201822/2018-91, autoriza a empresa MS COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA, CNPJ n.º 21.404-906/0001-41, a exercer a atividade de importação de óleo lubrificante acabado.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO N.º 657, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.200872/2018-51, autoriza a empresa ACX DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ n.º 15.640.144/0001-80, a construir a ampliação da instalação de Transportador Revendedor Retalhista (TRR) na Rodovia BR 262, Km 298 - Parque Industrial - Bairro Areinha - Viana/ES [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -20.329651, -41.131240 (SIRGAS 2000)]. A capacidade de armazenamento será ampliada em 30,34 m³.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO N.º 658, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.003638/2016-16, autoriza a empresa DONADELI & FILHOS LTDA., CNPJ n.º 03.349.161/0001-83, a construir a instalação de Transportador Revendedor Retalhista - TRR na Av. Ferdinando Andre Morra, 150 - Parque Industrial - Guaíra - PR- CEP 85980-000. [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -24:06:09800 ; -54:15:49,300 (SIRGAS 2000)]. A capacidade de armazenamento será de 80,00m³.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO N.º 659, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - A.N.P, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria A.N.P n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria A.N.P n.º 03, de 19 de janeiro de 2005, e o que consta no processo n.º 48610.202077/2018-06, autoriza a empresa PROBEXA COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA, CNPJ n.º 79.520.342/0001-92, a exercer a atividade de importação de asfaltos.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO N.º 660, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria ANP n.º 204 de 29 de dezembro de 1998, e o que consta do processo n.º 48610.201658/2018-12, autoriza a empresa SERTRADING (BR) LTDA, CNPJ n.º 04.626.426/0001-06, a exercer a atividade de importação de QAV.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 885, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 18, de 19/06/2009, e o que consta no processo n.º 48610.201254/2017-48, declara habilitada a empresa GOALTECH PRODUTOS QUÍMICOS LTDA, CNPJ 05.740.138/0001-40, como produtora de óleo lubrificante acabado automotivo e industrial.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 886, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 08, de 06 de março de 2007 e o que consta do processo n.º 48610.008670/2017-79, declara habilitada a empresa TRR TOFFOLI DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - ME, CNPJ n.º 10.693.800/0001-99, como Transportador Revendedor Retalhista (TRR).

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 887, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 08, de 06 de março de 2007 e o que consta do processo n.º 48610.003638/2016-16, declara habilitada a empresa DONADELI & FILHOS LTDA, CNPJ n.º 03.349.161/0001-83, como Transportador Revendedor Retalhista (TRR).

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 888, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, ao MENDONÇA & MENDES PETROLEO E GAS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 29.357.828/0001-83, tendo em vista o cumprimento da Decisão Judicial proferida nos autos do processo judicial nº 0001030-38.2005.4.05.8401.

CEZAR CARAM ISSA

RETIFICAÇÃO

Na Autorização ANP n.º 390, de 29 de maio de 2018, publicada no D.O.U. n.º 103 em 30/05/2018, seção 1, página 98:

Onde se lê:

"(...) CNPJ n.º 34.274.233/00029-03, a operar a instalação de distribuidor de combustíveis líquidos localizada na Avenida Perimetral, nº 500 - Trecho José Sabóia - Bairro Mucuripe - Município de Fortaleza - CE - CEP: 60180-480, CEP [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -3:42:57.600; -38:28:09.500 (SIRGAS 2000)]. A capacidade de total de armazenamento é de 48.900,29 m³. Ficam revogadas as Autorizações ANP n.º 02 de 03/01/2017 e n.º 180 de 11/05/2017."

Leia-se:

"(...) CNPJ n.º 34.274.233/0029-03, a operar a instalação de distribuidor de combustíveis líquidos localizada na Avenida Perimetral 500, Trecho José Sabóia, Mucuripe, Fortaleza/CE, 60.180-480 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -3:42:57.600; -38:28:09.500 (SIRGAS 2000)]. A capacidade de total de armazenamento é de 48.904,13 m³. Ficam revogadas as Autorizações ANP n.º 02 de 02/01/2017 e n.º 180 de 10/05/2017."

RETIFICAÇÃO

Na Autorização ANP n.º 391, de 29 de maio de 2018, publicada no D.O.U. n.º 103 em 30/05/2018, seção 1, página 98:

Onde se lê:

"(...) autoriza a empresa PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A., CNPJ n.º 34.274.233/00029-03, a operar a instalação de distribuidor de combustíveis de aviação localizada na Avenida Perimetral, nº 500 - Trecho José Sabóia - Bairro Mucuripe - Município de Fortaleza - CE - CEP: 60180-480, CEP (...)"

Leia-se:

"(...) autoriza a empresa PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A., CNPJ n.º 34.274.233/0029-03, a operar a instalação de distribuidor de combustíveis de aviação localizada na Avenida Perimetral 500, Trecho José Sabóia, Mucuripe, Fortaleza/CE, 60.180-480 (...)"

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 165/2018/DF

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)

848.178/2017-FORTE COMÉRCIO, SERVIÇO E REPRESENTAÇÃO EM EDIFICAÇÕES LTDA.-ALVARÁ N°5758/2018-Destacado do DNPM 848.220/2015-ALVARÁ N°10610/2015-Vencimento em 28/09/2018

848.106/2018-SP CONSTRUÇÕES, SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI-ALVARÁ N°5759/2018-Destacado do DNPM 848.101/2016-ALVARÁ N°8019/2016-Vencimento em 08/08/2018

848.136/2018-CLÓVIS DE ARAÚJO OLIVEIRA-ALVARÁ N°5760/2018-Destacado do DNPM 848.266/2017-ALVARÁ N°9116/2017-Vencimento em 15/12/2020

850.311/2018-UNIAO MINERACAO E COMERCIO LTDA-ALVARÁ N°5761/2018-Destacado do DNPM 851.330/2017-ALVARÁ N°1628/2018-Vencimento em 07/03/2021

850.312/2018-UNIAO MINERACAO E COMERCIO LTDA-ALVARÁ N°5762/2018-Destacado do DNPM 851.330/2017-ALVARÁ N°1628/2018-Vencimento em 07/03/2021

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 166/2018/DF

Fase de Concessão de Lavra

Autoriza a averbação dos atos de penhora de direitos minerarios(1934)

Exequente:PAULO HENRIQUE GHIDI DE OLIVEIRA- CPF ou CNPJ - DNPM 001.663/1937-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA-Manifesto de Mina N° 712.01/1937

Exequente:PAULO HENRIQUE GHIDI DE OLIVEIRA- CPF ou CNPJ - DNPM 166.301/1937-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA-Manifesto de Mina N° 712.01/1937

Exequente:PAULO HENRIQUE GHIDI DE OLIVEIRA- CPF ou CNPJ - DNPM 166.302/1937-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA-Manifesto de Mina N° 712.01/1937

Exequente:PAULO HENRIQUE GHIDI DE OLIVEIRA- CPF ou CNPJ - DNPM 166.303/1937-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA-Manifesto de Mina N° 712.01/1937

Exequente:PAULO HENRIQUE GHIDI DE OLIVEIRA- CPF ou CNPJ - DNPM 166.304/1937-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA-Manifesto de Mina N° 712/1937

Exequente:PAULO HENRIQUE GHIDI DE OLIVEIRA- CPF ou CNPJ - DNPM 166.305/1937-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA-Manifesto de Mina N° 712.01/1937

Exequente:PAULO HENRIQUE GHIDI DE OLIVEIRA- CPF ou CNPJ - DNPM 166.306/1937-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA-Manifesto de Mina N° 712.01/1937

Exequente:PAULO HENRIQUE GHIDI DE OLIVEIRA- CPF ou CNPJ - DNPM 166.307/1937-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA-Manifesto de Mina N° 712.01/1937

Exequente:PAULO HENRIQUE GHIDI DE OLIVEIRA- CPF ou CNPJ - DNPM 166.308/1937-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA-Manifesto de Mina N° 712.01/1937

Exequente:PAULO HENRIQUE GHIDI DE OLIVEIRA- CPF ou CNPJ - DNPM 166.309/1937-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA-Manifesto de Mina N° 712.01/1937

Exequente:PAULO HENRIQUE GHIDI DE OLIVEIRA- CPF ou CNPJ - DNPM 166.310/1937-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA-Manifesto de Mina N° 712.01/1937

Exequente:PAULO HENRIQUE GHIDI DE OLIVEIRA- CPF ou CNPJ - DNPM 166.311/1937-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA-Manifesto de Mina N° 712.01/1937

Exequente:PAULO HENRIQUE GHIDI DE OLIVEIRA- CPF ou CNPJ - DNPM 166.312/1937-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA-Manifesto de Mina N° 712.01/1937

Exequente:PAULO HENRIQUE GHIDI DE OLIVEIRA- CPF ou CNPJ - DNPM 166.313/1937-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA-Manifesto de Mina N° 712.01/1937

Exequente:PAULO HENRIQUE GHIDI DE OLIVEIRA- CPF ou CNPJ - DNPM 815.706/2004-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA-Portaria de Lavra N° 57/2005

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 167/2018/DF

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
896.588/2014-JK SERVIÇOS E ASSESSORIA LTDA-ARACRUZ/ES - Guia n° 48/2018-150.000Toneladas/ano-ARGILA-Validade:19/07/2019
Fase de Concessão de Lavra
Instaura processo administrativo para declaração de caducidade da concessão de lavra /prazo para defesa 60 dias(490)
000.568/1950-PEDRO CARLOS DE OLIVEIRA FI-OF. N°113/DIRE-2018
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
880.194/1986-BRITAS DA AMAZÔNIA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-PORTO VELHO/RO - Guia n° 47/2018-500.000Toneladas/ano-GRANITO (BRITA)- Validade:14/11/2020
815.379/2015-ARGIMINAS MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA-URUSSANGA/SC - Guia n° 46/2018-60.000Toneladas/ano-ARGILA INDUSTRIAL- Validade:15/06/2022

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 168/2018/DF

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)
872.840/2012-VALDIR LEMOS DOS SANTOS ME-ALVARÁ N°5756/2018-Destacado do DNPM 870.869/2011-ALVARÁ N°9389/2011-Vencimento em 22/05/2021
872.103/2017-AROEIRA COMERCIO DE AREIA, AGRICULTURA E PSICULTURA LTDA ME-ALVARÁ N°5757/2018-Destacado do DNPM 871.853/2016-ALVARÁ N°13.276/2016-Vencimento em 19/12/2018

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 164/2018/DF

Fase de Autorização de Pesquisa
Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)
870.245/2000-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N° 16.515 Publicado DOU de 21/08/2000- Onde se lê: "... numa área de 1.000,00ha..."; leia-se:"... numa área de 975,42ha..."
810.249/2016-IRMÃOS CIOCCARI & CIA LTDA-ALVARÁ N° 6368 Publicado DOU de 28/06/2016- Onde se lê: "... numa área de 809,34ha..."; leia-se:"... numa área de 809,15ha..."
Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito multa aplicada(535)
844.045/2003-MINERAÇÃO BARRETO SA- Publicado DOU de 30/01/2017, referente ao Auto de Infração n° 012/2016, Superintendência/DNPM/AL.
844.046/2003-MINERAÇÃO BARRETO SA- Publicado DOU de 30/01/2017, referente ao Auto de Infração n° 011/2016, Superintendência/DNPM/AL.
844.050/2003-MINERAÇÃO BARRETO SA- Publicado DOU de 30/01/2017, referente ao Auto de Infração n° 013/2016, Superintendência/DNPM/AL.
Torna sem efeito Instauração processo administrativo para declaração de caducidade da concessão de lavra(633)
807.001/1973-B M MINERAÇÃO LTDA
Torna sem efeito a publicação de despachos em duplicidade.(1984)
Relação n° 113/2018-Publicada no DOU de 29/05/2018-Processo nº 844.025/1994 - Evento nº 451
Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
820.496/2003-MINERADORA VITAGUA ENVASADAS LTDA - Publicado DOU de 30/12/2013, Relação n° 144, Seção 1, pág. 825- Onde se lê:" ... numa área de 47,56ha, Leia-se:" ... numa área de 47,41ha..."
820.009/2004-CIDADEBRASIL LTDA - Publicado DOU de 20/08/2009, Relação n° 219, Seção 1, pág. 61- Onde se lê:" ... numa área de 50ha, Leia-se:" ... numa área de 48,27ha..."
833.844/2004-MGR MINERAÇÃO LTDA. - Publicado DOU de 21/12/2010, Relação n° 495, Seção 1, pág. 98- Onde se lê:"... nos Municípios de Antonio Carlos e Ibertioga, Estado de Minas Gerais...", Leia-se: "... nos Municípios de Antonio Carlos, Ibertioga e Santa Rita de Ibitipoca, Estado de Minas Gerais..."
878.122/2007-ERG MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA - Publicado DOU de 30/12/2011, Relação n° 125, Seção 1, pág. 110- Onde se lê:"... Área de 867,59ha para 278,63ha, Argila...", Leia-se:"... Área de 867,59ha para 267,44ha, Argila, no Município de Maruim, Estado de Sergipe..."
872.246/2012-AMAGRAN IMP. EXP. LTDA - Publicado DOU de 08/09/2016, Relação n° 173, Seção 1, pág. 58- Onde se lê:"... nos Municípios de Itapebi e Potiraguá, Estado da Bahia...", Leia-se: "... no Município de Potiraguá, Estado da Bahia..."

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 123/2018/BA

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
870.475/2015-COOP. DE TRAB. EXP. PROD. E COMERCIALIZAÇÃO DE BENS MINERAIS E DERIV. DO BRASIL - PLG N°02/2018 de 17/07/2018 - Prazo 3 anos
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
870.150/2018-ITAPOROROCA BRITAS LTDA ME-Registro de Licença N° 47/2018 - Vencimento em 01/09/2023
Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
870.813/2017-ITAPOROROCA BRITAS LTDA ME

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA
Superintendente
Substituto

DESPACHO
RELAÇÃO Nº124/2018/BA

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
870.823/2017-SETA ENGENHARIA S.A.-Registro de Licença N° 49/2018 - Vencimento em 30/03/2019
872.064/2017-BASTOS & SILVA LTDA ME-Registro de Licença N° 50/2018 - Vencimento em 22/09/2022
872.236/2017-FRED CONSTRUÇOES SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA ME-Registro de Licença N° 48/2018 - Vencimento em 18/10/2020

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 100/2018/CE

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
800.876/1996-CERÂMICA ASSUNÇÃO LTDA.-OF. N°1052/2018
800.878/1996-CEARÁ CERÂMICA LTDA.-OF. N°1053/2018
800.879/1996-CEARÁ CERÂMICA LTDA.-OF. N°1058/2018
800.880/1996-CEARÁ CERÂMICA LTDA.-OF. N°1054/2018
800.274/1999-CERÂMICA BRASÍLIA LTDA.-OF. N°1055/2018
800.275/1999-CERÂMICA BRASÍLIA LTDA.-OF. N°1061/2018
800.209/2000-JOSÉ ALVES DE ALENCAR ME-OF. N°1062/2018
801.104/2011-BARREIRO TABATINGA EXTRAÇÃO MINERAL LTDA ME-OF. N°1064/2018
800.087/2013-G.F MUNIZ FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CERAMICA EIRELI ME-OF. N°1065/2018
800.186/2014-CARLIEZE CARREIRO DE MELO-OF. N°1093/2018
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
801.019/2008-F.I.RIBEIRO DO NASCIMENTO-ME-Registro de Licença N° 988/2009 - Vencimento em 29/09/2018
800.505/2012-CERÂMICA TELHA CEARÁ LTDA ME-Registro de Licença N° 1369/2013 - Vencimento em 13/01/2022
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
800.217/1997-CERÂMICA CAJAZEIRAS LTDA.
800.199/2001-ALEXANDRE MAGNO VINHAS ME
800.778/2011-CERÂMICA MARCOLINO LTDA.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
800.883/2011-MULTIRESIDUOS GERENCIAMENTO DE RESIDUOS INDUSTRIAIS LTDA- Cessionário:GERALDO FEITOSA JÚNIOR BRITAMENTOS- CNPJ 08.117.310/0001-00-Registro de Licença N° 1248/2012- Vencimento da Licença: 09/05/2021
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
800.614/2016-T C DE ALMEIDA ME-OF. N°1025/2018
800.131/2017-KM MINERACAO E SERVICOS LTDA ME-OF. N°1006/2018
800.434/2017-J S PINHEIRO VAZ ME-OF. N°1072/2018
800.471/2017-GERMANO RIBEIRO GOMES DE MATOS-OF. N°1081/2018
800.519/2017-PB CONSTRUÇÕES LTDA-OF. N°825/2018 e 826/2018
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
800.493/2017-THIAGO GOMES ARARUNA ME
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
800.183/2018-DIEGO DE ARAÚJO ANGÉLICO ME
800.184/2018-GEAN BARROS DA SILVA

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 74/2018/MA

Fase de Licenciamento
Torna sem efeito o cancelamento do Registro de Licença(796)
806.158/2012-SERRACAL CORRETIVOS AGRICOLAS LTDA- DOU de 18/01/2018
806.159/2012-SERRACAL CORRETIVOS AGRICOLAS LTDA- DOU de 18/01/2018
806.160/2012-SERRACAL CORRETIVOS AGRICOLAS LTDA- DOU de 18/01/2018
Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito o arquivamento do processo(1675)
806.204/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.- DOU de 09/04/2018
806.206/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.- DOU de 09/04/2018

ARNALDO MARTINHO COSTA DA COSTA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 73/2018/PB

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
846.211/2011-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°796/2018
846.215/2012-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°795/2018
846.341/2012-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°794/2018
846.253/2013-AWA MINERAÇÕES LTDA ME-OF. N°791/2018
846.289/2015-R ADDARIO-OF. N°790/2018
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
846.236/2007-MINERAÇÃO NACIONAL S. A.-OF. N°1.089/2018
846.413/2007-MIBRA MINÉRIOS LTDA.-OF. N°1.106/2018
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
840.143/1996-OWENS ILLINOIS DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S A-OF. N°1.092/2018
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
846.219/2017-LUAN FERREIRA GOMES-OF. N°1.091/2018

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 52/2018/PR

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
826.472/2015-LUCIO PAULO FERREIRA DE ANDRADE-Registro de Licença N° 25/2018 - Vencimento em 07/07/2020
826.778/2015-KLABIN S.A-Registro de Licença N° 26/2018 - Vencimento em 16/05/2021
826.124/2016-KLABIN S.A-Registro de Licença N° 27/2018 - Vencimento em 06/10/2020
826.241/2016-ELOISA DOROTI NUNES DALMINA ME-Registro de Licença N° 28/2018 - Vencimento em 31/12/2020
826.319/2017-PEDREIRA SANTIAGO LTDA-Registro de Licença N° 29/2018 - Vencimento em 31/10/2036
826.572/2017-OSMAR GONÇALES DIAS-Registro de Licença N° 30/2018 - Vencimento em 28/05/2048
826.142/2018-SENGÉS FLORESTADORA E AGRÍCOLA LTDA-Registro de Licença N° 31/2018 - Vencimento em 17/08/2035
826.176/2018-KLEYTON GIOVANNI BALAN LOPES ME-Registro de Licença N° 32/2018 - Vencimento em 20/04/2047
826.210/2018-FSL SERVIÇOS E TERRAPLANAGEM LTDA-Registro de Licença N° 33/2018 - Vencimento em 14/05/2038

HUDSON CALEFE
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 88/2018/RN

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
848.153/2018-CORTEZ ENGENHARIA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
848.130/2018-P J DE CARVALHO POLI-OF. N°599/2018
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
848.469/2010-MÁRCIO DANTAS TEIXEIRA-OF. N°603/18
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
848.745/2010-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.- Área de 1.743,37 ha para 991,07 ha-Calcário e Argila
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
848.432/2012-ILENA MARIA ALBUQUERQUE ME-AI N°126/2018
848.315/2014-JOSÉ MARIA CUNHA MELO-AI N°123/2018
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
848.192/2010-ABG MINERAÇÃO LTDA-OF. N°604/2018
848.193/2010-ABG MINERAÇÃO LTDA-OF. N°604/2018
848.194/2010-ABG MINERAÇÃO LTDA-OF. N°604/2018
848.195/2010-ABG MINERAÇÃO LTDA-OF. N°604/2018
848.196/2010-ABG MINERAÇÃO LTDA-OF. N°604/2018
848.647/2010-ITAPLANOS CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA.-OF. N°601/2018
848.430/2011-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°589/2018
Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
840.041/1985-MANUFATURA DE PORCELANA POTIGUAR LTDA.- AI Nº 234/15
840.121/1985-MANUFATURA DE PORCELANA POTIGUAR LTDA.- AI Nº 235/15

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Superintendente

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA N° 162, DE 26 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Portarias MME nº 101, de 22 de março de 2016, nº 18, de 22 de janeiro de 2018, nº 44, de 8 de fevereiro de 2018, e nº 121, de 4 de abril de 2018, e o que consta no Processo nº 48360.000240/2018-89, resolve:

Art. 1º Definir os montantes de garantia física de energia das Usinas Hidrelétricas, na forma do Anexo à presente Portaria, com vistas à participação no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-6", de 2018, de que trata as Portarias MME nº 44, de 2018, e nº 121, de 2018.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia das Usinas Hidrelétricas constantes no Anexo são determinados nas Barras de Saída dos Geradores.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, o consumo interno das Usinas Hidrelétricas e as perdas na Rede Elétrica deverão ser abatidos dos montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Os montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria terão validade a partir da entrada em Operação Comercial de cada Usina Hidrelétrica.

Art. 3º As garantias físicas de energia das Usinas Hidrelétricas constantes do Anexo perderão a validade e a eficácia, após o Leilão a que se refere o art. 1º desta Portaria, caso não sejam objetos dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

Garantias Físicas de Energia - Leilão "A-6" de 2018

Usina Hidrelétrica	Código Único de Empreendimento de Geração (CEG)	Rio	UF	Potência Instalada (MW)	Nº de Unidades	Nº de Unidades de Base	Garantia Física de Energia Total (MWmed)
Bom Retiro	UHE.PH.RS.000288-7.02	Taquari	RS	35,180	4	3	20,2
Eng. Érico Bitencourt de Freitas	UHE.PH.GO.037826-7.01	Claro	GO	39,501	2	2	21,3
Salto Duran	UHE.PH.GO.037825-9.01	Claro	GO	39,501	2	2	21,6

Garantia Física no Período de Motorização

Usina Hidrelétrica	Garantia Física de Energia (MWmed)				
	Completa	Unid 1	Unid 2	Unid 3	Unid 4
Bom Retiro	20,2	7,1	12,4	16,6	20,2
Eng. Érico Bitencourt de Freitas	21,3	15,8	21,3	-	-
Salto Duran	21,6	16,1	21,6	-	-

PORTARIA N° 163, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 5º da Portaria MME nº 245, de 27 de junho de 2017:

Processo nº 48340.002784/2018-13. Interessada: EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.302.100/0001-06. Objeto: Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o Projeto de Investimento em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica (2017-2019) que compreende a Expansão, Renovação ou Melhoria da Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica, não incluídos os investimentos em obras do Programa "LUZ PARA TODOS" ou com Participação Financeira de Terceiros, constantes do Plano de Desenvolvimento da Distribuição - PDD de referência, apresentado à ANEEL no Ano Base (A) de 2018, de titularidade da Interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios/2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

PORTARIA N° 164, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 5º da Portaria MME nº 245, de 27 de junho de 2017:

Processo nº 48340.002784/2018-13. Interessada: EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.152.650/0001-71. Objeto: Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o Projeto de Investimento em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica (2017-2019) que compreende a Expansão, Renovação ou Melhoria da Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica, não incluídos os investimentos em obras do Programa "LUZ PARA TODOS" ou com Participação Financeira de Terceiros, constantes do Plano de Desenvolvimento da Distribuição - PDD de referência, apresentado à ANEEL no Ano Base (A) de 2018, de titularidade da Interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios/2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

Ministério do Desenvolvimento Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.390, DE 27 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal,

CONSIDERANDO o parágrafo único do artigo 20 do Decreto-Lei 200;

CONSIDERANDO a necessidade de permanente aprimoramento e integração dos processos, controles, ferramentas, técnicas e tecnologias que suportam e sustentam as atividades de operação dos programas e benefícios previdenciários, assistenciais e sociais, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS e do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização do conhecimento e das informações quanto aos processos de concessão, manutenção e pagamento dos benefícios administrados pelo INSS, que possibilitem o processo assertivo de tomada de decisão e que deem condições para que as funções de planejamento, organização, controle e direção sejam executadas de maneira eficaz; e

CONSIDERANDO os avanços obtidos na melhoria da gestão e governança de programas sociais como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada- BPC e o Programa de Revisão dos Benefícios por Incapacidade - PRBI, resolve:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI, de caráter consultivo, com a finalidade de desenvolver mecanismos de aperfeiçoamento dos processos de governança dos benefícios administrados pelo INSS.

Art. 2º O GTI será constituído por:

I - um membro titular e um suplente das seguintes unidades do MDS:

a) Secretaria-Executiva;
b) Secretaria Nacional de Assistência Social;
c) Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação;
d) Assessoria Especial de Controle Interno.

II - um membro titular e um suplente das seguintes unidades da Diretoria de Benefícios - DIRBEN, do INSS:

a) Coordenação-Geral de Administração e Informações de Segurados;
b) Coordenação-Geral de Reconhecimento de Direitos;
c) Coordenação-Geral de Gerenciamento e Pagamento de Benefícios;
d) Coordenação de Monitoramento Operacional de Benefícios.

§ 1º Poderão ser convidados a participar do Grupo de Trabalho representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - Do Ministério do Desenvolvimento Social:

a) Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
b) Consultoria Jurídica.

II - Do Instituto Nacional do Seguro Social:

a) Diretoria de Atendimento;
b) Procuradoria Federal Especializada;
c) Coordenação de Inteligência e Suporte em Auditoria da Auditoria-Geral.

III - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG;

IV - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário;

V - Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda;

VI - Casa Civil da Presidência da República;

VII - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU;

VIII - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev.

§ 2º O Grupo de Trabalho poderá convidar para participar de suas atividades representantes de outros órgãos e entidades, públicas e privadas, bem como especialistas em assuntos relacionados ao tema, que possam contribuir com o cumprimento do disposto nesta Portaria.

§ 3º Os membros titulares e suplentes do GTI serão indicados por seus órgãos por meio de comunicação formal à Secretaria-Executiva do MDS, quem os designará.

§ 4º O exercício das funções pelos representantes do Grupo de Trabalho será considerado prestação de serviço público relevante, sem remuneração.

§ 5º As atribuições dos membros e colaborações dos convidados serão definidas ao serem iniciados os trabalhos do GTI.

Art. 3º A coordenação do GTI será realizada pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do MDS.

Art. 4º O Grupo de Trabalho reunir-se-á com frequência quinzenal, sem prejuízo da possibilidade de sua coordenação estabelecer outro cronograma.

§ 1º A participação dos membros e convidados do MDS e do INSS ou suplentes, quando for o caso, é obrigatória em todas as reuniões, salvo se estiverem legalmente afastados, ou por expressa indicação da Coordenação deste GTI.

§2º As reuniões serão realizadas desde que presente a metade mais um do total de membros deste GTI, ou suplentes, quando for o caso.

Art. 5º O prazo para conclusão dos estudos e avaliações é de 130 dias, contados da publicação desta Portaria.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º Findo o prazo estabelecido no caput, o Grupo de Trabalho deverá apresentar relatório final em até 20 (vinte) dias, que conterá conclusões e propostas de ações.

§ 2º Além do relatório referido no parágrafo primeiro, deverão ser produzidos relatórios parciais bimestrais.

§ 3º A apuração das possíveis inconsistências cadastrais e de indícios de irregularidades, encontrados nos cruzamentos de dados realizados no âmbito do GTI, será realizada pelo órgão competente em prazo a ser definido pela Secretaria Executiva, não limitado ao termo definido para conclusão dos estudos e avaliações pelo GTI.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 169, DE 24 DE JULHO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso das atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, CONSIDERANDO o constante no Parecer nº 181/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, constante dos autos do processo nº 71000.055514/2016-16, resolve:

Art. 1º Cancelar os efeitos da Portaria nº 63 de 26 de Março de 2018, artigo 1º, item 19, Publicada no Diário Oficial da União de 27/03/2018.

Art. 2º Deferir o CEBAS da entidade Associação de Ensino Social Profissionalizante, ESPRO - CNPJ: 51.549.301/0001-00, por meio do Processo de Renovação nº 71000.066308/2016-31, para o período 19/07/2016 a 18/07/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 170, DE 24 DE JULHO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 191/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.034896/2017-25, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.034896/2017-25.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 27/2018, art. 2º, item 30, de 29/01/2018, publicada no DOU de 31/01/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Armação dos Búzios - CNPJ: 02.520.735/0001-71, Armação dos Búzios/RJ, com validade de 05 (cinco) anos, de 11/06/2017 a 10/06/2022, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 27/2018, art. 2º, item 30, de 29/01/2018, DOU de 31/01/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 171, DE 24 DE JULHO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 193/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.049578/2017-69, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.049578/2017-69.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 27/2018, art. 1º, item 33, de 29/01/2018, publicada no DOU de 31/01/2018, que indeferiu o pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 3º Deferir a concessão de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pelo Lar Franciscano de Menores, CNPJ: 54.370.697/0001-11, Piracicaba/SP, com validade de 03 (três) anos, a contar da data da publicação no Diário Oficial da União da presente Portaria, nos termos do artigo 5º do Decreto nº 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 41/2018, art. 1º, item 5, de 27/02/2018, DOU de 28/02/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 172, DE 24 DE JULHO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 194/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.024942/2017-88, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.024942/2017-88.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 41/2018, art. 1º, item 5, de 27/02/2018, publicada no DOU de 28/02/2018, que indeferiu o pedido de concessão da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a concessão de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Estrela D'Oeste - CNPJ: 59.855.080/0001-00, Estrela D'Oeste/SP, com validade de 03 (três) anos, a contar da data de publicação no Diário Oficial da União da presente Portaria, nos termos do artigo 5º do Decreto nº 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 41/2018, art. 1º, item 5, de 27/02/2018, DOU de 28/02/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 173, DE 24 DE JULHO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 196/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.053919/2017-09, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.053919/2017-09.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 41/2018, art. 1º, item 10, de 27/02/2018, publicada no DOU de 28/02/2018, que indeferiu o pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 3º Deferir a concessão de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação Pró Vida Francisco Toledo Piza, CNPJ: 04.764.188/0001-03, Américo Brasiliense/SP, com validade de 03 (três) anos, a contar da data da publicação no Diário Oficial da União da presente Portaria, nos termos do artigo 5º do Decreto nº 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 41/2018, art. 1º, item 10, de 27/02/2018, DOU de 28/02/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 174, DE 24 DE JULHO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 199/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.063552/2017-23, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.063552/2017-23.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 41/2018, art. 2º, item 19, de 27/02/2018, publicada no DOU de 28/02/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Aracaju - CNPJ: 13.046.636/0001-16, Aracaju/SE, com validade de 03 (três) anos, de 30/01/2018 a 29/01/2021, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 41/2018, art. 2º, item 19, de 27/02/2018, DOU de 28/02/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 175, DE 24 DE JULHO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 200/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.058773/2017-80, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.058773/2017-80.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 41/2018, art. 2º, item 13, de 27/02/2018, publicada no DOU de 28/02/2018, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pouso Redondo - CNPJ: 72.154.347/0001-08, Pouso Redondo/SC, com validade de 05 (cinco) anos, de 29/06/2018 a 28/06/2023, nos termos do artigo 5° do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 41/2018, art. 2º, item 13, de 27/02/2018, DOU de 28/02/2018.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 176, DE 26 DE JULHO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso das atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, CONSIDERANDO o Parecer Técnico nº 150/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS constante dos autos do processo nº 71000.082485/2015-84, resolve:

Art. 1º Indeferir o Processo de Renovação nº 71000.063141/2017-38, do Centro de Integração Empresa Escola de Santa Catarina - CIEE/SC, CNPJ: 04.310.564/0001-81, tendo em vista que a entidade descumpriu o disposto no artigo 3º e 19, I da Lei nº 12.101/2009 c/c artigo 3º e 39, II do Decreto nº 8.242/2014, não demonstrando a continuidade, planejamento e universalidade das ofertas; bem como não demonstrou sua atuação de forma preponderante no âmbito da assistência social, não atuando de forma adequada com a Política Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS nº 145/2004) e com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 2º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão, sem efeito suspensivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 177, DE 27 DE JULHO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados; resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Deferir as concessões de certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades por atenderem os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, com validade de três anos a partir da publicação desta portaria no D.O.U., nos termos do art. 5º, do Decreto nº 8.242/2014, dispostas por nome da entidade, CNPJ, município/UF, nº do processo e número do parecer técnico:

1)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MATUPÁ, 00.778.242/0001-00, MATUPA/MT, 71000.033259/2018-12, 54432/2018.

2)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS-APAE-DE SERRA TALHADA, 01.986.023/0001-80, SERRA TALHADA/PE, 71000.032374/2018-70, 54364/2018.

3)CERVI-CENTRO DE REESTRUTURAÇÃO PARA A VIDA, 03.806.878/0001-07, SAO PAULO/SP, 71000.033401/2018-21, 54450/2018.

4)VILA VICENTINA, 03.879.723/0001-09, TRES LAGOAS/MS, 71000.026289/2018-72, 54119/2018.

5)CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRAL AO IDOSO, 04.271.918/0001-26, ITAMONTE/MG, 71000.034875/2018-91, 54524/2018.

6)CENTRO DE APOIO SOCIAL AO ADOLESCENTE-CASA, 04.313.535/0001-73, APUCARANA/PR, 71000.033395/2018-11, 54453/2018.

7)PROSSAN-PROJETO SOCIAL SANTO ANTÔNIO, 05.369.990/0001-53, POUSO ALEGRE/MG, 71000.032947/2018-65, 54419/2018.

8)ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAR ACONCHEGO, 06.087.137/0001-01, PRESIDENTE VENCESLAU/SP, 71000.032645/2018-97, 54396/2018.

9)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS EXCEPCIONAIS DE RIO BRANCO DO IVAÍ, 08.265.768/0001-07, RIO BRANCO DO IVAI/PR, 71000.036084/2018-03, 54615/2018.

10)ASSOCIAÇÃO SANTO DIAS, 08.366.353/0001-11, JOAO PESSOA/PB, 71000.028049/2018-11, 54190/2018.

11)INSTITUTO PEDRA VIVA, 08.878.503/0001-76, BELO HORIZONTE/MG, 71000.026481/2018-69, 54123/2018.

12)INSTITUTO HERDEIROS DE DEUS, 09.047.452/0001-01, BELO HORIZONTE/MG, 71000.034355/2018-88, 54494/2018.

13)ASSOCIAÇÃO CASA LAR DE MUZAMBINHO, 10.418.198/0001-51, MUZAMBINHO/MG, 71000.030427/2018-18, 54299/2018.

14)VOLUNTARIADO AMIGOS DA SAÚDE, 13.592.777/0001-34, RIO DE JANEIRO/RJ, 71000.032661/2018-80, 54395/2018.

15)INSTITUTO DE CEGOS DA BAHIA, 15.208.044/0001-89, SALVADOR/BA, 71000.034685/2018-73, 54516/2018.

16)CASA DE PASSAGEM INTERMUNICIPAL MATHEUS HENRIQUE CARVALHO ROSA, 17.359.453/0001-01, FORMOSO/GO, 71000.029887/2018-01, 54269/2018.

17)LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE ITAU DE MINAS, 17.951.039/0001-97, ITAU DE MINAS/MG, 71000.033240/2018-76, 54428/2018.

18)CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE AZURITA, 20.937.538/0001-34, MATEUS LEME/MG, 71000.033400/2018-87, 54451/2018.

19)FUNDAÇÃO JOSÉ FERNANDES DE ARAÚJO, 21.515.655/0001-72, BELO HORIZONTE/MG, 71000.002324/2016-04, 50873/2018.

20)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE DEFICIENTES AUDITIVOS, 41.263.575/0001-84, TERESINA/PI, 71000.030867/2018-75, 54313/2018.

21)ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS SURDOS DE UMUARAMA, 77.218.048/0001-03, UMUARAMA/PR, 23000.018990/2013-61, 51077/2018.

22)LAR DOS IDOSOS SANTA TEREZINHA DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO DE SÃO JOSE DA LAPA, 03.673.920/0001-69, SAO JOSE DA LAPA/MG, 71000.035891/2018-09, 54599/2018.

23)ELO APOIO SOCIAL E AMBIENTAL, 04.626.953/0001-10, CURITIBA/PR, 71000.081639/2017-82, 52951/2018.

24)INSTITUTO VIVA MELHOR, 08.002.631/0001-51, SAO PAULO/SP, 71000.001718/2015-56, 47254/2018.

25)AVAPAC - ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS DE APOIO AO PACIENTE DE CÂNCER, 03.270.466/0001-03, DRACENA/SP, 71000.033399/2018-91, 54454/2018.

26)APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BURITIS, 03.536.126/0001-73, BURITIS/RO, 23000.035701/2016-31, 53935/2018.

27)ASSOCIAÇÃO SANT'ANNA DE RIBEIRÃO PIRES, 04.305.513/0001-61, RIBEIRAO PIRES/SP, 71000.034683/2018-84, 54504/2018.

28)CENTRO DE ATENDIMENTO E. ESPECIALIZADO FILHOS DE DEUS, 05.079.318/0001-23, INDEPENDENCIA/CE, 71000.029238/2018-01, 54244/2018.

29)ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLAVE DE SOL, 05.536.162/0001-62, ITAPECERICA DA SERRA/SP, 71000.026298/2018-63, 54126/2018.

30)INSTITUTO DE APOIO A PROGRAMAS DE ESTÁGIO - IAPE, 07.726.387/0001-07, RIBEIRAO PRETO/SP, 71000.030430/2018-31, 54300/2018.

31)INSTITUTO NOVOS HORIZONTES, 11.204.981/0001-05, SAO PAULO/SP, 71000.034670/2018-13, 54508/2018.

32)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE DELMIRO GOUVEIA, 12.437.281/0001-23, DELMIRO GOUVEIA/AL, 71000.028840/2018-12, 54224/2018.

33)ABEASF - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ANTONIO SOARES FREITAS, 21.938.605/0001-06, ITAUNA/MG, 71000.033396/2018-57, 54449/2018.

34)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PIRAJUÍ, 44.555.027/0001-16, PIRAJUI/SP, 71000.022053/2018-67, 53893/2018.

35)UNIÃO ESPÍRITA ALLAN KARDEC, 52.993.813/0001-23, MORRO AGUDO/SP, 71000.034668/2018-36, 54501/2018.

36)CASA DA CRIANÇA RECANTO FELIZ, 75.451.161/0001-09, SANTO ANTONIO DA PLATINA/PR, 23000.009852/2015-52, 51832/2018.

37)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GUARUJÁ DO SUL, 80.632.540/0001-27, GUARUJA DO SUL/SC, 71000.035319/2018-31, 54545/2018.

38)LAR DO IDOSO PADRE LINO JOSÉ CORRER, 23.091.630/0001-14, ITUIUTABA/MG, 71000.023664/2018-22, 54111/2018.

39)ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE ANCHIETA-ES, 36.039.089/0001-47, ANCHIETA/ES, 71000.032380/2018-27, 54366/2018.

Art. 2º Pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 178, DE 27 DE JULHO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Deferir as renovações de certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades por atenderem os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, dispostas por nome da entidade, CNPJ, município/UF, nº do processo, número do parecer técnico e período de validade de certificação:

1)ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AMPARO A INFÂNCIA, 78.134.137/0001-26, MANDIRITUBA/PR, 23123.001731/2010-61, 54232/2018, de 22/03/2010 a 21/03/2015.

2)SOCIEDADE SANTOS MÁRTIRES, 60.731.569/0001-59, SAO PAULO/SP, 71010.003724/2010-14, 54232/2018, de 23/08/2010 a 22/08/2015.

3)ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E EDUCAÇÃO, 56.728.793/0001-14, SANTA BARBARA D'OESTE/SP, 71000.086324/2014-89, 54232/2018, de 01/01/2015 a 31/12/2017.

4)OBRAS SOCIAIS DO CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE JERÔNIMO CANDINHO, 01.635.028/0001-68, BRASILIA/DF, 71000.141777/2014-85, 54232/2018, de 26/12/2014 a 25/12/2017.

5)ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA AGOSTINI, 90.779.745/0001-93, PASSO FUNDO/RS, 71000.077173/2015-59, 54232/2018, de 17/11/2015 a 16/11/2020.

6)ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE O PEQUENO NAZARENO, 00.371.537/0001-68, FORTALEZA/CE, 71000.077233/2015-33, 54232/2018, de 30/08/2015 a 29/08/2018.

7)LAR BATISTA DE CRIANÇAS, 60.958.972/0001-15, SAO PAULO/SP, 71000.070578/2015-66, 54232/2018, de 01/01/2016 a 31/12/2018.

8)REDE ESPERANÇA, 68.636.117/0001-08, CURITIBA/PR, 71000.001730/2016-41, 54232/2018, de 22/03/2016 a 21/03/2021.

9)INSTITUTO BEM QUERER PARA SUSTENTABILIDADE COMUNITÁRIA, 07.920.163/0001-31, SUMARE/SP, 71000.041147/2017-54, 54232/2018, de 01/04/2018 a 31/03/2021.

10)ASILO DE INVÁLIDOS PADRE EUCLIDES CARNEIRO, 59.905.216/0001-49, SAO JOSE DO RIO PARDO/SP, 23000.029310/2017-68, 54232/2018, de 17/10/2017 a 16/10/2020.

11)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA TEREZA DO OESTE, 81.270.274/0001-00, SANTA TEREZA DO OESTE/PR, 23000.029326/2017-71, 54232/2018, de 18/06/2018 a 17/06/2023.

12)EQUIPE CRISTO VERDADE QUE LIBERTA, 44.458.040/0001-57, BAURU/SP, 71000.065674/2017-54, 54232/2018, de 30/03/2018 a 29/03/2021.

13)ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAPOLIS, 44.490.464/0001-07, ITAPOLIS/SP, 71000.065834/2017-65, 54232/2018, de 01/01/2018 a 31/12/2020.

14)INSTITUTO DE APOIO AO PORTADOR DE CÂNCER - IAPC, 03.668.681/0001-59, BRASILIA/DF, 71000.068423/2017-21, 54232/2018, de 30/01/2018 a 29/01/2023.

15)ASSOCIACÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PIRASSUNUNGA, 54.851.977/0001-41, PIRASSUNUNGA/SP, 71000.074359/2017-18, 54232/2018, de 01/01/2018 a 31/12/2020.

16)PROJETO MINHA OPORTUNIDADE, 16.732.342/0001-36, APARECIDA DE GOIANIA/GO, 71000.082018/2017-16, 54232/2018, de 03/09/2018 a 02/09/2023.

17)NIC - NUCLEO DE INCENTIVO À CIDADANIA, 06.986.035/0001-28, CONTAGEM/MG, 71000.000390/2018-01, 54232/2018, de 29/06/2018 a 28/06/2023.

18)ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS CEGOS DO RECIFE, 11.868.882/0001-28, RECIFE/PE, 71000.001926/2018-06, 54232/2018, de 01/04/2018 a 31/03/2023.

19)CENTRO DE INTEGRAÇÃO DA FAMÍLIA - CEIFA, 08.364.607/0001-62, ARACAJU/SE, 71000.000974/2018-79, 54232/2018, de 01/04/2018 a 31/03/2023.

20)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FORQUILHA, 05.451.763/0001-72, FORQUILHA/CE, 71000.001369/2018-15, 54232/2018, de 03/09/2018 a 02/09/2023.

21)FRATERNIDADE SOLIDÁRIA SÃO FRANCISCO DE ASSIS, 74.493.610/0001-00, RIBEIRAO PRETO/SP, 71000.005737/2018-02, 54232/2018, de 30/01/2018 a 29/01/2023.

22)APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA MARIA DA VITORIA, 04.474.039/0001-00, SANTA MARIA DA VITORIA/BA, 71000.006647/2018-21, 54232/2018, de 30/01/2018 a 29/01/2023.

23)ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO PARQUE MANDY, 58.493.909/0001-09, SAO PAULO/SP, 71000.013870/2018-24, 54232/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2023.

24)ASSOCIAÇÃO CENTRO DE ESTUDO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E DA QUALIDADE DE VIDA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL - ILHA DAS CRIANÇAS, 12.150.985/0001-10, ITAPARICA/BA, 71000.014558/2018-58, 54232/2018, de 28/04/2018 a 27/04/2023.

25)CENTRO DE CONVIVÊNCIA INFÂNCIA - JUVENTUDE THOMAZ GOUVEIA NETTO, 05.099.062/0001-16, SAO PAULO/SP, 71000.014569/2018-38, 54232/2018, de 29/05/2018 a 28/05/2023.

26)ASSOCIAÇÃO JOANNA DE ANGELIS, 60.246.303/0001-10, JABOTICABAL/SP, 71000.016346/2018-13, 54232/2018, de 29/05/2018 a 28/05/2023.

27)ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL ESPÍRITA LINS DE VASCONCELOS - AEELV, 77.867.901/0001-00, CASCAVEL/PR, 71000.015409/2018-14, 54232/2018, de 01/04/2018 a 31/03/2023.

28)INSTITUIÇÃO CAPAZ DE ADAMANTINA, 48.801.740/0001-53, ADAMANTINA/SP, 71000.017281/2018-15, 54232/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2021.

29)CENTRO ESPERANÇA POR AMOR SOCIAL, 72.431.133/0001-23, LONDRINA/PR, 71000.018108/2018-34, 54232/2018, de 28/04/2018 a 27/04/2023.

30)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL, 00.340.936/0001-61, BALNEARIO BARRA DO SUL/SC, 71000.017567/2018-09, 54232/2018, de 01/04/2018 a 31/03/2023.

31)GRUPO ESPÍRITA DA PAZ, 03.812.328/0001-09, GOIATUBA/GO, 71000.017299/2018-17, 54232/2018, de 01/04/2018 a 31/03/2023.

32)VILA VICENTINA DE MOGI MIRIM OBRA UNIDA A SSVP, 52.781.010/0001-05, MOGI MIRIM/SP, 71000.017301/2018-58, 54232/2018, de 01/04/2018 a 31/03/2023.

33)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS AUTISTAS DE PIRACICABA, 03.367.523/0001-69, PIRACICABA/SP, 71000.034159/2018-11, 54232/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2023.

34)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABORÁ, 02.027.460/0001-39, JABORA/SC, 71000.018449/2018-18, 54232/2018, de 29/05/2018 a 28/05/2023.

35)CENTRO DE ORIENTAÇAO AO ADOLESCENTE DE CAMPINAS, 51.876.357/0001-79, CAMPINAS/SP, 71000.031645/2018-70, 54232/2018, de 15/05/2018 a 14/05/2021.

36)ASSOCIAÇÃO PROJETO GENTE GRANDE, 08.875.750/0001-19, BETIM/MG, 71000.018627/2018-01, 54232/2018, de 29/06/2018 a 28/06/2023.

37)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS E DEFICIENTES DE TAGUATINGA E CEILÂNDIA, 00.573.287/0001-49, BRASILIA/DF, 71000.021098/2018-14, 54232/2018, de 30/10/2018 a 29/10/2021.

38)ASSOCIAÇÃO VIDA BEM VIVIDA, 04.628.042/0001-22, MONTE AZUL PAULISTA/SP, 71000.023015/2018-21, 54232/2018, de 29/06/2018 a 28/06/2023.

39)LAR DA CRIANÇA RAIO DE LUZ, 03.429.901/0001-91, RIO GRANDE/RS, 71000.020878/2018-47, 54232/2018, de 28/04/2018 a 27/04/2023.

40)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE HUMBERTO DE CAMPOS, 07.625.921/0001-99, HUMBERTO DE CAMPOS/MA, 71000.022021/2018-61, 54232/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2023.

41)ASSOCIAÇÃO CAÇAPAVANA DE AUXÍLIO AOS POBRES, 87.085.320/0001-70, CACAPAVA DO SUL/RS, 71000.022614/2018-28, 54232/2018, de 28/04/2018 a 27/04/2023.

42)CENTRO DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL ANA BERNARDINA, 00.803.740/0001-66, BELO HORIZONTE/MG, 71000.021952/2018-42, 54232/2018, de 29/09/2018 a 28/09/2023.

43)ASSOCIAÇÃO DE AMPARO À VELHICE DE REGISTRO LAR DOS VELHINHOS, 51.673.101/0001-64, REGISTRO/SP, 71000.023641/2018-18, 54232/2018, de 28/04/2018 a 27/04/2023.

44)JOVEM AÇÃO CONQUISTANDO SEU ESPAÇO, 00.734.501/0001-00, ITAPIRA/SP, 71000.028051/2018-81, 54232/2018, de 12/06/2018 a 11/06/2021.

45)CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DE PERNAMBUCO, 10.998.292/0001-57, RECIFE/PE, 71000.023060/2018-86, 54232/2018, de 15/05/2018 a 14/05/2021.

46)ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS E EDUCADORES DE AUTISTAS DE JAÚ, 05.524.456/0001-74, JAU/SP, 71000.024231/2018-94, 54232/2018, de 29/05/2018 a 28/05/2021.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

47)APAE DE IBIRAMA, 11.026.059/0001-75, IBIRAMA/SC, 71000.024694/2018-56, 54232/2018, de 06/04/2019 a 05/04/2024.

48)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE DIADEMA, 51.119.584/0001-50, DIADEMA/SP, 71000.024259/2018-21, 54232/2018, de 14/08/2018 a 13/08/2021.

49)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CONGONHAS - APAE, 21.089.438/0001-68, CONGONHAS/MG, 71000.025745/2018-67, 54232/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2021.

50)ASSOCIAÇAO PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CANELINHA, 79.006.201/0001-56, CANELINHA/SC, 71000.025149/2018-87, 54232/2018, de 18/12/2018 a 17/12/2023.

51)ASSOCIAÇÃO ESTRELA AZUL, 50.136.076/0001-17, MAUA/SP, 71000.025454/2018-79, 54232/2018, de 24/08/2018 a 23/08/2021.

52)ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE IPAMERI, 05.402.145/0001-32, IPAMERI/GO, 71000.025115/2018-92, 54232/2018, de 02/02/2019 a 01/02/2024.

53)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANHOS, 11.336.786/0001-39, PARANHOS/MS, 71000.025125/2018-28, 54232/2018, de 29/06/2018 a 28/06/2023.

54)ASSOCIAÇÃO CRIANÇAS DO BRASIL EM CAMPO GRANDE MS, 11.646.310/0001-02, CAMPO GRANDE/MS, 71000.028059/2018-48, 54232/2018, de 29/05/2018 a 28/05/2023.

55)LAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS, 80.291.081/0001-65, CRUZEIRO DO OESTE/PR, 71000.028058/2018-01, 54232/2018, de 06/11/2018 a 05/11/2023.

56)APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TREZE DE MAIO (SC), 01.002.408/0001-65, TREZE DE MAIO/SC, 71000.028521/2018-15, 54232/2018, de 08/03/2019 a 07/03/2024.

57)INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DIOMICIO FREITAS ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE CRICIUMA, 75.567.081/0001-05, CRICIUMA/SC, 71000.028575/2018-72, 54232/2018, de 29/05/2018 a 28/05/2023.

58)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TANGARÁ, 78.502.671/0001-48, TANGARA/SC, 71000.028580/2018-85, 54232/2018, de 06/04/2019 a 05/04/2024.

59)ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO ROQUE, 80.790.421/0001-00, PIRAQUARA/PR, 71000.027830/2018-60, 54232/2018, de 17/10/2018 a 16/10/2021.

60)FRENTE DE ASSISTÊNCIA A CRIANÇA CARENTE, 11.664.638/0001-43, FORTALEZA/CE, 71000.026641/2018-70, 54232/2018, de 11/09/2018 a 10/09/2021.

61)VILA VICENTINA DE TIROS, 20.055.356/0001-30, TIROS/MG, 71000.028570/2018-40, 54232/2018, de 29/05/2018 a 28/05/2023.

62)GRUPO DE APOIO AO INDIVÍDUO COM AUTISMO E AFINS, 07.623.352/0001-42, SAO JOSE DOS CAMPOS/SP, 71000.027233/2018-35, 54232/2018, de 29/05/2018 a 28/05/2021.

63)SOCIEDADE CIVIL PROJETO CORAGEM, 66.490.715/0001-88, DOIS CORREGOS/SP, 71000.027823/2018-68, 54232/2018, de 23/08/2018 a 22/08/2021.

64)CÍRCULO DE APOIO A APRENDIZAGEM PROFISSIONAL DE GOIÂNIA, 01.283.274/0001-06, GOIANIA/GO, 71000.027467/2018-82, 54232/2018, de 24/07/2018 a 23/07/2021.

65)OBRA AUXILIAR DA SANTA CRUZ, 01.760.646/0001-30, GUARATINGUETA/SP, 71000.028482/2018-48, 54232/2018, de 02/02/2019 a 01/02/2024.

66)ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS, 09.395.911/0001-30, SANTA ROSA/RS, 71000.029236/2018-11, 54232/2018, de 29/09/2018 a 28/09/2023.

67)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MANOEL RIBAS, 84.790.088/0001-82, MANOEL RIBAS/PR, 71000.029905/2018-47, 54232/2018, de 17/08/2018 a 16/08/2023.

68)ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE MÃOS UNIDAS, 07.208.941/0001-64, CURITIBA/PR, 71000.028838/2018-43, 54232/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2023.

69)UNIÃO DOS CEGOS NO BRASIL, 33.999.608/0001-20, RIO DE JANEIRO/RJ, 71000.029370/2018-12, 54232/2018, de 29/06/2018 a 28/06/2021.

70)ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE OURO PRETO DO OESTE, 05.882.048/0001-94, OURO PRETO DO OESTE/RO, 71000.031635/2018-34, 54232/2018, de 29/09/2018 a 28/09/2023.

71)FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO DE IPAUSSU - FAMI, 49.531.494/0001-20, IPAUSSU/SP, 71000.029873/2018-80, 54232/2018, de 03/09/2018 a 02/09/2023.

72)COMUNIDADE IMPACTO, 15.416.010/0001-80, OSASCO/SP, 71000.029368/2018-35, 54232/2018, de 03/09/2018 a 02/09/2023.

73)ASSOCIAÇÃO VINHEDENSE DE EDUCAÇÃO DO HOMEM DE AMANHÃ, 48.200.851/0001-04, VINHEDO/SP, 71000.029245/2018-02, 54232/2018, de 25/06/2018 a 24/06/2021.

74)LAR CARLOS AUGUSTO BRAGA, 59.012.583/0001-13, VINHEDO/SP, 71000.029917/2018-71, 54232/2018, de 28/06/2018 a 27/06/2023.

75)LAR DA CARIDADE DE VINHEDO, 72.912.140/0001-47, VINHEDO/SP, 71000.029883/2018-15, 54232/2018, de 19/01/2019 a 18/01/2022.

76)ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA, 77.776.888/0001-83, SENGES/PR, 71000.030071/2018-12, 54232/2018, de 29/06/2018 a 28/06/2023.

77)ASILO SÃO VICENTE DE PAULA, 95.644.043/0001-16, NOVA ESPERANCA/PR, 71000.030751/2018-36, 54232/2018, de 29/06/2018 a 28/06/2023.

78)ASSOCIAÇÃO VIVA BIA, 05.919.875/0001-05, FOZ DO IGUACU/PR, 71000.030100/2018-46, 54232/2018, de 02/12/2018 a 01/12/2023.

79)ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS DE IPATINGA, 07.527.973/0001-22, IPATINGA/MG, 71000.030705/2018-37, 54232/2018, de 06/04/2019 a 05/04/2024.

80)ASSOCIAÇÃO CAMINHAR JUNTOS, 08.952.003/0001-37, BALNEARIO PICARRAS/SC, 71000.030027/2018-11, 54232/2018, de 29/06/2018 a 28/06/2023.

81)CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DO RIO DE JANEIRO, 34.267.971/0001-14, RIO DE JANEIRO/RJ, 71000.029574/2018-45, 54232/2018, de 24/08/2018 a 23/08/2021.

82)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VARGEM BONITA - SC - APAE, 10.324.639/0001-86, VARGEM BONITA/SC, 71000.030040/2018-61, 54232/2018, de 18/12/2018 a 17/12/2023.

83)VILA VICENTINA MONSENHOR CASTRO, 20.929.303/0001-09, CANDEIAS/MG, 71000.030398/2018-94, 54232/2018, de 29/06/2018 a 28/06/2021.

84)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MIGUEL PEREIRA, 39.756.945/0001-73, MIGUEL PEREIRA/RJ, 71000.031620/2018-76, 54232/2018, de 02/04/2019 a 01/04/2024.

85)LACE - NÚCLEO DE ACOES PARA A CIDADANIA NA DIVERSIDADE, 49.356.157/0001-43, SAO PAULO/SP, 71000.031932/2018-80, 54232/2018, de 19/06/2018 a 18/06/2021.

86)LUMEN - ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO DEFICIENTE NEURO-MOTOR OU MENTAL, 53.638.359/0001-55, SAO PAULO/SP, 71000.031933/2018-24, 54232/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2023.

87)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PORTO FELIZ, 55.149.348/0001-37, PORTO FELIZ/SP, 71000.030699/2018-18, 54232/2018, de 30/06/2018 a 29/06/2021.

88)LAR DE SÃO JOSÉ, 02.561.520/0001-07, BRASILIA/DF, 71000.030426/2018-73, 54232/2018, de 26/07/2018 a 25/07/2021.

89)ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES FÍSICOS DE LAJEADO - ADEFIL, 01.946.831/0001-13, LAJEADO/RS, 71000.032361/2018-09, 54232/2018, de 02/12/2018 a 01/12/2023.

90)ASSOCIAÇÃO MAHATMA GANDHI, 10.978.857/0001-34, GOIANIA/GO, 71000.031648/2018-11, 54232/2018, de 29/06/2018 a 28/06/2023.

91)PROJETO CASULO, 11.300.462/0001-40, SAO PAULO/SP, 71000.031639/2018-12, 54232/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2021.

92)SERVIÇO DE APOIO AOS PROJETOS ALTERNATIVOS COMUNITARIOS, 70.035.209/0001-76, NATAL/RN, 71000.031939/2018-00, 54232/2018, de 14/08/2018 a 13/08/2021.

93)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOAQUIM, 83.294.579/0001-70, SAO JOAQUIM/SC, 71000.031937/2018-11, 54232/2018, de 06/11/2018 a 05/11/2023.

94)ASSOCIAÇÃO CASA DA PAZ DE DOIS VIZINHOS, 00.608.862/0001-00, DOIS VIZINHOS/PR, 71000.032652/2018-99, 54232/2018, de 29/06/2018 a 28/06/2023.

95)FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, 00.637.112/0001-58, CAMPO GRANDE/MS, 71000.031930/2018-91, 54232/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2021.

96)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JARINU, 07.468.675/0001-09, JARINU/SP, 71000.031688/2018-55, 54232/2018, de 06/11/2018 a 05/11/2023.

97)ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DA CRIANCA E JOVEM AUTISTA ESPACO POTENCIAL, 11.911.681/0001-66, MARILIA/SP, 71000.032174/2018-17, 54232/2018, de 29/09/2018 a 28/09/2021.

98)AMDE - ASSOCIAÇÃO AMIGOS DOS DEFICIENTES, 04.605.411/0001-61, SOROCABA/SP, 71000.032343/2018-19, 54232/2018, de 29/06/2018 a 28/06/2023.

99)CENTRO DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA AS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, 06.072.225/0001-30, INDAIATUBA/SP, 71000.032635/2018-51, 54232/2018, de 03/09/2018 a 02/09/2023.

100)ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTO ANASTACIO, 49.847.213/0001-42, SANTO ANASTACIO/SP, 71000.032369/2018-67, 54232/2018, de 16/05/2019 a 15/05/2022.

101)SOCIEDADE ESPÍRITA LEGIONÁRIOS DO BEM, 50.485.457/0001-01, FRANCA/SP, 71000.033037/2018-08, 54232/2018, de 03/07/2018 a 02/07/2021.

102)C.A.S.C.A. CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE, 07.098.359/0001-92, TREMEMBÉ/SP, 71000.032395/2018-95, 54232/2018, de 06/11/2018 a 05/11/2023.

103)FUNDAÇÃO CASA DA MENINA SANTA BERNADETE, 18.876.813/0001-05, GOVERNADOR VALADARES/MG, 71000.032626/2018-61, 54232/2018, de 29/06/2018 a 28/06/2023.

104)SALESIANOS SÃO CARLOS, 59.620.468/0001-21, SAO CARLOS/SP, 71000.032347/2018-05, 54232/2018, de 01/07/2018 a 30/06/2021.

105)SOCIEDADE EDUCATIVA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA - SETA, 44.622.223/0001-66, CAMPINAS/SP, 71000.032352/2018-18, 54232/2018, de 09/07/2018 a 08/07/2021.

106)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE OTACÍLIO COSTA, 00.719.998/0001-89, OTACILIO COSTA/SC, 71000.032175/2018-61, 54232/2018, de 30/06/2018 a 29/06/2023.

107)CASA DO MENOR LEDA FURQUIM ATILIO, 51.108.587/0001-98, ANDRADINA/SP, 71000.033040/2018-13, 54232/2018, de 08/03/2019 a 07/03/2024.

108)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TANGARÁ DA SERRA, 03.954.104/0001-23, TANGARA DA SERRA/MT, 71000.033224/2018-83, 54232/2018, de 31/07/2018 a 30/07/2021.

109)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARARAQUARA, 43.976.844/0001-85, ARARAQUARA/SP, 71000.032974/2018-38, 54232/2018, de 01/01/2019 a 31/12/2021.

110)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DA SERRA, 27.564.699/0001-79, SERRA/ES, 71000.033031/2018-22, 54232/2018, de 25/08/2018 a 24/08/2021.

111)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO MANUEL, 45.838.265/0001-00, SAO MANUEL/SP, 71000.033073/2018-63, 54232/2018, de 25/09/2018 a 24/09/2021.

112)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PORTO FIRME, 05.543.181/0001-16, PORTO FIRME/MG, 71000.032638/2018-95, 54232/2018, de 29/06/2018 a 28/06/2023.

113)ESPAÇO CRESCER- LIVRE CRIATIVIDADE, 04.226.574/0001-33, ATIBAIA/SP, 71000.032545/2018-61, 54232/2018, de 02/02/2019 a 01/02/2024.

114)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 45.690.674/0001-01, SAO JOSE DOS CAMPOS/SP, 71000.033249/2018-87, 54232/2018, de 01/01/2019 a 31/12/2021.

115)CASA DOS VELHINHOS GRIJALVA ALVES TERRA, 23.591.290/0001-90, PIUMHI/MG, 71000.033082/2018-54, 54232/2018, de 29/06/2018 a 28/06/2023.

116)ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DE LIBERATO SALZANO - ADLS, 05.336.511/0001-00, LIBERATO SALZANO/RS, 71000.033366/2018-41, 54232/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2023.

117)CASA DE APOIO BETÂNIA, 07.943.474/0001-16, LIMEIRA/SP, 71000.032631/2018-73, 54232/2018, de 03/09/2018 a 02/09/2023.

118)ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PAINS, 23.781.883/0001-10, PAINS/MG, 71000.033245/2018-07, 54232/2018, de 29/06/2018 a 28/06/2023.

119)VILA VICENTINA DE CRISTAIS, 06.202.938/0001-70, CRISTAIS/MG, 71000.034021/2018-12, 54232/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2023.

120)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARAPONGAS, 75.411.579/0001-84, ARAPONGAS/PR, 71000.033370/2018-17, 54232/2018, de 01/01/2019 a 31/12/2021.

121)LAR SÃO VICENTE DE PAULO, 50.710.417/0001-16, JARDINOPOLIS/SP, 71000.034163/2018-71, 54232/2018, de 29/09/2018 a 28/09/2023.

122)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOÃO DO SUL, 73.870.933/0001-03, SAO JOAO DO SUL/SC, 71000.033384/2018-22, 54232/2018, de 02/02/2019 a 01/02/2024.

123)ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE SUMARÉ, 57.501.611/0001-30, SUMARE/SP, 71000.033381/2018-99, 54232/2018, de 08/12/2018 a 07/12/2021.

124)ASSOCIAÇÃO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PATRULHEIROS E GUARDA MIRIM DE HORTOLÂNDIA, 04.463.430/0001-09, HORTOLANDIA/SP, 71000.034017/2018-46, 54232/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2021.

125)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GUARATUBA, 80.294.358/0001-03, GUARATUBA/PR, 71000.034361/2018-35, 54232/2018, de 02/02/2019 a 01/02/2022.

126)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTOS DUMONT, 17.981.622/0001-40, SANTOS DUMONT/MG, 71000.033389/2018-55, 54232/2018, de 19/07/2018 a 18/07/2023.

127)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARAGUAÍNA, 00.767.202/0001-63, ARAGUAINA/TO, 71000.034342/2018-17, 54232/2018, de 18/08/2018 a 17/08/2021.

128)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BOCAINA DE MINAS, 05.401.909/0001-75, BOCAINA DE MINAS/MG, 71000.033388/2018-19, 54232/2018, de 06/11/2018 a 05/11/2023.

129)GRUPO DA FRATERNIDADE ESPIRITA IRMA SCHEILLA, 17.333.261/0001-26, BELO HORIZONTE/MG, 71000.034051/2018-11, 54232/2018, de 03/08/2018 a 02/08/2021.

130)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ANDIRÁ, 78.038.536/0001-93, ANDIRA/PR, 71000.034357/2018-77, 54232/2018, de 04/08/2018 a 03/08/2021.

131)ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO-AURA, 02.471.591/0001-00, BELO HORIZONTE/MG, 71000.034350/2018-55, 54232/2018, de 24/01/2019 a 23/01/2022.

132)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SALTO DO ITARARÉ, 04.404.686/0001-37, SALTO DO ITARARE/PR, 71000.035095/2018-68, 54232/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2023.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

133)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GUARATINGUETÁ, 48.553.564/0001-88, GUARATINGUETA/SP, 71000.034913/2018-13, 54232/2018, de 01/01/2019 a 31/12/2021.

134)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IGUAPE, 55.675.433/0001-39, IGUAPE/SP, 71000.035453/2018-32, 54232/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2023.

135)ASSOCIAÇÃO PROEX DE SOROCABA, 50.817.345/0001-00, SOROCABA/SP, 71000.035313/2018-64, 54232/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2023.

136)ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS EXCEPCIONAIS DE TABATINGA, 56.893.860/0001-56, TABATINGA/SP, 71000.035314/2018-17, 54232/2018, de 23/07/2018 a 22/07/2023.

137)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CASCAVEL, 75.905.786/0001-95, CASCAVEL/PR, 71000.035324/2018-44, 54232/2018, de 14/08/2018 a 13/08/2021.

138)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARINGÁ, 78.191.848/0001-32, MARINGA/PR, 71000.034871/2018-11, 54232/2018, de 21/07/2018 a 20/07/2021.

139)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO, 02.639.063/0001-18, SAO GONCALO DO RIO ABAIXO/MG, 71000.034877/2018-80, 54232/2018, de 08/03/2019 a 07/03/2024.

140)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CRUZEIRO DA FORTALEZA, 04.926.760/0001-85, CRUZEIRO DA FORTALEZA/MG, 71000.034874/2018-46, 54232/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2023.

141)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ANDRADINA, 45.663.093/0001-72, ANDRADINA/SP, 71000.035792/2018-19, 54232/2018, de 20/09/2018 a 19/09/2021.

142)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMBIRA, 80.614.860/0001-54, CAMBIRA/PR, 71000.035428/2018-59, 54232/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2023.

143)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO ROQUE CANAA, 04.073.548/0001-12, SAO ROQUE DO CANAA/ES, 71000.035874/2018-63, 54232/2018, de 18/12/2018 a 17/12/2023.

144)APARU - ASSOCIAÇÃO DOS PAIS DOS PARAPLEGICOS DE UBERLANDIA, 21.296.249/0001-66, UBERLANDIA/MG, 71000.035493/2018-84, 54232/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2021.

145)VILA VICENTINA DE LORENA, 46.694.782/0001-07, LORENA/SP, 71000.035898/2018-12, 54232/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2023.

146)OBRA SOCIAL E ASSISTENCIAL NOSSA SENHORA DO ROSARIO, 61.872.057/0001-75, SAO JOSE DOS CAMPOS/SP, 71000.035485/2018-38, 54232/2018, de 06/11/2018 a 05/11/2023.

147)CENTRO DE PESQUISA E REABILITAÇÃO VISUAL DE ITAPETININGA, 05.697.406/0001-99, ITAPETININGA/SP, 71000.035878/2018-41, 54232/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2023.

148)ASSOCIAÇÃO NOSSA VOZ EM AÇÃO, 10.812.552/0001-58, OLINDA/PE, 71000.035882/2018-18, 54232/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2023.

149)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARUJÁ, 58.488.073/0001-54, ARUJA/SP, 71000.035489/2018-16, 54232/2018, de 30/09/2018 a 29/09/2021.

150)ASSOCIACAO CASA NAIM SALTO, 22.168.395/0001-79, SALTO/SP, 71000.035886/2018-98, 54232/2018, de 30/06/2019 a 29/06/2024.

151)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA, 89.834.352/0001-56, SANTO ANTONIO DA PATRULHA/RS, 71000.035881/2018-65, 54232/2018, de 25/10/2018 a 24/10/2021.

152)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE TRÊS PONTAS, 17.961.194/0001-94, TRES PONTAS/MG, 71000.035793/2018-63, 54232/2018, de 17/03/2019 a 16/03/2022.

153)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RESENDE COSTA, 86.880.531/0001-31, RESENDE COSTA/MG, 71000.035798/2018-96, 54232/2018, de 15/10/2018 a 14/10/2023.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 179, DE 27 DE JULHO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades, por contrariarem requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009:

1)INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS E APOIO COMUNITÁRIO QUEIROZ FILHO, CNPJ 47.460.183/0001-91, SAO PAULO/SP, processo nº 23000.019116/2012-60, parecer técnico nº 52556/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

2)SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE LONDRINA, CNPJ 78.638.277/0001-31, LONDRINA/PR, processo nº 71000.093932/2013-69, parecer técnico nº 41909/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

3)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CACERES, CNPJ 03.550.100/0001-80, CACERES/MT, processo nº 71000.128989/2014-77, parecer técnico nº 46774/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou continuidade, planejamento e universalidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

4)CASA DE ISABEL CENTRO DE APOIO A MULHER A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VITIMAS DE VIOLENCIA DOMESTICA E SITUAÇAO DE RISCO, CNPJ 04.488.578/0001-90, SAO PAULO/SP, processo nº 71000.001542/2015-32, parecer técnico nº 47244/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

5)SOCIEDADE DO BEM ESTAR DO MENOR, CNPJ 18.565.697/0001-03, BARAO DE COCAIS/MG, processo nº 71000.043385/2015-32, parecer técnico nº 48297/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não atua no âmbito da assistência social; Não demonstrou continuidade nas ofertas; Não demonstrou planejamento nas ofertas.

6)LUZ DO AMANHECER - ASSOCIACAO TRIRRIENSE PARA INCLUSAO DE PESSOAS COM PARALISIA CEREBRAL, CNPJ 10.620.371/0001-20, TRES RIOS/RJ, processo nº 71000.069333/2017-58, parecer técnico nº 52548/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

7)SOCIEDADE SANTOS MÁRTIRES, CNPJ 60.731.569/0001-59, SAO PAULO/SP, processo nº 71000.001243/2018-41, parecer técnico nº 53219/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua no âmbito da assistência social; Não demonstrou atuar preponderantemente no âmbito da Assistência Social.

8)ASSOCIAÇÃO CULTURAL NOSSA SENHORA, CNPJ 05.919.155/0001-40, SAO PAULO/SP, processo nº 71000.006646/2018-86, parecer técnico nº 53298/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não demonstrou atuar preponderantemente no âmbito da Assistência Social.

9)INSTITUTO DA OPORTUNIDADE SOCIAL, CNPJ 02.449.283/0001-89, SAO PAULO/SP, processo nº 71000.018614/2018-23, parecer técnico nº 53728/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou continuidade nas ofertas; Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Não demonstrou planejamento nas ofertas.

10)COMUNIDADE TERAPÊUTICA PENIEL DE RIO CLARO, CNPJ 02.694.972/0001-59, RIO CLARO/SP, processo nº 71000.023970/2018-69, parecer técnico nº 54013/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

11)ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA CRIANÇA DE ILHABELA, CNPJ 03.942.726/0001-31, ILHABELA/SP, processo nº 71000.028773/2018-36, parecer técnico nº 54225/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua no âmbito da assistência social.

12)INSTITUTO FUTURO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL EDUCACIONAL, CULTURAL E AMBIENTAL, CNPJ 08.807.080/0001-01, SAO PAULO/SP, processo nº 71000.032654/2018-88, parecer técnico nº 54383/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não demonstrou continuidade nas ofertas; Não demonstrou planejamento nas ofertas.

Art. 2º Indeferir o pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades, por contrariarem requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009:

1)FUNDAÇÃO OBRA DE PRESERVAÇÃO DOS FILHOS DE TUBERCULOSOS, CNPJ 62.300.082/0001-47, SAO PAULO/SP, processo nº 71000.046649/2012-67, parecer técnico nº 45219/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua no âmbito da assistência social; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Não demonstrou continuidade nas ofertas; Não demonstrou planejamento nas ofertas.

2)ASSOCIAÇÃO ANTONIO E MARCOS CAVANIS, CNPJ 75.637.256/0001-03, CASTRO/PR, processo nº 71000.052787/2015-28, parecer técnico nº 47888/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Não demonstrou continuidade nas ofertas; Não demonstrou planejamento nas ofertas.

3)CENTRO DE ORIENTAÇÃO À FAMÍLIA, CNPJ 43.633.288/0001-44, SAO PAULO/SP, processo nº 71000.070805/2015-53, parecer técnico nº 48074/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

4)ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SANTA ZITA DE LUCCA, CNPJ 90.744.129/0001-05, PORTO ALEGRE/RS, processo nº 71000.001544/2016-11, parecer técnico nº 49679/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

5)ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE PACIENTES EGRESSOS DE HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS DE TUPÃ, CNPJ 03.462.712/0001-10, TUPA/SP, processo nº 71000.002291/2016-94, parecer técnico nº 50684/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua no âmbito da assistência social; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

6)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO SEBASTIÃO DO ANTA, CNPJ 07.364.381/0001-37, SAO SEBASTIAO DO ANTA/MG, processo nº 71000.014518/2018-14, parecer técnico nº 53517/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua no âmbito da assistência social; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

7)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE STº ANTONIO DO ITAMBÉ, CNPJ 05.890.312/0001-31, SANTO ANTONIO DO ITAMBE/MG, processo nº 71000.013881/2018-12, parecer técnico nº 53469/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

8)COLÔNIA ESPÍRITA FRATERNIDADE, CNPJ 54.708.144/0001-26, AVARE/SP, processo nº 71000.014542/2018-45, parecer técnico nº 53512/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua no âmbito da assistência social.

9)ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LAR DO CAMINHO, CNPJ 45.587.011/0001-58, JUQUITIBA/SP, processo nº 71000.015183/2018-43, parecer técnico nº 53527/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Não demonstrou continuidade nas ofertas; Não demonstrou planejamento nas ofertas.

10)ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE SOLIDARIEDADE, CNPJ 11.861.086/0001-63, SAO PAULO/SP, processo nº 71000.014291/2018-07, parecer técnico nº 53494/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou continuidade nas ofertas; Não demonstrou planejamento nas ofertas.

11)FUNDAÇÃO HARMONIA DE ARTES E CONHECIMENTOS TRANSCENDENTAIS, CNPJ 25.643.446/0001-65, SAO THOME DAS LETRAS/MG, processo nº 71000.023022/2018-23, parecer técnico nº 53945/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não atua no âmbito da assistência social.

12)SOCIEDADE FILANTRÓPICA SEMEAR DE MEDIANEIRA - PR, CNPJ 05.774.123/0001-01, MEDIANEIRA/PR, processo nº 71000.023444/2018-07, parecer técnico nº 53976/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Não demonstrou continuidade nas ofertas; Não demonstrou planejamento nas ofertas.

13)CASA PEQUENO DAVI, CNPJ 10.733.541/0001-82, JOAO PESSOA/PB, processo nº 71000.028487/2018-71, parecer técnico nº 54208/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Não demonstrou continuidade nas ofertas; Não demonstrou planejamento nas ofertas.

14)LEGIÃO MIRIM DE PROMISSÃO, CNPJ 49.860.034/0001-45, PROMISSAO/SP, processo nº 71000.029237/2018-58, parecer técnico nº 54245/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

15)CENTRO ECUMÊNICO DE PUBLICAÇÕES E ESTUDOS FREI TITO DE ALENCAR LIMA, CNPJ 55.074.439/0001-50, SAO PAULO/SP, processo nº 71000.029877/2018-68, parecer técnico nº 54274/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Não demonstrou atuar preponderantemente no âmbito da Assistência Social.

Art. 3º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão, sem efeito suspensivo.

Art. 4º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil acerca dos indeferimentos relacionados no art. 2º.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA CONJUNTA Nº 261, DE 29 DE JUNHO DE 2018

Institui a Iniciativa Azul do Brasil.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, SUBSTITUTO e o PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta nos Processos Administrativos nos 02000.003880/2018-39 e 02070.012536/2017-26, do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, respectivamente, resolvem:

Art. 1º Instituir a Iniciativa Azul do Brasil, conjunto de ações do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes destinado à promoção da conservação e uso sustentável da biodiversidade costeira e marinha.

Art. 2º A Iniciativa Azul do Brasil incentivará e coordenará a elaboração de projetos, inclusive por meio de uma plataforma gerencial, visando garantir a conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha no Brasil no longo prazo.

Art. 3º A Iniciativa Azul do Brasil será orientada:

I - pelas decisões da Comissão Nacional da Biodiversidade - Conabio, particularmente as Metas Nacionais para Biodiversidade para 2020, conforme Resolução nº 6 de 2013;

II - pelo plano estratégico da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB para 2020, em especial as Metas Aichi 10, 11 e 12 relativas à conservação de ecossistemas costeiros vulneráveis, unidades de conservação, outras áreas protegidas e espécies ameaçadas, bem como os ajustes do plano estratégico que suceda este;

III - pelos objetivos, metas e compromissos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática - UNFCCC, inclusive o Acordo de Paris, em relação à adaptação e mitigação das mudanças climáticas, o papel e a vulnerabilidade dos ecossistemas costeiros e marinhos; e

IV - pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e metas associadas, em particular o objetivo 14 (Vida Debaixo D'água) e meta 14.5, relativa à áreas protegidas marinhas.

Art. 4º A Iniciativa Azul do Brasil tem como objetivo promover:

I - a construção de ações estratégicas e de longo prazo;

II - a aproximação da sociedade aos esforços de proteção e uso sustentável;

III - a interação com outros setores governamentais e não governamentais;

IV - a proteção de ecossistemas importantes e espécies ameaçadas e endêmicas; e

V - a garantia dos direitos das populações tradicionais extrativistas marinhas e costeiras.

Art. 5º Para alcançar os objetivos descritos no art. 4o, a Iniciativa Azul do Brasil deverá buscar:

I - financiamento para a implementação de ações estratégicas e de longo prazo; e

II - parcerias com agências de cooperação, organizações da sociedade civil, associações de populações tradicionais e pescadores artesanais, setor privado e órgãos e entes públicos.

Art. 6º Fica criada a Comissão Coordenadora responsável pela gestão da Iniciativa Azul do Brasil, de caráter deliberativo e permanente, atendendo aos objetivos e orientações definidos nesta Portaria.

§ 1º A Comissão Coordenadora da Iniciativa Azul do Brasil será constituída por membros, titulares e suplentes, da seguinte forma:

I - Ministério do Meio Ambiente:

a) Secretaria de Biodiversidade;

b) Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável;

c) Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental;

d) Secretaria de Mudança do Clima e Florestas;

e) Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental; e

f) Secretaria-Executiva;

II - quatro membros do Instituto Chico Mendes.

§ 2º Os membros da Comissão Coordenadora serão indicados pelas respectivas Secretarias e pela Presidência do Instituto Chico Mendes e designados por ato do Ministro de Estado do Meio Ambiente.

§ 3º A Comissão Coordenadora da Iniciativa Azul do Brasil será presidida, alternadamente, a cada ano por representante do Instituto Chico Mendes e do Ministério do Meio Ambiente, cujo apoio operacional será prestado pelo órgão ou entidade que estiver presidindo a Comissão.

Art. 7º Compete à Comissão Coordenadora da Iniciativa Azul do Brasil:

I - elaborar e aprovar o regimento interno para funcionamento da Comissão;

II - elaborar e aprovar o documento base da Iniciativa Azul do Brasil, que deverá definir as diretrizes para projetos e parcerias, detalhar o escopo, eixos temáticos e resultados esperados; e

III - acompanhar, avaliar e revisar as ações, projetos e subprojetos.

Art. 8º A Comissão Coordenadora da Iniciativa Azul do Brasil se reunirá semestralmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, quando assim convocada.

§ 1º As reuniões serão instauradas com a presença de no mínimo cinquenta por cento de seus membros, sendo as matérias deliberadas pela maioria simples dos presentes.

§ 2º As reuniões ordinárias deverão ser convocadas com antecedência mínima de 15 dias e as reuniões extraordinárias com antecedência de 7 dias.

§ 3º A primeira reunião da Comissão Coordenadora deverá tratar da elaboração e aprovação do seu Regimento Interno.

Art. 9o A Comissão Coordenadora da Iniciativa Azul do Brasil poderá convidar especialistas, organizações ou representantes com conhecimento ou atuação nos ecossistemas costeiros ou marinhos, quando julgar necessário.

Art. 10. A participação na Comissão Coordenadora da Iniciativa Azul do Brasil será considerada serviço público relevante, não remunerado.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIR VIEIRA TANNÚS JUNIOR
Ministro de Estado do Meio Ambiente
Substituto

PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO
Presidente do Instituto Chico Mendes

PORTARIA Nº 249, DE 25 DE JULHO DE 2018

Altera a Portaria nº 541, de 25 de outubro de 2007.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições e tendo em vista a Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, o Termo de Uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares da Controladoria-Geral da União - CGU/PAD, o Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012 e o que consta do Processo Administrativo nº 02000.002052/2007-21, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 541, de 25 de outubro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2007, seção 1, página 113, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

.....

III-A - o Administrador Local" (NR)

"Art. 4º .....

III - encaminhar ao Órgão Central a indicação dos servidores ou empregados que serão os Administradores Principal e Local do CGU-PAD no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e de suas entidades vinculadas;

....." (NR)

"Art. 6º Os Administradores Principal e Local são responsáveis, no âmbito de suas respectivas competências, por:

I - cadastrar e descadastrar todos os usuários do CGU-PAD, no âmbito de seu respectivo órgão ou entidade, respeitadas as atribuições do Coordenador;

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDSON DUARTE

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
ÁREA DE REGULAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

DESPACHOS

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, com base na Resolução ANA nº 1.942, de 30 de outubro de 2017, e conforme disposto no art. 8º da Lei nº 9.984/2000, com nova redação dada pela Medida Provisória nº 844, de 6 de julho de 2018, publicada em 09/07/2018, torna público no sítio eletrônico da ANA que, no período de 16 a 22/07/2018, foram requeridas e encontram-se em análise nesta Agência Nacional de Águas - ANA, as seguintes solicitações de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União:

A DE OLIVEIRA MILEO COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO, rio Xingu, Município de São Félix do Xingu/PA, aquicultura.

AIRTON SHIGUEKAZU ARIKITA, UHE Batalha, Município de Cristalina/GO, irrigação, transferência.

ANESIO MORAIS VALENCA, rio Moxotó, Município de Sertânia/PE, outros usos.

AQUINO TERRAPLENAGEM CARANGOLA EIRELI, rio Carangola, Município de Carangola/MG, mineração.

CAIO FERREIRA FILHO, MARIA EDUARDA FERREIRA MARTINS, RODOLFO SANDRO MARTINS, MARIA CRISTINA TAMASSIA FERREIRA, CAIO FERREIRA, UHE Jurumirim, Município de Itaí/SP, irrigação.

CARLOS MARCELO GONCALVES BOTELHO, rio São Francisco, Município de São Francisco/MG, aquicultura.

CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP, rio Paraíba do Sul, Município de São José dos Campos/SP, esgotamento sanitário.

CLAUDIO ANTONIO LAGRIMANTE DUARTE, rio Muriaé, Município de Itaperuna/RJ, mineração.

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO, açude Goitá, Município de Paudalho/PE, abastecimento público.

GERALDO DE OLIVEIRA FILHO, rio Urucuia, Município de Arinos/MG, irrigação.

GRACIMAURA LIMA TEIXEIRA, UHE Luiz Eduardo Magalhães/Lajeado, Município de Lajeado/TO, aquicultura.

JOSE DE SOUZA GOMES, rio São Francisco, Município de Abaeté/MG, irrigação.

JOSE MARCOS RODRIGUES DE OLIVEIRA, rio Jequitinhonha, Município de Jequitinhonha/MG, irrigação.

M. Cassab Comercio Industria Ltda, Reservatório da UHE Jaguará, Município de Rifaina/SP, aquicultura.

MARCELO RENATO SENTINELLO, MARCOS LUIZ SENTINELLO, MOISES HENRIQUE SENTINELLO, MARCELO RENATO SENTINELLO, PAULO CESAR SENTINELLO, UHE Água Vermelha, Município de Campina Verde/MG, irrigação.

MIRANDA E ASSUNCAO LTDA - ME, UHE Água Vermelha, Município de Itapagipe/MG, mineração.

NERCINA MARIA DIAS, rio São Francisco, Município de Lagoa Grande/PE, irrigação.

SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SEAP, UHE Furnas, Município de Alterosa/MG, aquicultura, preventiva.

SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SEAP, UHE Capivara, Municípios de Primeiro de Maio e Alvorada do Sul/PR, aquicultura, preventiva.

SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SEAP, UHE Canoas II, Município de Palmital/SP, aquicultura, preventiva.

SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SEAP, UHE Igarapava, Município de Igarapava/SP, aquicultura, preventiva.

SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SEAP, UHE Xingó, Município de Paulo Afonso/BA, aquicultura, preventiva.

SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SEAP, UHE Porto Primavera, Município de Bataguassu/MS, aquicultura, preventiva.

SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SEAP, UHE Apolônio Sales/Moxotó, Município de Glória/BA, aquicultura, preventiva.

SERGIO COSTA MONTEIRO DE MORAES, rio São Francisco, Município de Abaré/BA, irrigação.

SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE TRES RIOS, rio Paraíba do Sul, Município de Três Rios/RJ, abastecimento público, alteração.

SERVICO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, abastecimento público.

TARCISIO BOMFIM SOUZA, rio Vaza-Barris, Município de Jeremoabo/BA, irrigação.

TAYNA LAMARA BARBOSA DA CONCEICAO ALMEIDA, UHE Luiz Gonzaga, Município de Rodelas/BA, irrigação.

TOKUMATU MURATA, rio Grande, Município de Planura/MG, irrigação.

USINA OUROESTE - ACUCAR E ALCOOL LTDA, UHE Água Vermelha, Município de Indiaporã/SP, irrigação.

VANESSA BASSO MENEGHINI, Ribeirão Verde, Município de Guarda-Mor/MG, irrigação.

VICTOR HUGGO DE ARAUJO BRANDAO, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

VICTOR HUGO GOMES LUDWIG, UHE Peixe-Angical, Município de Paranã/TO, irrigação.

VICTOR PECUARIA E ALIMENTOS LTDA, David Victor, Sandra Romeiro Victor, rio Mundauzinho, Município de Correntes/PE, irrigação.

WILMA SYLVANA TORRES, rio São Francisco, Município de Sobradinho/BA, irrigação.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 689, DE 26 DE JULHO DE 2018

Institui grupo de trabalho para orientar o processo de definição, negociação implementação, monitoramento e avaliação das atividades relacionadas ao atendimento à condicionante condicionante 2.24 alínea "c" da Licença de Operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo art. 24 da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº 638, de 14 de junho de 2018, da Casa Civil da Presidência da República,

Considerando que, conforme disposto no artigo 18º da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, a Reserva Extrativista é uma categoria de unidade de conservação da natureza que tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade;

Considerando a miríade de disposições legais convergentes que amparam as populações extrativistas beneficiárias das unidades de conservação de uso sustentável, especialmente a Lei 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC; o Decreto nº 6.040/2007, que estabeleceu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT; a Convenção 169 da OIT - C.169/OIT, Decreto N°. 5.051/2004; e a Lei N° 12.188/2010, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER;

Considerando os significativos impactos que a implantação do empreendimento Usina Hidrelétrica de Belo Monte acarretou, e que prosseguem afetando os meios e modos de vida, e em particular a atividade da pesca, nas Reservas Extrativistas Riozinho do Anfrísio, Rio Iriri e Rio Xingu, e tendo em vista as reiteradas reivindicações formuladas pelas organizações comunitárias da região da Terra do Meio;

Considerando o disposto na condicionante 2.24 alínea "c" da Licença de Operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte; e

Considerando a avaliação técnica contida na Nota Técnica nº 4/2017/DISAT/ICMBio, que este ICMBio acolheu por meio do Ofício SEI nº 485/2017-GABIN/ICMBio, e que apresentou diretrizes técnicas para a efetividade no cumprimento da condicionante em tela; e;

Considerando que é indispensável a participação e o protagonismo das comunidades tradicionais desde a própria concepção de qualquer atividade de assistência técnica, e que é necessário o acompanhamento local da implementação da condicionante 2.24.c, de maneira que os interesses destas coletividades sejam salvaguardados, resolve:

Art. 1º No interesse das comunidades beneficiárias das Reservas Extrativistas Riozinho do Anfrísio, Rio Iriri e Rio Xingu, instituir Grupo de Trabalho (GT) responsável por orientar o processo de definição, negociação implementação, monitoramento e avaliação das atividades relacionadas ao atendimento à condicionante condicionante 2.24 alínea "c" da Licença de Operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Art. 2º O GT será responsável pela negociação, em âmbito local, com o empreendedor, cabendo-lhe o planejamento, o monitoramento e avaliação das ações de mitigação previstas, incluindo:

I -. a definição, de maneira participativa e com envolvimento direto das organizações comunitárias, das ações específicas a serem desenvolvidas e dos pertinentes planos de trabalho para implantação das medidas de mitigação;

II - a definição de indicadores e de plano de trabalho de monitoramento da efetividade das ações para atendimento condicionante; e

III - o acompanhamento e o monitoramento corretivo da implantação das ações, além da avaliação de seus resultados.

Art 3º O GT será composto de representantes titulares e suplentes relacionados às seguintes instituições:

I - Núcleo de Gestão Integrada (NGI) do ICMBio/Terra do Meio: Andréa Pimenta Ambrozevicius (titular), CPF 279.706.078-45; e Leonardo Konrath da Silveira (suplente), CPF 939.208.810-87;

II - Associação de Moradores da Reserva Extrativista do Médio Xingu (AMOMEX): Manoel Resende da Costa, CPF 703.314.432-60 (titular); e Higor Matheus Faustino Cazimiro (suplente), CPF 047.698.762-89;

III - Associação de Moradores da Reserva Extrativista Rio Iriri (AMORERI): Francisco Bandeira dos Santos (titular), CPF 010.192.692-86; e Liliane Ferreira (suplente), CPF 026.829.882-37, além, também como suplentes, das lideranças comunitárias Francisco de Assis Porto, CPF 938.308.312-34, e Francisco da Silva Sinhara, CPF 010.240.172-14;

IV- Associação de Moradores da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio (AMORA): Raimundo Freires da Silva (titular), CPF 958.951.402-20; e Denilson da Silva Machado (suplente), CPF 044.641.192-20, além, também como suplentes, das lideranças comunitárias Rosemiro da Silva Valadares, CPF 016.191.582-56, e Genival Aguiar, CPF 061.664.602-01;

V- Universidade Federal do Pará (UFPA), do campus de Altamira: Mário José Henchen (titular), CPF 186.899.652-20; e Daniele Regina da Silva Fernandes (suplente), CPF 638.266.822-20;

VI - Instituto Socioambiental (ISA): Carolina Piwowarczyk Reis (titular), CPF 363.929.908-60; e Marcelo Salazar (titular), CPF 137.674.218-79; e

VII - Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP): Reinaldo da Silva Lemos (titular), CPF 846.243.882-91; Antônia Pereira Martins (suplente), CPF 511.427.672-72.

VII - Assessoria da AMOMEX, da AMORERI e da AMORA: Francinaldo Ferreira de Lima, CPF 767.782.662-87.

Art. 4º. O GT será coordenado pelo representante titular do Núcleo de Gestão Integrada (NGI) do ICMBio/Terra do Meio e, nos seus impedimentos, pelo suplente.

Art. 5º O GT poderá, quando necessário, convidar especialistas e representantes de outros órgãos ou instituições para auxiliar nos trabalhos.

Art. 6º Os membros do GT e convidados desempenharão suas atribuições sem prejuízo das obrigações decorrentes de seus respectivos cargos ou funções, independentemente de onde estiverem lotados ou em exercício, sendo a sua participação no referido grupo de trabalho considerada prestação de serviço relevante.

Art. 7º A participação no grupo de trabalho não ensejará qualquer tipo de remuneração.

Art. 8º O GT terá um prazo indeterminado de trabalho, devendo apresentar um relatório anual das suas ações.

Art. 9º Poderá haver substituição dos membros do GT nas seguintes hipóteses e condições:

I - a pedido do interessado, mediante comunicação oficial;

II - no caso da representação do ICMBio, de ordem da coordenação do Núcleo de Gestão Integrada do ICMBio/Terra do Meio e, supletivamente, da Coordenação-Geral de Populações Tradicionais (CGPT/DISAT/ICMBio);

III - mediante pedido formal procedente das demais instituições com participação no referido grupo de trabalho, com indicação de novo representante.

Art. 10 Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

PORTARIA Nº 66, DE 27 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR GERAL SUBSTITUTO DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 238, de 23 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 24 de junho de 2016, resolve:

Art. 1º Publicar o resumo executivo do Plano Anual de Outorga Florestal para o ano de 2019 - Paof 2019, conforme Anexo desta Portaria, em cumprimento à Portaria 296, de 25 de julho de 2018, do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ÂNGELO RAMALHO

ANEXO

RESUMO EXECUTIVO

O Plano Anual de Outorga Florestal (Paof) da União para o ano de 2019 tem como objetivo selecionar e descrever as Florestas Públicas Federais (FPF) passíveis de concessão, no período de janeiro a dezembro de 2019. Nesta seleção, são avaliadas as condições das FPF, assim como a convergência e o alinhamento com outras políticas públicas da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

O Paof 2019 foi elaborado com base no Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP), que, em dezembro de 2017, registrava aproximadamente 311 milhões de hectares de Florestas Públicas cadastradas - cerca de 227 milhões de hectares de Florestas Públicas Federais, 84 milhões de hectares de Florestas Públicas Estaduais e 292 mil hectares de Florestas Públicas Municipais. Cerca de 92% do total de Florestas Públicas encontram-se no bioma Amazônia.

As Florestas Públicas brasileiras são compostas por Terras Indígenas (TI) (37,6%), Glebas Arrecadadas pela União ou Estados ainda não destinadas (20,9%), Unidades de Conservação (UCs) Federais (20,2%), Florestas Públicas Estaduais destinadas (15,2%), Áreas de Uso Comunitário (4,8%) e Áreas Militares (1,0%).

Dentre os 311 milhões de hectares de Florestas Públicas, a seleção de áreas para concessão florestal observa, primeiramente, os impedimentos e restrições legais. Após o primeiro filtro, são retiradas as áreas já concedidas e em seguida são aplicados critérios de conveniência e oportunidade da administração, ao considerar melhores condições de logística, de infraestrutura e de destinação das florestas para aplicação do último filtro. No total, foram excluídos 99,15% dessas áreas, especialmente, Terras Indígenas, Unidades de Proteção Integral e Áreas de Uso Comunitário. Como resultado final do processo de seleção de áreas passíveis de concessão florestal em 2019, este Paof torna elegível para concessão, aproximadamente, 2,6 milhões de hectares de Florestas Públicas Federais, distribuídos em nove Florestas Nacionais e uma área destacada de gleba não destinada, com interesse do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para destinação direta. Essas áreas estão localizadas em quatro estados da Federação: Amazonas, Amapá, Pará e Santa Catarina.

O processo de elaboração do Paof considerou iniciativas de grande valor estratégico, como o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal. Além disso, aspectos importantes relativos a outras concessões e políticas setoriais foram considerados neste Plano, tais como: mineração, petróleo e gás, infraestrutura, energia e água. Ademais, o Paof apresenta a manifestação formal da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), do Conselho de Defesa Nacional e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, em cumprimento à Lei nº 11.284/2006.

O Paof 2019 estabelece ainda classes de tamanho das Unidades de Manejo Florestal (UMF) como critério de acesso às concessões florestais por pessoas jurídicas de micro, pequeno e médio portes, como forma de promover a equidade na política de gestão de Florestas Públicas no Brasil.

Instituído pela Lei nº 11.284/2006, Lei de Gestão de Florestas Públicas (LGFP), para fundamentalmente, descrever as Florestas Públicas a serem submetidas ao processo de concessão florestal no ano em que vigorar, o Paof apresenta-se como um instrumento de planejamento das ações da União voltadas à produção florestal sustentável por meio da concessão de Florestas Públicas, naturais ou plantadas, para a produção de bens madeireiros, não madeireiros e serviços florestais.

No âmbito federal, o Paof é elaborado e proposto pelo Serviço Florestal Brasileiro. Posteriormente, é aprovado e definido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). A elaboração do Paof obedece aos dispositivos legais e formais de consultas aos órgãos e entidades de governo, e também incentiva a participação direta da sociedade, promovendo reuniões técnicas, e submetendo a minuta do documento à consulta pública, além de analisar as contribuições recebidas dos diversos atores do processo.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 27 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre os conceitos e os critérios para identificação das áreas de domínio da União, de gestão da SPU, relacionadas nos incisos III, IV, VI e VII do art. 20 da Constituição Federal.

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e com fundamento no disposto nos arts. 31 e 33 do Anexo I do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, nos arts. 20, incisos III, IV, VI e VII, e 37, caput, da Constituição Federal, nos arts. 1º e 2º da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, e na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e na Portaria GM nº 11 de 31/01/2018, resolve:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

Do Objeto

Art. 1º A caracterização e/ou identificação pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU das áreas de domínio da União sob sua gestão, relacionadas nos incisos III, IV, VI e VII do art. 20 da Constituição Federal de 1988 - CF/88, obedecerão ao disposto nesta Instrução Normativa - IN, em consonância com a legislação vigente e os princípios aplicáveis à Administração Pública.

§1º São bens da União abrangidos por esta IN:

I - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

II - as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países, as praias marítimas, as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II, da CF/88;

III - o mar territorial; e

IV - os terrenos de marinha e seus acrescidos.

§2º São alcançados por esta IN também os bens da União já incorporados ao seu patrimônio em virtude da lei (inciso I do art. 20 da CF/88 e alínea 'l' do art. 1º do Decreto-Lei nº 9.760, de 1946), constituídos por ambientes cujas características naturais estão vinculadas à influência das marés, como os manguezais.

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

Da Conceituação

Art. 2º Para os efeitos desta IN entende-se por:

I - álveo: é a superfície que as águas cobrem sem transbordar para o solo natural e ordinariamente enxuto, nos termos do art. 9º do Decreto nº 24.643, de 1934 - Código de Águas;

II - apicuns: áreas de solos hipersalinos situadas nas regiões entremarés superiores, inundadas apenas pelas marés de sizígias, que apresentam salinidade superior a 150 (cento e cinquenta) partes por 1.000 (mil), desprovidas de vegetação vascular, nos termos do art. 3º, inciso XV, da Lei nº 12.651, de 2012. Trata-se de termo com conotação regional utilizado para designar as áreas mais internas do manguezal, que apresentam pouca vegetação e elevada concentração de sal, produzida pela evaporação das águas provenientes das inundações das marés (Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente. 2ª ed., Rio de Janeiro: IBGE, 2004). Corresponde à área de domínio indubitável da União;

III - áreas de domínio indubitável da União: são aquelas cujas características físico-ambientais e identidade espacial, por si, são suficientes para vincula-las ao domínio patrimonial da União - estabelecido no Art. 20 da Constituição Federal de 1988. Por tais características inerentes, decorre a prescindibilidade do processo de demarcação.

IV - áreas inalienáveis: áreas de domínio da União que, por disposição constitucional ou legal, não são passíveis de alienação do domínio pleno, nos termos da Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007 e art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

V - áreas úmidas: sinônimo de áreas alagadas ou alagáveis. Pantanais e superfícies terrestres cobertas de forma periódica por águas, cobertas originalmente por florestas ou outras formas de vegetação adaptadas à inundação, nos termos do art. 3º, inciso XXV, da Lei nº 12.727, de 12 de outubro 2012;

VI - caracterização do Patrimônio: conjunto de instrumentos técnicos administrativos de competência da SPU objetivando o

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

levantamento das características espaciais, fisiográficas e ecológicas, considerando-se a dinâmica ambiental de forma integrada, de determinada área identificada como sendo da União, a partir dos aspectos definidos em lei;

VII - curso d´água: O curso do terreno ao longo do qual corre um rio ou o próprio rio. Sinônimo de: rio, corixo, ribeirão, córrego, riacho, paraná, braço, furo, vaza, igarapé, vazante, sangradouro. Direção das águas de superfícies em movimento que percorrem o leito do rio em vazante. (Adaptado de Dicionário Cartográfico, Cêurio de Oliveira, 3ª ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1987; P 132.)

VIII - curso d'água navegável: curso d'água no qual 'pleníssimo flumine', isto é, coberto todo o álveo, seja possível a navegação por embarcações de qualquer natureza. Para os mesmos efeitos, é navegável o lago ou a lagoa que, em águas médias, permita a navegação, em iguais condições, num trecho qualquer de sua superfície, nos termos do art. 6º do Decreto-Lei nº 2.281, de 5 de junho de 1940.

IX - demarcação: procedimento de delimitação das áreas de domínio da União caracterizadas como Terrenos de Marinha ou Terrenos Marginais, cujo rito legal é posto pelos artigos 9º a 14 do Decreto-Lei 9.760, de 5 de setembro de 1946;

X - faixa de fronteira: é a faixa de 150 (cento e cinquenta) quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, considerada fundamental para defesa do território nacional, nos termos da Lei nº 6.634, de 1979 de 2 de maio de 1979, e do § 2º do art. 20 da CF/88;

XI - faixa de segurança: é a faixa de 30 (trinta) metros de largura, a partir do final da praia, nos termos do §3º do art. 1º da Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015;

XII - identificação do Patrimônio: conjunto de procedimentos técnicos, legais e administrativos que visam subsidiar a atuação da SPU em determinada área vinculada ao domínio constitucional da União a partir de sua caracterização territorial e dos aspectos definidos em lei;

XIII - identificação simplificada: procedimento técnico realizado pela SPU para identificar e delimitar áreas inalienáveis nas Glebas Federais arrecadadas pelo INCRA em nome da União na Amazônia Legal, nos termos da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, e regulamentos aplicáveis nos termos da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, arts. 6º e 7º do Decreto nº 7.341, de 22 de outubro 2009;

XIV - ilha: porção de terra firme cercada de água por todos os lados - situada em mares, estuários, lagos, represas e rios (Adaptado de Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente. 2ª ed., Rio de Janeiro: IBGE, 2004);

XV - leito fluvial: canal escavado pelo talvegue do rio para o escoamento dos materiais e das águas. Em função do escavamento desse talvegue resulta a forma do vale, das vertentes e também das próprias cristas. O leito fluvial é também chamado de álveo (Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico. Antônio Teixeira Guerra, 8ª ed., Rio de Janeiro: IBGE, 1993. P. 386);

XVI - leito maior: banqueta de forma plana, inclinada levemente na direção de jusante e situada acima do nível das águas, na estação seca. O leito maior dos rios é ocupado, anualmente, durante a época das chuvas, ou então, por ocasião das maiores cheias. Esta banqueta lateral, acima do leito menor, é também chamada de terraço (Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico. Antônio Teixeira Guerra, 8ª ed., Rio de Janeiro: IBGE P. 387);

XVII - leito menor ou leito de vazante: canal por onde correm, permanentemente, as águas de um rio, sendo a sua secção transversal melhor observada por ocasião da vazante. Durante as cheias, os cursos d'água sobem e inundam a banqueta superior, leito maior ou terraço, ocasionando, algumas vezes, calamidades. O rio deixa o seu curso normal e extravasa acima do leito maior, inundando as áreas próximas (Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico. Antônio Teixeira Guerra, 8ª ed., Rio de Janeiro: IBGE P. 387);

XVIII - linha do preamar médio (LPM): linha a partir da qual se conta 33 metros para se definir a faixa dos terrenos de marinha, representada por cota altimétrica legalmente demarcada, e que se refere à média das preamares em determinada localidade no litoral brasileiro. É a partir da linha paralela, distante 33 metros para a parte de terra, que se determina o limite entre os terrenos de marinha, de domínio da União, e os terrenos de terceiros, nos termos do Art. 2º Decreto-Lei nº 9.760/46;

XIX - linha média das enchentes ordinárias (LMEO): linha a partir da qual se conta 15 metros para se definir a faixa dos terrenos marginais, representada por cota altimétrica legalmente demarcada, e que se refere à média das enchentes ordinárias de determinado curso d'água em determinada localidade. É a partir da linha paralela, distante 15 metros para a parte de terra, que se determina o limite entre os terrenos marginais, de domínio da União, e os terrenos de terceiros nos termos do art. 4º do Decreto-Lei nº 9.760/46;

XX - manguezais: ecossistema litorâneo que ocorre em terrenos baixos, sujeitos à ação das marés, formado por vasas lodosas recentes ou arenosas, às quais se associa, predominantemente, a vegetação natural conhecida como mangue, com influência fluviomarinha, típica de solos limosos de regiões estuarinas e com dispersão descontínua ao longo da costa brasileira, entre os Estados do Amapá e de Santa Catarina, nos termos do art. 3º, inciso XIII, da Lei nº 12.651, de 2012. Corresponde à área de domínio indubitável da União;

XXI - passagem inocente: direito reconhecido aos navios de todas as nacionalidades sobre o mar territorial brasileiro, e é assim considerada desde que não seja prejudicial à paz, à boa ordem ou à segurança do Brasil, devendo ser contínua e rápida. A passagem inocente poderá compreender o parar e o fundear, mas apenas na medida em que tais procedimentos constituam incidentes comuns de navegação ou sejam impostos por motivos de força ou por dificuldade grave, ou tenham por fim prestar auxílio a pessoas, a navios ou a aeronaves em perigo ou em dificuldade grave, nos termos do art. 3º da Lei nº 8.617, de 04 de janeiro de 1993;

XXII - planície de inundação ou várzea de inundação ou aluvial: áreas marginais a cursos d'água sujeitas a enchentes e inundações periódicas, nos termos do art. 3º, inciso XXI, da Lei nº 12.651, de 2012). Também é caracterizada como área aluvial, relativamente plana, adjacente ao canal e sujeita a inundações periódicas, correspondendo, em verdade, ao chamado leito maior. O mesmo é coberto por sedimentos aluviais, os quais no decorrer do tempo geológico dão lugar aos terraços (Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente. 2ª ed., Rio de Janeiro: IBGE, 2004);

XXIII - praia: área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subsequente de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos, até o limite onde se inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde comece um outro ecossistema, nos termos do §3º do art. 10 da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Corresponde à área de domínio indubitável da União;

XXIV - salgados ou marismas tropicais hipersalinos: áreas situadas em regiões com frequências de inundações intermediárias entre marés de sizígias e de quadratura, com solos cuja salinidade varia entre 100 (cem) e 150 (cento e cinquenta) partes por 1.000 (mil), onde pode ocorrer a presença de vegetação herbácea específica, nos termos do art. 3º, inciso XIV, Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Corresponde à área de domínio indubitável da União;

XXV - talude marginal - superfície inclinada do terreno na base de um morro ou de uma encosta do vale onde se encontra um depósito de detritos. Compreende assim, a zona de declive do relevo fluvial que vem em continuação ao planalto insular, ou seja um forte declive que divide a zona do planalto insular à vertente do rio. (Dicionário Geológico Geomorfológico: Antônio Teixeira Guerra, 8ª ed., Rio de Janeiro: IBGE, 1993, P.404.)

XXVI - terras interiores: áreas internas de ilhas da União e glebas, fazendas ou imóveis, registrados em nome da União ou em processo de identificação, demarcação ou incorporação, seja por força da CF/88 ou da legislação ordinária, ou de título legítimo que tenha atribuído o domínio à União, e que não são caracterizados como terrenos de marinha, terrenos marginais, acrescidos, álveo/leito fluvial de cursos d'água federais ou terras devolutas, nos termos da Seção III do Decreto-Lei nº 9760/46

XXVII - várzea: terrenos baixos e mais ou menos planos que se encontram junto às margens dos rios. Constituem a rigor, na linguagem geomorfológica, o leito maior dos rios (Dicionário Geológico Geomorfológico: Antônio Teixeira Guerra, 8ª ed., Rio de Janeiro: IBGE, 1993, P. 426);

XXVIII - vasa: depósito argiloso, de partículas muito finas, de coloração cinza-escura, ou mesmo, esverdeada. Os bancos de vasas ou lamas aparecem nas orlas costeiras e na foz dos rios, devido ao efeito da floculação e da gravidade por ocasião das marés cheias. Os depósitos de vasas atuais aparecem ao nível das águas dos rios e do mar, sendo chamada de slikke a parte atingida (adaptado do Dicionário Geológico Geomorfológico: Antônio Teixeira Guerra, 8ª ed., Rio de Janeiro: IBGE, 1993, P.427);

XXIX - vazante: Do ponto de vista hidrográfico significa época de águas baixas no leito de um rio. É o oposto a cheias. No pantanal, vazante é a denominação dada aos cursos d'água temporários que ligam as áreas alagadas (baías). (Adaptado de Dicionário Geológico Geomorfológico: Antônio Teixeira Guerra, 8ª ed., Rio de Janeiro: IBGE, 1993, P.427-428).

CAPÍTULO II

Da Identificação

Seção I

Das áreas cujo processo de demarcação é prescindível

Art. 3º Constituem bens da União relacionados nesta IN e que não necessitam de processo de demarcação para a sua individuação:

I - os corpos e correntes de água federais, assim como os álveos, leitos fluviais, leitos maiores, planícies aluviais, planícies de inundação, várzeas, várzeas de maré ou qualquer outra designação para as áreas que sofrem alagamento periódico adjacentes aos leitos menores ou leitos de vazante dos cursos d'água federais, independentemente de sua navegabilidade e localizadas aquém da faixa de terrenos marginais, ou adjacentes ao mar, que sofrem influência de maré e estão localizadas aquém dos terrenos de marinha;

II - o mar territorial;

III - as ilhas localizadas em faixa de fronteira, as oceânicas e costeiras que não contenham sede de Municípios e as que estejam localizadas em cursos d'água que estejam completamente inseridos em áreas registradas em nome da União;

IV - os manguezais;

V - as praias;

§1º A identificação das áreas definidas no art. 3º será feita a partir de sua localização, imagens de satélite, aplicação de metodologias de geoprocessamento, mapeamentos, consulta a referências bibliográficas oficiais e/ou de entidades de ensino e pesquisa, das características ambientais e registros naturais das dinâmicas das águas no espaço, por constituírem evidências irrefutáveis passíveis de verificação em campo.

§2º O procedimento para a caracterização e identificação das áreas definidas no art. 3º é chamado de "Identificação Direta de Áreas da União".

Art. 4º São, de acordo com a legislação atualmente vigente, áreas inalienáveis da União:

I - o leito maior dos corpos e correntes de água federais;

II - o mar territorial;

III - os manguezais;

IV - as praias;

V - a faixa de segurança após o final das praias costeiras;

VI - os terrenos de marinha, observadas as condições do art. 8º da Lei nº. 13.240/15; e

VII - os terrenos marginais.

§1º A identificação das áreas definidas nos incisos I a V do caput poderá ser feita conforme o §1º do art. 3º.

§2º O procedimento simplificado para a separação das áreas definidas nos incisos VI e VII do caput, no interior das áreas registradas em nome da União é chamado de "Identificação Simplificada - IS".

§3º A inalienabilidade das áreas de alagamento periódico de rios não se aplica às correntes d'água não navegáveis cujo domínio da União se justifica pelo fato de estarem inseridas em terrenos federais, entendidos esses como terras interiores, nos termos do inciso XXV do art. 2º desta IN.

Art. 5º A identificação das áreas indubitáveis e das áreas inalienáveis em glebas públicas da União seguirá o disposto em manuais da SPU e nessa IN.

Subseção I

Dos corpos e correntes de água

Art. 6º A identificação dos lagos, rios e quaisquer correntes de água do domínio da União seguirá o disposto no art. 20 da CF/88 e na Portaria DNAEE nº 707, de 17 de outubro de 1994, alterada pela Resolução ANA nº 399, de 22 de julho de 2004.

§1º São da União os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham.

§2º Para fins de classificação quanto ao domínio, cada curso d'água será considerado como unidade indivisível, desde a sua foz até a sua nascente.

§3º As correntes d'água serão examinadas sempre de jusante para montante, iniciando-se pela identificação do seu curso principal.

§4º Em cada confluência será considerado curso d'água principal aquele cuja bacia hidrográfica tiver maior área de drenagem.

§5º A determinação da área de drenagem será feita com base na Cartografia Sistemática Terrestre Básica.

§6º Os braços de rios, paranás, igarapés e alagados não serão classificados em separado, uma vez que são considerados parte integrante do curso d'água principal.

Art. 7º Também serão consideradas da União as correntes de água situadas totalmente em terrenos do seu domínio, tais como ilhas, terras interiores, glebas arrecadadas pela União, terras indígenas, unidades de conservação federais, áreas desapropriadas para construção de reservatórios ou outras obras da União.

Art. 8º Não serão de domínio da União os cursos d'água localizados na faixa de fronteira, que não se enquadrem ao disposto no inciso I do §1º do art. 1º.

Art. 9º A identificação do limite das margens dos lagos, rios e quaisquer correntes de água do domínio da União seguirá o disposto no art. 20 da CF/88, nos incisos XXI e XXV do art. 3º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e nos artigos 9º, 10 e 16 do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934.

§1º A caracterização da área de domínio indubitável da União nos cursos d'água federais navegáveis refere-se a várzea de inundação, planície de inundação, planície aluvial, álveo, leito ordinário do rio, áreas úmidas ou qualquer outra denominação utilizada para a área de alagamento.

§2º A identificação de área de domínio indubitável da União se dará a partir da utilização de técnicas de sensoriamento remoto devidamente fundamentada e deverá ser regulamentada em portaria específica.

Subseção II

Do mar territorial

Art. 10 A identificação do mar territorial seguirá o disposto no inciso VI do art. 20 da CF/88 e no art. 1º da Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993.

§1º É considerado bem da União o mar territorial brasileiro, que compreende uma faixa de doze milhas marítimas (cerca de 22 km) de largura, medidas a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular, tal como indicada nas cartas náuticas de grande escala, reconhecidas oficialmente no Brasil.

§2º O domínio da União sobre o mar territorial abrange, de forma integral, o espaço físico da coluna d'água, o leito marinho e o seu subsolo, e se restringe apenas pelo direito de passagem inocente.

§3º Nos locais em que a costa apresente recortes profundos e reentrâncias ou em que exista uma franja de ilhas ao longo da costa na sua proximidade imediata, será adotado o método das linhas de base retas, ligando pontos apropriados, para o traçado da linha de base, a partir da qual será medida a extensão do mar territorial.

§4º Não é de competência da SPU a gestão das áreas após o mar territorial.

Subseção III

Das ilhas

Art. 11 Para a identificação e caracterização das ilhas de domínio da União deverá ser observada a definição constante no art. 20 da CF/88 e no art. 1º, alíneas "c" e "d" do Decreto-Lei nº 9.760, de 1946.

§1º São ilhas, inclusive as artificiais, integralmente do domínio da União, independentemente do domínio do curso d'água:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

a) oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II, da CF/88;

b) as localizadas na faixa de fronteira;

c) as localizadas nas zonas onde se faça sentir a influência das marés, nos termos do art. 2º, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946; e

d) as adquiridas pela União por força de título negocial, judicial ou legal.

§2º Nas ilhas fluviais localizadas em rios federais, desde que não se enquadrem nas alíneas do parágrafo anterior, serão do domínio da União exclusivamente, se for o caso, os terrenos marginais.

§3º As ilhas de várzea, entendidas como sendo aquelas sazonalmente alagáveis, localizadas em cursos d'água federais, por constituírem extensões de seu leito, são integralmente da União.

§4º Nas ilhas oceânicas e costeiras que contenham a sede de Municípios, desde que não se enquadrem na alínea "d" do §1º deste artigo, serão do domínio da União exclusivamente os terrenos de marinha e acrescidos.

§5º As ilhas oceânicas e costeiras e as que sofrem influência das marés, surgidas após o ano de 1831 de forma natural ou artificial, não possuirão terrenos de marinha salvo se as preamares incidiam sobre elas naquele ano, fato que será comprovado de forma direta pela documentação ou dados técnicos existentes, ou indireta no decorrer do processo demarcatório na parte continental próxima.

§6º Para a identificação de domínio federal das ilhas interiores, basta averiguar se estão localizadas dentro da faixa de fronteira, em cursos d'água que estão totalmente inseridos em terrenos da União ou se há algum título, nos termos da alínea 'd' do §1º deste artigo, que atribua o domínio à União.

§7º As ilhas interiores artificiais originadas por represamento de cursos d'água federais para reservatórios só serão da União se os terrenos que as originaram foram desapropriados para este fim, ou se já pertenciam à União, antes da criação do reservatório, exceto se estiverem localizadas em faixa de fronteira ou em área que sofra influência das marés.

§8º As ilhas interiores artificiais originadas por represamento de cursos d'água federais para reservatórios construídos após o ano de 1867, não possuirão terrenos marginais salvo se as enchentes ordinárias incidiam sobre elas naquele ano, fato que será comprovado de forma direta pela documentação ou dados técnicos existentes, ou indireta no decorrer do processo demarcatório em localidade próxima.

§9º Para a identificação de domínio federal das ilhas costeiras, basta averiguar a sua localização, a existência de influência da maré, caso estejam situadas em águas interiores, e a existência de sede de município, observando-se os parágrafos 1º e 4º do caput deste artigo.

§10 Para os fins definidos no §9º deste artigo, nos casos em que um município se estenda por mais de uma ilha, considera-se que a ilha marítima costeira que não se inclui entre os bens da União é apenas aquela que contenha, em 05 de maio de 2005, a cidade ou núcleo urbano com a sede do município, entendida esta como a sede do poder político do município.

§11 O domínio da União sobre as ilhas costeiras permanece nos casos em que a sede do município tenha sido nelas instalada após 05 de maio de 2005.

Subseção IV

Dos manguezais

Art. 12 A identificação e caracterização dos manguezais seguirão o disposto no inciso IX do art. 2º da Resolução CONAMA nº 303, de 20 de março de 2002, no art. 2º do Decreto-Lei nº 6.871, de 1944, a alínea "l" do art. 1º do Decreto-Lei nº 9.760, de 1946, e o inciso I do art. 20 da CF/88.

§1º Os manguezais constituem bens da União, independentemente de estarem localizados em terrenos de marinha e/ou acrescidos de marinha.

§2º Por ser ecossistema que necessariamente sofre a influência das marés, os manguezais são circundados por terrenos de marinha e/ou acrescidos de marinha, excetuando-se os casos em que for comprovado que são de formação posterior a 1831.

§3º Os apicuns e salgados, enquanto fitofisionomias do ecossistema manguezal, são indissociáveis deste, não podendo ser deles desvinculado o domínio da União.

§4º O limite dos manguezais, identificáveis por feições próprias em imagens de satélite, é o suficiente para determinação da propriedade da União, não dependendo do procedimento de demarcação dos terrenos de marinha.

Subseção V

Das praias

Art. 13 Para a identificação e caracterização das praias fluviais deverá ser observada a definição constante no art. 20 da CF/88.

§1º As praias fluviais, enquanto parte do leito maior do rio, são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao curso d'água, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica.

§2º A identificação dos limites da praia fluvial por imagens de satélite e outras técnicas de sensoriamento remoto é o suficiente para determinação do domínio da União, não dependendo do procedimento de demarcação dos terrenos marginais.

Art. 14 Para a identificação e caracterização das praias marítimas deverá ser observada a definição constante no art. 20 da CF/88 e no art. 10 da Lei nº 7.661, de 1988.

§1º As praias marítimas, ambientes próprios das zonas costeiras, são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica.

§2º A identificação dos limites da praia por imagens de satélite e outras técnicas de sensoriamento remoto é o suficiente para determinação do domínio da União, não dependendo do procedimento de demarcação dos terrenos de marinha.

Subseção VI

Do procedimento de Identificação Direta de Áreas da União

Art. 15 Constitui objetivo da Identificação Direta de Áreas da União a identificação do domínio da União sobre determinada área através do levantamento de dados e informações para verificar a existência de características ambientais e geográficas que as vinculam, de forma imediata, ao domínio federal, de forma a subsidiar a declaração como área da União pela incorporação.

§1º A área caracterizada como parte de leito maior de curso d'água, identificada pelo procedimento mencionado no caput e definida por poligonal fechada, sempre deverá ter como confrontante a própria União, independentemente de estar a área maior incorporada ou registrada em seu nome.

§2º A Identificação Direta de Áreas da União é aplicável nos casos de:

I - regularização de ocupações/utilizações em áreas com conflito fundiário ou com demanda de regularização fundiária de interesse social;

II - solicitação à SPU de declaração de anuência de confrontação para regularização de títulos de imóveis rurais que confrontam com rios federais ou outras áreas de domínio da União;

III - ação de usucapião movida por terceiros em que ocorre solicitação da AGU para manifestação da SPU quanto ao domínio da União;

IV - definição de áreas inalienáveis no interior de glebas públicas federais arrecadadas pelo INCRA; e

V - quaisquer demandas em que seja necessária a manifestação célere da SPU quanto ao domínio da União, desde que não haja procedimento específico de identificação/demarcação na legislação.

Art. 16 Será produzido e inserido no Sistema Eletrônico de Informações - SEI o relatório final da Identificação Direta de Áreas da União, no processo correspondente à demanda, que deverá ser instruído com:

I - planta da área identificada e respectivo arquivo vetorial no formato shapefile;

II - memorial descritivo da área identificada;

III - dados e informações utilizados para a caracterização;

IV - imagens (fotografias, fotos aéreas, mapas, etc); e

V - referências bibliográficas.

§1º Concluídos os trabalhos de identificação e inserido o relatório final no processo, este será encaminhado ao Superintendente por despacho.

§2º O relatório final de identificação, assinado pelos servidores da área de caracterização que participaram dos trabalhos, poderá ser elaborado em programa de formatação de texto e transformado em arquivo não editável, para ser inserido no SEI como documento externo, anexado ao despacho mencionado no §1º deste artigo.

§3º O Superintendente emitirá despacho informando que foi finalizado o processo de identificação e o encaminhará ao DECIP e à CGIPA.

§4º A CGIPA fará a inserção da área no banco de dados geoespaciais da SPU e poderá, a seu critério, solicitar esclarecimentos ou sugerir alterações à Superintendência.

Art. 17 A Identificação Direta de Áreas da União poderá ser realizada por outros órgãos públicos, cujas áreas de interesse coincidam com as áreas definidas no art. 3º, desde que observada a presente IN e/ou manuais de identificação/caracterização nela referidos.

Parágrafo único. O trabalho de Identificação Direta de Áreas da União realizado por outro órgão deverá ser submetido à ratificação e homologação da SPU/UC, pela CGIPA/DECIP, para posterior incorporação e regularização ou destinação.

Subseção VII

Das áreas inalienáveis em glebas públicas federais

Art. 18 A delimitação de áreas da União insuscetíveis de alienação no interior das glebas públicas federais deverá observar o art. 4º desta IN, e obedecerá ao disposto nos incisos I, III e IV do art. 20 da CF/88, no art. 1º, alínea "c" e 4º do Decreto-Lei nº 9.760, de 1946, nos arts. 4º, § 1º, 6º, § 4º, e 25 da Lei nº 11.952, de 2009, nos arts. 11 e 12 do Decreto nº 6.992, de 2009, nos arts. 6º e 7º do Decreto nº 7.341, de 2010 e nos arts. 8º e 9º da Lei nº 13.240, de 2015.

Art. 19 As áreas insuscetíveis de alienação serão identificadas em cada uma das glebas:

I - o leito maior dos corpos e correntes de água federais;

II - os manguezais;

III - as praias;

IV - a faixa de segurança após o final das praias costeiras, inclusive nas ilhas, nas áreas urbanas consolidadas;

V - os terrenos de marinha não inseridos em áreas urbanas consolidadas

VI - os terrenos marginais, inclusive nas ilhas

§1º A segregação dos terrenos marginais dentro das glebas arrecadadas na Amazônia Legal ou em outros imóveis registrados em nome da União ocorrerá a partir da sua identificação aproximada por procedimento simplificado, que considerará o limite de 15 metros, para a parte da terra, contados a partir da linha das cheias máximas.

§2º A segregação dos terrenos de marinha dentro das glebas arrecadadas na Amazônia Legal, ou em outros imóveis registrados em nome da União, não inseridos em áreas urbanas consolidadas, ocorrerá a partir da sua identificação aproximada por procedimento simplificado, que considerará o limite de 33 metros, para a parte da terra, contados a partir da linha das preamares máximas.

§3º Nas áreas objeto de processo de regularização fundiária inseridas em áreas urbanas consolidadas, dentro das glebas arrecadadas na Amazônia Legal, ou em outros imóveis registrados em nome da União, ocorrerá a delimitação da faixa de segurança de 30 metros, contados a partir da linha do final da praia, dispensando-se o procedimento do §2º do caput.

§4º Não serão alienados, quando constituírem terrenos de marinha e acrescidos nas glebas federais, as Áreas de Preservação Permanente e as áreas cujo parcelamento urbano é vedado, nos termos do art. 8º da Lei nº 13.240, de 2015, estando a cargo da SPU a identificação e delimitação das áreas de sua competência.

§5º Nos casos das glebas arrecadadas na Amazônia Legal de interesse da Subsecretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SERFAL, vinculada à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD, a delimitação prevista no caput será elaborada a partir da planta e memorial descritivo georreferenciado da gleba a ser regularizada, que serão encaminhados por ela à comissão de que trata o art. 21.

Subseção VIII

Do procedimento de Identificação Simplificada - IS

Art. 20 Constitui objetivo da Identificação Simplificada - IS a separação dos terrenos marginais e dos terrenos de marinha que permaneceram inalienáveis segundo as condições estabelecidas na art. 8º da Lei nº 13.240, de 2015, incluindo as áreas dos incisos I a IV do art. 19 desta IN, de forma a não serem alienadas nos processos de regularização fundiária em desenvolvimento nas glebas públicas federais.

Art. 21 Para os trabalhos de IS será designada uma comissão permanente em cada Estado por ato do Superintendente, podendo fazer parte dela servidores de outros órgãos.

§1º O Superintendente do Patrimônio da União designará comissão de IS, constituída por portaria com no mínimo 3 (três) servidores, contendo, no mínimo 1 (um) servidor da SPU.

§2º As solicitações de publicação da portaria mencionada no caput deverão ser realizadas pelo Superintendente sempre na forma de memorando endereçado à CGIPA/DECIP, contendo a minuta da portaria de designação dos servidores.

§3º Eventuais alterações na composição das comissões de identificação, desde que devidamente justificadas, serão efetivadas por ato do Superintendente.

§4º Para que a SPU proceda à IS nos casos de demanda oriunda da SERFAL, deverão ser por ela apresentados as peças e os arquivos digitais de georreferenciamento:

a) do perímetro da gleba, no caso de regularização fundiária de áreas urbanas; e

b) do perímetro da gleba e dos lotes individualizados, no caso de regularização fundiária de áreas rurais.

§5º Será produzido relatório final da IS e inserido no SEI, no mesmo processo de solicitação de IS, que deverá ser instruído por:

a) portaria de designação da comissão;

b) ofício de consulta de interesse, se for o caso;

c) material utilizado para a caracterização;

d) planta e respectivo arquivo vetorial em formato shapefile; e

e) memorial descritivo da área delimitada.

§6º Concluídos os trabalhos pela comissão de identificação e inserido o relatório final no processo, este será encaminhado ao Superintendente por despacho.

§7º O relatório final de identificação, assinado por todos da comissão, poderá ser elaborado em programa de formatação de texto e transformado em arquivo não editável, para ser inserido no SEI, como documento externo, anexado ao despacho mencionado no §6º.

§8º O Superintendente emitirá despacho informando que foi finalizado o processo de identificação e o encaminhará ao DECIP e à CGIPA.

§9º A CGIPA fará a inserção da área no banco de dados geoespaciais da SPU e poderá, a seu critério, solicitar esclarecimentos ou sugerir alterações à Superintendência.

§10º A SPU/UF comunicará a finalização dos trabalhos ao órgão demandante por ofício, e enviará a imagem, o arquivo vetorial e o memorial descritivo resultante da IS, para continuidade do processo de regularização fundiária na área alienável.

Art. 22 A SPU/UC, quando necessário, lavrará auto de demarcação da área identificada como inalienável, que será instruído apenas pela planta e memorial descritivo da área a ser regularizada, observado o disposto no inciso I do § 2º do art. 18-A do Decreto-Lei nº 9.760, de 1946:

a) fornecidos pelo Município, se inserida em área urbana, de expansão urbana ou de urbanização específica, para fins de regularização fundiária da ocupação, nos termos do parágrafo único do art. 25 da Lei 11.952, de 25 de junho de 2009, desde que incidente nas áreas previstas no art. 3º da mesma lei, ou

b) elaborados pela SPU, se inserida em área urbana ou rural, para fins de regularização fundiária de interesse social.

Art. 23 O registro das glebas públicas arrecadadas pelo INCRA em seu nome ou em nome da União no sistema de cadastro de imóveis da SPU e sua atualização, com as informações cadastrais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

das áreas destinadas, na medida em que os títulos forem outorgados, caberá à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD, nos termos do art. 3º da Portaria Interministerial MP/MDA nº 596, de 22 de dezembro de 2011.

Art. 24 Serão aplicáveis às áreas inseridas em glebas arrecadadas em nome da União ou fazendas de domínio federal, fora da Amazônia Legal, os procedimentos de IS, para atendimento de demandas de interesse público, social e/ou ambiental, identificadas pela própria SPU ou por outros órgãos da União, do Estado ou do Município, cabendo à SPU a efetivação de todas as etapas, desde a identificação até a incorporação, podendo ser delegada a competência.

Seção II

Das áreas cujo processo de demarcação é imprescindível

Art. 25 Constituem bens da União relacionados nesta IN e que necessitam de processo de demarcação tradicional para a sua adequada individuação, os terrenos de marinha, os terrenos marginais e as terras interiores.

Subseção I

Dos terrenos de marinha

Art. 26 A identificação e caracterização dos terrenos de marinha e acrescidos obedecerão ao disposto no inciso VII do art. 20 da CF/88, nos arts. 1º, alínea "a" e nos arts. 2º, 3º e 9º a 14 do Decreto-Lei nº 9.760, de 1946.

§1º São terrenos de marinha, os que em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da Linha do Preamar Médio de 1831, nos termos do art. 2º do Decreto-Lei nº 9.760, de 1946:

§2º Incluem-se no domínio da União:

a) os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés; e,

b) os que contornam as ilhas situadas em zona onde se faça sentir a influência das marés.

§2º São terrenos acrescidos de marinha os que se tiverem formado, natural ou artificialmente, para o lado do mar ou dos rios e lagoas, em seguimento aos terrenos de marinha.

§3º A demarcação dos terrenos de marinha seguirá o disposto nos arts. 9º a 14 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, e em instrução normativa vigente, da Secretaria do Patrimônio da União (art. 19 do Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001)

§4º Ficam confirmadas as demarcações de terrenos de marinha com fundamento em lei vigente na época em que tenham sido realizadas, nos termos do art. 202 do Decreto-Lei nº 9.760, de 1946.

Subseção II

Dos terrenos marginais

Art. 27 A identificação e caracterização dos terrenos marginais do domínio da União obedecerão ao disposto no inciso III do art. 20 da CF/88, e nos arts. 1º, alíneas "b" e "c", 4º e 9º a 14 do Decreto-Lei nº 9.760, de 1946.

§1º São terrenos marginais os banhados pelas correntes navegáveis, fora do alcance das marés, que vão até a distância de 15 (quinze) metros, medidos horizontalmente para a parte da terra, contados desde a linha média das enchentes ordinárias, nos termos do art. 4º do Decreto-Lei nº 9.760, de 1946.

§2º Incluem-se no domínio da União:

a) os terrenos marginais dos rios federais navegáveis, se, por qualquer título legítimo, não pertencerem a particular;

b) os terrenos marginais situados na faixa de fronteira do território nacional, independentemente do domínio do curso d'água; e

c) os terrenos marginais de cursos d'água situados inteiramente em áreas sob domínio da União.

§3º Para efeitos de classificação, é navegável o curso d'água no qual 'pleníssimo flumine', isto é, coberto todo o álveo, seja possível a navegação por embarcações de qualquer natureza. Para os mesmos efeitos, é navegável o lago ou a lagoa que, em águas médias, permita a navegação, em iguais condições, num trecho qualquer de sua superfície, nos termos do art. 6º do Decreto-Lei nº 2.281, de 1940.

§4º A navegabilidade dos cursos que não estejam representados na base cartográfica da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ é aspecto técnico que deve ser devidamente comprovado, nos termos do §1º do art. 28 desta IN.

Art. 28 Os terrenos marginais da União estarão situados junto aos cursos d'água federais e navegáveis:

I - com navegação de interesse nacional identificados e descritos pela ANTAQ;

II - com navegação em nível regional que conectem cidades, comunidades, vilas ou localidades, mesmo que sazonalmente, em que estejam presentes embarcações de qualquer natureza e/ou estruturas de apoio à navegação, definida pela SPU/UF

§1º A existência dos terrenos marginais referidos no inciso II do caput será declarada por portaria do Superintendente (Anexo I), mediante o preenchimento e assinatura da "Ficha de Identificação de Rio Federal Navegável" (Anexo II), que será juntada ao processo da portaria, onde serão apresentados elementos técnicos tais como:

a) identificação de elementos indicativos de navegação, por geoprocessamento e/ou vistoria em campo e/ou pesquisa bibliográfica de fonte confiável/reconhecida;

b) realização da análise de jusante para montante, para identificar o município onde o rio deixa de ser navegável;

c) relação de todos os municípios a jusante do município referido na alínea 'b', inclusive este, se parte do curso d'água for navegável; e

d) submissão à análise da Unidade Central da SPU, para ratificação.

§2º Os cursos d'água navegáveis situados em Faixa de fronteira também possuirão terrenos marginais de domínio da União e sua identificação obedecerá os mesmos critérios técnicos utilizados para os cursos federais.

§3º Para efeitos de definição quanto à prioridade em demarcar os terrenos marginais, será considerada a sua função de garantir o acesso público às margens dos cursos d'água, o interesse social e/ou o interesse por utilidade pública.

§4º Nos casos em que houver dúvida quanto à definição do curso d'água principal, de acordo com os critérios técnicos da Agência Nacional de Águas - ANA, deverá ser realizada consulta à CGIPA, para pacificação do entendimento.

§5º A demarcação dos terrenos marginais seguirá o disposto nos arts. 9º a 14 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de 1946, e em instrução normativa vigente, da Secretaria do Patrimônio da União (art. 19 do Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001).

Subseção III

Das terras interiores

Art. 29 A demarcação das terras interiores de domínio da União obedecerão ao disposto nos artigos 15 a 18 do Decreto-Lei nº 9.760, de 1946.

§1º São terras interiores aquelas que estejam matriculadas em cartório de registro de imóveis em nome da União, ou que estejam em processo de transferência do domínio para a União e incluem:

I - as fazendas nacionais (art. 1º, alínea "g", do Decreto-Lei nº 9.760, de 1946); e

II - as fazendas perdidas pelo criminoso condenado por sentença proferida em processo judiciário federal (art. 1º, alínea "k", do Decreto-Lei nº 9.760, de 1946).

§2º As terras serão classificadas como interiores quando registradas ou em processo de registro em nome da União, e não forem classificadas como terrenos de marinha, como terrenos marginais, como acrescidos e/ou como todas as demais áreas situadas aquém da Linha do Preamar Médio ou da Linha Média das Enchentes Ordinárias.

§3º A demarcação das terras interiores será realizada quando for necessária:

a) a exata individuação dos imóveis de domínio da União e sua perfeita discriminação da propriedade de terceiros;

b) a atualização da descrição dos limites do imóvel definido na matrícula do CRI, por georreferenciamento; ou

c) a retificação ou ratificação de georreferenciamento anteriormente realizado.

§4º A demarcação das terras interiores será realizada por uma comissão designada por cada Superintendente, para este fim, e/ou por parceiros das três esferas de governo, ou ainda por empresa contratada para esta finalidade.

§5º As comissões de demarcação das terras interiores, no caso de imóveis rurais, seguirão também o disposto no Manual de Georreferenciamento de Imóveis Rurais, emitido pelo INCRA, para fins de obtenção do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR, em atendimento ao § 2º do art. 1º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, para fins de regularização cartorial.

§6º A demarcação das terras interiores seguirá o disposto nos arts. 15 a 18 do Decreto-Lei nº 9.760, de 1946, e em instrução normativa vigente, da Secretaria do Patrimônio da União (art. 19 do Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001).

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30 Quando for necessário à regularização do uso e/ou à regularização cartorial, a área identificada, delimitada ou demarcada será incorporada mediante:

a) lavratura de Termo de Incorporação, pela SPU/UF, ou Auto de Demarcação, pela SPU/UC, no caso de regularização fundiária de interesse social nas áreas onde houver títulos registrados em nome de terceiros; e

b) registro no sistema da SPU, pela SPU/UF, com a geração de Registro Imobiliário Patrimonial - RIP.

§1º Para o Auto de Demarcação deverão ser observados os arts. 18-A a 18-F do Decreto-Lei nº 9.760, de 1946 e, subsidiariamente, manual vigente da SPU.

§2º A área incorporada será registrada em Cartório de Registro de Imóveis em nome da União, mediante solicitação da SPU/UF e apresentação do Termo de Incorporação ou do Auto de Demarcação, acompanhado da planta e do memorial descritivo da área identificada.

§3º São inoponíveis à União os títulos de terceiros incidentes nas áreas de domínio relacionadas no art. 4º desta IN, exceto aqueles que se refiram a áreas caracterizadas como alodiais no interior das ilhas relacionadas no inciso III do mesmo artigo e que sejam considerados legítimos.

§4º Entende-se por título legítimo aquele que, no elo inicial de sua cadeia sucessória, provenha do domínio público, a partir da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.

§5º Caberá ao particular titular da matrícula a comprovação da legitimidade do seu título, para fins de regularização da ocupação ou destaque do domínio da União, conforme o caso.

§6º Caberá à SPU confirmar a propriedade oriunda de títulos efetivamente legítimos, regularizar outros e, no próprio interesse social, recusar aqueles decorrentes de fraudes ou outros meios ilícitos, conforme o caso.

§7º Em terrenos alodiais nas ilhas da União é vedado o reconhecimento, pela União, ainda que para efeito de mera preferência, de título que não seja legítimo, à toda evidência.

§8º Caberá aos respectivos órgãos de assessoramento jurídico decidir as dúvidas suscitadas sobre a legitimidade de títulos referentes à propriedade imobiliária da União.

Art. 31 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

IDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

ANEXO I

Minuta de Portaria de Declaração de Navegabilidade do curso d'água

PORTARIA Nº , DE / /2018

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO [ESTADO], DA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições previstas nos art. 59 e 68 do ANEXO X do Regimento Interno da SPU, aprovado pela Portaria nº 11 de 31/01/2018, tendo em vista o disposto naesta Instrução Normativa que dispõe sobre os conceitos e os critérios para identificação das áreas de domínio da União relacionadas nos incisos III, IV, VI e VII do art. 20 da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º. Declarar que os rios a seguir relacionados, por serem federais e navegáveis em conformidade com o art. 20 da CF/88, e ainda, considerando as análises técnicas consubstanciadas no processo nº (número do processo que contém as fichas de declaração de navegabilidade), possuem terrenos marginais de domínio da União.

Nome do curso d'água	Município

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO SUPERINTENDENTE]

Superintendência do Patrimônio da União/[UF]

[FIM]

ANEXO II

Minuta de Declaração de Navegabilidade do curso d'água

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

DECLARAÇÃO DE NAVEGABILIDADE DE CURSO D'ÁGUA FEDERAL

1. Identificação do Curso d´água

Fundamento Legal da Dominialidade (Art 20º da CFB)

( ) Federal - em terrenos de domínio da União

( ) Federal - se estende ou provém de território estrangeiro

( ) Federal - banha mais de um estado/divisa estadual;

( ) Estadual - em faixa de fronteira

Sobre o curso d'água - Curso Total

Nome do curso d´água		
Outros nomes/grafias do curso d'água		
Foz	Nascente	
Principais Afluentes		

Sobre o curso d'água na UF - Trecho de Interesse

Limite Jusante		Limite Montante	
Municípios banhados na UF (limites territoriais)			
Áreas urbanas às margens do curso d'água			

2. Características do curso d'água
Principais Usos Múltiplos do curso d'água
( ) Consumo humano e saneamento urbano
( ) Navegação: Hidrovia, portos, transporte de pessoas e cargas
( ) Captação: Agricultura irrigada, processos industriais
( ) Recreação: Balneários, esportes aquáticos, pesca esportiva, praias fluviais
( ) Exploração Mineral: garimpos, mineração de areia
( ) Pesca: artesanal ou industrial
( ) Usos tradicionais: presença comunidades ribeirinhas, tradicionais e/ou indígenas
( ) Exploração do potencial energético: UHE ou PCH
Outras características do curso d'água
( ) Réguas de monitoramento hidrológico (ANA ou outras instituições)
( ) Capitania dos Portos: associada, integral ou parcialmente, ao curso d'água
( ) Parcial ou Integralmente em Faixa de Fronteira
( ) Hidrovia reconhecida no planejamento da ANTAQ
( ) Terras/Aldeias Indígenas
( ) Comunidades ribeirinhas
( ) Comunidades quilombolas
( ) Glebas arrecadadas
3. Evidências de Navegação

Principais Portos/Orlas							
Tipos de Embarcações Observadas							
Navios/cargueiros/passageiros		Balsas		Barcas/barcaças		Pesqueiras	
Escunas/Iates		Militares		Dragas		Canoas/lanchas	

Estruturas de Apoio à Navegação							
Porto Organizado		Porto Natural		Orla Aterrada		Flutuantes	
Piers e Decks		Travessia de Balsa		Marinas		Balneários	

4. Evidências oficiais e acadêmicas
Os documentos abaixo citados são oriundos de Universidades e de outros órgãos do Estado brasileiro e endossam a existência da navegação no referido curso d'água:
Pesquisas acadêmicas que demonstrem a existência de navegação
Ex. NOME DISSERTAÇÃO, Autor, Universidade, Data
Documentos oficiais que demonstrem a existência de navegação
Ex. Mapas antigos, cartas náuticas e políticas governamentais
5. Registro Fotográfico

FOTO
Foto 01: *Foto com evidências da navegação - Local - Município/data*

Obs.: Inserir quantas fotos forem necessárias.
Desta forma, é o entendimento do corpo técnico da SPU-UF que o "nome do curso d´'água" é um curso d'água federal e navegável.
Visando a articulação com as demais políticas nacionais, o trecho de interesse à SPU no "nome do curso d´'água" vai de sua foz, no município de A até o limite à montante de B, incluindo assim os municípios de C, D e E. Neste trecho foi identificada navegação de interesse regional.

TÉCNICO/ANALISTA/SERVIDOR DA SPU

TÉCNICO/ANALISTA/SERVIDOR DA SPU

TÉCNICO/ANALISTA/SERVIDOR DA SPU
DE ACORDO com o disposto, DECLARO que o "nome do curso d´'água" é um curso d´água federal e navegável. O trecho de interesse à SPU no "nome do curso d´'água" vai de sua foz, no município de A até o limite à montante de B, incluindo assim os municípios de C, D e E.. Nestes municípios, mesmo que ainda não demarcados, os terrenos marginais do referido curso d'água são de domínio da União - de acordo com o Artigo 20 da Constituição Federal.
[NOME DO SUPERINTENDENTE]
Superintendência do Patrimônio da União/[UF]

PORTARIA Nº 7.355, DE 24 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto nos art. 31, inciso I e §§ 1º a 3º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 17, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como nos elementos que integram o Processo Administrativo nº 04926.000276/2013-30, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação com encargo ao INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN do imóvel com área de 2.374.63 m² e benfeitorias com 397,32 m² , denominado "Casa de Chica da Silva", situado na Praça Lobo Mesquita, nº 266, no Município de Diamantina - MG, com as características e confrontações constantes da matricula nº 6.376, Livro nº 2,- do Ofício de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Art. 2º A doação a que se refere o art. 1º tem como objetivo a manutenção do funcionamento do escritório do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, no Município de Diamantina - MG.

Art. 3º O encargo de que trata o artigo 2º será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel à propriedade da União, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas, se não for cumprida a finalidade da doação, se cessarem as razões que a justificaram, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista, ou se ocorrer inadimplemento de quaisquer das cláusulas contratuais.

Art. 4º O donatário responderá, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros concernentes ao imóvel ora autorizado em doação, inclusive por benfeitorias nele existentes..

Art. 5º É vedada ao donatário a possibilidade de alienar o imóvel recebido em doação, no todo ou em parte.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

PORTARIA Nº 7.427, DE 26 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 31 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, o art. 17, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nos elementos que integram o Processo Administrativo nº 05315.000295/2017-41, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação, com encargo, ao Estado do Amapá, do imóvel de domínio da União, com área de 43,0559 ha, destacada de uma área maior com 590,8660 ha, localizado na Zona Norte, Infraero I, denominado de Rodovia Norte/Sul, no Município de Macapá, Estado do Amapá, objeto da Matrícula nº 43.582, Livro nº 02, do Cartório de Registro daquela Comarca, com os limites e confrontações constantes dos Memoriais Descritos insertos nos documentos do Serviço Eletrônico de Informação nº 6119359 e 6119647.

Art. 2º A doação a que se refere o art. 1º se destina à construção e implantação de uma Rodovia Estadual.

Parágrafo único. É fixado o prazo de 12 (doze) meses para o início da construção prevista no caput e de 24 (vinte e quatro) meses para a sua conclusão, a contar da data de assinatura do contrato de doação, ambos prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, a critério desta Secretaria.

Art. 3º A doação ora autorizada não exime o interessado de obter todas as licenças, outorgas, autorizações e alvarás necessários, em especial as licenças ambiental e urbanística.

Art. 4º Responderá o Outorgado Donatário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria.

Art. 5º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente decorrentes do contrato de doação e da legislação pertinente.

Art. 6º O encargo de que trata o art. 2º será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel à propriedade da União, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas, se não for cumprida, dentro do prazo, a finalidade da doação.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

PORTARIA Nº 7.445, DE 26 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 e art. 69 do Anexo do Regimento Interno da SPU, aprovado pela Portaria/GM/MP nº 11, de 31 de janeiro de 2018, tendo em vista o art. 11 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, tendo em vista o art. 6 do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987 e em conformidade com o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 23 de janeiro de 2017, e:

Considerando a atividade de fiscalização, como ação a ser realizada pela Secretaria do Patrimônio da União, prevista na Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987 e na Instrução Normativa nº 01, de 23 de janeiro de 2017;

Considerando que a Instrução Normativa nº 1 de 23 de janeiro de 2017, disciplina a atividade de fiscalização dos imóveis da União, tratando da definição do que é fiscalização; das infrações e sanções, tais como demolições/remoção, desocupação/indenização, embargo e multa; do processo de fiscalização, como prazos, notificações e vistorias, além da defesa, instrução, julgamento e recurso;

Considerando que conforme o processo SEI nº 04905.002212/2018-26 e Relatório Técnico SEI nº 6611344 onde consta a necessidade de saneamento de processos referentes as multas aplicadas por ocupação irregular aplicadas em períodos pretéritos, em especial no período de 2012 a 2017.

Art. 1º - Instituir Grupo de Trabalho Estratégico, no âmbito da Secretaria do Patrimônio da União, que terá como propósito acompanhar e deliberar sobre as estratégias necessárias para mitigação de erros e saneamento de processos referentes as multas aplicadas em períodos pretéritos, em especial no período de 2013 a 2017, resolve:

Art. 2º - O Grupo de Trabalho Estratégico será presidido pela Secretária-Adjunta do Patrimônio da União e contará com os participantes a seguir:

a) Diretor do Departamento de Caracterização e Incorporação do Patrimônio;

b) Diretor do Departamento de Destinação Patrimonial;

c) Diretor do Departamento de Receitas Patrimoniais;

d) Diretor de Programa de Modernização;

Art. 3° - Instituir Grupo de Trabalho Tático, no âmbito da Secretaria do Patrimônio da União, que terá como objeto propor estratégias e supervisionar as ações necessárias para mitigação de erros e saneamento de processos referentes as multas aplicadas em períodos pretéritos, em especial no período de 2013 a 2017.

Art. 4º - O Grupo de Trabalho Tático será presidido pelo Diretor do Departamento de Caracterização e Incorporação do Patrimônio e contará com os participantes a seguir:

a) Coordenador-Geral de Fiscalização e Controle de Utilização do Patrimônio;

b) Coordenador-Geral de Cobrança;

c) Coordenador-Geral de Desenvolvimento de Infraestrutura;

d) Coordenação-Geral de Gestão Estratégica;

e) Coordenação-Geral de Administração;

f) Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação.

Art. 5º - As Superintendências do Patrimônio da União nos Estados deverão instituir Grupos de Trabalho Operacionais presididos pelos Superintendentes dos Estados e composto por representantes das áreas de caracterização e incorporação, destinação patrimonial, receitas patrimoniais e gestão estratégica para execução de ações pactuadas e saneamento de processos referentes as multas aplicadas em períodos pretéritos, em especial no período de 2013 a 2017.

Art. 6º - As Superintendências do Patrimônio da União nos Estados deverão instituir os Grupos de Trabalho Operacional em até 15 dias corridos a contar da publicação desta portaria.

Art. 7º - Os Grupos de Trabalho instituídos nesta Portaria terão o prazo até 31 de dezembro de 2018 para a conclusão dos trabalhos previstos.

Art. 8º - Na ausência dos titulares das pastas envolvidas nos grupos de trabalho instituídos, caberá a responsabilidade ao respectivo substituto legal.

Art. 9° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

PORTARIA Nº 7.490, DE 26 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, no uso da competência estabelecida na Portaria nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o inciso II, do art. 18 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 e de acordo com os elementos que integram o processo nº 05044.000582/2001-21 , resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão onerosa em condições especiais à Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia - SOPH, do imóvel de propriedade da União, cadastrado sob o RIP 0003.00741.500-6, com área de 173.856,31m², localizado na Estrada do Terminal nº 400, Setor 08, Quadra 501, Lote 150, Bairro Panair,

área urbana do município de Porto Velho/RO, registrado na matrícula 1060, do 1º Serviço Registral da Comarca de Porto Velho/RO.

Art. 2º O imóvel a que se refere o artigo anterior destina-se a regularização da utilização do imóvel pertencente a União Federal para que a empresa continue a exercer suas funções de Autoridade Portuária no âmbito do Porto Organizado de Porto Velho sob sua administração e responsabilidade em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pelo Governo do Estado de Rondônia e pelo poder concedente

§ 1º. Fica estabelecido como encargo especial da cessão que as rendas auferidas com a exploração do porto deverão ser integralmente aplicadas na própria atividade portuária.

§ 2º. Fica a cessionária obrigada a arcar com as retribuições devidas entre a data da ocupação e a assinatura do instrumento de cessão onerosa relativamente à área ocupada sem autorização prévia, podendo o montante ser parcelado no prazo de até 60 (sessenta) meses.

§ 3º. A cessão terá vigência até 11/11/2022, podendo ser prorrogada, condicionada ao prazo de vigência de eventual convênio de delegação celebrado entre o poder concedente e o Governo do Estado de Rondônia, para exploração do Porto Organizado de Porto Velho.

Art. 3º Responderá a cessionária, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 4º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 5º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito a cessionária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 6º A assinatura do contrato de cessão de uso em condições especiais fica condicionada à obtenção, pelo cessionário, de todos os licenciamentos outorgas, autorizações e alvarás necessários ao funcionamento das instalações e equipamentos identificados na referida portaria, bem como à rigorosa observância das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

PORTARIA Nº 7.502, DE 27 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso III, da Portaria nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto nos Art. 18, inciso II e §§ 2º a 5º e 7º, e 42 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, os Art. 95 e 96 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, no art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como nos elementos que integram o Processo Administrativo nº 04972.203474/2015-60, resolve:

Art. 1º Autorizar cessão de uso onerosa, sob o regime de arrendamento, à Maria Beatriz Cytrynowicz, inscrita no CPF nº 011.728.138-76, de espaço físico em águas pública sobre o mar, com área total de 245,85m², sendo 64,18 m² reservados ao píer a ser implantado e, 181,66 m², destinados a berço de atracação, bacia de evolução e canal de acesso, com as seguintes características; Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto P00, de coordenadas E=457806,905m e N=7362175,536m; deste, segue com distância de 2,00m e azimute 209°25'41" até o ponto P01, de coordenadas E=457805,922m e N=7362173,794m; deste, segue com distância de 14,46m e azimute 299°27'40" até o ponto P11, de coordenadas E=457793,332m e N=7362180,906m; deste, segue com distância de 8,87m e azimute 322°35'51" até o ponto P12, de coordenadas E=457787,944m e N=7362187,952m; deste, segue com distância de 4,00m e azimute 232°35'50" até o ponto P17, de coordenadas E=457784,767m e N=7362185,522m; deste, segue com distância de 20,00m e azimute 322°35'50" até o ponto P16, de coordenadas E=457772,618m e N=7362201,410m; deste, segue com distância de 10,00m e azimute 52°35'50" até o ponto P15, de coordenadas E=457780,562m e N=7362207,484m; deste, segue com distância de 20,00m e azimute 142°35'50" até o ponto P14, de coordenadas E=457792,710m e N=7362191,596m; deste, segue com distância de 4,00m e azimute 232°35'50" até o ponto P13, de coordenadas E=457789,533m e N=7362189,167m; deste, segue com distância de 8,46m e azimute 142°35'49" até o ponto P04, de coordenadas E=457794,672m e N=7362182,446m; deste, segue com distância de 14,05m e azimute 119°27'39" até o ponto P00, início desta descrição.

Parágrafo único. O espaço físico em águas públicas a que se refere o caput é contíguo ao terreno de marinha inscrito sob o regime de ocupação em nome da interessada, sob o RIP nº 65090100084-60, medindo 3.216,98 m², de uma área total de 4.660,09 m², situado na Rua Mestre Vitalino, nº 201, lts 18 a 20, loteamento Prainha do Sul, Praia da feiticeira, Município de Ilhabela, Estado de São Paulo.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º se destina à implantação de um píer de interesse econômico e particular.

Parágrafo único. A implantação do pier mencionado no caput deverá ser finalizado prazo de 2 (dois) anos, contando da data de assinatura do contrato de cessão de uso onerosa.

Art. 3º O prazo da cessão será de 20 (vinte) anos, contado da data de assinatura do respectivo contrato de cessão, prorrogável por iguais e sucessivos períodos.

Art. 4º Durante o prazo previsto no art. 3º, fica a outorgada cessionária obrigada a pagar anualmente à União, a título de arrendamento, o valor de R$ 582,174 (quinhentos e oitenta e dois e dezessete centavos).

§ 1º A retribuição anual deverá ser recolhida diretamente à União até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencimento e, em caso de atraso no pagamento, incidirá multa de 10% (dez por cento) e juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos federais, acumulada mensalmente do primeiro dia do mês posterior ao vencimento até o mês anterior ao efetivo pagamento, acrescida de 1% (um por cento) relativo ao mês do pagamento.

§ 2º O valor previsto no caput será corrigido a cada 12 (doze) meses, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou índice que vier a substituí-lo.

§ 3º O valor da retribuição pelo arrendamento do imóvel será revisado a cada 5 (cinco) anos ou a qualquer tempo, desde que comprovada a superveniência de fatores que tenham alterado o equilíbrio econômico do contrato.

Art. 5º Fica a cessionária responsável pela obtenção de todos os licenciamentos, autorizações, documentos e alvarás necessários ao funcionamento da estrutura náutica de que trata o Art. 2º desta Portaria, bem como à rigorosa observância das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 6º A cessionária deverá, após convocação, comparecer à Superintendência do Patrimônio da União no Estado de São Paulo, no prazo de 30 (trinta) dias, para a assinatura do contrato de cessão de uso onerosa, em regime de arrendamento, sob pena de revogação desta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 7.206, de 17 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 138, de 19 de julho de 2018, seção 1, página 43, ONDE LÊ-SE "processo nº 04982.000149/2018-71", no preâmbulo da portaria, LEIA-SE "processo nº 04902.000154/2012-31 ".

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

RETIFICAÇÃO

Portaria nº 3.234/2018, publicada no Diário Oficial da União n. 108 de 07 de junho de 2018, Seção 1, pág. 71, a fim de que onde se lê: " Agropastoril Pinesso LTDA", leia-se: Agropastoril Pinesso LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL."

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 576, DE 27 DE JULHO DE 2018

Delega competência ao Secretário Executivo do Ministério do Trabalho para designação, dispensa, nomeação e exoneração de titulares de cargos em comissão.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso da competência que lhe confere o inciso I, do parágrafo único, do art. 87, da Constituição Federal, e tendo em vista os artigos 11 e 12, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; e no art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência ao Secretário Executivo para designação, dispensa, nomeação e exoneração de titulares de cargos em comissão, dos níveis DAS-101.1 a DAS-101.3, DAS-102-1 a DAS-102-3 e FCPE-1 a FCPE-3 no âmbito das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego - SRTE e da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CAIO VIEIRA DE MELLO

PORTARIA Nº 583, DE 27 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe confere os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição e considerando o disposto no § 3º do art. 6º do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.056 e 8.755, de 25 de julho de 2013 e 10 de maio de 2016, respectivamente, resolve:

Art. 1º Estabelecer, na forma do Anexo I, os limites orçamentários para as despesas com diárias, passagens e locomoção, a serem executados no exercício de 2018, pelas unidades do Ministério do Trabalho e da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO.

§ 1º Entende-se por despesas com diárias e passagens aquelas relativas às naturezas de despesa "3390.14.14 - Diárias no País", "3390.14.16 - Diárias no Exterior", "3390.33.01 - Passagens para o País", "3390.33.02 - Passagens para o Exterior", "3390.36.02 - Diárias de Colaboradores Eventuais no Brasil" e 3390.36.03 - Diárias a Colaboradores Eventuais no Exterior".

§ 2º O limite que trata o caput não se aplica às despesas com a concessão de diárias e passagens nacionais classificadas na Subfunção orçamentária 125 - Fiscalização.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CAIO VIEIRA DE MELLO

ANEXO I - DEMAIS DESPESAS

	R$ 1,00
UG Responsável	Limite até Dez/2018
FUNDACENTRO	453.673
Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES	580.570
Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT	106.687
Secretaria Executiva - SE	614.251
Secretaria de Relações do Trabalho - SRT	405.806
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE	1.122.720
Gabinete do Ministro - GM	2.608.197
Subsecretaria de Orçamento e Administração - SOAD	500.384
Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego	572.546
Total	6.964.834

DESPACHO DE 26 DE JULHO DE 2018

Processo: 46000.002689/2018-45

Interessado: Tribunal de Contas da União

Conforme todo exposto na Nota Técnica CGAT/AESAM nº 128/2018, de lavra da Coordenação-Geral de Análise Técnica da Assessoria Especial de Apoio ao Ministro, bem como diante da decisão exarada pelo Tribunal de Contas da União nos autos do Processo TC 011.577/2018-5, que trata de Representação oferecida pelo Exmo. Sr. Procurador do Ministério Público junto ao TCU, DETERMINO à Secretaria de Inspeção do Trabalho que se abstenha de exigir a observância da Portaria nº 1.287/2017 em relação aos contratos firmados por entidades da administração pública federal e do Sistema S celebrados em data anterior ao início da vigência da citada portaria.

CAIO VIEIRA DE MELLO
Ministro

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 27 DE JULHO DE 2018

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.006589/2016-60	210910461	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informatica S/A	AL
2	46201.006590/2016-94	210908980	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informatica S/A	AL
3	46201.009316/2015-96	208635505	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informatica S/A	AL
4	46201.009326/2015-21	208597191	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informatica S/A	AL
5	46201.009327/2015-76	208597468	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informatica S/A	AL
6	46201.009328/2015-11	208596968	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informatica S/A	AL
7	46201.009329/2015-65	208596984	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informatica S/A	AL
8	46201.009330/2015-90	208597018	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informatica S/A	AL
9	46201.009331/2015-34	208597107	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informatica S/A	AL
10	46202.003359/2016-39	208923926	Banco Bradesco S.A	AM
11	46202.012214/2016-29	210192704	Brasilsat Harald S A	AM
12	46202.013012/2016-02	210368853	Clinica Odontologica Sorriso Encantado Ltda - EPP	AM
13	46202.007159/2016-55	209343982	Depa Empreendimentos e Participacoes da Amazonia Ltda	AM
14	46202.004681/2016-85	208940383	Fucapi Fund Centro de Analise Pesquisa E Inov Tecnologica	AM
15	46202.004683/2016-74	208940405	Fucapi Fund Centro de Analise Pesquisa e Inov Tecnologica	AM
16	46202.004680/2016-31	208940391	Fucapi Fundação Centro de Analise Pesquisa Inov Tecnologica	AM
17	46202.006890/2016-63	209191031	IME Instituto Metropolitano de Ensino Ltda	AM
18	46202.006891/2016-16	209191007	IME Instituto Metropolitano de Ensino Ltda	AM
19	46202.006892/2016-52	209191040	IME Instituto Metropolitano de Ensino Ltda	AM
20	46202.006893/2016-05	209191058	IME Instituto Metropolitano de Ensino Ltda	AM
21	46202.006894/2016-41	209191066	IME Instituto Metropolitano de Ensino Ltda	AM
22	46202.006895/2016-96	209191015	IME Instituto Metropolitano de Ensino Ltda	AM
23	46202.006896/2016-31	209191082	IME Instituto Metropolitano de Ensino Ltda	AM
24	46202.002856/2016-10	208915702	SC Transportes Ltda	AM
25	46202.002858/2016-17	208915851	SC Transportes Ltda	AM
26	46202.002418/2016-51	208873856	Tecnokawa da Amazonia Ltda	AM
27	46202.002419/2016-04	208874097	Tecnokawa da Amazonia Ltda	AM
28	46202.002420/2016-21	208874721	Tecnokawa da Amazonia Ltda	AM
29	46202.002421/2016-75	208874151	Tecnokawa da Amazonia Ltda	AM
30	47904.002944/2015-96	206085788	Avant Servicos e Empreendimentos Eireli - EPP	BA
31	46281.001325/2015-96	208660585	DDA Dinamica Distribuidora e Industria de Alimentos e Transportes S/A	BA
32	46281.001326/2015-31	208660577	DDA Dinamica Distribuidora e Industria de Alimentos e Transportes S/A	BA
33	46281.001327/2015-85	208660569	DDA Dinamica Distribuidora e Industria de Alimentos e Transportes S/A	BA
34	46281.001328/2015-20	208660500	DDA Dinamica Distribuidora e Industria de Alimentos e Transportes S/A	BA
35	47904.000285/2012-19	21044651	Roberto Pereira da Silva Junior	BA
36	46205.004274/2016-48	209129549	CC Ximenes Comercio de Joias Ltda - EPP	CE
37	46205.003450/2016-24	209055570	Central de Recuperacao de Creditos Ltda	CE
38	46205.011675/2016-54	210154748	Cervejaria Petropolis S/A	CE
39	46205.009507/2016-07	209851309	Fiori Industria e Comercio de Confeccoes Ltda	CE
40	46205.009508/2016-43	209850485	Fiori Industria e Comercio de Confeccoes Ltda	CE
41	46205.009509/2016-98	209850426	Fiori Industria e Comercio de Confeccoes Ltda	CE
42	46205.009510/2016-12	209850604	Fiori Industria e Comercio de Confeccoes Ltda	CE
43	46205.009511/2016-67	209851392	Fiori Industria e Comercio de Confeccoes Ltda	CE
44	46205.013982/2015-99	207992711	Hospital Sao Carlos Ltda	CE
45	46207.007090/2012-96	20565631	Frisa-Frigorifico Rio Doce S/A	ES
46	46207.002808/2014-10	203224264	Mocal Moageira de Minerios Cachoeiro Ltda	ES
47	46207.009865/2014-20	205034063	Thyssenkrupp Elevadores S.A	ES
48	46208.001874/2015-43	206028024	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
49	46208.001875/2015-98	206027923	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
50	46208.001876/2015-32	206027834	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
51	46208.001877/2015-87	206027630	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
52	46208.001878/2015-21	206027494	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
53	46208.001882/2015-90	206062869	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
54	46208.001883/2015-34	206064519	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
55	46208.001886/2015-78	206098006	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
56	46208.001887/2015-12	206098073	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
57	46208.001888/2015-67	206098162	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
58	46208.001889/2015-10	206098332	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
59	46208.001890/2015-36	206098251	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
60	46208.001894/2015-14	206083394	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
61	46208.001895/2015-69	206083548	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
62	46208.001896/2015-11	206083696	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
63	46208.001899/2015-47	206079427	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
64	46208.001900/2015-33	206079371	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
65	46208.001901/2015-88	206077955	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
66	46208.001903/2015-77	206078951	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
67	46208.001905/2015-66	206079486	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
68	46208.001907/2015-55	206078960	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
69	46208.001908/2015-08	206078943	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
70	46208.001909/2015-44	206078161	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
71	46208.001915/2015-00	206078013	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
72	46208.001916/2015-46	206079028	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
73	46208.011389/2015-88	208188576	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
74	46208.011391/2015-57	208188614	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
75	46208.011392/2015-00	208188690	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
76	46208.011395/2015-35	208193740	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
77	46208.011396/2015-80	208193600	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
78	46208.011397/2015-24	208193618	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
79	46208.011398/2015-79	208193642	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
80	46208.011399/2015-13	208193669	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
81	46208.011400/2015-18	208193693	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
82	46208.011401/2015-54	208193588	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
83	46208.011402/2015-07	208193715	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
84	46208.011857/2015-14	208270191	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
85	46208.011858/2015-69	208269550	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
86	46208.011859/2015-11	208269649	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
87	46208.012262/2015-86	208386696	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
88	46208.012263/2015-21	208386700	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
89	46208.012264/2015-75	208386726	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO
90	46208.012272/2015-11	208388125	Construtora e Incorporadora Concretiza Ltda	GO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

91	46208.012282/2015-57	208361367	Construtora e Concretiza Ltda	Incorporadora GO
92	46208.012283/2015-00	208361251	Construtora e Concretiza Ltda	Incorporadora GO
93	46208.012284/2015-46	208361324	Construtora e Concretiza Ltda	Incorporadora GO
94	46208.012285/2015-91	208367985	Construtora e Concretiza Ltda	Incorporadora GO
95	46208.012286/2015-35	208291709	Construtora e Concretiza Ltda	Incorporadora GO
96	46208.012289/2015-79	208374248	Construtora e Concretiza Ltda	Incorporadora GO
97	46208.012290/2015-01	208374264	Construtora e Concretiza Ltda	Incorporadora GO
98	46208.012291/2015-48	208374272	Construtora e Concretiza Ltda	Incorporadora GO
99	46208.012293/2015-37	208374396	Construtora e Concretiza Ltda	Incorporadora GO
100	46208.017824/2014-05	205453724	Construtora e Concretiza Ltda	Incorporadora GO
101	46208.017825/2014-41	205453767	Construtora e Concretiza Ltda	Incorporadora GO
102	46208.017826/2014-96	205453775	Construtora e Concretiza Ltda	Incorporadora GO
103	46208.017833/2014-98	205453929	Construtora e Concretiza Ltda	Incorporadora GO
104	46208.017835/2014-87	205453970	Construtora e Concretiza Ltda	Incorporadora GO
105	46208.017916/2014-87	205460569	Construtora e Concretiza Ltda	Incorporadora GO
106	46208.018073/2014-36	205503349	Construtora e Concretiza Ltda	Incorporadora GO
107	46208.018074/2014-81	205503365	Construtora e Concretiza Ltda	Incorporadora GO
108	46208.018075/2014-25	205503624	Construtora e Concretiza Ltda	Incorporadora GO
109	46208.018076/2014-70	205503632	Construtora e Concretiza Ltda	Incorporadora GO
110	46208.018077/2014-14	205503730	Construtora e Concretiza Ltda	Incorporadora GO
111	46208.018130/2014-87	205510051	Construtora e Concretiza Ltda	Incorporadora GO
112	46208.018131/2014-21	205510302	Construtora e Concretiza Ltda	Incorporadora GO
113	46208.018132/2014-76	205510442	Construtora e Concretiza Ltda	Incorporadora GO
114	46208.018133/2014-11	205510167	Construtora e Concretiza Ltda	Incorporadora GO
115	46208.018135/2014-18	205505562	Construtora e Concretiza Ltda	Incorporadora GO
116	46208.018137/2014-07	205505503	Construtora e Concretiza Ltda	Incorporadora GO
117	46208.018138/2014-43	205505538	Construtora e Concretiza Ltda	Incorporadora GO
118	46208.018140/2014-12	205505449	Construtora e Concretiza Ltda	Incorporadora GO
119	46208.018141/2014-67	205505481	Construtora e Concretiza Ltda	Incorporadora GO
120	46208.018142/2014-10	205503888	Construtora e Concretiza Ltda	Incorporadora GO
121	46208.018182/2014-53	205533361	Construtora e Concretiza Ltda	Incorporadora GO
122	46246.000586/2016-04	208982205	Alpargatas S.A.	MG
123	46246.000587/2016-41	208982175	Alpargatas S.A.	MG
124	46246.000588/2016-95	208982167	Alpargatas S.A.	MG
125	46246.000589/2016-30	208982159	Alpargatas S.A.	MG
126	46246.000590/2016-64	208982132	Alpargatas S.A.	MG
127	46246.000591/2016-17	208982124	Alpargatas S.A.	MG
128	46246.000592/2016-53	208982116	Alpargatas S.A.	MG
129	46246.000593/2016-06	208982108	Alpargatas S.A.	MG
130	46246.000594/2016-42	208982043	Alpargatas S.A.	MG
131	46246.000595/2016-97	208982027	Alpargatas S.A.	MG
132	46246.000596/2016-31	208981870	Alpargatas S.A.	MG
133	46246.000597/2016-86	208981501	Alpargatas S.A.	MG
134	46246.000598/2016-21	208981519	Alpargatas S.A.	MG
135	46246.000599/2016-75	208981497	Alpargatas S.A.	MG
136	46246.000600/2016-61	208981446	Alpargatas S.A.	MG
137	46246.000601/2016-14	208981861	Alpargatas S.A.	MG
138	46246.000602/2016-51	208981853	Alpargatas S.A.	MG
139	46246.000603/2016-03	208981845	Alpargatas S.A.	MG
140	46246.000604/2016-40	208981829	Alpargatas S.A.	MG
141	46246.000605/2016-94	208981811	Alpargatas S.A.	MG
142	46246.000608/2016-28	208981683	Alpargatas S.A.	MG
143	46246.000609/2016-72	208981667	Alpargatas S.A.	MG
144	46246.000610/2016-05	208981659	Alpargatas S.A.	MG
145	46246.000612/2016-96	208981608	Alpargatas S.A.	MG
146	46246.000615/2016-20	208981381	Alpargatas S.A.	MG
147	46246.000619/2016-16	208981535	Alpargatas S.A.	MG
148	46246.000622/2016-21	208982272	Alpargatas S.A.	MG
149	46246.000623/2016-76	208982302	Alpargatas S.A.	MG
150	46246.000624/2016-11	208982221	Alpargatas S.A.	MG
151	46246.000625/2016-65	208982230	Alpargatas S.A.	MG
152	46246.000626/2016-18	208982523	Alpargatas S.A.	MG
153	46246.000627/2016-54	208982248	Alpargatas S.A.	MG
154	46246.000628/2016-07	208982213	Alpargatas S.A.	MG
155	46246.000629/2016-43	208982515	Alpargatas S.A.	MG
156	46249.001896/2015-27	207024430	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
157	46241.000594/2015-10	206943351	AVG Siderurgia Ltda	MG
158	46241.000595/2015-56	206942842	Avg Siderurgia Ltda	MG
159	46234.000370/2016-70	208880739	Copag Armazens Gerais Ltda	MG
160	46245.004061/2015-69	207254257	Da Lata Comercio Ltda - ME	MG
161	46237.001800/2015-60	208383662	Eletrica Jonas Ltda EPP	MG
162	46237.001801/2015-12	208391487	Eletrica Jonas Ltda EPP	MG
163	46237.001802/2015-59	208384031	Eletrica Jonas Ltda EPP	MG
164	46237.001803/2015-01	208384049	Eletrica Jonas Ltda EPP	MG
165	46237.001804/2015-48	208384065	Eletrica Jonas Ltda EPP	MG
166	46237.001805/2015-92	208384057	Eletrica Jonas Ltda EPP	MG
167	46237.001806/2015-37	208383697	Eletrica Jonas Ltda EPP	MG
168	46237.001807/2015-81	208383808	Eletrica Jonas Ltda EPP	MG
169	46237.001824/2015-19	208383743	Eletrica Jonas Ltda EPP	MG
170	46237.001825/2015-63	208383719	Eletrica Jonas Ltda EPP	MG
171	46249.001449/2015-78	206660791	Enesa Engenharia Ltda	MG
172	46249.001447/2015-89	206668066	Enesa Engenharia Ltda.	MG
173	46249.001448/2015-23	206667906	Enesa Engenharia Ltda.	MG
174	46249.001443/2015-09	206626614	Enesa Engenharia S A	MG
175	46240.000448/2015-96	206013035	Fort Promoções Ltda. - ME	MG
176	46240.000449/2015-31	206013159	Fort Promoções Ltda. - ME	MG
177	46249.000143/2016-85	208765662	Fundacao Sao Francisco Xavier	MG
178	46245.002593/2015-61	206282575	GBA/Contec Construções Ltda - ME	MG
179	47747.003613/2016-12	209512890	Intercement Brasil S.A.	MG
180	47747.003615/2016-01	209512911	Intercement Brasil S.A.	MG
181	47747.003616/2016-48	209512920	Intercement Brasil S.A.	MG
182	47747.003617/2016-92	209512938	Intercement Brasil S.A.	MG
183	47747.003618/2016-37	209512946	Intercement Brasil S.A.	MG
184	47747.003619/2016-81	209512954	Intercement Brasil S.A.	MG
185	47747.003620/2016-14	209512962	Intercement Brasil S.A.	MG
186	46502.001105/2016-00	209534044	Ipiranga Produtos de Petroleo S.A.	MG
187	46502.001106/2016-46	209534061	Ipiranga Produtos de Petroleo S.A.	MG
188	46502.001107/2016-91	209534079	Ipiranga Produtos de Petroleo S.A.	MG
189	46502.001108/2016-35	209670479	Ipiranga Produtos de Petroleo S.A.	MG
190	46502.001109/2016-80	209670509	Ipiranga Produtos de Petroleo S.A.	MG
191	46502.001112/2016-01	209670533	Ipiranga Produtos de Petroleo S.A.	MG
192	46502.001113/2016-48	209670568	Ipiranga Produtos de Petroleo S.A.	MG
193	46502.001114/2016-92	209670576	Ipiranga Produtos de Petroleo S.A.	MG
194	46234.000086/2016-01	208761390	Lojas Cem S/A	MG
195	46239.000913/2015-28	206748744	Lojas Edmil S/A	MG
196	46242.000706/2015-14	206538944	Proserv - Contabilidade Ltda - ME	MG
197	46242.000707/2015-69	206539029	Proserv - Contabilidade Ltda - ME	MG
198	46242.000708/2015-11	206538995	Proserv - Contabilidade Ltda - ME	MG
199	46246.002250/2015-97	207273367	Rede Eletrosom Ltda	MG
200	46234.000606/2016-78	209000155	Sales Andrade Industria e Comercio de Pedras Ltda - EPP	MG
201	46234.000607/2016-12	209000163	Sales Andrade Industria e Comercio de Pedras Ltda - EPP	MG
202	46234.000612/2016-25	209000121	Sales Andrade Industria e Comercio de Pedras Ltda - EPP	MG
203	46234.000613/2016-70	209000171	Sales Andrade Industria e Comercio de Pedras Ltda - EPP	MG
204	46234.000614/2016-14	208880968	Sales Andrade Industria e Comercio de Pedras Ltda - EPP	MG
205	46234.000615/2016-69	208880917	Sales Andrade Industria e Comercio de Pedras Ltda - EPP	MG
206	46234.000616/2016-11	209000139	Sales Andrade Industria e Comercio de Pedras Ltda - EPP	MG
207	46234.000617/2016-58	209000147	Sales Andrade Industria e Comercio de Pedras Ltda - EPP	MG
208	46234.000618/2016-01	208880933	Sales Andrade Industria e Comercio de Pedras Ltda - EPP	MG
209	46234.000629/2016-82	208880950	Sales Andrade Industria e Comercio de Pedras Ltda - EPP	MG
210	46234.000630/2016-15	208880941	Sales Andrade Industria e Comercio de Pedras Ltda - EPP	MG
211	46239.000744/2015-26	206409982	Serco - Servicos e Cobrancas Ltda - EPP	MG
212	46239.000778/2015-11	206340435	Serco - Serviços e Cobranças Ltda - EPP	MG
213	46239.000746/2015-15	206340419	Serco - Serviços e Cobranças Ltda - EPP	MG
214	46239.000747/2015-60	206340401	Serco - Serviços e Cobranças Ltda - EPP	MG
215	46239.000750/2015-83	206340427	Serco - Serviços e Cobranças Ltda - EPP	MG
216	46248.003178/2015-03	208017798	Sucocitrico Cutrale Ltda	MG
217	46248.003179/2015-40	208017828	Sucocitrico Cutrale Ltda	MG
218	46248.003180/2015-74	208017631	Sucocitrico Cutrale Ltda	MG
219	46237.000383/2016-19	209094745	TBI Seguranca Eireli	MG
220	47747.001156/2016-13	209037857	Topo Engenharia e Consultoria Ltda.	MG
221	47747.001163/2016-15	209037989	Topo Engenharia e Consultoria Ltda.	MG
222	47747.001164/2016-60	209035129	Topo Engenharia e Consultoria Ltda.	MG
223	47747.001166/2016-59	209035196	Topo Engenharia e Consultoria Ltda.	MG
224	47747.001167/2016-01	209035234	Topo Engenharia e Consultoria Ltda.	MG
225	47747.001168/2016-48	209035480	Topo Engenharia e Consultoria Ltda.	MG
226	47747.001169/2016-92	209035463	Topo Engenharia e Consultoria Ltda.	MG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

227	47747.001170/2016-17	209035528	Topo Engenharia e Consultoria Ltda.	MG
228	47747.001171/2016-61	209035731	Topo Engenharia e Consultoria Ltda.	MG
229	47747.001172/2016-14	209036095	Topo Engenharia e Consultoria Ltda.	MG
230	47747.001173/2016-51	209036176	Topo Engenharia e Consultoria Ltda.	MG
231	47747.001175/2016-40	209036338	Topo Engenharia e Consultoria Ltda.	MG
232	46245.000503/2013-36	24638374	Vital Engenharia Ambiental S/A	MG
233	46300.001403/2016-68	209600420	Caixa de Assistência dos Servidores Est. de Mato Grosso do Sul	MS
234	46653.002428/2015-06	206427824	Agropecuária Maggi Ltda	MT
235	46653.002429/2015-42	206427794	Agropecuária Maggi Ltda	MT
236	46653.002430/2015-77	206331193	Agropecuária Maggi Ltda	MT
237	46653.002431/2015-11	206427808	Agropecuária Maggi Ltda	MT
238	46653.002433/2015-19	206331169	Agropecuária Maggi Ltda	MT
239	46653.002436/2015-44	206331177	Agropecuária Maggi Ltda	MT
240	46653.003343/2016-18	210000490	BRF S/A.	MT
241	46653.003344/2016-62	210000473	BRF S/A.	MT
242	46653.003345/2016-15	210000449	BRF S/A.	MT
243	46653.003347/2016-04	210000406	BRF S/A.	MT
244	46653.003348/2016-41	210000511	BRF S/A.	MT
245	46653.003349/2016-95	210000619	BRF S/A.	MT
246	46653.003351/2016-64	210000571	BRF S/A.	MT
247	46653.004551/2016-34	210417196	BRF S/A.	MT
248	46653.007428/2015-94	208198261	BRF S/A.	MT
249	46653.007431/2015-16	208221875	BRF S/A.	MT
250	46653.007433/2015-05	208188916	BRF S/A.	MT
251	46653.007442/2015-98	208184872	BRF S/A.	MT
252	46653.007462/2015-69	208181946	BRF S/A.	MT
253	46653.007463/2015-11	208183442	BRF S/A.	MT
254	46653.007472/2015-02	208179003	BRF S/A.	MT
255	46653.007474/2015-93	208179062	BRF S/A.	MT
256	46653.007475/2015-38	208179160	BRF S/A.	MT
257	46653.007483/2015-84	208187804	BRF S/A.	MT
258	46653.007484/2015-29	208188274	BRF S/A.	MT
259	46653.007486/2015-18	208179500	BRF S/A.	MT
260	46653.007487/2015-62	208175067	BRF S/A.	MT
261	46653.007488/2015-15	208175105	BRF S/A.	MT
262	46653.007489/2015-51	208175211	BRF S/A.	MT
263	46653.007490/2015-86	208175113	BRF S/A.	MT
264	46653.007491/2015-21	208175181	BRF S/A.	MT
265	46653.007492/2015-75	208174796	BRF S/A.	MT
266	46653.007493/2015-10	208175199	BRF S/A.	MT
267	46653.007494/2015-64	208175130	BRF S/A.	MT
268	46653.007495/2015-17	208175164	BRF S/A.	MT
269	46653.007496/2015-53	208174125	BRF S/A.	MT
270	46653.007499/2015-97	208174699	BRF S/A.	MT
271	46653.007509/2015-94	208174681	BRF S/A.	MT
272	46653.007519/2015-20	208171541	BRF S/A.	MT
273	46653.007520/2015-54	208171584	BRF S/A.	MT
274	46653.007521/2015-07	208171631	BRF S/A.	MT
275	46653.007522/2015-43	208198032	BRF S/A.	MT
276	46653.007523/2015-98	208186328	BRF S/A.	MT
277	46653.007524/2015-32	208173749	BRF S/A.	MT
278	46653.004705/2015-15	207213003	Panificadora e Confeitaria Tia Luzia Ltda EPP	MT
279	46653.004709/2015-95	207213071	Panificadora e Confeitaria Tia Luzia Ltda EPP	MT
280	46653.007417/2015-12	208196862	Panificadora e Confeitaria Tia Luzia Ltda EPP	MT
281	46653.007418/2015-59	208196897	Panificadora e Confeitaria Tia Luzia Ltda EPP	MT
282	46653.007420/2015-28	208196901	Panificadora e Confeitaria Tia Luzia Ltda EPP	MT
283	46222.006986/2016-93	209973005	Etec Empresa Tecnica de Engenharia e Comercio Ltda	PA
284	46222.006988/2016-82	209972939	Etec Empresa Tecnica de Engenharia e Comercio Ltda	PA
285	46222.006990/2016-51	209972882	Etec Empresa Tecnica de Engenharia e Comercio Ltda	PA
286	46222.006993/2016-95	209972963	Etec Empresa Tecnica de Engenharia e Comercio Ltda	PA
287	46222.006995/2016-84	210006633	Etec Empresa Tecnica de Engenharia e Comercio Ltda	PA
288	46222.006997/2016-73	210006692	Etec Empresa Tecnica de Engenharia e Comercio Ltda	PA
289	46222.006999/2016-62	210006617	Etec Empresa Tecnica de Engenharia e Comercio Ltda	PA
290	46222.007001/2016-47	210006595	Etec Empresa Tecnica de Engenharia e Comercio Ltda	PA
291	46222.008115/2016-12	209972971	Etec Empresa Tecnica de Engenharia e Comercio Ltda	PA
292	46222.008296/2014-15	203081901	Polo Seguranca Especializada Ltda	PA
293	46222.008400/2014-63	203081765	Polo Seguranca Especializada Ltda	PA
294	46217.462618/2015-10	208436341	ABC Futebol Clube	RN
295	46217.462619/2015-64	208436430	ABC Futebol Clube	RN
296	46217.462620/2015-99	208436146	ABC Futebol Clube	RN
297	46291.001222/2015-15	208431837	D X Soares Junior	RN
298	46291.001223/2015-51	208431489	D X Soares Junior	RN
299	46291.001224/2015-04	208431535	D X Soares Junior	RN
300	46291.000149/2016-37	208893806	D. F. de Lima Serviços Eireli - EPP	RN
301	46291.001049/2015-47	208104411	Executive Negocios e Consultoria Ltda - ME	RN
302	46217.463463/2015-39	24396419	I M Comercio e Terraplenagem Ltda	RN
303	46217.006055/2015-83	207377847	J Nunes de Oliveira - ME	RN
304	46217.009260/2015-09	208008411	Rede Unilar Ltda	RN
305	46220.004311/2015-49	207473099	Construtora Damian Ltda - EPP	SC
306	46220.004272/2015-80	207473056	Construtora Damian Ltda - EPP	SC
307	46220.004273/2015-24	207472980	Construtora Damian Ltda - EPP	SC
308	46220.004274/2015-79	207472866	Construtora Damian Ltda - EPP	SC
309	46220.004275/2015-13	207472637	Construtora Damian Ltda - EPP	SC
310	46220.004276/2015-68	207472530	Construtora Damian Ltda - EPP	SC
311	46220.005925/2015-48	207983721	Leardini Pescados Ltda	SC
312	46220.005926/2015-92	207983887	Leardini Pescados Ltda	SC
313	46220.005927/2015-37	207983852	Leardini Pescados Ltda	SC
314	46220.005929/2015-26	207983801	Leardini Pescados Ltda	SC
315	46220.005938/2015-17	207991774	Leardini Pescados Ltda	SC
316	46220.005940/2015-96	207991812	Leardini Pescados Ltda	SC
317	46220.005944/2015-74	207991715	Leardini Pescados Ltda	SC
318	46220.005946/2015-63	207991693	Leardini Pescados Ltda	SC
319	46220.005947/2015-16	207991928	Leardini Pescados Ltda	SC
320	46220.005948/2015-52	207991936	Leardini Pescados Ltda	SC
321	46220.005949/2015-05	207991961	Leardini Pescados Ltda	SC
322	46220.005960/2015-67	207991863	Leardini Pescados Ltda	SC
323	46220.005963/2015-09	207992029	Leardini Pescados Ltda	SC
324	46220.005964/2015-45	207996521	Leardini Pescados Ltda	SC
325	46220.005965/2015-90	207997080	Leardini Pescados Ltda	SC
326	46220.005966/2015-34	207992045	Leardini Pescados Ltda	SC
327	46220.005967/2015-89	207993220	Leardini Pescados Ltda	SC
328	46220.005968/2015-23	207986029	Leardini Pescados Ltda	SC
329	46220.005969/2015-78	207984239	Leardini Pescados Ltda	SC
330	46220.005970/2015-01	207983984	Leardini Pescados Ltda	SC
331	46220.005982/2015-27	207983186	Leardini Pescados Ltda	SC
332	46220.005983/2015-71	207981469	Leardini Pescados Ltda	SC
333	46220.005989/2015-49	207983836	Leardini Pescados Ltda	SC
334	46221.013499/2015-14	25935135	SBF Comércio de Produtos Esportivos Ltda.	SE
335	46267.003035/2014-84	205440037	Amazonas Produtos para Calcados Ltda	SP
336	46267.003037/2014-73	205444954	Amazonas Produtos para Calcados Ltda	SP
337	46267.003038/2014-18	205444962	Amazonas Produtos para Calcados Ltda	SP
338	46265.002761/2016-61	210457775	Bloom Industria e Comercio de Confeccoes Eireli	SP
339	46265.002763/2016-51	210457791	Bloom Industria e Comercio de Confeccoes Eireli	SP
340	46265.002817/2016-88	210544333	Bloom Industria e Comercio de Confeccoes Eireli	SP
341	46266.000339/2014-08	202626083	Congregacao das Filhas de Nossa Senhora Stella Maris	SP
342	46266.000340/2014-24	202626075	Congregacao das Filhas de Nossa Senhora Stella Maris	SP
343	46258.000731/2015-29	206122845	Emplan Estruturas Metalicas e Planejamento Ltda - EPP	SP
344	46258.003435/2015-80	207460558	Industria e Comercio de Bebidas Funada Ltda	SP
345	47999.004323/2015-35	207750513	J B de Aquino Zeladoria Patrimonial Ltda - EPP	SP
346	47999.004830/2015-79	207932981	J B De Aquino Zeladoria Patrimonial Ltda - EPP	SP
347	47999.004373/2015-12	207779074	Paulo Henrique dos Santos	SP
348	47999.004376/2015-56	207777535	Prisma Malhas Industria e Comercio Ltda - ME	SP
349	46219.006897/2016-04	209497751	Schunck Serviços de Mineração Ltda	SP
350	46219.007103/2016-11	209543868	Schunck Terraplenagem e Transportes Ltda.	SP
351	46263.001270/2014-51	203219848	Silibor Industria e Comercio de Artigos Tecnicos Ltda.	SP
352	46263.001271/2014-04	203219872	Silibor Industria e Comercio de Artigos Tecnicos Ltda.	SP
353	46263.001272/2014-41	203219881	Silibor Industria e Comercio de Artigos Tecnicos Ltda.	SP
354	47999.003182/2015-33	207226512	Tursan Turismo Santo Andre Ltda	SP
355	47999.003183/2015-88	207226610	Tursan Turismo Santo Andre Ltda	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46222.007003/2016-36	200.759.256 - TRet nº 201.152.193	Etec Empresa Técnica de Engenharia e Comércio Ltda.	PA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2	46222.006346/2014-11	200.248.677	Polo Segurança Especializada Ltda.	PA
3	46265.002754/2016-60	200.975.503 - TRet nº 201.155.214	Bloom Indústria e Comércio de Confecções Eireli	SP

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47999.006852/2014-92	204995701	Município de Tremembe	SP

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46249.001425/2015-19	206627114	Enesa Engenharia S A	MG
2	46249.001426/2015-63	206626797	Enesa Engenharia S A	MG
3	46249.001427/2015-16	206626746	Enesa Engenharia S A	MG
4	46249.001440/2015-67	206626703	Enesa Engenharia S A	MG
5	46249.001441/2015-10	206626690	Enesa Engenharia S A	MG
6	46249.001442/2015-56	206626649	Enesa Engenharia S A	MG
7	46249.001445/2015-90	206626991	Enesa Engenharia S A	MG

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46246.000617/2016-19	208981560	Alpargatas S.A.	MG
2	47747.013515/2015-02	208324771	E.P.O - Empreendimentos, Participacoes e Obras Ltda	MG
3	47747.013516/2015-49	208324780	E.P.O - Empreendimentos, Participacoes e Obras Ltda	MG
4	47747.013517/2015-93	208324798	E.P.O - Empreendimentos, Participacoes e Obras Ltda	MG
5	47747.013518/2015-38	208324801	E.P.O - Empreendimentos, Participacoes e Obras Ltda	MG
6	47747.013519/2015-82	208324810	E.P.O - Empreendimentos, Participacoes e Obras Ltda	MG
7	46245.006398/2015-19	207692793	Esdeva Indústria Gráfica Ltda.	MG
8	46245.006399/2015-55	207692807	Esdeva Indústria Gráfica Ltda.	MG
9	46245.006400/2015-41	207692815	Esdeva Indústria Gráfica Ltda.	MG
10	46245.006401/2015-96	207692823	Esdeva Indústria Gráfica Ltda.	MG
11	46245.006402/2015-31	207692831	Esdeva Indústria Gráfica Ltda.	MG
12	46245.006403/2015-85	207692840	Esdeva Indústria Gráfica Ltda.	MG
13	46245.006404/2015-20	207692858	Esdeva Indústria Gráfica Ltda.	MG
14	46245.006405/2015-74	207692866	Esdeva Indústria Gráfica Ltda.	MG
15	46245.006406/2015-19	207692874	Esdeva Indústria Gráfica Ltda.	MG
16	46245.006407/2015-63	207692882	Esdeva Indústria Gráfica Ltda.	MG
17	46245.006408/2015-16	207692891	Esdeva Indústria Gráfica Ltda.	MG
18	46245.006409/2015-52	207692904	Esdeva Indústria Gráfica Ltda.	MG
19	46245.006410/2015-87	207692912	Esdeva Indústria Gráfica Ltda.	MG
20	46245.006411/2015-21	207692921	Esdeva Indústria Gráfica Ltda.	MG
21	46245.006412/2015-76	207692939	Esdeva Indústria Gráfica Ltda.	MG
22	46245.006413/2015-11	207692947	Esdeva Indústria Gráfica Ltda.	MG
23	46245.006414/2015-65	207692955	Esdeva Indústria Gráfica Ltda.	MG
24	46245.006415/2015-18	208542981	Esdeva Indústria Gráfica Ltda.	MG
25	46245.006416/2015-54	208542990	Esdeva Indústria Gráfica Ltda.	MG
26	46245.006417/2015-07	208543007	Esdeva Indústria Gráfica Ltda.	MG
27	46245.006434/2015-36	208542957	Esdeva Indústria Gráfica Ltda.	MG
28	46245.006435/2015-81	208542965	Esdeva Indústria Gráfica Ltda.	MG
29	46245.006436/2015-25	208542973	Esdeva Indústria Gráfica Ltda.	MG
30	46245.006437/2015-70	208542949	Esdeva Indústria Gráfica Ltda.	MG
31	46245.006438/2015-14	207693013	Esdeva Indústria Gráfica Ltda.	MG
32	46245.006439/2015-69	207693005	Esdeva Indústria Gráfica Ltda.	MG
33	46245.006440/2015-93	207692998	Esdeva Indústria Gráfica Ltda.	MG
34	46245.006441/2015-38	207692980	Esdeva Indústria Gráfica Ltda.	MG
35	46245.006442/2015-82	207692971	Esdeva Indústria Gráfica Ltda.	MG
36	46245.006443/2015-27	207692963	Esdeva Indústria Gráfica Ltda.	MG
37	46222.006984/2016-02	209973081	Etec Empresa Tecnica de Engenharia e Comercio Ltda	PA

2.2 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47102.000212/2016-88	209665467	J Marcos Alves Trindade & Cia Ltda	BA
2	47904.003290/2015-18	206184514	Wilsemar Jose Dorneles Elger	BA
3	46317.000021/2016-38	208603816	Zubeldia e Cia Ltda - ME	PR
4	46216.005895/2015-39	208515534	Aristides Lourenço de Corduva	RO
5	46216.005896/2015-83	208515682	Aristides Lourenço de Corduva	RO
6	46216.005897/2015-28	208515810	Aristides Lourenço de Corduva	RO
7	46216.005898/2015-72	208515879	Aristides Lourenço de Corduva	RO
8	46216.005899/2015-17	208515712	Aristides Lourenço de Corduva	RO
9	46216.005900/2015-11	208515798	Aristides Lourenço de Corduva	RO
10	46216.005901/2015-58	208515640	Aristides Lourenço de Corduva	RO
11	46736.004715/2012-80	23822120	Confecções de Roupas Profecy Ltda	SP
12	46219.019622/2015-41	208269177	Weg Tintas Ltda	SP
13	46219.019623/2015-96	208269118	Weg Tintas Ltda	SP

2.2 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46653.001205/2016-02	209188367	Wellington Costa Baima - ME	MT
2	46222.006982/2016-13	209973102	Etec Empresa Tecnica de Engenharia e Comércio Ltda.	PA
3	46222.006992/2016-41	209973021	Etec Empresa Tecnica de Engenharia e Comércio Ltda.	PA

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RESOLUÇÃO Nº 484, DE 26 DE JULHO 2018 (*)

Altera a Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e revoga dispositivos das Resoluções nºs 25, de 25 de abril de 2008, e 472, de 6 de junho de 2018.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos XXI, XXVI, XXVIII e XLVI, da mencionada Lei, e considerando o que consta do processo nº 00058.001432/2018-18, deliberado e aprovado na 15ª Reunião Deliberativa da Diretoria, realizada em 24 de julho de 2018, resolve:

Art. 1º A Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, que dispõe sobre a autorização prévia para a construção de aeródromos e seu cadastramento junto à ANAC, passa a vigorar acrescida do Anexo "Tabela de Infrações", constante do Anexo desta Resolução, e com as seguintes alterações:

"Art.2º .....

.....

§ 3º .....

.....

III - construção ou ampliação de edificações na área operacional dos aeródromos.

IV - (Revogado)

.....

§ 6º Ficam dispensadas de autorização prévia da ANAC as modificações de características físicas de aeródromo existente previstas em Plano Diretor Aeroportuário - PDIR aprovado ou validado, as decorrentes de contrato de concessão e as realizadas em aeródromos certificados.

§ 7º As alterações de características físicas não sujeitas a autorização prévia da ANAC não estão isentas de verificações, inspeções e procedimentos afins realizados para a fiscalização do cumprimento desta ou de outras normas, bem como não conferem a qualquer aeródromo a dispensa do cumprimento das normas de licenciamento ambiental, de uso do solo e de zoneamento urbano, ou expedidas pela Autoridade Aeronáutica, tais como as que exigem análise de objeto projetado no espaço (OPEA)." (NR)

"Art. 11. .....

.....

§ 2º A abertura do aeródromo ao tráfego, objeto de ato do órgão competente da ANAC, terá vigência e aplicabilidade às operações de aeronaves civis após a divulgação das respectivas informações em serviço de informação aeronáutica disponível na internet - AIS WEB, ou outro serviço de informações que vier a substituí-lo ou complementá-lo." (NR)

"Art. 12. .....

.....

§7º Os operadores de aeródromos certificados pedirão alteração de característica física ou operacional por meio do procedimento previsto no RBAC 139, sendo dispensados de realizar o procedimento previsto no § 1º, inciso I, deste artigo." (NR)

"Art. 17. .....

.....

III - (Revogado)" (NR)

"Art. 17-A. O operador de aeródromo que realizar construção, obra ou alteração física sem autorização prévia da autoridade de aviação civil nos casos em que esta Resolução impõe essa exigência incorrerá nas infrações previstas no Anexo - Tabela de Infrações." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados:

I - na Resolução nº 158, 13 de julho de 2010:

a) o inciso IV do § 3º do art. 2; e

b) o inciso III do art. 17;

II - os itens 2, 3 e 17 da Tabela II - Construção, modificação, operação, manutenção e resposta à emergência em aeródromos, do Anexo III da Resolução nº 25, de 25 de abril de 2008; e

III - as alíneas "a", "b" e "j" da Tabela II - Construção, modificação, operação, manutenção e resposta à emergência em aeródromos, do Anexo III da Resolução nº 472, de 6 de junho de 2018.

HÉLIO PAES DE BARROS JÚNIOR
Diretor-Presidente
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO
TABELA DE INFRAÇÕES
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

Seção	Descrição	Requisito	Valor			Incidência da sanção
			Mínimo	Intermediário	Máximo	
OPERADOR DE AERÓDROMO						
Cap. I	1. Construir aeródromo civil público sem prévia autorização da autoridade de aviação civil.	Art. 2º	20.000	35.000	70.000	1 por constatação
Cap. I	2. Realizar obra de mudança de características físicas ou operacionais em aeródromo civil público sem autorização da autoridade de aviação civil.	Art. 2º	80.000	140.000	200.000	1 por constatação
Cap. I	3. Operar aeródromo civil público construído ou modificado sem autorização da autoridade de aviação civil.	Art. 2º	80.000	140.000	200.000	1 por constatação
PROPRIETÁRIO DE AERÓDROMO PESSOA JURÍDICA						
Cap. I	4. Construir aeródromo privado sem prévia autorização da autoridade de aviação civil.	Art. 2º	4.000	7.000	10.000	1 por constatação
Cap. I	5. Realizar obra de mudança de características físicas ou operacionais em aeródromo privado sem autorização da autoridade de aviação civil.	Art. 2º	4.000	7.000	10.000	1 por constatação
Cap. I	6. Operar aeródromo civil público construído ou modificado sem autorização da autoridade de aviação civil.	Art. 2º	80.000	140.000	200.000	1 por constatação
PROPRIETÁRIO DE AERÓDROMO PESSOA FÍSICA						
Cap. I	7. Construir aeródromo privado sem prévia autorização da autoridade de aviação civil.	Art. 2º	2.000	3.500	5.000	1 por constatação
Cap. I	8. Realizar obra de mudança de características físicas ou operacionais em aeródromo privado sem autorização da autoridade de aviação civil.	Art. 2º	2.000	3.500	5.000	1 por constatação
Cap. I	9. Operar aeródromo civil público construído ou modificado sem autorização da autoridade de aviação civil.	Art. 2º	80.000	140.000	200.000	1 por constatação
Parâmetro de incidência		Forma de aplicação				
1 por constatação		Será aplicada uma multa por cada conjunto de irregularidades identificadas que decorram de violação ao requisito que indica esse parâmetro de incidência.				

(*)Republicado por conter erros na versão original publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2018, Seção 1, página 190.

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE
GERÊNCIA-GERAL DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA
GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO

PORTARIA Nº 2.347, DE 27 DE JULHO DE 2018

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 1º, inciso I, da Portaria nº 1942, de 22 de junho de 2018, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 145 (RBAC nº 145) e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.559358/2017-46, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Organização de Manutenção nº 1712-31/ANAC, emitido em favor da organização de manutenção de produto aeronáutico BELLOWS CONTROLS SERVIÇOS AERONÁUTICOS.

Art. 2º O inteiro teor do Certificado encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: www2.anac.gov.br/certificacao/AvGeral/AIR145Bases.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANO DOS SANTOS NASCIMENTO SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIAS DE 25 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 2.328 - Alterar e renovar a inscrição do aeródromo público Juscelino Kubitschek (código OACI: SNDT), em Diamantina (MG), no cadastro de aeródromos. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Fica revogada a Portaria ANAC n° 1.040/SIE, de 3 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 6 de julho de 2009, Seção 1, página 14. Processo nº 00065.568362/2017-03.

Nº 2.329 - Renovar a inscrição do aeródromo público Monteiro (código OACI: SIBY), em Monteiro (PB), no cadastro de aeródromos. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Fica revogada a Portaria DAC n° 1.496/SIE, de 24 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 7 de novembro de 2001, Seção 1, página 9. Processo nº 00065.570335/2017-92.

Nº 2.330 - Alterar e renovar a inscrição do aeródromo público Blumenau (código OACI: SSBL), em Blumenau (SC), no cadastro de aeródromos. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Fica revogada a Portaria DAC n° 150, de 4 de dezembro de 1972, publicada no Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 1972. Processo nº 00065.568027/2017-05.

Nº 2.331 - Alterar e renovar a inscrição do aeródromo público Nanuque (código OACI: SNNU), em Nanuque (MG), no cadastro de aeródromos. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Fica revogada a Portaria 256, de 14 de agosto de 1974, publicada no Diário Oficial da União de 27 de agosto de 1974. Processo nº 00058.515846/2017-31.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS
UNIDADE REGIONAL DO RIO DE JANEIRO-RJ

DESPACHO DO CHEFE
Em 29 de maio de 2018

Nº 39 - Processo nº 50300.002016/2017-05. Fiscalizada: BSM ENGENHARIA S.A., CNPJ nº 34.078.154/0001-18. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de advertência, pelo cometimento da infração tipificada no inciso IV do artigo 21 da Resolução nº 2.510/2012-ANTAQ.

ALEXANDRE PALMIERI FLORAMBEL

COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA

NIRE 29300003832
CNPJ 14.372.148/0001-61

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2018

Ao décimo oitavo dia do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, às onze horas, realizou-se a reunião da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA, em sua sede social, localizada na Avenida da França, n.º 1551, Comércio, CEP 40010-000, Salvador, Estado da Bahia, de acordo com o Edital de Convocação foi publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia, nos dias, 06, 07 e 08/06/2018, e no Jornal Tribuna da Bahia, nos dias, 06, 07, 09 e 10/06/2018, respectivamente. De acordo com registro no Livro de Presenças, compareceram o Senhor JÚLIO CÉSAR GONÇALVES CORRÊA, Procurador da Fazenda Nacional, designado pela Portaria PGFN n.º 128, de 12 de março de 2018, do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, e o Senhor ANTONIO ERNESTO LEITE RODRIGUES, Procurador do Estado da Bahia, designado pelo Ofício GAB-PGE nº 197/2018, de 05 de junho de 2018, do Procurador-Geral do Estado da Bahia, representantes do Acionista Majoritário, a União, e do Acionista Minoritário, o Estado da Bahia, respectivamente, correspondendo à totalidade dos acionistas. Constatada a existência de número legal, o Senhor RONDON BRANDÃO DO VALE, Diretor-Presidente da CODEBA, assumiu a Presidência da mesa, na forma do disposto no artigo 9º do Estatuto Social, declarando instalada a Assembleia Geral de Acionistas, convidando MARIA SUELY DE CASTRO MARTINS, para secretariar os trabalhos. Passou-se à leitura do Edital de Convocação, do qual consta a seguinte ordem do dia: ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: I - Alteração do art. 1º do Estatuto Social, substituindo a natureza jurídica da CODEBA de sociedade de economia mista para empresa pública, conforme prevê o art.91 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e revisão das disposições do Estatuto Social, relacionadas com essa alteração. II - Eleição de Membros do Conselho Fiscal. I - Alteração do art. 1º do Estatuto Social, substituindo a natureza jurídica da CODEBA de sociedade de economia mista para empresa pública, conforme prevê o art.91 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e revisão das disposições do Estatuto Social, relacionadas com essa alteração: A Assembleia votou pela alteração do Estatuto Social, conforme proposta da empresa, no que diz respeito aos artigos 1º, 7º, 13º, e, conforme parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, no que diz respeito aos artigos 5º, 6º, 54º, mudando a natureza jurídica de Sociedade de Economia Mista para Empresa Pública, conforme autoriza o artigo 91 da Lei nº 13.303, de 2016, na forma da redação a seguir: Art. 1º. A COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA é uma empresa pública, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, e é regida por este Estatuto, pelas Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais normas legais aplicáveis. Art. 5º. O capital social da CODEBA é de R$ 277.553.624,21 (duzentos e setenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, seiscentos e vinte e quatro reais e vinte e um centavos), representado por 41.449.949.485 ações, sem valor nominal, sendo 21.277.791.876 ordinárias e 20.172.157.609 preferenciais, ambas as espécies nominativas e de classe única. §3º O preço e as condições de emissão, colocação, subscrição e integralização de ações, serão estabelecidos pela assembleia geral de acionistas. §4º Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de novas ações, quando de sua emissão e colocação, na proporção da quantidade de ações que possuírem em cada uma das espécies, ordinárias ou preferenciais. §5º A participação da União no Capital Social com direito a voto deverá ser superior a 50%. §6º Em caso de emissão de novas ações com direito de voto, a União gozará de preferência absoluta para a aquisição de ações em número necessário à manutenção da participação mínima a que se refere o parágrafo anterior. Art. 6º. As ações preferenciais não têm direito a voto e são inconversíveis em ações ordinárias. § 1º As ações preferenciais terão prioridade no caso de reembolso de capital e na distribuição do dividendo. § 2º A emissão de

ações preferenciais ocorrerá por aumento do capital. Art. 7º Constituem recursos financeiros do CODEBA, destinados ao cumprimento de seus objetivos e à sua administração: I - dotações que lhe forem consignadas no Orçamento da União; II - dotações que lhe forem consignadas no Orçamento do Estado da Bahia; III - receitas de qualquer natureza, provenientes do exercício de suas atividades; IV - créditos de qualquer natureza, abertos em seu favor; V - recursos de capital, inclusive os resultantes da conversão, em espécie, de bens e direitos; VI - rendas de bens patrimoniais; VII - recursos derivados de operações de crédito, inclusive os provenientes de empréstimos e financiamentos de origem interna ou externa, observadas as disposições legais específicas; VIII - doações de qualquer origem ou natureza; IX - outras receitas eventuais; e X - quaisquer outras rendas. Art. 13. Compete à Assembleia Geral, sem exclusão de outras atribuições previstas em lei: I. tomar as contas dos administradores; II. examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; III. deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e IV. eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; V. reformar o Estatuto Social; VI. deliberar sobre: a) alteração do capital social; b) transformação, incorporação, fusão, cisão, dissolução e liquidação da CODEBA; c) avaliação dos bens com que o acionista concorrer para o capital social; e d) criação e destinação de reservas; VII. fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria. VIII. alienar bens imóveis diretamente vinculados à prestação de serviços e à constituição de ônus reais sobre eles; IX. eleger e destituir, a qualquer tempo, os liquidantes, julgando-lhes as contas; e X. autorizar a CODEBA mover ação de responsabilidade civil contra os administradores pelos prejuízos causados ao seu patrimônio. Art. 54. Compete ao Conselho de Administração, sem exclusão de outros casos previstos em lei: XXXIX. propor à assembleia geral o aumento de capital social, preço e condições de emissão, colocação, subscrição e integralização de ações, e a conversão de ações ordinárias em ações preferenciais. II - Eleição de Membros do Conselho Fiscal: A Assembleia elegeu na condição de membros titulares do Conselho Fiscal da CODEBA, considerando o Ofício nº 182/2018/ASSAD/GM/, de 25/04/2018, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e o Ofício SEI nº 317/2018/SE-MF, de 16/05/2018, da Secretaria do Tesouro Nacional, as aprovações prévias de indicações para Administradores e Conselheiros Fiscais do Sistema Integrado de Nomeações e Consultas - SINC, emitidos em 16 e 17/05/2018, bem como as Atas do Comitê de Elegibilidade da CODEBA, datadas de 25/04/2018 e 07/06/2018, como representante do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, a Senhora i) LINDIMAR FERNANDES VIEIRA, brasileira, solteira, bacharel em administração, portadora da carteira de identidade nº24.881.333-X expedida pela SSP-SP, inscrita no CPF-MF nº538.475.555-53, residente e domiciliada à Rua Epitácio Pessoa, 152, bairro Novo Horizonte, CEP 46430-000, Guanambi, Ba, em substituição e complementação de prazo de atuação de José Rogério Casado dos Santos até Assembleia Geral Ordinária de 2019, processo administrativo nº122/2018, e como representante do Tesouro Nacional a Senhora ii) MARCIA PAIM ROMERA, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade nº1620017, expedida pela Secretaria de Segurança Pública - DF, inscrita no CPF-MF sob o nº 861658521- 49, residente e domiciliada na SQN 304, Bloco G, apartamento 204, CEP 70736-070, Brasília, DF, em substituição e complementação de prazo de atuação de Rodrigo Duarte Dourado até Assembleia Geral Ordinária de 2019, processo administrativo nº169/2018. Não havendo manifestação dos representantes sobre quaisquer outros assuntos de interesse dos acionistas, o Presidente deu por encerrada a Assembleia, agradecendo a presença de todos e eu, Maria Suely de Castro Martins, Secretária, lavrei esta Ata, que lida e achada conforme, foi aprovada por unanimidade e vai devidamente assinada pelos presentes. RONDON BRANDÃO DO VALE. Diretor-Presidente. JÚLIO CÉSAR GONÇALVES CORRÊA Representante da União. ANTÔNIO ERNESTO LEITE RODRIGUES. Representante do Estado da Bahia. MARIA SUELY DE CASTRO MARTINS. Secretária. É cópia autêntica da Ata original. JUCEB - Junta Comercial do Estado da Bahia. Certifico o Registro sob o nº97775792 em 19/07/2018, e Protocolo: 188801359 de 16/07/2018. Empresa: 29 3 00003832 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA. Hélio Portela Ramos - Secretário-Geral.

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ - 44.837.524/0001-07
BALANCETE PATRIMONIAL ENCERRADO EM 30/06/2018

ATIVO	R$ MIL	*PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO*	R$ MIL
Circulante	**209.856**	***Circulante***	**323.468**
Caixa e equivalentes de caixa	123.587	Salários, provisão e encargos sociais	64.392
Valores vinc. à aplicação em infraestrutura	14.582	Fornecedores e prestadores de serviços	16.009
Contas a receber, líquidas	49.939	Impostos e contribuições a recolher	20.952
Estoques	416	Plano de pensão	5.733
Créditos tributários	3.997	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	165.996
Outros créditos	17.335	Obras efetuadas por arrendatários	16.275
		Parcelam. Cíveis, Trabalhistas e Tributários	17.159
		Outras obrigações	16.952
Não Circulante	**2.980.602**	***Não Circulante***	**1.444.514**
Realizável a Longo Prazo	**1.228.757**	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	174.365
Contas a receber, líquidas	832.425	Receita diferida	348.031
IRPJ e CSLL diferidos	268.190	Obras efetuadas por arrendatários	116.062
Depósitos judiciais	108.603	Créditos da União para aumento capital	764.701
Bens destinados a alienação	827	Parcelam. Cíveis, Trabalhistas e Tributários	5.523
Partes relacionadas	6.650	Outras obrigações	35.832
Outros créditos	12.062		
		Patrimônio Líquido	**1.422.476**
		Capital social	1.414.100
Imobilizado	1.739.166	Reserva de Lucros	4.299
Intangível	12.679	Lucros acumulados	4.077
TOTAL DO ATIVO	**3.190.458**	**TOTAL DO PASSIVO E PATR. LÍQUIDO**	**3.190.458**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
DE 01-01-2018 A 30-06-2018

	R$ MIL
Receita líquida	418.139
Custo dos serviços	(229.490)
Despesas administrativas	(132.039)
Outras receitas (despesas) operacionais	(12.913)
Resultado financeiro líquido	(24.938)
Resultado operacional antes do IRPJ e CSLL	18.759
Imposto de renda e contribuição social corrente	(12.256)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(2.426)
Resultado do exercício	4.077

JOSÉ ALEX BOTÊLHO DE OLIVA Diretor-Presidente
FRANCISCO JOSÉ ADRIANO Diretor de Administração e Finanças
PÉRSIO BELLUOMINI MORAES Contador CRC/1SP215355/O-0

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 27, DE 25 DE JULHO DE 2018

A DIRETORA PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), EM EXERCÍCIO, resolve:

I - homologar o Pregão Eletrônico CDP nº 15/2018, realizado no dia 06/06/2018 (Processo Licitatório nº 536/2018), referente à aquisição de uniformes anti-chamas para os colaboradores do Terminal de Miramar da Companhia Docas do Pará , de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

II - adjudicar, em consequência, vencedora do referido Pregão, à empresa FARP INDÚSTRIA DE ROUPAS LTDA - EPP, CNPJ- nº 00.177.445/0001-41, para o Lote 01, pelo valor total de R$ 35.268,75 (trinta e cinco mil, duzentos e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos) e Lote 2 pelo valor total de R$ 35.268,75 (trinta e cinco mil, duzentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos);

III - encaminhar ao DIRAFI para emissão de Ordem de Compra, consoante legislação vigente;

IV - Após III, encaminhar à GEJURI para elaboração do instrumento correspondente;V- determinar a publicação deste ato no Diário Oficial da União.

MARIA HELENA MOSCOSO DA SILVA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 28, DE 27 DE JULHO DE 2018

A DIRETORA PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), EM EXERCÍCIO, resolve:

I - Homologar o Pregão Eletrônico CDP nº 14/2018, realizado no dia 08/06/2018 (Processo Licitatório CDP nº 641/2018), referente à contratação de pessoa jurídica de direito privado que opere Plano de Assistência Odontológica, Laboratorial e Auxiliar de Diagnostico e Tratamento por intermédio de plano de assistência à saúde, visando à assistência odontológica, destinados aos beneficiários da Companhia Docas do Pará - CDP, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no edital e seus anexos;

II - Adjudicar, em consequência, vencedora do referido Pregão, à empresa INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA ODONTOLOGICA - CNPJ- nº 00.856.424/0001-52, com valor per capita mensal em R$6,99 (seis reais e noventa e nove centavos) e valor global de R$ 51.520,68 (cinquenta e um mil quinhentos e vinte reais e sessenta e oito centavos), bem como por ter cumprido todas as exigências editalícias;

III - Encaminhar ao DIRAFI para emissão de Ordem de Compra, consoante legislação vigente;

IV - Após III, encaminhar à GEJURI para elaboração do instrumento correspondente;

V - Determinar a publicação deste ato no Diário Oficial da União.

MARIA HELENA MOSCOSO DA SILVA

Ministério da Segurança Pública

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 3.865, DE 4 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/43192 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RODOSNACK GUARAREMA RESTAURANTE E LANCHONETE LTDA, CNPJ nº 22.182.081/0001-20 para atuar em São Paulo.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH - SUBSTITUTO

ALVARÁ Nº 4.164, DE 16 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/51954 - DELESP/DREX/SR/PF/RO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOCIEDADE FOGÁS LTDA, CNPJ nº 04.563.672/0004-09 para atuar em Rondônia.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.219, DE 18 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/52763 - SR/PF/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa MAX SEGURANÇA MAXIMA LTDA , CNPJ nº 03.007.660/0001-92, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

78 (setenta e oito) Munições calibre .380

537 (quinhentas e trinta e sete) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.224, DE 18 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/53289 - DPF/SJE/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO COMPLEXO IGUATEMI RIO PRETO - BLOCO SHOPPING CENTER, CNPJ nº 21.687.591/0001-97 para atuar em São Paulo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.264, DE 20 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/45000 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIAÇÃO PIRAJUÇARA LTDA, CNPJ nº 59.661.199/0001-41 para atuar em São Paulo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.267, DE 20 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/49196 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Conceder autorização à empresa PATRIMONIO E SEGURANÇA ARMADA LTDA, CNPJ nº 04.947.331/0001-94, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Revólveres calibre 38

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.275, DE 20 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/54769 - DPF/CGE/PB, resolve:

Conceder autorização à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0010-50, sediada na Paraíba, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

6 (seis) Espingardas calibre 12

8 (oito) Revólveres calibre 38

144 (cento e quarenta e quatro) Munições calibre 38

126 (cento e vinte e seis) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.297, DE 23 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/51033 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CIA. DE FERRO LIGAS DA BAHIA - FERBASA, CNPJ nº 15.141.799/0001-03 para atuar na Bahia.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.298, DE 23 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/52154 - DPF/FIG/PR, resolve: CONCEDER autorização à empresa LOPAO CURSOS E FORMAÇAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 02.833.764/0001-93, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

6968 (seis mil e novecentas e sessenta e oito) Espoletas calibre 38

5500 (cinco mil e quinhentos) Projéteis calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.299, DE 23 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/52426 - DPF/CAS/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa ESQUADRA TRANSPORTE DE VALORES & SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.705.117/0008-96, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Espingardas calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.307, DE 23 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/55221 - DPF/SOD/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa BERBEL CENTRO DE FORMACAO E TREINAMENTO DE PROFISSIONAIS EM SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 10.189.259/0001-86, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4886 (quatro mil e oitocentas e oitenta e seis) Munições calibre 12

60000 (sessenta mil) Espoletas calibre 38

10000 (dez mil) Estojos calibre 38

15000 (quinze mil) Gramas de pólvora

60000 (sessenta mil) Projéteis calibre 38

9816 (nove mil e oitocentas e dezesseis) Espoletas calibre .380

3000 (três mil) Estojos calibre .380

9816 (nove mil e oitocentos e dezesseis) Projéteis calibre .380

5136 (cinco mil e cento e trinta e seis) Estojos espoletados calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.324, DE 24 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/35120 - DELESP/DREX/SR/PF/AL, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa USINA CAETÉ S/A, CNPJ nº 12.282.034/0002-86 para atuar em Alagoas com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 1674/2018 (CNPJ nº 12.282.034/0002-86); nº 1675/2018 (CNPJ nº 12.282.034/0003-67) e nº 1676/2018 (CNPJ nº 12.282.034/0006-00).

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.325, DE 24 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/36454 - DPF/SCS/RS, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa VM VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI - ME, CNPJ nº 26.168.225/0001-45, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1363/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.338, DE 24 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/47351 - DPF/CAS/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa CAMPSEG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 07.621.445/0001-38, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente QUALITY SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 02.249.938/0001-75:

46 (quarenta e seis) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente EMBRASE EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 57.574.154/0001-04:

51 (cinquenta e um) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente EMBRASE EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 57.574.154/0002-95:

39 (trinta e nove) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1546 (uma mil e quinhentas e quarenta e seis) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.342, DE 24 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/51922 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMÍNIO DO SALVADOR SHOPPING, CNPJ nº 08.867.234/0001-42 para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 1667/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.345, DE 24 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/53161 - DPF/CGE/PB, resolve:

Conceder autorização à empresa GLAD SERVIÇO DE SEGURANÇA PRIVADA EIRELI-EPP, CNPJ nº 23.370.473/0001-86, sediada na Paraíba, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

13 (treze) Revólveres calibre 38

234 (duzentas e trinta e quatro) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.358, DE 24 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/55737 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Conceder autorização à empresa OBJETIVO CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 24.070.476/0001-67, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1000 (uma mil) Espoletas calibre .380

10000 (dez mil) Gramas de pólvora

1000 (um mil) Projéteis calibre .380

500 (quinhentas) Espoletas calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.359, DE 24 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/55752 - DPF/PNG/PR, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Conceder autorização, à empresa PFEFFER & MACHADO SEGURANCA PRIVADA LTDA., CNPJ nº 25.043.876/0001-46, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada no Paraná.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.360, DE 24 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/55849 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa SALVADOR SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ nº 06.252.839/0001-01, sediada na Bahia, para adquirir:

Da empresa cedente REZENDE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 10.688.221/0001-58:

14 (quatorze) Pistolas calibre .380

7 (sete) Espingardas calibre 12

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

532 (quinhentas e trinta e duas) Munições calibre .380

98 (noventa e oito) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.370, DE 26 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/36455 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JOB SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 08.938.288/0001-51, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1658/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.376, DE 26 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/51170 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Conceder autorização à empresa EMVIPOL - EMPRESA DE VIGILANCIA POTIGUAR LTDA, CNPJ nº 35.290.931/0003-18, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

42 (quarenta e duas) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.379, DE 26 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/53037 - DPF/NIG/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa VIGFAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.380.412/0001-58, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Da empresa cedente SERVO SEGURANÇA E VIGILANCIA SOCIEDADE SIMPLES LTDA, CNPJ nº 08.579.209/0001-63:

18 (dezoito) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Espingardas calibre 12

84 (oitenta e quatro) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.385, DE 26 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/55379 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa SQUARE SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 23.394.011/0001-07, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente POLLUS SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 61.850.574/0001-43:

2 (duas) Pistolas calibre .380

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Pistola calibre .380

135 (cento e trinta e cinco) Munições calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.387, DE 26 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/55975 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve: CONCEDER autorização à empresa VGT - ACADEMIA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 22.892.527/0001-00, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (dois) Revólveres calibre 38

7500 (sete mil e quinhentas) Munições calibre .380

7500 (sete mil e quinhentas) Munições calibre 12

50000 (cinquenta mil) Munições calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

50 (cinquenta) Granadas fumígenas lacrimogêneas (CS ou OC)

10 (dez) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g

5 (cinco) Máscaras de proteção respiratória modelo facial completo

2 (dois) Lançadores de munição não-letal no calibre 12 (doze)

50 (cinquenta) Granadas fumígenas de sinalização

2 (duas) Armas de choque elétrico de contato direto

5 (cinco) Filtros com proteção contra gases e aerodispersóides químicos e biológicos

2 (duas) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

10 (dez) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.

400 (quatrocentas) Munições no calibre 12 (doze) lacrimogêneas de jato direto

2500 (duas mil e quinhentas) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.390, DE 26 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/56006 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Conceder autorização à empresa HSS VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 09.534.218/0001-09, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Da empresa cedente ZORYA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI., CNPJ nº 10.917.020/0001-85:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

152 (cento e cinquenta e duas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.391, DE 26 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/56102 - DPF/NIG/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa VIGFAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.380.412/0001-58, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Da empresa cedente SERVO SEGURANÇA E VIGILANCIA SOCIEDADE SIMPLES LTDA, CNPJ nº 08.579.209/0001-63:

2 (dois) Revólveres calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.392, DE 26 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/56157 - DPF/CAC/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa SANT SEGURANÇA - ME - EIRELI , CNPJ nº 11.770.785/0001-06, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Espingardas calibre 12

56 (cinquenta e seis) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.394, DE 26 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/56269 - DELESP/DREX/SR/PF/AP, resolve:

Conceder autorização à empresa O S SERVIÇOS DE VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 14.110.682/0002-80, sediada no Amapá, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Revólveres calibre 38

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.395, DE 26 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/56462 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Conceder autorização à empresa MASTER MAGNUM SERVIÇOS DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES LTDA., CNPJ nº 04.958.249/0001-65, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Espingardas calibre 12

5 (cinco) Pistolas calibre .380

5 (cinco) Revólveres calibre 38

10619 (dez mil e seiscentas e dezenove) Munições calibre .380

2509 (duas mil e quinhentas e nove) Munições calibre 12

200000 (duzentas mil) Munições calibre 38

70000 (setenta mil) Espoletas calibre 38

13000 (treze mil) Gramas de pólvora

70000 (setenta mil) Projéteis calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

5 (cinco) Granadas fumígenas lacrimogêneas (CS ou OC)

200 (duzentas) Munições no calibre 12 (doze) lacrimogêneas de jato direto

200 (duzentas) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico

20 (vinte) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.

4 (quatro) Filtros com proteção contra gases e aerodispersóides químicos e biológicos

20 (vinte) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIVISÃO DE ESTUDOS, LEGISLAÇÃO E PARECERES

DESPACHOS DE 11 DE JULHO DE 2018

Nº 1.172/2018 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2018/16789 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, de 08/03/2018
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: LOCABRAS - SEGURANÇA DE VALORES LTDA, CNPJ Nº 12.215.075/0001-79

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 5.000 UFIR, com fulcro no Parecer nº 16487/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 1.180/2018 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2018/19097 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, de 16/03/2018
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: INTELIGENCE & SECURITY - SERVICOS INTELIGENTES DE SEGURANCA LTDA - EPP, CNPJ Nº 05.747.344/0001-82

1. Não conheço do recurso, em razão da intempestividade;

2. Ainda que o óbice acima fosse superado, no mérito, negaria provimento ao recurso interposto, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 5.000 UFIR, com fulcro no Parecer nº 16887/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 1.190/2018 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2018/20066 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, de 20/03/2018
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: COUTO SEGURANCA E VIGILANCIA - EIRELI, CNPJ Nº 03.670.760/0001-02

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 2.500 UFIR, com fulcro no Parecer nº 16491/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 1.195/2018 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2018/20381 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, de 21/03/2018
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: CONDOMÍNIO SHOPPING CAMPO LIMPO, CNPJ Nº 08.140.551/0001-62

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 1.251 UFIR, com fulcro no Parecer nº 19340/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 1.206/2018 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2018/22220 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, de 27/03/2018
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: RAGASSI - SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI- EPP, CNPJ Nº 17.467.094/0001-06

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 1.251 UFIR, com fulcro no Parecer nº 16991/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 1.208/2018 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2018/22255 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, de 27/03/2018
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: WCA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA - EPP, CNPJ Nº 20.465.742/0001-08

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 2.500 UFIR, com fulcro no Parecer nº 17876/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 1.212/2018 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2018/22698 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, de 28/03/2018
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: TECIDOS CASSIA NAHAS LTDA , CNPJ Nº 44.370.013/0004-70

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 2.500 UFIR, com fulcro no Parecer nº 18492/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 1.216/2018 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2018/22823 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, de 28/03/2018
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: COOPERATIVA DE CONSUMO COOPERCICA , CNPJ Nº 50.974.732/0002-31

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 1.251 UFIR, com fulcro no Parecer nº 19351/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 1.219/2018 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2018/23179 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, de 29/03/2018
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: SOCIEDADE ALPHAVILLE RESIDENCIAL 10 , CNPJ Nº 60.553.286/0001-64

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 1.251 UFIR, com fulcro no Parecer nº 19353/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 1.220/2018 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2018/23180 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, de 29/03/2018
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA HOSPITAL ALBERT EINSTEIN , CNPJ Nº 60.765.823/0001-30

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 2.500 UFIR, com fulcro no Parecer nº 19354/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 1.230/2018 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2018/24512 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, de 04/04/2018
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: SUBCONDOMINIO DO ESPLANADA SHOPPING CENTER, CNPJ Nº 66.844.820/0001-78

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, dou-lhe provimento, afastando a infração do art. 170, VIII, visto que o vigilante não mais pertencia ao quadro da empresa, e alterando a portaria punitiva no que tange à capitulação, aplicando a pena de Multa de 583 UFIR, nos termos do artigo 169, inciso XVII, c/c o artigo 182, I, da Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, com fulcro no Parecer nº 19364/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 1.235/2018 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2018/24822 - DPF/RPO/SP, de 05/04/2018
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: BELFORT SEGURANCA DE BENS E VALORES LTDA, CNPJ Nº 62.447.032/0006-00

1. Não conheço do recurso; 2. Mantenha-se incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 5.000 UFIR, com fulcro no Parecer nº 19367/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 1.236/2018 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2018/24830 - DPF/RPO/SP, de 05/04/2018
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: BELFORT SEGURANCA DE BENS E VALORES LTDA, CNPJ Nº 62.447.032/0006-00

1. Não conheço do recurso; 2. Mantenha-se incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 5.000 UFIR, com fulcro no Parecer nº 19368/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 1.237/2018 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2018/24834 - DPF/RPO/SP, de 05/04/2018
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: BELFORT SEGURANCA DE BENS E VALORES LTDA, CNPJ Nº 62.447.032/0006-00

1. Não conheço do recurso; 2. Mantenha-se incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 5.000 UFIR, com fulcro no Parecer nº 19369/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 1.238/2018 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2018/24835 - DPF/RPO/SP, de 05/04/2018
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: BELFORT SEGURANCA DE BENS E VALORES LTDA, CNPJ Nº 62.447.032/0006-00

1. Não conheço do recurso; 2. Mantenha-se incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 5.000 UFIR, com fulcro no Parecer nº 19370/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 1.239/2018 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2018/24849 - DPF/RPO/SP, de 05/04/2018
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: BELFORT SEGURANCA DE BENS E VALORES LTDA, CNPJ Nº 62.447.032/0006-00

1. Não conheço do recurso; 2. Mantenha-se incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 5.000 UFIR, com fulcro no Parecer nº 19371/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 1.240/2018 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2018/24875 - DPF/RPO/SP, de 05/04/2018
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: BELFORT SEGURANCA DE BENS E VALORES LTDA, CNPJ Nº 62.447.032/0006-00

1. Não conheço do recurso; 2. Mantenha-se incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 2.500 UFIR, com fulcro no Parecer nº 19372/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 1.241/2018 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2018/24877 - DPF/RPO/SP, de 05/04/2018
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: BELFORT SEGURANCA DE BENS E VALORES LTDA, CNPJ Nº 62.447.032/0006-00

1. Não conheço do recurso; 2. Mantenha-se incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 2.500 UFIR, com fulcro no Parecer nº 19373/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 1.242/2018 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2018/24880 - DPF/RPO/SP, de 05/04/2018
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: BELFORT SEGURANCA DE BENS E VALORES LTDA, CNPJ Nº 62.447.032/0006-00

1. Não conheço do recurso; 2. Mantenha-se incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 2.500 UFIR, com fulcro no Parecer nº 19374/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 1.243/2018 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2018/24882 - DPF/RPO/SP, de 05/04/2018
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: BELFORT SEGURANCA DE BENS E VALORES LTDA, CNPJ Nº 62.447.032/0006-00

1. Não conheço do recurso; 2. Mantenha-se incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 2.500 UFIR, com fulcro no Parecer nº 19375/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 28, DE 26 DE JULHO DE 2018

A Promotora de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 7ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75/93, resolve: instaurar o Inquérito Civil, registrado no SISPROWEB sob nº 08190.031758/18-03, que tem como interessado: CELINA LEÃO HIZIM FERREIRA, para apurar indícios de ato de improbidade administrativa praticado pela Deputada Distrital Celina Leão Hizim Ferreria, em razão de suposta publicação de dados pessoais cobertos por sigilo legal.

Brasília-DF,

LENNA NUNES DAHER

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

SECRETARIA DAS SESSÕES

EXTRATO DE PAUTA

Sessão Ordinária de Plenário, de 01/08/2018, às 14h30

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

004.780/2018-3
Natureza: Representação
Representante: Amazon Security Ltda
Recorrente: Globalservice Vigilância e Segurança Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Representação legal: Raimundo Hitotuzi de Lima (OAB/AM 2024); Kasser Jorge Chamy Dib (OAB/AM 5551)

005.043/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Recorrente: Ricardo Herrera
Interessados: Adriana Couto Pereira Rocha; Alexandre Luiz Schlemper; Anderson Luiz Adams; Andreia Scariot; Bruno Bello; Camila Garcia Salvador; Cezar Grontowski Ribeiro; Cleverson Alberto Leonor; Cristine Roberta Piassetta Xavier; Diorgenes de Moraes Correia Alves; Douglas Colombelli Parra Sanches; Elaine Cristina Arantes; Elza Terezinha Cordeiro Müller; Erik Miguel Chee John; Fernanda de Oliveira Rezende; Frank Silvano Lagos; Gustavo Luis Lopes Silveira; Haxley Souza Cruz de Camargo; Jaquiel Salvi Fernandes; Jeferson Miranda Antunes; Jenifer Caroline Leite; Joice Mickus; José Carlos Ciccarino; Joyce Luciane Correia Muzi; Juliana Maria da Silva; Jussara Schmitt Sandri; Karina Labes; Leandro Turmena; Leandro Velloso Albuquerque; Lorena Curado Santana Duarte; Luciana Maria Vieira Pottker; Luciana dos Santos Rosenau; Luiz Ney Todero; Marcelo de Assis Corrêa; Maria Lúcia Büher Machado; Marina Castagnara; Marlene de Oliveira; Mauricio Iark Oberdiek; Mayara Pricila de Mello; Melaine Roberta Camarotto; Natasha Akemi Hamada; Paulo Cezar Pesinato; Paulo Fernando Adami; Paulo Henrique Borba Rolim; Ricardo Herrera; Rodrigo Batista de Almeida; Rodrigo Gonçalves Sobrinho; Rodrigo Hinojosa Valdez; Rosana de Fátima Silveira Jammal Padilha; Rosangela Gonçalves de Oliveira; Samuel Mânica Radaelli; Sandra Terezinha Urbanetz; Sandro Luis Tomas Ballande Romanelli; Tatiana Mayumi Niwa; Tatiane Balbinot; Thais Priscila Medeiros Beal Koba; Vinicius Pegorini; Wagner Nogueira Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Representação legal: Hugo Zanellato (OAB/PR 32.391) e outros, representando Ricardo Herrera

013.396/2009-9
Natureza: Representação
Representantes: Prefeitura Municipal de Cajazeirinhas/PB; Tribunal de Contas do Estado da Paraiba
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cajazeirinhas/PB
Responsáveis: Conpac - Construtora Compacta Ltda; Constat - Construções e Assistência Técnica Ltda.; Empreiteira Nobrega Ltda - Me; Francisco das Chagas Dantas Pereira; Jose de Almeida Silva; José Araújo da Silva; Vanuzia Araujo da Silva
Representação legal: não há

015.365/2007-5
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Carlos Antonio Moreira Leite
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Agrário
Responsáveis: Carlos Antonio Moreira Leite; Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social; Paulo Suzano Mendonça de Souza
Representação legal: Mônia Aparecida de Araújo Paiva (OAB/MG 158693) e outros, representando Carlos Antonio Moreira Leite; Carlos César Borges (OAB/DF 8576107), representando Paulo Suzano Mendonça de Souza

018.102/2017-4
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Acre
Representação legal: não há

020.079/2018-4
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Educação
Representação legal: não há

020.980/2017-5
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

Ministro AUGUSTO NARDES

010.234/2014-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Inss - Niterói/RJ - Inss/mps
Responsáveis: Antônio Salustiano Barbalho; Elemilton Pimentel Sampaio; Francisco Fernandes Albrecht; Francisco José de Souza Ventura; Lili Vianna de Almeida; Luiz Carvalho Linhares; Manoel da Silva Muniz; Roberto Ferreira
Representação legal: Mariana da Fonte Ferreira Sardinha (OAB/RJ 199.187)

012.408/2018-2
Natureza: Solicitação
Órgão/Entidade/Unidade: Diversos Órgãos da Administração Pública Federal
Representação legal: não há

014.867/2018-4
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde
Representação legal: não há

015.192/2011-3
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Responsáveis: Alexandro da Anunciação Reis; Antônio Fernando Decnop Martins; Edson Santos de Souza; Eloi Ferreira de Araujo; Giovanni Benigno Pierre da Conceicao Harvey; Martvs Antonio Alves das Chagas
Representação legal: Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12250) e outros, representando Edson Santos de Souza

020.601/2017-4
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Roraima; Ministério da Saúde
Responsáveis: Cesar Ferreira Penna de Faria; Claudio Galvao dos Santos; Kalil Gibran Linhares Coelho; Lisete Spies; Paulo Bastos Linhares; Rodrigo de Holanda Menezes Jucá
Representação legal: não há

023.820/2018-7
Natureza: Administrativo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

003.204/2017-0
Natureza: Representação
Representante: Adsummus Marketing e Serviços Eireli
Órgão/Entidade/Unidade: Centrais Elétricas Brasileiras S.A
Representação legal: não há

010.427/2018-0
Natureza: Representação
Representante: FIALHO SALLES - Fialho Canabrava, Andrade, Salles Advogados
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A
Representação legal: Rodrigo Guimarães Simas (OAB/RJ 167.789); Antonio Carneiro Maia Neto (OAB/RJ 138.278); Fernanda Maria Garcia Leite da Cruz (OAB/RJ 140.611); Hélio Siqueira Júnior (OAB/RJ 62.929); Taísa Oliveira Maciel (OAB/RJ 118.448); e Viviane do Nascimento Pereira Sá (OAB/RJ 130.645), representando Petróleo Brasileiro S.A

011.721/2018-9
Natureza: Representação
Representante: JM Terraplanagem e Construções Ltda
Interessado: Jm Terraplanagem e Construções Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit Nos Estados de Goiás e Distrito Federal Representação legal: Flávia Cristina Ferrari Sabino (OAB/DF 28.490) e outros, representando Jm Terraplanagem e Construções Ltda

015.746/2002-0
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Elielton Rezende da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Arame - MA
Responsáveis: Adonias Nascimento de Farias; Antônio Damaso de Sousa; Carlos Frederico Fonseca de Sousa; Claudio Pinto dos Reis; Disprol - Distribuidora de Produtos Ltda; Elielton Rezende da Silva; Jose R Araujo Mercearia; Jose Ribamar Araujo; L A M Sousa - Distribuidora; Luis Alberto Matos Sousa; Luis Martins Gonçalves; N Gilberto Costa; Nonato Gilberto Costa Prazeres; Orlando Fernandes da Silva; R W S de Lima; Raimundo Lopes de Farias; Raimundo Nonato Lopes de Farias; Roberto Wagner Santos de Lima; S Borges dos Santos Comercio; Sebastiao Borges dos Santos; Vilmar de Freitas Pereira; Wilson Antonio dos Reis Neto; Wilson Antonio dos Reis Neto
Representação legal: Harley Wandey Teles Rodrigues Brissac (OAB/MA 11365) e outros, representando Elielton Rezende da Silva

020.055/2018-8
Natureza: Solicitação
Solicitante: Amanda Dudenhoeffer Braga
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de São Paulo
Representação legal: não há

020.120/2018-4
Natureza: Solicitação
Solicitante: Valter Pedroso Vitelli
Representação legal: não há

021.241/2018-0
Natureza: Solicitação
Órgão/Entidade/Unidade: Casa da Moeda do Brasil
Representação legal: não há

021.357/2017-0
Natureza: Desestatização
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)
Representação legal: não há

021.361/2017-7
Natureza: Desestatização
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)
Representação legal: não há

022.219/2018-8
Natureza: Desestatização
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica; Empresa de Pesquisa Energética; Ministério de Minas e Energia
Representação legal: não há

029.389/2014-3
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: Icaro Nayrom Sales Albuquerque Pereira, representando Petróleo Brasileiro S.A.; Rudyard Bruno da Silva Rios e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Alexander Pibernat Cunha Cardoso (OAB/RS 95.775) e outros, representando Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.; Paola Allak da Silva (OAB/RJ 142.389), representando Petróleo Brasileiro S.A.; Alexandre Reybmm de Menezes (OAB/BA 23534) e outros, representando Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Salvador Alcoforado de Pereira (OAB/DF 7291), representando Serviço Federal de Process. de Dados; Mario Renato Balardim Borges (OAB/RS 50627) e outros, representando Banco do Brasil S.A.; Maricema Santos de Oliveira Ramos (OAB/PB 12279-B) e outros, representando Banco do Nordeste do Brasil S.A.; Murilo Muraro Fracari (OAB/DF 22.934) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Taísa Oliveira Maciel (OAB/RJ 118.488) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras; Antonio Pedro da Silva Machado (OAB/DF 1739-A) e outros, representando Banco do Brasil S.A.; Lucio Almeida Machado e outros, representando Banco do Nordeste do Brasil S.A.; Fabrini Muniz Galo (OAB/RJ 108.596) e outros, representando Empresa de Pesquisa Energética - Epe; Carlos Fernando Correia da Costa e outros, representando Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - Inb e Indústrias Nucleares do Brasil S.a.; Ricardo Medeiros e outros, representando Furnas Centrais Elétricas S.A

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

008.179/2018-2
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC
Representação legal: não há

011.412/2016-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Rio Grande do Norte, vinculado ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

022.860/2018-5
Natureza: Consulta
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior do Trabalho
Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (TRT-ES)
Representação legal: não há

023.307/2018-8
Natureza: Representação
Representante: Construtora Siqueira Motta Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal - Gerência de Filial Logística em Recife Gilog/RE
Representação legal: Fábio Henrique de Araújo Urbano (OAB/PE 15473) e outros, representando C. S. M - Construtora Siqueira Motta Ltda.

023.741/2018-0
Natureza: Representação

Representante: Smart Trade Importação e Exportação Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior Eleitoral
Representação legal: Denise Schipmann de Lima Diniz (OAB/DF 18587) e outros, representando Smart Trade Importação e Exportação Ltda.

023.897/2018-0
Natureza: Representação
Representante: S&T Comércio de Produtos de Limpeza, Descartáveis e Informática Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Representação legal: Patrícia Aparecida Hayashi (OAB/SP 145422) e outros, representando S & T Comercio de Produtos de Limpeza, Descartáveis e Informática Ltda.

Ministra ANA ARRAES

015.726/2005-2
Natureza: Tomada de Contas
Exercício: 2004
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco
Interessados: Alexandre César Farias de Melo; Ana Maria Goncalves Leite do Nascimento; Eristela de Almeida Feitoza Freitas; Giuliana Yuri Sato Burgos e Valdenice Maria da Silva
Representação legal: Gabriel H. B. Ramos de Oliveira (OAB/PE 30.970) e outros, representando Ana Maria Goncalves Leite, Giuliana Yuri Sato Burgos, Eristela de Almeida Feitoza Freitas e Valdenice Maria da Silva

Ministro BRUNO DANTAS

006.132/2013-8
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especia)l
Recorrentes: Associação Baiana de Aquicultura e Saúde - Abaq; Neidson Mario Costa Freire
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado da Bahia
Responsáveis: Associação Baiana de Aquicultura e Saúde; Neidson Mario Costa Freire
Representação legal: não há

009.213/2011-2
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: Renê Ribeiro da Cruz; Alexandre Henrique Pereira da Silva; Vinicius Leitão Machado; Antonio Reis; Arnaldo Benvindo Macedo Lima; Neuzelina Compasso da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Caxias/MA
Responsáveis: Alexandre Henrique Pereira da Silva; Amorim Coutinho Engenharia e Construções Ltda; Antonio Reis; Antonio dos Reis Lopes Junior; Araujo Barros Construções; Arnaldo Benvindo Macedo Lima; Convap - Construtora Vale do Itapecuru Ltda; F Martins Const Empreendimentos Imobiliarios Ltda; F. F. Servicos e Construções Ltda - Me; F. G. Construções e Empreendimentos Ltda - Me; Humberto Ivar Araujo Coutinho; Jovan Balby Cunha; Neuzelina Compasso da Silva; Othon Luiz Machado Maranhão; Pilotis Construções, Avaliações e Projetos Ltda; Procarde Construções Ltda.; Renê Ribeiro da Cruz; Sampaio Oliveira Construções e Empreendimentos Ltda.; V. E. de Sousa Pereira & Cia, Ltda; Vinicius Leitão Machado
Representação legal: Victor Matheus Scholze de Oliveira (OAB/DF 39.503) e outros, representando Neuzelina Compasso da Silva, Arnaldo Benvindo Macedo Lima, Vinicius Leitão Machado, Antonio Reis, Renê Ribeiro da Cruz, Alexandre Henrique Pereira da Silva e Humberto Ivar Araujo Coutinho; Melanie Costa Peixoto (OAB/DF 14.585) e outros, representando Alexandre Henrique Pereira da Silva, Antonio Reis, Arnaldo Benvindo Macedo Lima, Humberto Ivar Araujo Coutinho, Neuzelina Compasso da Silva, Othon Luiz Machado Maranhão, Renê Ribeiro da Cruz e Vinicius Leitão Machado; Thaynara Santos Fernandes (OAB/PI 7795) e outros, representando Convap - Construtora Vale do Itapecuru Ltda; Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e outros, representando Vinicius Leitão Machado, Renê Ribeiro da Cruz, Antonio Reis, Alexandre Henrique Pereira da Silva, Arnaldo Benvindo Macedo Lima, Humberto Ivar Araujo Coutinho, Neuzelina Compasso da Silva, Othon Luiz Machado Maranhão e Jovan Balby Cunha; James Lobo de Oliveira Lima (OAB/MA 6679), representando F Martins Const Empreendimentos Imobiliarios Ltda, Pilotis Construções, Avaliações e Projetos Ltda, F. G. Construções e Empreendimentos Ltda - Me, Amorim Coutinho Engenharia e Construções Ltda, V. E. de Sousa Pereira & Cia, Ltda e Convap - Construtora Vale do Itapecuru Ltda

019.198/2018-3
Natureza: Representação
Representante: Multcompe Comércio e Serviços em Geral
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares; Hospital Universitário Lauro Wanderley/UFPB; Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: Derik Jesus Maia Mendes Oliveira (OAB/PE 36475) e outros, representando Multcompe Comercio e Servicos em Geral Eireli

020.140/2018-5
Natureza: Consulta
Consulente: Associação dos Municípios da Costa Doce
Representação legal: não há

020.725/2017-5
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Responsáveis: Carlos Henrique de Oliveira Poco; Cleveland Sampaio Lofrano; Francisco Jose Adriano; Gabriel Nogueira Eufrasio; Hilario Seguin Dias Gurjao; José Alex Botelho de Oliva
Interessados: Associação dos Diplomados da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Usp; Instituto Soma
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo
Representação legal: Gabriel Nogueira Eufrasio (OAB/CE 6745) e outros, representando Carlos Henrique de Oliveira Poco, Francisco Jose Adriano, Hilario Seguin Dias Gurjao, Cleveland Sampaio Lofrano, José Alex Botelho de Oliva e Companhia Docas do Estado de São Paulo; Paulo Hamilton Siqueira Junior (OAB/SP 130623) e outros, representando Associação dos Diplomados da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Usp; Jose Cabral, representando Instituto Soma

023.421/2016-9
Natureza: Relatório de Acompanhamento
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

021.474/2018-4
Natureza: Representação
Representante: TRL Serviços Especializados de Transporte, Gestão empresarial e Logística Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/MG
Representação legal: Não há

045.668/2012-4
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

022.647/2017-1
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

022.830/2018-9
Natureza: Representação
Representante: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Social da Indústria no Estado do Piauí
Representação legal: não há

024.183/2015-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A
Responsáveis: Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.; Clarice Regina Czarnik Coelho Martins; César Arantes Sobral; Estefano Lapkousky Neto; Fernando Almeida Biato; José Paulo Assis; José Sérgio Gabrielli de Azevedo; Marco Tullio Jennings; Maria Emilia Guimarães Lovato; Pedro José Barusco Filho; Renato de Souza Duque; Sandoval Dias Aragão; Sérgio de Araújo Costa e Sérgio dos Santos Arantes
Representação legal: Carlos Roberto de Siqueira Castro (OAB/DF 20.015) e outros, representando César Arantes Sobral, Marco Tullio Jennings, Sérgio dos Santos Arantes, José Sérgio Gabrielli de Azevedo e Sérgio de Araújo Costa; Helga Araruna Ferraz de Alvarenga (OAB/SP 154.720) e outros, representando a Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.; Rodrigo Alexander Calazans Macedo (OAB/RJ 123.041) e outros, representando César Arantes Sobral, José Sérgio Gabrielli de Azevedo, Sérgio de Araújo Costa, Sandoval Dias Aragão, José Paulo Assis, Fernando Almeida Biato, Clarice Regina Czarnik Coelho Martins e Maria Emilia Guimarães Lovato; Maria Francisca Sofia Nedeff Santos (OAB/PR 77.507) e outros, representando Pedro José Barusco Filho; e Hélio Siqueira Júnior (OAB/RJ 62.929) e outros, representando a Petróleo Brasileiro S.A.

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro AROLDO CEDRAZ

018.944/2008-0
Pedidos de reexame interpostos contra acórdão que considerou representação procedente, aplicou multa a responsáveis e declarou a inidoneidade de empresa, em razão de irregularidades detectadas em concorrência que tinha por objeto a construção de 255 unidades habitacionais no Setor Taquari, em Palmas/TO, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento.
Recorrentes: Silvio Leão e Construssati Serviços e Construções Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Tocantins
Responsáveis: José Edimar Brito Miranda, ex-Secretário de Infraestrutura do Estado do Tocantins; Luís Mário Ranzi, ex-Presidente da Comissão de Licitação; Denildon Domingos Carvalho, Marília de Sousa Moreira e Silvio Leão, membros da Comissão de Licitação; e Construssati Serviços e Construções Ltda.
Interessado: Ministério Público/TCU
Representação legal: Pedro Martins Aires Junior (OAB/TO 2.389) e Solano Donato Carnot Damacena (OAB/TO 2.433), representando José Edimar Brito Miranda (procurações à peça 72, p. 16, e à peça 111); Aline Ranielle de Sousa (OAB/TO 4.458) e Hermógenes Alves Lima Sales (OAB/TO 5.053), representando Sílvio Leão (procuração à peça 153); Emerson Barbosa Maciel (OAB/DF 12.318), Leonardo Ramos Gonçalves (OAB/DF 28.428), Luis Henrique Alves Sobreira Machado (OAB/DF 28.512), Marcelo Lindoso Baumann (OAB/DF 8.834/E), Marcelo Rocha de Mello Martins (OAB/DF 6.541), Marcos Von Glehn Herkenhoff (OAB/DF 28.432) e Thiago Henrique Santos Sousa (OAB/DF 22.944), representando a empresa Construssati Serviços e Construções Ltda. (procurações à peça 72, p. 4 e 9, e à peça 188);
Interessado em sustentação oral:
- Luis Henrique Alves Sobreira Machado (OAB/DF 28.512), em nome da empresa CONSTRUSSATI;

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

021.696/2013-6
Tomada de contas especial instaurada em razão da prática de ato antieconômico relacionado à suspensão da execução de termo de parceria que tinha por objeto apoiar a formulação e a implantação do Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira (Pró- Capoeira). Análise das alegações de defesa.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Responsáveis: Daniel de Castro Henriques, Jorge Luiz da Cruz Júnior, Márcia Genésia de Sant'Anna Reis, Maria Emília Nascimento Santos, Teresa Maria Cotrim de Paiva Chaves e HCW Empreendimentos Ltda.
Representação legal: Júlio Augusto Moura de Paiva e outros, representando Maria Emília Nascimento Santos; Paulo Roberto Moglia Thompson Flores (OAB/DF 11.848) e outros, representando Teresa Maria Cotrim de Paiva Chaves; e Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250) e outros, representando Márcia Genésia de Sant'Anna Reis.
Interessado em sustentação oral:
- Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), em nome de MÁRCIA GENÉSIA DE SANT'ANNA REIS

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

016.107/2016-0
Auditoria operacional com o objetivo de avaliar aspectos referentes à gestão da bacia hidrográfica do rio Doce, especialmente em relação à implementação do modelo de gestão previsto na Lei 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Bioatlântica
Responsável: Ricardo Alcântara Valory
Representação legal: não há
Revisor: Ministro Aroldo Cedraz (11/2018)

Ministro AUGUSTO NARDES

003.220/2007-5
Revisão de ofício de ato de concessão de pensão civil.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Interessados: Tribunal Regional Federal da 1ª Região; Maria do Socorro Baldoino Moura Macedo
Representação legal: não há
Revisor: Ministro Walton Alencar Rodrigues (48/2014)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

010.724/2018-4
Representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas em seleção pública da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos - Finatec, cujo objeto é a contratação de serviços técnicos nas áreas de integração e gestão estratégica de informações georreferenciadas com vistas ao controle, monitoramento e resumo gerencial das iniciativas, convênios e parcerias dentro do contexto do Programa de Empregabilidade - Qualifica Brasil.
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: Rogerio Gomide Castanheira (OAB/DF 9.036)

Ministro BENJAMIN ZYMLER

000.795/2018-6
Representação sobre irregularidades em concorrência com o objetivo de contratar a execução dos serviços de implantação do sistema adutor no município de Jaicós/PI.
Representante: Construtora Sucesso SA
Interessados: Construtora Hidros Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Piauí
Representação legal: Tiago Ramos Silva (OAB/PI 10.260)

007.991/2017-7
Auditoria realizada com o objetivo de fiscalizar a construção do Novo Centro de Processamento Final de Imunobiológicos de Bio-Manguinhos (NCPFI).
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Oswaldo Cruz
Interessado: Congresso Nacional
Responsáveis: Akira Homma; Alejandro Marcel Hasslocher Moreno; Ana Paula da Silva Carvalho; Antonio Gomes Pinto Ferreira; Antonio Ivo de Carvalho; Antonio de Padua Risolia Barbosa; Artur Roberto Couto; Carla de Freitas Campos; Carlos Alberto de Matos; Carlos Augusto Grabois Gadelha; Carlos Maurício de Paulo Maciel; Claude Pirmez; Cristiane Frensch Pereira; Cristiane Teixeira Sendim; Eduardo Chaves Leal; Eduardo Maia Freese de Carvalho; Flavio Isidoro da Silva; Gerson Oliveira Penna; Hayne Felipe da Silva; Hermano Albuquerque de Castro; Isabel Brasil Pereira; Joel Majerowicz; Jorge Antonio Zepeda Bermudez; José Damasceno Fernandes; Juliana Bezerra de Souza; Juliano de Carvalho Lima;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Leandro Luis Dantas Gouget; Leonardo Ribeiro de Lacerda; Lorena Drumond Loureiro Vieira; Manoel Barral Netto; Marcos Antonio Gomes; Marcos Henrique dos Santos Silva; Marcos da Silva Freire; Maria da Luz Fernandes Leal; Maria do Carmo Leal; Mauricio Zuma Medeiros; Mitermayer Galvão dos Reis; Nara Margareth Silva Azevedo; Nisia Veronica Trindade Lima; Paulo Cesar de Castro Ribeiro; Paulo Ernani Gadelha Vieira; Paulo Roberto Elian dos Santos; Pedro Ribeiro Barbosa; Roberto Sena Rocha; Rodrigo Correa de Oliveira; Rodrigo Guerino Stabeli; Roseli Monteiro da Silva; Samuel Goldenberg; Sergio Dias de Oliveira; Sinval Pinto Brandao Filho; Sérgio Luiz Bessa Luz; Tania Cremonini de Araujo Jorge; Umberto Trigueiros Lima; Valcler Rangel Fernandes; Valdilea Goncalves Veloso dos Santos; Wagner de Jesus Martins; Wilson Savino; Zelia Maria Profeta da Luz
Representação legal: Eduardo Marcelo de Lima Sales, representando Fundação Oswaldo Cruz; Dimitri Leal Gasos e outros, representando Sergio Dias de Oliveira

013.382/2017-9
Representação acerca de supostas fraudes nas licitações para obras de implantação da Refinaria do Nordeste -Rnest. Análise das razões de justificativa.
Representante: Tribunal de Contas da União
Responsável: Construtora OAS S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A
Representação legal: Paola Allak da Silva (OAB/RJ 142.389) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.; Bruno Menezes Brasil (OAB/SP 199.522), Marçal Justen Filho (OAB/PR 7.468) e outros, representando Construtora OAS S.A.

016.059/2018-2
Processo administrativo com proposta de organização das Listas de Unidades Jurisdicionadas (LUJ) para o biênio 2019-2020.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

029.749/2016-6
Monitoramento de decisão que solicitou a adoção de medidas atinentes a possível transgressão ao regime de dedicação exclusiva do magistério superior.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Responsável: Douglas Ortiz Hamermuller
Representação legal: não há

Ministro AUGUSTO NARDES

000.056/2018-9
Embargos de declaração opostos contra acórdão que negou provimento aos agravos interpostos contra decisão exarada em processo de representação que indeferiu pedido do embargante de ingresso nos autos como interessado e manteve a suspensão cautelar de concorrência cujo objeto é a contratação de empresa para a execução de serviços das obras de implantação e pavimentação na Rodovia BR-376/PR - Contorno Sul Metropolitano de Maringá/PR.
Embargante: Consórcio Castilho-J. Malucelli, Castilho Engenharia e Empreendimentos S.A
Representantes: Construcap CCPS Engenharia e Comércio SA; Sociedad Anonima de Obras y Servicios Copasa do Brasil
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes/Superintendência Regional do DNIT no Estado do Paraná
Representação legal: Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108); Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154); Nahima Peron Coelho Razuk (OAB/PR 39.669); Thiago Priess Valiati (OAB/PR 69.974); Nathalia Lima Barreto (OAB/PR 56.631)

000.797/2018-9
Recurso administrativo em solicitação de remoção a pedido, a critério da Administração.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Contas da União
Interessado: Mauro Roberto Ferraz Lafrata (Auditor Federal de Controle Externo, Matrícula 9502-2)

013.637/2011-8
Pedidos de reexame interpostos contra deliberação que aplicou multa aos recorrentes em processo de representação, em razão de possíveis irregularidades na aplicação de recursos federais por prefeituras municipais do Estado do Sergipe.
Recorrentes: José Almir Dantas; José Alves Costa; José Israel Andrade; José Leilton da Silva; Jusielma Santana de Lima; Marcos Ribeiro Leite; Maria Vieira de Mendonça; Maria Francisca de Menezes; e Patrícia Tavares dos Santos.
Órgãos//Entidades/Unidades: Prefeitura Municipal de Areia Branca/SE; Prefeitura Municipal de Canindé de São Francisco/SE; Prefeitura Municipal de Estância/SE; Prefeitura Municipal de Gararu/SE; Prefeitura Municipal de Itabaiana/SE; Prefeitura Municipal de Moita Bonita/SE; Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Sergipe/SE; Prefeitura Municipal de Nossa Senhora Aparecida/SE; Prefeitura Municipal de Nossa Senhora da Glória/SE; Prefeitura Municipal de Nossa Senhora de Lourdes/SE; Prefeitura Municipal de Poço Verde/SE; Prefeitura Municipal de Porto da Folha/SE; Prefeitura Municipal de Simão Dias/SE
Responsáveis: Adenilson do Espírito Santo; Adriano Luis Porto Ferreira; Geovar Melo da Silva; Geraldo Santos de Souza; Gilberto Magalhães Occhi; Gildo de Souza Xavier Filho; Ginaldo da Costa Santos; Jonalter Santos de Freitas; Jose Valdson do Nascimento; José Almir Dantas; José Alves Costa; José Cardoso Matos; José Israel Andrade; José Leilton da Silva; José Matos Valadares; Jusielma Santana de Lima; Luiz Armando de Sousa; Manoel Gomes de Freitas; Marco Antônio Queiroz; Marcos Ribeiro Leite; Mardisa Veiculos S/a; Maria Francisca de Menezes; Maria Vieira de Mendonça; Patrícia Tavares dos Santos; Pemagri Pecas e Maquinas Agricolas Ltda; Rural Maquinas Ltda - Epp; Schoenherr & Cia.ltda; Ss Frazao Comercio Ltda - Epp; Verônica Santos Sousa da Silva
Interessado: Controladoria Geral da União no Estado de Sergipe
Representação legal: Bruno Santos Silva Pinto (OAB/SE 4439), representando Prefeitura Municipal de Simão Dias/SE; Grigore Avram Valeriu (OAB/SE 142B), representando José Almir Dantas; Eduardo Torres Roberti (OAB/SE 3808), representando Rubert Schoenherr, Schoenherr & Cia.ltda e Rural Maquinas Ltda - Epp; Lourival Freire Sobrinho (OAB/SE 5646), representando José Israel Andrade; Jose Carlos Felizola Soares Filho (OAB/SE 4925), representando José Matos Valadares; Carlos Alberto de Carvalho Sobral Neto (OAB/SE 6408), representando Jose Valdson do Nascimento; Tatiana Simões Nobre Pires Araújo (OAB/AL 8.344), representando SS Frazao Comercio Ltda - Epp; Fernando Antonio Jambo Muniz Falcao (OAB/AL 5.589), representando Pemagri Pecas e Maquinas Agricolas Ltda; Emerson Everson Everton Manoel Paulino Lima Gomes de Calado (OAB/SE), representando José Leilton da Silva; Rafael Resende de Andrade (OAB/SE 5201), representando Gildo de Souza Xavier Filho; Renato Carlos Cruz Meneses (OAB/SE 2455), representando Geovar Melo da Silva; Márcio José Alves de Souza (OAB/PE 5786) e outros, representando Mardisa Veiculos S/A; Francisco Teles de Mendonça Neto (OAB/SE 7201), representando Maria Vieira de Mendonça, Maria Francisca de Menezes, Jusielma Santana de Lima e Patrícia Tavares dos Santos.

014.250/2016-0
Monitoramento de deliberação decorrente de representação com vistas à apuração de irregularidades relativas aos bens comprados com recursos federais, utilizados nos Jogos Pan-Americanos de 2007.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Esporte; Comitê Olímpico Brasileiro e Organizador dos Jogos Pan-americanos Rio 2007
Responsáveis: Carlos Arthur Nuzman, Ricardo Leyser Gonçalves
Representação legal:
- Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos, (OAB/DF 39.918), Heloísa Mafalda de Melo Monteiro (OAB/DF 44.152) e Pedro Henrique Rebello de Mendonça (OAB/DF 57.778)

028.050/2017-7
Solicitação do Congresso Nacional requerendo ato de fiscalização e controle nos atos da ANEEL, para verificar a origem e os valores envolvidos nas indenizações das transmissoras de energia e no repasse indevido dos valores da energia não entregue pela usina nuclear de Angra 3.
Solicitante: Eduardo da Fonte
Órgão/Entidade/Unidade: não há
Interessado: Agência Nacional de Energia Elétrica
Representação legal: não há

028.617/2017-7
Pedidos de reexame, em processo de aposentadoria, contra deliberação que determinou a exclusão, nos proventos, de parcela imune de contribuição previdenciária.
Recorrentes: Luisa de Marilac Bomtempo Martins, Lúcio Passele Couto, Lúcia Maria da Silveira Reis e Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
Interessados: Lisa Mara Kroehling Rodrigues, Luisa de Marilac Bomtempo Martins, Lúcia Maria da Silveira Reis, Lúcio Passele Couto e Magaly Souza Carvalho Hamade
Representação legal: Amanda Maria Domingues Silva (OAB/DF 16.431/E) e outros, representando Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil - Sindireceita; Alessandra Damian Cavalcanti (OAB/DF 17.717) e outros, representando Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil - Sindireceita, Lúcia Maria da Silveira Reis e Lúcio Passele Couto; Claudio Renato do Canto Farag (OAB/DF 14.005) e outros, representando Luisa de Marilac Bomtempo Martins

Ministro AROLDO CEDRAZ

008.615/2009-6
Recurso de Revisão interposto contra decisão que julgou irregulares as contas do recorrente, imputando-lhe débito e multa em razão da execução parcial do objeto de convênio cujo objeto era a construção de 237 melhorias sanitárias domiciliares.
Recorrente: Evandro de Almeida Fernandes
Interessados: Fundação Nacional de Saúde; Município de João Pessoa/PB
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde
Responsáveis: D M Construções Civis Ltda.; Evandro de Almeida Fernandes
Representação legal: Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior (OAB/PE 14265) e outros, representando Cícero de Lucena Filho; José Augusto da Silva Nobre Neto (OAB/PB 11147), representando D M Construções Civis Ltda.; Erika Oliveira Del Pino da Silva (OAB/PB 22418-A), representando o Município de João Pessoa - PB

008.620/2018-0
Auditoria com o objetivo de fiscalizar as ações destinadas à dragagem de aprofundamento no Porto de Fortaleza/CE.
Interessado: Tribunal de Contas da União.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.
Representação legal: não há.

014.324/2017-2
Processo de desestatização referente à 14ª Rodada de Licitações para a outorga de contratos de concessão para atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural. Exame de primeiro, segundo e terceiro estágios.
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
Representação legal: não há.

015.107/2016-7
Representação a respeito de possível ausência de controle quanto a despesas realizadas pela Confederação Brasileira de Tênis (CBT) com verbas de patrocínio.
Representante: Tribunal de Contas da União
Responsável: Wagner Pinheiro de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal : Vinicius Fonseca dos Santos e Silva (OAB/DF 38.981) e outros, representando Wagner Pinheiro de Oliveira; e Gustavo Esperança Vieira (OAB/SP 212756) e outros, representando Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

019.725/2017-5
Pedidos de reexames interpostos contra acórdão que proferiu determinação ao recorrente em processo de representação sobre possíveis irregularidades em pregão eletrônico para a contratação de serviços de recepção para comitês de administração, portaria de edifícios e recepcionistas bilíngues e trilíngues, para dependências do Banco do Brasil no Distrito Federal.
Recorrente: Banco do Brasil S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A
Representação legal: Alexandre Silva dos Santos (OAB/RJ 104731) e outros, representando Banco do Brasil S.A.; e Ubiratan Diniz de Aguiar (OAB/CE 3625) e outros, representando Gestor Serviços Empresarias Ltda

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

011.987/2005-0
Recurso de reconsideração contra deliberação que julgou irregulares as contas dos recorrentes, aplicando-lhes multa em razão de irregularidades apuradas no processo de contas anuais, exercício de 2004.
Recorrentes: Orlando Silva de Jesus Júnior, Ricardo Leyser Gonçalves e Júlio César Soares da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Executiva do Ministério dos Esportes
Representação legal: não há

028.677/2009-6
Embargos de declaração opostos contra decisão que negou provimento ao pedido de reexame interposto pela ora embargante deliberação que, em sede de monitoramento, determinou ao Dnit que adotasse as medidas administrativas necessárias à recuperação de importância correspondente a superfaturamento identificado em contrato que teve por objeto a construção da primeira etapa das obras do Contorno Norte de Maringá - BR376/PR.
Embargante: Construtora Sanches Tripoloni Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Representação legal: Daniel Soares Alvarenga de Macedo (OAB/DF 36.042); Rodrigo Molina Resende da Silva (OAB/DF 28.438); Eduardo Stenio Silva Sousa (OAB/DF 20.327); Flávia Cardoso Campos Guth (OAB/DF 20.487); Thiago Groszewicz Brito (OAB/DF 31.762); Valéria Bittar Elbel (OAB/DF 35.733); José Roberto Manesco (OAB/SP 61.471); Eduardo Augusto de Oliveira Ramires (OAB/SP 69.219); Cintia Batista Angelini Carvalho (OAB/DF 33.265) e outros

029.248/2016-7
Processo de desestatização para acompanhamento da 4ª Rodada de licitações para outorga de concessão de áreas inativas com acumulações marginais para atividades de reabilitação e produção de petróleo e gás natural.
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Representação legal: não há

Ministra ANA ARRAES

015.506/2018-5
Acompanhamento dos Resultados Fiscais referentes ao 1º Bimestre de 2018.
Órgãos/Entidades/Unidades: Banco Central do Brasil, Secretaria da Receita Federal do Brasil, Secretaria de Orçamento Federal e Secretaria do Tesouro Nacional
Responsáveis: Ilan Goldfajn, Jorge Antônio Deher Rachid, George Alberto de Aguiar Soares e Mansueto Facundo de Almeida Júnior
Representação legal: não há

046.560/2012-2
Recurso de reconsideração interposto contra decisão prolatada em processo de tomada de contas especiais que condenou o recorrente em débito e aplicou-lhe multa em decorrência de fraudes no levantamento de valores à disposição da justiça trabalhista.
Recorrente: Fernando José de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA
Representação legal: não há

Ministro BRUNO DANTAS

001.375/2014-8
Revisão de ofício de acórdão que considerou ilegal e negou registro a ato de pensão civil.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Interessado: Sergio Victor Mendes de Alcântara, pensionista de Francisco de Assis
Representação legal: Luciana de Assis Mendes Alcântara, representando Sergio Victor Mendes de Alcântara

009.753/2014-1
Revisão de ofício de acórdão que considerou legal aposentadoria.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde
Interessado: Jose Augusto Pinto Sobrinho
Representação legal: não há

011.188/2018-9
Monitoramento de determinação proferida no âmbito de auditoria realizada no trecho 2 das obras de implantação do corredor de ônibus na Radial Leste, em São Paulo/SP, a fim de verificar as ações adotadas para o saneamento dos indícios de irregularidades classificados como graves, com recomendação de paralisação.
Órgãos/Entidades/Unidades: Caixa Econômica Federal; Ministério das Cidades; Município de São Paulo/SP
Responsáveis: CR Almeida S/A - Engenharia de Obras; Consbem Construções e Comércio Ltda.; Jorge Alberto Cecin; Osvaldo Spuri; Pedro Pereira Evangelista; Ricardo Pereira da Silva; Roberto Nami Garibe Filho
Representação legal: não há

014.858/2017-7
Embargos de declaração contra acórdão que converteu processo de auditoria em tomada de contas especial, em razão dos indícios de dano ao erário identificados em importações de equipamentos de saúde.
Embargantes: Alberto Beltrame; José Carvalho de Noronha
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (Into)
Representação legal: Robert Juenemann (OAB/RS 30.039) e outros, representando Alberto Beltrame; Marta de Castro Meireles (OAB/RJ 130.114) e outros, representando José Carvalho de Noronha

021.573/2016-6
Pedido de Reexame interposto contra decisão que dirigiu determinações ao recorrente em processo de auditoria operacional que teve o objetivo de avaliar a estrutura de governança da construção da Ferrovia Nova Transnordestina (FTN).
Recorrente: Agência Nacional de Transportes Terrestres
Órgãos/Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres; Banco do Nordeste do Brasil S.A.; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Ministério da Integração Nacional; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste; e Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
Representação legal: Lázaro Gomes Leite de Sousa e outros, representando Agência Nacional de Transportes Terrestres

023.014/2010-5
Representação a fim de a avaliar a legalidade, a oportunidade e a razoabilidade de o TCU apreciar, para fins de registro, a legalidade das admissões, aposentadorias, reformas e pensões relacionadas a servidores remunerados com recursos oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Constitucional do Distrito Federal
Representante: Secretaria de Fiscalização de Pessoal
Representação legal: não há

025.472/2016-0
Auditoria que teve por objetivo verificar a regularidade nas aquisições de equipamentos de saúde nas unidades hospitalares federais localizadas no Rio de Janeiro, durante o exercício de 2015. Análise das audiências.
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal da Lagoa; Hospital Federal Ipanema; Hospital Federal Cardoso Fontes; Hospital Federal de Bonsucesso; Hospital Federal do Andaraí; Hospital Federal dos Servidores do Estado; Instituto Nacional de Cardiologia; Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia; Instituto Nacional do Câncer
Responsáveis: Adriana do Nascimento Tardelli Januário; André Tadeu Bernardo de Sá; Carlos Alberto de Carvalho Filho; Celita Cortes Tavares; Edson Toscano Cunha; Francisco Xavier Dourado Fialho de Oliveira; Luis Carlos Alves; Luiz Carlos Rodrigues da Costa; Paulo Roberto Fernandes; Paulo Roberto Marçal Alves; Vinicius de Lima e Silva Martins
Representação legal: não há

036.524/2011-5
Recurso de Revisão contra decisão que julgou contas irregulares de ex-prefeito e condenou em débito e a pagamento de multa em razão de irregularidades na execução de convênio destinado a melhorias habitacionais.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Magalhães de Almeida/MA
Responsáveis: João Cândido Carvalho Neto; Município de Magalhães de Almeida/MA
Representação legal: Walter de Sousa Barros, representando João Cândido Carvalho Neto

Ministro VITAL DO RÊGO

017.107/2015-6
Auditoria para verificar a regularidade da aplicação de recursos provenientes da Lei 10.264/2001 (Lei Agnelo/Piva).
Órgão/Entidade/Unidade: Confederação Brasileira de Hipismo (CBH)
Responsáveis: Andrew George William Parsons; Antônio Eduardo Alegria Simões; Antônio João Gonçalves de Azambuja; Augusto Cezar do Ó Alexandre; Carlos Alberto Senna de Oliveira; Luiz Roberto Giugni; Marcela Frias Pimentel; Marcelle Azevedo Rodrigues de Souza; Marcelo Claro; Nobre Comércio de Brindes Ltda.; Pedro Luiz Cordeiro dos Santos; Salasar Art's Gravações Ltda.; Serigrav Comercio de Placas e Gravações Ltda. - ME; VL Empreendimentos Turísticos Ltda. - ME, Tipografia Aquario's Ltda. - ME, Escalada Artes Gráficas Ltda. - EPP, Archival Impressos de Segurança, Conservação e Restauro Eireli - ME e Confederação Brasileira de Hipismo - CBH
Representação legal: Guilherme Henrique Gomes Macedo (OAB/RJ 172.833), Ana Cristina Labarba Maciel (OAB/RJ 9.737), Jutahy Magalhães Neto (OAB/DF 23.066), Sabrina Rodrigues Santos (OAB/SP 120.713), Heloísa Mafalda Melo Monteiro (OAB/DF 44.152), Moisés Silva Pereira (OAB/DF 20.123) e Pedro Henrique Rebello de Mendonça (OAB/RJ 149.272)

023.691/2015-8
Embargos de declaração opostos em face de acórdão que expediu determinação ao embargante em processo de auditoria que verificou a conformidade da aplicação dos recursos provenientes da Lei 10.264/2001 (Lei Agnelo/Piva).
Embargante: Confederação Brasileira de Voleibol/CBV
Representação legal: Pedro Henrique Rebello de Mendonça (OAB/RJ 149.272 e OAB/DF 57.788)

029.226/2017-1
Auditoria realizada, no âmbito da FOC Transferências Voluntárias 2017 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, em contratos de repasse destinados a obras de pavimentação urbana.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Nova Granada/SP; Caixa Econômica Federal (CEF); e Ministério das Cidades
Responsáveis: Ana Célia Ribeiro Arroyo Salvador; Tania Liana Toledo Yugar
Representação legal: não há

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

000.444/2018-9
Tomada de contas especial instaurada ante irregularidades na execução de contrato de repasse cujo objeto é a construção de 65 unidades habitacionais.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Barra do Corda/MA
Responsáveis: Manoel Mariano de Sousa, ex-Prefeito; Ômega Construções e Reformas Ltda.; Ana Rita Maciel Bezerra, representante legal da empresa Ômega; Denys Milhomem Arruda, Administrador da empresa Ômega
Representação legal: não há

028.643/2015-1
Prestação de contas ordinária relativa ao exercício financeiro de 2014.
Unidade jurisdicionada: Superintendência da Zona Franca de Manaus
Responsáveis: Gustavo Adolfo Igrejas Filgueira, Thomaz Afonso Queiroz Nogueira, José Nagib da Silva Lima, José Adilson Vieira de Jesus, Emília Amaral Silva Rolim, Danielle Natália Freire de Oliveira
Representação legal: Danielle Natália Freire de Oliveira (OAB/AM 4.206)

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

002.222/2018-3
Representação contra pregão eletrônico cujo objeto é a contratação de empresa gerenciadora da manutenção da frota de veículos oficiais junto à rede de estabelecimentos credenciados, por meio de sistema informatizado.
Representante: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Grupamento de Apoio de Curitiba - Comando da Aeronáutica
Representação Legal: Anselmo da Silva Ribas (OAB/SP 193.321)

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

006.994/2018-0
Representação contra pregão eletrônico cujo objeto é a contratação de empresa gerenciadora da manutenção da frota de veículos oficiais junto à rede de estabelecimentos credenciados, por meio de sistema informatizado.
Representante: JK Auditores S/S Ltda. - EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Regional do Senai no Estado de Minas Gerais e Departamento Regional do Sesi no Estado de Minas Gerais
Representação legal: Luiz Carlos Braga de Figueiredo (OAB/DF 16.010) e outros, representando o Departamento Regional do Senai no Estado de Minas Gerais; Leticia de Oliveira Lourenco (OAB/MG 104.144) e outros, representando o Departamento Regional do Sesi no Estado de Minas Gerais e o Departamento Nacional do Senai em Minas Gerias e Luis Felipe Canto Barros (OAB/RS) e outros, representando a JK Auditores S/S Ltda - EPP.

010.234/2018-7
Agravo, com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da medida cautelar deferida em processo de representação que apurou irregularidade na contratação de serviços especializados de auditoria externa independente para a auditoria e a emissão de parecer sobre as demonstrações contábeis ou financeiras em prol das entidades do Sistema FIEMG, no exercício de 2018.
Agravante: Departamento Regional do Senai no Estado de Minas Gerais (Senai-MG) e Departamento Regional do Sesi no Estado de Minas Gerais (Sesi-MG)
Órgão/Entidade/Unidade: não há
Representação legal: Fabiana Karla Casagrande (OAB/SP 224.905), representando a Ernst & Young Auditores Independentes S/S; Antonio Fernando Guimarães Pinheiro (OAB/MG 23.719) e outros, representando o Departamento Regional do Senai no Estado de Minas Gerais e o Departamento Regional do Sesi no Estado de Minas Gerais; e Luis Felipe Canto Barros (OAB/RS 65.230) e outros, representando o Grupo Maciel Auditoria, Consultoria, Perícia e Assessoria

025.145/2017-7
Monitoramento das determinações prolatadas em processo de prestação de contas do exercício de 2014.
Órgão/Entidade/Unidade: Financiadora de Estudos e Projetos
Representação legal: não há

031.770/2017-7
Tomada de contas especial instaurada em razão de fraude pela irregular concessão de benefícios previdenciários.
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS em Volta Redonda/RJ
Responsáveis: Claudio Regi de Oliveira Pinto
Representação legal: não há

034.924/2017-5
Representação, com pedido de cautelar suspensiva, sobre possíveis irregularidades em pregões eletrônicos com vistas à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de nutrição e de alimentação aos alunos regularmente matriculados nas unidades escolares do Sesi/SP.
Representante: Nutricol, Comércio de Produtos Alimentícios
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Regional do Sesi no Estado de São Paulo
Representação legal: Fabiano Augusto Martins Silveira (OAB/DF 31.440), representando Priscilla de Held Mena Barreto Silveira e Adriana Bitencourt dos Anjos (OAB/SP 366.665)

Em 27 de julho de 2018
DANIELA DUARTE DO NASCIMENTO
Subsecretária do Plenário

EXTRATO DE PAUTA
Sessão Extraordinária Reservada de Plenário, de 01/08/2018, às 14h30

Convocada com fundamento nos arts. 55, caput, e 108, § 1º, da Lei 8.443, de 1992, com o objetivo de apreciar processos em que é necessária a preservação de direitos individuais ou do interesse público.

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

021.188/2018-1
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

010.690/2016-6
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

015.162/2018-4
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

015.677/2018-4
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

023.317/2018-3
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

027.085/2017-1
Natureza: Relatório de Auditoria
Representação legal: não há

032.238/2008-4
Natureza: Denúncia
Representação legal: Danielli Ramos Janiques de Matos e outros

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

005.757/2017-7
Natureza: Denúncia
Representação legal: Jailton Zanon da Silveira (OAB/RJ 77.366) e outros

021.822/2018-2
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministra ANA ARRAES

011.655/2018-6
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

026.381/2016-8
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro BRUNO DANTAS

018.345/2013-1
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

020.075/2018-9
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

010.325/2018-2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

015.160/2018-1
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

023.624/2017-5
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

010.265/2015-5
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro BENJAMIN ZYMLER

033.054/2010-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Representação legal: Alana Abilio Diniz Vila Nova (OAB/DF 35.311) e outros; Rodrigo Alexander Calazans Macedo (OAB/RJ 123.041) e outros; Anna Carolina Miranda Dantas (OAB/DF 11.756-E) e outros; Carlos Roberto de Siqueira Castro (OAB/DF 20.015) e outros; Rodrigo Mattos Vieira de Almeida (OAB/RJ 57.465) e outros; Gustavo Cortes de Lima (OAB/DF 10.969) e outros; Fábio Luiz Pinto Lemos (OAB/RJ 137.519); Carlos Leonardo de Oliveira Velasco (OAB/MG 121.221)

Ministro AUGUSTO NARDES

025.301/2017-9
Natureza: Levantamento
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

020.421/2017-6
Natureza: Levantamento
Representação legal: Antonio Carneiro Maia Neto (OAB/RJ 138.278) e outros

031.986/2017-0
Natureza: Acompanhamento
Representação legal: Wilson Pinto Ferreira Júnior e outros

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

011.707/2017-8
Natureza: Denúncia
Representação legal: Thabata Fernandes Santoro (OAB/RJ 167.145)

012.901/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Representação legal: Ramon Galvão Fernandes (OAB/CE 18.098) e outros

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

011.262/2018-4
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

017.234/2017-4
Natureza: Denúncia
Representação legal: Paulo Aristóteles Amador de Sousa

Em 27 de julho de 2018.
MARCIO ANDRÉ SANTOS DE ALBUQUERQUE
Secretário das Sessões

Defensoria Pública da União

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 517, DE 26 DE JULHO DE 2018

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL-FEDERAL, em exercício, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 7º e 8º, incisos I e XIII da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO o disposto no art. 109, caput e § 2º, da lei n. 13.473, de 8 de agosto de 2017 - lei de diretrizes orçamentárias de 2018;

CONSIDERANDO o Despacho SOF DPGU 2510839;

CONSIDERANDO a Manifestação AJUR DPGU 2501925;

resolve:

Art. 1º Os valores per capita mensais de referência do auxílio-alimentação, de que trata o art. 22 da lei n. 8.460, de 17 de setembro de 1992, e da assistência pré-escolar, de que trata o art. 7º, inciso XXV, da Constituição da República passam a ser, respectivamente, de R$ 910,08 (novecentos e dez reais e oito centavos) e de R$ 719,62 (setecentos e dezenove reais e sessenta e dois centavos).

Parágrafo único. A implantação dos novos valores fica condicionada à prévia demonstração da existência de disponibilidade orçamentária pelo ordenador de despesas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria GABDPGF DPGU nº 170, de 07 de março de 2016.

JAIR SOARES JÚNIOR

Poder Legislativo

SENADO FEDERAL

ATO Nº 6, DE 12 DE JULHO DE 2018

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Senado Federal, crédito suplementar no valor de R$ 21.807.927,00 (vinte e um milhões, oitocentos e sete mil, novecentos e vinte e sete reais), para remanejamento de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista a autorização contida no art. 45, §1º, inciso I, da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 (LDO-2018), combinado com o art. 4º, caput, inciso II, alínea "a", item "1", da Lei n° 13.587, de 2 de janeiro de 2018 (LOA-2018), e considerando as disposições contidas na Portaria SOF/MP nº 487, de 15 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Senado Federal, crédito suplementar no valor de R$ 21.807.927,00 (vinte e um milhões, oitocentos e sete mil, novecentos e vinte e sete reais), para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA

ÓRGÃO: 02000 - Senado Federal
UNIDADE: 02101 - Senado Federal
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0551	Atuação Legislativa do Senado Federal							21.807.927
		Atividades							
01 301	0551 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							19.000.000
01 301	0551 2004 5664	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Em Brasília - DF							19.000.000
			S	3	1	90	0	100	19.000.000
01 331	0551 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.807.927
01 331	0551 212B 5664	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Em Brasília - DF							2.807.927
			F	3	1	90	0	100	2.807.927
TOTAL - FISCAL									2.807.927
TOTAL - SEGURIDADE									19.000.000
TOTAL - GERAL									21.807.927

ÓRGÃO: 02000 - Senado Federal
UNIDADE: 02101 - Senado Federal
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0551	Atuação Legislativa do Senado Federal							21.807.927
		Atividades							
01 122	0551 20TP	Ativos Civis da União							21.807.927
01 122	0551 20TP 5664	Ativos Civis da União - Em Brasília - DF							21.807.927
			F	1	1	90	0	100	21.807.927
TOTAL - FISCAL									21.807.927
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									21.807.927

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018073000164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

ACÓRDÃO Nº 50, DE 25 DE JULHO DE 2018

Processo Ético Cofen nº 020/2017
Processo Ético Coren-MT nº 012/2015
Parecer de Relator nº 225/2018
Conselheiro Relator: Dr. Gilney Guerra de Medeiros
Conselheiro com voto vencedor: Dr. Manoel Carlos Neri da Silva
Denunciante: 2ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Barra do Garças-MT
Denunciada/Recorrente: Larissa Adriana de Souza, Coren-MT nº 311.478-ENF
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 020/2017. JULGAMENTO DE RECURSO. Nulidade. Devolver ao Regional para arquivamento.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético COFEN nº 020/2017, originário do COREN-MT, Processo Ético Coren-MT nº 012/2015.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 503ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 25 de julho de 2018, por 08 (oito) votos a favor e 01 (um) contrário, em conformidade com a ata e os votos que integram o presente julgado, por conhecer do recurso e declarar o presente processo ético nulo, desde sua origem. Com base nos artigos 125, 126, inciso I, e 127, inciso IV, do Código de Processo Ético, Resolução Cofen nº 370/2010, pela denúncia ter sido admitida de forma genérica, sem individualização de conduta de cada profissional denunciado, por não haver o ato de instauração do processo, por atribuição de penalidade sem previsão na legislação vigente (advertência escrita) e, por economicidade processual, acolhem-se as premissas de nulidade e declara-se o processo completamente nulo, sem repetição de atos, devendo o mesmo ser remetido ao Coren-MT para arquivamento.

NÁDIA MATTOS RAMALHO
Presidente da mesa

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Conselheiro com voto vencedor

ACÓRDÃO Nº 51, DE 25 DE JULHO DE 2018

Processo Ético Cofen nº 025/2017
Processo Ético Coren-MT nº 008/2015
Parecer de Relator nº 224/2018
Conselheira Relatora: Dra. Heloísa Helena Oliveira da Silva
Denunciante: Ministério Público Barra das Garças - MT
Denunciada/Recorrente: Lidicene Neres Martins, Coren-MT nº 507.772-TEC
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 025/2017. JULGAMENTO DE RECURSO. Nulidade. Devolver ao Regional para arquivamento.
Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético COFEN nº 025/2017, originário do COREN-MT, Processo Ético Coren-MT nº 008/2015.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 503ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 25 de julho de 2018, por unanimidade, em conformidade com a ata e os votos que integram o presente julgado, por conhecer do recurso e declarar o presente processo ético nulo, desde sua origem. Com base nos artigos 125, 126, inciso I, e 127, inciso IV, do Código de Processo Ético, Resolução Cofen nº 370/2010, pela denúncia ter sido admitida de forma genérica, sem individualização de conduta de cada profissional denunciado, por não haver o ato de instauração do processo, por atribuição de penalidade sem previsão na legislação vigente (advertência escrita) e, por economicidade processual, acolhem-se as premissas de nulidade e declara-se o processo completamente nulo, sem repetição de atos, devendo o mesmo ser remetido ao Coren-MT para arquivamento.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente

HELOÍSA HELENA OLIVEIRA DA SILVA
Conselheira Relatora

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

DECISÃO Nº 33, DE 27 DE JULHO DE 2018

Altera a Decisão CFO-69, de 06 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a concessão de diárias, jetons, auxílio embarque/desembarque, auxílio representação, estabelece critérios para emissão de passagens aéreas e dá outras providências.

O Presidente do Conselho Federal de Odontologia, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, regulamentada pelo Decreto Lei nº 68.704, de 03 de junho de 1971, e ainda de acordo com o que prevê o seu Regimento Interno, artigo 53, inciso XXIII, "ad referendum" da Diretoria;

Considerando a Lei nº 11.000/2004, que estabelece em seu artigo 2º, § 3º que os Conselhos de Fiscalização Profissional estão autorizados a normatizar a concessão de diárias, jetons e auxílios de representação;

Considerando a necessidade de assegurar não somente aos conselheiros efetivos e suplentes, mas também aos membros de comissões, de representações e colaboradores e convidados do Sistema CFO/CROs, adequadas condições financeiras para o desenvolvimento de suas incumbências institucionais, quando estes em virtude de convocação/designação, exercerem atividades, representação e diligências no interesse da Autarquia;

Considerando, o reconhecimento do Tribunal de Contas da União, por meio dos Acórdãos 25/2001 e 1163/2008, da possibilidade de os Conselhos de Fiscalização Profissional ressarcirem seus conselheiros e demais representantes dos gastos incorridos no exercício de suas funções; e,

Considerando a dificuldade de se uniformizar o valor indenizado por quilômetro rodado, para deslocamento por meio de veículo terrestre, em razão da peculiaridade de cada Estado, decide:

Art. 1º. Alterar o art. 11 da Decisão CFO-69/2016, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. O auxílio de representação não poderá ser cumulado com outra categoria indenizatória e será concedido, quando convocado/designado conselheiro efetivo ou suplente, membros de comissões, de representações, colaboradores e convidados para realização de atividades, representação e diligência na localidade de sua residência, para exercerem atividades de interesse do Sistema CFO/CROs ".

Art. 2º. Acrescentar o parágrafo único ao artigo 8º da Decisão CFO-69/2016, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Nas hipóteses previstas no caput deste artigo, nas realizações de atividades, representações e diligências referentes aos Conselhos Regionais de Odontologia, o valor correspondente ao quilômetro rodado será fixado pelo próprio CRO."

Art. 3º. Alterar o art. 18 da Decisão CFO-69/2016, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18. Os Conselhos Regionais de Odontologia deverão seguir os parâmetros mínimos estabelecidos nesta Decisão, sendo expressamente proibido praticar valores superiores aos estabelecidos no Anexo I, a exceção das hipóteses relacionadas ao valor correspondente ao quilômetro rodado."

Art. 4º. Esta Decisão entra em vigor na data da sua publicação.

JULIANO DO VALE

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br